

Terezinha Saraiva,
Samuel Szttyglic,
Cesar Serôa da Mota,
Domício Proença,
Lia Malcher,
Helena Correa Machado,
José Maria Jardim,
Eliana Furtado de Mendonça
Lélia Coelho Frota,
Paulo Elían, Cybelle de Ipanema,
Olínio Coelho,
Júnia Guimarães e Silva,
Marcos Konder,
Maria Augusta Machado,
Valdir Ribeiro,
Beatriz Kushnir,

são os entrevistados cujas memórias sobre a atuação na vida pública - sempre em prol do desenvolvimento da nossa cidade e do exercício da cidadania -, compartilhamos com o leitor.

Memórias do Rio:

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro EM SUA TRAJETÓRIA REPUBLICANA

Embora alguns estudiosos tenham analisado a organização administrativa brasileira, resultando em trabalhos de excelência, ainda pairam um grande desconhecimento e enormes lacunas no que diz respeito à história da administração da cidade do Rio de Janeiro, tanto em épocas remotas como em tempos mais recentes.

O Arquivo da Cidade, pela sua natureza, ou seja, pela sua missão de guardião da documentação produzida pela administração da cidade do Rio de Janeiro, tem um papel de destaque nessa investigação. Entendemos que um bom começo seria conhecer a nossa própria história, mais próxima e familiar, ou seja, a história do Arquivo da Cidade, para depois percorrer os inúmeros e distintos caminhos da administração pública municipal.

Entrevistamos, então, personalidades cuja trajetória, profissional e afetiva, cruzou-se, em algum momento, nestes últimos cinquenta anos, com o Arquivo da Cidade. Além disso, existia um acervo sonoro do prefeito Marcos Tamoyo, que embasa o roteiro de algumas entrevistas, que merecia ser tratado e fomentado, produzindo fontes primárias para posteriores análises. Este, portanto, também foi um dos objetivos traçados neste projeto, que apenas se inicia.

Memórias do Rio:

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória Republicana

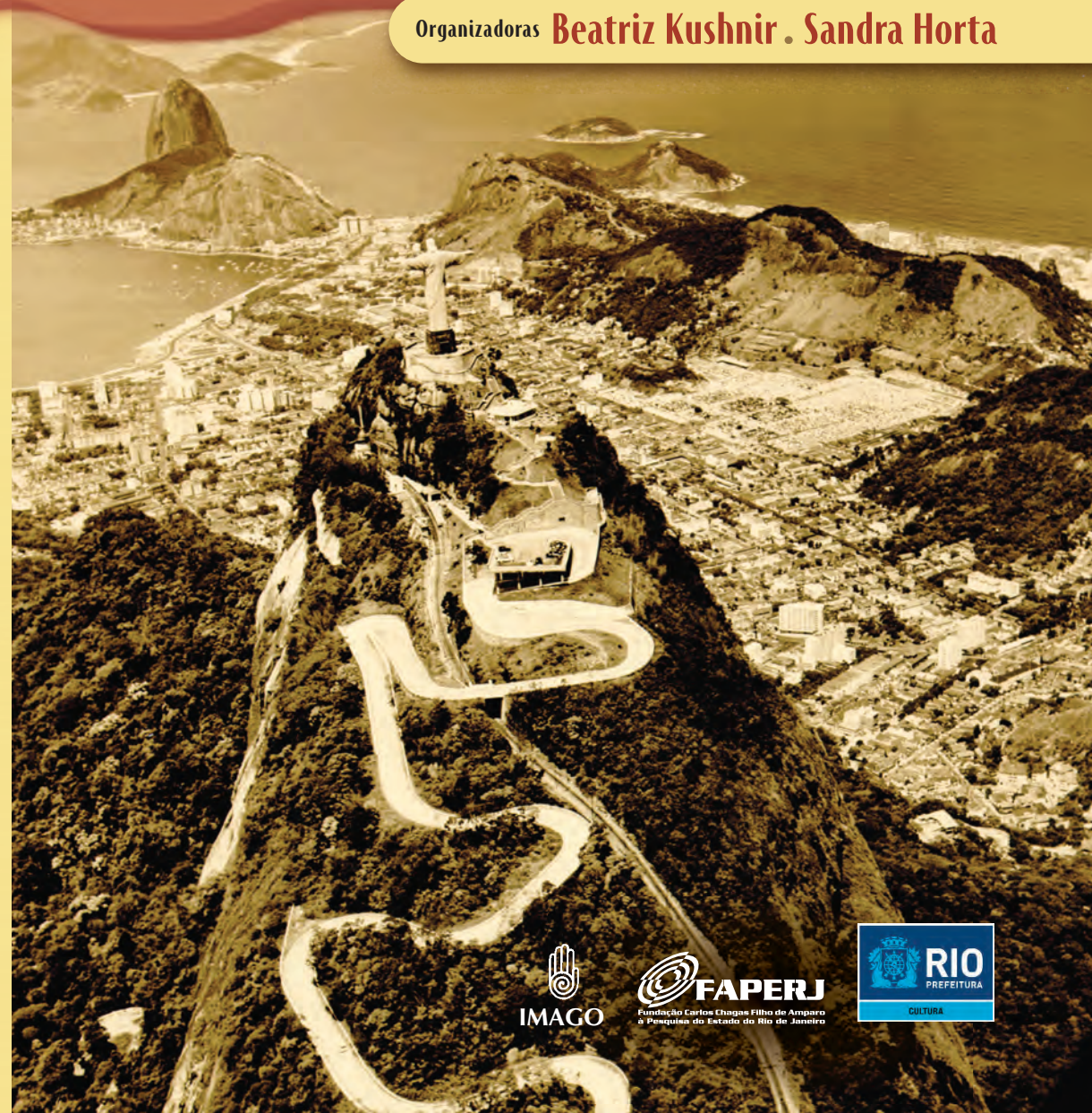


Depoimentos ao ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Memórias do Rio:

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro EM SUA TRAJETÓRIA REPUBLICANA

Organizadoras **Beatriz Kushnir . Sandra Horta**



Sendo o Arquivo da Cidade uma instituição multissecular, cuja longa trajetória confunde-se com a do Rio de Janeiro, reconstituir o seu passado mostrou-se uma necessidade para a direção da instituição e sua equipe. Conhecemos meandros da administração pública em que a instituição esteve inserida, as ideias e projetos de seus dirigentes, os obstáculos que se antepunham à realização das atividades arquivísticas e culturais e as soluções por eles encontradas, nos dão a dimensão do Arquivo da Cidade e de sua importância para os cariocas e para a sua cidade.

Entrevistar os que exerceram na Prefeitura cargos de responsabilidade – sejam eles engenheiros, arquitetos, historiadores, professores, arquivistas – nos permitiu reconstituir uma memória que fatalmente se perderia com o passar do tempo.

Além disso, reunir estas informações, que serão, certamente, de grande utilidade para os pesquisadores envolvidos com a análise da administração pública municipal, percorreu nossas preocupações.

*Memórias do Rio:
O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
em sua trajetória republicana*

Prefeitura da Cidade

Eduardo Paes

Secretaria Municipal de Cultura

Emílio Kalil

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Beatriz Kushnir

Gerência de Pesquisa

Sandra Horta

Roteiro das Entrevistas

Sandra Horta

Maria Célia Fernandes

Entrevistadores

Beatriz Kushnir

Sandra Horta

Maria Célia Fernandes

Edição

Sandra Horta

Notas de Rodapé

Sandra Horta

Tatiana Lomba

Gravação em Vídeo

Marco Bellandi

Fotografias

Marco Bellandi

Gravação em CD

Yama Arruda

Transcrição

Yama Arruda

Elson Lima

Revisão

Kátia Santos

Projeto Gráfico

Carlos Alberto Rios

Organização Bibliográfica

Úrsula Monique Braga Cruz

Pesquisa Iconográfica

Moisés Correa Fonseca

Patrocínio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do

Rio de Janeiro/FAPERJ

Capa

Cristo Redentor – Sa/ 1958 – AGCRJ

*As afirmações aqui registradas são de inteira responsabilidade
dos entrevistados e sua divulgação por eles autorizada.*

DEPOIMENTOS AO ARQUIVO GERAL
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*Memórias do Rio:
O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
em sua trajetória republicana*

Organizadoras

Beatriz Kushnir
Sandra Horta

1ª Edição

Rio de Janeiro
2011



Título Original:
Memórias do Rio

Copyright © 2011 by Beatriz Kushnir e Sandra Horta

Capa:
Luciana Mello e Monika Mayer

Digramação:
Carlos Alberto Rios

CIP-Brasil.Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M487 Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em
sua trajetória republicana / organizadores Beatriz Kushnir, Sandra Horta.
– Rio de Janeiro: Imago, 2011.
488 p. : il. ; 23 cm

Ao alto do título: Depoimentos ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-312-1083-9

1. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – História. 2. Rio de Janeiro
(RJ) – História. 3. História oral. I. Kushnir, Beatriz, 1966-. II. Horta, Sandra.
III. Título: O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória
republicana.

11-5494. CDD: 027.581531
 CDU: 930.253:352(815.31)

2011

IMAGO EDITORA
Rua da Quitanda, 52/8º andar — Centro
20011-030 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: (21) 2242-0627 — Fax: (21) 2224-8359
E-mail: imago@imagoeditora.com.br
www.imagoeditora.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

Apresentação

Emilio Kalil.....	7
-------------------	---

O estado das coisas

Beatriz Kushnir.....	9
----------------------	---

Introdução

Sandra Horta.....	11
-------------------	----

I – A Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico e as precárias instalações do Serviço de Arquivo Histórico

• Maria Augusta Machado	21
• Cybelle de Ipanema	43
• Olínio Gomes Paschoal Coelho.....	60
• Júnia Guimarães e Silva	79
• Notas	107

II – As novas instalações do Arquivo Geral da Cidade e a gestão

Marcos Tamoyo

• Terezinha Saraiva	123
• César Hack Serôa da Motta.....	148
• Samuel Szyglic.....	173
• Domício Proença Filho.....	202
• Notas	227

III – Os Arquitetos da Cidade Nova

• Valdir Ribeiro.....	247
• Marcos Konder Netto	263
• Notas	288

IV – Os Dirigentes do Arquivo da Cidade. Mudanças e Permanências

• Lia Temporal Malcher.....	297
-----------------------------	-----

• Helena Corrêa Machado	319
• Eliana Rezende Furtado de Mendonça	345
• José Maria Jardim	364
• Paulo Roberto Elían dos Santos.....	379
• Lélia Coelho Frota	407
• Beatriz Kushnir.....	421
• Notas	443
 Referências	 461
Fontes primárias.....	463
Lista de abreviaturas.....	465
Fotografias	469

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura do Rio, a Secretaria Municipal de Cultura e o Arquivo da Cidade trazem a público o livro *Memórias do Rio: O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana*, um complemento da obra *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: A travessia de arca grande e boa na história carioca*, que conta a história da instituição por meio de documentos manuscritos, impressos e iconográficos, desde a sua transferência da Câmara Municipal para o âmbito da Prefeitura, em 1893. Esta nova publicação revela fatos desconhecidos, não oficiais, ou mesmo contados nos documentos de forma impessoal, que ganham outra perspectiva ou interpretação quando rememorados por aqueles que os vivenciaram, como atores ou testemunhas.

É preciso resgatar as lembranças antes que elas se percam inexoravelmente, ainda que elas sejam intermitentes, seletivas, muitas vezes inconsciente ou conscientemente esquecidas ou mesmos silenciadas. *Memórias do Rio: O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana* reúne depoimentos de personalidades que tiveram um papel destacado na vida pública do país e deixaram expressiva contribuição para a transformação e o aperfeiçoamento da administração municipal. Ler as suas reminiscências nos transporta a outros tempos, revelando que o desenvolvimento desta máquina burocrática depende de leis, de decretos, de recursos financeiros, mas principalmente do talento, da dedicação, da eficiência e da emoção dos homens e mulheres que a põem em funcionamento.

EMILIO KALIL
Secretário Municipal de Cultura



O ESTADO DAS COISAS

O *estado das coisas* (*state of affairs*) é um conceito presente nas ciências humanas e talvez o seu mote impulsionador. Buscá-lo é delinear um diagnóstico de uma sociedade, um grupo, uma instituição. Essa descrição (minuciosa) de algo demarca um quadro aceitável por muitos, mas não necessariamente por todos. Mais do que um *flash*, é um *trailer* dos bastidores – o *making off* –, uma visão, uma contribuição à análise.

Imbuída por essa vontade de compreender a trajetória do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – cuja direção assumi em abril de 2005 –, idealizei este livro. Mas, mais do que isso, norteou o projeto o desejo de apreender – por vício e virtude de profissão – os rumos que conduziram a instituição a este estado/lugar.

O *estado das coisas*, ou as fronteiras de uma *situação*, permitem *proposições*. Mergulhar na feitura destas entrevistas, portanto, derivou da aspiração de nos situar como instituição arquivística, espaço de guarda e reflexão, lugar de comprovação de direitos. No mesmo sentido, esta produção de fontes – que é o processo da História Oral – permitirá, espero, delinear caminhos e propor metas, aprendendo com as boas experiências e perseguindo-as.

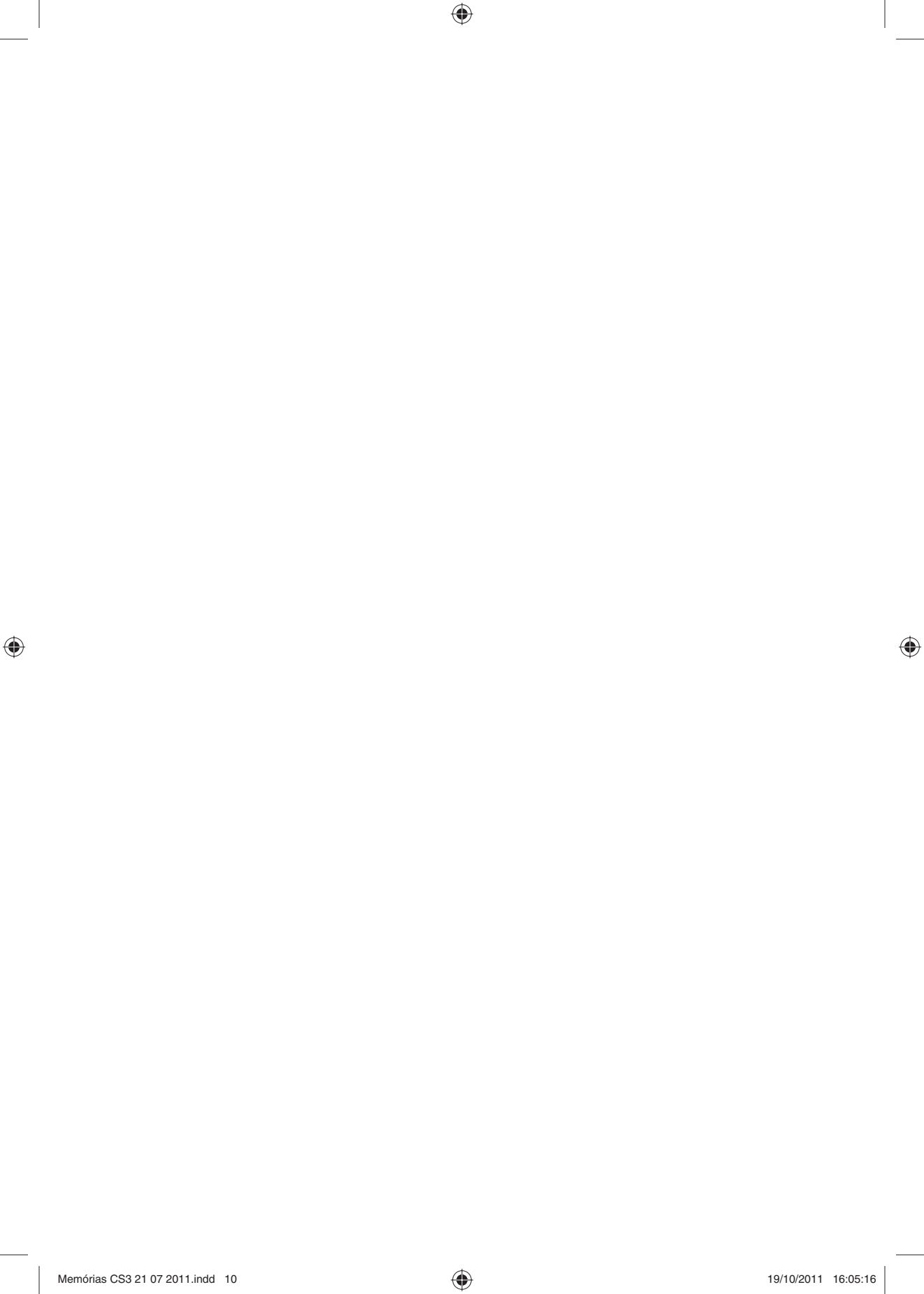
Gostaria, assim, de primeiramente agradecer a todos que dispuseram do seu tempo e memória para nos ajudar a novamente demarcar os passos desta instituição mult centenária e, igualmente, pela paciência que tiveram entre a coleta dos registros e o lançamento deste volume, que só foi possível devido ao Edital APQ-3 da Faperj e ao apoio da Imago Editora.

Mesmo datadas, as entrevistas são um olhar do presente para o que passou. Assim como o processo do historiador, que indaga, a partir do contemporâneo, o passado que o inquieta.

Cidade Nova, fevereiro de 2011.

BEATRIZ KUSHNIR¹

¹ Historiadora, diretora-geral do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Doutora em História Social do Trabalho (Unicamp, 2001), pós-doutora júnior (Cemi/Unicamp 2005) e pós-doutora sênior (UFF 2007-8). Autora de *Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua* (Imago, 1996); *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (Boitempo, 2004.). Organizadora de *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil* (Imago, 2001) e *Maços na gaveta: reflexões sobre a mídia* (EdUFF, 2009).



INTRODUÇÃO

Em diversos momentos da trajetória do Arquivo da Cidade, a equipe da instituição pensou em desenvolver um estudo voltado para o levantamento e reconstituição da organização administrativa do Rio de Janeiro, com o objetivo precípuo de contribuir para o arranjo do acervo documental custodiado pelo órgão. Lamentavelmente, esse trabalho foi inúmeras vezes interrompido por outras demandas, pela descontinuidade administrativa ou por um quadro insuficiente de profissionais.

Embora alguns estudiosos tenham analisado a organização administrativa brasileira, resultando em trabalhos de excelência, ainda pairam um grande desconhecimento e enormes lacunas no que diz respeito à história da administração da Cidade do Rio de Janeiro, tanto em épocas remotas como em tempos mais recentes. Sobretudo, porque se trata de uma cidade que conheceu múltiplas organizações administrativas, foi capital do Vice-Reino, Município Neutro da Corte, Distrito Federal, Estado da Guanabara e, finalmente, capital do Estado do Rio de Janeiro, após a Fusão. Além disso, o Rio de Janeiro, diferentemente de outros municípios brasileiros, pelo fato de ter sido a sede da administração do País por um longo período, palco de experiências políticas, sociais e econômicas diversas, transformou-se em um centro cosmopolita, absorvendo e resignificando ideias e comportamentos, tornando-se, assim, referência para outras cidades e regiões do País.

Por esses motivos, a cada mudança de regime, ou no nível institucional, a cidade-capital conhecia profundas modificações em toda a sua estrutura organizacional, fosse para se adequar à nova realidade que se impunha, fosse para atender aos interesses das camadas dirigentes. Portanto, mergulhar nos intrincados meandros da administração do Rio de Janeiro é um desafio e, concomitantemente, um trabalho de fôlego, que exige tempo, pesquisa minuciosa e rigor teórico-metodológico. Mas é uma tarefa que deve ser enfrentada com desassombro se quisermos realmente entender como funciona essa complexa máquina que passou por tantas mutações no decorrer dos séculos.

Outro problema a ser enfrentado reside no fato de que os gestores passam, assim como suas ações, e muito pouco fica registrado, quase tudo se perde nos caminhos tortuosos das repartições públicas. A cada fim de governo, e, muitas vezes, em tempo menor do que o estabelecido por lei para a vigência de uma gestão, mudam os responsáveis e suas equipes, projetos são cancelados, ações são abortadas, os novos administradores assumem detendo poucos conhecimentos sobre o que foi realizado anteriormente, devido à quase total ausência de registros. Poucos foram os titulares das pastas que se preocuparam em

arquivar e preservar a memória da sua administração, raríssimos os que tiveram a diligência de enviar ao Arquivo Municipal – instituição que seria o destino natural e oficial dos documentos originários dos órgãos municipais – o conjunto documental produzido durante o exercício do seu mandato. Evidentemente, se essa atitude já tivesse se tornado uma prática cotidiana, hoje as fontes que permitem reconstituir a história da Prefeitura do Rio estariam organizadas e reunidas, facilitando o trabalho do pesquisador. Em boa hora, foi estabelecido o Decreto nº 29.028, de 28 de fevereiro de 2008, que dispõe que os arquivos dos prefeitos sejam recolhidos ao Arquivo da Cidade, possibilitando que, desta data em diante, a instituição possa, enfim, cumprir, em sua totalidade, a principal das suas finalidades, a de ser a fiel depositária da memória da Prefeitura do Rio.

O Arquivo da Cidade, pela sua natureza, ou seja, pela sua função de guardião da documentação produzida pela administração da Cidade do Rio de Janeiro, deve ter, na nossa opinião, um papel adicional ao de preservar e dar acesso a seu acervo, que é o de pensar a administração, analisá-la, problematizá-la, refletir criticamente sobre ela, pois, apesar do recolhimento intermitente, detém parte significativa das fontes necessárias para empreender essa reconstituição. Entendemos, então, que um bom começo seria conhecer a nossa própria história, mais próxima e familiar, ou seja, a história do Arquivo da Cidade, partindo do particular ao geral para, posteriormente, trilhar o caminho inverso e alçar voos mais amplos.

Porém, buscar essa reconstituição desde os seus primórdios, a partir do episódio em que Mem de Sá ordenou que se separasse uma “arca grande e boa” para guardar a documentação produzida pela administração da cidade recém-fundada, mostrou-se logo inviável, pois teríamos que abarcar mais de 400 anos de existência. Disso resultou um corte cronológico que estabeleceu como um dos marcos fundamentais da história da instituição a sua investidura como Arquivo do Poder Executivo do Rio de Janeiro, ocorrida em 1892, por ocasião da criação da Prefeitura, figura inexistente no período anterior, quando cabia à Câmara Municipal administrar a cidade. Essa análise estende-se até os dias atuais, portanto, aborda mais de cem anos de uma história contada através das fontes documentais oficiais e privadas e da bibliografia especializada no assunto, trabalho elaborado pela pesquisadora do Arquivo da Cidade, Maria Célia Fernandes, no livro de sua autoria intitulado *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A travessia da arca grande e boa na história carioca*.²

Entretanto, das conversas e entendimentos estabelecidos entre os membros da equipe, surgiu a ideia de enriquecer este relato com o depoimento de quem vivenciou esta história, arcou com as responsabilidades de tomar as decisões, enfrentou toda sorte de dificuldades, realizando um trabalho que garantiu ao Arquivo da Cidade uma sobrevida, para além do descaso com que a instituição foi tratada em vários momentos da sua trajetória.

² FERNANDES, Maria Célia. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A travessia da arca grande e boa na história carioca*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2011.

Passamos, então, das fontes escritas e impressas para a oralidade. As lembranças de nossos entrevistados emergem como uma torrente, numa correnteza que muitas vezes encontra remanso nos esquecimentos ou nos silêncios pensativos ou propositais. A memória tem o poder do reviver espontâneo, é muitas vezes fugaz, frequentemente nos trai, consiste na interpretação e na representação de fatos vividos, trespassados pela emoção e pelos sentimentos de quem os testemunhou. Reside, portanto, no reino da subjetividade. A História, como ciência, consiste em uma operação intelectual, que subentende mediação, triagem, distância, crítica. Porém, ao recorrermos aos relatos e testemunhos de épocas passadas, estabelecendo conexões e relações, conferimos sentido a fatos esparsos, aparentemente desencadeados, formando um todo inteligível, transformando as narrativas orais em fontes imprescindíveis para a História.

Este livro reúne 17 entrevistas que foram divididas em quatro capítulos e abarcam o período de 1955 a 2008. No entanto, cumpre assinalar que a ordem dos depoimentos no livro não obedeceu à data de sua realização, isso porque foram aglutinados segundo a afinidade de temas e/ou o período em que o entrevistado exerceu cargos na administração pública, de modo que em algumas entrevistas há referências a outras que só aparecerão nas páginas seguintes. Cumpre acrescentar que as entrevistas foram editadas por razões de espaço e para tornar os relatos mais objetivos e a leitura mais interessante. Ressaltamos que não houve alterações nas respostas dos entrevistados, transcritas na íntegra, apenas a supressão de algumas perguntas com as suas respectivas respostas por repetitivas ou por não trazer maior contribuição ao depoimento.

O primeiro bloco de entrevistas cobre cerca de 20 anos, que vão dos anos finais do Distrito Federal, passando pela criação do Estado da Guanabara (1960), e desembocando no início da gestão do prefeito Marcos Tamoyo (1975). Está centrado nas precárias instalações do Arquivo da Cidade em São Cristóvão, no prédio hoje ocupado pela Imprensa Oficial. Ali funcionava a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, ao qual o Serviço de Arquivo Histórico era subordinado e, também, o Serviço de Museus.

A museóloga Maria Augusta Machado, que trabalhou no Museu da Cidade, abre a série de entrevistas discorrendo sobre as várias sedes que aquela instituição ocupou no seu trajeto, mudanças que foram muitas vezes realizadas sem os cuidados requeridos pelo acervo e por razões que nunca foram devidamente esclarecidas, surpreendendo seus funcionários. Foi testemunha da situação difícil em que se encontravam o acervo do Arquivo da Cidade e o prédio que o abrigava, pois o Serviço de Museus dividia o espaço com o Arquivo e com a Divisão de Patrimônio, separados por finas divisórias que mantinham as equipes em convívio permanente e impedia que os territórios institucionais fossem rigidamente demarcados.

Cybelle de Ipanema, que ocupou cargo comissionado na Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, deu um depoimento sobre sua atuação e a de Marcello de Ipanema, diretor da Divisão e seu companheiro, não só na vida profissional como na vida afetiva. Em que pese a criação, no governo Carlos Lacerda, de um órgão municipal para tratar

da preservação do patrimônio histórico e artístico carioca, a escolha do prédio onde foi instalado e a sua posição na hierarquia do governo estadual, subordinado ao Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, não lhe conferia autonomia e poder decisório, instrumentos essenciais para atuar decisivamente na preservação de um patrimônio de inquestionável valor histórico e arquitetônico.

Por Cybelle, ficamos sabendo que o desempenho da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico dependeu principalmente do esforço hercúleo despendido por Marcello e pelos arquitetos do Serviço de Tombamento. Funcionários públicos dedicados a seu mister atuaram sempre na defesa do patrimônio arquitetônico da Cidade do Rio de Janeiro, atuação que terminou, já no governo Marcos Tamoyo, em disputas e querelas que afastaram profissionais conceituados de suas atividades, como Marcello e Olínio Coelho. Embora ressentidos, ambos felizmente não abdicaram de prosseguir nessa luta. Olínio foi um dos ardorosos defensores da preservação do solar Monjope e um pesquisador que nos dá o justo valor do acervo do Arquivo da Cidade, que conhece muito bem, pois o consultava diariamente para subsidiar suas ações de tombamento. Cybelle e Marcello trabalharam arduamente no sentido de preservar o acervo do Arquivo e divulgá-lo – apesar das dificuldades de pessoal especializado e de recursos –, mormente por ocasião do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, quando a instituição realizou uma série de eventos comemorativos.

Júnia Guimarães e Silva perpassa boa parte do período abordado (1976-2008), uma vez que começou sua vida profissional no Museu dos Esportes, mas logo foi transferida para o Serviço de Arquivo Histórico, acompanhando por cerca de 32 anos a sua trajetória. Júnia é a memória viva da instituição, desde antes que o órgão ocupasse as novas instalações. Trabalhou com todos os dirigentes do período em que esteve em atividade, viveu as agruras e as alegrias de quem tem paixão pelo ofício que escolheu, contribuindo com a sua visão sobre a rotina da instituição e revelando que, em todo o percurso, obstáculos e problemas repetiram-se à exaustão.

No segundo capítulo, optamos por orientar as nossas perguntas para a gestão do ex-prefeito Marcos Tamoyo, porque foi dele a iniciativa de erguer um prédio com todos os requisitos técnicos exigidos para a preservação do acervo do Arquivo da Cidade. Também foi ele que aquinhoou a instituição com uma nova estrutura, na qual o órgão ascendeu de Serviço a Diretoria e foi rebatizado com o nome de Arquivo Geral, denominação que havia perdido no seu transcurso e que tem um significado especial, uma vez que confere à instituição o *status* de ser um Arquivo de toda a Prefeitura do Rio. No último dia de seu governo, doou à instituição seu acervo, tanto o de caráter público como o privado, que constituiu fonte significativa para a elaboração do roteiro das entrevistas. Sua secretária de Educação e Cultura, professora Terezinha Saraiva, e o comandante Martinho de Carvalho – este último, lamentavelmente, não pudemos entrevistar, porque faleceu logo após ter marcado uma data para nos receber –, foram incansáveis na batalha para que a construção do novo prédio do Arquivo da Cidade chegasse a bom termo.

Marcos Tamoyo foi uma figura polêmica, principalmente por ter sido indicado para o cargo de prefeito pelo governo federal na época da ditadura civil-militar. No entanto, sua gestão foi repleta de realizações nos campos educacional e da saúde, na aquisição, construção ou reforma de equipamentos urbanos. Teve a difícil incumbência de montar uma Prefeitura sem sequer contar com uma infraestrutura mínima, nem mesmo com uma sala para estabelecer fisicamente o novo ente municipal, como ficamos sabendo pela entrevista da professora Terezinha Saraiva, consultora do ex-prefeito, sua secretária de Educação e executora das medidas destinadas a aprimorar o ensino na Cidade do Rio de Janeiro. Essa gestão está por merecer um estudo aprofundado, sobretudo porque, paradoxalmente, o ex-prefeito preocupou-se com o patrimônio documental a ponto de assegurar-lhe uma morada com todos os requintes técnicos que eram ainda desconhecidos no Brasil – e que os arquitetos projetistas tiveram que buscar em experiências externas e na *expertise* da diretora e do corpo técnico da instituição –, mas não se empenhou para proteger outros importantes bens patrimoniais.

César Hack Serôa da Motta, seu chefe de Gabinete, foi testemunha e partícipe da montagem do seu governo, assim como Samuel Szyglic, secretário de Planejamento, que foi o segundo titular de uma secretaria recém-criada. Ambos descerraram um pouco a cortina que obscurece o intrincado processo de fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, discorreram sobre as relações estabelecidas entre o ex-prefeito, o ex-governador Faria Lima, o presidente Geisel e Golbery do Couto e Silva, e as razões da sua indicação para o cargo de prefeito. Revelaram-nos, ainda, a participação dos engenheiros na condução da máquina administrativa, apontando para um fato que deveria ser mais bem investigado, ou seja, a dimensão que adquiriram esses profissionais-funcionários no âmbito da administração da coisa pública, elaborando e desenvolvendo projetos que os levaram a conhecer profundamente a urbe carioca nos seus mais variados aspectos, conhecimento que iria lhes garantir a ocupação de postos-chave no serviço público. Acompanhou-nos, como entrevistador, no depoimento dado por Samuel Szyglic, o economista Mauro Osório, professor da UFRJ, cujas perguntas foram pertinentes e ampliaram o escopo original.

A entrevista do imortal Domício Proença foi esclarecedora no sentido de compreendermos como a cultura, a partir da gestão de Marcos Tamoyo, paulatinamente adquiriu prestígio. Ele conferiu um crédito especial nesse processo ao comandante Martinho de Carvalho, que esteve à frente do Departamento de Cultura, personalidade obstinada e perseverante na busca de seus objetivos de engrandecer a cultura carioca, abrindo espaço para a expressão das distintas manifestações culturais. Além disso, fez aflorar o tema da participação dos intelectuais no aparelho de Estado, do qual o próprio Domício é um exemplo, e que tem sido abordado em estudos relevantes, mas que no caso do Rio de Janeiro é ainda um acontecimento pouco analisado e que requer a atenção dos pesquisadores.

No terceiro bloco, entrevistamos os arquitetos Valdir Ribeiro e Marcos Konder Netto, buscando informações sobre o processo de ocupação da área da Cidade Nova pelo poder

público e porque se construiu o Arquivo da Cidade em um terreno tão pouco propício. Desejávamos saber como se deu a escolha do local, como foi executado o plano para a Cidade Nova e a inclusão do Arquivo nesse plano. Valdir Ribeiro foi o fiscal que acompanhou a obra quase desde o início até o seu final, descreveu os percalços da construção em uma área de mangue e as soluções que encontrou para driblar as dificuldades impostas pelo meio ambiente, já que a região era, na época de D. João VI, ocupada pela lagoa da Sentinela e pelo mangal de São Diogo. Apesar dos aterros sucessivos, continua a ser uma área sujeita a alagamentos.

Marcos Konder Netto, conceituado arquiteto, projetista de obras famosas como o Monumento aos Pracinhas, foi também funcionário público, responsável pelo projeto do Centro Administrativo São Sebastião, que abriga a Prefeitura, secretarias e outros órgãos municipais, e pela construção do restaurante Rio's, no parque do Flamengo, além de autor de um plano diretor da Cidade Nova, que não foi implementado na sua íntegra. Ambos demonstram como o Executivo municipal contava e conta com quadros diligentes e de excepcional qualidade, ao contrário do que pensam alguns detratores do serviço e do funcionalismo públicos.

No quarto momento, entrevistamos os dirigentes do Arquivo da Cidade com o objetivo de entender como eles pensaram a gestão de um arquivo e quais os avanços que o órgão obteve em suas administrações; como agiram para dirimir conflitos intestinos e com os seus superiores, como se situaram diante das dificuldades que se antepuseram às suas realizações; que projetos realizaram e quais deixaram de concretizar por falta de tempo, apoio ou incentivo. Sua primeira diretora, Lia Temporal Malcher, foi responsável pelo traslado do acervo do inacreditável prédio de São Cristóvão para as novas instalações na Cidade Nova. Lia foi a primeira a pensar o funcionamento e a organização do Arquivo da Cidade na nova edificação, tendo ido à Espanha e à França, por indicação de Marcos Tamoyo, para conhecer a realidade dos arquivos estrangeiros e trazer a experiência de seus titulares. Mas foi também pioneira em reconhecer que essas experiências, embora interessantes, não poderiam ser aplicadas na sua totalidade em arquivos situados em zona tropical.

Foi sucedida por Helena Corrêa Machado, arquivista de renome, uma das mais atuantes profissionais no processo de oficialização da carreira e na criação da Associação de Arquivistas, reconhecida por todos como uma das principais técnicas na conceituação e na prática da arquivística brasileira. Depois de uma pequena interinidade, assumiu a direção do Arquivo da Cidade, indicada por Helena Corrêa Machado, a professora municipal Eliana Rezende Furtado de Mendonça, outra historiadora que passou a se dedicar à organização de arquivos, marcando uma tendência que pode ser observada no decorrer da trajetória da instituição. Eliana, como quase todos os que têm formação em História, adquiriu conhecimentos sobre Arquivologia na prática e de formação autodidata. Tanto ela como José Maria Jardim e Paulo Elian dos Santos tiveram uma passagem importantíssima pelo Arquivo Nacional, na época de Celina do Amaral Peixoto, referência para todos os que se

dedicam à organização e preservação de acervos. Essa *expertise* foi responsável por uma administração dinâmica e por muitos ganhos na organização do acervo, tendo partido de Eliana a primeira iniciativa de identificar todo o acervo de Augusto Malta, registrando suas obras em catálogo.

José Maria Jardim, professor universitário, que também saiu da História para entrar na Arquivologia, trouxe o cabedal de conhecimentos que a disciplina histórica lhe conferiu e é hoje reconhecido como uma autoridade no campo da Arquivística. Sua intervenção no Arquivo da Cidade, embora breve, trouxe um aporte de informações e reflexões que iriam subsidiar, posteriormente, a elaboração da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, que alçou o Arquivo da Cidade a uma posição privilegiada na gestão da documentação produzida no âmbito da municipalidade. Foi substituído por Paulo Elian dos Santos, outro historiador, ex-professor do município, que passou a dedicar-se à organização de acervos documentais e teve uma passagem pelo Arquivo muito profícua, uma vez que cuidou especialmente da organização do acervo, esquecido em algumas ocasiões, quando os recursos escasseavam e a instituição, por esta razão, privilegiava os eventos culturais, cujos custos eram, na maioria das vezes, simbólicos. Hoje ocupa cargo de direção na Casa de Oswaldo Cruz.

O depoimento de Lélia Coelho Frota, intelectual brilhante, cuja passagem pelo Arquivo da Cidade engrandece a instituição, nos emociona, pois uma figura tão importante para a área cultural partiu muito cedo, privando-nos da sua criatividade, do seu espírito empreendedor e de suas ideias inovadoras. Deixou-nos um importante legado cultural e uma parte desta sua experiência está relatada na entrevista que concedeu à instituição.

Finalizando o livro, Beatriz Kushnir, atual diretora do Arquivo da Cidade, fala sobre as dificuldades que encontrou e sobre seus planos e projetos, sobre os que conseguiu implementar e sobre aqueles que gostaria de ver concretizados em futuro breve ou em próximas administrações. Discorreu sobre a relação estreita estabelecida com as universidades – que considera uma das mais importantes decisões para superar o isolamento que o Arquivo conheceu em alguns momentos da sua trajetória –, e sobre o uso intensivo das Leis de Incentivo, que possibilitou a realização de muitos projetos de envergadura.

Nesse último bloco, esta entrevistadora se viu, inúmeras vezes, contracenando com os entrevistados. O retorno a um passado do qual foi partícipe, revisitando situações sobre as quais tinha uma leitura por vezes diferente, foi instigante mas, ao mesmo tempo, acarretou muitos questionamentos. Ter sido a diretora de Pesquisa de muitos diretores do Arquivo da Cidade poderia comprometer a imparcialidade. A tentativa de ter uma visão afastada e crítica dos acontecimentos constituiu muitas vezes um desafio, porque ligações de afeto, companheirismo, respeito e admiração haviam se firmado no transcorrer das atividades profissionais. Mas, como Domício Proença que, ao discorrer sobre o seu livro que versa sobre um personagem de Machado de Assis, e no qual ele disse que “deixou a moça falar”, referindo-se a Capitu, protagonista de *Dom Casmurro*, tentei interferir o mínimo possível, procurando ampliar ao máximo o espaço para a manifestação de opiniões. Espero ter sido

bem-sucedida nesta empreitada. O que me deixou mais confortável neste processo foi o fato de que compartilhei o papel de entrevistadora com a atual diretora do Arquivo da Cidade, Beatriz Kushnir, e com a pesquisadora Maria Célia Fernandes, que entrevistaram quando necessário e corrigiram o rumo por ocasião de algum desvio não intencional.

De qualquer forma, foi muito interessante observar, a cada entrevista, o quanto os diretores realizaram no seu período de gestão e como uma retrospectiva pode, muitas vezes, mudar a nossa percepção. Ficou claro que, ao se procurar ter uma visão crítica de qualquer uma das gestões do Arquivo da Cidade, é imperativo ponderar que a Arquivística vem evoluindo bastante, tem modificado e aprimorado conceitos, como qualquer outra área do conhecimento. Então, o que nós nos perguntamos hoje muitas vezes não constituíam questões passíveis de serem colocadas em épocas passadas. Esta é uma primeira variável, que temos que considerar. A segunda é que agora nós temos ciência de que a procura de diálogo com as demais secretarias, a ausência de recursos e a falta de formação de uma equipe especializada foram recorrentes. A formação de um corpo técnico constituiu sempre um problema para o Arquivo, que contou com a mão de obra do professor para preencher as lacunas. Inclusive, também isso tem um aspecto positivo, porque sem os professores o Arquivo e, sem exagero, boa parte dos órgãos da área cultural, não teriam desenvolvido a maioria de suas atividades.

Lamentavelmente, não pudemos entrevistar todos os que gostaríamos mas, na expectativa de que este projeto tenha continuidade, outras entrevistas serão realizadas proxima-mente, levando adiante um projeto cujo objeto de estudo está em permanente mutação e, portanto, impossível de se dar por concluído. Abro um parêntese para comentar que dos diretores do período de 1979 a 2008 que não constam deste primeiro livro de entrevistas, um encontra-se no exterior, outro não conseguimos localizar e a autorização para um dos depoimentos não chegou a tempo, mas poderão integrar uma próxima publicação.

Gostaríamos de assinalar que as entrevistas foram interessantíssimas por revelarem que cada diretor que passou pela instituição, apesar de todos os entraves citados, realizou um bom trabalho, deixou marcada a sua passagem pelo órgão nos projetos concluídos e todos, sem exceção, demonstraram competência, um grande apreço pelo Arquivo e pela sua documentação, e uma preocupação constante em criar mecanismos para atender com eficiência, rapidez e eficácia ao cidadão.

SANDRA HORTA³
Gerente de Pesquisa

³ SANDRA HORTA, historiadora, gerente de Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, mestre em História Social (UFF 1983). Autora de *Comentários sobre o acervo. Imprensa Alternativa* in **Maços na gaveta: reflexões sobre mídia**; (EdUFF, 2009), *Revista do Arquivo do Distrito Federal* in **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** (Prefeitura/Rio 2007), *Memória da Destruição, Rio uma história que se perdeu – 1889/1965*, com Alberto Taveira in **Bulletin of the International Planning History Society** (2004), organizadora de **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Terras e fatos** (Prefeitura/Rio 2002).

I

A DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO E AS
PRECÁRIAS INSTALAÇÕES DO SERVIÇO DE ARQUIVO HISTÓRICO





*“Apesar de nada saber,
então, sobre / Museologia e
Patrimônio, chocou-me
profundamente a iniciativa
de retirar os dois dragões
que sustentavam a escadaria
do prédio da Escola
José de Alencar.”*

MARIA AUGUSTA MACHADO é museóloga, formada pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. Foi chefe de Serviço de Museus, tendo dedicado a maior parte da sua vida no serviço público à preservação da memória da cidade do Rio de Janeiro. Foi também pesquisadora do Museu Villa-Lobos, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e autora de inúmeros trabalhos na área de Museologia e História, dentre esses, a sua mais recente publicação, *São Jorge: Arquétipo, santo e orixá*, livro em que enfoca São Jorge do ponto de vista de suas representações nas artes plásticas e sua imagem mítica como santo popular, cultuado em mais de uma religião.

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir e Sandra Horta em 12/02/2008, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Onde você nasceu? Você é carioca?

Paulista de registro civil. Nasci em um lugarejo então chamado de Serrinha (atual Cidade de Serrana) no Município de Cravinho, comarca de Ribeirão Preto. De lá saí aos dois meses de idade. Motivo? Tuberculose galopante da mulher que me gerara.

Por que você veio para o Rio de Janeiro?

Meu pai era médico. Para cuidar da mulher, confiou seus quatro filhos a terceiros, parentes da esposa. Em busca de clima adequado, mudou-se para Jacarepaguá, onde residia uma cunhada em uma grande chácara que balizava a entrada que levava à igreja de Nossa Senhora da Pena. Lá morreu mamãe. Eu tinha então dois meses de idade. Éramos quatro irmãos e eu era a mais nova das crianças. Papai nos confiou à sua única irmã, que então residia na vila Visconde de Moraes, situada na rua São Clemente, em Botafogo. Ela era solteira, tinha 52 anos de idade e tivera toda a sua vida dedicada ao pai, à numerosa prole e a muitos familiares e agregados.

O pai foi ministro da Agricultura, Comércio e Indústria do Gabinete Rio Branco,⁴ no período-chave da promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Seu nome? Theodoro Machado Freire Pereira da Silva,⁵ também responsável pela criação do bairro carioca de Vila Isabel. Depois de um curto período em que deixou várias marcas na história urbana da cidade, afastou-se por algum tempo da vida pública e tornou-se fazendeiro de café no Estado do Rio. Algum tempo depois, reconduzido à vida pública por seu particular amigo Cotegipe,⁶ tornou-se presidente da província da Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro. Minhas raízes familiares? Nordestinas e variadas. Pelo ramo materno descendo dos Nabuco de Araújo Freitas,⁷ de um avô espantosamente omissos, que era primo-irmão de Joaquim Nabuco. Você pode imaginar que eu, na realidade, não tive pai, a figura paterna nem a materna. Tive avó, a superavó. Recapitulando, nasci em junho de 1915, em pleno período da Primeira Guerra Mundial.

Com a morte de mamãe, ocorrida em 17 de fevereiro de 1918, papai assumiu, durante uns meses, o cargo de médico de bordo de um paquete da companhia de navegação costeira, que fazia a rota do litoral sul. Pensava em desligar-se e retornar à sua clínica, quando chegou ao porto do Rio de Janeiro, cidade totalmente dominada pela gripe espanhola. Foi logo chamado para atender à mulher de seu colega e amigo, o médico homeopata Antônio Araújo Penna. Consegui salvá-la e contraiu a gripe. Morreu em três dias por infecção renal. Já vivíamos, então, sob a guarda da tia Gabriela.

Qual o bairro do Rio em que você residia?

Primeiro em Botafogo, na vila Visconde de Moraes. Quando papai morreu, o nosso endereço era outro, na rua Santa Clara, que cortava um enorme areal e que, com o tempo, transformou-se no Bairro Peixoto. Com a morte de papai, mudamo-nos para uma casa, de arquitetura neoclássica, situada também na rua Santa Clara, quadra da praia. Vivenciei em plenitude a história social do bairro que se formava. De Copacabana, nos mudamos

para Botafogo, como disse, e daí, em caráter definitivo, para Petrópolis – cidade com muitas faces, último reduto onde se abrigava, em caráter ocasional ou permanente, uma sociedade imperial, marcada pelo vitorianismo⁸ e pela absorção da *Belle Époque*⁹ em sua versão francesa. Em Petrópolis vivi dos seis aos 16 anos, quando nos mudamos para Niterói, para viver no bairro de Icaraí.

Você recebeu educação em casa?

Não. As educações liberais daquela época eram do colégio Jacobina, do Bennett. Mas eram os colégios religiosos – o colégio Sion, que era o elitismo do elitismo –, que tinham boa instrução de base. O Sion era um lugar que ensinava português e francês.

Você estudou no Sion?

Não, minha irmã Maria Amélia estudou lá e foi uma das primeiras alunas. Naquela época, colégio público era ótimo. No entanto, era inaceitável que se colocasse uma menina de “classe A” em colégio público. Coube-me o quê? O colégio Santa Catarina. Era um colégio que tinha uma especialidade, os alemães, donos de fábricas e tudo, criaram um educandário particular só para filhos de alemães e era gratuito. Fui péssima aluna e só consegui reter a aprendizagem do que bulia com a minha imaginação. Como, não sei, mas consegui concluir os estudos regulares. Era, em compensação, uma devoradora de livros de Jules Verne.¹⁰ Tinha plena consciência de que meus conhecimentos eram poucos e desorganizados, passei, então, a frequentar diversos cursos.

Na época, tudo o que se esperava das meninas, sobretudo das rotuladas como bem-nascidas, eram prendas domésticas e sociais, que lhes proporcionariam bons casamentos. E assim, atravessei uma sociedade em mutação, marcada por acontecimentos históricos da maior importância. Nenhum colégio preparava seus alunos para a carreira universitária. Os exames deveriam ser prestados no Colégio Pedro II e abriam as portas para as faculdades, que então eram poucas. Exceção aberta para os cursos de Direito, Medicina e Engenharia.

O recém-inaugurado Governo Provisório de Getúlio Vargas, ao transformar-se em Estado Novo, resolveu o problema criando o famoso Artigo 99. Após os anos de escolarização, seus alunos poderiam usufruir os benefícios e, da adaptação às exigências dos currículos exigidos, tornarem-se aptos a concorrer aos primeiros concursos públicos. De certa forma, posso considerar-me uma autodidata, que foi aprendendo em conferências, seminários e muita leitura.

Mas, minha lembrança escolar era uma freirinha que parecia um robô motorizado. A primeira coisa que ela fez, para aquela garotada completamente imbecilizada, eu devia ter uns sete anos, “Disciplina, mão assim, vamos rezar para Jesus Cristo!”. Em alemão, você pode imaginar! Aprendi a rezar em alemão, mas as freiras não faziam questão de ensinar a língua. Sabe quanto tempo levei para aprender a ler? Entrei em fevereiro e quando chegou dezembro fiquei sabendo que ia ter de repetir o ano e que ia ser com aquela mesma

freira. Sabe em quanto tempo aprendi? Em 24 horas. E outra coisa, não tínhamos também aquele problema de classes sociais, nós nos dávamos bem com todas as meninas, de toda e qualquer classe. Devo ao espírito alemão exatamente o fato de ser uma pessoa não ligada a essa questão. Hoje, tenho amigos de toda classe social, velho, moço, pobre, apenas aprendi que há valores para cada classe. Mas isso devo ao colégio alemão.

Essas alemãs eram católicas ou luteranas?

Elas eram brasileiras, católicas. Nesse período havia uma coisa, o cinema. Nós íamos duas vezes por semana ao cinema. Era a influência americana, não é? E era uma sociedade que mudava também. De modo que nós tivemos uma formação eclética.

Quantos anos você permaneceu nesse colégio?

De 1923 a 1932. Adorava ler, adorava cinema e tinha imaginação à solta, imaginava coisas do arco da velha. Tinha a irmã Pacífica, que era inteligente, mas era uma das pessoas mais frias que já conheci, e tinha a irmã Inácia, que veio de Juiz de Fora. Esta, a primeira coisa que fez foi inventar um curso comercial que prolongou a temporada no colégio e, ao mesmo tempo, começou a chamar professores de fora. E o colégio, dez anos depois, passou a ser um bom colégio. Peguei a pior fase. Nós éramos todas direcionadas para o casamento. Havia uma dificuldade desgraçada para as meninas de “classe A”, porque o casamento era visto como um negócio. O que sobrava de mulher solteira na minha época! Porque com 25 anos já era considerada solteirona. Essa sociedade morre, com um golpe, na Revolução de 32.

A Constitucionalista de São Paulo?

A Constitucionalista de São Paulo. Lembro-me perfeitamente, o Getúlio, sempre com sua roupa de brim, seu chapéu meio desabado, saía para conversar com o povo. Ele ia no papo, conseguindo vantagens.

Então, você está falando da Revolução de 1930.

Da de 30 lembro-me perfeitamente. Mas a mudança começou com o Getúlio. Quando chega a Constitucionalista, já era outra jogada, era o mundo que se transformava, criação de quartéis, bairros que se transformavam, começou-se a aceitar classes sociais distintas. Fui testemunha ocular de tudo, da mudança de comportamento. Era costume mandar crianças, meninos religiosos, para o convento. Meu irmão, com 11 anos – verdade que ele tinha reumatismo infeccioso – foi para o Rio Negro, em Santa Catarina. Uma criança de 11 anos que ia levar de quatro a cinco anos para saber se ia querer ser padre.

Rio Negro era um seminário?

Era um seminário. E era uma honra para a família ter um irmão padre.

Mas era uma forma de ascensão social também. Para crianças cujos pais não tinham como educá-los em bons colégios, o seminário propiciava uma educação de qualidade.

Mas Paulo era um excelente aluno... Bem, nós morávamos em Petrópolis. Onde é o Museu Imperial, era o Colégio São Vicente de Paula. Nós, então, fomos duas vezes para Santa Catarina, em um período, e depois quando ele ia tomar o hábito. Quando ele voltou, deixamos a casa de Petrópolis guardada. A senhora que tomava conta – e ficou com a chave – foi convencida por uma outra a alugar nossa casa por três ou quatro meses. Foi para mim uma maravilha, porque nós vivemos quatro meses em Florianópolis, que era fabulosamente interessante. Eu tinha, nessa ocasião, 14 anos.

Depois que você sai desse colégio, você continua sua formação educacional?

Minha formação foi aos trancos e barrancos. Cinema, leitura, tudo quanto era conferência e curso, eu era uma devoradora de conferência e curso. Por isso que te digo que consegui chegar a um nível sem jamais ter sido uma pessoa acadêmica.

Então, você não teve uma educação formal?

Não considero formal. Você pode considerar formal a educação do Sion, naquela época. Mas o Getúlio criou o artigo 99, você frequentava dois anos, depois fazia uma prova. Depois começaram a abrir concursos e foram colocando pessoas técnicas em lugares técnicos.

Você fez concurso para o serviço público?

Não, aí já é uma longa história para você saber como a gente entrava nisso.

Você começou a trabalhar casada ou solteira?

Solteira. Saí de Petrópolis, fomos para Icarai. Aquele foi um período maravilhoso da minha vida, foi quando saí de verdade do mundo petropolitano. Tive uma sorte tremenda. Foi no dia em que eu estava fazendo tudo o que uma garota recém-entrada na puberdade faz, ia à praia, ao cinema. Como era curiosa, sabia que tinha uma instrução fraca, então tudo o que era cultural procurava assistir. Fui me tornando meio autodidata.

Até que, um dia, minha irmã ficou doente e o médico que foi atendê-la perguntou para mim: “Ô menina, o que você está fazendo?” Eu disse: “Faço isso, faço aquilo.” Felicíssima da vida. Ele disse: “Você não quer fazer alguma coisa de útil? O Instituto de Proteção à Infância está na maior crise econômica. Mulheres e filhas de médicos estão dando dois ou três dias da sua semana, durante a manhã, para ajudar. Por que você não vai?” Achei ótimo negócio. Cheguei, e me colocaram no consultório do doutor Imbassaí, que foi uma das pessoas mais fantásticas que conheci, foi quem levou a pediatria para Niterói. Me colocaram para fazer fichas. No fim de algum tempo, chegavam as pessoas mais estranhas possíveis. Um dia apareceu uma mulher com uma criança coberta de pústulas. Perguntei: “O que houve com a criança?” “Está com tosse comprida.” “Você já viu coqueluche dar pústulas?” “Foi um xarope forte.” Como é esse xarope forte?” “Bosta fresca de boi.” Nessa

altura, passei o doente imediatamente para o interno que estava lá, foi o que salvou o garoto. O doutor Imbassaí me disse: “Olha, não te quero fazendo fichinha, não. Quero que você vá colher essas histórias e faça uma síntese. Porque isso vai para o meu prontuário e, quando eu for examinar, em vez de examinar um, tenho tempo de examinar quatro.” Esse foi um período maravilhoso.

Foi aí que você descobriu a sua vocação para escritora?

Foi nesse período. O dr. Eduardo Imbassaí morreu com 102 anos. A última vez em que o vi, ele tinha um gênio meio malicioso, meio divertido: “Oi, como vai, doutor Imbassaí?” Ele olhou para mim com uma cara meio malandra e respondeu: “Pasme-se, ainda vivo.”

Esse seu primeiro trabalho foi voluntário. Qual foi o seu primeiro trabalho remunerado?

Chegou um determinado período da vida, evidenciou-se que a vida estava difícil, que eu precisava ter um trabalho remunerado. E, naquela época, eu tinha uma educação muito religiosa, me mandaram fazer um estágio na Fundação Rockefeller.¹¹ Bem, nessa altura, almoçava-se lá. Na hora do almoço, fiz o que estava acostumada a fazer, fiquei de pé e rezei. Você sabe que me desligaram por causa desse ato?

Em que ano foi isso?

Foi logo antes da guerra. Vivi plenamente aquela loucura do pré-guerra. O mundo pegando fogo e ninguém se dava conta. Criava-se o nazismo e ninguém percebia. E ninguém percebia também que o Getúlio, naquele perpétuo Governo Provisório, aproveitou-se e com aspirações... Houve a (Intentona) Comunista,¹² que nunca vi. Cá para nós, os esquerdistas falam muito, mas são muito pouco eficazes na ação. Foi a Intentona Comunista, depois veio o Integralismo, mas quem dava importância a isso? Quando entrou o Estado Novo, ninguém deu a importância que deveria ter. Vivia-se agradavelmente. Minha primeira experiência foi essa.

Depois dali, saí e fui para um trabalho de controlar fichário de representante médico. Era um trabalho normal, com gente normal mas, de repente, um parente nosso disse: “Vou te conseguir um cargo.” Como se vivia então a realidade de que a mulher se destinava exclusivamente à domesticidade, para entrar no mercado de trabalho e com os ganhos obtidos reforçar o orçamento doméstico, trabalhei no Laboratório Park Davis, na Generali de Trieste e Venezia e na Standard Oil. Nenhum desses trabalhos vocacionais. Mas, naquela época, a gente era muito teleguiado. Me ofereceram: “Porque você não vai para a Standard? Mais perto de casa, melhor salário.” E fui para a Standard. Ali, foi meu último estágio. Tinha como função controlar mapas de distribuição de óleo diesel. O sistema era o seguinte: americano ganhava 30, brasileiro que fazia o mesmo trabalho ganhava 20, ou 10. Fui salva pela Lei dos 2/5, que exigia igualdade salarial.

Bem, os americanos pagaram tudo o que tinham que pagar, agora, quem tinha menos de um ano de casa foi colocado para fora. Faltava um mês para eu fazer um ano. Nunca

me senti tão feliz, desempregada e feliz. Você pode me imaginar fazendo mapas de venda de óleo diesel? Claro que eu não devia ser uma boa funcionária. Nessa altura, estava feliz de ficar na malandragem, porque me sentia tão aliviada de ter saído daquela pressão, quando um primo do meu pai, que foi criado pelo meu avô, o almirante Castro e Silva, comandou toda aquela operação do Atlântico durante a guerra contra o Eixo e trazia para o Brasil um submarino.

Como era o primeiro nome dele?

José Machado de Castro e Silva,¹³ sobrinho de meu avô e por ele criado e encaminhado na vida. Vivia-se, então, um período de escassos concursos e a ocupação de cargos públicos se fazia por barganhas políticas. Em síntese, quase todos os candidatos entravam pela janela. Apenas havia o cuidado de ocultar a barganha, nomeando candidatos para diversificados cargos públicos. O pessoal da Agricultura procurava empregos para o pessoal da Fazenda e vice-versa. Em todos os ministérios, porque não havia concurso ainda.

E foi um período em que a mulher começou a entrar no mercado de trabalho, por precisar. Era para ser o primeiro degrau para a independência da mulher. Estava eu feliz, desempregada, com dinheiro pouco, quando fui surpreendida por inesperada proposta. Mas enfim, o Juca, este meu primo, era muito amigo do Dodsworth,¹⁴ que era o prefeito. E o Dodsworth disse: “Olha, vai haver uma modificação, você tem alguém?” “Tenho, a filha de um primo meu.” Um dia, fui convocada para ir à Câmara e compareci totalmente apavorada. Eu tinha duas propostas: oficial administrativa ou escriturária. Como nada entendia da função administrativa, achei que era melhor ser escriturária. Bem, aí, começou o grande capítulo da minha vida. O segundo passo foi a minha apresentação ao Gabinete do prefeito, que então se instalava em prédio construído na gestão Pereira Passos, situado em frente ao Campo de Santana.

E que depois foi demolido para a abertura da Presidente Vargas.

Exatamente. Fui designada para o recém-criado Departamento de História e Documentação,¹⁵ cujo diretor era o médico dr. Augusto do Amaral Peixoto,¹⁶ pai do comandante Ernany do Amaral Peixoto, recém-casado com Alzira, filha muito amada do presidente Vargas. Isso em 1942, 1943, início da década de 1940.

A que órgão o Arquivo era subordinado antes da criação do Departamento a que você se referiu?

Até então, o Arquivo do Senado da Câmara¹⁷ era diretamente ligado ao Gabinete do prefeito¹⁸ e guardava umas tantas peças de caráter museológico, como estandartes. Com a demolição do prédio construído por Pereira Passos, o Arquivo e a administração do novo departamento foram transferidos para um antigo pavilhão da Exposição do Centenário da Independência, onde estavam vários serviços municipais, ao lado do Museu Histórico. O Arquivo ocupou a parte subterrânea do prédio, seus gestores eram Noronha Santos,¹⁹ dr.

Madeira e o Restier Gonçalves,²⁰ que levavam muito bem. E a cúpula não mexia, não dava palpite, respeitava, por isso era um arquivo de primeira qualidade. O Serviço Administrativo ocupava um espaço reduzido no segundo andar do prédio. O também recém-criado Serviço de Museus desmembrou-se do conjunto. Por que tão drástica mudança? Dizia-se, então, que a criação do Departamento de História e Documentação²¹ teve, como causa, o fato de o médico dr. Augusto do Amaral Peixoto ter substituído o prefeito Dodsworth durante uma semana. E, por essa razão, foi agraciado com a direção desse Departamento. Especulações, verdades, não sei!

Ao Departamento de História e Documentação estavam subordinados o Museu e o Arquivo?

E o Serviço Administrativo. Precisamente no ano em que o Brasil declarava guerra aos países do Eixo, apresentei-me ao Serviço de Museus da Cidade, então instalado na praça Cardeal Arcoverde, em prédio construído e direcionado para recreação infantojuvenil. Obviamente, totalmente inadequado para transformar-se em museu. Um grande espaço térreo e riquíssimo acervo, um porão habitável, onde se instalou um Museu Central Escolar, formado com coleções escolares de toda a cidade. Serviços técnico-administrativos ocupando o andar superior. Um palco sem uso, local destinado às coxias, com um lindo armário que pertencera ao Senado da Câmara, guardando coleções de fotos de grande valor documental. O Serviço de Museus, cujo principal órgão era subdividido em coordenadorias, todas elas ocupadas por professoras com excelente formação escolar, adquirida na Escola Normal. Seguramente, no entanto, muitas eram as professoras que prefeririam exercer sua atividade extraclasse sem abrir mão dos generosos salários então pagos às professoras e, de forma especial, às diretoras de escola. A chegada de novos funcionários extranumerários obviamente não as agradou. Sentindo-se inferiorizados, os novos admitidos reagiram de forma nada construtiva. Algum tempo depois, chegaram novos funcionários transferidos de outros serviços municipais.

O serviço de Museus da Cidade estava nessa etapa quando nele ingressei. Sua primeira instalação foi no Parque da Cidade, em compra simbólica efetuada pela Prefeitura do Distrito Federal. Espaço maravilhoso, pertencente ao magnata Guilherme Guinle. Sua primeira ocupação foi uma colônia de férias. Quando ela terminou, instalou-se o museu. Pegaram o material que pertencia ao Arquivo, inclusive bandeiras, uma série de coisas. Pegaram as marrequinhas,²² tudo era do Arquivo.

E repassaram ao museu?

Foi repassado ao museu. Aí, reuniram-se coisas ligadas ao Distrito Federal, prêmios, premiações em salões de arte, alguma coisa que prestava, outras que não prestavam. Apareceu um cidadão que trabalhava em um hotel da cidade, e que achou que tinha descoberto a maior técnica artística possível. Ele cortava pedacinhos de selo e fazia figuras. Então, resolveram incorporar a obra do homem ao Museu. E estava à venda o que sobrou

da exposição do primeiro Centenário da Independência do Brasil. Fizeram um leilão. O Estado Federal comprou uma parte e o que sobrou a Prefeitura comprou. De modo que nós vamos encontrar no Museu da Cidade um mobiliário maravilhoso, que nada tem a ver com a história da cidade. Aquilo foi instalado da maneira mais precária que se possa imaginar, eu ainda não estava lá. Ignoro por que razão foi transferido para o prédio em Copacabana, especialmente construído para atender, de forma educativa, crianças e adolescentes. Quando ingressei no Serviço de Museus ele funcionava, então, na praça Cardeal Arcoverde, naquele bairro.

Você se lembra quem foi o primeiro diretor do museu?

Vou me lembrar daqui a pouco. Peguei o Paulo Coelho Neto, filho do escritor Coelho Neto, o Ademar Ferreira Assunção, que era um homem muito inteligente, muito charmoso, de palavra fácil, mas... A escola no Largo do Machado tinha dois dragões, um de tamanho menor, outro de tamanho maior. Ele simplesmente requisitou os dois dragões. Apesar de eu nada saber, então, sobre Museologia e patrimônio, chocou-me profundamente a sua iniciativa de retirar os dois dragões que sustentavam a escadaria do prédio da Escola José de Alencar, situada no largo do Machado. Além de descaracterizar o imóvel, cometeu o vandalismo de colocar, nos olhos dos dragões, lâmpadas vermelhas. Quando me tornei aluna do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, o vandalismo que incorporou os dragões como macho e fêmea ao acervo do Museu Histórico ultrapassou os limites de racionalidade. Após o término da Guerra do Paraguai, cogitou-se em levantar em homenagem ao imperador, em trajes de campanha, uma estátua (a maquete encontra-se exposta no Museu Histórico Nacional). Com o dinheiro arrecadado para a estátua, Pedro II construiu quatro escolas. Uma das escolas é a José de Alencar. A magnífica talha dos dragões homenageava o animal, símbolo da dinastia dos Braganças.

Colocou-as no Museu da Cidade?

Ainda estão no Museu da Cidade. Por isso digo, mais dia menos dia, tem que haver uma recolocação das coisas nos lugares certos.

O prédio onde ficou o Museu, na praça Arcoverde? Ainda é o mesmo da sua época?

É o mesmo prédio. Onde é hoje a saída do metrô e onde é o Teatro Gláucio Gil. Porque aquilo nasceu para a educação, tinha auditório, era uma educação para crianças de altíssima categoria. E aquilo ficou um corredor, um teatro, os bastidores do teatro, o que não era a finalidade. Bem, na direção do Departamento de História e Documentação a paternal figura de Augusto do Amaral Peixoto. Que função me cabia no Serviço de Museus? Guiar os raríssimos visitantes e ser responsável pelo plantão dos sábados e domingos, realizado no regime de rodízio. Foi então que ocorreu o inesperado. O pintor Eliseu Visconti²³ foi convidado para restaurar *croquis* da sua autoria, afrescos expostos na Câmara dos Vereadores, retratando o episódio da morte de Estácio de Sá, ferido mortalmente por flecha

envenenada. Visconti gostava de conversar e eu tinha todo o tempo possível para ouvi-lo. Por ele fui iniciada no capítulo das artes plásticas que romperam do neoclassicismo. Antes de terminar o trabalho que executava no Museu da Cidade, Visconti me convidou para conhecer o seu ateliê. E, detalhadamente, falou sobre a sua obra. Na saída, presenteou-me com um desenho seu, representando um pré-adolescente. Disse-me, então, que via em mim uma pessoa que manteria pela vida afora a alegria de viver dos adolescentes.

Que destino teve essa peça? No ano de 1945, como aluna do Curso de Museus, visitei Ouro Preto. E me apaixonei pelo ciclo do ouro. Algum tempo depois, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve uma obra embargada por falta de recursos. Foi então promovido um leilão de peças de arte doadas para resolver o problema. Lembrei-me do Visconti e, com o entusiasmo das pré-adolescentes, ofereci o desenho que me foi presenteado por ele. Transferências de outros órgãos ocorreram e o quadro funcional do Museu da Cidade recebeu gente de melhor categoria. Destaco, de forma especial, Edith Borges de Oliveira (mãe do teatrólogo Antônio Pedro,²⁴ na época um garotinho rebelde). No ano de 1944, ocorreu um fato que teve importância crucial em minha vida. Regressou de seu exílio político, vivido em Portugal, Gustavo Barroso,²⁵ cérebro cultural do Integralismo comandado por Plínio Salgado. O ex-exilado voltou a ocupar a diretoria do Museu por ele fundado e trouxe muitas ideias novas, entre elas reformular o Curso de Museus, ampliando a sua duração para três anos, criando novas disciplinas e o sistema de bolsas de estudo. Ao Museu da Cidade ofereceu duas bolsas. Por indicação de seu chefe, foram contempladas duas professoras, Paschoalina de Almeida Stilben (coordenadora da Seção de Planos e Pesquisas), e Alfredina de Souza Lobo (chefe do Museu Central Escolar).

Edith Borges de Oliveira, que atuava na Seção Administrativa do Museu, pessoa altamente gabaritada e com muitos relacionamentos familiares interligados com a cultura e a política dominante, abriu-me a cancela para o caminho do ensino da Museologia, propondo ao dr. Barroso que, após entrevistar os funcionários oriundos de transferências, entrevistasse os que, como eu, tinham entrado pela janela, pela periclitante lotação dos extranumerários mensalistas. Sua proposta foi aceita pelo dr. Barroso e mais uma bolsa foi concedida. Na ocasião, justificando a minha escolha, o poderoso diretor do Museu Histórico Nacional disse: “Menina, escolho você, não pelo que sabe, mas pelo seu potencial de aprender.” E assim ingressei no Curso de Museus que, na época, era o único existente no Brasil. Apaixonei-me pela Museologia.

Você se lembra dos nomes dos professores?

Lembro, nós tivemos uma professora, Eneida Rodrigues Vieira. Ela era extraordinária. Me lembro que o Calmon...²⁶ Era o Pedro Calmon quem estava na direção do Museu da Cidade quando voltou o Barroso. E o Barroso era uma pessoa que tinha enormes qualidades, mas também tinha umas coisas muito infantis. Qual foi a matéria que o Barroso deu para o Calmon? História da Arquitetura. O Calmon, que falava lindamente, não entendia bulhufas de História da Arquitetura. Mas nós éramos cinco e resolvemos, muito brilhantemente:

“Doutor Calmon, porque o senhor não ensina a história dos monumentos, da arte, através da história de Portugal?” Ele topou e nós conseguimos aprender bem a história de Portugal. Foi para mim uma coisa fantástica. O ano era de 1945. Quando fizemos a primeira prova escrita, que era de numismática, na então Estação de Hidroaviões,²⁷ alto-falantes anunciavam o término da Segunda Guerra Mundial. Você acha que alguém ia ter cabeça para fazer a prova de Numismática? Foi a nota mais baixa que tive. Foi aquela festa. Também era a sociedade que mudava. Nós tivemos colegas extraordinários. Tivemos um que, depois, acabou senador e presidente de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis.²⁸ E ele fazia absoluta questão de dizer: “Estou estudando Museologia porque sou político e isso vai me abrir caminho para muita coisa.” Tinham muitos que entravam para o Curso de Museus com este objetivo, pegar o lastro cultural. Para mim, foi fabuloso. Tínhamos um colega, o Labanca,²⁹ que foi um dos criadores do teatro de comédia que, aliás, trabalhou aqui, no Arquivo, durante um período, exatamente entre 1945 e... não sei.

Ele exerceu cargo de chefia?

Não, ele tinha um cargo pequeno. Ele era advogado, mas só gostava de teatro. Através do Labanca nós conhecemos – porque ele nos levava, então ia todo mundo – os bastidores dos teatros. Quando o pessoal saía, nós íamos nos reunir no *foyer*.

Então, quando você terminou o curso de Museologia, voltou para o museu?

Voltei. Vivia-se, então, uma brusca mutação de valores que atingia em cheio toda a sociedade. A guerra e, sobretudo, o nosso próspero período do pós-guerra, abalavam estruturas solidamente implantadas. Vivi intensamente o período de estudante de Museologia. Ana Barrafato³⁰ e sua irmã Margarida Barrafato Zicali, recordo que eram professoras e creio terem sido alunas do Curso de Museus. Fomos levadas para um espaço de deslumbrante beleza e nos instalamos no prédio residencial, onde o espaço era generoso. Acervo eclético e mobiliário barroco mineiro que figuraram na exposição do Centenário da Independência. Peças lindíssimas, mas sem vínculos com a cidade. Porque a Prefeitura as adquiriu? Peças pertencentes ao Arquivo do Senado da Câmara, quadros que figuraram em salões cariocas de Belas-Artes. Algum tempo depois, preciosos quadros representando prefeitos da cidade.

Quando ocorreu a brusca mudança de Serviço de Museus para sua primitiva sede no parque da Cidade, não recordo com precisão. Suponho que a razão de uma mudança não programada se embasou em seu teatro, cobiçado pelo diplomata e teatrólogo Paschoal Carlos Magno.³¹ Creio que foi durante um carnaval que a mudança se efetuou, sem que o prédio que pertencera ao magnata Guilherme Guinle, então ocupado por várias colônias de férias, tivesse sido adaptado para suas novas finalidades. Com essa mudança, o chefe Paulo Coelho Neto e a equipe de professoras extraclasse abandonaram seus cargos. Paschoalina de Almeida Stilben, museóloga recém-formada pelo Curso de Museus, e sua irmã Eurípedes de Almeida Stilben, que sucederam Alfredina Lobo na direção do Museu

Central Escolar, permaneceram no quadro funcional do Serviço de Museus. Mas, nesse período, por conta do Paschoal, que estava interessadíssimo naquele local, mas não mais para voltar a ser de educação infantojuvenil, ele queria fazer um teatro. Um dia, em pleno carnaval, nós fomos surpreendidos. O prédio seria entregue para o teatro e o Museu voltaria para o Parque da Cidade.

Bem, em síntese, o que foi que aconteceu? Aquele edifício tinha acabado de abrigar uma colônia infantil, devia estar imprestável e foi feita uma mudança da noite para o dia. Agora, particularmente, não sei quem era o chefe, creio que ainda era o Paulo Coelho. Bem, nessa altura, foi nomeada para o Museu uma colega nossa, que era uma pessoa ótima. Tudo estaria bem se um conflito de autoridades não criasse tensões, porque o parque pertencia à Secretaria de Agricultura, o prédio residencial e a capela eram administrados pela Secretaria de Educação e Cultura, a vigilância ficava a cargo de policiais, o funcionalismo era pouco coeso.

Com a mudança de sede, Paulo Coelho Neto afastou-se do cargo de chefe de Serviço dos Museus. Vacante ficou também a direção do Museu Histórico da Cidade. Paschoalina, coordenadora da Seção de Planos e Pesquisas Museológicas, revelou-se excelente e esforçada aluna do Curso de Museus. Sentia-se como a eleita para ocupar a chefia do Serviço de Museus. Interesses da Secretaria de Administração frustraram seus planos. Para o cargo almejado foi nomeada Yolanda Americano Cavalcanti, tia do secretário de Administração, Álvaro Americano, formada em Museologia no mesmo tempo que Paschoalina. Seu currículo não era dos mais brilhantes. A decepção de Paschoalina foi enorme. Yolanda era pessoa de trato fácil e logo se revelou insegura para ocupar cargo técnico. Apoiava-se em Paschoalina que, habilmente, articulou, com autoridades superiores, a vacância do cargo desejado. Quando ela ocorreu, nova surpresa, a professora Nair da Costa Pereira, pessoa de grande capacidade executiva, foi nomeada. Abriu-se uma guerrilha política de grande porte. Sentindo-se boicotada, Nair devolveu Paschoalina ao Departamento de História e Documentação, o que veio a desligá-la formalmente do Serviço de Museus. Designou-a para inventariar locais e monumentos de grande importância na cidade.

Com o afastamento de Paschoalina, passaram a ser duas museólogas: Guajajara Pereira Johnson e eu. Passamos a ser responsáveis diretas pela parte museológica. De repente, o que era um simples processo administrativo adquiriu dimensões políticas insuspeitadas. Diretores ilustres e capazes do Departamento de História e Documentação não aceitaram a chefia do Serviço de Museus e, de certa forma, transformaram Paschoalina em vítima. Curiosamente, a chefia da professora Nair da Costa Pereira afirmava-se em qualidade. Para se entender o período vivido é necessário entendê-lo como um todo, no qual correntes conservadoras e modernistas se digladiavam. Os primeiros não aceitavam a evolução da modernidade e detinham o poder econômico e governamental. Os servidores eram os defensores da evolução cultural e eram exorcizados com a pecha de comunistas. Dificuldades da nova administração que se deparava com o temperamento prepotente do diretor do Departamento de História e Documentação, Othon Ferreira de Barros,³² nomeado pelo prefeito Mendes de Moraes,³³ a quem chamava de “meu amado prefeito”.

E, naquela época, o prefeito Mendes de Moraes havia criado as artes nas ruas. Muita gente dava as suas “obras” e ninguém queria, porque eram de péssima qualidade. E o Mendes de Moraes e o doutor Othon mandavam para o museu, de modo que entrou muita porcaria naquela época. O Othon nada entendia de museus, mas tinha grande sensibilidade para administrar o Arquivo. Por sua iniciativa, criou-se um Curso de Arquivologia para o adestramento profissional dos seus servidores. O doutor Otho conseguiu que a turma do Arquivo fosse fazer um treinamento com o pessoal da Biblioteca Nacional. Nessa altura, acho que foi um período em que o Nelson Costa esteve no Arquivo e o Delgado de Carvalho³⁴ também esteve lá.

Dirigindo?

Acho que sim, um pequeno período.

Você saiu da Secretaria de Educação, do Museu, e passou...

Passei uma temporada na Secretaria de Saúde. Aliás, lá aconteceu uma coisa muito boa, foi quando eu estava no período pré-licença-prêmio e fui para a Bolívia. Lá passei uma temporada, me casei e voltei grávida. E foi muito bom, em cada lugar em que estive aprendi uma coisa. Você quer saber como é que fui para a Bolívia? Da maneira mais doida que você possa imaginar. Estava com um período de licença-prêmio acumulada de seis meses. E a primeira ideia que tive foi fazer uma viagem. Quando fui ver, a Europa era impraticável. Nesse dia, uma segunda-feira, que era nosso dia de folga, saí do Museu da Cidade, vim para o Centro e encontrei Alcides Rocha Miranda,³⁵ que conheci em Petrópolis, quando garota. Ele era um dos maiores arquitetos do patrimônio e me chamou para tomar um sorvete, quando aparecem dois homens. Um parecia uma estátua de cobre e o outro era um homem alto, falante. Esse era o jornalista Jäder Neves. Ele tinha ido cobrir os resultados da Revolução Boliviana de 1952, estava fascinado pela Bolívia e eu estava fascinada pelo que ele dizia.

Em dado momento, eu disse: “Não morro sem conhecer o lago Titicaca.” O homem de cobre olhou para mim e disse: “Minha senhora, não precisa morrer. Sou adido aeronáutico militar da Bolívia e a senhora tem passagem para ir a La Paz. A senhora trabalha onde?” “No Museu da Cidade.” Uma semana depois me telefonam da embaixada da Bolívia. Porque nessa ocasião – é uma coisa que até hoje me espanta – o papel do Correio Aéreo Nacional era uma coisa fantástica, no sentido de integração do Brasil com a América. Foi um trabalho maravilhoso. Eles iam, uma ou duas vezes por mês, para essas cidades, para esses lugares, em aviões para transporte de tropas, e levavam o que havia de melhor e traziam também pessoas. Ele disse: “Infelizmente, o avião para La Paz a senhora perdeu. Agora, só tem um recurso: ou a senhora espera o mês que vem, ou vai no avião que irá para Lima e salta em Santa Cruz de La Sierra.”

Eu era completamente doida, e achei boa aquela circunstância. Entrei de licença, tomei o tal avião que foi para Lima e desembarquei em Santa Cruz de La Sierra. Hoje é uma cidade

enorme, naquela época era uma cidade de 1.500 habitantes, interessantíssima. Só tinha uma bela catedral e uma praça em estilo *art nouveau*. No dia seguinte, saí para comprar passagem para La Paz. “La Paz ou Cochabamba?” Optei por Cochabamba e fiquei deslumbrada. Passei praticamente uma semana lá. Quando resolvi ir embora, ouvi falar pela primeira vez sobre a importância cultural de Potosí. Fiquei com vontade de conhecer Potosí, mas já tinha comprado a passagem para La Paz. Nessa ocasião, estava almoçando, de repente, abre uma porta, um homem que nunca vi na vida dirige-se a mim. Acontece que ele se apaixonou por mim quando me viu. Era o Dick. Nessa ocasião, ele em dez minutos me convenceu de que a minha geografia era uma calamidade e de que para ir para Potosí era um absurdo ir primeiro a La Paz. Me convenceu a transferir a passagem, eu já estava até com o hotel pago. E como ele chegou até mim? Simplesmente, porque ele tinha um aluno de Antropologia que era secretário do Consulado da Argentina e que viu que eu, na época, era funcionária pública, não era museóloga, mas escrevi museóloga. E ele estava esperando uma diretora de um museu, não me recordo bem de qual país europeu. Ele disse: “Olha, acho que a sua convidada já chegou.” Quando o Dick chegou, não era (a pessoa esperada). Ele me levou para conhecer a cidade, fomos a tudo que era possível. Depois, ele me disse: “Agora, vou lhe mostrar o museu da universidade que estou fundando.” Me levou para o museu. Na saída, o Dick me passou um cartão que dizia: “Vou encontrá-la em breve.” E, realmente, quatro dias depois ele estava em Potosí, aonde eu tinha ido.

De repente, nunca me vi tão cercada visitando um museu. Na Casa de la Moneda conheci Dom Armando Álvaro, que era um diplomata importantíssimo, no momento era alcaide de Potosí, e foi quem organizou o Museu de Potosí. A parte de Antropologia e Etnografia foi feita toda pelo Dick. Aquele homem, durante quatro dias, dedicou-se a me mostrar uma cidade fantástica. Bem, três dias depois chegou o Dick, de modo que estive em Potosí assessorada pelo grande humanista e pelo grande cientista. Bem, aí, depois, quando voltamos, em Sucre, firmou o namoro. Bem, voltei para o Brasil, passei uma temporada. Depois, voltei novamente em 1956. Aí, de fato, nós sacramentamos a união.

Quando retornou ao Brasil, qual a atividade que retomou no serviço público?

Quando regressei, encontrei grandes mudanças na minha esfera de trabalho. Confrontos políticos fragilizaram o poder do secretário Mourão Filho.³⁶ Desde o ano de 1951, eu tentava me encontrar pela psicanálise, então pouco aceita e combatida como invenção de comunistas. Nair da Costa Pereira ofereceu-nos a possibilidade de mudanças de Secretaria e sermos lotados no Contencioso Fiscal da Secretaria de Finanças. Oferecimento imediatamente aceito por Guaja e por mim, as duas museólogas que atuavam no Serviço de Museus.

Afastei-me, dessa forma, do Museu da Cidade, mas não da Museologia. Estava lotada no fichário que me exigia movimentação física constante. A saúde começou a protestar e foi-me aconselhado mudança de atividade. Uma boa solução seria um Posto de Saúde que ficava próximo à minha residência. O previsto não aconteceu. Fui nomeada para trabalhar

na Secretaria do Primeiro Distrito da Puericultura, situado na rua do Rezende. Nesse órgão, dirigido pelo dr. João Maurício Muniz de Aragão, tive um maravilhoso relacionamento humano. Amparada por uma licença, regressei à Bolívia, não com objetivos profissionais e sim românticos. De repente, o inesperado. Cogitava-se em criar a carreira de conservador de museus. Os museólogos que atuavam ou atuaram no Estado da Guanabara estavam sendo convocados. Eu era então uma simples escriturária que deixara de ser mensalista. Precisava reverter ao Museu da Cidade. Como proposta, transferiram-me para o recém-criado Departamento de Turismo e assumi o cargo de museóloga. O Museu da Cidade era então dirigido por Paschoalina. Curiosamente, não fui designada para nenhuma função técnica. Assumi a função burocrática de agente de pessoal.

O acervo do Museu deixara de ser espantosamente eclético e peças valiosas relacionadas com a cidade foram adquiridas. Surpreendeu, apenas, que, dispondo de tanto espaço, não se tivesse cogitado, dentro do próprio parque da Cidade, de um pavilhão de memorialismo urbano formado com maquetes, mapas e gravuras. Cabia-me, ainda, a função de guia, acompanhando visitantes e muitos plantões. Constatei, também, que o Museu possuía uma boa biblioteca relacionada com a cidade e passei a ser usuária. Por interesse político ampliaram-se as áreas de atuação do Serviço de Museus. Um período relativamente tranquilo onde, de quando em quando, apareciam personagens ilustres em visita ao Rio de Janeiro. Intensa visitação em fins de semana, o parque como grande atrativo, o Museu como curiosidade de passagem.

Uma nova realidade se apresentou. Paschoalina foi nomeada para dirigir o Departamento de História e Documentação. Optou por incorporar a chefia do Serviço de Museus. Por portaria sua passei à categoria de responsável pelo expediente, ou seja, sem nenhum poder decisório. O prédio de múltipla utilização que se instalara em pavilhão da exposição do Centenário da Independência foi escolhido para sediar o novo serviço. O Departamento de História e Documentação deveria disponibilizá-lo. O local escolhido, ou possível, era um prédio histórico, onde funcionava um centro de vacinação. Sem que se tenha sequer preparado o espaço para recebê-lo, o Arquivo do Senado da Câmara foi levado para lá. Curta permanência. O Corpo de Bombeiros interditou o prédio pelo risco de eletricidade em péssimo estado de conservação. Foi urgente um novo pouso. O único encontrado foi um prédio de conserto de material escolar, com várias oficinas de reparo e depósito de milho, destinado à alimentação de cavalos pertencentes à Prefeitura.

Como era esse prédio para o qual foram transferidos?

Era um prédio que não tinha nem espaço conveniente. Tinha a parte da frente com escritório e o andar de cima. Tinha uma parte ligada ao material do Arquivo, outra parte administrativa. Esse prédio hoje ainda existe.

Atualmente, a Imprensa Oficial da Prefeitura está lá.

O historiador Marcello de Ipanema Moreira³⁷ assumiu a direção do Arquivo e levou um bom grupo de pessoas, inclusive Cybelle,³⁸ que era muito boa. Eles levaram um pessoal de

muita categoria, muita gente de capacidade. E teve uma coisa interessantíssima, também. Quando extinguiram os bondes, você sabe que eles treinaram uns dois ou três condutores, que deram excelentes funcionários de arquivo?

Os bondes foram extintos em 1962.

Foi, com o Carlos Lacerda.³⁹ E lá, por mais de 11 anos, abriga-se o Arquivo do Senado da Câmara e a direção do Arquivo da Prefeitura. O governo estadual estava interessado em criar a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara e a diretora do ainda Departamento de História e Documentação sentiu-se insegura na formação de sua equipe de trabalho. Cogita, isso sim, em criar um novo organograma que torna o Museu da Cidade independente do Serviço de Museus. Quando o governador Lacerda ordenou o tombamento do edifício do Automóvel Clube, situado à rua do Passeio, evidenciou-se a falta de assistência técnica especializada. O professor de Arte e Restauração Luís Carlos Palmeira⁴⁰ foi nomeado para chefiar o Serviço de Museus e deslocou sua sede para o prédio do Arquivo, situado em São Cristóvão.

Precisamente nesse período, que corresponderia aos festejos do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, Portugal realiza um excepcional trabalho de intercâmbio cultural chefiado por Maria de Lurdes Belchior Pontes, sua adida cultural. Justamente nesse período, Portugal desenvolvia um excelente trabalho na área de Museologia. A poderosa Fundação Calouste Gulbenkian, o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto de Alta Cultura ofereceram bolsas também na área de Museologia. Fui contemplada com uma delas e lá estudei a integração cultural dos bens tombados.

Depois dessa temporada em Portugal, você voltou ao Museu da Cidade?

Quando regressei ao Brasil, encontrei uma nova realidade. Um excelente corpo técnico se formara, realizando trabalhos paralelos, como os de Cleofe Persona de Mattos, estudando e clarificando a obra do padre José Maurício.⁴¹ Voltei cheia de planos, mas o primeiro trabalho que executei com o professor Luís Carlos Palmeira relacionou-se com a formação da carreira de conservador de museus e suas exatas atribuições. Na época, era secretária de Administração a procuradora Maria Bonfim, de quem me tornei amiga no período em que trabalhei na Secretaria de Finanças. Ela praticamente nos direcionou para fazermos o que deveria ser feito, o problema da pedra de toque que era o da chefia do Museu da Cidade que se torna independente do Serviço de Museus. Fora resolvido com a nomeação da historiadora e museóloga Neusa Fernandes,⁴² que, com determinação e competência, criou um bom corpo técnico.

Com a mudança do diretor Marcello de Ipanema Moreira para Brasília criando um importante núcleo de trabalho relacionado ao jornalismo, quem o substituiu foi o também professor Trajano Garcia Quinhões,⁴³ que era colega dele, professor da UFRJ, e que consolidou sua equipe técnica e, comigo, realizou algumas atividades pioneiras, como a do circuito cultural da Guanabara, dirigido a grupos de escolares de diferentes localizações.

O esquema montado e bem atuante começou a se esgarçar quando se articulou a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Então, ao invés de fazer o que deveria ter sido feito englobar o já existente, não. Deixaram o já existente morrer para criar uma coisa nova. Isso é de uma burrice tremenda. E nós tivemos perdas incalculáveis. Sob a forma de uma autarquia, articulou-se a criação de um órgão autônomo, em que grande parte do que existia foi excluído.

Naquela ocasião, era o Celso Kelly⁴⁴ o diretor da Secretaria de Educação e Cultura, recém-criada. Um homem de cultura, mas tudo que partisse dali ele cortava. Quando Luís Carlos Palmeira resolveu aposentar-se, assumi a chefia do Serviço de Museus. Exatamente em um período de bloqueios. Fracassou a minha iniciativa de, conjuntamente com o Museu Nacional, criar uma Estação Monográfica dos Sambaquis dos Telégrafos, descobertos pela arqueóloga Maria da Conceição Becker (Maria Beltrão), semelhante à que vira em Portugal. Fracassou o meu plano de transformar a casa do Capão do Bispo – onde se iniciou o plantio de café que se irradiou pelo Vale do Paraíba na direção de São Paulo – em Estação Referencial de História do Café, tendo o apoio do Instituto do Café. Não havia recursos para recuperar a Casa de Banhos de D. João VI. O Museu da Imagem e do Som independentizara-se. Curiosamente, os obstáculos apresentados vinham da cúpula cultural e administrativa. Só tinha tempo legal para requerer a minha aposentadoria. E ela me foi concedida em julho de 1972.

Mas antes, como semente da interação do Museu com a Escola, a convite do Instituto Souza Leal, que completava seu 10º aniversário de fundação, idealizei a atividade “O Museu vai à escola”, onde atuaram educadores e museólogos. Antigamente, criança odiava ir a museu. Os professores, muito mais. Qual é o guri que quer deixar um parque para ir a um museu convencional? Um dia, quando voltava de Portugal, a Leda Pelegrino, que era diretora do primário do Souza Leão, me convidou e disse: “Maria Augusta, nós estamos fazendo uma coisa muito eclética aqui, já fizemos um concerto, uma livraria. Queríamos fazer alguma coisa ligada a museu. Agora, nós queremos República.” Eu disse: “Leda, você já viu coisa mais chata de ensinar a criança do que República?” Mas gosto de desafios. Eu disse: “Vai depender do que eu conseguir.” “Não quero muita coisa.” Fui ao Museu da República e pedi ao Renê Dreyfuss,⁴⁵ diretor do museu, o chapéu de combate e a espada de Deodoro emprestados. Fui à Casa de Rui Barbosa e pedi emprestada a urna de votação. Combinei com o Trajano mandarmos fazer uma série de histórias em quadrinhos, sabe tirada de onde? Caricaturas que pegavam o processo de abolicionismo. E pedi ao Gerardo Câmara, que era diretor do Museu Histórico: “Querida que você me cedesse, durante um mês, a Maria Elisa Carrazzone.”⁴⁶ Porque a Maria Elisa é museóloga e é técnica em educação, então, ela vai trabalhar durante um mês com os professores, estudando qual era a sociedade daquela época, a literatura, quais eram os costumes.” Na hora de se montar a exposição, telefonei para a Ercila Brandão e para o Sérgio Lima e falei: “Querida de vocês uma coisa: que vocês me ensinassem como se faz uma exposição e se monta um catálogo.” Sabe quem eu convidei? Elza Peixoto, que era museóloga e era neta de Floriano.⁴⁷ Convidei a filha

do Silveira Martins.⁴⁸ Convidei o neto de Ouro Preto.⁴⁹ Detalhe, republicanos e monarquistas. Então, o que as crianças mais perguntavam era como aqueles homens históricos procediam em família. Por exemplo, Elza disse: “Th, meu avô era bravo para o lado de fora, mas conosco fazia o que a gente queria.” De modo que foi um sucesso. Nessa altura, Maria Elisa tinha muito prestígio porque era filha do André Carrazone. Daí em diante, primeiro pegou o título, o pessoal adorou. Depois, nós começamos a fazer – o ministro era o Passarinho – o levantamento do potencial museológico.

Essas transformações que você está citando agora foram todas no período de gestação da Fusão?⁵⁰

Pós-Fusão. Ou iam ser a Fusão. Mas foi nessa ocasião, pois me lembro da questão do Solar Monjope... Consegui com a senhora dona Sílvia Mariano que eles abrissem ao público a casa, pelo menos a parte da capela. Abririam três vezes por semana, se houvesse um evento excepcional. Em compensação, o que é que eles queriam? A única coisa que eles queriam era a isenção de imposto. Bem, não aceitaram. Uma noite, minha irmã, em um sábado, me telefona dizendo: “Olha, estão entrando tratores no solar Monjope.”⁵¹

De quem foi a ordem para demolir o solar?

Ordens superiores. Não sei quem foi. Mas nessa ocasião, o Alan disse: “Eu telefonei para o nosso pessoal do patrimônio dizendo o que estava havendo. Eles não tomaram uma providência imediata.” No dia seguinte, o filho da dona Sílvia Mariano – eu tinha acabado de me aposentar – me disse: “Nós chegamos lá e dissemos: Nós somos do patrimônio, os senhores têm que esperar um pouco.” Conseguiu-se salvar algumas coisas da biblioteca, conseguiu-se salvar algumas imagens. Agora, o resto, aquela azulejaria do século XVI, foi triturada. E olha, uma biblioteca... Tenho todas as fotografias que o meu filho documentou daquela queda. Que foi uma coisa absurda.

Voltemos a 1972.

Bem, em 1972, estava desanimada com a história de não conseguir a estação monográfica lá do Capão, não conseguir o Museu do Café,⁵² não conseguir a Casa de Banhos de Dom João. 1972, ano de crucial importância histórica. O mundo ocidental cerrava as portas para o passado. Tempos do existencialismo, do advento das drogas, da palavra de ordem “é proibido proibir”. Guerra do Vietnam desmoronando a esperança de paz duradoura. Juventude perplexa derrubando tabus. Ano da minha despedida do Serviço de Museus da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara. Nem tudo foi frustração. No período em que regressei de Portugal, ungida pela sacralidade de uma bolsa de estudos, comecei a estudar ex-votos, encontrando-os na igreja de N.S. da Pena, em Jacarepaguá. Trilha aberta para entender a religiosidade popular. Colegas museólogos, que até então me ignoravam, passaram a me requisitar para eventos transformadores nas áreas de Museologia. E fui descobrindo que a minha real vocação na área de Museologia era a pesquisa, com o seu imenso potencial especulativo.

Você se aposentou. Mas continuou na sua profissão?

Não. Nesta altura, fui convidada pela Galeria Intercontinental, que era dirigida pelo Walmir Ayala,⁵³ da classe artística. E esta galeria foi fundada por um dos diretores da Fininvest, que era um homem riquíssimo, casado com uma mulher europeia, com uma cultura tremenda. Ele abriu essa galeria na rua Maria Quitéria. E o Walmir me perguntou: “O que você está pensando?” Eu disse: “O que eu penso é que uma exposição não é só quadro, uma exposição é uma época, é tudo, desde a vida social à vida política, à vida econômica. Então, cada exposição que nós fizemos, nós vamos fazer um pequeno seminário, para o qual chamaremos excelentes professores e cada um vai fazer um aparte. E vai terminar com o artista contando a sua história e sendo sabatinado pelos visitantes.”

Olha, foi um sucesso. Mas, a esposa do dono da galeria ouviu falar que o Dorival Caymmi estava pintando, ou melhor, estava começando baianamente a pintar, ou seja, em ritmo lento. O Walmir, por outras questões, desligou-se. Foi para lá a Kalma Murtinho. Morreu a história, porque ele só tinha três ou quatro quadros... De repente, ele já tinha 28 quadros. E ela quis fazer uma exposição. Um camarada criativo pode também dar um grande pintor e pode ser a obra de um grande artista, de um grande compositor que também faz pintura.

Fui ao Ricardo Cravo Albin,⁵⁴ e disse: “Preciso que você faça uma palestra em que você fale da importância da baianidade depois da guerra. Como surge aquele mundo diferente. E que você fale da importância de um artista da Rádio Nacional, que era o Dorival. De modo que quem chegou aqui, sabe que poderá ou não comprar uma obra de um artista principiante, que também pode dar um bom artista. Foi a família inteira do Dorival. No meio do caminho, o Dorival levantou-se todo feliz e cantou pela primeira vez à capela “Xangô, meu pai”. Você sabe o que aconteceu? Em uma hora venderam todos os quadros. Ficaram encomendas. De modo que foi uma experiência muito interessante.

Nesse momento você se desligou da galeria?

Tive que viajar para a fazenda e me desliguei da galeria.

Depois você foi para o Museu Villa-Lobos?

Não, nessa altura, tenho um primo, talvez você conheça, Luís Buarque de Holanda. Luís, que era muito capaz, muito inteligente, resolveu com um colega paulista, Paulinho, fazer uma galeria de arte na rua perto do Museu do Índio.

Na rua das Palmeiras?

É. Ele fez uma galeria de arte. Enquanto ele esteve com o Paulinho, estava tudo bem, porque o Paulinho sabia negociar. O Luís não era bom negociante, ele era bom *expert*. Nessa ocasião, o Luís me convidou para animar culturalmente vários eventos. E foi também uma experiência fantástica. Inclusive uma, que foi a apresentação de cerâmicas pré-colombianas. Eu tinha estudado um pouco daquilo, não foi difícil fazer. Bem, estava nisso

quando, de repente, criou-se a Pró-Memória e a dona Armênia Villa-Lobos me convidou para trabalhar no Museu Villa-Lobos. Ela queria não o lado musical, queria a história do Villa-Lobos, cidadão carioca. E por isso fui para o Museu Villa-Lobos, comecei a estudar a vida dele, que é a mais divertida possível. E foi por essa razão que trabalhei nove ou dez anos lá. Quando acabou o Pró-Memória, passaram para o Patrimônio.

Na época do Collor.

Na época do Collor. Terminou da noite para o dia. Nós já estávamos na rua Sorocaba, naquela ocasião o Turíbio⁵⁵ já era o diretor. O Turíbio é formidável, um grande músico, mas também um grande diretor. Ele fez um trabalho, e continua fazendo, da melhor categoria. Nunca mais o Museu Villa-Lobos me dispensou por completo. Me chama para isso, me chama para aquilo. E, de repente, passei a ser considerada *expert* da vida do Villa-Lobos. Porque ou faço as coisas com amor, ou não faço. Agora deixei de lado essa parte que estava fazendo. Era o estudo da religiosidade popular. Porque uma coisa é a religiosidade erudita, outra coisa é a popular. A mais profunda, a mais arcaica é a religiosidade popular. Por conta de um trabalho que tive que fazer em Jacarepaguá, comecei a estudar os ex-votos. Foi uma pesquisa maravilhosa.

Da igreja Nossa Senhora da Pena?

Da Pena. E descobri que havia uma tipologia diferente ali. E que havia, sobretudo, quadros eruditos, quadros populares e havia um contexto histórico, da maior categoria, do movimento escravagista. Nessa altura, eu tinha um problema para fazer o levantamento. A ideia era fazer no corpo da igreja. O Palmeira ainda estava trabalhando, e ele me conseguiu duas alunas da Escola de Artes Visuais, onde ele era professor. Então, mostrei a elas aquela parte técnica, e tive a sorte de saber que a Nossa Senhora da Pena protegeu as duas.

Eu voltava da Europa, sugeri: “Vocês agora estão na época de bolsa de estudos.” Então, uma delas concorreu, ficou em primeiro lugar. Eu sabia que Portugal ia dar bolsa para a área de arquivos e falei para a outra menina: “Concorra para Portugal, que eles vão dar bolsa nesta área, e você tem este trabalho.” Então, Palmeira e eu demos um parecer sobre o trabalho dela. Você sabe quem é esta menina? A Cuca, que tem uma capacidade enorme. E a outra era a Jacqueline Addor. E o Olíbio,⁵⁶ para quem eu disse: “A Itália está dando bolsa de estudos, por que você não concorre?” E aí ele foi fazer um curso sobre patrimônio.

Foi nessa ida e por conta dessa história, o nosso ex-voto. Comecei a verificar que o Teixeira Leite, do Museu de Belas-Artes, conseguira umas peças que eram completamente diferentes. Era uma coisa nova. Consegui que o Trajano me liberasse, fui para Angra dos Reis, passei uma semana procurando e não encontrei nada. Estava desanimada, quando, na igreja de Santa Luzia e São Benedito, deu-se o milagre. Estava com o meu filho, que me ajudava em todas as pesquisas, ele fotografava. De repente, tinha havido uma festa e tinha um material a ser queimado. Eu o vi mexendo atrás do altar e disse: “Meu filho, sai daí, deve ter aranha.” Ele disse: “Mãe, não tem só aranha. Tem coisa muito melhor.” Era

uma quantidade enorme de ex-votos da mesma tipologia, que iam ser queimados. Agora, o que é que eu ia fazer com aquilo? De repente, me lembrei de que tinha conhecido o famoso cineasta Mário Peixoto.⁵⁷ Eu disse: “Mário Peixoto, aconteceu isso. Alguém tem que tombar isto. Porque vai para o fogo amanhã.” Ele foi lá, e simplesmente requisitou e levou para o Museu. Depois, imediatamente as autoridades tomaram conhecimento e tal.

Qual museu?

Era uma instituição que ele estava criando, perto do local da Marinha. Pode-se dizer que o segundo passo foi do Mário Peixoto. Conseguiu passar para Angra dos Reis, porque aquilo pegava até Paraty. Comecei a procurar em relatórios onde tinha capela ex-votista. Consegui fazer esse levantamento completo. Na vida tudo tem uma continuidade. Quando me aposentei, Maria Emília Matos⁵⁸ fez muito bem o trabalho, seguindo as marcas que dei, ela acabou encontrando todos os lugares em que há ex-votos. Ela foi resgatando aquilo tudo. Hoje, está no Museu de Paraty, e saiu no livro dela com o José Pessoa, exatamente a parte do ex-votos recuperados que iam para a lata de lixo. Por isso digo, as coisas têm uma temporalidade, um faz isso, o outro faz aquilo.

A continuidade é muito importante.

Sim, a continuidade. Não tenho temperamento para fazer isso, a Maria Emília tem. E ela fez um trabalho muito bem-feito, o livro é primoroso. Hoje nós temos uma ideia da importância do ex-voto pictórico, pelo menos da existência. O que ajudou muito a minha pesquisa foi a amizade com o Jacques Van de Beuf, nós trocávamos figurinhas de um jeito bárbaro.

No Museu Villa-Lobos?

No Museu Villa-Lobos e em outros lugares. Sempre fui, essencialmente, não só museóloga, sou pesquisadora. Digo que faço especulação museológica. Isso é o que sei fazer.

Maria Augusta, para finalizar, queria que você falasse rapidamente sobre o seu último trabalho, que foi o livro sobre São Jorge, que você acabou de lançar. Tem feito um sucesso enorme e resultou até em uma entrevista no programa do João Soares.

Bem, na realidade este ano me parece que estou com uma estrela de publicação. Um trabalho feito pelo meu colega, Arnaldo Machado, tem uma introdução minha que chamo de *Tempo e Monumento*, que é bem sólida, o trabalho dele merecia ser publicado. Agora, São Jorge foi um fenômeno, foi uma pesquisa que fiz há 20 anos. A Eliana Furtado de Mendonça⁵⁹ pediu para ler e se encantou com o trabalho e levou para a editora Íbis Libres, da Cristina Roque e do João José, que se entusiasmaram pelo assunto e resolveram publicar. Como você deve ter visto, não é um livro fácil. É um livro que não teria conseguido escrever se não tivesse um contato muito grande com o Dick, que me deu as coordenadas. Agora, por mais que a Eliana tivesse tentado, não conseguimos nenhuma

verba para a publicação do livro. A editora foi que financiou. Não tinha pensado em fazer um levantamento. Fiz um levantamento por escrito, mas não graficamente. Foi quando o João José Melo Franco resolveu que aquilo tinha que ser ilustrado e então, através do meu roteiro, foi procurando as imagens. E fez, dentro do possível, bastante ilustrado. De modo que aquilo, na realidade, é um livro de Museologia.

Maria Augusta, você é uma pessoa que dedicou sua vida ao estudo, à pesquisa, à memória. Gostaria que você dissesse como você vê esta instituição, a importância dela para cidade, para os cariocas.

Acho que tem uma importância fundamental. Primeiro porque é uma memória que parte de todo um período do Brasil independente, talvez antes.

Muito antes, o acervo remonta à época da Colônia, da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Você vê, por exemplo, agora o arquivo da Cúria Metropolitana, que foi organizado pela Eliana (Furtado de Mendonça), está mostrando coisas fantásticas também. Mostra como a legislação mudou. Vejo essa comparação entre presente e passado como uma coisa fantástica.

Maria Augusta, muito agradecida por esta viagem no tempo, por esta revelação de uma trajetória de vida plena, toda ela dedicada à reconstituição da nossa história e à organização dos museus. Principalmente pelo fato de que vivemos em uma sociedade que precisa tanto ser incentivada a frequentar e a apreciar esses espaços culturais.



“Marcello, muito criativo, tentou implantar uma estrutura nova, como tentou também conseguir prédio, conseguir uma localização para o Arquivo.

Uma das várias ideias dele é que o Arquivo deveria ser plano, um prédio baixo, de no máximo dois andares.”

CYBELLE DE IPANEMA é formada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia, da antiga Universidade do Brasil. Foi secretária científica da expedição geográfica de 1947, tendo participado da Comissão de Estudos para a localização da Nova Capital do Brasil, organizada por Francis Ruellan. Chefiou, em 1965, a Sessão de Pesquisa, Exposições e Divulgação da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. Publicou vários livros em parceria com Marcello de Ipanema, nas áreas de imprensa, comunicação e história do Rio de Janeiro. Atualmente é presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, além de primeira secretária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

MARCELLO MOREIRA DE IPANEMA formou-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, da antiga Universidade do Brasil. Foi professor universitário da PUC e da Universidade de Brasília. Dirigiu a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico em duas ocasiões, no Estado da Guanabara e após a Fusão, no governo de Marcos Tamoyo. Autor de vasta literatura sobre imprensa e comunicação. Faleceu em 16 de julho de 1993.

Entrevista concedida por Cybelle de Ipanema a Beatriz Kushnir e Sandra Horta, no dia 21/01/2008, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro. Esta entrevista tem como objetivo obter dados sobre a trajetória de dois profissionais, Cybelle de Ipanema e Marcello de Ipanema, uma vez que ambos trabalharam na Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico na mesma época, e compartilharam vida e carreira profissional.

Queremos começar conhecendo um pouco da sua vida, onde você nasceu, um pouco da sua infância.

Sou carioca, nasci em Cascadura, vivi poucos anos lá, depois passei para a Penha e depois para Vigário Geral. Saí de lá para me casar. Quer dizer, tenho uma trajetória de Zona Norte e Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Eu me formei no Instituto de Educação, sou professora primária. Depois fui fazer Faculdade de Filosofia e escolhi o curso de Geografia e História. Então encontrei o Marcello. A nossa união começa exatamente como discípulos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Cybele, em que época você fez o Normal, quando entrou na Faculdade?

Perfeitamente. Fiz o Normal entre 1936 e 1943. Fiz, ainda, o curso de oito anos, porque durante o correr do curso é que houve a reforma de Capanema⁶⁰ que unificou, porque havia cursos diferentes. No Instituto de Educação eram cinco anos de curso ginásial, depois um ano do chamado complementar e três de normal. Eram oito, e havia pessoas que faziam cinco de ginásio e faziam clássico ou científico, então eram quatro de ginásio e três deste segundo segmento. Para o Instituto de Educação ficavam os quatro de ginásio e os três de normal, quer dizer, um curso que se reduziu para sete. Mas nós não pudemos nos beneficiar, passar para sete, porque já estávamos no sétimo ano, então tivemos que completar o oitavo.

Eu me formei em 1943, na turma da Terezinha Saraiva.⁶¹ Fomos colegas durante todo o curso, de 1936 a 1943. Depois, fui fazer a Faculdade de Filosofia, fiz o vestibular em 1943, mas não podia cursar, porque ainda estava cursando o Instituto de Educação e já tinha sido convocada para trabalhar. Fomos chamadas para lecionar em 1942, no penúltimo ano. Mas, com aquele movimento de reforma, diziam que quem não tivesse Faculdade de Filosofia não ia poder dar aula para o secundário, só para o primário. Eu e outras colegas corremos para fazer o vestibular para a Faculdade de Filosofia, mas não dava para requestrar. Tranquei a matrícula, como se dizia. Só fui frequentar em 1944. Aí, fiz a faculdade de 1944 a 1947, a faculdade era em quatro anos.

Você paralelamente dava aula enquanto fazia a faculdade?

Todo o tempo.

O ingresso era automático, você saía do Instituto de Educação e começava logo a dar aula na Rede Pública de Ensino.

Quando nós fazíamos o concurso de admissão, aquele exame de admissão rigorosíssimo, a rua Mariz e Barros cheia, aquelas garotinhas todas, eu tinha 11 anos. A gente estava fazendo o concurso de admissão para entrar no Instituto de Educação, e já estava conquistando um lugar de professora, já estava admitida. Desde que fizesse um bom curso, já estava contratada para professora da Prefeitura do Distrito Federal. Saindo, era automático. Eles chamaram um ano e meio antes da formatura, em junho de 1942 e depois 1943 inteiro. Eu

já tinha passado no vestibular, mas não podia frequentar, tive que cancelar a matrícula. Só concluímos o Normal em 1943. Era independente, eu havia passado no vestibular, passei bem, e foi aí que conheci o Marcello.

Onde se localizava a Faculdade de História e Geografia?

A Faculdade não tinha sede, era uma unidade da Universidade do Brasil. Os cursos da faculdade de Filosofia eram 13, ela era herdeira da Universidade do Distrito Federal, a UDF, que durou de 1935 a 39, e foi cortada abruptamente. Diz o Antônio Houaiss⁶² – quando ele fez 80 anos foi feita uma homenagem a ele, uma mesa no IHGB, para o qual ele tinha sido eleito – e ele fez o depoimento sobre a UDF, porque era um dos poucos que se formaram lá, disse: “O Getúlio matou a pau a UDF, e como compensação criou a Faculdade Nacional de Filosofia”, para absorver os cursos de Ciências Humanas, para a formação do professor secundário. A princípio, também foi criado com essa finalidade, mas depois não foi cumprido. Assim como você entrava no Instituto de Educação para ser professora das escolas primárias do Distrito Federal, você deveria entrar na faculdade de Filosofia para lecionar nas escolas secundárias da Prefeitura, que eram a Orsina da Fonseca, Rivadávia Corrêa, femininas e masculinas, Souza Aguiar, Visconde de Mauá e Visconde de Cairu.

Mas, depois, o negócio divergiu e aí foi preciso lutar para conseguir entrar no secundário da Prefeitura. Então, a Faculdade de Filosofia foi criada para manter e ministrar esses 12 ou 13 cursos, não tinha uma sede. A Reitoria funcionava em uma sala alugada na rua do Ouvidor. Depois conseguiram, durante a guerra, o prédio da Casa de Itália, onde é hoje o Consulado Italiano.⁶³ O prédio foi confiscado pelo governo brasileiro durante a guerra. A Faculdade Nacional de Filosofia instalou-se ali, mas aos poucos. A diretoria e alguns cursos eram ali, mas outros eram espalhados por todo o Rio de Janeiro. Por exemplo, Geografia/História foi feita no Largo do Machado. Fiz os quatro anos, quer dizer, três anos de bacharelado e um ano de licenciatura, o curso era de quatro anos só. Mas, então, onde hoje é a escola Amaro Cavalcante, ninguém se lembra que ali era a escola José de Alencar.

Que depois foi para a rua das Laranjeiras.

Porque essa é uma das escolas chamadas de Escolas do ABC, que foram construídas com a subvenção popular arrecadada para erguer uma estátua equestre a Dom Pedro II, quando houve a vitória em Uruguaiana, a rendição de Uruguaiana, dos paraguaios. É interessante como faziam subscrições populares, essa não é a única, vocês devem ter visto outras na história da cidade. É uma estátua equestre que o Paulo Knauss tem estudado. Ele (o imperador) abriu mão desse dinheiro para que se fizessem escolas para o povo, são chamadas escolas do ABC.

São as escolas imperiais?⁶⁴

Nunca ouvi este nome. Costuma-se ouvir falar em Escolas do ABC: José de Alencar, no Largo do Machado, a Pedro Ernesto, na Saúde, que hoje é Centro de Cultura Afro.⁶⁵ Pedro Ernesto é o nome da rua, José de Alencar, José Bonifácio, e mais uma, a de São Cristóvão, Gonçalves Dias, essa não tem o mesmo estilo que essas duas, que são prédios imponentes. A José de Alencar tem aquela fachada toda de cantaria, aquela maravilha, com a inscrição na fachada: “Ao Povo, o Governo.” Depois, ali foi instalada a (Escola) Amaro Cavalcante, que saiu do lado do Palácio do Catete. Era uma das escolas secundárias, eu disse poucas, e não cheguei a mencionar esta, uma das escolas da Prefeitura para formar peritos contadores. Era um curso de contabilidade, um curso diferente, não tinha a mesma estrutura dos cursos ginasiais, secundários, ele tinha seis anos. Três anos de curso básico e depois três anos de perito contador.

Então, a Amaro Cavalcante saiu dali, depois foi demolida, é onde está o metrô do Catete. Fizeram uma dança de escolas e locais. A José de Alencar morreu, ela só está na memória da gente, que estudou História e Geografia lá. Estudávamos no segundo andar e nos fundos é que funcionava a escola primária. Tivemos a felicidade de sermos alunos da Missão Francesa,⁶⁶ da segunda Missão Francesa, que eram os professores que vieram lecionar na UDF, eles eram os herdeiros, os remanescentes da UDF.

De quem você se lembra?

O Antoine Bon, que era professor da Universidade de Montpellier, tinha sido conservador do Museu de Atenas. Ele dava História Antiga e era um dos remanescentes. Tivemos, também, um excelente professor de francês, com quem trabalhei muito, fui até assistente dele na Faculdade Nacional de Filosofia, o Francis Ruellan.⁶⁷ Mas ele já veio em 1942, durante a guerra, para trabalhar na Faculdade de Filosofia. Fui aluna dele em 1944 e 1945, e depois de formada fui assistente dele na Filosofia, na cadeira de Geografia. Seu curso de Geografia do Brasil era ministrado em francês.

E os alunos entendiam perfeitamente?

Procurava-se acompanhar, era uma luta. Nós tínhamos o francês do curso ginasial do Instituto de Educação. Eu fazia uma ligeira proeza, porque conhecia taquigrafia em português. E o Ruellan falava muito depressa, ele falava em francês e eu transferia para o português, transferia para taquigrafia, e passava da taquigrafia para o papel. O Ruellan tem uma importância muito grande na minha formação. Ele é francês, sou descendente de francês também. Meu nome é Cybelle Bouyer. Ele era muito organizado, como o francês é, metódico, exigente, e isso influenciou muito a minha formação pessoal e profissional.

E uma das grandes experiências que tenho, ligada ao Ruellan, é que ele foi chamado em 1947, simultaneamente às aulas na faculdade, para trabalhar no Conselho Nacional de Geografia, para ser o assessor cultural das reuniões culturais do Conselho. O Conselho tinha tertúlias às terças-feiras, aquelas reuniões de Geografia, e ele então levou seus

alunos formados na Faculdade Nacional de Filosofia para integrar o corpo do Conselho Nacional de Geografia a Lysia Bernardes,⁶⁸ o Nilo Bernardes,⁶⁹ a Elza Coelho de Souza, a Terezinha Segadas Viana, depois Soares. Essa gente toda foi formar o corpo funcional do início do Conselho, que está fazendo 70 anos. No ano passado, eles fizeram uma festa bonita no IBGE.

Então, o Ruellan, como membro do Conselho, foi chamado para chefiar a Comissão de Estudos para a localização da Nova Capital do Brasil, a expedição geográfica de 1947. E me chamou, chamou os seus ex-alunos, o corpo de profissionais de Geografia que ele conhecia. Fui a secretária científica dessa expedição, uma coisa extraordinária na minha formação. Estivemos dois meses e alguns dias no Planalto Central, no inverno, que é a estação seca, porque são bem marcadas as estações no Centro-Oeste, seca e estação úmida. Nós chegamos no fim de junho, passamos julho e agosto inteiros. É quando as estradas são carroçáveis. Então, andamos cerca de 18 mil quilômetros por terra, a pé, a cavalo, de caminhão.

O Marcello também participou dessa expedição?

Não, porque o Marcello sempre foi mais voltado para a História, e me puxou para ela. Nosso curso era duplo, Geografia e História, os cursos só se separaram em 1958. Fui professora secundária de Geografia em Marechal Hermes, em Bangu, no Colégio José Acioli, uma escola muito importante, que marcou muito os professores que lá trabalharam porque fomos nós que iniciamos o colégio. Quer dizer, foi fundado, inaugurado e foi chamado um grupo bem seleto de professores entre eles a Myrthes Wenzel,⁷⁰ minha colega de trabalho da Geografia. Foi secretária de Educação na Fusão, grande secretária e grande estudiosa. Ela era técnica de Educação do Ministério da Educação também. O patrimônio entra na minha vida em 1965. O Marcello foi diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara em 1965 e 1966.

Convidado por quem?

Indicado pela Sílvia Ferreira Pinto, que era diretora de um departamento de ensino médio/superior. Ela indicou o nome do Marcello, que já era um nome conhecido, ligado ao patrimônio, defesa cultural. Indicou Marcello ao Flexa Ribeiro,⁷¹ que o levou ao Carlos Lacerda. Ele foi nomeado diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, do Departamento de Cultura e da Secretaria de Educação e Cultura pelo Carlos Lacerda. Não sei bem como é a estrutura hoje, mas era o Departamento acima da Divisão, quer dizer, Divisão é o terceiro escalão, Secretaria, Departamento, Divisão.

Hoje é a Secretaria de Patrimônio.

Então, vocês estão vendo, a Divisão de Patrimônio era terceiro escalão, mas o Carlos Lacerda deu tanta importância a esse aspecto de tombamento e de patrimônio, que deu posse ao Marcello no Palácio Guanabara. Foi uma solenidade excepcional. Na mesa es-

tavam o Carlos Lacerda, governador, Raphael de Almeida Magalhães,⁷² vice-governador, secretários de Estado. Nós convidamos também muita gente do Instituto Histórico. Foi o ano em que o Marcello entrou no Instituto, eu entrei bem depois. O Lacerda deu uma importância enorme a essa faceta da administração estadual, tanto que ele fazia muita questão, me lembro dele falando na mesa: “Professor Marcello, tombe o Parque Lage.” Foi realmente o primeiro tombamento do Estado. O Marcello, então, para formar o corpo da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, chamou colegas que eram professores do Ensino Médio do Estado da Guanabara. Nos chamou e nós é que compusemos a Divisão.

Quem eram?

Ondemar Ferreira Dias Júnior,⁷³ que era de Arqueologia, o Olínio, que ele chamou para chefiar o Serviço de Tombamento, o Luís Palmeira, para ficar na área de museu, a Regina Carvalhal, também para área de museu, a mim, que era professora do colégio Mendes de Moraes, na Ilha do Governador, para chefiar a Seção de Pesquisa, Exposições e Divulgação.

E o Arquivo, como ficava nessa estrutura?

Quando nós chegamos, já encontramos o Arquivo. Não havia Serviço de Tombamento. O primeiro diploma de Preservação do Patrimônio da Guanabara é de 31/12/1964. Está transcrito aqui. Vocês conhecem este livrinho? Este foi um boletim que o Marcello editou, dizendo da atuação da Divisão no Quarto Centenário.⁷⁴ Ele nos chamou, professores da Rede Estadual de Ensino Médio, e fomos compor a estrutura da Divisão, agregando, porque o Arquivo já existia. Inclusive, a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico tornou-se a herdeira do DHD,⁷⁵ que tinha sido dirigido pelo Roberto Macedo,⁷⁶ pelo Artur César. Mas aí, quando começa como Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, já é uma inovação.

Onde se localizava a sede da Divisão de Patrimônio?

Uma maravilha!!! Sabe onde era? Em cima da oficina de móveis. Faziam lascas de madeira, serragem. De tarde, eles acendiam o fogo, embaixo da documentação da memória carioca. Realmente, incineravam os resíduos da oficina.

A oficina de madeira era de conserto de móveis de escolas?

Fabricação de móveis de escola. Acho que a gráfica ainda não era aí não, era mais adiante, na entrada da Quinta (da Boa Vista). Mas esse endereço é bem na entrada da Quinta. O Arquivo é que passou a constituir a Divisão. Havia passado por vicissitudes, vocês conhecem. Havia passado um período no palácio da Marquesa de Santos, onde estava quando nós o herdamos. Havia arquivos de aço com negativos do Malta,⁷⁷ aqueles negativos de vidro. Acho que, por infiltração, havia até água dentro das gavetas.

Quando o Marcello chegou para dirigir a Divisão de Patrimônio, a Divisão tinha como órgãos vinculados o Arquivo e o Museu da Cidade. O Marcello é que escolheu as pessoas que iriam dirigir o Arquivo e o Museu?

Não, quem é que dirigia o Arquivo? O Arquivo nós já achamos e ficou. O Marcello indicou o Olínio, o Palmeira e o Trajano.

O Trajano ficou na área de Patrimônio?

Não, no Arquivo. O Trajano ficou dirigindo o Arquivo, precisamente. Antes era dirigido por uma senhora, que nós já encontramos.

A Maria Augusta⁷⁸ trabalhou com vocês?

A Maria Augusta trabalhava no museu. Era assim uma coisa meio esdrúxula, tinha o Museu da Cidade e o Serviço de Museus, mas não tinha propriamente vários museus, cada um com uma direção. Então, o Marcello, muito criativo, tentou implantar uma estrutura nova, como tentou também conseguir prédio, conseguir uma localização para o Arquivo diferente daquela. Batalhamos, batalhamos lá esse tempo.

E essa estrutura foi aprovada, foi implantada?

Ela foi implantada, digamos, de fato, não de direito. O Marcello chegou a apresentar à Terezinha Saraiva. Apresentou a estrutura, aquilo bem estruturado, ele era muito minucioso, muito detalhista, mas também não houve consequência.

O Marcello vinha também do Ensino Médio?

Sim. Ele foi justamente indicado pela Sílvia, que o conhecia do Ensino Médio do Estado da Guanabara, que tinha herdado do Distrito Federal. Quer dizer, o Distrito Federal se transformou em Estado da Guanabara em 1960, e depois, com a Fusão em 1975, em Município do Rio de Janeiro. Houve uma seleção, não sei bem como, meio aleatória, uns órgãos ficaram na esfera estadual e outros na esfera municipal, como vocês. A Divisão de Patrimônio, o Arquivo, o Tombamento eram da esfera estadual, mas, quando houve a Fusão, passaram para o nível municipal. Nessa altura, já estava em andamento a construção deste prédio. O Marcello apresentou à Terezinha um estudo bastante detalhado de sugestão de prédio para a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara.

Que incluiria o Arquivo.

Levaria o Arquivo. Uma das várias ideias dele é que o Arquivo deveria ser plano, em prédio baixo, no máximo dois andares. Tudo isso ele apresentou à Terezinha, mas não foi levado em conta. Quer dizer, a estrutura, vocês funcionam aqui maravilhosamente, têm dado muito mais do que conta do recado de preservar o patrimônio do antigo Rio de Janeiro, desde Estácio de Sá até hoje. Mas, realmente, não era a estrutura preconizada pelo Marcello. O que ele fez foi muito fundamentado, foi o prédio em horizontal. Chegou a

sugerir a área do antigo Jardim Zoológico, em Vila Isabel, porque lá era uma área enorme para fazer os prédios, com um andar ou dois. Ele deu ideias de estrutura, de aeração, de ventilação, de tudo. Realmente, foi um projeto grande.

Você tem uma cópia dessa documentação?

Infelizmente, não. Tenho alguma coisa restante, mas muito pouco. Restante da Divisão de Patrimônio, da qual o Marcello foi diretor em 1965 e 1966. Saí em 1967, voluntariamente. E fui, só em 1965, a chefe do Serviço de Documentação, Exposições e Divulgação.

O que você relata é que houve uma série de tombamentos em 1938 e o próximo só iria acontecer em 1965.

É. Então você tem os tombamentos na área do Estado da Guanabara, Distrito Federal, na esfera do IPHAN, na área nacional, e na área estadual, na qual o Estado da Guanabara é pioneiro. É a primeira unidade federativa que vai ter seu patrimônio independente do patrimônio nacional.

Essa ação é atribuída ao Carlos Lacerda?

Foi o Lacerda que implantou, tem aí a data da criação: 31 de dezembro. O homem era louco, maravilhoso. Eu tinha uma admiração fantástica pelo Carlos Lacerda.

Cybele, você saiu antes do Marcello. Por quê?

Porque me aposentei. Eu era professora de curso primário, formada pelo Instituto de Educação, e nessa condição de professora primária tinha sido levada para o ensino secundário. Comecei muito cedo, porque era aquela história de você entrar no Instituto de Educação já com o emprego à frente. E mais ainda, nós funcionamos em 1965 loucamente. Eu, em 1965, estava quase me aposentando. Aí (veio) a “Revolução”,⁷⁹ em 1966 você já tem o Costa e Silva. Disseram que a aposentadoria de professor primário com 25 anos (de exercício), e no secundário também, a partir daí, ia mudar. Então, corri, já estava com tempo, entrei em 1942.

Em 1967 você já completara 25 anos de serviço!

Já tinha 25 anos. Mas não esperei 1967, me aposentei em 1966, aproveitando essa história de licença-prêmio⁸⁰ não usada, umas contagens de tempo permitidas. Aposentei-me em 1966 e com isso saí do Patrimônio.

Você continua ativa até hoje. O que você tem feito após a aposentadoria?

Escrevendo, pesquisando. Aí que tive tempo para pesquisar, porque não tinha mais vinculação. Bom, trabalhei um pouco no ensino superior, porque fiz Faculdade Nacional de Filosofia, fui colega do Marcello e continuamos a estudar. A faculdade dava o diploma de professor secundário, de Ensino Médio. Nós continuamos a estudar na área de imprensa e

comunicação e a produzir. Nosso primeiro livro editado em conjunto é de 1967, *História da comunicação*,⁸¹ pela Faculdade de Brasília. O Marcello sempre teve uma vinculação universitária, ele dava aula na faculdade desde 1960.

E ele continuou na universidade...

Sempre, sempre continuou na universidade. Eu lecionei pouco na universidade, me dediquei mais à pesquisa e à produção. Nós temos vários livros publicados juntos, e eu tenho vários livros publicados sozinha, como ele tem também. Vocês têm a coleção de livros dele? Ele, em 1949, editou uma série enorme de estudos de imprensa, porque ele é um dos estudiosos de imprensa pioneiros no Brasil. Carlos Rizinni, Hélio Vianna e Marcello, só que ele é bem mais novo, de outra geração que não é a do Hélio nem do Carlos. Mas ele é dos pioneiros trabalhadores de comunicação. E fui na onda dele.

Por que era tão importante para o Carlos Lacerda tombar o Parque Lage?

Havia uma questão, porque inclusive acho que foram o Jânio Quadros e o Roberto Marinho,⁸² não sei. Sei que houve um tempo em que desejaram fazer ali um cemitério. Então, o Carlos Lacerda estava muito preocupado, porque o Parque Lage fora tombado e destombado.

Foi tombado pelo Marcello...

Não, antes. Tinha sido tombado na esfera nacional e foi destombado. Então, o Lacerda brigava, ele queria essa preservação. É uma visão filosófica do nosso ponto de vista correta, querer preservar uma área verde imensa.

Queriam construir prédios no Parque Lage....

Também. Então, essa é que é a grande visão do Lacerda, que aquilo se mantivesse como um grande patrimônio da cidade, patrimônio vegetal. Hoje, então, a importância disso... Porque realmente havia aquele interesse do Roberto Marinho de usar o Parque Lage para fazer um cemitério, ou não sei o quê. E também a grande briga do Marcello, porque queriam fazer prédios ligados, conspurcando a ambiência do Parque, uma área de preservação, e essa era a grande luta do Marcello e do Olínio. Então, o Lacerda acolheu o parecer deles, o Marcello chamou o Olínio para dirigir o Serviço de Patrimônio.

Por que o Marcello saiu em 1967? Está ligado ao solar Monjope, não é essa a questão?

Não, absolutamente.

Então, é o Olínio que sai por causa disso.

Com o Olínio eu não sei, mas ele tem uma história pessoal muito ligada ao solar. Dizem que ele ficou na frente do trator. Ele não contou para vocês? Ficou na frente do trator e não deixou demolir um painel de azulejos.

Mas acabaram demolindo e construindo um prédio no local. Por que o Marcello saiu?

O Marcello saiu porque ele foi convidado para trabalhar na Universidade de Brasília. Ele ficou no Patrimônio até meados de 1967. Indicou como seu sucessor o Olínio. O Luís Palmeira, do Serviço de Museu, o Olínio para o Patrimônio e o Trajano, que já estava no Arquivo. O Negrão de Lima⁸³ escolheu. Sai no início de 1966 para me beneficiar da aposentadoria. Mas ele não, ele entrou bem depois de mim na Prefeitura, entrei saindo do Instituto de Educação, ele entrou saindo da faculdade.

Quem o Negrão escolheu para ficar à frente do Patrimônio?

O Trajano Quinhões. Mas eu dizia uma outra coisa...

Que o Marcello foi para Brasília...

Sim, fomos para Brasília porque ele foi convidado para trabalhar na UnB, na Faculdade de Comunicação. Quando nós fomos para Brasília, transferimos a família, tudo.

Você tem quantos filhos com o Marcello?

Três filhos. Nós nos casamos em 1950, tenho netos e bisnetos. Fomos para Brasília, consultamos a família, todo mundo quis. Então, fomos de uma maneira pioneira. Ele foi trabalhar na Faculdade de Comunicação, era uma inovação chamar Faculdade de Comunicação, o que havia era Curso de Jornalismo, e ele sempre foi um apaixonado pela imprensa. Desde 1949, ele sempre foi um estudioso, escoteiro, sozinho, se metendo em estudos de imprensa e comunicação na Biblioteca Nacional. Ele era garoto, fuçando coleções de jornais na Seção de Obras Raras, esmiuçando jornais antigos na Biblioteca. Fomos, em junho de 1967, para Brasília, mudamos com tudo, com a família. Mas não fechei a minha casa, deixei a minha casa funcionando. Tinha gente ajudando a pesquisar, ainda mandava material para a gente, datilografava o que nós tínhamos pesquisado. Agora, moro em um apartamento. Nos mudamos com a família, mas deixamos a base no Rio de Janeiro. O Marcello não fez como vários colegas dele que foram trabalhar em Brasília, na Faculdade de Comunicação, e fecharam a vida no Rio de Janeiro. Ele preferiu pedir licença ao Negrão de Lima do cargo de professor do Estado e da Faculdade de Filosofia. Quando não quis mais Brasília, voltou para a sua base.

Quantos anos?

Dois anos inteiros. Do meio de 1967 ao meio de 1969, porque aí já era impraticável morar em Brasília.

O AI 5⁸⁴ já estava em vigor.

Já, em dezembro de 1968, exatamente. Jogaram bomba dentro da sala do Marcello na faculdade. Já estava perigoso morar em Brasília. Nós voltamos à base, da qual não tínhamos arredado o pé totalmente.

E onde o Marcello foi trabalhar?

Ele veio assumir as escolas do Estado e a faculdade.

Daquele pessoal que o Marcello levou para o Departamento de Patrimônio, só o Olínio está vivo?

E o Ondemar, do IAB, muito exitoso, muito realizador. É ele que está comandando a restauração da igreja da Sete de Setembro.

Foi com ele que nós fizemos o salvamento do Cemitério do Pretos Novos, ali na Gamboa. O Instituto de Arqueologia tinha começado um trabalho de prospecção naquela área e depois nós fizemos um desdobramento ali para poder tornar aquela área protegida. Organizamos uma exposição, um seminário, e eles continuaram a pesquisar no local. Hoje em dia, é o Centro Cultural Pretos Novos, de iniciativa privada.

Eu sei que vocês fizeram e que ele colaborou. Ele é muito ativo escrevendo. Ele diz que fui a primeira chefe dele, porque ele era funcionário da minha seção, essa de que vocês viram o nome: Pesquisa, Exposições e Divulgação. Como o José Luiz Werneck.⁸⁵ Existiam os técnicos, funcionários de outro escalão, gente que conhecia muito bem os livros da Décima Urbana.⁸⁶ Os motorneiros vieram depois, mas aqueles que lavravam as certidões, aquilo era um serviço de rotina do Patrimônio. A emissão daquelas certidões que as pessoas iam lá pedir para justificar os imóveis... Os motorneiros, é porque a CET acabou. Então, esses funcionários que dirigiam bonde...

Não era a CTC?⁸⁷

CTC? Companhia de Transportes Coletivos? Mas os bondes elétricos acabaram, então alguns motorneiros foram absorvidos na Divisão de Patrimônio. Alguns se deram muito bem, desempenharam tudo com competência, aprenderam a trabalhar com a gente. A turma da CTC veio compor, porque tinha lá um pinga de funcionários.

O espaço era tão pequeno que essa divisão da estrutura na prática nem se manifestava, não é? Você sabia exatamente quem eram os funcionários do Arquivo, quem eram os do Patrimônio, quem eram os funcionários do Museu, em um espaço tão pequeno em que todos trabalhavam de forma integrada....

Mas havia os setores, a biblioteca... Então, em 1965, o Marcello – que era um homem de ideias, criativo em todos os sentidos – criou no Quarto Centenário. Ele fez funcionar, mas foi um trabalho insano. Tem aí nesse relatório exposições itinerantes chamadas: *Do Rio antigo ao novo Rio*. Com joias da H. Stern,⁸⁸ feitas para época, para a comemoração e que circulariam na exposição. Está aqui no boletim.

Ele fez publicações também?

Só tivemos chance de fazer, que eu me lembre, esta publicação, que mostra exatamente o trabalho da Divisão no Quarto Centenário. Nós, então, montamos exposições itinerantes

nas 21 Regiões Administrativas e se inauguravam duas no mesmo dia, duravam 15 dias. Nós íamos, inaugurávamos uma, saíamos correndo, inaugurávamos outra, em pontos bem diferentes, Irajá, Ilha do Governador...

O que é interessante neste boletim é que nele está um relato de cada Região Administrativa, dizendo quem era quem, em todas as Divisões. Isso é fantástico, porque as informações se perdem.

Então, nós íamos, o Werneck foi o responsável. Primeiro era eu, porque era a chefe do Serviço de Exposições. O Werneck era meu subordinado, o Ondemar.

E o Afonso Carlos.⁸⁹

Não, o Afonso Carlos é da outra gestão do Marcello. Porque o Marcello teve a gestão do Carlos Lacerda como estadual e depois aceitou, no tempo da Terezinha e do Marcos Tamoyo, a gestão municipal. Ele dirigiu a Divisão de Patrimônio já na esfera municipal.

Por quanto tempo?

Ele ficou pouco tempo. Ele deve ter ficado dois anos.

Por que ele saiu?

Ele foi exonerado pelo Marcos Tamoyo. Exonerado pelo jornal, por causa do Parque Lage. Tenho muitos recortes bem classificados sobre todos os assuntos. Era uma grita, “professor exonerado, prefeito não quer a defesa do patrimônio...”

O Tamoyo⁹⁰ queria destombar o Parque Lage?

Eu sei que a briga era com o Tamoyo, que o exonerou. Ele teve conhecimento pelo jornal.

E quem foi para o lugar do Marcello?

Não sei.

Mas aí o Arquivo já não era subordinado à Divisão de Patrimônio. Já tinham se separado o Arquivo e o Patrimônio nesse período, porque com o Tamoyo o Arquivo passou a ser subordinado ao Departamento de Cultura.

Agora que você falou em Departamento de Cultura, me lembrei de um aspecto importantíssimo. Em 1965, ele assumiu, por indicação da Sílvia ao Flexa Ribeiro, como diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara. Mas o diretor do Departamento de Cultura, que era o órgão acima dele, era o João Bittencourt,⁹¹ teatrólogo.

Há uma tradição de escritores no Departamento.

Só que acho que ele nem chegou a assumir. Então, o Flexa Ribeiro nomeou o Marcello interino. Ele passou o ano todo de 1965, esse ano trabalhosíssimo, em que nós fizemos

21 exposições, entre outras coisas, arrumamos o Arquivo, tiramos o Malta das gavetas com água, o que era um trabalho insano.

O Marcello dirigiu o Departamento de Cultura sem ganhar nada. Ele era o diretor da Divisão de Patrimônio e respondia pelo diretor. Era um saco de gatos, porque tinha uma variedade (de órgãos). Tinha a Escola Villa-Lobos, tinha a Escola de Teatro Martins Pena, havia várias coisas diferentes. Eram órgãos díspares. Teatro Municipal, Serviço de Teatros, o Museu da Cidade e outros museus eram da Divisão de Patrimônio, agora, na estrutura da Divisão de Cultura. Ele também fez uma estrutura coerente para o Departamento de Cultura e dirigiu o ano inteiro até que, em 1966, na eleição de dezembro, o Flexa Ribeiro não entrou, entrou o Negrão de Lima, que nomeou o Martinho⁹² diretor do Departamento de Cultura.

Quem o Marcello substituiu quando ele entrou em 1965?

Acho que ele assume o DHD (Departamento de História e Documentação), que tinha sido do Artur César, que foi o último.

Se você pudesse traçar um perfil do comandante Martinho... porque nós íamos entrevistá-lo no dia que ele entrou no CTI.

Sabia quem ele era. Ele era o superior do Marcello, diretor do Departamento de Cultura. O Marcello passou o ano de 1965 inteiro dirigindo interinamente, sem ganhar nada...

O Martinho foi diretor do Departamento de Cultura na época da Terezinha Saraiva.

É, mas depois ele foi o braço direito dela. O que estou querendo dizer é que ele entra na Prefeitura neste momento, em 1966, e vai até o final do governo Marcos Tamoyo, de 1966 a 1979. Uma longa trajetória em uma mesma secretaria. O Marcello estava em Brasília quando houve essa questão do solar Monjope, ele não acompanhou. Nós temos referências pelo Olíbio. Vivemos em Brasília de julho de 1967 a julho de 1969. Voltamos para nossa base no Rio de Janeiro. Aí, eu já estava aposentada.

Onde ele vai trabalhar depois?

Ele era professor da PUC também, de jornalismo, e então estava na área de comunicação, de pesquisa.

Quando o Marcello faleceu?

Marcello morreu em 16 de julho de 1993. Com 69 anos. Vai fazer 15 anos agora. E nós escrevemos juntos, trabalhamos juntos, fomos colegas de faculdade, pesquisamos juntos, produzimos uma porção de livros juntos e – o último, ainda hoje fui verificar – fiquei na dúvida se tinha oferecido aqui, eu ofereci. A edição fac-similar do *Constitucional fluminense*,⁹³ que é um livro meu e dele, dele *in memoriam*, porque eram pesquisas que nós tínhamos desde sempre.

Vocês se dedicaram à questão da imprensa e também à questão da história do Rio de Janeiro?

Imprensa, história do Rio de Janeiro, defesa do patrimônio. Em matéria de patrimônio, ele talvez mais do que eu, não é? Porque ele, inclusive, dirigiu órgãos de patrimônio. Sou ligada também bastante à história fluminense. Sou presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, além de primeira secretária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Quando você estava na Divisão de Patrimônio, de alguma forma acompanhava o que estava acontecendo no Arquivo, no acervo? Sabe se houve recolhimento, tratamento dessa documentação?

Não sei se o recolhimento estaria suspenso, parece que estava suspenso há muitos anos. O que houve foi o arranjo, a arrumação, a parte material. No IV Centenário, o Leoberto de Castro Ferreira⁹⁴ era secretário de Turismo e ficou muito ligado a nós. O Leoberto pediu ao Marcello para escrever uma história do Rio de Janeiro, mas só podia ter tantas páginas e bem pequenininha, bem resumida. Ele escreveu uma historiazinha, que eles mandaram imprimir, fizeram uns livrinhos desse tamaninho com paraquedinhas amarrados com um cordão. Foi feito onde tem o ITA.⁹⁵ Eram paraquedinhas de papel de seda colorido.

Você ainda tem esse modelo?

Tenho a cordinha, não sobrou nenhum paraquedas. Tenho alguns livrinhos. Aspectos da história do Rio de Janeiro, deste tamaninho, tinha que pesar x gramas, resumir a história até o IV Centenário, com uma ilustração linda na capa. No dia da criação do Estado da Guanabara, os aviões, pequenos teco-tecos, passaram na orla do Rio de Janeiro, jogaram e as pessoas corriam para pegar. Passaram no Parque do Flamengo, nós estávamos lá, fomos assistir com o Leoberto, chegamos a correr para pegar. Depois, eles foram até Copacabana, a praia cheia, era feriado. Isso foi em 1965, dia 21 de abril, no aniversário de criação do Estado da Guanabara, em 1960, que é comemorado no dia 21 de abril. Disso eu tenho recorte com fotografia. Esse livrinho foi o Leoberto que promoveu, Leoberto já morreu também, era bem mais velho do que a gente. Uma pessoa muito importante, um grande colaborador do Lacerda.

O IV Centenário foi um ano muito trabalhoso para a Divisão de Patrimônio, para o Rio de Janeiro, era um entusiasmo que o governo do Carlos Lacerda transmitiu, não sei se para todo mundo, mas para nós da Divisão... A Divisão estava começando praticamente, porque herdou o Arquivo, mas eram coisas praticamente mortas, paradas. Aí chegou uma pessoa dinâmica, criativa, e nós tentamos fazer um trabalho que pudesse dar uma mensagem ao Rio de Janeiro, uma mensagem de renovação, de esperança, porque no tempo do Lacerda saiu muita coisa, saíram muitas publicações. Eu me lembro de um folheto que dizia assim: “Rio ingovernável, afinal governado.”

Folheando as revistas do DHD, Departamento de História e Documentação, da década de 1950... Tinha uma revista⁹⁶ que era publicada pelo DHD, órgão ao qual o Arquivo era subordinado.

Aquela grande, que tinha uns documentos...

Na revista eles falam de um decreto, que eles transcrevem, sobre a criação de uma comissão⁹⁷ que iria estudar os festejos para o IV Centenário da cidade. Nessa época era o Roberto Macedo o diretor do DHD. Teve continuidade essa comissão?

Nem tenho conhecimento disso. Se eu li lá, morreu. Porque, inclusive, você viu o título criativo que ele deu. As exposições se chamavam: *Do Rio antigo ao novo Rio*. Mas foi tudo da nossa cabeça. Os painéis foram todos criados pelo funcionário, que era carpinteiro. Tinha um funcionário que era da Quinta da Boa Vista, não sei de que setor, mas ele foi requisitado e veio trabalhar com a gente, seu Topan. Foi ele quem fez as armações, as vitrines que a gente levava para as Regiões (Administrativas). Imagina, a exposição ficava montada 15 dias em duas Regiões Administrativas, então o material era todo duplicado. Fazíamos xerox. Durante 15 dias, findos os quais tinha que sair correndo para duas outras regiões. Você vê aí a escala para poder cobrir, desde que começou, acho que em agosto, até dezembro, as 21 Regiões Administrativas, a 21ª era Paquetá. Acho que essa experiência do Marcello no Patrimônio é bastante enriquecedora para o Patrimônio da Cidade, para o Arquivo da Cidade, e me sinto orgulhosa de ter participado.

Cybelle, o Marcello nessa época, pelo que você já descreveu, estaria lecionando na universidade. Mas ele acompanhou a demolição do Monroe?⁹⁸

Ele acompanhou, inclusive batalhou com o Pedro Calmon, do IHGB, contra a demolição. Ele ficava do prédio do Instituto vendo o Monroe, era doloroso.

E você tem alguma informação sobre o motivo de se demolir aquele prédio? Na época houve uma grande polêmica.

O Calmon encabeçou, digamos, o grupo de reação. O Calmon ouviu “Professor, não adianta, o presidente quer.” E lá tinha sido o escritório eleitoral do Geisel. Até chamaram o Calmon para ir ao Monroe escolher móveis. Ele escolheu umas cadeiras. Então, tem lá no Instituto, no terraço, uns sofás que vieram do Monroe. É muito triste. Pena que é uma história muito repetitiva. Nós fomos para Brasília, ficamos dois anos lá. Nós trabalhamos muito em pesquisa, porque acumulamos muita pesquisa sobre o Rio de Janeiro. Fazíamos muita pesquisa no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional e não havia tempo de elaborar, de produzir uma bibliografia.

Nós fomos para Brasília com esse rico material. O que acontecia: lá, tínhamos mais tempo e não havia locais de pesquisa. Você tinha lá, para pesquisar – e eu usei bastante –, a biblioteca da Universidade e da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A da Câmara é mais rica. Morando em Brasília em 1967, lançamos o livro *História da comunicação*, que

esgotou completamente. Temos, para exemplificar, um exemplar comprado em sebo, com dedicatória. Deu-se a alguém, a família vendeu ao sebo, e nós readquirimos.

Sabe o que acho curioso, Cybelle? A sua trajetória com o Marcello me lembra muito a do casal Egon e Frieda Wolf.⁹⁹ É lógico que vocês têm uma faceta na administração pública que o casal Wolf não teve, mas, pelo que me parece, há uma vontade de publicar. Não sei se vocês têm um acervo, mas o casal Wolf reuniu um acervo muito grande, que acabou indo para o Arquivo Histórico Judaico de São Paulo, e grande parte da documentação ainda está fechada ao público. Acho muito curioso, como se existissem na época casais que se dedicavam, em dupla, a essa função. Porque a forma de fazer é muito parecida. E a Frieda, até hoje, quando publica, publica em nome dos dois.

Nós produzimos muito em Brasília, inclusive no *Jornal do Commercio*, que tinha um suplemento literário que saía aos domingos e tinha uma seção que se chamava *História*. Então, mandamos artigos para lá. Era uma batalha, porque morávamos em Brasília e não tínhamos carro, andávamos de ônibus ou de táxi. Para a universidade tinha condução, eles vinham buscar e trazer o Marcello em casa. Lá tinha uma sucursal do *Jornal do Commercio*, a gente produzia o artigo, chegava o dia x, nosso filho ia levar lá na redação. Depois, tinha que ir buscar, porque tinha pouca divulgação, pouca banca de jornal.

E havia alguma forma de censura sobre esse material?

Não. Eram assuntos de História, imprensa no Rio de Janeiro, a Divisão de Patrimônio.

Talvez tenha algum material desses que possa nos ajudar, como se fossem relatos do próprio Marcello sobre a experiência.

Não sei se vocês têm o discurso de posse dele no IHGB, em 1965, que é sobre patrimônio. Deve ter muita coisa nesse boletim, porque ele chamou assim: *A Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara e seu pessoal*. Ele foi eleito em 1965, então o discurso de posse dele é sobre isso. Esse é fácilimo de eu arranjar, aí vai ter exatamente uma memória da Divisão.

Do conjunto que você fizer, nós faremos um acervo Marcello de Ipanema, aqui no Arquivo, com essa documentação.

Está certo.

Outra coisa interessante. Ao fazer estas entrevistas nós temos percebido como o professor foi importante na organização, na construção desta administração, principalmente da administração pública municipal e quando era Estado da Guanabara, nos setores ligados à cultura e à educação.

Você vê, todas as pessoas que o Marcello chamou para compor a Divisão eram professores: a Regina Carvalhal, o Luís Palmeira, o Olíbio, o Ondemar...

O Werneck fez a ponte entre o Departamento e as Regiões Administrativas?

Exato, a gente levantava o material, isso é uma coisa fantástica, inimaginável. A gente chegava cedinho na Divisão, não tinha condução. A Divisão tinha uma kombi que era para servir ao Museu da Cidade, que era inacessível. De modo que a gente andava de ônibus, chegava em casa dez horas da noite. Muito sacrifício pessoal, mas era um prazer.

E o salário era razoável?

Não, era salário de professor, professor secundário. Fui professora primária, passei para professora secundária, fui professora de ensino superior. O Marcello teve uma tradição de professor universitário muito maior que a minha. Ele foi professor da PUC (Pontifícia Universidade Católica), da Universidade de Brasília, deu vários cursos avulsos em Pernambuco, em Recife, deu conferências. Eu tenho feito isso também.

E continua batalhando pela cultura.

Continuo, sem dúvida. Tenho participado muito, em 2006 participei de um simpósio em Sevilha, um congresso de americanistas.

Como era o nome completo do Marcello?

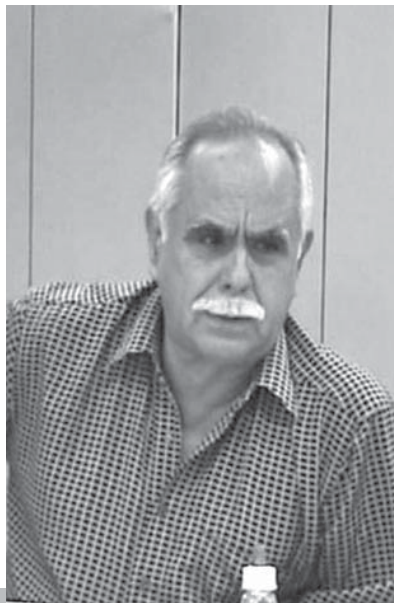
Moreira de Ipanema. Inicialmente era só Moreira, mas como são descendentes de José Antônio Moreira, barão, visconde e conde de Ipanema, a família agregou Ipanema ao nome. Inicialmente era só o nome civil, Marcello Moreira. Eu me casei Cybelle Moreira. O nome de guerra sempre foi Marcello de Ipanema, é o nome literário conhecido. Hoje é oficialmente, juridicamente, por despacho do juiz, Moreira de Ipanema. Nós somos Moreira de Ipanema, como nossos filhos.

Cybelle, quero agradecer a você por esta excelente entrevista, que vai nos ajudar muito a reconstruir a história do Arquivo e dos órgãos a que ele foi subordinado, assim como o papel desempenhado pelos órgãos de patrimônio estadual e municipal.

Obrigada, o que eu puder arranjar de material palpável... Vou providenciar a revista também, a revista do Instituto que tem o discurso de posse. Outra coisa que eu queria falar: você sabe que tenho uma história da Ilha do Governador. Nós editamos pessoalmente do nosso bolso em 1991, e há muito tempo que quero reeditar, porque ela é muito procurada...

Sem dúvida. Fica como uma sugestão de peso para a Prefeitura, pois esse é um livro indispensável na literatura especializada sobre a cidade do Rio de Janeiro e para todos os que se interessam pela história da gente carioca.

*“Foi no Arquivo
que achei coisas
então inéditas do
Rio de Janeiro, como
os projetos do
Antônio Virzi e do
Heitor de Mello.”*



OLÍNIO GOMES PASCHOAL COELHO é arquiteto e urbanista, licenciado em Matemática, Física e Desenho. Professor titular, doutor e livre-docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi chefe do Serviço de Tombamento e Proteção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Foi membro do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, professor de Desenho do Estado da Guanabara e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, decano do Centro de Arquitetura e Artes da Universidade Santa Úrsula. Foi diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, diretor e vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-RJ. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras.

Entrevista concedida a Sandra Horta e Maria Célia Fernandes em 03/10/2007, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Olínio, você nasceu no Rio de Janeiro?

Sim, sou carioca!!

Fale-nos um pouco sobre a sua infância.

Tijuca, Rio de Janeiro. Morei lá até casar, praticamente! Na rua Uruguai, nº 326.

Como era a rua Uruguai naquela época?

Havia bonde que passava na minha porta. Não sei se você conhece aquela vila na Tijuca que ia ser tombada pelo DGPC.¹⁰⁰ Nasci em uma das casas da frente, que foram recentemente modificadas. Hoje é uma loja de roupas para noivas. Aquele trecho ali é muito simpático. Minha família tinha uma vila um pouco adiante. Minha avó nasceu também na rua Uruguai; o meu bisavô materno, parece, tinha uma chácara na rua Uruguai; e eu sempre vivi ali; minha mãe nasceu lá também.

Onde você estudou?

No Colégio Paula Freitas. Primeiro na escola pública recém-criada, que era a Escola Barão de Itacuruçá, 47, na rua Andrade Neves; existe até hoje lá. Depois fui para o Colégio Paula Freitas, onde fiz o curso completo – ginásio e científico – e de lá fui direto para a universidade.

Que disciplina você cursou na universidade?

Sou arquiteto. Fiz Arquitetura e fiz também Matemática no Instituto Lafaiete. Sou bacharel e licenciado em Matemática.

Quando foi que você entrou para a Prefeitura?

Pelo concurso do governador Lacerda, aquele primeiro concurso para professores.

Então, o primeiro concurso para professores, no Estado da Guanabara, foi na época do Lacerda?

Foi em 1963. Sou licenciado em Matemática e meu diploma dá direito a lecionar matemática, desenho e física. Aí, eu disse: “Sou arquiteto, dou aula de Arquitetura, ah, vou fazer esse concurso!”. Passei em terceiro lugar. Passamos uns sete ou oito candidatos.

Você fez o primeiro concurso para o Estado da Guanabara?

Estado da Guanabara! Não havia concurso há muitos anos, e o governador Lacerda realmente fez isso. Tomei posse em 1963.

Inicialmente você foi lotado em que escola?

Ah, sim. Fui lotado no Colégio Prado Júnior, recém-criado, que funcionava, à noite, no edifício do Instituto de Educação. Ali só fiquei um ano e pouco, porque em seguida o

secretário Flexa Ribeiro, meu catedrático de História da Arte da Faculdade de Arquitetura, chamou-me, por meio do professor Marcello de Ipanema, para chefiar o Serviço de Tombamento e Proteção, da recém-criada Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, então dirigida por ele.

Em 1937 foi criado o SPHAN, na época era o Serviço de Proteção... Teve alguma relação entre a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico e a criação do SPHAN?

Não. Eu era aluno do professor Paulo Santos,¹⁰¹ que era muito ligado ao doutor Rodrigo;¹⁰² frequentei o Patrimônio como aluno ainda, durante uns três anos. Os dois serviços se relacionavam, mas, do ponto de vista administrativo, foi uma criação do governador Carlos Lacerda, exatamente para fazer uma coisa: tombar o Parque Lage. A Divisão foi criada em 31 de dezembro de 1964, pelo Anexo ao Decreto nº 346. Ninguém sabia como fazer, então ele criou a Divisão como anexo de um decreto maior. Para quê? Para tombarmos o Parque Lage, o que foi feito em 15 de julho de 1965.

Nessa época você estava na Divisão de Patrimônio?

Fui chamado em abril para chefiar o Serviço, mas só fui nomeado realmente em agosto. Mas, logo que assumi – havia uma pessoa no meu lugar, respondendo pelo expediente –, comecei a trabalhar com o Marcello de Ipanema, que foi o grande gestor de tudo isso, não é?! A ele se deve esse patrimônio ter se salvado realmente. Foi uma figura extraordinária, batalhadora, enfrentou todo mundo. Pelo Patrimônio ele enfrentava qualquer coisa, e depois enfrentou o prefeito Tamoyo, no final das contas. Fiquei lá até 1977.

O Arquivo da Cidade, que naquela época se chamava...

Arquivo Histórico.

Arquivo Municipal, subordinado à Divisão de Patrimônio Histórico.

Isto já é a versão de 1975, mas em 1965 não era. Esta é a versão do Tamoyo. Quando nós assumimos, em 1965, ele se chamava Serviço de Arquivo Histórico, dirigido por um chefe de serviço, como está nesse texto que vou passar para vocês.

Quem era o chefe de serviço?

Não teve chefe de imediato. Como o Marcello era um historiador, um homem de pesquisa, da área de comunicação e jornalista, trouxe alguns historiadores, como o José Luiz Werneck da Silva, por exemplo, e até Cybelle de Ipanema, sua esposa, Ondemar Ferreira Dias. Werneck, grande amigo, foi uma perda irreparável sua morte tão cedo. Mais tarde, veio o nosso Afonso, que era ainda estudante. Lá ele fazia pesquisa no Arquivo. E esse Arquivo era parte integrante da Divisão, que era formada pelo Arquivo, pelo Serviço de Museus e pelo nosso Serviço de Tombamento e Proteção. Eram os três serviços que integravam a Divisão.

Estava localizado onde?

Lá na Avenida Pedro II, 400. Eu já comecei lá no 400. Em 1965.

O Marcello de Ipanema era o diretor.

Ele ficou no lugar de diretor da Divisão. Eu entrei como chefe de Serviço, entraram também o Werneck, Hortênsia Baamonde, Abelardo Araújo, Luís Carlos Palmeira, Florentino Guimarães, Maria Augusta Machado da Silva, Trajano Garcia Quinhões, Ondemar Ferreira Dias. O Ondemar ficava com a parte de Arqueologia, a Neusa Fernandes ficava com a parte de Museologia. Mais tarde, seria a diretora executiva da Funarj. Era uma equipe grande, todos os professores requisitados do Estado. Dei aula só um ano. Acabei ficando lá de 1965 até 1977, foram 12 anos.

Quando fui demitido pelo Tamoyo, saí de lá e voltei para a Secretaria de Educação. Aí me mandaram dar aula em um colégio perto de uma favela da Tijuca. Quando cheguei lá, a diretora perguntou: “Mas você vai dar aula aqui para quem?” Naquela ocasião eu era decano do Centro de Arquitetura e Artes da Santa Úrsula, estava lá há dois anos. Aí, eu disse: “Por aí”, e comecei a fazer atividades de desenho com os alunos, mas, em seguida, o subsecretário de Obras, nosso amigo, chamou-me para o Gabinete. Eu já estava quase aposentado. Depois voltei para o DGPC, onde fui aposentado.

Olínio, sei que você já falou que este assunto é muito extenso, mas gostaria que você dissesse por que você foi demitido.

Bom, as causas foram as seguintes: o prefeito na época... O governo estadual não gostou da (atuação) da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, contrária à demolição do Solar de Monjope, em frente ao Parque Lage, para a construção de um conjunto de apartamentos. A Divisão fez a notificação de tombamento aos proprietários, que foi enviada ao Gabinete do governador para expedição em 14 de novembro de 1973. Depois de um encontro entre o ministro dos Transportes,¹⁰³ o presidente Geisel e o governador Chagas Freitas,¹⁰⁴ na ponte Rio-Niterói, em construção, veio ordem para que não fosse mais tombado o solar; que fosse cancelada a notificação expedida pelo governador. Já era diretor o Trajano, não era mais o Marcello. Quando então veio a ordem, ninguém do Gabinete do secretário sabia o que fazer; o ato estava pronto, publicado no *Diário Oficial*. A notificação estava feita.

Aí veio um fazedor de constituições da República da ditadura, um advogado que fazia os atos institucionais, nos procurar pessoalmente para desfazer o ato. Não se podia desfazer a notificação. Então, inventaram que o Decreto-lei nº 2 ainda não estava regulamentado. Porque, se não havia regulamentação, não se podia fazer tombamento; desmancha tudo. O Fernando Barata, secretário de Educação, não sabia o que fazer; sabia mais grego que administração de educação. O que fizeram? Anularam a notificação de tombamento com um despacho do secretário de Educação, em 20 de novembro de 1973, publicado no *Diário Oficial*. Aí, na sexta-feira, entra um trator, derruba-se o muro e começa-se a jogar abaixo

aquilo tudo. Tenho fotografias dessa demolição; estão no livro. Aí, nós fomos para lá fazer “escândalo”, um grupo de professores da FAU e alguns alunos meus.

O Trajano Garcia Quinhões, professor de História, ficou contra essa confusão toda. Comentava-se que o Tamoyo teria interesse na construção, dizem até que ele financiava o empreendimento, não sei bem. Ficou um ressentimento que mais tarde iria colaborar para a demissão do Marcello e a minha própria, pois eu era o chefe do Serviço de Tombamento e Proteção. Depois que saiu o Trajano, volta o Marcello.

O Marcello voltou como diretor da Divisão?

Da Divisão. Já da Prefeitura. O ponto crucial da demissão do Marcello de Ipanema da Divisão foi uma licença de obras concedida pela Prefeitura para a construção de um edifício, ao lado do Parque Lage, em 1 de outubro de 1976. Tal construção feria o artigo nº 7, do Decreto-lei nº 2, de 11 de abril de 1969. A Divisão manteve seu parecer contrário à obra, pois ela determinaria uma faixa de sombra sobre a vegetação do Parque Lage. O prefeito Tamoyo, inconformado com nosso parecer, determinou a demissão do Marcello de Ipanema como diretor da Divisão, em 28 de julho de 1977. A posição da Divisão foi apoiada por diversas personalidades, como José Frejat, Mário Augusto Jacobskind (do *Pasquim*), Mário Lago, José Louzeiro, Edgar de Carvalho e Moacyr Bastos, destacando-se o apoio na Câmara Federal, com Lígia Lessa Bastos, que conseguiu convocar a Comissão Parlamentar de Inquérito, com o apoio integral do Conselho Estadual de Cultura, que condenava unanimemente a posição do prefeito da cidade.

O *Pasquim*,¹⁰⁵ a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* também defenderam essa posição do Patrimônio Municipal em defesa do Parque Lage. Estava só esperando a minha demissão, com a mala pronta, mas a minha veio pouco depois, em 11 de agosto de 1977. O Comandante Martinho se aborreceu comigo, foi desagradável, depois de tudo isso, me demitem também; fui embora. Entrou a Lia, que na época era da Secretaria de Cultura junto com o Martinho. Em 6 de março de 1979, pelo Decreto nº 2.052, o prefeito Tamoyo extinguiu a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, às vésperas de sua substituição no cargo.

A Lia (Malcher) era diretora da Biblioteca de Copacabana.

Exatamente. Entrou a Lia para dirigir a Divisão. Nunca mais voltei lá.

Na ocasião em que você trabalhava na Divisão de Patrimônio, qual era a situação do acervo do Arquivo?

Muito bem tratado. Nós demos sorte, dentro da nossa miséria franciscana de não ter recursos. Mas o Marcello se esmerava, aquilo era para o Marcello a vida dele. Minha área não era de História, mas de Arquitetura, faço História da Arquitetura. Mas o Marcello juntou todos os amigos, pesquisadores, historiadores, um grupão. O Arquivo era cuidado por três ou quatro ex-motorneiros. Eram trabalhadores da Light, dos bondes da CTC. A

CTC os colocou em disponibilidade e eles foram trabalhar com a gente. Uma gente muito boa. Eles cuidavam daquilo com o maior cuidado.

Havia uma política de recolhimento e de tratamento?

Havia. O Marcello estava sempre recolhendo material dos nossos escritórios de notas e eles também queriam sempre mandar para a gente. Não havia muito lugar para botar todo o material que chegava; o espaço era pequeno.

Quantas salas vocês ocupavam?

O Arquivo ficava em toda aquela parte do fundo do prédio, e embaixo ficavam os livros de inscrição predial, que eram os mais requisitados pelo público, que ia lá pedir certidões de lançamentos prediais, para questões judiciais, inventários etc. Eles pagavam as taxas pela prestação dos serviços. O Arquivo atendia ao público embaixo, em cima era a parte de pesquisa. Fiquei lá uns 12 anos, abri todas as pastas do arquivo pessoalmente, vi tudo o que havia no acervo.

Basicamente, que tipo de documentação você encontrou?

A minha pesquisa era sobre História da Arquitetura; encontrei desenhos, petições de alvará, pedidos de obras. Abri uma a uma, cada pasta, e estava tudo em um estado complicado, porque eles estavam pregados com aquelas bailarinas de metal que, com o tempo, se oxidam e danificam o desenho todo. Então, eu disse: “Nós temos que tirar tudo isso.” E começamos a tirar e a limpar aquilo tudo. Não sei se terminaram de fazer isso. E também algumas plantas, que estavam dobradas, nós colocamos em mapotecas, estendidas. Foi aí que achei coisas inéditas do Rio de Janeiro, como os projetos do Antônio Virzi¹⁰⁶ e do Heitor de Mello.¹⁰⁷ Mais tarde nós trabalhamos com esses dois arquitetos e verificamos que as plantas estavam lá.

Então, essas plantas estão no Arquivo?

Estão todas aí, claro. Tenho até os códices, se você quiser.

O Alberto Taveira¹⁰⁸ fez um trabalho sobre o Virzi.

Fui o orientador dele, na sua dissertação de mestrado, na Faculdade de Arquitetura. Ele fez o trabalho com o material, inclusive, que eu já havia coletado.

Gostaríamos de saber também sobre a questão do Parque Lage a que você se referiu, isso não teve nenhuma ligação com o Arquivo?

Não. O Arquivo era parte da Divisão, tudo era da Divisão. Agora, realmente, o fato do Patrimônio era outro. Era o tombamento do Parque Lage, que foi feito pelo Lacerda, e o destombamento depois do Solar Monjope, em frente ao Parque Lage. Depois, também, ao lado, o episódio daquele edifício a ser construído, que a Prefeitura licenciou e nós não

queríamos; fazia sombra em cima do Parque Lage. Somado o Solar Monjope com aquilo, deu-se a nossa separação, o nosso conflito era esse.

Qual era a questão do Parque Lage?

Sobre o Parque Lage, tenho uma folha do *Jornal do Commercio* com toda a história; mostro depois.

Havia uma disputa entre o governo do Lacerda e o Roberto Marinho?

Não, não havia disputa nenhuma. Ao final do governo do Juscelino (Kubitscheck), ele destombou o Parque Lage porque havia esse empreendimento imobiliário, que era do grupo Roberto Marinho, da construtora Mauá, que arrematou – informação que eu tinha na época e que até hoje nunca foi contestada –, em leilão público, em uma quarta-feira de cinzas, depois do carnaval. Então já havia um projeto, um projeto arquitetônico muito bom, mas que iria destruir aquela mata toda. Era um projeto para 11 blocos de apartamentos. O Lacerda, tomando conhecimento de tudo isso, querendo salvar o Parque Lage, determinou o seu tombamento e criou uma fundação, chamada de Parque do Povo.

Então, o Lacerda assinou o decreto criando o Parque do Povo, em discurso feito na escadaria do Parque Lage, com todos os políticos do grupo do Lacerda, em campanha para o professor Flexa Ribeiro. O opositor era o embaixador Negrão de Lima. Ele tombara exatamente para evitar que fosse destruído, porque já havia licenciamento para construção. O IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) não se manifestara, nem o Jardim Botânico, porque era tudo do governo federal, ninguém quis falar nada. O único que teve a coragem de assumir aquilo foi o Lacerda. Se ele não tivesse feito mais nada, só por ter salvo aquilo acho que ele devia estar em um pedestal.

Com certeza, esta foi uma medida muito importante em termos de preservação.

É, porque aí aconteceu o seguinte, com a criação do Patrimônio nosso e com a loucura, no bom sentido, do Marcello, querendo preservar tudo, criou-se um comportamento coletivo na cidade com referência à preservação, e isso foi importante. Hoje o DGPC cria áreas – APACs,¹⁰⁹ não concordo com esse tipo de coisa, o prefeito cria isso, e todo mundo contesta. Naquela época não, era diferente: nós fazíamos, os donos contestavam e o público aceitava. Houve época também em que as pessoas nos pediam para fazer tombamentos. Lembro-me muito bem que uma vez houve uma petição pedindo para tomba o calçamento de uma ladeira em Santa Teresa, ali perto do túnel. Já estava havendo uma conscientização do povo de que o patrimônio não era mais uma coisa de cima para baixo, era de baixo para cima. Já estava se tornando uma necessidade o conhecimento de sua história e, com isso, fazendo, pedindo, reivindicando essas coisas. Hoje não, virou meio popular não é? Tombar a torcida do Flamengo, por exemplo, é discutível...

É o que chamam de patrimônio imaterial.¹¹⁰

Não, isso não é imaterial.

Quando você estava no Arquivo, houve algum concurso para o preenchimento de vagas, houve a criação de algum cargo no Arquivo?

Não, não houve quando eu estava lá, não.

As pessoas eram requisitadas?

Requisitadas, porque nós não tínhamos quadros. Os colegas tinham que dar uma carga na escola também; não havia funções gratificadas. Todos os que trabalhavam naquela época o faziam com muito sacrifício, porque gostavam realmente da cidade, queriam fazer alguma coisa pelo patrimônio. Era uma equipe muito boa. Eram pessoas com formações diferentes, isso dava uma diversidade cultural à Divisão. Maria Augusta – a mais velha de nós todos, deve estar com quase 90 anos a Hortência – professora de desenho –, o Florentino – também de desenho o Werneck, e mais uma menina mais nova: a Eliana,¹¹¹ que veio da Arqueologia. A Júnia¹¹² também é daquela época. Estive com ela aqui. Ela está a mesma coisa, não mudou nada. O mesmo jeitinho...

O Werneck chegou a ser chefe de Serviço do Arquivo?

Não, não chegou a ser nomeado, porque o Marcello não conseguia nomear ninguém. Naquela época, a nomeação era muito complicada, era muito politizada. Aí, já estávamos no governo do Negrão. O Patrimônio foi criado em 1964, em 1965 o Lacerda saiu, assumiu o vice, que era o Rafael de Almeida Magalhães. Depois, terminou o governo, o Flexa Ribeiro perdeu e entrou, então, o embaixador Negrão de Lima.

Nessa época você não estava mais no Arquivo?

Fiquei até 1977, fiquei 12 anos. Com o Negrão foi outro tipo de comportamento. Depois o Chagas, duas vezes, depois saí.

O Arquivo recebia recursos do poder público para poder desenvolver as suas atividades?

Nada. O governo não estava interessado em cultura, nada disso. Política cultural de preservação do patrimônio? Não, nenhuma.

Como vocês faziam para preservar a documentação especial?

Quando a pessoa ia lá pedir alguma coisa, acho que se trocava por filme para fotografar o resto, era uma coisa assim, não havia recursos. Era uma miséria, a coisa era muito complicada. Era só vontade de fazer, de segurar aquilo tudo, aquele acervo. E nós conseguimos segurar, de uma certa maneira, porque o pessoal da CTC foi espetacular. Aquilo vivia limpo, perfumado até, não parecia um “depósito de coisas velhas”, como nós encontramos, quando fomos para lá era uma tragédia.

Mas, se a maior parte da equipe era formada por historiadores, quem classificava, identificava e organizava a documentação?

Esse grupo que estava lá ajudava na classificação e formava então esses rapazes que não eram da área de História, esses funcionários da antiga CTC, e eles iam organizando aquilo tudo. Porque a maioria já estava organizada, codificada. Porém, estava mal acondicionada. Então, se você abrir hoje uma pasta, é a mesma de 1965. O que eles fizeram foi abrir as pastas, arrumar aquilo tudo e higienizar de certa maneira aquele arquivo todo.

Vocês tinham conhecimento do trabalho que o Noronha Santos tinha feito? Ele foi chefe de serviço até 1928, quando se aposentou. Parece que a primeira codificação foi feita por ele.

Tenho a impressão de que sim. Da parte de Arquivo não entendo. Como eu disse, ia lá abrir as pastas para ver as plantas. Muitas nós até fotografamos, naquela ocasião, para fazer documentação, fazer os processos de tombamento, que eram instruídos com o material do nosso Arquivo. Essa era a grande vantagem de o Patrimônio estar ligado ao Arquivo, isso era muito bom para nós, que não íamos para lugar algum pesquisar, estava tudo ali. Não sabíamos que havia tanta coisa importante ali, porque ninguém tinha aberto aquilo tudo. Havia um índice lá, do tempo daquele que foi diretor, que escreveu aquele Guia do Arquivo...

Mello Moraes.¹¹³

Mello Moraes Filho. Ele é o patrono da minha cadeira no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Ele morreu em 1919.

Foi da época da criação do Arquivo do Distrito Federal. Criou a *Revista do Arquivo*.

Não havia mais revista naquela ocasião, não se publicou mais nada. O Marcello fez esse livrinho, depois fizemos uma publicação, mas a revista com um conteúdo de revista de Arquivo não saiu mais. Não sei se hoje vocês estão fazendo.

Hoje estamos retomando. Já estamos organizando o segundo número da *Revista do Arquivo*, mas agora com um outro perfil, porque a anterior foi dedicada sobretudo à publicação de documentos, transcrição de documentos, e a atual...¹¹⁴

Recebi a revista de vocês, a Beatriz Kushnir¹¹⁵ mandou; está em um formato diferente, mesmo.

A atual é uma reflexão sobre história do Rio de Janeiro, artigos...

Aquela revista era para divulgar os documentos do Arquivo, era uma transcrição.

Analisei as *Revistas do Arquivo do Distrito Federal*, as da década de 1890 tinham artigos do Mello Moraes Filho, algum comentário dele, mas a maior parte mesmo era transcrição de documentos. E na década de 1950 eles seguiram essa mesma linha.¹¹⁶

Meu discurso de posse no IHGRJ foi sobre ele. Não era minha área, fui obrigado a mer-

guitar em todo lugar para fazer esse texto. Vou dar o discurso a vocês. Está incompleto, vocês podem cruzar as informações dele em função do que levantei em alguns textos.

Ele foi membro do Instituto Histórico?

Ele não foi membro. É o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, não é o IHGB.

Você se lembra quando o Arquivo se separou do Patrimônio?

Foi quando houve essa mudança com o Tamoyo. Quando ele criou o Arquivo, ele fez um decreto separando o antigo Serviço de Arquivo Histórico da Divisão, e acabou com a própria Divisão. Sobrou o Arquivo e acabou o Patrimônio.

O Tamoyo era ligado ao Lacerda, a gente pode considerá-lo um lacerdista?

Não sei, acho que ele seria mais “tamoysta”...

Ele era muito personalista?

Ele era muito ligado ao Lacerda sim, foi secretário de Obras do Lacerda.

Ele decretou três dias de luto pela morte do Carlos Lacerda, inaugurou uma escola com o nome do ex-governador. Na época em que ele assumiu a Prefeitura, acha que ele ainda estava ligado àquele grupo remanescente do lacerdismo?

Ele assumiu a Prefeitura com todo o apoio da Revolução.

Sim, ele foi indicado pelo Golbery. Mas em relação àquele grupo que circulava em torno do Lacerda, a Sandra Cavalcanti,¹¹⁷ o Flexa Ribeiro?

A Sandra Cavalcanti participou conosco de uma CPI, em Brasília, contra os desmandos do Chagas Freitas e do Tamoyo, também. Não sei se tem ligação não, acho o Tamoyo uma figura muito singular.

Creio que ele era mais um técnico.

Um técnico que virou político e financista.

Ele tinha pretensões a ser o próximo governador.

É, ele foi meu colega na ESG, na década de 1980, ele sentava atrás de mim. Então, todos chamávamos: “Oh! Governador!” “Oh! Governador!” Estava em campanha para governador, apoiado pelos militares...

Ou, pelo menos, por um setor.....

É, um setor estava apoiando, ele teria ganho, se não tivesse morrido. Ele fez muita coisa, ele teve uma gestão muito dinâmica.

Uma reclamação que sempre fazem é a respeito da posição hierárquica do Arquivo que, por ser uma posição de grande subordinação, dificulta o atendimento dos seus objetivos, das suas finalidades.

Concordo. Um dos grandes sonhos do Marcello de Ipanema era que o Arquivo fosse ligado diretamente ao prefeito, não ser terceiro escalão, quarto escalão. Não tinha autonomia para nada. E nós até pensávamos que, quando o Arquivo fosse emancipado com a saída do Tamoyo, este Arquivo agora aqui instalado fosse ligado ao Gabinete e não a uma secretaria, não a um departamento. Ficou ligado ao Departamento de Cultura,¹¹⁸ com o Afonso.

Depois, com a separação da Cultura da Educação, ele passou a ser subordinado ao Departamento de Documentação e Informação Cultural. E, há três ou quatro anos, está ligado diretamente ao Gabinete do secretário.

A intenção do grupo era que ele fosse independente, com o prefeito. Para nós, o Arquivo era importante, do ponto de vista funcional, junto ao Patrimônio, mas era mais importante que o Arquivo ficasse independente, com toda a sua estrutura, para poder conservar tudo.

A Lei de Arquivos Municipais já mudou um pouco isso, mas durante um tempo ele não tinha competência legal para requisitar documentos de outras secretarias. Então, na prática, ele deixou de ser um Arquivo Geral.

Tive notícias de que algumas secretarias jogavam material fora. Nem se incomodavam em dizer: “Vocês querem este papel velho?” Faziam isso, muita coisa se perdeu por causa dessa dependência (do Arquivo).

Pelo visto, ele não tinha nenhuma visibilidade dentro da própria administração pública. Exatamente, o Arquivo era uma coisa morta.

Não havia nenhuma política oficial no sentido de o Arquivo acompanhar o descarte de documentos?

Não. O Marcello pedia aos cartórios que mandassem material para a gente; começou a pedir, porque eles não mandavam, para nós guardarmos. Não sei como vocês fazem hoje. Mas a gente pedia: “Vai jogar fora, não vai arquivar? Manda para o Arquivo.”

Hoje, o Arquivo é o gestor da Política de Arquivos Municipais, então é responsável por orientar as secretarias na organização e classificação da documentação.

Isso naquela época não existia, o Arquivo era quase uma lixeira para jogar fora o que era descartado.

Também a ideia de patrimônio estava ainda se consolidando.

Exatamente. E a visibilidade do Arquivo estava ocorrendo junto com a visibilidade da preservação do patrimônio, e o documento acabou sendo também parte desse patrimônio. Então, muda um pouco, o patrimônio, não é mais histórico, artístico, passa a ser patrimônio

cultural. No meu texto, chamei patrimônio cultural já na década de 1970; é exatamente isso. Uma nova visão do patrimônio, não era mais só História, Etnografia, Arqueologia, coisas assim, artísticas, belas: era cultural. Então, passa a uma visão antropológica, você dá uma guinada muito forte. É por isso que as comunidades procuram a gente agora; isso já tomou um outro vulto, já há uma consciência do social, do antropológico, e não apenas do documento histórico perdido em algum arquivo.

Um documento monumento, tipo....

A carta do Caminha. Tudo vale, tudo é importante. Então, isso muda, passa a ter uma conotação antropológica, cultural, e é isso que está acontecendo agora. É o que vejo, estou vendo isso depois de 30 anos. Saí daqui em 1977, depois fiquei mais quatro anos no Conselho Municipal, com o prefeito Klabin.¹¹⁹ A visão que nós tínhamos naquela época, hoje estou vendo de outra forma. Muito mais satisfeito. A coisa tomou outro rumo, valeu a pena.

Você tem ideia de quantos funcionários atuavam no período em que você estava na Divisão de Patrimônio?

Sim, eram uns quatro ou cinco do Arquivo que trabalhavam lá. Pessoal de limpeza, o Geraldino, nosso contínuo, que servia para tudo, dona Guilhermina, secretária, nós, da parte técnica, e o pessoal que não era de nível superior. Talvez umas 10 ou 15 pessoas, o único arquiteto era eu. Hoje, há uns 20 arquitetos no DGPC,¹²⁰ tombando o Rio. Eu era sozinho; o Florentino, que não era arquiteto, mas conhecia muito arquitetura, era meu auxiliar.

Eles publicaram alguma coisa na época? Essas pesquisas resultaram...

Não, não conseguimos. Fazíamos um tipo de publicação que às vezes a gráfica executava.

Como é que era essa relação entre o Arquivo, a gráfica e a marcenaria?

Era uma relação meio assustadora, porque havia um forno aceso o dia inteiro, queimando graveto. Nunca houve nada, mas era um risco iminente. O Arquivo da Cidade estava em cima de uma fogueira. O prédio era de concreto armado, em caso de incêndio ele podia resistir bem. Mas seria um susto, uma correria. Ninguém ficava tranquilo quando pensava nesse assunto.

A gráfica era da Prefeitura?

Era, a gráfica ficava na parte de trás e a marcenaria na frente. Um senhor, um velhinho, excelente marceneiro, fez as caixinhas do arquivo do Malta. Ele executou as caixinhas para os negativos de vidro. Depois, descobriram que as caixinhas tinham ficado um pouco baixas, que o vidro quebrava na ponta, depois foram corrigidas. Usava a marcenaria para fazer os painéis dessas exposições todas que aqui estão hoje. Essas fotos da Avenida Central,

essas mesas de exposições, nós fizemos naquela época. Esta mesa é da nossa época, essas cadeiras, esse armário (apontando os móveis do Gabinete da direção).

A marcenaria também era da Prefeitura? Para conserto do mobiliário escolar?

É, mobiliário escolar, reparação de cadeiras escolares. Tinha um monte de cadeira velha lá. Para pegar fogo, era só riscar um fósforo. Havia a poluição da poeira que levantava e o Arquivo não era climatizado. Basculantes de ferro abertos para deixar entrar ar. Quando eles faziam queimada lá embaixo, era igual à da Amazônia; tínhamos que fechar as janelas. Quando acabava o dia, aqueles gravetinhos e aquele pó de madeira eram jogados em um forninho para queimar. A serralha era um problema, mas era útil para nós. O Trajano começou a inventar exposições itinerantes, já iniciadas pelo Marcello, um pouco no tempo do Lacerda, e depois, com o Negrão. Aí, nós corremos o Rio de Janeiro todo, fazendo exposições nas Regiões Administrativas.

Segundo Cybelle de Ipanema, eles construíam suportes para as exposições. As exposições eram sobre que tema?

Sobre o Rio, essas imagens que estão aqui, até hoje. Eram gravuras, desenhos, fotografias do Malta ampliadas. Tínhamos um fotógrafo que trabalhava muito bem, que foi sucedido por outro fotógrafo, o Marcelo.

E tinha espaço para organizar palestras, discussões?

Não, não havia espaço para isso. No Museu da Cidade houve alguns cursos, porque o Museu também era nosso.

Onde era o Museu?

Lá na Gávea.

Já era lá no Parque da Cidade?¹²¹

Sempre foi.

Mas aquele Museu é do Estado. (Desde 1994 cedido à Prefeitura mediante convênio.)

Quando houve a Fusão, houve a separação dos bens, ele foi incorporado aos museus do Estado.

Quem adquiriu aquela casa foi a Prefeitura?

O Henrique Dodsworth! Ficou na Prefeitura do Distrito Federal por muito tempo, depois no Governo do Estado da Guanabara. Quando virou Prefeitura, um decreto separou os bens.

Na época da Fusão, o Theatro Municipal passou para o âmbito do Estado do Rio de Janeiro. O Tamoyo até reclamava disso. Sugeriu que o próximo prefeito fizesse o retorno do Theatro Municipal à municipalidade.

O nome se manteve Municipal por questão de história, mas ele passou nessa época. O Museu da Cidade também. Tanto que nós perdemos do nosso arquivo peças que estavam lá. Por exemplo, aquele Grandjean de Montigny¹²² que está lá, uma aquarela do interior da Alfândega, era do nosso acervo. Está hoje no Estado do Rio de Janeiro, mas era do antigo Distrito Federal, depois Estado da Guanabara.

Por que esse acervo estava no Museu?

Porque era parte do Museu e o Museu era ligado a nós, da Divisão de Patrimônio. O Museu Histórico da Cidade era dirigido por um chefe de serviço.

O Arquivo, o Museu e o Tombamento eram os três órgãos que estavam ligados à Divisão do Patrimônio: Serviço de Tombamento e Proteção, Serviço de Arquivo Histórico e Serviço de Museus.

Em 1974.

Então, algumas peças estavam no Museu?

Ficaram lá no Museu, depois vieram para nós. E algumas coisas que eram deles também ficaram lá, como a coleção do Lucílio de Albuquerque.¹²³ Os governadores pediam às vezes umas obras de arte para algum lugar; nós emprestavamos.

Mas essas obras retornavam depois ao Museu?

Aliás, o Trajano andou descobrindo que havia em um palácio da cidade algumas peças que depois devolveram para nós. Havia um descontrole total. E o acervo ficava meio capenga, às vezes sumia alguma coisa e depois aparecia.

Você acompanhou a transferência da documentação para este prédio novo?

Não, fui demitido antes. Não quis saber de mais nada. Para mim, foi muito traumatizante, fiquei lá 12 anos seguidos. Saía de lá às 9 horas da noite. Tinha minhas aulas de manhã, fazia minhas obras, ia correndo para lá. O Marcello não tinha hora para sair, nem o Trajano. Foi uma dedicação muito grande do grupo para preservar o Arquivo. O Arquivo é um patrimônio, o que importava ali era preservar o Arquivo.

A Lia substituiu a quem? Acho que ela chegou em 1976.

Chegou em 1977. Saí em agosto, ela entrou em dezembro. Na hora em que saí, ela assumiu. Porque eu era o substituto do Marcello. Era o responsável na ausência do diretor. Ele foi demitido, um mês depois fui eu. A seguir, o comandante Martinho a nomeou. Aí, não tomei mais conhecimento. Peguei um pacote com meus objetos e documentos pessoais e fui para casa; tudo ficou guardado por anos. Foi muito traumatizante, um trabalho muito bonito que a gente estava fazendo lá e, subitamente, por um prefeito inconsequente, a coisa acabou dessa maneira. Acabou com o Patrimônio. Se não fosse o Prefeito Klabin voltar depois, em 1980...

Então o Patrimônio se reergueu com o Klabin?

Sim, o Klabin criou o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. Ele criou o Conselho com oito membros pela Lei nº161, de 5 de maio de 1980. Mas ele não criou uma instituição ou serviço, criou um conselho, nomeou oito conselheiros que discutiam em reuniões mensais o que tomar. Em seguida, foi criado um apoio, um serviço que veio a ser depois o nosso DGPC, cujo conselho continua a ser o antigo. Primeiro criou-se o conselho, depois a instituição. O Tamoyo arrasou tudo. Acabou com a Divisão de Patrimônio, todos foram embora.

Mas, ao mesmo tempo, transformou o Arquivo em Arquivo Geral, ele teve esse mérito.

Ele teve esse mérito. É uma coisa contraditória, ao mesmo tempo que ele acaba com o Patrimônio, preserva o Arquivo. O Patrimônio estava ligado à especulação, àquela coisa toda que houve.

O senhor acha que, de alguma maneira, o Tamoyo procurou criar no imaginário da cidade uma ideia de que os anos de ouro do Rio de Janeiro eram os anos do Estado da Guanabara e de que, com o desdobramento, a gestão dele seria uma retomada desses anos de ouro? Teria alguma relação na construção desse imaginário a ênfase que ele deu à reconstrução do Arquivo como lugar de memória?

Não sei, não. Acho que não é muito por aí...

Havia muito mais o empenho da Terezinha Saraiva?

Não, a Terezinha não era muito empenhada nessas coisas. Inclusive, nós fazíamos tombamentos, mandávamos para ela e ela mandava de volta. A ABI, da qual propus o tombamento em 1965, teve seu processo devolvido quando ela saiu do governo, sem nenhuma providência. Ficou com ela o governo inteiro do Lacerda, depois ela devolveu dizendo para deixar para o próximo governo.

Mas ela só assumiu a Secretaria de Educação já no final do governo Lacerda.

Foi quando entrei.

Ela voltou como secretária no governo do prefeito Marcos Tamoyo, e narra no livro *Caminhos trilhados*¹²⁴ que teve todo empenho em dar uma sede própria ao Arquivo e que conseguiu comprometer o prefeito.

Acho que a ideia de fazer o Arquivo foi do Tamoyo, foi ele que se empenhou em fazer isso. Mas essa proposta já tinha sido feita pelo Marcello, quando diretor da Divisão. Acho que ele não tinha essa visão, não. Ele queria realmente fazer um negócio, como você disse, a imagem da cidade, o imaginário da cidade. O Arquivo era a história da cidade, mas não com esses arroubos culturais.

A política do Tamoyo é contraditória, porque ao mesmo tempo que ele favoreceu a especulação imobiliária, ele também teve a preocupação de preservar algumas áreas do Rio de Janeiro, como, por exemplo, o Parque Garota de Ipanema, aquela ponta do Arpoador que era dos Correios e Telégrafos. Queriam vender aquela área, ele impediu e tombou. Construiu muitos parques. É ambíguo.

É, ele vai para onde o vento sopra, não é?

Por outro lado, houve a demolição do Monroe quando ele era prefeito aqui. Foi uma ordem federal, mas de qualquer forma....

Ele não participou disso, não. Nós vivemos esse momento, ele não participou.

De quem foi a iniciativa, então?

Aquilo foi primeiro a omissão total do Serviço do Patrimônio Nacional, que se omitiu nos últimos 70 anos, desde que foi fundado. A verdade é essa. Se você levantar o que existe tombado no Rio de Janeiro, tudo que é século XIX se perdeu porque, para o Patrimônio Nacional, o limiar de patrimônio era até o Barroco brasileiro. Acabou. Quando eu quis tomba o Parque do Flamengo, não podia porque era “moderno”. Tanto que, quando saiu a nossa lei, puseram lá: no mínimo 20 anos.

O Decreto-lei nº 2 foi feito no governo Negrão de Lima. Nós, do Patrimônio, fizemos aquele decreto que hoje está em vigência no Estado do Rio de Janeiro. O José Carlos Barbosa, procurador do Estado, uma pessoa inteligentíssima, foi quem fez a parte jurídica, nas nossas salas do Patrimônio. Eu, Marcello e a nossa equipe toda trabalhamos na elaboração desse Decreto-lei. Para nós não haveria aquela restrição de 20 anos. O patrimônio não tem data, o patrimônio é tudo.

Mas eles tinham aquela visão, até o Barroco sim, o eclético não.

Tinham aquela visão, exatamente.

Os arquitetos modernistas não defenderam o Monroe.

A única exceção era para o MEC, e nem a ABI nós conseguimos. A Terezinha não quis tomba. Depois foi tombada pelo DGPC (Departamento Geral de Patrimônio Cultural). Então, havia essa noção de patrimônio, que em 1975 era ainda muito difusa, as pessoas não percebiam o que acontecia, o valor cultural. Isso criou uma série de embaraços para nós, pessoalmente. A Torre Eiffel,¹²⁵ que era aquela camisaria na rua do Ouvidor, ocasionou um processo contra mim e contra o Marcello, dizendo que nós estávamos recebendo dinheiro do inquilino para manter o tombamento, por um simples detalhe: o Silveirinha, que era dono do prédio, era amigo pessoal do Carlos Lacerda. E ganhou o Negrão. Então, chegaram a dizer que nós do Patrimônio, eu e o Marcello, estávamos nos vingando do Lacerda, nós, inclusive o governador, tombando um edifício que era de um amigo dele. Chegou a haver processo judicial.

A coisa passava para esse campo também político, enfim, a noção de preservar o que é contemporâneo não existia. Não sei até que ponto o Tamoyo teria pensado dessa forma. Não acho que ele tivesse essa visão antropológica. Ele era um político muito inteligente, muito vivo, articulador, com todo o aparato da Revolução segurando por trás. Isso, então, talvez tenha levado: “Ah, faz um Arquivo, que é muito bonitinho fazer um Arquivo...”. Se o Arquivo era parte de um patrimônio, ele destrói uma Divisão que funcionava já com mais de 60 tombamentos naquela ocasião? Se ele faz isso e cria um Arquivo, por que não parou para pensar?

É contraditório. Porque ao mesmo tempo, pelo decreto de criação do Arquivo, ele pretendeu realmente transformar o Arquivo em Arquivo Geral da Cidade. E o primeiro ato dele, na inauguração do Arquivo, foi justamente doar a documentação da gestão dele para a instituição.

Ele fez uma solenidade de inauguração importante. Justifica, se não tem Arquivo, para quem vou doar o que tenho em casa? Em uma semana ele desbarata com o nosso patrimônio. Mas não havia ainda essa noção de preservação, ainda estava muito incipiente. Hoje não, vejo isso muito satisfeito, a coisa está de um jeito diferente. O Brasil sempre teve uma legislação belíssima de patrimônio, só que não era cumprida.

O principal problema do Decreto-lei nº 25, de 1937, foi exatamente não se poder preservar o monumento em sua ambiência. Isso foi resolvido com o Decreto-lei nº 2, do governador Negrão de Lima. Esse decreto-lei que fizemos era totalitário. Toda legislação de patrimônio é ditatorial, autoritária, porque é decreto-lei, ou é decreto do governador. Uma vez, perguntei ao doutor Rodrigo (de Mello Franco), pois achava um absurdo que o Decreto-lei nº 25 nunca tivesse sido regulamentado: “Doutor Rodrigo, nós temos que regulamentar o Decreto-lei nº 25. Não está regulamentado até hoje.” E ele respondeu: “Olha, meu filho, se fizer isso, acaba-se com o patrimônio no Brasil, porque os deputados vão mudar tudo, vai acabar tudo.” Resposta que ele me deu em seu Gabinete, no Patrimônio Nacional. Aí, entendi por quê. Depois, nós fizemos o Decreto-lei nº 2, que ficou muito tempo sem regulamentação. Quando houve a desculpa para se destombar alguma coisa no Rio de Janeiro, como, por exemplo, o Solar Monjope e o próprio Elixir de Nogueira,¹²⁶ na Rua da Glória, foi a da não regulamentação ainda desse decreto-lei.

Depois que a Divisão foi extinta, você ainda continuou por dois anos...

Não, a Divisão foi extinta em 1979, não em 1975...

Você saiu em 1977. Esses dois anos em que você ficou...

Não, dois anos eram na Prefeitura. Eu estava com o Tamoyo na Prefeitura em 1977, quando ele me demitiu. Depois saí. Em 1980 fui para o Conselho de Patrimônio, o prefeito já era o Israel Klabin.

Bem, até 1977 você era da Prefeitura, mas não era mais ligado ao Arquivo, porque o Arquivo já estava...

Não, em 1977 o Arquivo ainda era nosso. O Arquivo saiu depois que o Tamoyo saiu. O Tamoyo me demitiu em agosto de 1977. Fiquei no Arquivo de 1965 a 1977, foram 12 anos de Arquivo e Patrimônio. Era uma coisa só, chamada ETP, Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara e depois da Prefeitura do Rio de Janeiro. Porque eu não quis sair para o Estado, quis ficar no Patrimônio, porque muita gente foi para o Estado, eu não quis.

Dá para contar mais dois casos? No fundo da Ilha do Governador, perto da Aeronáutica, existia um parque com umas garças brancas. Então, nós resolvemos, eu e Marcello, tomar esse patrimônio paisagístico, o Parque das Garças Brancas. Fomos lá e descobrimos que não podíamos tomar porque era área federal. Naquela ocasião, havia uma impossibilidade: os procuradores do Estado do Rio de Janeiro diziam que o Município não podia tomar bem federal – como se bem cultural tivesse chancela de governo! A Constituição não dizia isso. Bem público é patrimônio cultural, é tudo. Havia entre os três níveis de governo essa colocação. Eu disse ao Marcello: “Vamos propor.” Fiz uma proposta ao Patrimônio Nacional. Se não podemos tomar porque é Município, ou Estado, vamos solicitar o tombamento ao Patrimônio Nacional. Fomos lá com o Paulo Barreto, arquiteto do SPHAN, para que ele fizesse uma avaliação do sítio. Fomos no nosso jipe... Ah, nós tínhamos um jipe que chacoalhava todo, você ficava com as pernas quentes e quase caía do lado de fora, era uma coisa horrorosa.

O veículo destinava-se à visita aos bens que iriam ser tombados?

E até para levar expediente. Aí, o que aconteceu, eu falei: “Doutor Barreto, vamos ver a área.” Fomos, coitado, ele quase morreu, começou a passar mal, um calor danado, um dia assim de verão. Chegamos lá, ele disse: “Que coisa linda, mas não podemos fazer nada.” “Mas por quê?” “A lei federal não contempla esse tipo de tombamento.” Aí a gente voltou, ficou tudo por isso mesmo, a Petrobras inundou tudo de óleo, já acabaram as garças, com certeza.

Outra vez, havia um negócio importante também que era um buraco, vamos tomar um buraco. Mas que buraco era esse? Era um buraco que existia junto ao Parque Garota de Ipanema, naquele morro que é do Exército, onde existe o Forte de Copacabana. Há as casas dos oficiais ali em cima, do lado do parque. Esse buraco era de 40 por 40 cm, muito importante para o Rio de Janeiro, porque ali tinha sido colocado um dos marcos das sesmarias da cidade.¹²⁷ O doutor Maurício Teixeira de Castro, que era topógrafo e engenheiro, fez um levantamento do Rio de Janeiro e sinalizou todos os marcos da cidade; ele conseguiu identificar os locais. Há o da Tijuca, que nós tombamos, na subida do Joá, havia esse marco, acho que é o de número cinco.

Então, nós decidimos tomar, porque era uma referência histórica, cavada na pedra onde existira um marco de pedra, desaparecido, mas estava a referência topográfica ainda, que tinha de ser preservada. O Patrimônio Nacional respondeu: “Nós não podemos tomar

um buraco.” Aí, me gozaram: “O senhor está querendo tombar um buraco?” Conclusão: os militares, sabendo disso, construíram em cima e desapareceu a referência histórica. Acabou. Quem quiser um dia encontrar o buraco é só mandar jogar abaixo aquela construção. Coisas que aconteciam no Patrimônio.

Você fez os estudos sobre o tombamento do Mangue?

Não, o Marcello disse para não fazer, porque ia dar problema.

A Vila Mimosa.¹²⁸ Olínio, para encerrar a entrevista, queria que você falasse sobre a importância deste Arquivo para a cidade e para os cariocas.

É inestimável, porque é realmente a história do carioca, a história do Rio de Janeiro. Carioca só não, porque carioca é um estado de espírito, não é ser carioca, é viver carioca, viver como carioca, o que nós todos somos aqui, ninguém sabe de onde veio, não interessa. Eu, por acaso, nasci no Rio de Janeiro, podia ter nascido em outro lugar que seria tão carioca como quem nasce aqui. Aqui está a história da cidade que deve ser preservada, a qualquer preço, por vocês.

Muito obrigada, Olínio, por recuperar as ações desenvolvidas por aqueles que tinham apreço pelo nosso patrimônio e procuravam preservá-lo, apesar, muitas vezes, da indiferença do poder público, dos órgãos especializados e da própria população. E, principalmente, por ter sido um dos protagonistas nessa luta pela defesa do Patrimônio carioca.



"A Fusão foi feita de uma forma tal que, por exemplo, documentos do Arquivo Municipal que estavam em exposição no Museu da Cidade ou no Museu do Primeiro Reinado, ou em vários outros museus espalhados pelo Estado, ficaram nesses museus."

JÚNIA GUIMARÃES E SILVA é graduada em Museologia pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1973), com especialização em Museus Artísticos e em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1988). Mestre em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT (1997) e doutora em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT (2003). Trabalhou como museóloga no Estado da Guanabara e na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro até abril de 2008. Participou da equipe de montagem do primeiro Museu dos Esportes do Brasil, Mané Garrincha, e da equipe de concepção e montagem do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Ocupou os cargos de chefe de Seção de Conservação e Restauração do Arquivo Municipal da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, chefe de Serviço de Apoio Técnico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e assistente da direção do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir, Sandra Horta e Maria Célia Fernandes, em 29/07/2008, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Vamos começar falando um pouco da sua vida. Você é mineira, não é?

Não, nasci em Estocolmo, na Suécia. Minha família é mineira, meu pai é de Diamantina, minha mãe é de Ouro Preto. Então, minha origem toda está presa a esses dois lugares. Talvez o fato de gostar de coisas antigas também tenha muito a ver com esse contexto de infância.

Por que você nasceu em Estocolmo?

Meu pai é engenheiro e estava fazendo um trabalho com a Vale do Rio Doce, em uma cidade que ficava no Círculo Polar Ártico, onde durante nove meses do ano o lago ficava congelado e era possível fazer a mineração debaixo do lago. Então, mamãe foi para lá com ele logo que eles casaram e eu nasci. Eu tinha duas opções: ou nascia na Suécia ou em Portugal. Como não deu tempo, fiquei na capital. Essa cidade chama-se Kiruna, e era uma coisa desesperadora: seis meses de sol e seis meses de escuridão. Uma pessoa saída de Ouro Preto, como mamãe, sem falar sueco e tendo que passar o dia inteiro sozinha, com uma criança pequena, é um negócio meio complicado.

Você voltou para o Brasil com que idade? Retornaram a Ouro Preto?

Com dois anos. Não, a Itabira, que era o contraponto de Estocolmo, civilização no auge. O outro, interior absoluto de praticamente não ter nada, a não ser um pico para a mineração de ferro. Itabira é próxima de Conceição do Mato Dentro, onde tinha o Pico do Cauê, que foi inteiramente destruído, praticamente destruíram o pico. É uma cidade muito pequena, do Carlos Drummond de Andrade.

Você ficou morando em Itabira, estudou lá, fez o primário?

Não. Papai foi transferido e nós viemos para o Rio.

Então, você não tem uma experiência de Minas, a não ser nas férias, em visita à família?

A não ser por isso, sou realmente carioca, por adoção. Acho que todo mineiro é um pouco carioca. Ai, nos estabelecemos aqui. O resto da família se manteve nos seus locais de origem: Diamantina e Ouro Preto. Estudei em um colégio que não existe mais, na Praça General Osório, em Ipanema, chamado Colégio Fontainha, onde fiz o primário, e depois estudei no Colégio Sacré Coeur de Marie, hoje Sagrado Coração de Maria, em Copacabana, como bolsista, até o normal. Fui professora no mesmo colégio por um ano. Enquanto isso, fiz vestibular, juntamente com mamãe, que se chama Lêda Gomes da Costa, e entramos no Curso Superior de Museus, como era chamado em 1970. O Curso funcionava no Museu Histórico Nacional. Infelizmente, hoje não há nenhum curso funcionando lá. Então, você via a teoria na prática. As peças do museu eram usadas nas aulas, era uma coisa interessantíssima. Aquele museu todo fechado, a parte fechada para o público, e os alunos tinham aula dentro das reservas técnicas. Era muito interessante.

Quem eram os professores da sua turma que você destacaria?

Lembro de uma professora de História da Arte chamada Ana Barrafato, que já era uma senhora quando eu e mamãe entramos. Ela tinha uma capacidade incrível de descrição. Fazia você entrar em um templo egípcio como ninguém. Ela, realmente, acho que marcou todo mundo. Duas outras professoras de História do Brasil também foram fantásticas: Neusa Fernandes, que é do Instituto Histórico e Geográfico, e Solange Godoy. Ambas despertaram muito o nosso interesse pela área. Outros professores que merecem menção especial são Jenny Dreyfuss (Artes Menores), Ecyla Brandão (Numismática), Gerardo Câmara (Etnografia). Além deles, caberia destacar Sônia Gomes Pereira, excelente professora de História da Arte e responsável pelo convite às museólogas recém-formadas, mamãe e eu, para trabalhar na criação do Museu dos Esportes,¹²⁹ que seria instalado no Estádio do Maracanã, isso ainda no tempo do Estado da Guanabara, em 1974.

Essa opção pela Museologia tem a ver com as raízes de Minas?

Provavelmente, porque sempre gostei de coisas antigas. Uma das coisas que a minha filha sempre me diz é isso, que, embora ela não seja mineira, não tenha vivido, morado ou estudado lá, ela tem raízes e se considera mineira. Então, acho que isso tem uma influência grande sim, você morar ou passar férias em casas antigas, em lugares em que as pessoas geralmente não vão, conhecer coisas que quase ninguém conhece. Ver como é a vida em uma cidade do interior de segunda a sexta, sem ser fim de semana, você não sendo turista.

Nesse cotidiano dentro de uma cidade, tem horas em que parece que você vê os personagens andando pela rua, quando a neblina desce. São coisas muito peculiares do local, que acho que a gente guarda com um certo carinho, pelo fato de ter participado de tudo isso. No mês de maio, há a Festa de Coroação de Nossa Senhora, e se você falar isso com uma criança de uma cidade grande, hoje, ela talvez não saiba o que é isso. Na Semana Santa, em Ouro Preto, quando pequena, participava da procissão, vestida de anjo, e, ao final, ganhavam-se amêndoas embrulhadas em canudos de papel. Elas são feitas de coco, em um tacho, são pequenininhas e muito gostosas. Então, esse era o prêmio para as crianças que compareciam à procissão. Pena que vovó já morreu, porque senão ela poderia contar muitos casos interessantes.

Na nossa família, temos ainda o hábito de fazer perguntas aos mais velhos sobre como eram as coisas no tempo deles. “Que dinheiro se usava? Como vocês se vestiam? O primeiro carro que surgiu em Ouro Preto, quem o comprou? Como eram feitas as compras?” No caso das roupas, por exemplo, eles usavam catálogos, encomendavam em fábricas inglesas ou francesas, e o pedido vinha de navio para o Rio, do Rio para Belo Horizonte e, de lá, para Ouro Preto. Então, era um esquema de vida completamente diferente. Nós conseguimos que vovó, que faleceu aos 100 anos, há dois anos, nos contasse o que ela fazia, o que comiam, como era o esquema de casamento, se havia a possibilidade de você se casar com alguém de quem gostasse. Conseguimos várias gravações e então falei que: “No dia em que me aposentar, vou transcrever e vamos ver se a gente consegue fazer uma publicação.”

O Museu dos Esportes foi a sua primeira experiência profissional?

Sim. A professora de História da Arte Sônia Gomes Pereira, do Curso de Museus, nos convidou (a mim e mamãe) para participar da montagem e criação do Museu. O convite foi feito em 1973, logo após a nossa formatura, e começamos a trabalhar em janeiro de 1974, porque a inauguração estava marcada para março daquele ano.

Estava vinculado ao DHD (Departamento de História e Documentação)?

Não, o DHD já havia sido extinto nessa ocasião. Era ligado à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. Eles tinham um Serviço de Museus, um Serviço de Arqueologia, um Serviço de Arquivo Municipal, um Serviço de Biblioteca, um Serviço de Museu Educativo e um Serviço de Tombamento.

Quem dirigia?

Na época era o professor Trajano Quinhões que dirigia a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. Eu fiquei no Museu dos Esportes até pouco tempo antes da Fusão, que ocorreu em março de 1975. Com a extinção do Estado da Guanabara, as museólogas que integravam seus quadros foram repassadas ao novo município e todos os museus foram entregues ao novo Estado do Rio de Janeiro. Foi criada uma Fundação, que passou a ser responsável pelos museus, denominada FEMURJ/Fundação Estadual de Museus do Estado do Rio de Janeiro. As museólogas que desejassem fazer parte dessa fundação deveriam participar de um concurso público. Mamãe decidiu fazer o concurso e passou, tendo continuado a trabalhar no Museu dos Esportes, do qual foi diretora até a sua aposentadoria. Tendo optado pela permanência no Município do Rio de Janeiro, assumi, em agosto de 1976, a função de chefe de Seção de Conservação e Restauração do Arquivo Municipal, da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, do Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O convite se deveu ao fato de eu ter participado de cursos de conservação-restauração no intervalo de tempo entre a minha formatura como museóloga e a Fusão. Experiências únicas fazem parte de minha trajetória profissional, dentre elas o fato de ter participado da criação do Museu de Esportes, o primeiro do gênero no Brasil, e ter sido contratada pelo Estado da Guanabara, extinto dois anos depois, passando a integrar um novo município.

Quantos anos você tinha quando entrou no Museu dos Esportes? A professora que a convidou era quem estava fazendo essa proposta do Museu?

Vinte e quatro. Sim. Com a Fusão, houve uma cisão completa entre o que era Estado da Guanabara e o que era Estado do Rio de Janeiro, e a área de Patrimônio foi partida praticamente ao meio. Por exemplo, o acervo do Museu Carmem Miranda¹³⁰ ficou com o Município, dentro da Divisão de Patrimônio. Os livros de tombo dos museus estavam na Divisão de Patrimônio.

E para onde foram?

Não foram. A Fusão foi feita de uma forma tal que, por exemplo, documentos do Arquivo Municipal que estavam em exposição no Museu da Cidade ou no Museu do Primeiro Reinado, ou em vários outros museus espalhados pelo estado, ficaram nesses museus. Ainda estão com eles até hoje. E os livros de tombo dos museus ficaram com a Divisão de Patrimônio, porque até então todos pertenciam a um mesmo órgão, e como essa Divisão ficou no âmbito municipal, a documentação não foi transferida.

Onde estão esses livros de tombo?

Mais ou menos uns seis a oito meses depois, foi feita uma relação e encaminhou-se o acervo à Femurj. Havia uma troca muito grande de acervos entre as instituições de patrimônio, no tempo do Estado da Guanabara. As exposições sobre determinados temas, parte do acervo do Arquivo Municipal, da Biblioteca, do Serviço de Arqueologia etc., eram cedidas temporariamente, retornando ao término para os seus respectivos locais. O Arquivo Municipal, por exemplo, cedeu parte de sua coleção de plantas de parques e jardins ao Museu da Cidade, para uma exposição. E esse conjunto ainda permanece em poder do Museu da Cidade que, desde a Fusão, pertence ao Estado do Rio de Janeiro. É possível distinguir os documentos do Arquivo Municipal pelo fato de possuírem o carimbo “Archivo do Distrito Federal”. Hoje, esse acervo é estadual. Antes da Fusão, eram documentos do Estado da Guanabara, que substituiu o Distrito Federal.

É possível, no seu entender, fazer um levantamento do que não está no Arquivo neste momento para tentar recuperar?

É muito fácil reconhecer o que é proveniente do Arquivo Municipal, pelo fato de conter o citado carimbo. O Museu da Cidade era um museu municipal. Então, não haveria problema enquanto ele não fosse passado para a esfera estadual. E a questão foi que, assim que passou, foi feita uma relação, um arrolamento de tudo o que havia em cada museu. E isso tudo foi tombado pelo Estado. Então, a partir desse momento, não houve disputa nenhuma em cima desses bens, não havia nada no decreto da Fusão que permitisse ao novo município reivindicar isso.

Júnia, duas pessoas que nós entrevistamos, a Maria Augusta Machado, que era daquela época também, e a Lia Malcher, fizeram um comentário sobre o qual nós não encontramos nada na legislação. Disseram que, por volta de 1940, o Arquivo estava vinculado ao Gabinete do prefeito, quando encontramos na legislação é que o Arquivo só fica no Gabinete do prefeito no início do século. Foi um período muito curto. Mas achei interessante que ambas fizessem menção ao fato de que o Arquivo decaiu depois da década de 1940. Você tem alguma informação sobre isso?¹³¹

Eventualmente, o que a legislação estabelece não é o que acontece no mundo real. Então, hoje você tem, por exemplo, determinados cargos que estão, do ponto de vista da

estrutura, no papel, vinculados de uma determinada maneira, mas na prática eles estão vinculados ao Gabinete do prefeito de uma maneira informal. Nem tudo o que está no papel a gente pode crer que aconteceu daquela maneira. Podia funcionar de fato junto ao Gabinete do prefeito, informalmente, mas a estrutura não foi mexida, então ele está lá. Na hora em que se faz um levantamento da história administrativa é que se percebe o que a legislação preconiza e o que foi efetuado na prática. Então, verifica-se a tramitação dos documentos, os carimbos, os encaminhamentos, quem é que assinou determinado tipo de documento, para quem os documentos estão indo, porque eles vão para lá. Aí, temos a teoria e a prática. O mundo real, como ele está estampado, em cima do que está previsto na legislação.

Deixe-me retornar a São Cristóvão. Você chega lá em 1976 e...

São Cristóvão era um prédio da década de 1940, que ainda se encontra hoje no mesmo local e com poucas modificações. A frente possui forma circular, onde funcionavam: a Imprensa Oficial, uma serraria, um laboratório fotográfico e uma pequena sala para a restauração de documentos, ao lado do laboratório fotográfico. À esquerda da entrada, ficava o depósito com os livros de IPTU e o atendimento aos contribuintes. No andar superior havia o depósito do Arquivo Histórico do Arquivo Municipal, o Serviço de Tombamento, o Serviço de Museus, o Serviço de Biblioteca, o Serviço de Arqueologia, o Gabinete do diretor da Divisão de Patrimônio e a Seção de Apoio Administrativo. Atrás do depósito do Arquivo Histórico funcionava o refeitório da Imprensa Oficial. A Imprensa ocupava grande parte dele, e o resto era a serraria. Era um lugar muito precário, as áreas eram separadas por divisórias que não iam até o teto. No local circulavam baratas, morcegos e gatos, e estes últimos eram criados para evitar ratos. E deve ter funcionado, porque o acervo lá depositado estava em ótimas condições de conservação.

A Maria Augusta citou que havia também depósito de milho para alimentar os cavalos.

Quando fui para a Divisão, não havia mais cavalos nem o depósito de milho. A Maria Augusta, quando entrei, já estava quase aposentada.

Quem eram as pessoas que trabalhavam lá?

O professor Trajano, que era uma pessoa muito combativa, aguerrida, da área de Patrimônio. Ele era professor da UFRJ, não me lembro se de Arquitetura ou Urbanismo, mas a especialidade dele era a área de Patrimônio. E ele era uma pessoa boníssima. D. Guilhermina, secretária dele, era já uma senhora, daqueles tempos em que o modo de falar, o jeito de tratar as pessoas, você raramente encontra hoje. Uma coisa preciosa. Na parte administrativa havia o sr. Albino, responsável, substituído depois por Maria Lúcia Guimarães. Seu Matias, figura inesquecível, também. Servente, pau para toda a obra, estava disponível para qualquer coisa, sempre de boa vontade. No serviço de Tombamento, Olíneo Coelho ocupava a chefia, profissional de grande conhecimento da história da Cidade, e

Florentino Machado Guimarães,¹³² arquiteto, outro profissional de peso. No Serviço de Arqueologia, Ondemar Dias era o chefe, profissional apaixonado pelo que fazia e que despertou minha curiosidade sobre o tema.

Da equipe de Ondemar lembro-me bem de Lilia Cheuiche,¹³³ paleontóloga; de Eliana Teixeira de Carvalho, museóloga, companheira desde essa época, especializou-se em Arqueologia e integra ainda hoje os quadros da SEDREPACH;¹³⁴ de Iara, outra museóloga que participou durante algum tempo da equipe de Arqueologia e da equipe de Tombamento, mas fez concurso para o IPHAN e se mudou para Ouro Preto, onde se aposentou. Da equipe do Serviço de Museus, além de Maria Augusta Machado, trabalhava Edna Pinkusfeld, museóloga que conhecia profundamente a história da cidade e amiga inesquecível, que foi para o Arquivo da Cidade, quando de sua criação, em 1979, até aposentar-se.

Da equipe do Serviço de Arquivo Municipal, a chefia era do professor Werneck, profundo conhecedor da história da cidade, ilustre historiador e um grande mestre; sr. Floriano Lima, responsável pelo atendimento aos pesquisadores e pelo controle do acervo (sabia onde ficava cada códice dentro do depósito) e sr. Augusto, responsável pelos serviços de histórico predial; Afonso Carlos Marques dos Santos, que chegou ao Arquivo Municipal como professor de História do Município e, posteriormente, chegou a dirigir o Departamento Geral de Cultura. No laboratório fotográfico, trabalhavam o sr. Jorge Lacerda e Marcelo, seu assistente. Na área de encadernação, sr. Milton. No serviço de Biblioteca havia Maria Olívia, bibliotecária, e um auxiliar conhecido por “sr. João da Biblioteca”. Era antigo condutor de bonde e chamava-se João Benévolo do Nascimento. A Divisão de Patrimônio contava com muitos outros funcionários das extintas Companhias de Bonde e de Transportes Coletivos, dentre eles o sr. Jaime e o sr. Daniel.

Quem dirigia o Arquivo?

O Arquivo Municipal era apenas um serviço, como os demais, na Divisão de Patrimônio. Na época, creio que era o professor Werneck.

E o Trajano? Ele dirigia a Divisão de Patrimônio?

Ele dirigia a Divisão de Patrimônio. Exceto o Gabinete do diretor da Divisão, todos os serviços ficavam no mesmo local. Então, a distinção entre o chefe e o subordinado era muito pequena, porque se trabalhava em mesas, uma ao lado das outras. Após o professor Trajano, ocupou o cargo o professor Marcello de Ipanema. Foi o último diretor com quem convivi, porque em seguida veio a Fusão. Com o Marcello de Ipanema trabalhei muito pouco. Com o professor Trajano tive mais tempo de convivência. Eu trabalhava na área de conservação. Minha área seria hoje o Apoio Técnico daqui, conservação e restauração. Então, trabalhava mais internamente, em área longe do gabinete da direção, ao lado do laboratório fotográfico, no andar térreo.

Quando você teve o primeiro contato com o acervo do Arquivo Municipal, qual a impressão que você teve?

Achei a documentação muito arrumada. As encadernações estavam em bom estado, embora o local não fosse dos melhores, porque as salas tinham basculantes, as divisórias eram de madeira, era uma região com muito trânsito, poluição. Você deixava a folha de papel, ela saía preta pouco tempo depois. Não tinha ar-condicionado e no verão era muito quente. Mas, apesar disso, estava tudo em um estado extremamente bem conservado, inclusive os negativos de vidro. Talvez a falta de uso do acervo tivesse levado a que ele fosse protegido por mais tempo.

Durante muito tempo emprestaram-se documentos para historiadores conhecidos, pessoas de nome faziam a pesquisa em casa. As pessoas não iam lá pesquisar, não era exatamente aberto ao público. Era mais usado para a comprovação de direitos. Na documentação mesmo, manuscrita de um modo geral, tirando as fotografias, que tinham um interesse grande de antes e depois, a documentação escrita não tinha movimento de usuário suficiente.

A biblioteca tinha um movimento razoável, mas a parte da documentação não. Talvez por isso eles tenham resistido durante tanto tempo. As atividades, durante essas gestões, eram a cópia de documentos, os traslados. Havia uma prática em que, assim que o documento estivesse ficando em um estado pior, um paleógrafo se encarregava de reproduzi-lo, impedindo o manuseio excessivo dos originais. Havia uma prática de substituição periódica. Guardava-se o original e passava-se a usar a cópia. Havia uma certa proteção e, se o acervo chegou até hoje, acho que 95% foi por essa razão.

Uma coisa que você mencionou, e que estranhei, é que os documentos podiam sair do Arquivo. Tem uma norma do Regimento do Arquivo que diz que, em hipótese alguma, os documentos poderiam sair.

De que ano?

1950, acho. Não me lembro exatamente o ano, porque só consegui um anteprojeto de nivelamento.

Uma pessoa de renome podia, era hábito na época. Eventualmente, ainda encontramos recibos de documentos que foram emprestados.

Existe registro do retorno dessa documentação?

Não. Encontra-se a saída, mas não a volta. Assim como era habitual tirar o documento para usar dentro do setor, guardar dentro da gaveta e não devolver. Essa era uma prática, inclusive foi um dos problemas que tivemos com a antiga Divisão de Pesquisa do Arquivo da Cidade. Os funcionários da Divisão podiam tirar livros da biblioteca, documentos da parte de manuscritos para fazer pesquisas, fora do horário do expediente. Antigamente se permitia isso. Na Divisão de Patrimônio, quando fizemos a embalagem do acervo para a mudança para o

novo prédio, tivemos que arrombar muitas gavetas. Em muitas delas encontramos códices guardados pelos funcionários. Estavam guardados, mas não onde deveria.

Por esse regulamento de antes dos anos 1950, era assim: havia um Serviço de Arquivo Geral, que era subdividido em dois setores: Arquivo Histórico da Cidade e um setor de Arquivo Administrativo. Você confirma?

É. O arquivo administrativo é o que se chama de arquivo corrente. Então, faz sentido ele ser alocado junto ao Gabinete do prefeito. A documentação do período colonial e do Império é arquivo histórico, já perdeu aquela função inicial corrente, mas alguns documentos ainda são de natureza corrente. Eles são permanentes, mas possuem ainda uma função probatória, exigindo consulta frequente. Quando a gente faz inventário, normalmente a gente coloca toda a numeração, todas as referências que tiver, porque inclusive em trabalhos de pesquisa antigos você não vai encontrar a referência atual, mas a antiga. Esse era um dos problemas daquele arquivo, descobrir por que a notação era do jeito que era. As pessoas não explicavam o porquê. Então, você herdava uma determinada situação e tinha que lidar com ela da melhor maneira possível.

A indicação que você faz é que se remeta sempre às vencidas.

Todas elas. Às vezes tem códices que têm cinco.

Vir para o Arquivo foi uma escolha sua?

Fui lotada no Arquivo, no *Diário Oficial* do dia seguinte à Fusão.

Quando, em 1978, começaram a construir a nova sede, a equipe foi consultada, ouvida, deu alguma opinião, acompanhou a mudança do Arquivo?

A Lia Malcher, em uma das reuniões a que compareceu no Departamento de Cultura, ao qual o Arquivo era subordinado, ouviu que havia um projeto para o Arquivo. O primeiro projeto de que nós ouvimos falar foi o que havia na Secretaria de Educação e Cultura. Um dos assessores da Secretaria tinha um projeto em formato de colmeia, quatro ou cinco colmeias, em um terreno que eles ainda não tinham mencionado em que parte da cidade ficava. A Lia Temporal tomou conhecimento de que eles estavam dando andamento àquela ideia sem consultar ninguém.

Então, foi a partir daí que as reuniões começaram com a equipe da Secretaria de Educação e Cultura. A Lia, o comandante Martinho, Terezinha Saraiva, com a equipe deles, para começar a discutir isso. O arquiteto seria a pessoa responsável pelo projeto. Foi uma coisa desagradável, porque o projeto dele não foi aceito. O meu caminho era de baixo para cima. Eu, inclusive, não sei quem é o arquiteto do primeiro projeto. A pessoa com a qual tive mais contato foi o arquiteto Ulisses Bastos Freitas, indicado pela Secretaria de Educação. Havia uma dificuldade muito grande na área de Arquivo, não havia nenhum Arquivo construído no Brasil até aquele momento. Havia apenas uma experiência em Curitiba, não era um Arquivo, era um centro de microfilmagem, que era o mais próximo

a que se chegava de um prédio novo para Arquivo. O Arquivo Nacional não tinha prédio próprio, continuava na Praça da República, no prédio antigo. A literatura não falava das condições mais adequadas para construir um prédio de Arquivo. Existia um arquivo na Índia! Então, tinha um trabalho inteiro sobre temperatura, monções, como você deveria construir. Havia Arquivo na Indonésia, em países da Europa, com clima e situação diferentes daquela que nos foi apresentada.

Mas a condição do que seria o Arquivo da Cidade, onde ele seria construído, é que decidiria o projeto definitivo do prédio. O primeiro problema que nós tivemos foi a questão do local. E a equipe, então, corria atrás para resolver os problemas causados pela escolha do local. Foram oferecidos dois locais: este em que nós estamos hoje e ali atrás do tonel da companhia de gás. Aqui atrás tem, ou pelo menos tinha, um grande depósito. Da equipe inicial, participava ainda a arquivista Maura Esandola Tavares, que não foi mencionada ainda. Essas eram as opções. Ou se ficava ao lado do gás ou ao lado do Manguê (canal). E nós tentamos levantar, do ponto de vista da Museologia, da área de conservação, o que havia no Rio de Janeiro. Especialistas, principalmente do IPHAN, foram consultados, mas poucos puderam ajudar, porque eles também não sabiam o que seria um prédio de Arquivo. Tivemos muitos problemas na fase inicial para resolver essas questões relacionadas ao macroclima, que seria em relação à região, e o microclima, que seria a parte interna. Como seriam as paredes de um arquivo, por exemplo? Então, o que fizemos foi utilizar a literatura que havia, fazer as adaptações e montar a estrutura do prédio. O arquiteto que representava a empresa contratada para a construção, Edmundo Musa,¹³⁵ foi extremamente importante para o sucesso do projeto. Ele traduziu, em termos de técnicas construtivas e equipamentos, as necessidades apresentadas, buscando soluções para os impasses que ocorreram durante a fase de construção.

Não houve uma consulta ao Michel Duchein?¹³⁶

Depois que o projeto ficou pronto. Assim que estava concluída a estrutura material, com paredes etc., ele veio e deu uma opinião. Foi um parecer. E, depois do prédio construído, ele voltou para ver como estava. E, em algumas críticas que ele tinha feito ao primeiro pavimento, voltou atrás. Ele chegou à conclusão de que as soluções dadas tinham sido as melhores possíveis para os problemas que existiam. Inclusive, para outros que ele não tinha pensado, foram encontradas soluções. Quer dizer, brasileiro é criativo para isso. E uma das dificuldades foi que só dois anos depois da construção do Arquivo saiu a primeira bibliografia sobre esse assunto. Até aquele momento não tinha nada disponível sobre isso.

O Arquivo foi inaugurado em 1979, era um momento em que a Cidade do Rio de Janeiro estava conhecendo uma reestruturação nessa área, muito por conta do processo de democratização. Você tem a Associação dos Arquivistas do Brasil, em 1972, a Celina,¹³⁷ no Arquivo Nacional, trazendo o arquivo para a Casa da Moeda, a Casa de Rui Barbosa, também o CPDOC, em 1984.

Há mudanças de dirigentes e de visão de instituição.

Não é que seja uma ação em conjunto, são ações isoladas.

Mas é uma mudança de visão de instituição de memória. Aí, não importa muito, arquivo, centro de memória, é uma diferença substancial. O trato em lidar com as coisas.

Como foi a extinção da Divisão de Patrimônio Artístico? Em que medida essa extinção foi compensada pela revitalização do Arquivo Histórico?

Como Arquivo Histórico, ele carecia de ser visto com a importância de conteúdo que tem. Não é informação para trás, é informação para a frente. O que justifica a guarda da documentação presente com informações do passado e do presente. É um processo cíclico, se você não conseguir manter, você perde o “bonde”. O que aconteceu quando a Divisão de Patrimônio foi extinta, não foi extinta só a Divisão, mas uma forma de pensar a cultura patrimonial. E foi extinto um estado junto. Então, acho que o peso é muito maior do que só aquele pequeno órgão. Acho que perdeu muito nessa extinção. Foi praticamente uma extinção de espécies, assim como os dinossauros. Então, a visão de cultura como uma coisa integrada, com um sentido mais amplo, onde há tombamento, arqueologia, música, museu, arquivos, biblioteca, essa visão conjunta se perdeu ali. Hoje, o que a gente tem são fragmentos do que houve antes. E havia uma circulação de informação que também não existe mais, porque as trocas eram feitas internamente entre as áreas. Não havia nada que saísse em um projeto isolado. Havia um contexto interno para ser visto, estudado, analisado. Achei isso extremamente positivo, naquela ocasião, e continuo achando até hoje. Foi uma grande perda.

A Divisão foi extinta pelo Tamoyo, em cima de uma polêmica sobre tombamento com o Olínio. Então, ele começou a apostar na valorização do Arquivo Geral. Você acha que havia, por parte dele, alguma tentativa de compensar um pouco aquela destruição?

Você retira uma notícia para colocar outra no lugar.

Você acha que é mais uma questão política?

Foi uma questão política, sim.

Não tinha nenhum projeto maior?

Não, nada disso. Um arquivo é parte da vida das pessoas, sem que elas percebam. Você só sabe que ele existe quando você precisa de um documento que necessita apresentar. Então, essa é a medida da relação entre a própria administração e o seu arquivo.

Você sabe como foram as negociações para a aquisição deste terreno?

Havia algumas áreas trocadas e cedidas ao novo município. Nós recebemos, há pouco tempo, um processo,¹³⁸ uma cópia de terrenos que foram trocados com o governo federal, por causa da Fusão. A dívida do governo federal para com a Fusão é muito maior do que

o que foi dado à cidade em troca. Este era um dos terrenos que foram entregues à cidade, era um dos terrenos que estavam na região que seria entregue ao novo município. Assim como foi feito por D. João VI, no período colonial, estabelece-se o território municipal e dá-se ao Executivo. Você se encarrega de gerir a área recebida e, em troca, você usa os recursos e investe em burocracia e manutenção dos serviços públicos. A mesma coisa aconteceu na Fusão. O governo federal, nos moldes da Coroa, fez a mesma coisa. “Eu te dou os terrenos, em troca você gerencia.”

O terreno era da Estrada de Ferro Central do Brasil?

Acho que não.

Porque havia uma possibilidade, não me lembro se foi o Othon ou o Roberto Macedo que falou, em um de seus relatórios, de que um dos terrenos que ele estava avaliando para fazer uma permuta com o governo federal era um terreno na Presidente Vargas, que pertencia ao governo federal e estava cedido a uma associação de ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil.¹³⁹

Pode ser. A gente pode até tirar a dúvida consultando o processo que mencionei. Então a gente pode esclarecer o fato.

Lembra que tinha ali do outro lado a Associação dos Ferroviários?

Pois é. Nesta região aqui da Cidade Nova, praticamente, a maior parte dos terrenos estava ociosa. Havia uma intenção de revitalizar esta área. Muita coisa ainda estava de pé naquela ocasião. Em 1974, praticamente o bairro inteiro do Rio Comprido, o Catumbi ainda estava inteiro. Eu, para ir a São Cristóvão, passava pelo meio daquela região. Então, de uma hora para outra, foi uma coisa muito forte e violenta em termos de destruição.

Júnia, quando o dr. Valdir,¹⁴⁰ que era o fiscal desta obra, nos concedeu entrevista, ele falou que aos poucos foi explicando ao Tamoyo que não iria inaugurar o prédio todo.

É, na inauguração estava pronto apenas o andar térreo e parte do primeiro andar. Em 14 de março de 1979, às 18h30, com a exposição dos esboços de Lucílio de Albuquerque. Os desenhos foram selecionados pela equipe e entregues a uma empresa de restauração de Niterói, que fez alguns reparos, além das molduras. A esta museóloga coube o trabalho de distribuição das obras no espaço, pendurando quadro a quadro. Saí daqui às 17h para ir em casa e voltar para a inauguração.

Deve ter sido uma bela exposição, porque os estudos do Lucílio são maravilhosos.

É a parte museológica da qual eu estava falando. É importante para não esquecermos que patrimônio envolve uma ideia mais ampla, da qual a documentação visual, como desenhos, estudos, aquarelas, é parte integrante. Então, inaugurou-se o térreo e o primeiro andar. O acervo continuava lá, em São Cristóvão. Quem fez a mudança foi a Fink, e tivemos

o cuidado de colocar poucos documentos em cada caixa, exatamente para evitar perdas. Fizemos uma relação por caixa, com tudo o que saía de um local, e havia um grupo aqui, verificando cada caixa que chegava. Então, tudo o que estava lá veio, inclusive o que estava dentro das gavetas. Trouxemos todas as gavetas que estavam lá.

O acervo ficou no primeiro andar, já que os outros não estavam prontos?

Não, a mudança veio depois que os outros andares ficaram prontos. Não mudamos todo o acervo para cá. Mas ocupar o prédio, mesmo inacabado, era importante, porque o município era novo, o prédio era novo e, se nós não o ocupássemos, alguém vinha e ocupava. Essa foi a teoria da Lia. Então, nós trabalhávamos aqui e lá. Tinha dias em que a gente estava aqui, tinha dias em que a gente estava lá. E a obra continuando.

Quando terminou?

Em 1980. Levou quase um ano. O auditório levou mais tempo. Mas museólogas que pertenciam à Divisão de Patrimônio do Estado da Guanabara e que se encontravam na mesma Divisão após a Fusão e que foram para o novo Arquivo Geral da Cidade, foram três. Eram Edna Pinkusfeld, Maria Amélia Jorge Lemos¹⁴¹ e eu. Maria Amélia também trabalhou no Museu dos Esportes e preferiu permanecer no novo município. Mamãe saiu do município, porque fez concurso para a Femurj, não chegou a participar do projeto do novo arquivo. Ela ficou junto à área de tombamento até pouco antes da mudança.

Com a mudança para cá, e quando o Arquivo começou a funcionar, quem veio dirigir a Divisão de Pesquisa foi o Afonso Carlos?

Foi. Ele já estava lá na Divisão de Patrimônio. Ele era companheiro de mesa. A gente trocava muita ideia, porque não tinha muita gente para conversar. A maior parte do pessoal era mais experiente, mais velho. Nós éramos os mais novos, eu, Afonso, a Eliana Teixeira de Carvalho, que integrava a equipe de Arqueologia. Ela foi outra que sobrou na Fusão. Quando houve a Fusão, todo mundo foi despejado, e era necessário procurar um outro lugar para ficar, porque aquele prédio ia ser devolvido à Imprensa Oficial. Então, foi criado o Instituto de Arqueologia Brasileira. O instituto acolheu todo o material de trabalho do setor de Arqueologia.

Era um estudo transdisciplinar antes de existir o conceito. Deixe-me fazer um paralelo. Acho que o governo Tamoyo foi um momento muito específico. Creio que o fim do governo militar, quando o Arquivo foi inaugurado, era um outro momento da cidade. Em 1982 houve as primeiras campanhas para governador, as primeiras eleições, o Arquivo participou. Pelos relatos que tenho, o Arquivo foi um lugar de resistência, de realizar eventos e estratégias, de uma forma politizada, que depois foi se esvaziando. Fala-se muito pouco do tratamento do acervo e muito mais desse outro lado que o Arquivo desenvolvia, talvez pelo Afonso. O que você pensa sobre isso?

Havia duas questões aí. Para se tratar o acervo precisava-se de dinheiro, mas um ciclo de palestras se faz com poucos recursos e a maior parte dos convidados não recebe nada. Essa área tem muito disso, tanto a de Arquivo quanto a de História. O que era possível ser feito naquele momento? Então, uma foi a atividade cultural, com ciclos de palestras sobretudo, e qualquer tema que tivesse algum tipo de interesse. Foi um sucesso imenso. O outro viés adotado seria uma publicação, que era o *Boletim do Arquivo*¹⁴² e houve uma luta imensa por questão de recursos. Havia um orçamento pequeno, que tinha que servir para tudo: limpeza, segurança, não era como é feito hoje. Você estabelecia determinadas áreas e cada área estabelecia as suas prioridades: “Este ano vou trabalhar com isso. No ano que vem vou trabalhar com outra coisa.”

E não tinha patrocínio, nada disso. Nesse período, o governo bancava praticamente tudo. Os projetos eram reduzidos em quantidade e abrangência. Mas, em matéria de recursos humanos, não havia problema porque havia sempre profissionais provenientes da Secretaria de Educação para fazer o trabalho. E isso foi, realmente, o celeiro de funcionários do Arquivo durante muito tempo. Graças a ela, a gente também teve inúmeros instrumentos de pesquisa, os mais modernos, todos feitos nesse período. Havia até arquivistas, como Maria Aparecida Silvestre da Costa.

Ela era a única arquivista?

Durante algum tempo foi, depois outras professoras, também formadas em Arquivística, foram alocadas no Arquivo. Mas, de modo geral, nunca houve um plano de cargos para a instituição, não era comum. A Prefeitura foi montada em cima da Secretaria de Educação.

E dos engenheiros. Eu queria perguntar sobre a relação interna com a questão do tratamento do acervo. Por mais que tivesse turno de trabalho...

A carga horária do professor é de 20 horas semanais. Se a pretensão era trabalhar de 9 às 17 horas, você precisaria de dois turnos de trabalho. E uma das práticas adotadas na instituição foi não fechar para o almoço, o que na Casa de Rui Barbosa é comum. Um turno pela manhã, o outro à tarde e fecha para o almoço. Aqui nunca fechou. Então, era cobrir esse período com esse grupo que estava aí. O tipo de trabalho que foi feito, um dos problemas que se tem, é a cultura organizacional. O fato de você ter escolhas que não são exatamente escolhas pelo perfil ou currículo para determinados cargos faz com que a pessoa que esteja dirigindo a instituição queira imprimir a visão dela. Ótimo, tudo bem. Teve em um momento que nós tínhamos a documentação sobre a gestão dos prefeitos já organizada. Aí, um novo chefe mandou desarrumar tudo, trocar tudo de lugar e tirar as etiquetas das caixas. Foi quando a questão política começou a entrar na instituição, foi um trabalho de seis anos, desde Pereira Passos até Júlio Coutinho, posto no chão. Agora, colocou-se o chefe lá, o diretor está assinando embaixo, o chefe é conhecido, é para fazer. E ele acha e argumenta que aquele é o caminho correto. Não estou nem discutindo se a pessoa é arquivista, historiadora ou geógrafa.

A impressão que se tem é a de que o Estado brasileiro estava se gestando nesse momento, todas as pessoas estavam aprendendo a fazer todas essas coisas no processo.

É uma descoberta meio às avessas. A ideia é a seguinte: destrói o que tem e vamos fazer de novo. É difícil você não ter um quadro de pessoal permanente, faz com que todo mundo que está aqui hoje, amanhã possa não estar. Então, esse é um problema que você não tem para quem passar. Hoje, nós não temos a quem entregar a maior parte dos trabalhos que foram feitos, como eles foram feitos, que tipos de critério foram usados, quais são os padrões. Mesmo que você coloque em um manual, muito pouca gente vai ler.

Quando realizamos a entrevista com a Lia Malcher, a impressão que nos deu é de que quando ela organizou a Associação de Amigos ela pretendia, naquele momento, formar um corpo de notório saber que pudesse conversar com o diretor sobre caminhos para o Arquivo. Acho que esse é o perfil da Associação até o final dos anos 1980. Esta é a minha leitura. É a sua, também?

É, acho que ela foi criada com essa intenção. Como a administração direta não pode receber dinheiro, você tinha que ter uma forma de poder fazer isso. Então, foi uma época em que todo mundo criou associação de amigos no Brasil, museus, centros de documentação, que é exatamente para reinvestir recursos. Que recursos são esses? Recursos como cópia, reprodução etc. Qual é a finalidade dele? Angariar recursos para projetos institucionais. Porque esse corpo não opina sobre aquilo que a instituição tem que fazer. Todo projeto ou programa do órgão para o ano seguinte deve ser seguido. Então, é para ajudar e não para discutir, questionar se aquele projeto é válido ou não. A maior parte do que foi arrecadado, que eu me lembre – fui secretária da Associação durante algum tempo –, foi revertida para a compra de material, equipamentos etc.

A associação não contava com um grupo de pessoas que pudesse conversar com o Arquivo, estabelecendo parcerias, no sentido de oxigenar academicamente?

Não, nesse sentido, não. Eram tentativas para fazer publicações, pessoas que tinham contato com editoras, que podiam conseguir uma verba específica para determinado tipo de trabalho. Quem discutia eram os representantes do Arquivo que estavam dentro da associação e faziam parte da direção. Normalmente, eram pessoas que queriam resolver problemas. A maior parte das vezes, o volume de recursos era muito pequeno. Depois que a fotografia entrou em destaque, todos queriam reproduções, o que permitiu obter recursos maiores. O investimento não era tão grande assim. Não houve nenhum tipo de ingerência, que eu me lembre, por parte dos dirigentes, de pressão sobre a equipe. O pessoal que trabalha na área de acervo é muito voltado para a documentação e para o atendimento ao público e não tem muito tempo para discutir. O pessoal da pesquisa, por exemplo, tem mais tempo para conversar com as pessoas, neste sentido de discutir, montar um ciclo de debates, tem mais chance de olhar para fora do que o pessoal que mexe com acervo.

Quando começou o boom de leis de incentivo, todas as instituições optaram ou foram obrigadas a optar por elas. Nesse sentido, o Arquivo foi muito tímido ou as iniciativas não foram muito bem-sucedidas.

Sempre tivemos muitos problemas em relação a isso, porque os dirigentes do Arquivo são escolhas políticas. Seguramente, depois que se deixou que a democracia fosse de fato implementada, que o prefeito foi eleito, começou a existir um tipo diferente de ingerência interna, que é uma decisão política de cima para baixo, de uma determinada pessoa para tomar conta da instituição. Então, existem pessoas que vieram porque tinham um projeto pessoal e só se preocupavam com isso. Outros vieram porque o secretário pediu, até ver quem seria melhor. Então, não havia, na verdade, uma carreira de dirigente de Arquivo. Assim como o Arquivo Nacional não teve também. Não foi só aqui que aconteceu isso. Há pessoas que se interessam mais, que tentam fazer mais do que outras. Acho muito difícil equacionar isso, porque, no fundo, são questões políticas.

Quais os cargos que você ocupou na sua trajetória?

Fui chefe de Seção de Conservação do Arquivo Municipal no Estado da Guanabara, depois chefe do Serviço de Apoio Técnico aqui no Arquivo, assistente de direção e depois não quis mais nada com isso.

Você nunca dirigiu a Documentação?

Não, continuo achando que ao dirigir você não desfruta, foi por isso que parei. Não saía daqui satisfeita. Passava a semana, e o que fiz no final da semana? Nada. Era mais burocrática a função do que me dava prazer. E, realmente, fiquei aqui até me aposentar, porque me dava prazer. Então, de um ponto para a frente, não quis saber mais, vou me distrair com o acervo que me dá muito mais alegria do que a burocracia, de um modo geral.

Nesses 32 anos em que ficou no Arquivo, quais as mudanças de estrutura que ocorreram?

Eu diria que é o estilo iô-iô, ele sobe e desce, sobe e desce de acordo com o andar da política, em um dado período de tempo.

A minha visão do Arquivo, até entrar aqui em 2003, era a de pesquisadora. Quando cheguei ao Arquivo – acho que muito deste livro é fruto disso –, queria saber sua história. Falei com a Glória.¹⁴³ Ela me trouxe os boletins, que acabam em um determinado momento.

O fato de termos chegado até aqui e criado um prédio para o Arquivo é uma coisa externa, foi de fora para dentro. Ninguém pediu para extinguir uma coisa e criar outra. A criação do Arquivo foi de cima para baixo. Ninguém pediu à Lia que criasse o Arquivo. Quando estavam criando o Arquivo, a equipe entrou no meio do caminho. Não houve um envolvimento nesse sentido; criaram uma instituição, pegaram um grupo que trabalhava na área de educação e o jogaram lá dentro.

Acho que, se o Arquivo tem carências, não foi porque “a Prefeitura não nos olhou”, mas porque não houve uma conscientização. Houve trabalhos individuais – e você sabe o quanto eu aprecio o seu trabalho, os esforços individuais, como os da Sandra (Horta), e de algumas outras pessoas. Ressinto-me ainda do discurso: “Olha como nos tratam.”

Acho que existem duas questões aí, uma é ser olhado apenas como Arquivo Histórico, acho que ainda é uma ideia que vem – até tinha separado uma parte de texto com uma fala da Lia nos dez anos da Associação dos Arquivistas Brasileiros/AAB, ela dizendo: “José Honório Rodrigues, quando assumiu o Arquivo Nacional, em 1958, tinha um cartaz na porta, na entrada, que dizia: ‘Silêncio e meditação, este é o templo do passado.’” Esse é um dos problemas, enquanto o Arquivo não se fizer presente na vida do povo hoje, ninguém do lado de fora vai se mobilizar para ajudar. Enquanto não houver uma mobilização interna, ninguém vai sair para tornar o nome mais atuante, mais conhecido, nada disso.

A outra questão, que acho que está envolvida com essa, é que estão cortando o laço do presente com o passado. Enquanto não juntarem as duas partes e trabalharem como um todo integrado, a coisa também não sai. Então, a Prefeitura em si, se ainda não tomou conhecimento, como outros governos também não tomaram, parte as coisas para fazer a gestão porque é mais fácil. É natural. Depois, na hora de reintegrar, vão deixando os pedaços de fora. O governo federal, por exemplo, lembrou-se disso em um determinado momento, e é por isso que hoje o Arquivo Nacional desfruta de uma posição compatível com a sua importância, que é a sua vinculação à Casa Civil. Outros governos municipais já se deram conta disso e reposicionaram os seus arquivos.

Por isso acho importantes esses depoimentos, para que se possa ter um conhecimento sobre o que se passou.

Onde procurar, o que buscar, o que foi, que lutas e que iniciativas foram feitas, o que não deu certo. Acho perfeito. Enquanto não tiver certo tipo de coisa consolidada, nada anda.

Você falou das dificuldades causadas pelas várias notações, várias siglas. Então, quais seriam os grande entraves para que o Arquivo produzisse instrumentos de descrição dessa documentação, guias, catálogos, instrumentos de pesquisa?

Em relação à documentação mais antiga, ela dispõe de um acesso relativamente bem organizado, embora não haja um tratamento analítico do acervo inteiro. Decidiu-se priorizar determinados tipos de conjunto cujas informações são mais demandadas pelo público, especialmente pelo contribuinte. Mas o restante do acervo foi sumariamente tratado. O que entrou – vamos dizer, dos anos 1990 em diante –, e que representa um grande volume, é um ponto fraco a ser sanado. A equipe não tem velocidade suficiente para dar o retorno esperado pelo público. Então, você lida dentro do Arquivo com contribuinte e pesquisador, são duas categorias completamente diferentes em termos de demanda.

Mas o controle que se tinha demonstrou-se bastante falho, especificamente na questão do Malta, por exemplo.

É, em Arquivo você trata o conjunto, e não a unidade. Então, isso contribui para que o controle seja falho. Não é que não exista controle, existe controle do conjunto, mas não existe da unidade. Então, a tendência hoje é tratar certos documentos, como fotografias, pela unidade, em função disso. E o acervo manuscrito, dependendo do caso, também individualmente, que é o que está sendo feito com o acervo de Urbanismo, denominado Licença para Obras.¹⁴⁴ Em alguns casos, o tratamento era e continua a ser feito individualmente.

Acho que não só nele, avançou-se muito na iconografia. Houve avanço na imprensa alternativa, avançou-se muito também no acervo Carlos Lacerda.

Em relação aos outros tipos de acervo em que há um quantitativo menor, permite-se trabalhar em um prazo reduzido e com gente suficiente para fazer esse trabalho, acelera o prazo de resposta. Nos últimos anos, recebemos muitos acervos novos, como o de Haroldo Barbosa, e de grandes dimensões, como os de Carlos Lacerda e Chagas Freitas. Conseguiu-se praticamente finalizar os três. E isso foi possível, em grande parte, com o apoio de estagiários. Porque a prata da casa é pouca.

Neste trabalho do Guia de Fundos¹⁴⁵ estabelece-se quase que um “plano de cargos e salários” para os estagiários, entra-se como estagiário e, ao se formar, já se é um bolsista...

Os estagiários começam a trabalhar com um acervo e, de um ponto para a frente, o acervo passa a ser propriedade deles. Isso é muito interessante. Quer dizer, para você criar um laço afetivo com a documentação, não precisa fazer muito esforço. Muitos deles ganham uma bolsa-auxílio de apenas 190 reais. O que dá para pagar o transporte, um lanchinho ou outro e olhe lá. Ao final do contrato, eles voltam como voluntários para terminar o trabalho, sem ganhar nada. Esse tipo de sentimento, se você conseguisse fazer com que a população e a administração sentissem isso também, seria o ideal. Mas a criação de laços exige tempo, coisa que a gente não tem.

Até os funcionários, tendo apreço pela documentação, muitos têm...

Há pessoas que vieram voluntariamente para cá e não gostaram do trabalho, porque você também tem o direito de não gostar. Então, aí, realmente, não se pode fazer muita coisa.

Creio que se colocou um trilho. Se daqui para a frente fosse possível manter-se nesse trilho, num espaço de cinco anos, pelo menos, poderíamos ter uma mudança qualitativa no perfil do acesso à informação.

Pode ser. Se as pessoas continuarem a buscar recursos externos. Pois esse é outro problema, vai depender de quem vai estar sentado na cadeira da direção. Porque aí, no caso, depende-se da energia investida na instituição para ter recurso, do contrário é muito difícil. O iô-iô a que estava me referindo é isso. Então, você saindo, a pessoa seguinte que entrar, se ela ficar esperando a coisa andar, vão se passar dois anos, três anos, quatro anos

e não vai acontecer nada. E como você não tem equipe, ou a equipe é pequena e você precisa de recursos externos para contratar estagiários, projetos externos, projetos com faculdades, se você não tiver esse tipo de contexto, as mudanças não acontecerão.

Júnia, queria que você fizesse um histórico dessa questão da Política Municipal de Arquivos, porque você foi do Conarq, então acompanhou essa discussão.

Essa questão vem desde o tempo de Lia Temporal Malcher. Foi a primeira pessoa que falou em arquivo intermediário, que é um local para onde os documentos vão durante um certo tempo antes de serem avaliados e levados para o arquivo permanente ou eliminados. Uma Política Municipal de Arquivos começa aí, no arquivo corrente, que seria o Arquivo Geral da Prefeitura, protocolo, expediente e fase intermediária. O permanente é decorrência do funcionamento regular dessas etapas. Então, na gestão de Lia, começou-se a pensar nisso, e com Helena Machado,¹⁴⁶ que vinha da área de administração, a coisa tomou corpo. Foi elaborado um projeto de lei que pouco tempo depois foi colocado de lado. Era prefeito, se não me engano, Israel Klabin. Ela chegou a conversar com ele, fizemos um seminário aqui, apresentando o projeto.

Isso antes da lei de 1991. É antes da lei 8.159. Porque os primeiros debates no Arquivo Nacional se deram com a entrada da Celina. Em 1984, o Arquivo Nacional mandou à Câmara a 17ª versão da Lei de Arquivos e, de 1984 a 1991, a Câmara protelou, para sair em 1991. O que você está dizendo, teve essa impressão quando vi a entrevista da dona Lia, é que ela tinha um conteúdo...

Tinha uma visão, uma perspectiva do que era um ciclo documental dentro de uma administração. Precisa de uma infraestrutura do ponto de vista de normas e procedimentos que só pode estar contida dentro de uma política. Então, não dá para fugir se não tiver isso.

Precisa-se de uma legislação que determine.

Que só veio a sair em 2001.

Essa que saiu em 2001 está ligada ao que foi formulado anteriormente?

Ela recupera todas as anteriores, inclusive na passagem do José Maria Jardim¹⁴⁷ pela direção do Arquivo. Ele também mandou uma proposta com base nas anteriores, adicionando alguns novos elementos, além de uma proposta de nova estrutura para o Arquivo. Todo dirigente sempre propôs alguma coisa nova nesse sentido. Estrutura organizacional adequada à implementação de uma política proposta, do contrário não seria possível executá-la. José Maria Jardim também fez isso. E ele não ficou porque viu que não ia conseguir e, como pretendia trabalhar de maneira séria, preferiu sair. Ele estava acostumado com a área acadêmica e não resistiu aos entraves relacionados a isso. Mas ele também ajudou, opinou. O diretor seguinte foi Paulo Elían,¹⁴⁸ que ficou como interino, também dando andamento ao projeto. E por aí vai. É o que você estava falando da tentativa permanente

de libertação da equipe do Arquivo. Mas isso só veio a acontecer em 2001, na gestão do dr. Athayde,¹⁴⁹ graças a um esforço imenso da parte dele. Isso vem desde 1982.

Como funcionava, antes de se extinguir, pela Lei Municipal de Arquivos, a Superintendência de Documentação da Administração?

A área de arquivos estava dividida em duas partes: o arquivo corrente, a cargo da Superintendência de Documentação da Secretaria de Administração, e o Arquivo permanente ou histórico, a cargo do Arquivo da Cidade, da Secretaria das Culturas.

Não havia previsão alguma do intermediário.

Não. Como não há até hoje. Havia muita discussão, porque você continua produzindo papel e hoje você continua produzindo mais do que produzia antes, porque cada um tem uma impressora, que produz mais cópias. Então, em vez de você ter uma cópia datilografada em três vias, você tem quatro, cinco, dez cópias. O espaço que isso ocupa é muito maior. Você não tem hoje ainda como controlar esse caos. Mas o primeiro passo é um Censo dos Arquivos Municipais, que está em andamento. Há muita coisa a ser tratada ainda, a documentação toda que foi produzida de 1975 para cá e a que foi produzida de 1975 para trás. Nem o tudo que deveria ser permanente foi recolhido ao Arquivo e nem tudo que deveria ser eliminado o foi. Porque não há controle desse ciclo.

Estamos conseguindo fazer um mapeamento, uma noção de onde as coisas estão.

Uma noção do que cada um tem. A solução não é nova: em termos gerais, a documentação corrente, de pouco uso, pouca consulta, é enviada ao arquivo intermediário. Então, você desafoga o corrente e guarda em um galpão imenso, sem muito cuidado, sempre tem iluminação, ventilação, mas nada de ar-condicionado central, nada disso. E uma pessoa para tomar conta, isso poderia servir para a Prefeitura toda. A ideia inclusive é essa.

Primeiro é preciso fazer esse mapeamento.

Mas, para isso, é preciso implantar um sistema de classificação e de avaliação que seja racional. Sem você saber o que levar para esse lugar, é impossível desenvolver qualquer política. E como você não tem controle, não tem como começar. Até chegar ao ponto em que o prédio cai por excesso de peso. Um dos censos rápidos feitos no prédio da Prefeitura foi por esta razão: excesso de peso. O Corpo de Bombeiros ia interditar o prédio. Eles tiveram que fazer uma eliminação sumária de tudo o que lá havia, a começar pelo *Diário Oficial*. Todos os andares guardavam os mesmos exemplares. Você imagina o peso disso, em um prédio de 14 andares? Aquele prédio não foi feito para peso em papel. Sem contar os processos. Hoje existem áreas nas quais a maior parte é ocupada por documentos. Quando for usar, vai ver que não consegue mais nem abrir, porque choveu em cima, o banheiro inundou, os roedores passaram por lá e destruíram tudo. Aí, você não tem como recuperar.

Qual foi a destinação daquela documentação que estava com a Superintendência de Documentação da Secretaria de Administração?

Todos os atos de pessoal de valor permanente foram recolhidos, de 1974 em diante, assim como os originais de decretos, leis e mensagens do Executivo e volumes encadernados de *Diários Oficiais*. Existe hoje uma coleção quase completa de *Diários Oficiais* desde o Império até o presente. Parte da documentação administrativa usada pela Superintendência, como comissões de avaliação, tabelas de temporalidade, resultados de grupo de trabalho, também foi recolhida. A referência legislativa ficou com a Secretaria de Administração, porque foi considerada como de uso corrente.

Júnia, a impressão que tive da dona Helena é de que ela tinha consciência, sabia onde estava, sabia onde queria chegar e, mais do que isso, tinha um reconhecimento no meio arquivístico. Acho uma lástima muito grande ela ter saído. Acho que o Arquivo ali perdeu um profissional incrível.

Essas mudanças em cima, acho que a desestimularam também. Ela ainda tinha fôlego para uns dois mandatos. Tanto a Lia quanto a Helena. Elas tinham uma energia invejável.

E você sente que nesses dois comandos, por mais que o dinheiro não existisse, houve uma volta aos acervos? Há um controle, há um investimento de acesso?

Acho que sempre houve, acho que, com raríssimas exceções, ninguém nunca deixou de se preocupar com isso. No caso, o que vai aparecer menos na história do Arquivo é o acervo, naturalmente. Porque isso, cabe ao usuário dar publicidade a ele. O que vai aparecer mais são os cursos, eventos. O acervo aparece em determinadas situações, muito específicas. Por exemplo, eventos como a comemoração dos 200 anos da chegada de D. João, documentos que falem sobre isso, faz-se uma exposição. Durante muito tempo se aproveitou isso para tirar o acervo e dar visibilidade a ele.

Aliás, isso não é uma política só daqui. É uma política do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, celebrar as efemérides.

Mas o custo disso é muito alto. Você começa, vou tratar isso aqui, recuperar isso aqui, ao invés de fazer uma exposição. Você vai optar por uma estratégia diferente.

Quando se pensa em política de dar visibilidade a esse acervo, projetos de revistas ou de monografias que visem a um determinado acervo, é mais barato e cumpre a sua função. Mas, a impressão que tenho do discurso que sempre ouvi na academia e antes de entrar aqui é que o Arquivo não tinha instrumentos de pesquisa, por esta razão não se sabia o que procurar e como procurar. O Maurício Abreu, durante oito anos, procurou um códice que ele viu em 2000, e diziam a ele, nesses últimos oito anos, que o códice tinha sumido. Nós achamos o códice, até para quebrar um pouco essa fala de que sumiu, complicada em um Arquivo. Cria uma cultura negativa. Então,

quando pergunto sobre esse controle do acesso, refiro-me ao fato de se conseguir fechar um fundo e disponibilizá-lo, porque o Arquivo ainda não conseguiu ter essa luz sobre o seu acervo. Acontece muitas vezes porque não se tem funcionário, mas quando há tanta gente aqui dentro por um período, fico me perguntando: “Como é que ninguém conseguiu estabelecer cotas?” Como fizemos com o acervo do Malta, quando percebi que ou se estabelecia uma cota para os estagiários ou não se ia concluir... É uma coisa meio de gestão.

É, em parte você tem razão. Várias são as situações que podem acontecer em arquivos de grandes volumes de documentos: você troca um códice de lugar, guarda e não coloca uma guia-fora; você tem controle do ponto de vista técnico, não atualiza a localização física. Quando você tira de um lugar e guarda em outro, corre o risco de perder o documento. Isso acontecia muito na época em que o depósito ficava sem luz. Não estou dizendo que ficava sem luz porque não tinha iluminação, mas porque não tinha lâmpada para ser trocada. Então, se um códice fino, com uma etiqueta com três dígitos, é guardado no lugar errado, você só vai localizá-lo muito tempo depois. Sempre tivemos problemas de lâmpadas apagadas dentro de depósitos.

Não existia saldo na Associação de Amigos para a compra de lâmpadas?

As lâmpadas você comprava e instalava. Pouco depois elas queimavam. Problema de reator. Então, há códices que não sumiram, estão fora de lugar. Não se pode afirmar que sumiu pelo fato de não se ter achado. A primeira coisa que o funcionário imagina é que o códice está fora do lugar. Aí, é iniciada uma busca para localizá-lo e, na maior parte das vezes, você o encontra. Alguns documentos são tirados da estante para proteção e guardados em outro espaço, como, por exemplo, no cofre, e alguns pesquisadores exigem acesso aos originais, porque querem analisá-lo do ponto de vista diplomático. O documento original não foi perdido, mas está guardado para fins de preservação. Você tem pesquisadores que voltam aqui dez anos depois e querem que se descubra onde está o documento que tinha um certo conteúdo, que foi usado por ele e ele possui uma cópia, mas não dispõe da referência. Esse tipo de problema é quase insolúvel, mas, ainda assim, pede-se um prazo e tenta-se localizá-lo, utilizando antigas fichas de consulta, últimos pesquisadores a consultá-lo etc.

Nesses 32 anos de Arquivo, quais os pontos positivos e os pontos negativos que você assinalaria?

Acho que de positivo é você ter a oportunidade de entrar, literalmente, na história da cidade, o que você não conseguiria de outra forma. Acho até interessante você ler um livro sobre a cidade, você ler uma resenha, ver uma palestra, mas você ver a assinatura do Dom Pedro! Acho que aí, no caso do pesquisador, o documento está dizendo para você muita coisa que você não teria oportunidade de observar e sentir. A outra é que qualquer tipo de trabalho com acervo vai permitir saber além do que está na superfície. Você tem ali o cotidiano inteiro de pessoas de 1743. Há, por exemplo, o incêndio na cidade durante uma

das invasões francesas, com os depoimentos de pessoas que viveram aquele momento, saindo às ruas debaixo de um grande temporal, com raios e trovões, carregando as suas posses mais valiosas debaixo do braço. É uma experiência e tanto! Onde é que você vai encontrar uma coisa dessas?

E no acervo há muito mais do que isso, como os registros de direitos das pessoas. Se tiver algum problema que a Prefeitura não tenha como provar, você tem como provar, você vem aqui, tem acesso ao original para olhar a planta da sua casa ou da casa que você comprou. Ter acesso a documentos originais é um privilégio. Em muitos arquivos do exterior, os pré-requisitos para você consultar documentos originais são muitos. Você tem que ter um currículo de peso para chegar perto de acervos que as pessoas comuns conhecem apenas de publicações. Então, quer dizer, você tem a oportunidade de ter contato direto com a vida da cidade, ter contato direto com a informação sobre você, sua família, sua vida.

A Revolta da Armada, por exemplo. Quando a estudei achava que foi uma coisa circunscrita à Baía de Guanabara. Depois, lendo documentos de revistas e jornais da época, percebi que foi um transtorno para a cidade. As pessoas deixaram suas casas que ficavam na orla da baía. Li documentos nos quais se solicitava ressarcimento porque, quando os moradores voltaram, as casas tinham sido invadidas, saqueadas. Quer dizer, essa riqueza de detalhes...

É a vida da cidade que está passando por você. Por isso é difícil até estabelecer um seguro, porque quem é que vai te dar uma outra coisa igual a esta? Não existe. Então é trabalhar com coisas únicas, no sentido de que não serão produzidas novamente.

A gente só não pode monumentalizar, encaixotar e ninguém ver.

É claro. Acho que dentre os problemas tradicionais do Brasil está o fato de a área de cultura ser colocada em segundo plano, de não ser vista como elemento importante, como forma de desenvolvimento econômico, assim como o turismo. Não estou dizendo que a cultura está sozinha. Vários outros segmentos são tratados da mesma forma, como a educação. Por outro lado, para ter acesso ao conteúdo de um documento, você tem que saber ler. Para você usufruir o que ele lhe dá, você tem que ser alfabetizado, pelo menos. Mas isso não é suficiente, é preciso decifrar, no caso dos manuscritos, o que está registrado, e para isso é preciso ter noções de Paleografia. Nós temos alguns estagiários, por exemplo, que têm dificuldade em ler documentos manuscritos. Se isso está desaparecendo da prática diária, do cotidiano dos alunos de História, acho que é um problema para ser equacionado desde já, evitando problemas futuros. Outra questão importante no cotidiano dos arquivos é a insalubridade, porque, por melhores que sejam as condições do ambiente, o nível de insalubridade é alto. Acho que no Arquivo Nacional estão investindo em trabalhos, em estudos, e já existem alguns setores de universidades dedicados a isso. Creio que isso ainda tem que melhorar para reduzir o impacto sobre a saúde dos funcionários e estagiários.

As minhas queixas eram que aqui não se sabia como pesquisar. Fizemos, então, um Guia de Fundos, estamos caminhando no Censo, acho que tem um projeto que nós precisamos fazer, que é sobre essa questão do mapeamento administrativo, fazer um dicionário biográfico das pessoas.

Você deve conhecer-se, ou seja, conhecer o contexto e os atores que atuam nele.

E o que mais você considera projetos fundamentais?

O projeto de segurança, que está encaminhado, e um projeto de reprodução.

Que é um laboratório de microfilmagem que estamos instalando.

Acho que com isso fecha essa parte de infraestrutura. Depois, a divulgação, porque a infraestrutura já está lá.

Júnia, o que você poderia dizer da importância deste Arquivo, do significado deste Arquivo para a cidade, para os cariocas, para a questão da memória?

Acho que, na medida em que você conhece o que é um Arquivo e para que ele serve, você começa a valorizá-lo. Não importa que seja este aqui ou o arquivo que você tem em casa. A ideia-chave é a mesma: gestão de documentos, ou seja, classificar seus documentos, avaliá-los em termos de valor e organizá-los consoante a sua fase, corrente, intermediário ou permanente. Enquanto você não for capaz de ordenar o seu próprio acervo, você não vai ter sucesso na sua gestão de documentos. Então, acho que seria de fundamental importância aprender como fazer uma boa gestão de documentos. Sem dúvida, nenhum arquivo sobrevive sem isso. Essa é a parte mais importante. Você tem coisas que já passaram, o presente que ainda está acontecendo, o que virá depois, e aí entramos no mundo virtual, na gestão de documentos digitais. Se não aprendermos, vamos ter que correr para chegar lá. Vamos ter que lidar com isso, não depois, mas já. Os *e-mails* que escrevemos, decisões tomadas virtualmente, projetos alterados virtualmente etc.

Vai ficar aquela lacuna, como a que comentei com você. Duas pessoas falaram que o Arquivo era ligado ao Gabinete do prefeito e nós não temos registro nenhum disso.

Exatamente. Se você não guarda os bilhetinhos, você não vai saber o que está acontecendo. Nós fomos visitar um órgão da Prefeitura há pouco tempo, e as decisões de alteração dos projetos eram tomadas por *e-mail*. Não havia nenhum documento registrado, a não ser a correspondência virtual. Quando perguntados sobre os riscos de uso desse processo, responderam: “Ah, mas o nosso sistema é muito bom.” Normalmente, nos livros de protocolo você encontra todas as remessas relacionadas e o que foi emitido em matéria de documentação. Em geral, os dirigentes do Arquivo Municipal, todas as vezes em que havia ausências ou lacunas, pediam aos seus superiores imediatos que cobrassem dos órgãos o encaminhamento desses documentos e, muitas vezes, eles reiteravam o pedido de não recebimento. Então, seria um trabalho interessante cotejar as lacunas assinaladas

e a documentação recebida, no sentido de recuperar todos os recolhimentos efetuados em um dado período de tempo. Podemos trabalhar de 1890 para a frente, há condição de ser feito.

Da fundação do Distrito Federal para a frente...

A tramitação era muito bem documentada. Em muitos casos, inclusive, o Noronha Santos pede cópias aos órgãos federais.

Cópias autênticas, não é?

Exatamente. Porque em muitas situações a documentação não era encaminhada para a Prefeitura, ela ia direto para o governo federal e não havia retorno. Há muita coisa que nós não temos, que é relativa às cidades, ainda em poder do governo federal.

Fora o período imperial e colonial.

Exatamente, então muitas práticas e normas previstas na legislação e impostas a órgãos municipais não eram aplicadas aos órgãos federais. Por isso, não temos a construção da Casa da Moeda, a construção da Casa de Rui Barbosa, não temos plantas de vários prédios importantes da cidade, porque era dispensada, em determinados casos, a exigência de se apresentar uma planta.

Por causa da falta de autonomia do Distrito Federal.

Subordinado ao governo federal.

Gostei muito da entrevista que fiz com o José Maria Jardim. Ele foi seu orientador?

Ele é ótimo. Não, ele foi quem me empurrou para fazer mestrado.

Quem foi o seu orientador?

Foi uma das professoras do IBICT, por sinal excepcional, Heloísa Tardin Christóvão. Consultei alguns profissionais da área de arquivos, mas estavam asoberbados e não puderam me orientar. Então, trabalhei diretamente com os profissionais da área de Ciência da Informação do IBICT. No doutorado foi a mesma coisa, recebi orientação de Heloísa, e de Gilda Braga, bastante conhecidas na área. Tenho a ambas como grandes amigas.

Gostei muito da entrevista e gostei mais ainda de uma tese que li recentemente de um orientando dele de doutorado, que faz uma crítica ao Conarq. Acabei de escrever um texto de um livro sobre censura em que trabalho com a censura de documentos na história do tempo presente, tentando fazer uma reflexão na qual acho que a Celina Amaral Peixoto é revolucionária. A historiografia ainda vai ter que fazer uma reflexão interessante. Lógico que ela tem um poder político e, mais que poder político, ela é habilidosa.

Ela não é uma pessoa qualquer. Tem um passado de peso, que permitiu a ela fazer determinados tipos de coisa.

Acho que a lei de 1991¹⁵⁰ é a lei da Celina, acredito que há uma inflexão desta lei no decreto de 1997¹⁵¹ e acho que a Lei nº 11.111¹⁵² nada mais é que a decorrência dessa primeira permissão, que acaba acontecendo. E, muitas vezes, penso que por mais democrática que a Celina tenha sido, foi uma pena ela não ter aceitado ficar no Arquivo Nacional no governo Fernando Collor. A nossa área perdeu muito.

Concordo, porque para conseguir isso ela tinha projeção, tinha nome.

E tinha conteúdo, ela sabia o que queria fazer. E, às vezes, acho que as práticas do Conarq são autoritárias. Porque, por exemplo, os representantes de instituições de arquivos municipais não são escolhidos por nós, quer dizer, não são os arquivos municipais que se reúnem e enviam ao Conarq uma lista tríplice. Vem de cima para baixo. Agora, no *Memória do mundo*,¹⁵³ em uma das vezes em que representei os arquivos municipais, me dei ao trabalho de fazer um levantamento de quem eram os arquivos municipais, mandar uma carta explicando o que é etc. Nunca recebi uma carta de um representante de arquivos do Conarq perguntando: “Para a próxima pauta, a senhora tem algum tema?”. Na última reunião nós tivemos essa inflexão. Ainda é uma prática pouco democrática.

Considerando que você tem um Sistema Nacional de Arquivos, que como outros sistemas é de certa forma inoperante, considerando que você tem um Sistema Estadual de Arquivos, que também é de certa forma inoperante, diria que a atuação mais proativa de ambos talvez resolvesse alguns dos problemas mais graves da área. Porque as representações devem vir de baixo para cima, até chegar ao topo. Se você tem 5.375 municípios no Brasil, como você vai conseguir reunir representantes de todos? Você tem 75 arquivos municipais, então, aqueles serão os representantes dos cinco mil municípios. Só que tem o sistema para carrear esse tipo de coisa. Então, ele vai para o estadual e o estadual o leva para o nacional. Se você não tem uma árvore funcionando dessa maneira, não tem como trabalhar.

Longe de estabelecer uma polêmica entre historiadores e arquivistas, pois acho que somos um complemento – e afirmando que os historiadores não fazem estragos nos arquivos, vou dizer até o final que foi uma historiadora que fez o Guia de Fundos do Arquivo da Cidade.

Você tem historiadores que fazem estragos e historiadores que fazem grandes coisas. Acho que não tem muito a ver com a área de conhecimento.

Creio que inspirada na entrevista da Maria Augusta (Machado), quando ela nos narrou toda a formação das áreas...

É diferente, é diferente, mas não colocaria como área de atuação. Mas, de um modo geral, essas áreas, Museologia pelo menos, que é um pouco mais antiga que a Arquivologia,

é aquela coisa do palácio cheio de tesouros lá dentro, as pessoas olham sem tocar, não podem chegar perto. Para mim, é uma visão muito antiga. É uma questão de mudança, de conscientização, de educação. Acho que deveriam colocar os sistemas de arquivo que já existem para funcionar. A pressão, nesse sentido, seria a de tentar fazer a seiva correr no sistema, senão não adianta.

Nós precisamos, neste momento, das entidades, do Conselho Nacional. É uma pena o que acontece, por isso vejo que há um déficit muito grande entre 1991 e 1997. E você sabe que gosto muito de legislação. Entendi muito quando fui ao texto da lei e vi: “Meu Deus, aqui se abriu uma fronteira que jamais poderia ter sido permitida”. A legislação pode ser modificada, então não vejo como problema, vejo como uma possibilidade. As coisas definitivas não funcionam muito, não. Mas acho que toda legislação é passível de correção a qualquer momento.

A partir da Lei nº 11.111 você vê um afunilamento?

Se você fizer a árvore funcionar e a seiva correr, esse afunilamento acaba. É um afunilamento natural porque o Conarq é o órgão máximo de representação dos arquivos no território nacional.

Não está fazendo a árvore funcionar, nem a seiva correr.

Os de baixo não se mobilizaram o suficiente. Os arquivos estaduais não se mobilizaram. Em geral, estão todos passivamente esperando uma coisa cair do céu. Porque é muito cômodo você esperar que os outros façam por você o que você deveria fazer.

Concordo, mas também acredito que quando algum arquivo ousa tentar um pouco mais é uma reação difícil.

Você paga o preço da sua iniciativa.

Ou você tem a maior titulação da sua área, então se vê obrigada a ser líder.

Ou você junta os seus congêneres e parte para fazer uma coisa conjunta, coletiva, aí sim você vai conseguir mudança. Porque, se não for assim... É ruim desse jeito, mas é pior sem.

Existem projetos coletivos que nós tínhamos pensado. Podemos ter um programa de peso, o prédio reformado, com projetos em andamento, com recursos para serem recebidos depois. Acho que é fundamental. O Arquivo sobreviveu. Aliás, sobrevive desde a Colônia. Penso que trabalhar nessas instituições é um ato de militância, de resistência.

É, porque é resistência mesmo natural, não era para ter sobrevivido por tanto tempo. Ele incomoda, também por isso. Você está guardando coisas que podem não ser interessantes para quem está aí. Daqui a dez anos, o que falei vai estar documentado aqui. Isso pode

não ser interessante. Então, tem coisas que estão aqui: quem é que escreveu? Quem fez o primeiro projeto de lei? O que está escrito? E aí, você consegue seguir alguém no tempo. E é isso que acho que incomoda também. Acho uma vitória extrema chegar até 2008.

Não ter tido ar-condicionado por tanto tempo, ou nunca ter tido concurso para o Arquivo, isso eu sempre cobre...

A Superintendência de Documentação, que era o nosso órgão maior no município, uma Secretaria de peso, nunca se manifestou, sempre brigou com o Arquivo. Praticamente em todas as coisas havia uma briga inútil, porque todos os lados iam perder.

Esta situação continua existindo, como agora. Tivemos que provar à Fundação Parques e Jardins que poderiam utilizar melhor o investimento da Petrobras. Acho que isso me deixa muito orgulhosa, como conseguimos, com aquele pouco dinheiro da lei, devolver à cidade um acervo raro. Como os estagiários aprenderam, como é bom subir ao segundo andar e ver aqueles meninos com um domínio sobre a documentação, uma segurança de conversar sobre ela. Isso, para quem dá aula, é um retorno. Você dá uma certa noção de cidadania, porque acho que gestão é por aí. Esses meninos vão voltar para a universidade.

O estagiário é um futuro profissional, então você tem que inculcar nele determinadas coisas. A questão ética, de comportamento, de práticas profissionais que ele vai ter. Quais são os lugares pelos quais ele vai passar depois? Você está formando pessoas aqui. Desde 1997, participo deste projeto com a UERJ, de História Administrativa.

Por isso queremos contar com sua experiência.

Eu estou aqui.¹⁵⁴

Júnia, você acompanhou a trajetória do Arquivo da Cidade desde que ele era um Serviço da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico até os dias atuais, ou seja, de 1975 até 2008, quando se aposentou. Muito obrigada, portanto, pela análise bastante precisa das necessidades e dificuldades que um órgão público enfrenta para cumprir suas finalidades, bem como dos ganhos que a instituição obteve nesses 33 anos de árdua luta e trabalho contínuo.

Notas

- ¹ Historiadora, diretora-geral do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Doutora em História Social do Trabalho (Unicamp, 2001), pós-doutora júnior (Cemi/Unicamp, 2005) e pós-doutora sênior (UFF, 2007-8). Autora de *Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua*. (Imago, 1996). *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (Boitempo, 2004.). Organizadora de *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil* (Imago, 2001) e *Maços na gaveta: reflexões sobre a mídia* (EdUFF, 2009).
- ² FERNANDES, Maria Célia. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. A travessia da arca grande e boa na história carioca, Prefeitura do Rio, RJ, 2011.
- ³ SANDRA HORTA, historiadora, gerente de Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, mestre em História Social (UFF, 1983). Autora de “Comentários sobre o acervo. Imprensa Alternativa” in *Maços na gaveta: reflexões sobre mídia* (EdUFF, 2009), Revista do Archivo do Distrito Federal” in *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* (Prefeitura/Rio 2007), “Memória da destruição, Rio uma história que se perdeu – 1889/1965 com Alberto Taveira in *Bulletin of the International Planning History Society* (2004), organizadora de *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Terras e fatos* (Prefeitura/Rio 2002).
- ⁴ Gabinete formado pelo visconde do Rio Branco, no período que se estende de 1871 a 1875. Na sua gestão foram implantadas inúmeras reformas: a promulgação da Lei do Ventre Livre, a demarcação das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, a realização do primeiro censo demográfico do Império, entre outras. Foi o gabinete com maior tempo no poder durante o período imperial.
- ⁵ SILVA, Theodoro Machado Freire Pereira da – Político brasileiro, formado em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Foi presidente das Províncias da Paraíba (1868-69), Rio de Janeiro (1870-71) e da Bahia (1885-86) e ainda ministro dos Transportes e ministro da Agricultura do Império (1871-72).
- ⁶ João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, título recebido em 1860. Formou-se em Ciências Jurídicas e exerceu vários cargos políticos: senador pela Bahia (1856), deputado geral, presidente da Província da Bahia (1852-55), ministro da Fazenda, da Marinha e dos Estrangeiros (1885-88). Líder do Partido Conservador, teve atuação destacada na defesa da Lei dos Sexagenários que, juntamente com a Lei do Ventre Livre, constituíram etapas no processo de Abolição da Escravatura. Manifestou-se a favor da indenização aos proprietários de terra, uma vez que estes eram os baluartes do Império e ele era monarquista.
- ⁷ Família bem estabelecida no meio social de Pernambuco, no Segundo Reinado. Tida como aristocracia burocrática, como se chamavam os que faziam carreira no Estado mas que não possuíam bens, ao contrário dos proprietários de terra, por exemplo. Através dos casamentos, a família galgou melhor reputação, cargos políticos relevantes e chegou então ao coração da Corte, no Rio de Janeiro, tendo seu nome de maior prestígio, Joaquim Nabuco, sido educado nos hábitos da Corte. (ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2006.)
- ⁸ É o conjunto de virtudes valorizadas na segunda metade do século XIX e propagado pela monarquia, que elevou a Inglaterra a ser o maior Império do mundo, a Rainha Vitória. Sua postura e sua forma de governar influenciaram o estilo de vida e comportamento ingleses e determinaram a moral e os hábitos daquela época no mundo ocidental. As chamadas virtudes vitorianas eram especificamente vinculadas à postura moral, à disciplina, à retidão, à limpeza, ao trabalho árduo, à autoconfiança, ao patriotismo, dentre outros aspectos, além das maiores marcas desse período, que era a da fidelidade conjugal e a castidade, o que resultou no entendimento do vitorianismo como um período excessivamente puritano. [Fonte: MORAIS, Flávia D.C. *A evolução da modernidade na Filosofia e na Literatura: a literatura vitoriana como tradução moralizante no ensino de uma época*. Campinas, 1999.]
- ⁹ Considerada como a Era de Ouro da beleza, inovação e paz na França, devido ao período de paz que durou do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. Época que se destacou pelas grandes invenções, como o telefone, a bicicleta, o automóvel, e pela grande atividade cultural, como os cabarés, o *cancã*, balés, *boulevards*, cafés-concerto e grandes transformações no mundo da arquitetura e das artes, com o nascimento do Impressionismo e da *Art Nouveau*.

- ¹⁰ VERNE, Júlio – Nasceu em Nantes, França, em 1828, e faleceu em 1905. Escritor, ensaísta e teatrólogo, considerado por críticos literários como o precursor da ficção científica por abordar em seus livros temas que só se tornariam realidade décadas depois. Autor de inúmeros livros, alguns clássicos, *Vinte mil léguas submarinas* e *A volta ao mundo em oitenta dias*.
- ¹¹ Fundação Rockefeller – Organização beneficente, não governamental, que utiliza seus próprios recursos para financiar suas atividades. Criada em maio de 1913, nos Estados Unidos, com o objetivo de promover, neste e em outros países, o estímulo à saúde pública, ao ensino, à pesquisa biomédica e às ciências naturais. A fundação chegou ao Brasil em 1916, trazendo uma missão médica enviada por sua Junta Internacional de Saúde (Internacional Health Board – IHB) com o objetivo de promover pesquisas científicas e ações de profilaxia das principais doenças endêmicas do País. (Fonte: www4.prossiga.br/chagas/traj/links/textos/rockefeller.html)
- ¹² Intentona Comunista – Insurreição político-militar empreendida pelo Partido Comunista Brasileiro, em nome da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, contra o governo de Getúlio Vargas, que queria depor e, em seu lugar, instalar um governo socialista. Começou em Natal, RN, e no Recife, PE. No Rio de Janeiro localizou-se no 3º Regimento da Infantaria, na Praia Vermelha, e na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos. Vargas, que contou com a lealdade das Forças Armadas, derrotou a rebelião no mesmo dia em que ela foi iniciada, devido à total ausência de organização.
- ¹³ SILVA, José Machado de Castro e – Capitão de Corveta e comandante do Comando da Força de Submarinos (1915-18). (Fonte: Site da Marinha do Brasil)
- ¹⁴ DODSWORTH FILHO, Henrique de Toledo – Nasceu em 1895 e faleceu em 1975. Formou-se em Direito e Medicina. Foi oficial de gabinete do seu tio e prefeito André Paulo de Frontin, em 1919, depois foi eleito deputado federal em 1924, reeleito em 1927. Torna-se interventor do Distrito Federal em 1937, nomeado por Getúlio Vargas. Criou a Secretaria de Administração e a Universidade do Distrito Federal. Foi responsável pela abertura das Avenidas Presidente Vargas e Brasil e inaugurou o primeiro trecho eletrificado da Estrada de Ferro Central do Brasil. No fim do governo Vargas filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD).
- ¹⁵ O Arquivo da Cidade era então subordinado a esse Departamento.
- ¹⁶ PEIXOTO JÚNIOR, Augusto do Amaral (1901-1984) – Nascido no Rio de Janeiro, foi militar atuante no movimento tenentista de 1924 e participou da Revolução de 1930. Combateu a Revolução Constitucionalista de 1932. Foi eleito para a Constituinte de 1934 e ainda deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1935-37 e 1953-55, deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1966 e ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara em 1968. (Fonte: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001. Volume IV).
- ¹⁷ O Atual Arquivo da Cidade passou a denominar-se Arquivo do Distrito Federal a partir de 1892, quando o acervo acumulado pela Câmara Municipal, depois Senado da Câmara, foi transferido para a Prefeitura. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1714, por meio de uma provisão régia, passou a denominar-se *Senado da Câmara*, em reconhecimento aos serviços prestados à Coroa portuguesa no combate aos franceses, que invadiram a cidade em 1711. Em 1841, pela sua participação no processo de Independência, recebeu do Imperador D. Pedro II o título de *Senhoria e Ilustríssima Câmara Municipal*.
- ¹⁸ Faz-se a confusão porque o Arquivo situava-se, então, no prédio da Prefeitura. Em 1940, o Decreto nº 6.620, entre outras disposições, transferiu o Arquivo Geral, então subordinado à extinta Secretaria de Interior e Segurança, para o Departamento de Biblioteca e Documentação da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, com a denominação Serviço de Arquivo Geral, juntamente com a Biblioteca Municipal e o Museu da Cidade. Fonte: FERNANDES, Maria Célia. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. A travessia da “arca grande e boa” na história carioca. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade, 2010.
- ¹⁹ SANTOS, Francisco Agenor de Noronha (1865-1956) – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1865, e faleceu na mesma cidade em 1956. Considerado uns dos maiores historiadores do País, dedicou-se a estudar e escrever sobre o antigo

Estado do Rio de Janeiro. Publicou livros e artigos sobre o tema, acatados como fundamentais pelos pesquisadores. Foi chefe de serviço no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e chefe da Comissão de Logradouros, que se encontrava também nas dependências do Arquivo.

- ²⁰ GONÇALVES, Aureliano Restier – Em 1935, Aureliano Restier Gonçalves, funcionário de carreira da Prefeitura, foi nomeado e tomou posse interinamente do cargo de chefe de seção do Arquivo. Desde que fora transferido, em 1924, para o Arquivo, Restier Gonçalves realizou inúmeras pesquisas documentais que resultaram em artigos que foram publicados na nova série da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, que voltou a ser editada nessa época. No número inaugural da nova série da *Revista*, publicou o trabalho *Extratos e manuscritos sobre aforamentos*. Em 1937, Restier Gonçalves foi finalmente nomeado chefe da seção Arquivo, cargo que hoje corresponde ao de diretor do órgão. (Fonte: FERNANDES, Maria Célia. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A travessia da “arca grande e boa” na história carioca*, op. cit. Deixou manuscrita a obra organizada por HORTA, Sandra. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Terras e fatos*, publicada em 2001, pela Prefeitura do Rio/Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade, em comemoração aos 110 anos da instituição.
- ²¹ Em março de 1940, o Decreto nº 6.641 criou o Departamento de História e Documentação (DHD), na estrutura da Secretaria Geral de Educação e Cultura, como um organismo voltado especialmente para a preservação do patrimônio documental e histórico da Prefeitura do Distrito Federal. Esse decreto definiu a estrutura organizacional dos serviços da Prefeitura e transferiu o Arquivo para a órbita do recém-criado Departamento de História e Documentação, ao qual ficou subordinado. (Fonte: FERNANDES, Maria Célia. op. cit.)
- ²² O aqueduto (Arcos da Lapa) que liga os morros de Santa Teresa e Santo Antônio levava água do Rio Carioca até o Chafariz das Marrecas, no Largo da Carioca. Construído por Mestre Valentim, em semicírculo, com duas bocas de leão vomitando água e tanque com cinco marrecas de bronze, que também lançavam água pelos bicos. Além disso, contava com duas figuras de metal, o caçador Narciso e a ninfa Eco. Esquartejado, teve as figuras mitológicas, depois identificadas como Diana, a caçadora, e a ninfa Naiade, recolhidas ao Jardim Botânico. Das marrequinhas, que eram cinco, duas estavam no Arquivo, das outras nada se sabe. (Fonte: CORRÊA, Magalhães. *Terra carioca – Fontes e chafarizes*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, Imprensa Nacional, Coleção Memória do Rio, 1935.)
- ²³ VISCONTI, Eliseu D'Angelo – De origem italiana, veio para o Brasil ainda criança. Foi um dos mais importantes artistas brasileiros do período. Discípulo de Victor Meirelles, foi, além de reconhecido pintor, também realizador dos trabalhos de decoração do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. (Fonte: Site www.eliseuvisconti.com.br)
- ²⁴ OLIVEIRA, Antônio Pedro Borges de – Nascido em 1940 no Rio de Janeiro. Ator e diretor de teatro e televisão, tornou-se o primeiro secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro, em 1986, quando a Secretaria de Cultura se separou da Secretaria de Educação. Foi candidato a deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1990.
- ²⁵ BARROSO, Gustavo – Nascido em Fortaleza, Ceará, em 1888, foi advogado, professor, romancista, folclorista, cronista e político. Trabalhou no *Jornal do Commercio*, e foi diretor da Revista *Fon-Fon*. Em 1922 foi convidado para o cargo de diretor do Museu Histórico Nacional. Foi membro da Comissão Internacional de Monumentos Históricos, criada pela Liga das Nações, e participou ativamente do movimento integralista. Faleceu em 1959.
- ²⁶ CALMON, Pedro – Nasceu em Amargosa, BA, em 1902, e faleceu em 1985, no Rio de Janeiro. Professor, historiador, cursou a Faculdade de Direito.
- ²⁷ Chamado primeiramente de Aeroporto do Calabouço. Construído a partir de 1934, o aeroporto recebia aeronaves anfíbias e hidroaviões. Apenas em 1936 recebeu o nome Santos Dumont, quando da inauguração pelo então presidente Getúlio Vargas, sendo as modernas estação de hidroaviões e a estação geral construídas posteriormente, a partir de 1938, tendo sua obra sido interrompida várias vezes e inaugurada totalmente apenas em 1947. Tornando-se obsoleta diante do avanço tecnológico da indústria aeronáutica, a estação foi cedida ao Ministério da Aeronáutica, tendo sido tombada em 1957 e a servir, a partir de 1986, ao Instituto Histórico-Cultural da Força Aérea Brasileira (INCAER). (Fonte: www.brasilcult.pro.br;))

- ²⁸ REIS, Konder Antônio Carlos – Nasceu em 1824 em Itajaí, SC. Foi deputado estadual de 1947 a 1955, deputado federal entre 1955 e 1963, senador de 1963 a 1975, governador de Santa Catarina de 1975 a 1979 e vice-governador de 1991 a 1995.
- ²⁹ LABANCA, João Ângelo (1913-1985) – Foi ator e empresário. Formado em Direito, abandonou a advocacia especializando-se na área cultural e de museus. Fundou o Teatro de Equipe, o Teatro de Hoje e a companhia de teatro Os Comediantes. Participou da diretoria do sindicato, tendo sido integrante da equipe que discutia e definia a regulamentação da profissão de ator. Como sindicalista, também lutou contra a censura militar durante os anos de exceção. (Fonte: www.itaucultural.org.br)
- ³⁰ BARRAFATO, Ana – Professora e técnica em Educação, participou do Instituto de Pesquisas Educacionais/IPE, da Secretaria de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal, atual Rio de Janeiro, na década de 1950. (Fonte: *Site da Associação Brasileira de Psicopedagogia*)
- ³¹ MAGNO, Paschoal Carlos – Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1906, e faleceu em 1980 na mesma cidade. Autor, crítico, produtor e diretor de teatro, fundou o Teatro do Estudante do Brasil e o Teatro Duse. Em 1962, foi nomeado secretário-geral do Conselho Nacional de Cultura, criando a Caravana da Cultura, que percorreu vários estados brasileiros. Em 1965, inaugurou a Aldeia Arcozelo, no Estado do Rio de Janeiro, para repouso de artistas e intelectuais e para capacitação nas diferentes áreas artísticas.
- ³² BARROS, Othon Ferreira de – Como funcionário, era Fiel do Tesouro, estando por um curto período à frente do Departamento de História e Documentação, período este marcado pela reedição da *Revista do Arquivo*.
- ³³ MENDES DE MORAES, Ângelo – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1894, e faleceu na mesma cidade, em 1990. Ingressou na Escola Militar do Realengo em 1918, tendo sido seguidamente promovido até alcançar o posto de general de divisão em 1946. Em 1947, foi nomeado prefeito do Distrito Federal pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, cargo que exerceu até 1951. Em 1958 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal (PSP/PTN). Como prefeito, construiu os conjuntos populares da Gávea e do Pedregulho e o Estádio do Maracanã (Copa de 1950).
- ³⁴ CARVALHO, Delgado – Delgado de Carvalho era professor e autor do livro *História do Rio de Janeiro*, publicado pela Prefeitura do Rio/Secretaria de Cultura.
- ³⁵ MIRANDA, Alcides Rocha – Arquiteto renomado e que possui diversas obras de relevância na Cidade do Rio de Janeiro.
- ³⁶ MOURÃO FILHO, Antônio Vieira – Nasceu em Portugal, em 1911, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1972. Em 1944 formou-se pela Escola de Medicina e Cirurgia. Foi vereador em 1951 e 1955, secretário de Educação e Saúde, Secretário de Interior e Segurança. Exerceu todos os cargos no Distrito Federal.
- ³⁷ IPANEMA, Marcello Moreira – Ver entrevista de Cybelle de Ipanema.
- ³⁸ IPANEMA Cybelle de – Ver entrevista.
- ³⁹ LACERDA, Carlos Frederico Werneck de – Nasceu no Rio de Janeiro em 1914. Formou-se em Direito, foi eleito vereador em 1947 pela UDN. Em 1949 fundou a *Tribuna da Imprensa*, fazendo oposição cerrada ao getulismo. Em 1954, foi eleito deputado federal e em 1958 foi reeleito, defendendo a autonomia do Estado do Rio de Janeiro e a criação do Estado da Guanabara, que foi o primeiro a governar a partir de 1960. Articulou a Frente Ampla, em 1966, contra a ditadura civil-militar, que antes apoiara, tendo seus direitos políticos cassados em 1968. Faleceu em 1977, no Rio de Janeiro.
- ⁴⁰ PALMEIRA, Luís Carlos – Dirigiu o IBA – Instituto Brasileiro de Arte e o Serviço de Museus.
- ⁴¹ MAURÍCIO NUNES GARCIA, Padre José (1767-1830) – Compositor brasileiro de música sacra, só pôde estudar Música devido à sua formação eclesiástica. Filho de um português com uma escrava, viveu no período de transição do Brasil Colônia para o Brasil Império. Esteve muito próximo a D. João VI, quando da sua estada no Brasil, num momento em que se inaugurava a vida cultural do Rio de Janeiro, devido à permanência da Corte na cidade. José Maurício é tido com um dos maiores compositores da América em seu tempo.

- ⁴² FERNANDES, Neusa – Foi diretora da FUNARJ e membro do Instituto Histórico e Geográfico.
- ⁴³ QUINHÕES, Trajano Garcia – Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ), diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara à época da fusão com o Rio de Janeiro, década de 1970.
- ⁴⁴ KELLY, Celso Otávio do Prado – Jornalista, professor, educador, dedicou-se ao Jornalismo e à Literatura. Autor de livros publicados nesta área, foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa, do PEN Clube, diretor da Rádio Nacional, secretário de Educação do Estado da Guanabara de 1972 a 1975. Em 1980, tornou-se patrono da Biblioteca Estadual Celso Kelly.
- ⁴⁵ DREYFUSS, René Armand – Cientista político, autor da obra “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”, considerado um clássico nos estudos sobre a ditadura. Foi professor na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Falecido precocemente em 2003.
- ⁴⁶ CARRAZONE, Maria Elisa – Museóloga, autora de dois importantes guias: o GUIA DOS MUSEUS DO BRASIL, de 1972, e o GUIA DOS BENS TOMBADOS, de 1980. (Fonte: www.unirio.br/museologia/nummusprojeto-depesquisa.htm)
- ⁴⁷ PEIXOTO, Floriano Vieira – Nasceu em Maceió, AL, em 1839, foi um militar e político brasileiro, tendo sido o primeiro vice-presidente do Brasil e segundo presidente da República, de 1891 a 1894, na chamada República Velha. Após a Guerra do Paraguai, onde obteve maior prestígio como militar, chegou a tenente-coronel e ingressou na vida política do País. Seu governo, como presidente da República, foi marcado pela Revolta da Armada e pela Revolução Federalista no Sul do País, tendo saído vitorioso em ambas. “Marechal de Ferro” foi a alcunha recebida devido à sua atitude enérgica e ditatorial. Seu governo gerou o culto à sua personalidade, o chamado “Florianismo”, inaugurando o culto à pessoa em vez de a ideias. (Fonte: KOIFMAN, Fábio, (Org.). *Presidentes do Brasil*, Editora Rio, 2001)
- ⁴⁸ MARTINS, Gaspar da Silveira – Nasceu no Uruguai em 1834. Formou-se em Direito e seguiu a carreira política. Foi deputado, presidente da Província do Rio Grande do Sul (1889), ministro da Fazenda (1878-79) e senador do Império (1880-1889). Era monarquista e desentendeu-se com o marechal Deodoro da Fonseca, desencadeando a crise que desaguou na Proclamação da República. Foi exilado, retornando ao Brasil em 1892, sempre defendendo a Monarquia parlamentarista. Participou da Revolução Federalista. Faleceu na sua estância, no Uruguai, em 1901.
- ⁴⁹ ASSIS, Figueiredo Affonso Celso de – Visconde de Ouro Preto (1836-1912). Formado em Ciências Jurídicas, atuou como secretário de Polícia, inspetor da Tesouraria Provincial e procurador da Fazenda. Foi também deputado provincial e deputado geral, além de ministro da Marinha (1866-68) e da Fazenda (1879-80). Membro do Conselho de Estado, tendo presidido o último Conselho de Ministros do Império, foi preso e exilado em 15 de novembro de 1889, assim como todo o Ministério. Monarquista e também abolicionista. Quando senador, ao aumentar o imposto de 20 réis sobre o preço da passagem de bonde, gerou a conhecida “Revolta do Vintém”, em 1880. (Fonte: Site do Senado Federal – www.senado.gov.br)
- ⁵⁰ Fusão – Consistiu na união do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975. O antigo Estado da Guanabara transformou-se no Município do Rio de Janeiro, capital do estado de mesmo nome.
- ⁵¹ Solar Monjoje – Residência da família Mariano Carneiro da Cunha, situada na rua Jardim Botânico. O prédio foi construído na segunda metade da década de 1920 e demolido em 1977. O médico José Mariano arrematou peças antigas, como azulejos, retábulos, lavabo e mobiliário no Convento Santo Antônio de Paraguaçu, BA, dos padres franciscanos, para ornamentar e decorar a residência. Por ocasião da sua demolição, a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico protestou veementemente, sem resultado. Situava-se em frente ao Parque Lage.
- ⁵² Segundo o professor Ondemar Dias Ferreira que, em 1974, com o apoio do Instituto de Arqueologia, participou da instalação do Centro de Estudos Arqueológicos na Casa do Capão do Bispo, anteriormente se estudara a instalação do Museu do Café naquele mesmo prédio. Porém, a exiguidade do terreno para um empreendimento de vulto fez tender a solução para a instalação do Centro de Arqueologia.

- ⁵³ AYALA, Waldir – Nasceu em Porto Alegre, RS, em 1933, e faleceu em 1991. Foi jornalista, escritor e tradutor. Trabalhou em jornais da grande imprensa, escreveu vários livros em diversos gêneros literários, foi redator da Rádio MEC. Integrou a missão cultural organizada pelo Ministério das Relações Exteriores e foi assessor cultural do Instituto Nacional do Livro/INL e do Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação (MEC).
- ⁵⁴ ALBIN, Ricardo Cravo – *Marchand* e crítico de Artes Plásticas. Foi Diretor do Museu da Imagem e do Som e também do Instituto Nacional de Cinema. Autor do já clássico *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*.
- ⁵⁵ SANTOS, Turbilio Soares – Nascido em 1943, em São Luís do Maranhão, é tido como um dos maiores violinistas vivos do País. Em 1980, foi diretor da Sala Cecília Meirelles e atualmente é diretor do Museu Villa-Lobos, desde 1986, quando esse espaço cultural foi instalado na casa da Rua Sorocaba, em Botafogo.
- ⁵⁶ COELHO, Olírio – Ver entrevista.
- ⁵⁷ PEIXOTO, Mario Breves (1908-1992) – Nasceu em Bruxelas, em 1908. Exerceu as atividades de cineasta, roteirista e escritor. Em 1931, lançou o filme de sua autoria, *Limite*, considerado um clássico do cinema brasileiro. A película foi restaurada por Saulo Pereira de Mello, através da Funarte.
- ⁵⁸ MATOS, Maria Emília – Museóloga do IPHAN, reconhecida por seu trabalho sobre ex-votos.
- ⁵⁹ MENDONÇA, Eliana Furtado de – Ver entrevista.
- ⁶⁰ Foi promulgada em 9 de abril de 1942 pelo então ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, mais conhecida como Reforma Capanema. “Por essa lei, foram instituídos no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginasial, e um segundo ciclo de três anos. Esse último ciclo, que na reforma planejada por Francisco Campos apresentava três opções, passou a ter apenas duas, o curso clássico e o científico. Os novos currículos previstos na Lei Orgânica caracterizavam-se pela predominância do enciclopedismo, com valorização da cultura geral e humanística. (...) A lei instituiu também a educação militar para os alunos do sexo masculino. Reafirmou o caráter facultativo da educação religiosa e obrigatória da educação moral e cívica, e recomendou ainda que a educação das mulheres fosse feita em estabelecimento distinto daquele onde se educavam os homens. A lei Orgânica do Ensino Secundário permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.” (Fonte: *Reforma do Ensino Secundário* IN A Era Vargas – Diretrizes do Estado Novo (1937-1945) – Educação Cultura e Propaganda: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_reforma.htm)
- ⁶¹ SARAIVA, Terezinha – Ver entrevista.
- ⁶² HOUAISS, Antônio – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1915, e morreu em 1999 na mesma cidade. Era filho de pais imigrantes libaneses. Brillhante intelectual, foi tradutor, crítico, escritor, filólogo, lexicógrafo, diplomata, membro da Academia de Ciência de Lisboa. Foi ministro da Cultura e presidente, em 1996, da Academia Brasileira de Letras, na qual ingressou na sucessão de Álvaro Lins, em 27 de agosto de 1971.
- ⁶³ Consulado Geral da Itália – Situado na Avenida Antônio Carlos, 40.
- ⁶⁴ A partir de 1870, surgem as “Escolas do Imperador”, estabelecidas em prédios próprios, para a instrução primária no Município da Corte, a partir da iniciativa de D. Pedro II de não aceitar a construção de uma estátua equestre em sua homenagem, e da ação da Câmara Municipal da Corte, que mandou construir a “Escola da Freguesia de Sant’Anna – Escola São Sebastião”, usando também recursos dos cofres municipais, que foi a primeira “Escola do Imperador”. A partir daí, ou por meio da associação de verbas governamentais com capitais particulares, ou por meio de subscrições públicas, outras escolas foram erguidas. (Fonte: Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro)
- ⁶⁵ Centro Cultural José Bonifácio – Inaugurado em 1986, três anos depois do Decreto nº 4.189, de 9 de agosto de 1983, que o criou. Espaço destinado à promoção e à divulgação da cultura afro-brasileira na administração municipal. Seu nome foi dado em homenagem ao Patriarca da Independência e defensor da extinção gradual da escravidão e da emancipação dos escravos.

- ⁶⁶ O projeto modernizador de D. João VI, dotando o País das instituições necessárias ao seu desenvolvimento e à sobrevivência da Corte, incluía o incentivo às artes e ofícios, baseado em uma grande admiração pela cultura francesa, cujo prestígio se ampliava durante as guerras empreendidas contra as monarquias absolutistas europeias. Resolveu, portanto, chamar notórios artistas franceses que aportaram no Brasil em 1816, fazendo parte da conhecida como Missão Artística Francesa, integrada por bonapartistas desgostosos com a queda do imperador corso. Entre os artistas e técnicos que integravam a Missão organizada pelo marquês de Marialva e presidida por Joaquim Lebreton figuravam Jean Baptiste Debret e Grandjean de Montigny.
- ⁶⁷ RUELLAN, Francis – Professor de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Iniciou o trabalho de campo no País e ministrava suas aulas em francês. Autor do excelente estudo “Evolução geomorfológica da Baía de Guanabara e regiões vizinhas”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano VI, nº 4. out/dez de 1994, p 445 a 508.
- ⁶⁸ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti – Geógrafa conceituada, autora de inúmeros livros sobre o tema, entre eles *Cidade e região*, em parceria com Maria Terezinha de Segadas Soares e publicado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, em 1990. Faleceu em 1992.
- ⁶⁹ BERNARDES, Nilo – Nasceu em 1922 e faleceu em 1992. Foi geógrafo, pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), professor da PUC-RJ e lecionou Geografia no curso de Doutorado em História da Universidade Federal Fluminense (RJ). Lysia e Nilo eram um casal e faleceram em um acidente de automóvel.
- ⁷⁰ WENZEL, Myrthes – Formada em História e Geografia, ex-secretária de Educação do Estado no governo Faria Lima, ex-presidente do Conselho Empresarial de Educação, ex-membro do Conselho Estadual de Educação. Durante 40 anos coordenou uma escola de ensino progressista, o Centro Educacional de Niterói.
- ⁷¹ FLEXA RIBEIRO, Carlos – Professor e político carioca, foi catedrático de Artes da Faculdade de Arquitetura e secretário de Educação e Cultura do Estado da Guanabara durante a gestão do governador Carlos Lacerda (1960-1965). Foi o candidato da UDN ao cargo de governador desse Estado nas eleições seguintes e não se elegeu.
- ⁷² MAGALHÃES, Raffael de Almeida – Nascido em Belo Horizonte no dia 14 de dezembro de 1930, formou-se em Direito. Exerceu diversos cargos no governo de Carlos Lacerda, no Estado da Guanabara. Apoiou o golpe militar de 1964 e ingressou no partido ARENA, vindo a se tornar deputado federal pelo Rio de Janeiro. Afastado da política pelo AI-5, voltou-se para o setor privado, retornando já no período democrático, na pasta da Previdência Social, no governo José Sarney. Em 1988, chefiou a Secretaria de Cultura, que posteriormente foi aumentada para Secretaria de Educação e Cultura.
- ⁷³ DIAS JUNIOR, Ondemar Ferreira – Graduado em História pela Universidade do Brasil (1962), com especialização em Pré-História pela Universidade Federal do Paraná (1962). Foi diretor da Seção de Pesquisas, Exposição e Divulgação do Serviço de Museus da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara de 1966 a 1975. Participou da instalação da Casa do Capão do Bispo e depois ficou responsável pelo funcionamento do CEA, sediado nessa Casa, onde permaneceu até 1990. Em 1977, assumiu a chefia do Serviço de Pesquisas da Divisão citada. Com o fim da Divisão, em 1978, foi lotado no Inepac, do qual foi assessor do diretor até se aposentar. Atualmente, é pesquisador principal do Instituto de Arqueologia Brasileira, que criou e dirige, e consultor da Universidade do Tocantins.
- ⁷⁴ IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro – Foi completado em 1965. A cidade foi fundada por Estácio de Sá em 1565.
- ⁷⁵ Departamento de História e Documentação – Em março de 1940, o Decreto nº 6.641 criou o Departamento de História e Documentação (DHD), na estrutura da Secretaria Geral de Educação e Cultura, como um organismo voltado especialmente para a preservação do patrimônio documental e histórico da Prefeitura do Distrito Federal. Esse decreto definiu a estrutura organizacional dos serviços da Prefeitura e transferiu o Arquivo para a órbita do recém-criado Departamento de História e Documentação, ao qual foi subordinado. (Fonte: FERNANDES, Maria Célia. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. A travessia da “arca grande e boa” na história carioca. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Secretaria de Cultura/Arquivo da Cidade, 2011)

- ⁷⁶ MACEDO, Roberto da Mota – Nasceu em 7 de junho de 1904 no Rio de Janeiro. Professor, jornalista e advogado, atuou como professor no Colégio Pedro II e no Instituto de Educação. Na carreira pública, foi diretor do Departamento de História e Documentação e secretário de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal. (Fonte: COUTINHO, Afrânio (Direção.). *Brasil e brasileiros de hoje* – Volume II. Rio de Janeiro: Editorial Sul-Americana, 1961.)
- ⁷⁷ MALTA DE CAMPOS, Augusto Cezar – Nasceu em Paulo Afonso, AL, em 1864, e faleceu no Rio de Janeiro em 1957. Foi nomeado fotógrafo oficial da Diretoria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal pelo prefeito Pereira Passos em 1903. Foi responsável pelo registro imagético não só das reformas empreendidas pelo prefeito que o nomeou, como também por traçar um panorama, através de suas imagens, do cotidiano da Cidade do Rio de Janeiro até 1936, quando se aposenta e é substituído por seu filho, Aristógonito Malta. É considerado um dos principais artífices da fotografia sobre o Rio de Janeiro.
- ⁷⁸ MACHADO, Maria Augusta – Ver entrevista.
- ⁷⁹ Golpe civil-militar de 1964 – Golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart e nomeou uma junta composta pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, almirante Augusto Rademaker e general Artur da Costa e Silva, representando as três Forças Armadas. Em 15 de abril, Castello Branco assumiu a Presidência, eleito por um Congresso já bastante expurgado pelas cassações políticas que se seguiram ao golpe.
- ⁸⁰ Licença-prêmio – Após cinco anos ininterruptos de trabalho, por lei, o funcionário público tem direito a três meses de licença remunerada. Até a década de 1990, podia acumular as licenças, que eram dobradas para a aposentadoria, e aposentar-se mais cedo.
- ⁸¹ IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de – *História da Comunicação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1967.
- ⁸² MARINHO, Roberto – Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1904, e faleceu na mesma cidade, em 2003. Filho do jornalista Irineu Marinho, com quem dizia ter aprendido a profissão, ingressou no Jornal *O Globo*, no qual exerceu inúmeras atividades, de copidesque a diretor. Criou um verdadeiro império na área das comunicações e a fundação que leva seu nome, dedicada à cultura, ciências e artes. Ingressou na Academia Brasileira em 1993, na sucessão de Otto Lara Rezende.
- ⁸³ LIMA, Francisco Negrão de – Nasceu em Lavras, Minas Gerais, em 1901, e faleceu em 1981. Formou-se em Direito. Participou da Assembleia Constituinte em 1933. Foi embaixador do Brasil na Venezuela, no Paraguai etc., e com a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1956, foi nomeado prefeito do Distrito Federal. Em 1965, foi eleito governador da Guanabara numa coligação dos partidos Trabalhista Brasileiro e Social Democrata.
- ⁸⁴ AI 5 – Ato Institucional nº 5, datado de 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Artur da Costa e Silva. Significou um duro golpe na democracia e a consolidação do regime de exceção que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. Decretou o recesso do Congresso Nacional, cassou mandatos de parlamentares e suspendeu a concessão de *habeas corpus*, entre outros atos discricionários.
- ⁸⁵ WERNECK DA SILVA, José Luís – Nasceu em Varginha (MG) em 1932. Foi professor da PUC-RJ, professor de História do Brasil no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e autor de uma obra apreciável na sua área. Ocupou vários cargos na administração das escolas públicas, foi colaborador do Arquivo da Cidade e fundador da Associação de Amigos da entidade.
- ⁸⁶ Décima Urbana – Imposto antecessor do IPTU, criado por D. João VI.
- ⁸⁷ Companhia de Transportes Coletivos – Em 1963 extingue-se a concessão da exploração das linhas de bonde à Rio Light S.A. e a CTC encampa os serviços de bondes da Zona Norte e de Santa Teresa. Entre 1965 e 1967 os bondes são progressivamente desativados e, após 1968, só continuam a circular os bondes de Santa Teresa.
- ⁸⁸ STERN, Hans – Nascido em Essen, Alemanha, em 1922. Emigrou para o Brasil devido à perseguição nazista aos judeus. Fundador da joalheria H. Stern, que nasceu como uma pequena empresa de compra e venda de pedras

preciosas e atualmente é reconhecida internacionalmente pela qualidade das joias que elabora com pedras preciosas brasileiras.

- ⁸⁹ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos – Falecido em 2004, era graduado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e doutor na área de História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde defendeu a tese *Ideologia e poder no rascunho da Nação. Rio de Janeiro: anos 1790*. Foi professor da UFRJ, diretor do Departamento de Cultura da SMC, quando criou a coleção Biblioteca Carioca que publicava livros sobre vários aspectos da Cidade do Rio de Janeiro.
- ⁹⁰ TAMOYO DA SILVA, Marcos Tito – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1926, e faleceu na mesma cidade, em 1981. Engenheiro, formou-se pela Escola Nacional de Engenharia. Secretário de Obras Públicas do ex-Estado da Guanabara no governo Carlos Lacerda, de 1965 a 1967, filiou-se ao MDB em 1969. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro em 1975 – o primeiro depois da Fusão entre a Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro –, nomeado pelo então governador Floriano Peixoto Faria Lima, em 1976. Em 1979, dedicou-se à organização do PDS.
- ⁹¹ BITTENCOURT, João – Um dos maiores comediógrafos do teatro brasileiro, dirigiu peças e atores famosos, como Fernanda Montenegro, em *Plaza Suite* (1970), e em *Um elefante no caos*, de autoria de Millôr Fernandes. Autor de várias peças, como *Quarenta Quilates*, encenada no Teatro Copacabana Palace, Rio de Janeiro, em 1967. Foi diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio na década de 1960.
- ⁹² CARVALHO, Comandante Martinho Cardoso de – Capitão de fragata, professor da Escola Naval, foi diretor do Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na gestão da secretária de Educação e Cultura, professora Terezinha Saraiva, e do prefeito Marcos Tamoyo.
- ⁹³ *Constitucional Fluminense* – Instrumentação da edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense/1821-1822. Texto, estudo hemerográfico e indexação de Marcello de Ipanema (*in memoriam*) e Cybelle de Ipanema. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.
- ⁹⁴ FERREIRA, Leoberto de Castro – Formado em Medicina e ex-Secretário de Turismo da Guanabara.
- ⁹⁵ ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica – Instituição de ensino superior do Comando da Aeronáutica, com cursos de graduação e pós-graduação em diversas engenharias, situado em São José dos Campos, SP.
- ⁹⁶ *Revista do Arquivo do Distrito Federal* – Publicada pelo órgão nas décadas de 1890 e de 1950. Contém a reprodução de documentos de grande valor histórico do acervo do Arquivo da Cidade e textos de historiadores conceituados à época.
- ⁹⁷ Comissão de Estudos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro – Ata de Instalação – Decreto nº 10.165, de 01/02/1950. “O prefeito do Distrito Federal, considerando que a Prefeitura do Distrito Federal, a fim de festejar condignamente a passagem do IV Centenário da fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, deverá providenciar com antecedência a elaboração de um plano de comemoração, convindo, para isso, dispor de um órgão consultivo relativo aos assuntos ligados à história da cidade: Art. I – Fica instituída, como órgão consultivo da Prefeitura, a Comissão de Estudos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro, diretamente subordinada ao Gabinete do prefeito. Art. II – À Comissão de Estudos Históricos do Rio de Janeiro caberá: providenciar a publicação de toda a documentação referente à história da cidade, organizar a relação das obras de arte e valor histórico, pertencentes ao patrimônio da cidade, instituir concursos, realizar outras iniciativas destinadas a selecionar material histórico e despertar o interesse dos estudiosos e da população geral para a significativa data.” Prefeito General Ângelo Mendes de Moraes, Clovis do Rego Monteiro, secretário de Educação, e Othon Ferreira de Barros, diretor do DHD. Entre outros, foram membros da comissão Gustavo Barroso, Pedro Calmon, Otávio Tarquínio de Souza, Roquete Pinto, Gastão Cruls e Noronha Santos. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, vol. I, 1950, Prefeitura do Distrito Federal.

- ⁹⁸ Palácio Monroe – Construído em 1904 para ser o pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Saint-Louis (EUA). Foi remontado no Rio de Janeiro, em 1906, para acolher a Terceira Conferência Pan-Americana. Seu nome foi uma homenagem ao presidente americano James Monroe, criador do Pan-Americanismo, por sugestão do barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores. Abrigou sucessivamente a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Foi demolido em 1975, por ordem do presidente Geisel, suscitando uma grande polêmica entre os defensores e os contrários à sua demolição.
- ⁹⁹ WOLF, Egon e Frieda – Historiadores e autores em parceria de várias obras, entre elas *Fatos históricos e mitos da História dos Judeus no Brasil*.
- ¹⁰⁰ Departamento Geral de Patrimônio Cultural – Órgão da Secretaria Municipal das Culturas da Prefeitura do Rio, extinto em 6 de março de 2006, com a criação da Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, também extinta em 2010, retornando o órgão para a Secretaria Municipal de Cultura como uma subsecretaria.
- ¹⁰¹ SANTOS, Paulo Ferreira – Historiador da Arquitetura, professor catedrático da cadeira *Arquitetura no Brasil* na FNA/UB.
- ¹⁰² FRANCO DE ANDRADE, Rodrigo de Mello – Nasceu em Minas Gerais, em 1898, e morreu no Rio de Janeiro em 1969. Foi advogado, jornalista e escritor. Formou-se pela Universidade do Rio de Janeiro em Direito, foi redator-chefe e diretor da *Revista do Brasil* entre 1924 e 1926. No governo de Getúlio Vargas foi chefe de gabinete de Francisco Campos, então ministro da Educação. Chefiou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1937, quando o SPHAN foi criado, até 1968.
- ¹⁰³ Dirceu Araújo Nogueira, general do Exército, foi ministro dos Transportes de Ernesto Geisel de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.
- ¹⁰⁴ CHAGAS FREITAS, Antônio de Pádua – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1914, e faleceu no mesmo local, em 1991. Diplomado em Direito, trabalhou como jornalista. Foi governador do Estado da Guanabara em 1970, pela via indireta. Controlava o MDB e apoiava o regime militar. Com a Fusão, sua liderança passou a ser questionada pelos políticos vinculados a Amaral Peixoto. Em 1977 foi eleito, novamente por via indireta, governador do Estado do Rio de Janeiro.
- ¹⁰⁵ *Pasquim* – Jornal de comportamento, humor, ideias e crítica de costumes, inicialmente intitulado *O Pasquim*. Criado pelo cartunista Jaguar e pelos jornalistas Sérgio Cabral, Tarso de Castro e Carlos Prósperi, mudou o jornalismo brasileiro com suas críticas políticas irreverentes, elegendo temas que não eram abordados pela chamada grande imprensa. Durante a ditadura, o jornal foi apreendido e presos os seus principais colaboradores, entre eles Ziraldo e Paulo Francis. Circulou de junho de 1969 a novembro de 1991, com mais de mil edições.
- ¹⁰⁶ VIRZI, Antônio – Arquiteto italiano considerado um dos grandes nomes da arquitetura *art déco* no Rio de Janeiro. Autor de inúmeros projetos, entre eles a Casa Villiot, a “Casa sem Janelas”, projetada em 1929 e situada à Rua Sá Ferreira, 80, Copacabana.
- ¹⁰⁷ MELLO, Heitor – Arquiteto, nasceu no Rio de Janeiro em 1898 e faleceu em 1920. Foi responsável por inúmeros projetos, como o edifício do Derby Club, na Av. Rio Branco, a sede do Jockey Club, na mesma avenida, esquina com Almirante Barroso. Construiu o edifício da Câmara Municipal e o Palácio da Justiça, ambos projetos de Emílio Dupuis Tessain.
- ¹⁰⁸ TAVEIRA, Alberto – Arquiteto, trabalhou no Departamento Geral de Patrimônio Cultural (SMC), no Arquivo da Cidade. Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRJ. Foi membro da Comissão de Logradouros da Prefeitura do Rio de Janeiro e atualmente é técnico do Inepac.
- ¹⁰⁹ Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – Em 1992, com o Plano Diretor Decenal, Lei Complementar nº 16/1992, foram estabelecidos os alicerces para uma política pública clara e efetiva de proteção do patrimônio cultural instituinte a Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, instrumento utilizado para a proteção do ambiente

construído. A Área de Preservação Ambiental – APA passaria a ser utilizada apenas para o ambiente natural. Em uma APAC, independentemente do valor individual deste ou daquele imóvel, o que importa é o valor de conjunto. A proposta de proteção de uma área é precedida de um estudo da evolução urbana do lugar, mapeando sua forma de ocupação e seu patrimônio edificado, bem como as relações que os imóveis, logradouros e atividades ali desenvolvidas estabelecem entre si. (Fonte: *Site SEDREPAHC*)

¹¹⁰ A 32ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em 17 de outubro de 2003, em Paris, no documento *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* elabora uma definição de patrimônio imaterial: “As práticas, representações e expressões, os conhecimentos e as técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Os instrumentos, artefatos e espaços culturais associados a essas práticas formam parte integrante desse patrimônio.”

¹¹¹ CARVALHO, Eliana Teixeira de – Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, USP. Uma das responsáveis pela comissão editorial do Instituto de Arqueologia Brasileira, IAB. Foi funcionária do Departamento Geral de Patrimônio Cultural, depois no SEDREPACH (Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro), que no governo de Eduardo Paes passou a ser novamente vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. (Fonte: *Site do Lattes*, do Centro de Arqueologia Brasileiro).

¹¹² SILVA, Júnia Guimarães e Silva – Ver entrevista.

¹¹³ MORAES FILHO, Mello – Historiador, folclorista, responsável pela edição da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* na década de 1890. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e autor de inúmeros livros e artigos. Foram publicados na citada revista os seguintes textos: *A missão de Anchieta – idealização das crônicas do século XVII*; *Poema para o primeiro catecúmeno de louvação a José de Anchieta*; *os Autos da Devassa – a jornada dos mártires*; *Galeria republicana – sobre a revolução de Pernambuco de 1824*; *Tradições populares da Corte – a véspera de Rei*, entre muitos outros

¹¹⁴ A *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* já está no quarto número.

¹¹⁵ KUSHNIR, Beatriz – Ver entrevista.

¹¹⁶ HORTA, Sandra – A *Revista do Arquivo do Distrito Federal*. *Revista Cidade Nova*, Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Secretaria de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2007.

¹¹⁷ CAVALCANTI, Sandra – Nasceu em Belém, em 1927. Vereadora pelo antigo Distrito Federal (1959-60) pela UDN, deputada estadual pela Guanabara (1960-62), secretária de Serviços Sociais da Guanabara, no governo Carlos Lacerda, presidente do extinto Banco Nacional da Habitação, em 1964, deputada federal pelo PFL em 1986 e 1991. Foi secretária municipal de Projetos Especiais na primeira gestão de César Maia como prefeito (1993-97).

¹¹⁸ Ficou ligado ao Departamento de Cultura, então sob a direção do comandante Martinho de Carvalho, na gestão de Terezinha Saraiva como secretária de Educação e Cultura. Afonso Carlos Marques dos Santos foi diretor do Departamento de Cultura na gestão de Maria Yedda Linhares como secretária de Educação e Cultura.

¹¹⁹ KLABIN, Israel – Nasceu no Rio de Janeiro em 1926. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Brasil. Foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1979 e 1980, nomeado pelo governador Chagas Freitas. No seu governo foi instituída a Câmara Técnica do Corredor Cultural, coordenada pelo arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro. O prefeito deu ênfase às favelas, através do projeto *Propostas para ações nas favelas cariocas*. Inaugurou esquema de coleta de lixo nessas áreas. Quando deixou o governo, dedicou-se às atividades empresariais.

¹²⁰ Departamento Geral de Patrimônio Cultural, extinto com a criação da SEDREPACH que, posteriormente, no governo Eduardo Paes, foi também extinta, retornando o órgão de Patrimônio a integrar a Secretaria Municipal de Cultura.

¹²¹ A Prefeitura do então Distrito Federal (prefeito Henrique Dodsworth) comprou a propriedade, em 1939, de Guilherme Guinle, o último proprietário particular. O Museu da Cidade, criado em 1934 pelo Decreto nº 4.939, na administração do prefeito Pedro Ernesto (1931/1936), teve como primeira sede o Palácio da Prefeitura, que

se localizava na Praça da República. Em 1941, foi transferido para o Parque da Cidade. Em 1943, foi removido para uma escola na Praça Cardeal Arcoverde, em Copacabana, pois o solar do parque da Cidade necessitava de obras. Em 1948, na administração do prefeito Ângelo de Moraes (1947/1951), retornou definitivamente à sua última locação.

¹²² MONTIGNY, Auguste-Henry-Victor Grandjean de – Arquiteto, nasceu em Paris, França, em 1776, e faleceu em 1850, no Rio de Janeiro. Veio para a capital do Vice-Reino com a Missão Francesa, em 1816, junto com pintores, escultores e arquitetos chamados por D. João com o objetivo de desenvolver as artes no País. Foi responsável pelos projetos de construção da Academia Imperial de Belas-Artes, de sua residência, hoje Solar Grandjean de Montigny, na PUC, do prédio da Alfândega, erguido em 1921, e que hoje abriga a Casa França-Brasil, entre outros.

¹²³ ALBUQUERQUE, Lucílio – Nasceu em Barras, PI, em 1877, e faleceu em 1939. Em 1896 ingressou na Escola Nacional de Belas-Artes. Em 1906 recebeu o prêmio concedido pela Escola – uma viagem à Europa –, pela tela *Anchieta escrevendo o poema da Virgem*. Nesse mesmo ano casou-se com uma aluna, Georgina de Moura Andrade, que ficou famosa com o nome Georgina Albuquerque. Juntos foram para a França, onde prosseguiram suas carreiras de pintores. O Arquivo da Cidade possuía mais de 100 estudos do pintor.

¹²⁴ SARAIVA, Terezinha – *Caminhos trilhados. Reflexões e fazeres*. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Espaço do Saber, 2004

¹²⁵ Torre Eiffel – Magazine que, com a Notre Dame, foi precursora das lojas de departamentos no Brasil.

¹²⁶ Elixir de Nogueira – Prédio situado na rua da Glória, 214, projeto de autoria do arquiteto italiano Antônio Virzi, que se destacava pelo estilo *art nouveau* e que foi demolido.

¹²⁷ “As terras doadas à Câmara, em 16 de julho de 1565 e 18 de agosto de 1567, constituíram os bens próprios do seu patrimônio e os bens do uso comum, regendo-se pelas regras (título 46, Livro 1º) da Ordenação Manoelina. Das duas citadas doações, deriva-se o direito da municipalidade ao senhorio direto a uma grande parte do chão da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.” (Fonte: GONÇALVES, Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Terras e Fatos. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2004, p. 48)

¹²⁸ Vila Mimosa – Histórico local de prostituição no Rio de Janeiro, situada anteriormente na rua Júlio do Carmo, onde ficou por mais de dez anos. Após obras de reforma na região, foi transferida para a Praça da Bandeira.

¹²⁹ Museu que se localiza na altura do portão 18, dentro do Estádio Mário Filho, o Maracanã, sendo atualmente chamado de Museu do Futebol Mané Garrincha. Foi inaugurado em março de 1974, com a denominação Museu dos Esportes Presidente Emílio Garrastazu Médici. Ao completar 50 anos de existência, no dia 16 de junho de 2000, o estádio ganhou um “Hall da Fama”, homenageando os 50 maiores jogadores ao longo da história do estádio, e também um museu que conta com fotos, uniformes e troféus de títulos de futebol.

¹³⁰ Museu Carmem Miranda – Criado por decreto do governador Negrão de Lima, em 1956, mas inaugurado apenas em 1976. Localizado no Parque do Flamengo, numa construção circular moderna, projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy. O museu conta com uma exposição permanente de 3.500 peças da artista. (Fonte: Site do próprio Museu: mcarmenmiranda@funarj.rj.gov.br.)

¹³¹ Em 5 de agosto de 1893, o Conselho de Intendência e o prefeito instituíram várias repartições públicas, através do Decreto nº 44, para auxiliar o desempenho das funções executivas do governo municipal. Entre essas repartições figurou o Arquivo do Distrito Federal, com *status* de Diretoria Geral, categoria equivalente à de uma secretaria municipal atual. Em 1894, pelo Decreto nº 102, o Arquivo passou a ser subordinado à Diretoria do Interior e Estatística, perdendo a sua vinculação direta ao gabinete do prefeito. A partir daí, a instituição sofre diversas modificações de denominação, de direção, de localização física e de inserção na hierarquia da administração municipal, sempre ligada ao poder Executivo municipal, mas sem readquirir a posição de prestígio que ocupara nos primórdios da República. (Fonte: FERNANDES, Maria Célia, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. A Travessia da “arca grande e boa” na história carioca. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2010.

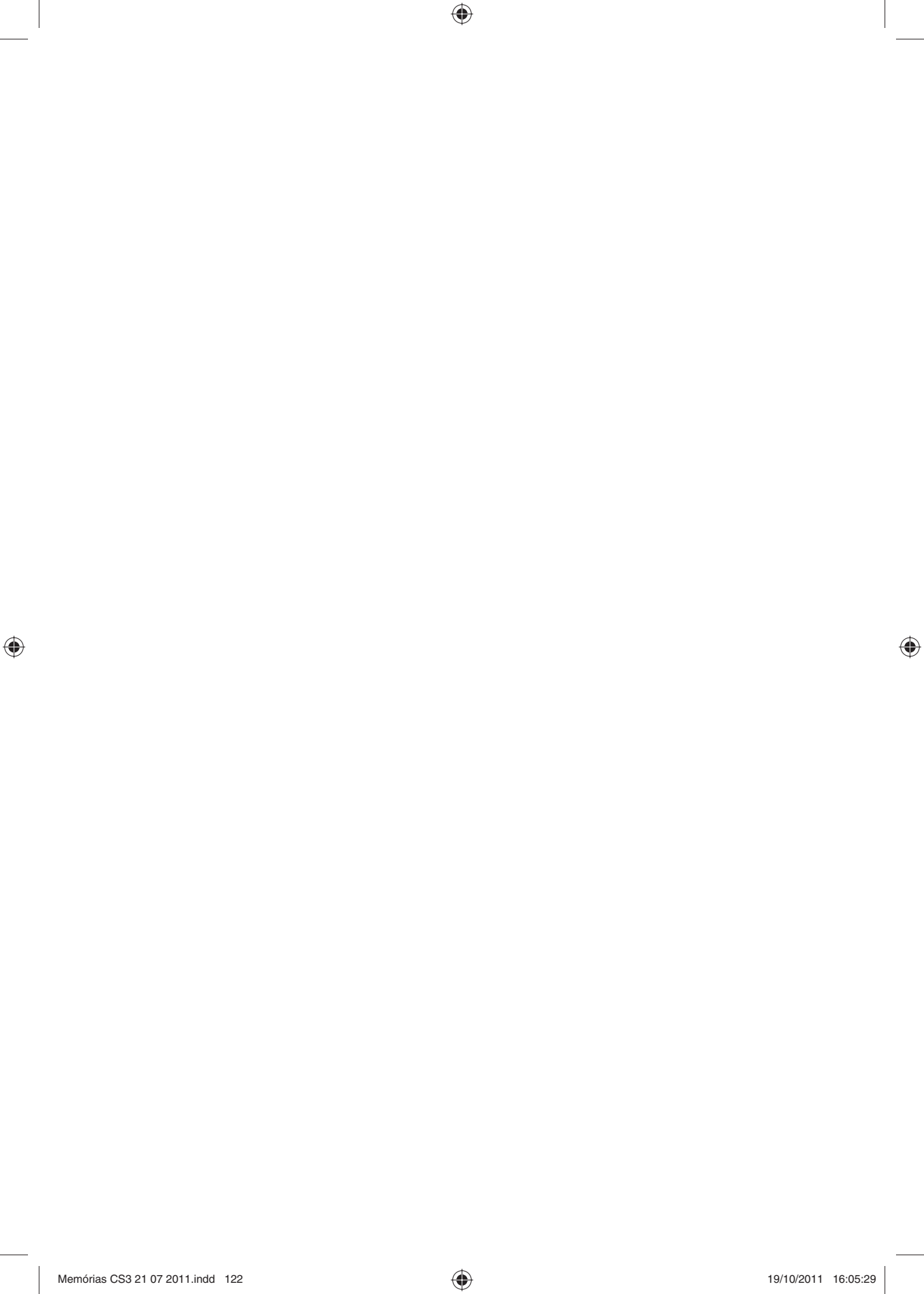
- ¹³² GUIMARÃES, Florentino Machado – Artista plástico e professor nascido no Rio de Janeiro, em 1938. Formou-se em Desenho e Plástica pela Escola Nacional de Belas-Artes da Universidade de Brasília em 1962. Na Universidade do Brasil obteve licenciatura em História da Arte. Professor do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino, entre 1963 e 1964, e, em 1986, entrou para o corpo docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Coordenou, por 12 anos, a Seção de Tombamento da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, entre 1966 e 1978. Ainda em 1978, começou a coordenar os cursos noturnos da Escola de Artes Visuais do Parque Lage até o ano de 1983.
- ¹³³ MACHADO, Lília Maria Cheuiche – Nasceu em Alegrete, RS, em 1938, e faleceu em 2005. Formada em História, pela Universidade de Pelotas, com doutorado em Ciências Sociais, com ênfase em Arqueologia, pela Universidade de São Paulo. Mudou-se para o Rio de Janeiro e, em 1972, começou a trabalhar no Instituto Brasileiro de Arqueologia/IAB. Trabalhou no Museu Nacional/UFRJ (1971 a 1977). Organizou, com Eliana Teixeira de Carvalho e Marcos Infante Vieira, o Programa Litoral Fluminense. Um de seus últimos trabalhos foi sobre o Cemitério dos Pretos Novos, na região da Gamboa, no Rio de Janeiro. (Fonte: Site do IAB – www.arqueologia-iab.com.br)
- ¹³⁴ Secretaria extinta em 2009. Substituída por órgão subordinado à Secretaria Municipal de Cultura, denominado Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design.
- ¹³⁵ MUSA, Edison – Nasceu em Passo Fundo, RS, em 1934. Concluiu os estudos na Faculdade de Arquitetura do Rio de Janeiro em 1958. Estagiou em Paris com Georges Candilis. Abriu o Escritório Musa, em 1963 e, em 1970, seu irmão Edmundo, também arquiteto, se associou a ele. Desenvolveram projetos e acompanharam obras para a Prefeitura do Rio de Janeiro.
- ¹³⁶ DUCHEIN, Michel – Historiador e arquivista, na época da gestão de Helena Corrêa Machado era diretor do Arquivo Nacional francês, autor de biografias, entre elas Maria Stuart, Elizabeth da Inglaterra, Duque de Buckingham e de obras sobre biblioteconomia e arquivística, como *Le respect des fonds en archivistique*. Atualmente, é o inspetor geral honorário de Arquivos da França. Foi um importante consultor à época da construção do atual prédio do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- ¹³⁷ PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral – Historiadora, fundadora, em 1973, e primeira diretora do CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, diretora do Arquivo Nacional. Filha do ex-governador Ernani do Amaral Peixoto e neta do ex-presidente Getúlio Vargas. cursou Doutorado em Ciências Políticas na Sorbonne, Université René Descartes e Fondation Nationale des Sciences Politiques, em 1972.
- ¹³⁸ Esse processo remete à questão da troca do terreno em que hoje está situado o Parque Garota de Ipanema, então de posse da Caixa Econômica Federal, por terrenos da Prefeitura na Cidade Nova.
- ¹³⁹ Não conseguimos confirmar essa hipótese por meio de consultas a documentos. No processo 01/018-79/78, de 26/9/78, fls 71, há referência a inúmeros imóveis municipais adquiridos por meio de ações expropriatórias na Cidade Nova, o que pode ser o caso do terreno destinado ao Arquivo da Cidade.
- ¹⁴⁰ RIBEIRO, Valdir – Ver entrevista.
- ¹⁴¹ LEMOS, Maria Amélia Jorge – Museóloga, trabalhou no Museu dos Esportes e no setor de Iconografia do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- ¹⁴² *Boletim do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* – Veículo por meio do qual o Arquivo divulgava as atividades desenvolvidas na instituição, das quais seus membros participavam, e também as datas importantes para a Cidade do Rio de Janeiro. Além de informar sobre a entrada de documentos e publicações no órgão, também havia espaço para resenhas e artigos, sempre sobre assuntos referentes à Cidade do Rio de Janeiro. Difundia, ainda, as pesquisas que vinham sendo realizadas na instituição, apresentando o título da pesquisa, o nome do pesquisador e sua origem. Circulou entre 1979 e 1982, tendo sido publicados 11 números.
- ¹⁴³ BORSOI, Maria da Glória – Entrou para a Prefeitura através do concurso para o magistério. Foi funcionária do Arquivo da Cidade, sendo responsável pelo expediente do Gabinete da Direção na gestão de vários diretores. Aposentou-se em maio de 2008.

- ¹⁴⁴ Licença para Obras – O acervo Licenças para Obras é proveniente de pedidos feitos desde os tempos coloniais para construção, autorização de reformas e regularizações, habite-se, demolições, alinhamentos e ainda nomenclaturas de estabelecimentos comerciais de imóveis em toda a Cidade do Rio de Janeiro. Esse acervo é permanente e crescente e é bastante procurado para trabalhos acadêmicos, fins comprobatórios junto ao Judiciário, à própria Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Cartórios de Registro de Imóveis, com vistas à reformas em imóveis de valor histórico ou não, e ainda compra e venda de imóveis.
- ¹⁴⁵ Levantamento dos conjuntos documentais produzidos e/ou acumulados por instituições públicas, empresas privadas e indivíduos ao longo das suas atividades, assim como coleções, com o objetivo de obter o controle físico e intelectual do acervo
- ¹⁴⁶ MACHADO, Helena Corrêa – Ver entrevista.
- ¹⁴⁷ JARDIM, José Maria – Ver entrevista.
- ¹⁴⁸ ELIAN, Paulo – Ver entrevista.
- ¹⁴⁹ ATHAYDE, Antônio Carlos Austregésilo de – Nasceu no Rio de Janeiro, jornalista, ingressou em 1966 no Instituto Rio Branco, serviu em vários países, como República Tcheca e Argentina. Integrou os quadros do IBGE (1991) e foi diretor do Arquivo da Cidade (2002/2005). Atualmente é assessor de Comunicação da Academia Brasileira de Letras.
- ¹⁵⁰ Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados (Fonte: Site do Conarq – www.conarq.arquivonacional.gov.br).
- ¹⁵¹ Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data* (Fonte: Site do Conarq).
- ¹⁵² Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005. Lei que regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal sobre o acesso a documentos que contenham informações cujo sigilo seja imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado, regulamentando sobre a liberação deles para a consulta (Fonte: Site do Conarq).
- ¹⁵³ Reconhecimento de documentos de importância local, regional ou nacional pelo Comitê da Memória do Mundo da UNESCO. Os documentos do Arquivo que receberam esse reconhecimento são as Atas da Câmara Municipal / 1821-1825.
- ¹⁵⁴ Dentre os diretores do Arquivo da Cidade não mencionados nesta entrevista, gostaria de lembrar o nome de Alexandre Nazareth, do qual fui assistente por cerca de um ano. Ele, como outros dirigentes, anteriores, tentou avançar nas questões da criação e implementação de uma Política Municipal de Arquivos e na alteração do posicionamento hierárquico do Arquivo da Cidade. Introduziu na instituição o setor de informática, em parceria com o IPLANRIO, e deu início ao primeiro projeto de sistema de informação da documentação. (Nota da entrevistada)

II

AS NOVAS INSTALAÇÕES DO

ARQUIVO GERAL DA CIDADE E A GESTÃO MARCOS TAMOYO





*“Ministro (Ney Braga),
preciso que o senhor me
ajude a cumprir uma
dívida que tenho para
com a minha Cidade.
Cheguei ao Rio e falei:
Tamoyo, consegui o
primeiro dinheiro para o
Arquivo, para a
construção.”*

TEREZINHA SARAIVA foi diretora de escola, chefe de Distrito Educacional, diretora do Departamento de Educação Primária e secretária de Educação e Cultura do Estado da Guanabara no governo Carlos Lacerda. Foi coordenadora da Área de Educação do IPEA – Ministério do Planejamento, secretária executiva do Mobral e presidente da Funabem. Pertenceu ao Conselho Federal de Educação, foi conselheira do Conselho Estadual da Guanabara e do Rio de Janeiro e primeira secretária municipal de Educação e Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, após a fusão dos dois estados. Foi diretora do SESI-RJ e consultora do SENAI-RJ, diretora de Tecnologia Educacional da Fundação Roquette-Pinto, do Ministério da Educação. É assessora da Fundação Cesgranrio e coordena a área de Programas Sociais. Tem vários livros publicados. É detentora de inúmeras condecorações e prêmios nacionais e internacionais pelo trabalho realizado na área da Educação. Foi em sua gestão como secretária municipal de Educação e Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, que se realizou a construção do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, recuperando o acervo da história da Cidade, cumprindo um compromisso que assumira com sua Cidade – dar ao Rio um lugar digno e apropriado para guardar sua história.

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir e Sandra Horta em 18 de setembro de 2007 na rua Santa Alexandrina, 1.011, Fundação Cesgranrio – Rio de Janeiro.

Quando cheguei ao Arquivo, em 2005, procurei ler sobre a história do Arquivo para entender como é que chegamos até aqui. Não tinha!

Mas mandei o livro para vocês! (Refere-se a *Caminhos trilhados*, referências já citadas, em que há um artigo sobre a história do Arquivo).

Nós recebemos, mas precisamos completar as informações. Uma das coisas que quero fazer em 2008 é um livro que conte os anos do Arquivo na órbita da Prefeitura do Rio. E também estamos entrevistando todos os diretores, a partir da bibliotecária Lia Temporal Malcher. Porém, achamos que seria interessante entrevistá-la, porque foi a grande idealizadora do prédio do Arquivo.

Penso que vocês vão se beneficiar muito da história que escrevi há muito tempo – não é a que está no livro *Caminhos trilhados*. Parte aproveitei no livro que enviei a vocês.

Professora, como a senhora afirmou, em um texto, o prefeito Marcos Tamoyo doou o acervo dele para o Arquivo da Cidade. Escutei as fitas (cassete) e achei que seria interessante começar falando sobre o Marcos Tamoyo, na medida em que a senhora integrou a administração dele e foi sua amiga.

Nós fomos secretários, ele de Obras e eu de Educação, no governo Carlos Lacerda, e construímos uma bela amizade, que se aprofundou quando fui secretária de Educação e Cultura de seu governo.

Gostaríamos que nos relatasse sua experiência no governo dele. A partir do que ouvi nas fitas, há algumas coisas ditas por ele que gostaria que a senhora nos respondesse, se tiver conhecimento sobre elas.

Mas se eu não tiver, vou indicar o chefe de gabinete, dr. César Serôa da Motta.¹ É uma pessoa capaz de discorrer, com detalhes, sobre o governo de Marcos Tamoyo.

As perguntas foram retiradas de discursos em que ele diz o que pensava da Fusão, da educação, o que considerava uma cidade humanizada. São essas as questões que trouxemos aqui. Professora Terezinha, nós queríamos saber, inicialmente, o local do seu nascimento.

Nasci no Rio de Janeiro, na casa dos meus avós, na rua do Bispo. Na casa que hoje é a Universidade Estácio de Sá. Quando venho para a Fundação Cesgranrio,² passo diariamente na porta da casa em que nasci. Isso me traz grandes recordações. Uma das grandes recordações da minha vida é a casa de meus avós.

Grau de escolaridade...

Sou um produto do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Tenho muita alegria em dizer isso. Cursei o Instituto de Educação em um tempo que o Curso Normal tinha, talvez, uma qualidade, uma equivalência igual ou até melhor que os cursos atuais de Pedagogia. Lá se

formaram pessoas que trabalharam pela Educação no Brasil, sobretudo na nossa cidade, no nosso estado. Tínhamos os melhores professores, catedráticos, que eram professores do Instituto de Educação e do Colégio Pedro II. Então, a minha escolaridade oficial é o Instituto de Educação. Tanto que, quando assumi a Secretaria de Educação, na primeira vez em que fui secretária, no governo Carlos Lacerda (1960), fui a primeira mulher no Brasil, e professora primária, a ser secretária de Estado de Educação e Cultura. Até então, não havia nenhuma outra mulher, muito menos professora primária. Eu me orgulho muito de ser professora primária.

Mas costumo dizer que a minha vida foi muito envolvida com uma escola em que trabalhei 15 anos, no Morro do Salgueiro – Escola Heitor Lira. Hoje chama-se Bombeiro Geraldo Dias. É uma escola onde talvez eu tenha desenvolvido a mais bela experiência de minha vida de professora. Abandonei a ideia que tinha inicialmente de frequentar uma faculdade, fazer uma formação de nível superior. Mas sou uma livre-discente, porque desde então leio diariamente, duas a três horas por dia, sobre Educação. Então, tenho uma educação formal dada pelo Instituto de Educação, que foi a base da minha vida. Com ela ocupei todos os cargos que me foram oferecidos e, graças a Deus, muito bem. Sou uma leitora de Educação. Então, sou uma livre-discente, não sou uma livre-docente.

Quando e como a senhora descobriu sua vocação para o magistério?

Eu me recordo de que era muito menina, nessa casa da minha avó. Nós éramos oito netos, a família morava toda junta, eram 22 pessoas. Foi um exemplo de família que marcou muito a minha vida também. Foi extremamente unida, nunca percebi nenhum momento desagradável nesse grupo de 22 pessoas. Nós éramos oito netos, e eu era a mais velha. Lembro-me que sentava as minhas primas menores para dar aula a elas. Depois, mais adiante, lembro de fazer a mesma coisa com bonecas. Minha mãe era professora primária também. Minha escolha não foi induzida por minha mãe nem por ninguém da minha família. Eu mesma escolhi ser professora. No Instituto de Educação, tive uma professora, entre muitos que me formaram, que vive ainda hoje, graças a Deus, chama-se Circe de Carvalho Pio Borges. Circe foi a professora que mais teve influência no despertar da minha vocação para o magistério. Eu digo que ela é extremamente responsável pelo despertar real da minha vocação. E aconteceu uma coisa muito interessante. Depois que fui secretária, ocupei outros cargos, e sempre convidei a prof^{te} Circe para trabalhar comigo. E dizia a ela: “Você é avalista do que faço, porque você me formou!” Sem dúvida, ela foi a pessoa que mais teve influência no despertar da minha vocação.

Quais os cargos que a senhora exerceu antes de ser secretária estadual de Educação e Cultura?

Bem, fui professora durante 15 anos, em uma escola no Morro do Salgueiro, em uma comunidade de baixa renda. O trabalho que fizemos lá foi tão bom, que nossa escola, situada na Tijuca, onde existiam escolas primárias cuja clientela era de classe média alta e até de

peças abastadas, foi indicada para oferecer estágio às alunas do Instituto de Educação. Os nossos resultados na 1ª série eram os melhores do então 7º Distrito Educacional, que era o Distrito da Tijuca. Mas a importância dessa escola para mim não está só nisso. É claro que isso é importante. Está muito no trabalho social e comunitário que realizamos. Comecei trabalhando como normalista, nos últimos dois anos, em Jacarepaguá e em Campo Grande. Mas, depois de formada, pedi transferência e vim trabalhar no Morro do Salgueiro, na Tijuca.

Quando cheguei à escola, em 1946, vi que assim que entrávamos fechava-se um grande portão de madeira, como que separando a comunidade – que não tinha a agressividade de hoje, mas já tinha alguma agressividade – dos professores que lá trabalhavam. Entusiasmei-me de tal maneira com aquele tipo de clientela que acompanhei minha primeira turma da 1ª série até a 5ª série (naquele tempo, a 5ª série ainda existia). Depois fui ser subdiretora da escola e aí começou um grande trabalho naquela escola. A primeira coisa que fiz foi abrir o portão, mandar o guarda embora e abrir para a comunidade. Lá, trabalhei 15 anos em estrita comunhão com as pessoas que trabalhavam, que viviam naquela comunidade. Tive, depois, outra turma na 1ª série. Nasceu meu primeiro filho. Afastei-me um pouco.

Quando voltei da licença, fui novamente subdiretora e logo em seguida assumi a direção da escola. Aí, realmente, foi uma grande revolução. As pessoas trabalhavam comigo já há muitos anos, juntaram-se à minha proposta e fizemos um trabalho revolucionário. Trabalhamos toda a comunidade. A escola foi realmente o centro daquela comunidade. E eu me lembro – isso é uma coisa que me faz muito bem lembrar – que fiz naquela escola algumas coisas que o Brasil faria oficialmente muitos anos depois. Por exemplo: o Censo Escolar. Como secretária de Educação do governo Carlos Lacerda, fiz o Censo Escolar na Guanabara. Como secretária do Município do Rio de Janeiro, dez anos depois, a primeira ação foi realizar o Censo Escolar do município. Foi o Censo Escolar que forneceu todos os dados no sentido de determinar a política, as diretrizes que definimos para a Secretaria. No Salgueiro, chamei duas serventes da escola, subi o morro, de casa em casa, com papel e lápis na mão, tomando nota dos nomes das crianças de sete a 14 anos que estavam fora da escola.

Então, a senhora fez o Censo?

E trouxe essas crianças todas para a escola. O primeiro Censo Escolar de que tenho notícia foi feito no Morro do Salgueiro, por uma diretora, que por ideia própria achou importante – não se falava em Censo Escolar – ir às casas todas procurar quem não estava estudando. Isso levou, inclusive, a aumentar a escola em mais um turno. Passamos a dois turnos. Criamos a pré-escola, e ali fizemos um grande trabalho com a comunidade. A escola era um prédio alugado, o proprietário morava ao lado. Hoje é absolutamente diferente. As ruas não eram calçadas. O lado direito era íngreme, não tinha muro, um precipício. Havia poucas casas em relação aos barracos da favela. Percorri todos em busca das crianças e as trouxe para a escola.

O segundo passo que dei e que depois, também, se daria em termos até nacionais, foi estabelecer uma parceria verbal com a Fundação Leão XIII,³ que criou um posto no Morro do Salgueiro. A diretora chamava-se Rosa. Eu a procurei e combinamos o seguinte: ela trabalharia à tarde nas oficinas profissionalizantes, com as crianças que estudavam comigo de manhã. Quem estudava à tarde frequentava as oficinas de manhã. Naquela época já buscava uma iniciação profissional para as crianças, porque eu sabia que muito cedo iriam para o mercado de trabalho. Tentei qualificá-las para o trabalho. Isso apareceria anos depois, na Lei nº 5.692, de iniciação profissional.

Como secretária do governo Marcos Tamoyo, no Município do Rio, construí várias escolas, com ambientes próprios para desenvolver essa parte de profissionalização. E assim foram muitas as ações que nós fizemos. Por meu gabinete da Escola Heitor Lira passaram os filhos dos meus primeiros alunos, os casais que brigavam e vinham procurar uma orientação comigo; a criança doente que vinha nos braços da mãe para que eu ajudasse a procurar um médico. Enfim, a escola tornou-se o centro da comunidade. Para mostrar a importância disso, naquela época faltava muita água no Rio de Janeiro e, por orientação dada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, quando não houvesse água, se fecharia a escola. Nunca fechei, porque os pais carregavam latas d'água na cabeça, diariamente, antes de ir para o trabalho, para encher a cisterna da escola. Eles é que pintavam a escola, eles me ajudavam em tudo. O trabalho que fizemos lá é que me levou à Secretaria de Educação e Cultura no governo Carlos Lacerda. No dia 20 de agosto de 1960, o jornal informava que o então candidato ao governo da Guanabara, o deputado Carlos Lacerda, ia visitar o Morro do Salgueiro. Recebi um telefonema do meu chefe de Distrito, Antônio Malincônico, dizendo que estava proibida pela Secretaria de Educação de receber a visita do deputado Carlos Lacerda.

Quem era o secretário de Educação na época?

Eu me lembro do diretor do Departamento de Educação Primária, que era o prof. Álvaro Palmeira. A ordem veio do Departamento de Educação Primária. Disse a ele, ao telefone, que lamentava muito, mas a minha escola era aberta e que o receberia. Só me comprometi a não dizer que era lacerdista. Não o conhecia, mas tinha grande admiração por ele. No dia 20 de agosto, era um sábado à tarde, estava fazendo recreio com as crianças. Durante o recreio ficava com eles no pátio, enquanto as professoras merendavam.

E, de repente, por volta das 3 horas da tarde, entra Carlos Lacerda e uma grande comitiva. Não só de políticos, mas do proprietário da casa da escola, sr. Almeida Valente, e de muitos moradores. Ele entrou e me dirigi para recebê-lo. Ele disse: “Vim aqui para conhecer dona Terezinha Saraiva.” Eu disse: “Sou eu !” Ele me disse: “Do primeiro ao último barraco que visitei, só ouvi um nome. Quero conhecê-la, conhecer a escola que a senhora administra.” Ele entrou, percorremos a escola toda. Tenho várias fotografias. Na saída, ele disse: “A senhora tem um caderno onde eu possa fazer um registro de minha visita?” Eu só tinha o caderno de visita do chefe de Distrito Educacional. Pensei: “Não posso ceder esse

caderno de registro!” Peguei um caderno meu e ele escreveu. Tenho isso guardado. No livro que publiquei em 2004, conto isso, inclusive o registro que ele escreveu. Ele dizia, mais ou menos, que havia encontrado naquela escola os ideais que tinha sobre Educação. Que se acontecesse alguma coisa com ele, nós iríamos trabalhar muito pela Educação na Guanabara. E saiu, era um sábado...

Na segunda-feira, a *Tribuna da Imprensa* relatou, em uma matéria de página inteira, a visita do candidato à escola primária do Morro do Salgueiro, com o retrato nosso em uma sala de aula. O título era: “Lacerda encontra no Salgueiro professora com os seus ideais.” Fui chamada ao Gabinete do chefe de Distrito. Ele disse: “Professora, a senhora desobedeceu a uma ordem da Secretaria. Nós vamos transferi-la da escola no fim do ano.” Voltei para a escola muito entristecida, porque a escola representava muito em minha vida. E, na segunda-feira mesmo, estava fazendo a entrada das crianças no portão da escola. Todos os moradores que passavam perguntavam assim para mim: “A senhora é lacerdista?” Eu respondia uma única coisa: “Sou!” O morro era todo petebista, cujo candidato era o Sérgio Magalhães.⁴

Carlos Lacerda dizia depois, quando foi eleito, toda vez que se encontrava comigo em qualquer solenidade pública: “Essa moça, embora não seja política, foi o maior cabo eleitoral que tive, porque não perdi um voto sequer nas urnas do Morro do Salgueiro.” Foi assim que cheguei depois à Secretaria (de Educação). Minha vida começou nessa escola, onde fiquei 15 anos. Carlos Lacerda foi eleito, fui chamada pelo professor Flexa Ribeiro, com quem ele já tinha um compromisso para ser seu secretário de Educação, que, aliás, fez uma bela administração. Fui trabalhar inicialmente em um Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Primário. Havia 100 mil crianças fora da escola, naquela época, em 1961. Estudamos a melhor ocupação das escolas e com isso conseguimos matricular muitos excedentes; criamos o rodízio semanal, construimos salas nas escolas que dispunham de espaço; criamos as Classes em Cooperação. Em um ano conseguimos absorver 35 mil dos excedentes.

No ano seguinte, em 1962, o governador já decretava a Obrigatoriedade Escolar na Guanabara e aparecia, na época de matrícula nas escolas, um cartaz: “Há vagas nesta escola.” Conseguimos colocar todas as crianças na escola. Depois fui ser diretora do Departamento de Educação Primária, em 1964. Mas, primeiro, fui chefe do 20º Distrito Educacional, em Jacarepaguá. Um dia, em 1965, toca o telefone de minha casa, era feriado, meus filhos eram pequenos, tinham oito, dez, 12 anos. Era o prof. Flexa Ribeiro perguntando se eu podia ir ao Palácio Guanabara. Disse que lamentava não poder ir, porque tinha dado folga à minha copeira, que era babá das crianças. Aí, ouço no telefone a voz do governador Carlos Lacerda, me dizendo: “Professora, vou quebrar o protocolo e fazer um convite pelo telefone: A senhora quer ser minha secretária de Educação?” Eu disse: “Se for para ajudá-lo, sim. Ele completou: “Esse lugar era seu, desde que a conheci na escola do Salgueiro, mas eu já tinha um compromisso.”

O compromisso era com o Flexa Ribeiro?

O compromisso era com o Flexa Ribeiro! Ele já tinha me nomeado chefe de Distrito Educacional, diretora do Departamento de Educação Primária e agora secretária de Educação e Cultura. Essa fase vou ter que contar rapidamente. Foi uma das coisas mais bonitas que vivi. E a vida foi muito pródiga de coisas boas comigo. Era um dia de junho. Naquele tempo tinha inverno, agora não tem. Tinha caído a noite e fui ao Palácio. A posse estava marcada para as 17 horas, e fomos eu, meu marido, minha mãe, minha professora primária, Maria Luiza Larquê, e muitas outras pessoas. Lacerda tinha ido a São Paulo, tinha se atrasado. Ficamos aguardando. Chegou por volta das 18 horas acompanhado, também, de diversos políticos. Dirigiu-se à sala em que eu estava e disse: “Professora, a senhora está preparada?” Eu falei: “Estou!” E ele disse: “Então, vamos!” Eu me levantei e me dirigi para a sala das posses, que era o Salão Verde. Ele me disse: “Sua posse é nos jardins internos do palácio, pois tem mais de três mil pessoas para assistir à senhora tomar posse.” Eram as professoras primárias da Guanabara que estavam lá, em apoio à professora primária que assumia a Secretaria de Educação. Quando cheguei com ele, na varanda dos fundos do Palácio Guanabara, era um mar de pessoas e, lá no fundo, vi uma quantidade de pessoas afrodescendentes, com uma frase escrita: “O Salgueiro saúda a sua professora.” Foi um momento muito marcante na minha vida. Tantos anos, foi em 1965, e eu realmente nunca esqueci esse momento. Essa foi a primeira vez em que fui secretária de Educação e Cultura.

Depois, a senhora assumiu a Secretaria de Educação e Cultura, na época do Marcos Tamoyo.

Antes de o governador Carlos Lacerda deixar o governo, ele me chamou e disse: “Professora, a senhora se expôs demais.” Porque eu fazia comício em palanque, programas de televisão. Ele me pedia e eu fazia, contra a vontade do meu marido, mas fazia. Ele disse: “A senhora não vai poder ficar, porque a senhora se expôs demais.” Eu falei: “Governador, não posso pensar em me aposentar, não tenho nem 40 anos!” Eu tinha 23 anos e meio de serviço e nunca tinha tirado licença especial. Naquele tempo não tinha conjugação de idade com tempo de serviço. Ele falou: “A senhora vai se aposentar!” E me aposentei em dezembro de 1965.

Em 1966, levei o ano todo procurando trabalho, primeiro porque era muito moça ainda, com muita vontade de trabalhar, e com três filhos para criar. Não consegui emprego em lugar algum pela ligação que tinha de amizade com o governador Carlos Lacerda. Em 1967, procurei o Hélio Beltrão,⁵ que era um amigo de mocidade, que tinha sido meu companheiro no governo Carlos Lacerda e era, naquele tempo, presidente do Grupo Ultra, da Mesbla.⁶ E me lembrei de procurá-lo para saber se tinha alguma coisa que eu pudesse fazer. Ele disse: “Você não está trabalhando?!” Eu disse: “Não!” E ele: “Um absurdo! Olha, no momento não tenho nada aqui, mas vou ser ministro do Planejamento do presidente Costa e Silva e seguramente vou ter uma oportunidade para você.”

E assim que ele foi eleito, fui para o Ipea,⁷ que naquele tempo era no Rio de Janeiro. E acabei coordenando a área de Educação do Centro Nacional de Recursos Humanos do Ipea. Lá foi a minha grande escola de planejamento. Trabalhei lá de 1967 a 1972. Em 1972, fui convidada para ser secretária executiva adjunta do Mobral⁸ nacional. Lá realizamos um belo trabalho de alfabetização de jovens e adultos, em todo o Brasil. Depois do Mobral, fui ser Assessora de Gilson Amado⁹ no Centro Brasileiro de Televisão Educativa.

Quem a convidou para o Mobral?

Para o Mobral foi o Ministro Jarbas Passarinho, que também convidou o dr. Arlindo Lopes Corrêa, com quem eu trabalhara no Ipea. Ele era secretário executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos e eu era coordenadora da área de Educação. Ele foi inicialmente secretário executivo do Mobral e eu, secretária executiva adjunta. Depois, o prof. Mario Henrique Simonsen¹⁰ foi ser ministro e o Arlindo passou a ser presidente e eu, secretária executiva. Em 1974, saí em outubro do Mobral, onde estava desde 1972. E aí criou-se o Grupo da Fusão.

Quem integrava esse grupo?

Esse grupo era constituído por várias pessoas, de várias áreas. Nós nos reuníamos no antigo Palácio Itamaraty, na Marechal Floriano. Lá se reuniam as pessoas que planejaram a Fusão em cada uma das áreas. O meu grupo era coordenado por Myrthes Wenzel, que depois seria secretária estadual de Educação e Cultura do Rio de Janeiro.

O prefeito Marcos Tamoyo disse que não participou desse grupo.

Não, não. Ele nem pensava nisso! Eu trabalhava na TVE. Martinho Carvalho, que foi meu diretor do Departamento de Cultura, que é um dos grandes artífices do Arquivo, indicou o meu nome ao almirante Faria Lima¹¹ para participar do Grupo de Trabalho, no grupo da Educação. Quando cheguei ao grupo, de novembro até março, eu defendia a criação de uma Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Município do Rio de Janeiro, mas não secretarias autônomas. Eram subsecretarias do Estado, não tinham estrutura de secretaria, essa figura não existia. Eu lutava por isso, mas não tinha muita ressonância no Grupo. Afinal, dois dias antes de terminar o trabalho, cada grupo tinha que entregar um documento ao Ronaldo Costa Couto,¹² que era o coordenador de todos esses grupos. Ele foi o secretário de Planejamento do governador Faria Lima. Ele tinha que receber um documento de cada grupo, propondo as medidas para a implementação das secretarias estaduais.

Na véspera, sentei à ponta de uma mesa onde trabalhávamos e disse: “Vamos propor a estrutura de uma Secretaria Municipal de Educação no Rio.” Como não havia uma unanimidade no grupo, a prof.^a Myrthes disse: “Então, você senta aí e escreve!”. Jamais imaginaria, a tal altura, que ia ser secretária. Sentei à mesa com Hélio Ribeiro, que era um técnico do MEC que fazia parte do grupo, com Leonel Bogéa, que fazia parte também, e

criamos o que viria a ser a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, com suas atribuições. Lutei pela municipalização do ensino de primeiro grau. Coisa que, 13 anos depois, a Constituição determinaria: que os municípios assumissem o ensino fundamental. Então, nós nos antecipamos 13 anos à Constituição de 1988.

Quem compunha esse grupo?

No grupo da Educação eu me lembro bem de todos. Mas, de um modo geral, todos os secretários, da área do governador Faria Lima, eram os coordenadores dos grupos. Então, tinha o do Planejamento, que era o Ronaldo Costa Couto, tinha o Josef Barat,¹³ e muitos outros. O documento apresentado com uma proposta de estrutura de uma Secretaria Municipal foi o documento do Grupo de Educação e Cultura.

Não tinha Secretaria Municipal de Planejamento?

Depois.

Ao definir a Secretaria de Educação e Cultura como municipal, as outras todas a seguiram?

Sim! Foi uma luta muito grande que tive, era uma tese que defendia no Conselho, o da municipalização do ensino fundamental, pois, nesse tempo, era conselheira do Conselho Federal de Educação. Achava que era um passo para a universalização do ensino. Quero dizer isso com muita tranquilidade: fui muito mais eficiente como secretária municipal do que como secretária estadual da Guanabara. Você está no município, você está próxima das pessoas com quem você vai trabalhar, conhece as necessidades, as prioridades, vê os resultados.

O Estado é uma abstração, o município é uma realidade...

Exatamente! Então, nós acabamos a nossa tarefa e entregamos o documento, que foi modelo para a criação de mais secretarias municipais do Rio. A prof^a. Myrthes Wenzel só fez uma exigência: “Eu só não passo para vocês o Instituto de Educação.” Eu disse: “Acho que é um engano seu, primeiro porque lá se formam pessoas para trabalhar com o município, como professoras. E, além disso, acrescentei, será a única escola primária que vai ficar fora do Sistema Municipal de Educação.” Mas ela não abriu mão do Instituto. Como não abriu mão de nenhuma casa de cultura da antiga Guanabara. O município ficou apenas com 17 bibliotecas municipais – que eram as bibliotecas que existiam, quase sem livros –, duas bibliotecas volantes e o Planetário. Mais nada. Teatros, salas de cultura, tudo ficou no Estado, inclusive o Theatro Municipal. Quer dizer, é uma aberração, mas ficou no Estado.

Deixe-me voltar. Eu me lembro sempre de as pessoas comentarem sobre a experiência de tomar posse no Maracanã, em 1965, como professora. Queria, também, que

a senhora comentasse a questão dos concursos para professor, porque acho que, no fundo, o governo do Tamoyo seria um governo de professores.

Veja bem! Vou voltar aqui para responder à sua pergunta. Quando estudei, durante muitos anos, a única escola que formava professores primários era o Instituto de Educação. Depois, começaram a aparecer escolas particulares que tinham o Curso Normal, e o próprio governador Lacerda criou outras escolas normais: Azevedo Amaral, Sara Kubitschek, Júlia Kubitschek e Heitor Lira. Quando estudávamos no Instituto, a nossa entrada era automática no quadro de funcionários do Distrito Federal de então. Quando apareceram outras escolas normais, começou a haver concurso para poder entrar no serviço público, para ser professora.

Então, aconteceu, em 1965, de várias turmas das escolas normais oficiais, criadas por Carlos Lacerda, escolherem um dia único para a formatura no Maracanãzinho. Lacerda já tinha se afastado do governo do Estado. Afastou-se um mês antes e deixou Rafael de Almeida Magalhães, que era o vice-governador, no lugar dele. Lacerda foi escolhido paraninfo e fui escolhida, por ser secretária de Educação, para ser a oradora de todas as formandas, das cinco escolas normais estaduais. Tenho tudo isso guardado em álbuns. Minha mãe colecionava toda a minha vida desde minha formatura e coleciono até hoje, depois que ela faleceu. Tenho tudo isso guardado. Bom, então, apareceram as escolas normais oficiais, mais as particulares, e passou a ter concurso para professores. Quem introduziu o concurso no serviço público foi o Carlos Lacerda. Foi no seu governo que começaram a ser admitidos, por concurso, os profissionais para trabalharem no governo do Estado. Porque antes não era assim.¹⁴

Na época do Getúlio (Vargas) não era por concurso?

Não, o concurso público começou com o Lacerda.

O DASP¹⁵ vai organizar o serviço, mas não abre concurso. Então, como era feito o recrutamento na época do Getúlio?

Era por indicação política, como ainda é, até hoje, em alguns estados e municípios.

Retornando à questão da Fusão, como eu estava dizendo, até hoje se discute...

Aí, acabou o Grupo da Fusão. Voltei a trabalhar na TVE, e era do Conselho Federal de Educação. Um sábado à noite, antes de ir para o Conselho Federal – porque eu viajava domingo à noite e voltava na sexta –, recebi um telefonema. Era uma voz de homem e dizia assim “Adivinha com quem está falando!”. Eu disse: “Fale um pouco mais porque não estou reconhecendo a voz!” Ele disse: “Vou dizer uma frase e você vai saber quem está falando. Nós dois já fizemos comício em praça pública, com lenço azul no pescoço.” Falei: “Tamoyo!”

Eu não via Tamoyo desde 1974. Ele tinha sido secretário de Obras de Carlos Lacerda e eu, secretária de Educação e Cultura. Na época em que fui secretária de Educação, ele

substituiu o Enaldo Cravo Peixoto,¹⁶ que era secretário de Obras, e fizemos uma bela amizade, mas não o via desde 1974. Ele me disse: “Acabei de ser convidado para ser prefeito do Rio de Janeiro. Você é a minha secretária de Educação!” Eu disse: “Tamoyo, já estou afastada disso há tanto tempo... Trabalhei na área federal.” Ele disse: “É você, só entrego a você!” Eu disse: “Olha, tenho algumas condições. Só vou dizer o seguinte: vamos fazer um trabalho muito mais bonito do que fizemos à época do governador Carlos Lacerda, porque hoje tenho mais experiência, passaram-se dez anos.”

O Conselho Federal foi uma grande escola para mim. Eu tinha participado, inclusive, da elaboração da Lei nº 5.692, que estava em plena vigência de aplicação. “Vamos fazer um belo trabalho. Quero dizer a você que participei do grupo da Fusão – e ele nem sabia disso – e que defendi a criação de uma Secretaria Municipal de Educação que foi o modelo seguido por todos os outros depois. Defendi uma tese que foi a municipalização do ensino fundamental.” Ele disse: “Tudo bem. Isso significa que vamos ter cerca de 700 escolas, trinta e poucas mil professoras! Por enquanto você não anuncia a ninguém, porque acabei de receber o convite agora. Você é a primeira pessoa com quem estou comentando!” Fiquei quieta e no dia seguinte embarquei para Brasília. Quando voltei de Brasília tinha uma nota no jornal: “A secretária de Educação e Cultura do Rio de Janeiro é a prof^a. Terezinha Saraiva.” Ai, nos encontramos no gabinete de trabalho dele. Ele tinha uma empresa de Terraplanagem.¹⁷ Estava lá o Serôa. Ele me disse: “Quero apresentar a você o meu segundo, vai ser o chefe de Gabinete, vai trabalhar no governo: César Serôa da Mota!” Eu ainda não o conhecia pessoalmente. Conversamos um pouco e levei para ele o modelo de Secretaria Municipal, as atribuições que eu havia colocado no papel. Depois, ele tomou posse como prefeito do Rio, no dia 15 de março de 1975. E nós não tínhamos lugar para ficar, não tinha espaço para que a secretaria se acomodasse. Nenhuma secretaria! Tem até uma crônica bastante interessante do Carlos Eduardo Novaes, imaginando o Tamoyo em um banco de praça, dizendo assim: “Terezinha, vem cá despachar!” (risos). Tenho uma história guardada muito interessante de tudo isso aí! Então, o Emílio Ibrahim,¹⁸ que tinha sido secretário de Obras do Estado, cedeu o andar que ele ocupava na Erasmo Braga, 118, para ocuparmos.

Ah, mas ao telefone disse a ele: “Tenho três coisas para lhe pedir, para que aceite seu convite. Ele disse: “Diga lá!” E eu: “Primeiro, toda a prioridade para a Educação; segundo, liberdade para escolher minha equipe técnica; terceiro, nenhuma influência política na Secretaria!” Ele falou: “Tá na mão.” Era uma expressão que ele usava muito. E cumpriu isso religiosamente até o final da minha administração. Quando algum político ia a ele, dizia: “Com a Terezinha tenho um compromisso. Na área dela, não!” Então, trabalhei com total liberdade. Escolhi as 52 pessoas com quem já tinha trabalhado e compusemos um grupo que ocupava uma sala de 12 m², um salão que eu dividia com o Paulo Aquino,¹⁹ que ia ser o secretário de Administração. Então, nesse lugar, o sexto andar era ocupado pelo Tamoyo, o Serôa, o Paulo Aquino, eu e o Alfredo Machado,²⁰ que iria ser o secretário de Turismo. Os outros, cada um se ajeitou em um lugar para poder trabalhar. O prefeito

comprou logo depois a antiga Embaixada da Inglaterra e lá instalou a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Professora, o Tamoyo foi uma escolha do Hélio Beltrão? De quem ele foi indicação? Do Geisel ou do Faria Lima?

Nem de um nem de outro! Eu sei, mas acho que não devo revelar.

Vamos voltar às realizações. E as bibliotecas?

No meu tempo eram 17.²¹ Compramos alguns prédios para instalarmos bibliotecas. Criamos algumas bibliotecas, equipamos com livros que há anos e anos não eram recebidos. E o Arquivo da Cidade, que consegui que ficasse conosco.

Por quê? Também tinham interesse...

Não. Por que lutei pelo Arquivo da Cidade? Porque eu tinha uma dívida que não consegui cumprir como secretária de Carlos Lacerda. Quando ele me ligou, convidando para ser secretária, ele disse assim: “Sobre Educação não tenho nada a dizer à senhora. Na área da Cultura queria três coisas, que a senhora se compromettesse comigo. Recuperar o Teatro João Caetano, que está abandonado; criar um Museu do Primeiro Reinado, na Casa da Marquesa de Santos, então abandonada; e acomodar o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.” Quando cheguei à Secretaria de Educação e Cultura do Município do Rio, tinha uma preocupação que não consegui resolver: o Arquivo.

Era uma preocupação desde 1965?!

Desde 1965! Havia uma ideia, do professor Flexa Ribeiro quando secretário: colocar o Arquivo no Jardim da Infância Campos Salles, no Campo de Santana, transferindo as crianças para uma escola próxima. Nesse tempo, eu estava assumindo a Secretaria, então fiz a reunião. O prédio fora construído para atender a crianças de quatro, cinco, seis anos e não tinha instalação para ser um arquivo. Mas fui fazer a reunião. Foi a primeira coisa que fiz como secretária. Mas nem os professores da Escola Campos Salles aceitaram, nem os pais das crianças. Eu também não estava convencida de que aquela solução era a melhor.

Bem, saindo dali, fui conhecer onde estava o Arquivo. O Arquivo estava, depois de muitas andanças – em três salas, que ficavam em São Cristóvão, perto da Quinta da Boa Vista, em cima da gráfica, que era do Estado na época, depois passou a ser do Município, e de uma oficina de consertar móveis das escolas. E lá estavam três salas com o que restava do Arquivo. O tempo, as mudanças, os vidros que tinham quebrado, a água que entrava quando chovia, deterioraram os documentos. Lá estavam os daguerreótipos do Malta, todos com fungos; lá estavam os desenhos do Lucílio de Albuquerque, até rasgados, dentro de um canudo. Um dia, abri um dos canudos e vi os desenhos rasgados, e os documentos todos muito deteriorados. Fiquei impressionada e levei o tempo que fiquei na Secretaria de Educação e Cultura na Guanabara procurando uma maneira de salvar aquilo, e não encontrei.

Quem dirigia o Arquivo?

Lembro! Marcello Moreira de Ipanema. Passaram-se dez anos. Em 1975, assumo a Secretaria e digo assim: “Onde está o Arquivo da Cidade?” Estava no mesmo lugar. Fui lá, na mesma hora, acompanhada por Martinho de Carvalho, diretor de Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, e Walter Cunto,²² que era meu assessor de Comunicação. O comandante Martinho foi, de fato, o secretário de Cultura, enquanto eu cuidava da Educação.

O acervo do Walter Cunto sobre o Lacerda foi entregue ao Arquivo em 2006.

Foi. Recapitulando, fui com ele (Martinho de Carvalho) e o Walter Cunto ao local em que o Arquivo estava, que era o mesmo de dez anos atrás. Claro que as condições dos documentos eram piores ainda. Saí de lá e fui direto falar com o Tamoyo, que estava no Palácio da Cidade. Falei: “Tamoyo, nós temos que assumir hoje um compromisso com a Cidade do Rio de Janeiro.” Conteí essa história toda de 1965 e ele falou: “Vamos cumprir isso! Então, a primeira coisa a se fazer é arranjar um terreno, que seja um lugar acessível.” Ele disse: “Mas vou cuidar disso, de conseguir uma permuta de um terreno!”

Sabe qual foi o terreno permutado?

Não sei como ele conseguiu. O Serôa deve saber. E aí, ele conseguiu aquele terreno ao lado dos Correios e convidou os irmãos Edson e Edmundo Musa para fazerem o projeto. E a Secretaria de Educação mandou à Espanha Martinho de Carvalho e Lia Temporal Malcher para fazerem um curso de arquivo. E eu consegui com o ministro de Educação e Cultura, Ney Braga,²³ os recursos para a construção. Foi a Secretaria Municipal de Educação e Cultura que forneceu as especificações aos irmãos (Edson e Edmundo) Musa para fazerem o projeto arquitetônico, atendendo às condições necessárias para o Arquivo: climatização, enfim, tudo o que era necessário.

Fui ao Ney Braga, que era muito meu amigo. Eu disse: “Ministro, preciso que o senhor me ajude a cumprir uma dívida que tenho com a minha Cidade.” Ele disse: “Pois não! Vou te dar 40” – naquele tempo, nem sei mais qual era a moeda, mas me deu, acho, 40 mil reais, 40 mil cruzeiros... Sei que era uma quantia substancial. Cheguei ao Rio e falei: “Tamoyo, consegui o primeiro dinheiro para o Arquivo, para a construção.” Imediatamente a construção começou. Claro que os 40 mil não davam para terminar o Arquivo. O prefeito foi tirando recursos de outras obras do município para a construção do Arquivo. Ele assumiu um compromisso comigo: a obrigação de devolver à cidade a sua história, o seu arquivo. Diariamente íamos, ele um dia, eu outro, Martinho outro, e o Orlando Feliciano Leão,²⁴ que era o secretário de Obras, outro, visitar a obra. Queríamos inaugurar antes de deixar o governo.

Assim nasceu o prédio que vocês, hoje, dirigem com todas as condições naquela época exigidas para receber o acervo. Enquanto isso, uma equipe recuperava todos os documentos. Contratamos, inclusive – Martinho tomando conta de tudo! –, um alemão para tirar

os fungos todos dos daguerreótipos do Malta, e assim fomos tentando recuperar tudo o que foi possível. No dia 14 de março de 1979, no último dia de nossa administração, nós, extremamente emocionados, erguemos as bandeiras, inaugurando o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

De onde vieram as especificações técnicas de arquivo que embasaram o trabalho dos irmãos Musa?

Bom, primeiro da Espanha, Martinho e Lia trazendo; de Marília Pinto, que era minha assessora de Obras, e que também buscou informações. O Martinho lutou muito por isso e, como eu disse a vocês, o Arquivo deve imensamente a ele. Ele está doente, mas está vivo. Naquele dia da doação do acervo de Walter Cunto, sobre o governo de Carlos Lacerda, ele foi comigo.

Vamos tentar falar com ele...

Tentem falar! Porque ele merece uma grande homenagem do Arquivo. E façam isso, não demorem muito!²⁵

Depois da construção do prédio, quer dizer, foi o último dia de gestão, então...

Nesse dia, Tamoyo doou ao Arquivo todas as gravações, todo o acervo dos quatro anos do governo dele.

O acervo ficou parado desde então, mas nós conseguimos colocar nos orçamentos a recuperação dessas fitas, estamos digitalizando. Existem 140 fitas de rolo que nunca se ouviu, e, em dois meses, nós ouvimos todo esse material. Acessando a Internet, na página do Arquivo, estão os resumos que fizemos das fitas e disponibilizamos para os usuários. Ia fazer uma pergunta a respeito de uma política de arquivo para a instituição, mas vocês não tiveram tempo de desenvolver isso...

Não, não! A Lia Temporal Malcher ficou como diretora. Ela evidentemente tem alguma coisa a falar a vocês.

Por que a escolha da Lia Malcher?

A Lia era nossa chefe de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Ela trabalhava na nossa equipe de cultura e tinha todo o perfil para poder assumir a direção do Arquivo. E fez um belo trabalho.

Uma coisa interessante que o Tamoyo menciona é o seguinte: “Eu mandei alguns técnicos à Espanha – o Martinho e a Lia – porque eu acho que quem deve tomar conta dos arquivos são os arquivistas, e não os historiadores.”²⁶ Qual a sua opinião sobre essa questão?

Acho que deve ser uma equipe multiprofissional...

O que me surpreende, professora, é como em quatro anos de governo se pôde montar uma estrutura para essa Prefeitura, que saiu do nada, como se tivesse uma grande quantidade de dinheiro circulando nessa cidade e que depois não se viu mais!

Veja, você, uma coisa importante – o governo Tamoyo – lembra-se que eu disse a ele pelo telefone: prioridade para Educação? – nós aplicamos 52% da receita tributária na Educação, quando a Constituição mandava aplicar 25%. Ele fez realmente da Educação o carro-chefe do governo dele. A administração Tamoyo foi boa em três áreas. A Educação foi um trabalho muito bom, conhecido no Brasil inteiro. Por força disso, recebi duas comendas internacionais; tenho as Palmas Acadêmicas do governo francês e também a Ordem do Libertador,²⁷ da Venezuela, pelo trabalho realizado na Secretaria. E todos foram bons. O Felipe Cardoso²⁸ foi excepcional na Saúde. Todos fizeram um grande trabalho. Mas o Tamoyo era um incentivador, uma criatura extraordinária. Ele foi o mais carioca dos cariocas que já conheci. Tinha um amor enorme por esta cidade, um orgulho... Ele disse para mim: “Eu quis ser prefeito, sim, fui convidado, naquela época não tinha eleição, mas eu queria ser prefeito da minha cidade.” Ele amava o Rio de uma maneira intensa, como não conheço em nenhum outro carioca.

Ele veio da SURSAN? Ele era topógrafo?

Ele era engenheiro. Trabalhou no Distrito Federal, na Guanabara, trabalhou na SURSAN, foi secretário de Obras de Carlos Lacerda e tinha a empresa própria dele, a Terraplanagem. E, depois, abriu com o Lacerda uma empresa – a Novo Rio – e aí foi ser prefeito. Ele tinha imenso orgulho de ser prefeito. No último dia, quando cheguei à minha casa, encontrei uma enorme cesta de flores com um cartão dele que dizia que a Prefeitura tinha realizado um grande trabalho, cujo carro-chefe fora a Educação. A cesta de flores vinha do chão até o teto do andar de baixo – de 2,70 metros. Ele era um ser otimista. Nunca vi um momento de desânimo nos impasses, na falta de dinheiro, nos embates políticos, e a própria ligação, que não foi muito fácil, com o governo estadual, porque não tinha sido escolhido pelo governador Faria Lima. O governador Faria Lima tratava-o muito bem, no entanto, não era uma relação fácil, administrativa e política, mas ele tinha um imenso amor e um imenso orgulho de ser prefeito. Nunca vi, em nenhum minuto, o Tamoyo decepcionado, desiludido, pessimista, achando que não ia vencer o obstáculo.

Ele dizia que o Rio, até o fim de 1976, chegaria a ter 800 escolas. Ele realmente construiu quantas escolas?

Nós construímos 1.569 salas de aulas, o que dá uma sala de aula por dia de governo: 56 escolas de ensino fundamental, da 1ª à 8ª série. Porque antes, no governo Carlos Lacerda, fizemos muitas escolas, 232 primárias e 40 ginásios. No dele (Tamoyo), fizemos 56 escolas novas, da 1ª à 8ª série, escolas grandes, de três andares. Recuperamos 22 escolas interditadas. Decretamos a Obrigatoriedade Escolar. Criamos o Serviço da Fiscalização da Obrigatoriedade Escolar, professoras iam às casas onde havia crianças fora da escola para matriculá-las.

O Centro Interescolar foi uma criação do governo Tamoyo?

Foi, foi! Foi uma ideia minha, mas dentro do governo Tamoyo. Eu era do Conselho Federal de Educação, como disse a vocês, e lutava – porque já tinha sido feito no Salgueiro – para que as crianças das últimas séries do Ensino Fundamental tivessem contato com o trabalho. Não propriamente com a profissionalização, mas uma sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho. Então, nós fizemos nas escolas novas as salas especiais: técnicas comerciais, agrícolas, educação doméstica. Depois, tive uma ideia. Eu disse: “Tamoyo, se a gente fizesse Centros Interescolares – tínhamos alguns terrenos por ali –, só com essa parte profissionalizante e as crianças de várias escolas frequentassem?” Fizemos nove Centros Interescolares. Nos Centros Interescolares, as crianças, de 7ª à 8ª série das escolas próximas, tinham toda a parte de iniciação para o trabalho, sondagem e aptidões. Também implantamos nos Centros Interescolares a intensidade de cursos de francês, de inglês e de português.

O perfil do funcionário era muito diferente, era um apoio para que essas iniciativas pudessem acontecer.

Mas não tão bom quanto em 1965. Quando cheguei, em 1975, já era um professor bem menos formado que o anterior. Tanto que, quando nós fizemos as Bases para o Ensino de 1º Grau, reuni minha equipe e disse: “Vamos reescrever as Bases. Os professores e os alunos já não são iguais aos de dez anos atrás.” Felizmente, a classe popular tinha entrado nas escolas. Eu visitava diariamente cinco escolas antes de ir para o trabalho. Reunia toda segunda-feira as diretoras de cada Distrito Educacional. Conversei com cada uma, sabia o nome de cada uma, discutia os problemas da escola com cada uma, dava inclusive um cartão que, dizem elas, guardam até hoje, dando a minha opinião sobre a visita que tinha feito, prometendo as coisas que podia cumprir etc. A formação dos professores foi caindo de qualidade.

A que a senhora atribui essa queda de qualidade?

Acho que uma das razões foi a seguinte: a professora Myrthes Wenzel adotou como critério para entrar no Instituto a carência financeira. Não é que queiramos ser elitistas. O Instituto de Educação nunca teve nada de elitista, mas tinha um elitismo social, cultural, iam para o Instituto pessoas que tinham realmente uma bagagem cultural, uma ambiência cultural, que conta muito nessa formação.

E um compromisso educacional.

E um compromisso com a qualidade da educação.

Havia concurso para entrar no Instituto?

Tinha, difícilíssimo. Eram, por exemplo, três mil candidatos para 225 vagas. Entrava-se na primeira série ginásial. Depois é que veio o concurso para o Normal. Quando entrei, tinha que fazer concurso para a 1ª série do ginásio. Lá, tínhamos cinco anos de ginásio, um

complementar e três de formação de professores. Nosso Curso Normal equivalia ao curso de Pedagogia de hoje. Queria dizer que quem passou a procurar o Instituto de Educação era outra classe social, sem ambiência cultural, sem uma bagagem de educação boa, e a escola foi caindo. Então, o que aconteceu quando a escola, acertadamente, abriu as portas democraticamente para receber todas as crianças de todas as camadas da sociedade... os professores recém-formados não estavam preparados para trabalhar com esses alunos. O que foi que aconteceu com o sistema de ensino? Os professores não conseguiram oferecer uma proposta pedagógica para aquela clientela que estava entrando na escola pública, vinda das camadas populares.

Sou de uma época, da Escola Prudente de Moraes, que tinha gabinete dentário.

A minha escola também. A do Morro do Salgueiro e muitas escolas primárias tinham.

O prefeito Marcos Tamoyo também tomou uma série de medidas que, na opinião dele, eram destinadas a alavancar a educação, algumas como a Gratificação por Regência de Turma e por Difícil Acesso.

A Constituição do novo Estado, após a Fusão, impedia que o Município do Rio pagasse mais aos professores do que o Estado. A proposta do governo Tamoyo de aumentar o salário do magistério não tinha base constitucional. Propusemos as gratificações. Primeiro, a Gratificação por Regência de Turma e a de Difícil Acesso, depois a Gratificação para Orientadores Educacionais e Supervisores Escolares. Nós colocamos em cada escola dois supervisores escolares e dois orientadores educacionais. Instituímos gratificações para diretora e diretora adjunta. Isso fez com que os professores do Município ganhassem mais do que no Estado. Sem ser salário, era uma importância a mais que eles recebiam.

Hoje não existe mais essa obrigação?

Não. Hoje a Constituição permite que o Município pague mais.

Se nós pensarmos em toda essa estrutura que a Prefeitura foi capaz de montar, deveria haver um investimento do governo federal para que isso se concretizasse, e também da iniciativa privada. A senhora pode nos contar sobre as relações que o prefeito estabeleceu e que teriam auxiliado no investimento que a cidade recebeu nesse período?

Penso que quem pode responder a isso é o Serôa. Gostaria de falar de um trabalho que fizemos em relação ao ensino particular. Acho absurda essa divisão entre escola particular e escola oficial. Eu tinha, inclusive, na estrutura da Secretaria, uma Comissão de Ensino Particular para supervisionar o ensino particular. Nós ajudávamos, criamos inclusive a Bolsa da Obrigatoriedade Escolar. O que era isso? Para a criança que não conseguia uma vaga até dois quilômetros de sua casa, a Prefeitura pagava integralmente uma bolsa em escola particular.

Instituiu também o transporte gratuito para todas as crianças?

Todas não, as que moravam a uma distância de mais de dois quilômetros da escola em que estudavam. Tudo isso nós levantamos por ocasião do Censo Escolar.

Como funcionava?

Era o passe escolar. Nós o adquiríamos, cada diretor entregava às crianças que iriam usá-lo. A Secretaria tinha uma Comissão de Assistência ao Educando que coordenava a compra e a distribuição dos passes escolares.

A senhora achava que a Secretaria, juntando Educação e Cultura, trazia algum tipo de problema?

Ao contrário, sou favorável a que a Secretaria englobe Educação e Cultura, pois elas se complementam.

Não acha que os recursos são mais direcionados para a Educação em detrimento da Cultura?

Não, não! Um exemplo é o nosso. Fomos ampliando os recursos para as ações na área da Cultura a cada ano. Não foi só o Arquivo. Não foram só mais bibliotecas e aquisição de livros. Nós criamos a Casa de Cultura Guiomar Novaes e a Casa Laurinda Santos Lobo.²⁹ Reformamos o Solar Dom João VI,³⁰ de Paquetá. Compramos várias casas para colocar as bibliotecas. E, na Cultura, desenvolvemos 42 projetos a céu aberto. Eu disse ao Comandante Martinho: “Não temos espaço físico, vamos fazer cultura nas escolas e a céu aberto.”

Criamos o Palco sobre Rodas. Ele conseguiu comprar uma carroceria de caminhão, montou um palco que chegava às praças. E lá aconteciam todas as manifestações de cultura, participando não só os artistas que levávamos, como pessoas das próprias comunidades que subiam ao palco para cantar, tocar. Fizemos 42 projetos na área cultural. Um dos mais interessantes era “O autor vai ao livro.” Reunimos nas bibliotecas autores de livros que os alunos liam nas escolas para discutir com os alunos os livros deles. Como, por exemplo. Fernando Sabino, Maria Alice Barroso, José Cândido de Carvalho e outros.

Professora, voltando especificamente para a sede antiga do Arquivo, quem eram as pessoas que o compunham? A senhora conseguiu levar mais pessoas?

Não, aproveitei a equipe do Marcello de Ipanema. Depois que fizemos o Arquivo, o diretor do Departamento de Cultura e a diretora do Arquivo compuseram o grupo que iria trabalhar no Arquivo. Dei total liberdade para cada diretor-geral, cada diretor de Distrito Educacional, cada assessoria, para que escolhessem a sua equipe de trabalho. Nunca indiquei ninguém para ninguém.

Após a Proclamação da República, quando foi criado o Arquivo do Distrito Federal, ele foi colocado subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito. Depois, ele foi

descendo na estrutura administrativa, e muitos consideram que isso constituiu um entrave para o desenvolvimento das atividades e das finalidades do Arquivo. O que a senhora acha?

Não sei dizer a você. Nunca parei para pensar nisso. Mas acho, por exemplo, que a existência do Arquivo se deve ao fato de que uma secretária, fosse qual fosse, por acaso fui eu, tivesse interesse no assunto, conseguisse um espaço físico adequado para receber a história da cidade. Quer dizer, o Arquivo não teve uma colocação hierárquica mais baixa porque ficou ligado à Secretaria de Educação e Cultura e hoje é ligado à Secretaria de Cultura. Não sei se ligado à Prefeitura ele teria tido a prioridade que demos a ele.

A natureza do Arquivo é exatamente preservar essa documentação produzida por todas as secretarias. Quando há uma dificuldade de comunicação com as secretarias, por causa da questão hierárquica, isso pode constituir um entrave para o recolhimento. Repare que o arquivo chama-se Arquivo Geral da Cidade, não é Arquivo Geral da Secretaria de Educação. É Arquivo Geral da Cidade, portanto, ele serve a todas as secretarias.

É uma longa batalha interna, que em algum momento tem que começar. Vamos fazer um Censo da Prefeitura para saber quanto existe para recolher. E, aos poucos, acredito que mudando a imagem que o Arquivo tem, interna e externamente, consiga-se trazer essa documentação. Acho que isso é um trabalho lento...

Inclusive, quando ele foi inaugurado, todos os secretários estavam presentes. E ele tem o nome Arquivo Geral³¹ – o Tamoyo fez questão de colocar esse nome, a ideia foi dele –, Arquivo Geral da Cidade.

A ideia é de que o Arquivo é de toda a administração pública. Havia também uma preocupação de recolhimento de arquivo privado ou só dos arquivos produzidos pela Prefeitura?

Não, nem houve tempo para isso. Inauguramos o Arquivo no último dia da administração. Quer dizer, não tivemos tempo de discutir junto a outras secretarias que o destino dele era receber a história de todas elas.

Isso deveria ter sido feito pela administração seguinte...

Exatamente! Foi Israel Klabin. E o Arquivo continuava ligado à Secretaria de Educação e Cultura.

Exatamente, agora continua ligado à Secretaria Municipal das Culturas.³² Houve ainda uma polêmica com relação à merenda escolar na época do governo Tamoyo. Como foi isso?

Foi uma coisa muito desagradável, mentirosa e gratuita.

Abriam-se os jornais e só se falava sobre isso!

O vereador Romualdo Carrasco,³³ que eu conhecia há muito anos, tinha sido até professor de meus filhos no Colégio de Aplicação da UERJ. Dava-se muito bem comigo, inclusive ele foi diretor do supletivo na escola do Salgueiro em que eu era diretora na parte diurna. Sempre nos demos muito bem. Um belo dia, eu era secretária do Município, ele era presidente da Câmara de Vereadores. Ele começou a declarar aos jornais que a merenda dada pela Secretaria de Educação do Município estava contaminada por ratos.

Inicialmente, não demos importância maior, porque nós tínhamos consciência do trabalho, que era muito bem-feito. Tínhamos o Instituto Annes Dias,³⁴ que planejava e administrava a distribuição dos gêneros alimentícios e a confecção da merenda. O Instituto Annes Dias ficava em Botafogo. Nós o reformamos todo! Na época da Fusão, eu lutei para o Instituto ficar conosco, porque ele era o órgão encarregado da merenda da Secretaria Estadual da Guanabara. A diretora era Lisette Gomes Cruz. Tinha trabalhado como educadora alimentar quando fui chefe de Distrito Educacional em Jacarepaguá, em 1961. Eu a conhecia há muitos anos. Fez um belo trabalho. O Instituto Annes Dias possuía um quadro de nutricionistas. Nós tínhamos, em cada Distrito Educacional, alguém responsável pela merenda escolar. Tínhamos nas escolas, além da diretora, uma pessoa encarregada só da merenda escolar, além das merendeiras. Então, era muita gente tomando conta da merenda.

Os depósitos eram muito bem cuidados. Os estoques todos os dias eram conferidos. Mas ele começou a insistir nisso! Começou a insistir e a coisa começou a crescer! Reuni a minha equipe e sobretudo o Walter Cunto, que era meu assessor de Comunicação, e falei: “Estou certa de que devo dar uma resposta. Vou falar e vamos ver no que vai dar.” Aí ele (Romualdo Carrasco) foi ao programa do J. Silvestre,³⁵ em São Paulo. Liguei a TV e era ele no programa falando sobre isso. Que eu era responsável porque eu tinha no município quase 800 escolas que atendiam a quase 700 mil alunos, que eu estava distribuindo leite com rato desidratado. Desliguei a televisão.

No dia seguinte fui cedo para o Palácio. Pedi ao prefeito que mandasse requisitar a fita do programa J. Silvestre. O senhor Paulo Duque, que era o assessor de Comunicação da Prefeitura, providenciou. Ouvimos a gravação e o prefeito resolveu processá-lo. E aí a coisa ganhou uma dimensão muito grande. Começaram a aparecer no jornal notícias que eram implantadas pelo vereador Romualdo Carrasco. Diziam que as mães não queriam mais que as crianças fossem à escola com medo de que elas comessem merenda infectada pelos ratos.

No dia 17 de maio de 1977, fui à Câmara de Vereadores e falei por sete horas e meia. Todos os secretários estavam presentes. O plenário estava repleto. Muitos deputados que eram meus amigos, todos os vereadores, é claro, e merendeiras, pais de alunos, alunos, as técnicas alimentares, toda a cúpula da Secretaria. Quando as pessoas trazidas pelo Carrasco chegaram, não havia mais lugar para sentar, nem na galeria, nem no plenário. Cheguei à 1 hora da tarde, era a hora da convocação. O vereador Carrasco abriu a seção, e

passou a presidência à vereador Daisy Lúcidí.³⁶ Com apoio das transparências que levei, fui falando. Durante quatro horas falei sobre a merenda, desde a compra, a aquisição dos gêneros, a distribuição, os suprimentos em estoque, cardápio, tudo. Tenho isso tudo em *Diário Oficial*.

Quando acabou, era hora das perguntas do vereador Carrasco. E aí ele começou a fazer uma porção de perguntas. Depois que ele terminou, nenhum outro vereador falou. Respondi a todas as perguntas, até por volta das 19 horas... Quando acabou, ele reassumiu a presidência da Câmara dos Vereadores e perguntou: “Secretária, a senhora quer dizer alguma coisa?” Eu disse: “Quero!” Eu tinha escrito, na minha casa, a minha fala final. Fui aplaudida de pé por mais de 500 pessoas. Ele tinha mandado as taquígrafas irem embora. Ficamos lá até de madrugada para conseguir transcrever tudo, para ser publicado, no dia seguinte, no *Diário Oficial* da Câmara dos Vereadores. Mandamos um exemplar para cada escola do município. Quando terminou a sessão, cheguei ao gabinete do líder do governo, o vereador Eurípedes Cardoso de Menezes.³⁷ Ele me disse: “Liga para o Tamoyo, ele quer falar com você!.” Tamoyo falou: “Já tomei conhecimento de tudo o que aconteceu. Parabéns, sabia que você ia liquidar com isso, mas quero dizer uma coisa: ligue para o Chagas Freitas.” Liguei para o deputado Chagas Freitas, para agradecer porque ele havia reunido a bancada da Câmara do MDB e dissera: “Ninguém faça nenhuma pergunta à professora. Deixem o Carrasco falar sozinho, porque isso é uma mentira. Ela não merece isso.” Por isso é que ninguém fez mais nenhuma pergunta. Liguei para o deputado Chagas Freitas e agradei o apoio que me deu. Foi uma perturbação o que ocorreu, embora eu tenha podido restabelecer a verdade.

Professora, depois do governo Tamoyo, para onde a senhora foi?

No ano de 1979, fui convidada pelo ministro da Educação, Rubem Ludwig,³⁸ para ser secretária de 1º e 2º graus do Ministério de Educação. Não aceitei porque era em Brasília, eu tinha filhos ainda estudando, era muito difícil ir. Não fui. Tamoyo ficou muito triste porque não aceitei. Eu me lembro da conversa que tive com ele quatro dias antes de ele morrer. Liguei para ele para dizer que eu não tinha aceito. “Mas, Terezinha, por que você não aceitou?” Eu falei: “Tamoyo, quando cheguei lá, vi que não ia poder fazer absolutamente nada, pela grande influência política que existe no Ministério. Não entro em nada que não possa realizar!” Ele disse: “Você tem razão, o que aconteceu comigo e com você foi um descuido, não acontece duas vezes!”

Ele tinha vontade de se dedicar a quê?

De ser governador. Estava em plena campanha para ser governador, quando faleceu.

O que é interessante nesse governo é que, apesar de todas as dificuldades, construiu-se o prédio da Prefeitura, o Arquivo, a Marina, o Rio Centro, o Palácio da Cidade...

O Autódromo!

Compra-se o Palácio da Cidade, e ainda se tem a preocupação de fazer um inventário de todo o acervo de arte que se encontrava ali.

O prefeito Marcos Tamoyo publicou também muitos livros sobre arte. Vários, vários livros sobre arte, sobre a cidade. Ele fez um grande trabalho...

Tamoyo criou a Prefeitura itinerante ou essa ideia já existia antes?

Foi ele que criou, no último ano de governo. Então, o prefeito e os secretários deslocavam-se para as Regiões Administrativas. Íamos sempre eu, Felipe Cardoso, Orlando Leão, Serôa da Motta e, às vezes, iam outros secretários, porque os assuntos mais discutidos eram obras, saúde e educação. Íamos os três. O auditório ficava cheio com as pessoas da comunidade, que faziam perguntas diretas a ele e aos secretários. Ele respondia e despachava lá.

Marcos Tamoyo sempre frisava, nessas reuniões com as comunidades, que muitas coisas eram de responsabilidade do Estado. Ele sempre procurava esclarecer isso, não é? O que era responsabilidade municipal e o que era estadual...

É, exatamente!

A senhora diria que ele foi mais um técnico do que um político?

Acho que ele foi as duas coisas... Ele foi muito habilidoso. Uso a palavra “político” no sentido de “habilidoso”. Tamoyo tinha um enorme amor pelo Rio. Era uma pessoa obstinada, queria e fazia. Foi um grande técnico. Entregava a cada secretário a sua área. Ele nunca opinou sobre nada da minha área, nada. Levava as ideias a ele, ele concordava e eu colocava em execução.

A senhora sentia o apoio do governo federal?

Existia um apoio grande do governo federal. Até talvez mais do que do governo estadual...

Exatamente! Isso era sentido no cotidiano da Prefeitura?

Não sei se todos sentiam. Eu tinha uma aproximação muito grande com o prefeito Marcos Tamoyo. Conversávamos muito quando íamos despachar, todas as sextas-feiras.

Então, depois que terminou o governo a senhora teve esse convite...

Depois tive esse convite e não aceitei. Aí o ministro Ludwig convidou-me para voltar ao Mobral. Voltei a ser secretária executiva do Mobral. Depois o Hélio Beltrão me convidou para ser presidente da Funabem.³⁹ Fiquei na Funabem até 1985. Fui também do Conselho Federal de Educação, indicada pelo ministro de Educação, Jarbas Passarinho. Em 1980, deixei o Conselho Federal. Fui do Conselho Estadual, indicada pelo Chagas Freitas, e do Rio de Janeiro.

Em agosto de 1985, assumi a Diretoria de Desenvolvimento Social do Sesi/RJ, que tinha sob a sua responsabilidade a educação, saúde, lazer, alimentação e a parte jurídica dos centros de atividades do Sesi do Rio de Janeiro. Lá fiquei de 1985 a 1990. Em 1990, fui para a TVE. Fui a primeira diretora de Tecnologia Educacional da TVE. Lá é que fiz aquele programa “Salto para o Futuro”, o primeiro programa tele-educativo interativo do Brasil. Lá fiquei em 1991. Em 1992 saí, porque mudou o presidente. Voltei em 1993. Fiquei em 1994 e 1995. E aí fui ser Consultora do Senai do Rio de Janeiro. Lá, criei o Centro de Educação a Distância e fiquei até 1998. Em 1998 achei que estava na hora de parar. Parei três meses de trabalhar e quase morri! Fui então, em 1998, para a Multirio⁴⁰, ser assessora da professora Cleide Ramos,⁴¹ que era a presidente. Em 2000, vim para a Fundação Cesgranrio, convidada pelo prof. Carlos Alberto Serpa de Oliveira.⁴² E aqui estou até agora. Aqui, além de assessora do presidente, coordeno a área de programas sociais. Além disso, escrevo artigos semanais sobre educação no jornal *Folha Dirigida*.⁴³

Há uns três anos, o Arquivo tornou-se o gestor da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados. Então, gostaríamos que a senhora manifestasse a sua opinião sobre o significado dessa instituição para a cidade e para os cariocas.

Sou muito suspeita para falar sobre isso. Primeiro, considero que na área de Cultura foi a coisa mais importante que pude fazer como secretária de Educação e Cultura. Segundo, tenho uma sensação de grande alegria, pois paguei uma dívida que tinha para com a minha cidade. Porque me sentia devedora disso desde que fui secretária de Educação e Cultura do governo Carlos Lacerda. Terceiro, sou uma pessoa que dá uma grande importância à História, ao registro. Acho que tudo o que fiz na vida está registrado. É muito importante. As coisas se perdem. A tradição oral leva muita coisa adiante, mas acaba se perdendo e se deturpando. E o Arquivo, não. Você guarda os documentos, e são documentos que não podem ser discutidos. São verdadeiros, são atemporais. Conseguimos ter um local com a história de nossa cidade, desde o que se pôde recuperar, que foi enriquecida pelas sucessivas administrações que se sucederam. Acho que é de uma importância muito grande a cidade ter um Arquivo. Acho que ele ainda é pouco divulgado, pouco conhecido. Podia mesmo ser um local de pesquisa, de exposição, como vocês estão fazendo. E vocês estão abrindo uma coisa muito interessante, que é o espaço cultural para ele. Isso enriqueceu demais a ideia que nós tínhamos. Tínhamos uma ideia de um arquivo que seria o depositário da história de uma cidade. Não de uma história passada, apenas, mas continuada. E vocês estão enriquecendo muito, abrindo para a parte cultural. O Arquivo hoje é um espaço cultural muito importante também. Vocês enriqueceram muito a ideia inicial que tivemos. Acho importante que todos os órgãos da Prefeitura reconheçam ali o local certo para deixar a sua história, o seu registro, aquilo que fizeram, e que ajudem o Arquivo a poder realmente guardar essa história tão rica, da Cidade do Rio de Janeiro. Vocês terem conseguido ser gestores desses arquivos todos é muito importante. Uma grande vitória da administração de vocês.

Obrigada, professora, muito obrigada mesmo!

Quando dei o depoimento como secretária de Educação e Cultura da Cidade do Rio de Janeiro no Centro de Referência da Educação Pública,⁴⁴ da Prefeitura, a professora Marisa me disse: “Professora, a senhora deve ter uma dúvida muito grande: para quem a senhora vai deixar a sua memória?.” Porque tenho uma memória registrada muito grande de todos os cargos que desempenhei. A parte da Secretaria Municipal interessa muito mais para vocês. Vou entregar ao Arquivo, pelo menos, o registro do tempo em que eu fui secretária do Rio. Estão fazendo um trabalho muito interessante lá! (no Centro de Referência da Educação Pública).

Estão fazendo sim, sem dúvida! Não há interesse algum em ter uma memória partida. Porque é muito importante também, para um arquivo, quando se tem um colecionador, como a senhora foi, da sua própria história, poder manter essa organização em uma só instituição.

Conversando com meus filhos, disse a eles: “Olhem, eu pensava até há algum tempo em deixar tudo isso para vocês, mas cheguei à conclusão de que não. Tenho que dar isso realmente ao Arquivo ou ao Centro de Referência do Município, porque ali tem uma história não só da minha passagem pela Secretaria, foi uma história da minha vida profissional toda.”

Então, volto a reiterar, para nós interessa o acervo como um todo. Tenho muito carinho pelo antigo CPDOC, admiro a luta que eles tiveram para se manter em uma metade do 14º andar, mas em um CPDOC que a Celina Vargas do Amaral Peixoto fez. Agora mesmo a Secretaria de Educação comprou um prédio enorme para fazer o Arquivo da Educação. Nós estamos com toda a documentação da instrução pública, quer dizer, os arquivos da educação complementar. E, fora isso, o prédio do Arquivo pode ser ampliado. O Musa fez o projeto inicial e voltei a falar com ele, que me disse: “Você pode crescer para o tamanho dos Correios, você tem oito andares para cima para crescer.”

Exatamente!

O meu ideal é que nós pudéssemos crescer esses oito andares e, naquele pedacinho da Amorooso Lima, fosse possível fazer uma rua de pedestre. Abrir o Arquivo, mesmo que cercasse a rua – porque às vezes o Arquivo fica muito exposto...

É, nós não tínhamos grade, a grade apareceu muito depois.

Admiro a professora Regina Assis,⁴⁵ que é presidente da Multirio. Todas as vezes em que precisei dela, foi muito solícita. Quando nos candidatamos ao Memorial do Mundo, não tínhamos um centavo. Eu disse a ela que precisava de um programa gravado. Ela se comprometeu comigo, fizemos um programa que não foi ao ar

enquanto a resposta não saiu. Ela me disse: “Quando eu estava na Secretaria e criei a Multirio, coloquei em um decreto que a Multirio tem especificada uma parcela do orçamento da Secretaria.” Respondi: “Queria um dia que o Arquivo pudesse ter isso.” Porque a maior experiência, para a senhora também, quando se sai da sala de aula, é a experiência da gestão.

Ah, a gestão é importantíssima.

E quando você vê a disputa pelo acervo...

Não sabia disso não, mas que falta de visão. Gosto muito da Sônia Mograbi,⁴⁶ secretária municipal de Educação.

Não, a Sônia não é responsável. Eles tinham um grande depósito e realmente o depósito já não comportava. Comprou-se um prédio, um prédio enorme, com instalações, quase perto da Rodoviária, no finalzinho da Presidente Vargas. O mais difícil é que, mesmo comprando ou instalando, se depois não há um diretor do Arquivo que consiga...

Tem que ter apoio político. Político no sentido que estou dizendo. A Prefeitura tem de dar realmente prioridade ali e investir. A Secretaria responsável pelo Arquivo, no caso, agora, a de Cultura, tem de dar realmente prioridade e investir o necessário para que o Arquivo cumpra seu papel tão importante de depositário da memória, da história da cidade, passado e presente, de centro histórico e cultural.

Professora Terezinha, sua entrevista deslindou alguns pontos nebulosos sobre a gestão do prefeito Marcos Tamoyo e nos trouxe informações esclarecedoras sobre a sua ação como secretária de Educação e Cultura no Estado da Guanabara e, posteriormente, no recém-criado Município do Rio de Janeiro após a Fusão. Muito obrigada.

*"O Parque do
Flamengo era escuro.
Aqueles postes
grandes foram todos
encomendados
especialmente para
o parque, e no dia
em que ele (Tamoyo)
foi inaugurar,
disse assim:
'O Sol que se cuide!.'"*



CÊSAR HACK SERÔA DA MOTTA – Engenheiro, entrou para o serviço público com extranumerário, sendo lotado como topógrafo no Serviço de Estudos e Projetos da Secretaria de Obras, órgão que depois chefiou, entre 1954 e 1957. Participou da criação da SURSAN e foi adjunto do Departamento de Urbanização do órgão. Exerceu o cargo de chefe de Gabinete de Marcos Tamoyo, quando este foi secretário de Obras no governo Carlos Lacerda. De 1975 a 1979 foi chefe de Gabinete do prefeito Marcos Tamoyo.

Entrevista realizada por Beatriz Kushnir e Sandra Horta no dia 27/11/2007, em Copacabana, Rio de Janeiro.

Quando foi a inauguração do prédio do Arquivo da Cidade?

A inauguração do novo prédio foi no último dia do governo (Tamoyo).

A ideia é de que essas informações – que os entrevistados estão passando para nós – enriqueçam a história da instituição, porque temos muitas lacunas, faltam dados, por isso é tão importante a informação de quem viveu aquela época.

Informações da equipe são difíceis. As pessoas estão morrendo. Antigamente, eu tinha uma lista com dez, 12 telefones. Agora tenho quatro, os outros morreram.

O comandante Martinho chegou a marcar uma entrevista. Quando liguei no dia, para confirmar, a esposa dele disse que ele estava na UTI.

O Martinho podia dar muita informação sobre o Teatro sobre Rodas, que o pessoal agora está fazendo também, dizendo que o inventou. Mas foi o Martinho o organizador disso, ele levou o teatro a todos os bairros do subúrbio.

A Lia Malcher e a Terezinha Saraiva falaram sobre isso. Mas, como o senhor foi da administração Tamoyo, e nós temos cento e tantas fitas do ex-prefeito, não queríamos entrevistá-lo só a respeito do Arquivo, queríamos saber mais a respeito do governo dele.

Está bem, vou falar mais sobre o governo. Sobre o Arquivo, a Terezinha (Saraiva) contou como foi que surgiu? Surgiu de uma visita que ele fez ao galpão onde funcionava o Arquivo Municipal, em São Cristóvão. E, depois, há poucos anos, soube que a Imprensa Nacional reformou e usou como uma pequena sede da Imprensa da Prefeitura.

A primeira coisa que nós queríamos saber é um pouco sobre sua vida. Rapidamente, o local onde o senhor nasceu.

Sou carioca, de Vila Isabel, sou considerado carioca da gema, nasci na rua Derby Clube. A rua Derby Clube é hoje a rua Eurico Rabelo, bem junto de onde é o Estádio do Maracanã. Sou, então, como se dizia de quem nasceu em Vila Isabel, carioca da gema.

Gostaria de saber um pouco sobre a sua infância e juventude.

A minha mãe era professora primária e foi diretora da Escola Municipal Francisco Soares Dias. Foi diretora da escola na rua Maria Antônia, 17. Na minha juventude, cursei o Instituto Lafayette, que foi comprado pela Fundação Bradesco Saúde, bem em frente à igreja dos Capuchinhos, ali na Tijuca. Era um colégio muito bom. Minha mãe, como diretora de escola, sempre que havia uma prova, ela me levava para ver qual era o grau de aproveitamento que eu estava tendo no Instituto Lafayette. Então, a minha vida foi uma vida simples. Meu pai era jornalista, trabalhava em um jornal que não existe mais, chamado *A Noite*.⁴⁷ Fiz o CPOR.⁴⁸

Em que ano o senhor fez o CPOR?

Fiz o CPOR em 1948, na parte de Engenharia, porque já estava na Escola de Engenharia. E o CPOR, naquela ocasião, funcionava em frente ao Arquivo Municipal, aquele prédio grande, comprido, bem junto da Quinta, que passou a ser a Imprensa Municipal. Tínhamos a Quinta da Boa Vista ao lado para fazer os exercícios. E me habituei a acordar muito cedo, 4h30, 5 horas. Sempre acordei cedo, pois no CPOR tinha que entrar às 6 h, na escola tinha que entrar às 7 h. Minha vida sempre foi essa de acordar cedo.

Em uma das fitas, na qual o prefeito Marcos Tamoyo fala do Arquivo da Cidade, ele diz que o senhor era amigo dele há mais de 30 anos. Os senhores foram colegas na Faculdade de Engenharia?

Não, não. Ficamos amigos na Prefeitura. Quando entrei, em 1950, o Tamoyo também era topógrafo no Serviço de Túneis.⁴⁹

O senhor entrou para a Prefeitura como engenheiro?

Não, como topógrafo. Precisavam de topógrafos. Naquela ocasião, não havia concurso público, não havia nada disso. Os chefes dos serviços faziam provas de seleção. Lembro que a minha prova foi feita em um lugar que hoje está cheio de prédios e que, naquela ocasião, não tinha nada, era no Castelo. Eu fazia levantamentos ali no Castelo e na Franklin Roosevelt, que não tinha quase prédios e, conforme fosse o conhecimento, eles escolhiam e era nomeado, não efetivo, extranumerário,⁵⁰ o nome era esse. Lembro-me de que ninguém queria, e dois anos depois que eu estava de topógrafo, a doutora-chefe do Serviço de Estudos e Projetos, dra. Bertha Schneiderman, que já faleceu, me pediu que conseguisse mais uns cinco topógrafos para fazer uma prova. Não consegui. Ninguém queria, naquela ocasião, entrar para o serviço público.

Pagava-se pouco...

Pagava-se muito pouco. A única classe, por incrível que pareça, naquela ocasião, que recebia um pouco melhor era a Maria Candelária. Maria Candelária era a letra O, a professora primária. Para ver como andaram as coisas! A Maria Candelária, letra O, era quem ganhava mais, era mais conceituada. Não havia trabalho às quintas-feiras, iam para a Colombo, lanchavam, visitavam aquelas lojas todas, as Casas Pernambucanas, compravam fazendas, porque antigamente se fazia roupa em casa. Lembro que minha mãe me levava para lanchar na Colombo,⁵¹ lembro-me disso ainda hoje.

Onde se situava o prédio da Prefeitura no qual o senhor trabalhava como topógrafo?

Ficava, em primeiro lugar, na Marechal Câmara, em frente ao Ministério da Aeronáutica. Era alugado. Depois, em 1956, mudou-se para o prédio que foi inaugurado pelo prefeito Negrão de Lima, em frente ao Fórum, aquele prédio grande. O Serviço de Estudos e Projetos passou para ali, para o último andar.

Vocês eram vinculados à Secretaria de Obras?

À Secretaria de Obras. Mas o Serviço de Estudos e Projetos da Prefeitura do Distrito Federal abrangia todo o Distrito Federal.

Quem era o secretário de Obras, na época?

O secretário de Obras era o João Gualberto Marques Porto.⁵² Quando entrei, o prefeito era o marechal Mendes de Moraes. Assim, de cabeça, não vai. Mas, se quiser, tenho tudo aí nos livros. Depois foi o Sílvio Leão Teixeira. Fui assistente. Depois, com o passar dos anos, foram 12 secretários de Obras. Trabalhei diretamente com Mauro Viegas, Ivo de Magalhães, Enaldo Cravo Peixoto, Rafael de Almeida Magalhães, Marcos Tamoyo, brigadeiro Hélio Costa, Ataúlfo Coutinho, entre outros. Saindo um secretário de Obras, eu dizia: “Graças a Deus, vou-me embora”.

Nada, o seguinte queria que eu continuasse, e foi assim até o Enaldo Cravo Peixoto. O Enaldo Cravo Peixoto teve um meio enfarte. O Enaldo era candidato a governador indicado pelo Carlos Lacerda. Aí, foi o Rafael de Almeida Magalhães. Tive um entreviro pequeno com ele porque o Rafael, advogado, não entendia nada (de engenharia) e estava acompanhado de dois advogados amigos dele, Dário Micelli Gadelha e Péricles Barbeido. O Rafael soube que no último andar (a Secretaria era no sexto) havia várias salas cheias de “papel velho”. Eu disse: “Rafael, não é papel velho. Aquilo são projetos, projetos antigos. Ali, tem o projeto do morro do Castelo, tem o projeto da abertura da Presidente Vargas.” Ele disse: “Vamos jogar tudo aquilo fora!” Eu disse: “Não pode.” “Então, está bem. Vamos distribuir pelas Administrações Regionais.” “Lá não tem gente que vá cuidar dessas plantas e saber o seu valor histórico. Isso tem de ficar aqui.” Ele, então, disse: “É uma ordem.” Eu respondi: “Está bem, então vamos fazer um trato, você tem os seus assessores, o Péricles e o Dário. Eles vão comigo lá em cima, eles vão olhar, descer e dizer para você se aquilo deve sair de lá e ser distribuído, ou não.” “Vocês vão lá em cima com o Serôa?” “Vamos.”

Eu tinha sido chefe do Serviço de Estudos e Projetos, está entendendo? De 1954 a 1957. Então, conhecia aquilo tudo e nós estávamos já em 1960 e poucos, com o Rafael, 1965, exatamente, era no final do governo. Fomos lá em cima. Aí, cadê a chave? Não tinha. Tirei meu paletó, envolvi a mão e quebrei o vidro, porque tinha de ter uma solução. Naquela hora, quebrei o vidro da porta e abrimos a porta. Acendemos a luz interna e fui mostrando as plantas todas. Eles ficaram impressionados com as plantas, porque as plantas antigamente eram desenhadas artisticamente.

Que destino teve todo esse material?

Esse material deve estar no Iplan-Rio. Calculo que sim.

O Arquivo está fazendo um censo da Prefeitura. Então, provavelmente isso vai aparecer e vamos fazer a transferência. Talvez esteja no IPP (Instituto Pereira Passos)

porque o Iplan-Rio se separou e se criou o IPP.⁵³ Ou até está em Irajá, que tem um arquivo da Secretaria de Obras.

Não, Irajá é um arquivo de projetos e de processos. De edifícios, de construção.

Estamos trazendo 200 plantas por mês de Irajá. Nós tratamos e depois damos acesso no Arquivo da Cidade. E, paralelamente, como o senhor foi acompanhando a trajetória do Tamoyo?

O Tamoyo era topógrafo e passou para engenheiro no Serviço de Túneis. Trabalhou na duplicação do túnel da Princesa Isabel, que era um só. Lembro que, em 1957, pedi a ele e nós criamos a Sursan, também a pedido do prefeito Negrão de Lima. Éramos um grupo fechado, de umas cinco ou seis pessoas.

Quem integrava o grupo?

Chefiando, o ex-prefeito de Brasília, que faleceu há uns três meses, e que foi secretário de Obras do Sette Câmara⁵⁴ aqui e do Ivo Magalhães. Esse era o que coordenava. Na parte política, tinha o Mourão Filho e o Maurício Caldeira de Alvarenga.⁵⁵ Na parte técnica, era eu, que fiz o esboço do Programa de Obras, incluído na lei da Sursan, e tinha mais um advogado, que está vivo ainda, que é o Carlos Osório. Ele é um advogado sensacional, que trabalha na Assembleia Legislativa. Soube há pouco tempo, há uns três meses, que ele está em atividade, está lúcido e está bem. Trabalha aposentado.

No tempo do Carlos Lacerda, o Marcos Tamoyo foi secretário de Obras. O senhor trabalhou também no governo dele?

Espere. Estamos chegando lá. Chegamos à Sursan, que foi o que anteriormente me perguntaram, não é? A Sursan tinha uma programação de túneis e uma programação da perimetral e de outras obras no subúrbio, canalização de rios e tudo. Aí, pedi ao Tamoyo para fazer dois projetos: o projeto do túnel da Pompeu Loureiro⁵⁶ – o Tamoyo era o chefe do Serviço de Túneis, pois o dr. Edgard Soutelo, que era o chefe, tinha se aposentado – e o da Barata Ribeiro/Raul Pompeia.⁵⁷

Quem mais estava com vocês na Sursan? Havia outros engenheiros?

Na Sursan, por influência do presidente da República, Juscelino Kubitschek, o dr. Penido⁵⁸ foi nomeado presidente. Ele não trabalhou para fundar a Sursan. Mas, o irmão dele era assessor jurídico do Juscelino Kubitschek, então ele saiu presidente da Sursan, e, para o Departamento de Urbanização da Sursan foi nomeado o engenheiro Ivo de Magalhães. Fui nomeado adjunto. Adjunto era um termo que existia naquela época e que agora não se usa mais na estrutura. E havia, compondo a Sursan, o Departamento de Esgoto Sanitário. Aí é que voltei a ter mais contato com o Tamoyo. Isso em 1956/57. Depois, veio o governo Carlos Lacerda. Quando chegou o governo Carlos Lacerda – vou contar

a história certinha como foi – o Tamoyo, era muito amigo do dono da Editora Record, o Alfredo Machado. Mas era amigo de jantar uma vez por semana, de tirar férias e os dois casais viajarem pela Europa. Quando o Lacerda tomou posse, o Tamoyo pediu ao Alfredo Machado que conseguisse uma audiência com o Carlos Lacerda, que ele queria levar um projeto, porque ele achava que a cidade não aguentava mais: para ir da Tijuca a Copacabana levava-se duas horas. Ele queria mostrar o projeto do túnel Rebouças, que naquela ocasião não era Rebouças. Rebouças⁵⁹ surgiu um ano antes de terminar, quando o Tamoyo escolheu os nomes dos dois engenheiros pretos. Quis homenagear os engenheiros e a raça negra, porque foram grandes engenheiros e na época deles era difícil encontrar engenheiros da raça negra que se destacassem.

Mas primeiro vamos para a entrevista com o Carlos Lacerda, que o Alfredo conseguiu. O Carlos Lacerda escrevia muito e era amigo do Alfredo. Começa a reunião, ele diz: “O que é que o senhor quer?” Ele era sempre assim. Sei porque ele ficou muito amigo meu. Ele disse: “Quero lhe mostrar um projeto que eu trouxe, umas plantas.” “Mas o senhor não vai falar muito, não? Não gosto de pessoas que falam muito comigo.” Então, ele abriu as plantas e mostrou: “Olha, nós estamos aqui, aqui é a praça da Bandeira. O senhor, para vir, tem de dar essa volta toda. Para vir para a Zona Sul leva quase duas horas. Um túnel aqui, que vai do Catumbi, passando por Laranjeiras, e vai até a Lagoa Rodrigo de Freitas, é uma solução que o senhor podia fazer no seu governo.” O Carlos Lacerda olhou e disse: “Sim, mas isso é uma obra muito grande.” “Mas é realizável. É possível de se fazer.” E ele perguntou: “Se eu disser sim, fica pronta no meu governo?” E o Tamoyo disse: “Fica pronta no seu governo, depende de o senhor me dar recursos para fazer.” Nessa ocasião, ele era o chefe do Serviço de Túneis. O Carlos Lacerda disse: “Começa amanhã!” “Começo amanhã?” “Começa a obra amanhã. Vou lhe dar todos os recursos.”

No dia 27 de outubro, uma semana antes da eleição, nós demos passagem ao túnel Rebouças e o Hélio Fernandes,⁶⁰ da *Tribuna da Imprensa*, imprimiu uns cartazes que diziam assim: “Eu passei pelo túnel Rebouças.” E foram distribuídos. Isso foi uma semana antes da eleição, que o Lacerda perdeu porque colocou o Flexa Ribeiro, que o funcionalismo detestava. Ganhou o Negrão de Lima. O túnel ficou pronto e tive muito contato porque o Enaldo Cravo Peixoto teve um meio enfarte e eu era o assessor do Peixoto. O Tamoyo, então, veio para ser o secretário a mando do Lacerda. E o Tamoyo quis que eu ficasse junto com ele, como chefe de Gabinete.

No governo Negrão de Lima, vocês continuaram com essa dobradinha?

No governo Negrão de Lima, não. No governo Negrão de Lima dissolveu-se tudo, porque o Carlos Lacerda saiu e o Tamoyo pediu licença sem vencimentos.

O que ele foi fazer?

Ele foi trabalhar na firma de engenharia dele.

A Novo Rio?

Não, isso foi depois. Quando o Carlos Lacerda vendeu a Novo Rio Crédito Imobiliário,⁶¹ o Tamoyo comprou e botou o nome Grande Rio Crédito Imobiliário. Foi o Lacerda que, quando saiu (do governo), fundou. Tanto que devo a ele o que tenho na vida, porque ele me chamou e disse: “Quero que o senhor vá fazer o primeiro projeto da minha firma.” Eu disse: “Mas, governador, não tenho dinheiro.” E ele disse: “Isso é o de menos. O senhor vai ao Banco Nacional, procura o sr. Ararino Salum de Oliveira. Ele já sabe que o senhor vai procurá-lo.” “Mas como é que o senhor sabia que eu ia aceitar?” “Eu não tinha dúvidas. Um pedido meu, sabia que o senhor ia aceitar. O senhor vai lá, compra um terreno, e quero fazer cento e poucas casas.” Aí, o que eu podia fazer?

Como era o nome dessa primeira firma do Tamoyo, então?

Do Tamoyo? Primeiro ele tinha a firma dele – Tamoyo Terraplanagem. Com o Carlos Lacerda, o governador fez a Novo Rio e o Tamoyo fez a Grande Rio. Mudou de nome só porque o Carlos Lacerda quis sair.

No governo Negrão de Lima, onde o senhor estava?

No governo Negrão de Lima, o secretário foi Raymundo de Paula Soares⁶² e fiquei de assessor do assessor de um amigo meu que trabalhava lá, Geraldo Reis Carvalho.

Na Secretaria de Obras, como sempre. E essas cento e poucas casas que o Lacerda fez, onde foi?

Cento e dez. Foi em Bangu, na rua Palmiro Alves. Fui eu que fiz, com o dinheiro fornecido por eles, para depois eles venderem. Nós lançamos e vendemos logo no primeiro dia quase 80 casas. Na semana seguinte, a Dercy Gonçalves, no programa que ela tinha na Globo, aniquilou com o plano habitacional. Das 80 vendidas, 40 desistiram, e eu estava com todo o meu patrimônio pessoal investido.

Então, essa empresa era de caráter privado? Não era uma empresa pública?

Não. Tirei licença-prêmio por dois períodos e construí as casas em seis meses. Qualquer pessoa podia receber um financiamento das firmas de crédito imobiliário, e eu não tinha dinheiro, mas ele tinha confiança no meu trabalho. Ele disse que fui o único engenheiro que devolveu o dinheiro de todas as obras, porque, se sobrava dinheiro, eu devolvia. Os outros não queriam ter trabalho, pois devolver dinheiro no Serviço Público é difícil. Então, aumentavam a escavação ou faziam qualquer coisa e dava zero a zero. A minha obra nunca dava zero a zero. Quando sobrava, devolvia o dinheiro. E o Carlos Lacerda guardou isso.

A Tamoyo Terraplanagem também era privada?

Era. Por exemplo, as obras que ele fez no edifício Avenida Central. A escavação foi feita toda por ele, particular. Ele entrou em uma concorrência que a dra. Regina Feigel fez,

ganhou e fez toda a escavação. Em Angra dos Reis, para o estaleiro Verolme – que era holandês, com 90% e 10% brasileiro –, foi ele quem fez todas as obras de instalação do Verolme, que agora tem outros nomes. O sr. Verolme faleceu e hoje é onde estão sendo construídas as plataformas, lá em Angra dos Reis.

E a Grande Rio e a Novo Rio, também eram privadas?

Privadas, todas as duas. A Novo Rio Crédito Imobiliário não era firma de engenharia, era firma do Sistema Financeiro da Habitação, que trabalhava com venda de imóveis, foi criado pelo Banco Nacional da Habitação, implantado pelo Castelo Branco e cuja primeira presidente foi a Sandra Cavalcanti. O Castelo Branco, presidente, pediu a ele que indicasse uma pessoa e ele, então, indicou logo a Sandra. Depois, Lacerda me fez um pedido, ele me indicou, porque queria um favor, queria que eu fosse trabalhar na Secretaria de Habitação com a dra. Sandra Cavalcanti. Eu disse: “Governador, o senhor me visita de manhã para ver as minhas obras no meu distrito e o senhor sabe que depois vou para o dr. Enaldo Cravo Peixoto à tarde, porque sou assistente dele. Como é que vou para a dra. Sandra?” “Já falei com o dr. Peixoto, o senhor vai passar só uma hora por dia lá na dra. Sandra.” “O que vou fazer em uma hora?” “O senhor vai ver tudo o que ela assinou e, se o senhor estiver de acordo, o senhor bota uma rubrica embaixo e solta. Se o senhor não estiver de acordo, o senhor arranca e escreve tudo novamente e leva para ela assinar.” “Está bom. Ela sabe disso?” “Já, já sabe.” Fui lá, ela me abraçou e eu passava uma hora por dia lá para evitar que houvesse erros.

Depois, então, o senhor foi convidado pelo Marcos Tamoyo para ser chefe de Gabinete?

No final de janeiro de 1975. O pessoal sabe que não deve me ligar depois das 21h30, porque às 21h30 eu me deito. Era 1h e bate o telefone na minha casa, o telefone bem ao lado da minha cama. Aí, a minha mulher levantou e disse: “O que foi? Alguma coisa!” Atendo e uma voz fala: “Como vai o vice-prefeito?” Eu disse: “Quem é?” “Você não está conhecendo?” Era o Tamoyo. “Estou ligando a essa hora porque estou saindo da reunião com o Faria Lima e acertamos tudo e vou ser nomeado prefeito, e você vai ser o meu vice-prefeito. O Faria Lima está ciente, mas nós temos de passar, até três dias antes da posse do Faria Lima, em sigilo total.” Eu disse: “Está bom.” Ele respondeu: “Olha, já escolhi. Vou ligar para o Alfredo Machado, quero que ele vá ser Secretário de Turismo. Não aguento mais gente que diz: “Ah, se você for prefeito, quero ser secretário de Turismo. Então, quero liquidar e botar logo o Alfredo Machado.” “Está bom. E quem mais?” “Ah! Isso é com você. A não ser a Terezinha Saraiva, a quem quero muito bem.” Eu disse: “Mas, com os outros secretários, você não quer conversar?” “Não, não quero nem saber.” Então, eu era, naquela ocasião, chefe de Gabinete do Emílio Ibrahim, que estava julgando que ia ser escolhido prefeito. Veja a minha posição. Eu tinha de selecionar as pessoas. Ele não queria nem saber.

Ele lhe deu carta branca para convidar os secretários?

Comecei a selecionar. Chamava o camarada. O camarada, às vezes, não acreditava. Você está me convidando para ser secretário de Administração?

Quem foi o restante do secretariado?

Éramos sete, só. Paulo Aquino de Oliveira Lima, secretário de Administração, Ronaldo Santana de Mesquita,⁶³ secretário de Fazenda, Felipe Cardoso Filho, secretário de Saúde, Terezinha (Saraiva), secretária de Educação e Cultura, Alfredo (Machado), secretário de Turismo, o secretário de Planejamento, Pedro Teixeira Soares⁶⁴ e... falta um. A memória até que é boa para quem tem 80 anos.

O Pedro Teixeira ficou só um ano, não é?

Dois. Porque o Faria Lima recebeu uma instrução do presidente Geisel para que todos os secretários dos prefeitos nomeados por ele entrassem para a Arena. Ele queria que todo mundo se filiasse à Arena.

O senhor era filiado a algum partido?

Nunca fui.

Nem o Tamoyo?

O Tamoyo nunca tinha sido. Mas o Tamoyo foi obrigado a se filiar à Arena. Fui dando tempo, sabe? Fui dando tempo e esqueceram. Depois, disso, não me filiei e o Pedro Teixeira Soares saiu e entraram no lugar dele o Samuel Szytyglic,⁶⁵ e o Portela. Agora, o outro secretário é que está... Não me lembro qual secretaria falta. Ah! É evidente, Secretaria de Obras! Orlando Feliciano Leão, é a sétima – que aí levei o nome ao Tamoyo, porque estávamos com uns problemas de colocar três bons trabalhadores em três lugares que precisavam de gente eficiente. Um era o Riocentro, outro era a Comlurb, que estava uma bagunça, e outro era a Secretaria de Obras, que era para tomar conta de tudo. No Riocentro, o engenheiro Geraldo Heleno Segadas Viana, na Comlurb, o engenheiro Gastão Sengés.

A Terezinha vem do governo Lacerda. O Leão vem de onde?

O Leão trabalhou no governo Carlos Lacerda como administrador regional. Ele trabalhou com o Ivo de Magalhães, que criou a SURSAN, no DER⁶⁶, quando o Ivo foi diretor do DER. O Paulo Aquino vem da própria Secretaria de Administração, onde trabalhou com o Joaquim Torres⁶⁷, que, inclusive, está em atividade até hoje. Se não me engano, está na Previ Rio. O Ronaldo Mesquita, da Secretaria de Fazenda.

O senhor diria que o perfil do governador Tamoyo seria um perfil mais técnico?

Vou lhe explicar. No dia 17 de março de 1975, às 9 horas, houve a primeira reunião do secretariado. Estava o Tamoyo sentado, estava eu de um lado, tínhamos escolhido um

procurador-geral da Prefeitura, que era o Paulo Germano de Magalhães,⁶⁸ que era filho do Agamenon Magalhães, mas era procurador do Estado. O Paulo Germano de Magalhães era um gênio. Isso até hoje, o Roberto Paraíso Rocha,⁶⁹ que foi procurador-geral do Estado do Faria Lima, dizia que o que o Paulo Germano escrevia, ele não discutia. Era um gênio.

Então, estávamos ali sentados, os secretários, e ele perguntou: “Vocês estão aqui, escolhidos pelos seus méritos. Vou assinar agora o ato de nomeação de vocês. Vocês não estão por indicação política. Algum de vocês foi indicado politicamente?” E todos: “Não, não”. “Vocês foram escolhidos por mim ou por quem mandei escolher, mas sem que haja nenhuma influência política. E vocês, agora, após a nomeação, vão sair daqui e vão formar suas equipes, mas dentro exclusivamente da técnica, quer dizer, dando preferência total a funcionários que façam parte da Prefeitura ou do Estado.”

O secretário de Planejamento era funcionário antigo da Prefeitura?

O Pedro Teixeira Soares? Era funcionário também. O procurador Pedro Toledo Piza⁷⁰ faleceu há pouco, substituiu o Alfredo Machado na Secretaria de Turismo.

Não existia uma sede para a Prefeitura, as secretarias ficavam dispersas?

Não, isso vou lhe contar. O Hugo de Mattos Santos,⁷¹ que era o secretário de Obras do Faria Lima, cedeu o sexto andar desse edifício onde funcionava a Secretaria há muito tempo, para o Tamoyo. Era um negócio muito rudimentar. E, sabe, o prefeito da Cidade do Rio de Janeiro é uma pessoa que é procurada por todo mundo que vem do estrangeiro. Vou contar um fato. A Marinha inglesa estava então em manobras, uns seis, sete navios estacionaram no porto, e pediram audiência ao Tamoyo. Então, o Tamoyo coçou a cabeça e disse: “Não posso recusar, vou marcar.” Era uma sala relativamente pequena, que dava para umas dez, 12 pessoas. Ele tinha hora com o ministro da Guerra, com o Walter Pires,⁷² e com a Marinha (inglesa) era às 15 horas. Ao meio-dia ele esteve lá, resolveu os assuntos com o Walter Pires. Ele já não queria que construíssem os prédios aqui no (parque) Garota de Ipanema, tentando começar a entabular negociações e aí ele sai e diz: “Olha, Walter” (O Walter era amigo dele), “tenho de voltar agora porque vou receber os comandantes da Marinha inglesa”. “Ah, sei que eles estão aí, e o carro?” Nós não tínhamos carro. O Faria Lima deu um carro para ele, mas um carro velho. Não tinha carro, não tinha sede, não tinha nada. E o carro não andava, estava enguiçado.

O Tamoyo não teve dúvida. Passou uma motocicleta, ele fez sinal. O camarada da motocicleta passou e ele disse: “Olha, você não vai acreditar, mas sou o prefeito dessa cidade. Você vai me dar uma carona? Vou atrás de você, porque estou precisando chegar logo ao meu Gabinete.” E ele foi atrás, na motocicleta, direto para lá. E aí chegou no horário, antes dos comandantes da Marinha inglesa. Só para ver como ele era, não é? Por exemplo, ele sabia falar um francês perfeito. Fez uma viagem a Paris e em Paris ele foi entrevistado por quase uma hora e falou sobre assuntos diversos na televisão francesa, em francês. Inglês ele não sabia. Mas queria aprender. Ele não parava no Gabinete. Viajava pela cidade toda.

Nós tínhamos, de 15 em 15 dias, uma administração regional a que o prefeito ia e levava o gabinete todo, para atender à população e sempre que ele ia a Santa Cruz, Bangu etc., ele usava aquele aparelho que ensina inglês por gravação. Ele aprendeu inglês em um ano e pouco. Perfeito, com aquele aparelho. Ele tinha uma tenacidade impressionante.

O senhor falou dessa Prefeitura itinerante do prefeito Marcos Tamoyo. Ele estava mais preocupado com o subúrbio?

O maior número de escolas foi feito lá.

A razão desse atendimento nas administrações regionais foi a ausência de uma sede para a Prefeitura?

Não, ele fez o atendimento porque ele queria, vamos dizer, entrar em contato com o povo, sentir o que o povo queria. Vou dar um exemplo. Em Santa Cruz – ele chegou lá e um dos pedidos do povo em Santa Cruz – era tudo organizado, chegava um morador e pedia uma coisa, chegava outro e: “A minha rua não é limpa” e ele já falava: “Gastão, a rua não é limpa.” Gastão Sengés era da Limpeza Urbana. E, na mesma hora, o Gastão entrava com uma turma de emergência, botava cem homens lá para limpar a rua e adjacências. Aí o Tamoyo dizia para a mulher: “Liga para casa, vê com o vizinho se a sua rua está limpa.” E a mulher ficava espantada. Mas uma coisa principal que pediram em Santa Cruz foi o viaduto ligando um lado da estrada de ferro ao outro.

Passando por cima da estrada de ferro e ligando o lado do Matadouro ao outro lado, que dá acesso à Avenida Brasil.

Aí, o Tamoyo resolveu passar pelo local da estação, desenhou e disse: “Vamos fazer esse viaduto em um ano e vai ser assim: sobe por aqui, atravessa e desce para o lado de cá. Não tem nada de gastar com beleza nem desapropriação nenhuma. É uma coisa que a população está querendo, que é ir de um lado para o outro, e vamos fazer o viaduto”, e foi feito.

Impressiona no governo Tamoyo a quantidade de obras que foi realizada em pouco tempo. De onde veio a maior parte da verba para essas obras? Tanto a da sede da Prefeitura, o Arquivo, a Marina da Glória,⁷³ o Riocentro...

É muito fácil. Se o prefeito quiser dinheiro, o que ele faz? Ele diminui de 35 secretarias para 14, e com isso tem dinheiro. Hoje, todo mundo é chefe do departamento tal. Vai olhar o departamento e tem algum funcionário? Não tem. Esse departamento tem mais um setor que é de administração e quem é que é subordinado no setor de administração? Não tem ninguém. É ele sozinho. Todo mundo é chefe de si próprio. É verdade ou não é? Sei porque conheço o pessoal. Tenho um amigo que tem um filho que é chefe de distrito, e eu disse: “Ah, é? E quantos engenheiros tem lá?” “É ele sozinho”. “Quantos funcionários tem?” “É ele sozinho e ele é chefe de distrito.” Então, se fizer uma economia, é fácil ter dinheiro.

Mas, de alguma maneira, o governo federal apoiava?

O governo federal, não. Era, vamos dizer, os planos que se fazia, que se pedia, Banco Central, BNH, tá entendendo? Havia apoio de dinheiro nisso...

Bem, chegou o momento em que ele mesmo disse que não tinha mais capacidade de endividamento.

Não, aí tinha que parar, porque estava no limite do endividamento. Por exemplo, quando eles disseram quem ia comprar o Palácio da Cidade:⁷⁴ “Que absurdo, quatro milhões de dólares!”. Hoje, quatro milhões de dólares é o preço de um apartamento na Avenida Vieira Souto. Aquilo hoje vale o quê, 50 milhões? E montamos o palácio todo, porque pegamos o dinheiro de empréstimo, eram 4,5 milhões para mobiliar, comprar coisas e tudo o mais. Foi tudo feito com concorrência, não é concorrência pública, mas concorrência entre antiquários, entre donos de casas de antiguidades, por que não se podia botar móveis modernos naquele palácio. Conhece o palácio?

Com certeza. A imprensa, na época, questionou a compra desse palácio.

Mas foi feito um livro com tudo o que se comprou, cada cadeira, cada móvel. Aquele tapete grande, que é um tapete lindíssimo, mandamos fazer em São Paulo, naquela fábrica Santa Constança. É uma beleza, mas tinha que ser lá para fazer aquilo, e tem certas coisas que não são possíveis.

Tamoyo dizia que pegou o governo endividado?

Não, ele não pegou o governo endividado. Ele pegou o governo, como ele dizia, sem casa, sem carro, sem coisa alguma, porque não tinha instalações. Ele não pegou envidado, o que ele pegou foi o governo limpo. Limpo no seguinte...

Ah, lógico, porque ele foi o primeiro prefeito após a Fusão.

É, quer dizer, não pegou um aposentado, porque não tinha, os aposentados eram do Estado. Então, já era uma grande coisa.

O Marcos Tamoyo era a favor da Fusão? Ele fazia críticas à Fusão?

Olha, em certos momentos ele era a favor, mas... assim é meio difícil. Fazia críticas, vamos dizer, à maneira do Faria Lima, tanto que eu dizia: “Você foi muito forte, ele vai te exonerar.” “Se exonerar, exonerou!”. Porque ele (Tamoyo) atacava muito, mas não era ao Faria Lima. O Faria Lima era uma pessoa muito boa e ele sabia disso, eles se davam muito bem. Era o secretário de Planejamento, o Ronaldo Costa Couto, que depois foi trabalhar para o Sarney. O Sarney o colocou como ministro do Tribunal de Contas da União.

E o Tribunal de Contas do Município? A estrutura do tribunal é dessa gestão?

Não. Nós não fizemos o Tribunal de Contas do Município. Todo mundo queria que se fizesse e chegavam para mim e diziam assim: “Tenta que ele faça o Tribunal de Contas do

município, aí ele vai botar você como ministro do Tribunal de Contas.” Eu disse: “Não, ele não quer fazer o Tribunal de Contas nem a Procuradoria, porque está sendo muito bem atendido pela Procuradoria do Estado e ele não acha necessidade do Tribunal de Contas, que significa despesas e mais despesas em cima.” É muito caro um Tribunal de Contas.

De quando então é o Tribunal de Contas?⁷⁵

O Tribunal foi feito depois, se não me engano, com Saturnino Braga, nem foi com o Klabin. Nós não tivemos Tribunal de Contas. Nós não fizemos, tenho certeza. Tudo passava por mim. Olha, os secretários não entravam na sala do prefeito sem primeiro despachar comigo. Aí eles me mostravam: “Olha, vou levar isso, isso e isso.” “Não leva, deixa aqui que eu resolvo.” “Eu vou levar isso, isso, isso.” “ Tá, leva, vamos ver a opinião dele.” Aí, ele levava. Então, aí já estava feita uma triagem.

O Pedro Toledo Piza foi exonerado por teimosia dele. Ele passou um mês na Europa e ficou o José Carlos Costa Pereira, que era o subsecretário, no lugar dele. Ele voltou, entrou na minha sala furioso. Eu disse: “Mas que foi que aconteceu, não foi boa a viagem?.” No que ele disse: “Foi, mas é que você não imagina, Serôa, o que me aconteceu. O José Carlos Costa Pereira – falecido também – sentou na minha mesa.” Eu disse: “O quê? Não estou entendendo.” “Ele usou a minha mesa para despachar, ele não podia usar. Vou falar com o Tamoyo, agora!” “Não toque nesse assunto! Se você tocar nesse assunto, ele vai levantar o vermelho e pedir para fazer a sua exoneração. Não faça isso!” Ele foi, fez e eu estava certo, uns cinco ou dez minutos depois tocou o vermelho, “exonera ele e põe o José Carlos Costa Pereira no lugar.” Isso na frente dele para ele ouvir. O José Carlos Costa Pereira ficou no lugar do Pedro Toledo Piza. Era a Secretaria de Turismo...

O Alfredo (Machado)...

O Alfredo era o compromisso de fazer a estrutura... O Alfredo tinha um compromisso por mais dois anos. Ele ficou os dois anos e aí nos terminamos o Riocentro, terminamos o Autódromo. O Autódromo, o dono dos terrenos era o Giulite Coutinho,⁷⁶ que era muito amigo do Tamoyo. Queria um dinheirão para uma parte da área do Autódromo ser liberada. O Tamoyo cantou, cantou e ele liberou. Aí nós conseguimos fazer o Autódromo, que não tinha, não é? E o Sambódromo. Nós chegamos, tinha havido o carnaval naquela avenida bem em frente ao Ministério da Fazenda, da igreja Santa Luzia, Presidente Antônio Carlos. No ano que nós entramos tinha sido ali. No ano seguinte, o Tamoyo estudou o local e resolveu fazer na Avenida Presidente Vargas. Deu uma confusão. Na Antônio Carlos já tinha dado confusão, na Presidente Vargas deu confusão outra vez, aí ele resolveu fazer, no outro ano, em cima do canal do Mangue. Acho que montava em cima do canal do Mangue, de modo que o tráfego estava passando e as arquibancadas iam ser em cima. Compramos as arquibancadas e, quando acabou aquele carnaval, sabe para onde elas foram? Foram todas para o Autódromo, são as arquibancadas que estão lá até hoje, porque nós fizemos com um aço que não enferruja.

O Tamoyo teve então uma ideia. Nós estávamos fazendo a ligação do túnel Santa Bárbara até o largo de Santo Cristo, que é uma obra muito boa, porque desafoga o trânsito, desde o túnel Santa Bárbara, atravessa a Avenida Presidente Vargas, o viaduto São Sebastião, vai por avenidas elevadas e desce junto ao Hospital Central, no largo de Santo Cristo. O Tamoyo queria fazer a urbanização, e quando ele começou a olhar no mapa, ele viu que tinha a rua Marquês de Sapucaí e que, se ele desapropriasse umas 300 casas, ele podia fazer o Sambódromo ali, e dito e feito. O último carnaval nosso foi na Marquês de Sapucaí.

Era na Marques de Sapucaí, mas não era o Sambódromo?!⁷⁷

Não, era o “monta e desmonta.” E ele tinha, na Secretaria de Turismo, pronto, o projeto estrutural do Sambódromo feito por um arquiteto chamado Wit-Olaf Prochnik,⁷⁸ que acabou não sendo executado.

Há uma documentação no Arquivo Nacional chamada DSI (Divisão de Segurança da Informação)⁷⁹ de ministérios civis. O governo militar exige que os ministérios civis tenham Divisões de Segurança e Informação, tal qual os ministérios militares tinham, que é o Cenimar,⁸⁰ o SNI, enfim. Nessa documentação há uma correspondência do Golbery,⁸¹ na qual ele se refere à escolha do Marcos Tamoyo para prefeito do Rio. É confirmado?

É!

O Faria Lima disse que foi ele que escolheu o Marcos Tamoyo...

Tinha que ser. Porque é função de quem nomeou, foi o Faria Lima. Mas deixa então eu entrar em detalhes. O pai do Tamoyo foi um militar de grande fama e de grande prestígio na parte da educação dos militares, Alcebíades Tamoyo. Está enterrado no mesmo túmulo que o Tamoyo, no Cemitério São João Batista. E era amigo do Golbery, do Geisel, do Ivan de Souza Neiva, que era o chefe do SNI,⁸² amigo de todo mundo. E, vamos dizer, conviviam. E o Tamoyo estava no meio também, com o pai, desse pessoal todo. Eles todos conheciam o Tamoyo. Está me entendendo? E o Tamoyo, querendo ser prefeito e tendo essas amizades, foi escolhido. Sugeriram ao Golbery que falasse com o Faria Lima que o governo federal gostaria que o Tamoyo fosse, e o Tamoyo foi. Mas o Tamoyo era muito independente.

Ele tinha boas relações com o Lacerda? Ele deu o nome do ex-governador a uma escola logo após a morte do Lacerda.

Amicíssimo! Carlos Lacerda morreu em 1976. O Lacerda morreu, duas horas depois o *Diário Oficial* estava com um decreto dele assinado, decretando luto oficial por três dias, e dando nome a uma escola – a melhor escola que tinha em Jacarepaguá –, de Carlos Lacerda.

Ele comparecia a todas as inaugurações, deu o nome a uma escola de Presidente Médici.

Foi a tudo, tudo!! A todas as inaugurações ele ia. Nas 54 escolas ele esteve presente, 1.440 salas de aula. Uma sala de aula por dia de administração.

Isso quer dizer que ele prestigiava os militares?

Prestigiava.

Nessa documentação do Arquivo Nacional, também me chamou a atenção a existência de um dossiê para cada um dos secretários, subsecretários, chefes de gabinetes, o 1º e 2º escalão do governo Marcos Tamoyo. Todas essas pessoas passaram pelo crivo do general Golbery. Todas essas pessoas precisaram...

Todo mundo, todo mundo! Ninguém era nomeado sem passar pelo crivo militar.

O Marcos Tamoyo foi acusado de só convidar para as inaugurações os políticos da ARENA. Ele negou, afirmou que convidava também os do MDB e que, inclusive, abria espaço para a oposição. Como era a relação dele com o Legislativo?

Muito boa, muito boa!! Porque nós, naquela ocasião, no início, tínhamos 21 deputados estaduais que faziam uma comissão na Câmara de Deputados, que tomava conta dos projetos da Prefeitura. Ele se dava muito bem com todos. Atendia a todos...

Ele conseguia aprovar os projetos?

Conseguia. Só mais tarde, quando o Chagas... quando nós quisemos fazer o último plano de obras e foram consultados os políticos de oposição. Inclusive, o chefe deles era o Sílvio de Moraes, que foi ao palácio, viu o plano, aprovou e disse que não ia ter problema nenhum. Nós íamos fazer algumas obras, não era nada grandioso. O rebaixamento do rio Maracanã, em frente ao Estádio do Maracanã, que vão ter que fazer, porque vem a Copa do Mundo de 2014, pode chover, e a água entra no vestiário. O rio Maracanã, quando sai da rua São Francisco Xavier e vem em direção à Praça da Bandeira, tem que ser rebaixado, porque ele está lá no alto. Ele está todo rebaixado desde a Praça Lamartine Babo. Vem pela Avenida Maracanã, margeando o Shopping Tijuca, a pessoa olha e vê que o rio está lá embaixo. Está entendendo?! Agora, quando ele atravessa a São Francisco e chega ali em frente, no Estádio do Maracanã, o rio está aqui embaixo e o estádio do Maracanã está aqui em cima.

É do governo Marcos Tamoyo também a elevação de gabarito na cidade, principalmente ali na Barra...

Na Barra, não! Na Barra tinha um plano aprovado do Lúcio Costa,⁸³ no qual não se mexeu. Quem mexeu lá na Barra foi o senhor Moisés, que era o chefe de Planejamento de Israel Klabin, Moisés Schneider, ele que deu o “aprovo” para essas centenas de apartamentos

que estão fazendo na Península,⁸⁴ que era da propriedade de Carlos de Carvalho,⁸⁵ colega de turma do Tamoyo. E que o Tamoyo não quis aprovar, porque achava que a Barra já estava saturada. O Tamoyo não aumentou o gabarito, só diminuiu o gabarito. A primeira coisa que o Tamoyo, em 1975, mandou o Planejamento fazer, logo que assumiu, foi um levantamento, rua por rua, dos prédios existentes e saber quantas vagas de garagem cada prédio tinha em Copacabana.

Ele fez uma lei, inclusive, de que todo prédio tinha que ter vagas na garagem...

Cada apartamento devia ter pelo menos duas vagas de garagem. E está em vigor até hoje. Com isso, ele viu a necessidade, aí me chamou e disse assim: “Escuta, Copacabana não tem vaga. Ipanema e Leblon vão pelo mesmo caminho. Quero uma lei rápida, que em qualquer prédio de Ipanema e Leblon cada apartamento tem que ter duas vagas de garagem. E, se tiver apartamento grande, tem que ter quatro vagas de garagem.”

Mas os jornais acusavam o Tamoyo de ter favorecido a especulação imobiliária.

Eles acusavam, mas não provavam. Nenhum prédio ele autorizou. O apart-hotel foi logo depois que ele saiu, depois que ele morreu é que foi autorizado.

E a relação com a empresa que constrói muito na Barra?

Sérgio Dourado!⁸⁶ Não era construtor, o Sérgio Dourado era um vendedor de imóveis, era um corretor. Mas como ele tinha amigos, todos, o Carlos de Carvalho era amigo dele... O João Fortes⁸⁷ era amigo dele! Ele era militar e conhecia o pai do Tamoyo também.

O Tamoyo criou uma porção de leis que favoreceram o professorado, a obrigatoriedade escolar para as crianças, depois a regência de turma. Mas ele teve um problema com médicos residentes. Parece que houve uma greve...

Não, uma tentativa de greve. Aí o Tamoyo chamou ao Gabinete dele para estar a par do problema, e ver qual era solução – eu me lembro bem! –, chamou Paulo Niemeyer,⁸⁸ chamou Clementino Fraga⁸⁹ e chamou outros que estavam em atividade. Fizeram uma reunião e tomaram uma decisão: tinham de diminuir o número de horas dos médicos residentes e iam aumentar um pouco os salários. O que o Tamoyo fez uma semana depois.

Ele inaugurou muitos postos de saúde?

Tenho aqui anotados, deixe ver aqui. Postos de saúde: Méier, Irajá, Engenho de Dentro, Cidade de Deus, Santíssimo, Fazenda Coqueiro, Cordovil. Sem contar a emergência do Miguel Couto. Desapropriou um prédio de dez andares, dez apartamentos, um por andar, botou abaixo, e ali foi construída a emergência do Hospital Miguel Couto. Ele acabou o Hospital Salgado Filho, no Méier, que era um esqueleto! Fez o parque da Catacumba. Nós recebemos uma comunicação da Justiça, dando 30 dias para pagar 50 milhões, já transitado e julgado, não tinha recurso, nem coisa alguma. Não era nosso, eram coisas que vinham já há dez, 20 anos...

O parque da Catacumba era da época do Lacerda!

Sim, exatamente. Vem de épocas passadas, mas com a (criação) da Prefeitura, vão pôr aquilo para pagar. E não tínhamos 500 milhões para pagar. Então, nós sentamos, “O que é que faremos?” Ele disse: “Vamos entrar em entendimento! Eles querem essa área toda, nós vamos ver se nós ficamos com a metade, e deixamos eles construírem na (outra) metade e não pagamos nada.”

Mas ali não era uma favela que foi desalojada?

Uma favela, mas como propriedade particular. Então, veio um advogado da família e começamos os entendimentos. Fiz um projeto, entreguei para o advogado, que disse: “A família não vai aceitar isso, porque o senhor está dando um terço para a família e fica com dois terços.” Eu tinha que começar com isso.

Quem era a família?

Não me lembro! Sei o nome do advogado, Sílvio Cortes. Aí, vai e volta, vai e volta, e ficou vetada a metade. Mas, aí, fiz um projeto de massa. Projeto de massa não é de arquitetura, é só dizendo o que é que ele pode ocupar em altura, largura e afastamento. E são esses prédios todos bonitos que se veem. Tem uns seis prédios lindos, que estão entre o Parque da Catacumba e o Corte de Cantagalo, que a família foi construindo. Fizemos um “acordo por escrito”, e eles nos doaram a área do Parque da Catacumba e acabou a dívida! E ali o Tamoyo, olhando, descobriu: “Vou fazer aqui um parque para a cidade, vou fazer um viaduto ligando a Lagoa até aqui.” Tudo ideia dele. “Vou ter que dar um tom atrativo aí – vou botar esculturas.” Sem gastar um tostão, ele botou mais ou menos umas 20 e tantas esculturas de bons artistas, bons escultores. Como é que ele fez? Escrevia uma carta para a Brahma, escrevia uma carta para a Souza Cruz, várias cartas. Tem um livro, lá na casa dele, enorme, com todas as cartas que ele mandou.

Nós gostaríamos de ter um pouco mais do acervo do Marcos Tamoyo no Arquivo.

Ah, mas eu mandei toneladas de coisas para lá!!

Temos as fitas, todas. Cento e tantas fitas...

Não só fitas, mandei livros...

Fotos, documentos, isso sim! Mas acho que ainda deve ter uma documentação pessoal dele, de governo, que seria muito interessante.

Mas não tem! Uma coisa é que, lá no Arquivo, não sei onde é que puseram. O Walter Duque faleceu, era o nosso chefe de Comunicação. Hoje, está vivo ainda, não sei, está trabalhando no Palácio, o Idalcio.⁹⁰

O Idalício ainda está lá. Continua! Mestre de cerimônias.

Nós o colocamos para trabalhar lá. O Idalício, quando o Walter Duque não estava, no final do dia, me levava uma, duas ou às vezes três folhas descrevendo o dia do prefeito. Isso tudo foi entregue ao Arquivo, foi a primeira coisa a ser entregue ao Arquivo, deve estar lá, em algum lugar. Então, todo o dia era: “Data, hoje foi inaugurada a escola tal, com tantas salas de aulas, com a presença de... Coisas sintéticas.

Era a agenda?!

Era. Todo dia, durante todos os dias, nós mandamos. Era tudo arquivado. Idalício sabe, nós mandamos tudo para o Arquivo. Bem, isso aqui é um balanço. Uma parte fui eu que escrevi, outra foi ele. Tenho, em algum lugar, em cima dos armários, um balanço de um ano anterior, mostrando que ele lia, linha por linha e mudava. Tenho um desses totalmente rabiscado. Ele cortava: “Isso eu não quero, faz assim, assim.”

Ele tinha planos de ser governador.

Ele ia se encontrar com o presidente Figueiredo, na véspera em que ele morreu, aqui, na Francisco Otaviano, e o Figueiredo ia – ele sabia que já estava tudo combinado –, escolheu-o como candidato do governo. Acho que isso é uma das coisas que faz muita tensão na pessoa. A iluminação da cidade.

Tamoyo tinha intenção de construir áreas de lazer, diz isso nas fitas que estão no Arquivo. Queria que o povo frequentasse os parques à noite, por isso essa preocupação com a iluminação.

O Parque do Flamengo era escuro. Aqueles postes grandes foram todos encomendados especialmente para o Parque do Flamengo e no dia em que ele foi inaugurar, ele inaugurou e disse assim: “O Sol que se cuide!.” Porque aquilo ficou feito um dia, está entendendo?! Nós tínhamos – tão fácil de fazer, ainda hoje mais, que tem telefone celular, naquela época não tinha – nós não tínhamos computador, nós não tínhamos nada disso. Duas turmas percorrendo a cidade. Eram dois caminhõezinhos, com a parte de traz com o material: lâmpadas, fios, tudo. A gente passava à noite, às vezes ia visitar uma obra ou ia a uma solenidade, porque era obrigado a ir a tudo. Eu reagia muito a isso, porque não gosto. Passava pelo túnel e via três luzes apagadas, pegava no rádio – era rádio! – e ligava para a companhia de iluminação: “No túnel tal tem três lâmpadas apagadas.” Quando nós voltávamos, elas já estavam acesas, porque havia duas camionetes girando pela cidade, para evitar que tivesse lâmpada apagada. Isso existe hoje? Não existe! Por que não existe? Porque tem 35 secretarias.

Como é que foram as tratativas para conseguir o terreno do Parque Garota de Ipanema?

Esse episódio teve a colaboração muito grande do Exército, porque ele mesmo falou com o presidente. Era 27 de novembro, dia da Intentona Comunista – que agora não se come-

mora mais –, ali na Praia Vermelha. Estava o prefeito lá, e ele tocava no assunto: “Olha, o Exército vai se desmoralizar com a construção de 1.600 apartamentos ali (no terreno do atual parque Garota de Ipanema). O senhor resolve o que achar melhor.” Ele dava o toque, não é!? O Walter Pires era amigo dele, ministro. Então ele escolheu os terrenos ali perto, onde a Prefeitura estava sendo construída. Tamoyo escolheu e ofereceu em troca do Garota de Ipanema.⁹¹

O comandante Martinho também veio em uma dessas indicações do governo federal?

Isso eu não sei! Sinceramente, não sei te dizer! Sabe por quê? Porque é como eu disse, ele deu instrução a cada secretário para fazer a sua equipe com o melhor possível. Então, eu não me metia dentro das secretarias. O secretário era responsável. Uma vez chamei um secretário e disse: “Olha, você vai comprar um Mercedes Benz.” No que ele disse “Como é que você sabe?” Falei: “Não interessa, você está comprando um Mercedes Benz. Se você comprar, você desiste de ser secretário, porque sei que você tem dinheiro, sei que você perdeu o pai, você é filho único, mas o Tamoyo me disse que, se você quer ter a sua Mercedes Benz, você larga a secretaria, porque como administrador não compra. Você depois pode comprar e justificar, mas sendo secretário não vai.” Ele não comprou.

Dizem que o terreno do Arquivo foi uma troca com a rede Globo. Como é que foi isso, exatamente?

Sinceramente, não sei dizer!

Parece que havia um terreno do Parque Lage, onde ia se construir, e havia um interesse da Globo em um terreno da Lopes Quintas, e houve uma troca. Aí, o terreno do Arquivo da Cidade foi um presente nessa troca.

Não sei, não sei dizer, sinceramente!

Com relação ao Arpoador, pertencia aos Correios e Telégrafos, não é isso?

Isso foi uma história. Cortei o negócio, porque ali em cima tinha uma casinha e antigamente passavam os navios, eles se comunicavam, era telégrafo antigamente. E eles queriam se apossar do Arpoador todo. Chamei o Paulo Germano, que era o nosso procurador, e disse: “Paulo Germano, vamos entrar em cima disso, mas vamos mandar para o ministro.” Fizemos e o negócio acabou rapidamente.

O ministro era o Golbery?

Não, o ministro ao qual os Correios estavam vinculados. Mas isso em quê? Em dez dias!

O terreno ficou para a Prefeitura?

É, o terreno é de marinha, não é de ninguém. Ninguém pode construir até 33 metros da linha máxima da água, de nenhum lado.

Outra coisa que também criou problema para o governo foi a questão do Parque Lage, a construção ao lado do Parque Lage.

Ah, sim, essa construção ao lado do Parque Lage, se fosse hoje estava sendo construída. Era o Marcello de Ipanema. O Marcello considerou que o Tamoyo era inimigo dele. Foi licenciada para uma firma chamada Coema, a construção de um prédio ao lado do Parque Lage. E o Marcello de Ipanema, com o grupo dele, achou que a construção não podia ser feita porque ia matar as plantas – as plantas não morreram até hoje!! –, ao lado do Parque Lage. E conseguiu evitar a construção do segundo prédio. O primeiro prédio foi concluído. E sabe quem comprou o primeiro prédio? A Globo. A Globo comprou o primeiro prédio, ao lado do Parque Lage. Coitado do dono da Coema, como sofreu, porque ele tinha toda a razão: licença dada, legal, tudo, tudo, mas o Marcello de Ipanema...

Nessa época o Marcello de Ipanema dirigia a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico.

Do Estado. Mas houve esse problema e o Parque Lage pertencia a uma companhia chamada Companhia Mauá, e o dono majoritário chamava-se Arnon de Mello, pai do futuro presidente Fernando Collor de Mello, e ao Roberto Marinho. Muito bem, estávamos no governo Sette Câmara.

Eles adquiriram do conde Lage, que construiu o casarão?⁹²

É, exatamente, a Companhia Mauá. Muito bem. Aí, no governo Sette Câmara, o governador Sette Câmara, falecido, e a dona Elba, uma senhora formidável, ela que é responsável pelas palmeiras que estão em Copacabana, Ipanema e Leblon. Porque ela achava um absurdo esses bairros não terem uma palmeira. Então, pediu ao Ivo de Magalhães, que era secretário de Obras do Sette Câmara, que queria a palmeira. A mulher do governador interino pediu... ele era governador interino da Guanabara. Nós designamos o engenheiro Humberto de Paula Antunes, que era muito corajoso, e que depois nós colocamos para ser o responsável pela construção do Riocentro.⁹³ O Riocentro tinha que ficar pronto em três anos, porque tinha já um Congresso Mundial de Radiologia para ser feito lá. Mas então, o Sette Câmara liga para o Ivo e diz que estava com um problema e ele queria um projeto para o Parque Lage, mas um projeto que nenhuma administração futura pudesse cancelar por irregularidade. Caiu na mão de quem? Na minha mão, não é! Aí, digo ao Ivo: “Olha, não tenho condições de sair daqui para ir a escritório particular.” “Não, eles vêm para cá. Eles vão trazer uma prancheta, vem um engenheiro da Mindlin.” A firma era Henrique Mindlin.⁹⁴

Que é o arquiteto responsável pelo edifício Avenida Central.

Bem, fazia tudo do Roberto Marinho, era o arquiteto preferido dele. Vem o Walmyr, que era o segundo do Henrique Mindlin: “Você vai fazer um projeto que ninguém possa criticar.” Então, chamei esse engenheiro que hoje é o diretor-geral, é o presidente da Henrique Mindlin, porque o Henrique Mindlin morreu. Aí, fiz um projeto, não tem nada

de cemitério. O Parque Lage é uma coisa enorme. Então, aqui ficava uma ilha, nessa ilha iriam ser construídos seis prédios e o resto era parque. Os prédios iam ser construídos com a condição de que cada condômino seria responsável pela manutenção de toda a área. E que a área seria para uso público, está entendendo!? Agora, eles, quando comprassem o apartamento, iam ter na escritura que uma parte do condomínio era para a manutenção e conservação do parque. Feito isso, perguntei: “Está certo? O que nós podemos fazer? Aceitar! Então, nós vamos desenhar, vamos fazer, vocês vão dar entrada, vamos aprovar, vamos assinar um termo, registrando essas condições para ninguém poder mudar.” Como ninguém pode mudar o Jardim Pernambuco,⁹⁵ que é tudo casa. Ninguém pode fazer prédio ali, então, também ninguém ia poder fazer prédio nenhum na área de trás, que seria de uso público, mas sem ônus para a Prefeitura, com a manutenção dos compradores dos apartamentos, muito bem-feito.

Sai o Sette Câmara, entra Carlos Lacerda. Primeira coisa que o Carlos Lacerda fez: requisitou o processo. Ele morreu sem saber que fez o projeto. Chama fulano, chama beltrano, e ele dizia: “Queria descobrir um erro aí, para cancelar isso.” Aí, começaram os boatos de que ele queria fazer um cemitério – ele nunca quis isso. Quando todo mundo disse: “Não temos uma maneira de cancelar isso, está absolutamente certo. A propriedade era deles, eles fizeram o projeto, estão dando 90% da área para uso público e com a manutenção sem ônus para a Prefeitura ou para o governo do Estado da Guanabara.” Não teve jeito de cancelar. Sabe o que fez Carlos Lacerda? Meteu ele dentro da gaveta. Passou três anos dentro da gaveta dele. Não soltou o processo.

Aí vem o governo Negrão Lima, que também não solta.

Mas aí o governo federal desapropriou a área.

E fez o tombamento?

Não, só desapropriou. Desapropriou a área, pagou. Pagou a área para o Arnon de Mello e para o Roberto Marinho.

Agora que o senhor falou que um prédio foi construído... Se não me engano, para esse prédio ser construído houve a troca do terreno com o da Cidade Nova?

Esse prédio da Coema? Não, a Coema era firma particular.

Mas, para esse prédio ter a aprovação de construção ganhou-se esse terreno (onde está o Arquivo da Cidade, desde 1979)?

Não me lembro disso! Quando o Tamoyo escolheu o terreno para fazer, e disse: “No Brasil não tem nenhum arquivo municipal construído especificamente com técnica para arquivo municipal. Não tenho engenheiros que conheçam isso, preciso mandar gente para fora, para conhecer nos outros países, nas outras cidades importantes. Vou escolher entre três grupos de engenheiros: o Theodor Lorn, o Bertoldo Pogrebinsch,⁹⁶ ou os irmãos Musa.

O que você acha?” Eu disse: “Não tem solução, porque nós não temos pessoal, todo o pessoal que nós temos está fazendo projeto.” Porque antigamente era a gente que fazia os projetos. Hoje se contrata tudo. Os projetos do viaduto São Sebastião,⁹⁷ os projetos dos túneis, tudo, era sempre construído pelos engenheiros da Prefeitura. Então, chamamos o Musa, pedimos uma proposta para ele apresentar, fazer um projeto, mas ele tinha que fazer visitas e trazer, vamos dizer, condições que fossem adequadas ao Arquivo Municipal. E o Musa aceitou, era essa escolha que se faz como carta-convite, mas com...

Notório saber.

Notório saber, exatamente! E eles eram mesmo, e são considerados até hoje, um dos melhores, e eles foram em frente! Fizeram um primeiro esboço, apresentaram, houve umas sugestões de algumas pessoas que estavam na área. E seguiu a toque de caixa, para acabar. Eles tiveram um engano – que soube depois –, eles fizeram uma única parte elétrica e, se enguiçasse um lado, você tinha de mandar consertar, ficava enguiçado. Eu, quando peguei o Palácio da Cidade, que não tinha ar-refrigerado, fui o responsável pelas obras. Mande fazer dois, pois se um enguiçasse eu virava a manivela e ligava o outro na mesma hora. Acho que foi o único engano que aconteceu lá no Arquivo. Não sei se hoje... Pode ver lá, que o Arquivo só tem um, se enguiçar vocês vão sofrer com o calor.

Já sofremos 16 anos, trocou-se o ar-condicionado recentemente. Era o ar-condicionado ainda de março de 1979.

Pois é, um só, mas não pode ter, tem que ter dois. Quem tem um, não tem nenhum.

Questões polêmicas do governo Tamoyo foram a taxa de lixo, que ele estipulou, e o aumento do IPTU.

Olha, enquanto o Faria Lima for vivo, não mostro nada sobre a taxa de lixo. Se eu falecer antes, tenho um embrulho dito assim: “Mandar para o Arquivo Municipal.” Porque a taxa de lixo foi enquanto houve o governo do Faria Lima. O Tamoyo mandou para o Faria Lima, por que o Faria Lima tinha o poder de assinar o decreto e tinha força de lei. O Tamoyo não tinha esse poder. O processo foi devolvido para o Tamoyo, depois de ter rodado lá pelo Estado e por outros advogados, dizendo que o Tamoyo estava autorizado a assinar o Decreto da Taxa de Lixo. O Tamoyo mandou pedindo que o Faria Lima assinasse. E o Tamoyo assinou. E o Tamoyo passou todo o tempo do governo sem dizer nada que ele pediu ao Faria Lima, e que foi o Faria Lima que devolveu. Ele não falou uma palavra!!

Havia alguma incompatibilidade entre o prefeito Tamoyo e o Jaime Lerner?

Não, não, nunca houve. Foram outros grupos ligados ao Faria Lima que não aceitaram a nomeação dele aqui, porque achavam que ele era um aproveitador financeiro, que queria ganhar dinheiro.

E a questão do IPTU, que é outro tema polêmico no governo Marcos Tamoyo? Porque ele aumentou muito...

Ah, não, mas isso tinha que atualizar, contar as paredes, como o César Maia. Todo prefeito quer descobrir uma maneira de aumentar a arrecadação. Mas não quer diminuir o número de funcionários. Essa é que é a grande tristeza.

Outra coisa que ele menciona nas fitas, que penso que não foi concretizado, foi a utilização do lixo da avenida Brasil para produção de gás.

O lixo da avenida Brasil!? Ah, isso foi tentado pelo Gastão Sengés,⁹⁸ na Comlurb, tentado! Mas viram que o resultado do gás metano que ia sair não compensava os gastos, os investimentos. O Parque da Catacumba, eu ia com o Tamoyo às 5 horas da manhã, quando o trânsito ali era menor. Sabe para quê? Para o helicóptero carregar as esculturas e ele apontar onde queria colocá-las. Qual é o prefeito que já fez isso? Nenhum!

Outra coisa interessante também é que, no carnaval – isso é mais pitoresco –, ele gostava de convidar celebridades. Aí, a imprensa questionava os gastos com passagens, estadias...

Mas ele queria mesmo, porque ele disse que isso dava propaganda do Brasil no exterior e traria mais turismo para cá.

Ele fez uma campanha publicitária: “O Rio que o Tamoyo fez pra gente.”

Foi, isso foi o último, foram aqueles, os irmãos Vale. Como é?

Paulo Sérgio e Marcos Vale. E qual era a agência de publicidade?

A agência de publicidade era a MPM,⁹⁹ era uma que era o Sérgio Ferreira, que era filho do Manuel Ferreira, que é o nome de uma rua que tem aqui na Gávea. Manuel Ferreira foi o inventor daquela chapa que tirava “abreugrafia”. Foi ele que inventou. Ele morreu e o Tamoyo disse assim: “Olha, arranja uma rua para dar o nome dele.” E aquela rua estava terminando de ser feita.

Deve valer a pena ver se na MPM tem acervo das campanhas publicitárias feitas para a Prefeitura, para que o Arquivo possa ter uma cópia desse material.

Vou lhe dizer, eles chegaram uma vez, a Iara Vargas e o Sérgio, com a questão, com um cartaz enorme, com o Tamoyo voando. Porque o Tamoyo voou lá da Pedra Branca de asa-delta. Pouca gente sabe, porque ele proibiu que dessem publicidade àquilo. Voou com um desses escritores, que escrevem na revista *Veja*. É Marcos não sei do quê. A Belita sabe, a mulher do Tamoyo. Ele ligou pra mim e disse assim: “Eu vou, você não diz pra ninguém.” Ele ligou para o vermelho, que não tinha interferência: “Eu vou agora sair, nem a Belita, minha mulher, sabe, vou saltar de asa-delta, e depois, quando estiver no chão, ligo pra você.” Eu disse: “Liga mesmo.”

O Tamoyo dizia também que o Rio de Janeiro tinha uma vocação para o turismo de lazer, que quem tinha vocação para o turismo cultural era Paris. Aliás, hoje em dia procura-se incentivar o turismo cultural. Nós temos um patrimônio cultural significativo.

Eu sei, mas é difícil trazer a multidão de gente pra cá, para o turismo cultural, como se leva para Paris. Em Paris nós temos o Museu D'Orsay, o Museu Islâmico, o Louvre, e vai por aí afora. Tem dias que são grátis. Aquilo é de uma limpeza total. E Paris não tem turismo de belezas naturais, aqui nós temos beleza natural. E nós não temos acervo que convide as pessoas que vêm de outros lugares para ver a nossa parte cultural, que é muito maltratada. Sempre vejo os museus federais, o Museu da Quinta da Boa Vista, aquilo não podia estar mais bem tratado? O nosso Museu da Cidade, fico triste, o Largo do Boticário, com casas hoje ainda invadidas! Não podia o próprio governo, a Prefeitura, entrar na Justiça dizendo que aquilo é um bem tombado e tudo, que é pra tirar aquele pessoal que está lá? Porque a família do imóvel que está invadido não tem dinheiro para contratar advogado.

Outra coisa que despertou também polêmica, na época, foi uma discussão que perpassou toda a sociedade, envolvendo também engenheiros, arquitetos, imprensa, órgãos de patrimônio, que foi a demolição do Monroe.

Nós não tínhamos nada a ver com aquilo. Foi o Metrô.

Não, o Metrô tem provas de que ele fez um desvio para não...

O presidente Geisel deu uma ordem peremptória.

Sim, mas foi a Prefeitura que cumpriu?

Não, nós não cumprimos, nós não tínhamos nada a ver com a demolição. Foi algum órgão do Estado, a Prefeitura não teve nada com a demolição.

Discute-se muito hoje a respeito dessa perda de um patrimônio tão importante para a cidade e para o País...

O que houve foi que, naquela área, depois que o palácio foi demolido, o Tamoyo resolveu passar para lá o chafariz mais caro que nós tínhamos aqui. Que era o chafariz francês, também daquela fábrica Val D'Osne,¹⁰⁰ e o chafariz foi colocado, mas não foi a Prefeitura que demoliu, não.

Aquele texto que o senhor escreveu seria muito bom o Arquivo ter, porque é um relato.

Qual? Estes discursos?

Vocês ficaram de escrever um livro, cada secretário escrever um capítulo. Esse é um esboço do capítulo?

Sabe o quê? Vou lhe dizer. Escrevo sem fazer emenda, só escrevo a mão. Faço baixar o espírito. Fico em silêncio e fico escrevendo. Isto aqui foi escrito para a missa do Tamoyo, de 25 anos de falecimento.

Foi em 2005?

Foi. Para os 25 anos de seu falecimento, foi para a missa. Mas o padre vetou esta parte toda e tive que reescrever de um dia para outro, uma coisa pequeninha, sem citar nenhuma realização que ele fez. A missa foi na Igreja Santa Mônica. Fizemos anúncios. É que nós botamos anúncios de cinco em cinco anos. Todo ano tem a missa.

Mas por que vetou? Não é de praxe em missas desse caráter as pessoas falarem sobre as realizações do falecido?

Pode falar, mas ele disse que não queria que se falasse em obras.

Depois trago um termo para o senhor assinar, para que o senhor permita que as pessoas depois leiam. Para que possamos dar acesso.

Ah, não, isso não tem problema. Nem precisa esse termo. Isso aí era para eu falar em nome da família, na missa, tá entendendo? O padre queria que a Belita falasse, depois pediu que as filhas falassem. Nenhuma quis, então ela me pediu e escrevi esse texto.

O senhor acompanhou o Tamoyo na viagem a Israel?

Não, eu não podia, fiquei aqui tomando conta da Prefeitura. Estão nos decretos todos. Tive que ir na semana de Israel, foi casualidade. Ele estava em Israel com Ted Colart, prefeito de Tel Aviv, e com Ibrahim Sued,¹⁰¹ e eu tive que representar a Prefeitura na abertura da Semana de Israel, aqui, que foi no Copacabana Palace.

Qual a origem do seu nome? Serôa.

“Serôa da Motta” é uma família que vem de Sergipe.

Mas os que vieram da Europa, de onde seriam?

Ah, da Europa, de Portugal. Tenho um primo-irmão que está descobrindo essas origens.

Dr. Serôa, muito obrigada pela sua entrevista. Tivemos uma ideia bem precisa de como foi montada a estrutura do governo Tamoyo, da sua importante participação nele, das obras que foram efetivamente realizadas e das dificuldades encontradas para sua realização.



“Havia uma certa barreira à politização dos quadros técnicos. Quando o governador assumia, ele era da UDN ou do Juscelino (do PSD) ou do Getúlio. A gente sabia que um secretário ia ser dessa corrente. Mas ele ia se cercar dos melhores técnicos, independentemente da filiação, ninguém pedia atestado de ideologia.”

SAMUEL SZTYGLIC é engenheiro concursado do Estado da Guanabara desde 1962, cursou Administração Pública na França e na Bélgica (1966). Foi assessor de Planejamento e Orçamento do governo Carlos Lacerda (1963/1965), assessor de Planejamento e Orçamento do governo Negrão de Lima (1966/1968), diretor de Administração e Finanças da SURSAN (1969/1974) secretário de Planejamento da administração Marcos Tamoyo – quando foi elaborado o PUB RIO (1976/1979) –, secretário de Projetos Especiais da administração Israel Klabin (1979), ex-presidente da Associação de Ex-estagiários Brasileiros na França (1979/1981), ex-vice-presidente da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (1988/1991) e ex-conselheiro do Clube de Engenharia.

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir, Sandra Horta e Mauro Osório da Silva (UFRJ) no dia 19/03/2008, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Nós queremos conversar sobre o Arquivo da Cidade. Mas começaremos perguntando ao senhor sobre a sua infância, sua trajetória profissional e sua formação acadêmica.

Nasci no Méier, era um grande centroavante dos times de pelada, e gostava muito de matemática. Aos dez anos de idade cheguei para a minha professora, que estava perguntando aos alunos: “O que é que você vai ser?”. Um disse lá: “Bombeiro, lixeiro” e eu disse: “Quero ser engenheiro mecânico.” Ela me disse: “Por quê?” Expliquei por que e acabei na secretaria, fui chamado à presença do diretor e ele disse: “Professor Marrecas – era o Colégio Dois de Dezembro, no Méier –, o Samuel quer ser engenheiro mecânico e ele vai lhe explicar por quê.” E, em meia hora, expliquei por que, aos dez anos de idade, queria ser engenheiro mecânico.

Estranho, morando em Todos os Santos, sabia porque queria ser engenheiro mecânico. Porque eu tinha um tio que assinava um jornal chamado *O Jornal*¹⁰² dos *Diários Associados*,¹⁰³ e aí se desenvolvia um grande debate entre o Assis Chateaubriand e o Reginaldo Cavalcanti, que era um senador do Rio Grande do Norte. Reginaldo Cavalcanti dizia que o Brasil tinha de ser industrial e o Assis Chateaubriand dizia que o Brasil tinha de ser agrícola. Hoje, não sei quem tem razão, pois até hoje o Brasil é um país agrícola – vive de *commodities*, a maior parte de nossa balança é de *commodities*. Mas, disse que queria ser engenheiro industrial porque achava que o Brasil tinha de ser industrializado. Expliquei isso ao diretor, voltei para a sala. Tinha dez anos, oito anos, depois entrei na escola de engenharia e fui ser engenheiro, não industrial, mas engenheiro civil. Quando terminei o curso, o Lacerda era o governador do Estado da Guanabara, e fez um concurso para engenheiro. Depois de trinta e tantos anos, o primeiro concurso de engenheiros do Estado da Guanabara.

Em que data foi isso?

1962!

O primeiro concurso para engenheiro foi em 1932. Entrou o Oliveira Reis.¹⁰⁴

É, depois dessa época passaram-se 30 e poucos anos e foi um exame direcionado para os acadêmicos. Quem saiu da escola naquele ano, ou no ano anterior, levou vantagem sobre os engenheiros antigos, que já tinham esquecido a teoria, foi um exame teórico sobre fórmulas. Cada prova levava oito horas, realizada na Escola Nacional de Engenharia, e o candidato, depois de três provas – três dias com oito horas de prova, cada dia – 200 engenheiros foram aprovados e o Lacerda disse que queria no Gabinete dele os dois primeiros colocados de cada seção. Porque tinha uma seção de construção civil, outra de estrutura, obras hidráulicas. Eu tinha feito um curso de estradas, fiz então Viação e Urbanismo, fui o segundo colocado, fui trabalhar com o Rafael de Almeida Magalhães, que era o secretário de Governo.

Naquela época, não havia Secretaria de Planejamento. Planejamento era uma noção, não havia ainda sido absorvida no Brasil. Estava começando, com o San Tiago Dantas,¹⁰⁵ no Ministério da Fazenda, tinha aprovado a Lei nº 4.320/1963. Nós trabalhávamos com o Rafael na coordenação de planos e orçamentos, ligada à Secretaria de Governo, não havia a Secretaria de Planejamento. A Lei nº 4.320, que foi assinada pelo João Goulart, foi aplicada pela primeira vez no estado, que era governado pela oposição, que era o Carlos Lacerda. Então, nós fizemos o primeiro orçamento-programa de 1964 para 1965. Era um esboço de coordenação de vários planos – Secretaria de Obras, Educação, Saúde. Tomei gosto pelo planejamento, fiz o curso de Engenharia Econômica, depois de fazer o curso de estradas e comecei a minha carreira na Coordenação de Planos e Orçamentos. Ganhei uma bolsa de estudos, fui para a Bélgica. Passei um ano na Bélgica, não como exilado, mas como “sumido”, porque eu tinha participado da campanha do Flexa Ribeiro, que perdeu a eleição para o Negrão de Lima. Eu disse: “Poxa, não vou ter a menor chance!” Porque assumiu outro governo e nós éramos “lacerdistas” – nunca tinha votado no Lacerda e a maior parte dos assessores dele nunca tinha votado nele (tinham estudantes, com ideias esquerdistas, nacionalistas...)

A Terezinha Saraiva fez parte...

Ela era lacerdista, morava no Grajaú, é uma coisa de que ninguém se livra, não é?! Ela morava no Grajaú, tem que ser udenista,¹⁰⁶ eu morava no Méier, era outra coisa. Então, nós fomos para Bélgica, quando retornamos voltei à Secretaria de Governo e o grupo lacerdista foi salvo por uma chuva. Houve um tremendo temporal no Rio de Janeiro, em janeiro de 1966, quando o Negrão suspendeu o feriado de São Sebastião, caiu um toró, a cidade quase desabou e a dona Ema Negrão de Lima (esposa do Negrão) estava coordenando o serviço de atendimento aos flagelados. Ela se reunia em uma sala dessas do Palácio, com xicrinha de chá, as senhoras dos secretários tomavam chá, e estavam apavoradas sobre o que fazer, quando um colega meu, que tinha um sogro da alta, chegou para o Negrão e disse: “O senhor querendo, nós vamos resolver o seu problema dos flagelados, mas é um grupo todo de lacerdistas, rapazes que trabalharam no governo passado.” Ele disse: “Traz aqui a turma e mãos a obra.”

Trouxemos um mapa do Estado da Guanabara e pusemos na parede. E a dona Ema falou: “Oh, agora estou começando a ter confiança em vocês.” Porque ela não sabia nem onde ficava o Méier, a Tijuca. Nós conhecíamos porque tínhamos trabalhado no planejamento, conhecíamos as ruas, as avenidas, conhecíamos as pessoas dos Distritos de Obras, de Água. Pegávamos o telefone: “Precisamos de água, assim, assim!” E começamos a sugerir à dona Ema que retirasse todos os flagelados das escolas que foram invadidas, levamos todos para o Maracanzinho. E aí, o secretário de governo do Negrão, chamado Humberto Braga, que é médico e foi para o Tribunal de Contas, disse para o Negrão: “Tem que aproveitar esses caras, esses caras sabem tudo da cidade. Você coloca secretários de tua confiança e deixa esse time técnico trabalhando.”

O orçamento-programa, lá do governo Lacerda, no final, a partir de tudo que era atividade-fim, foi colocado como investimento ou não? (Pergunta de Mauro Osório)

Não, só as despesas de investimento. O custeio, não! Pessoal e material eram operacional, não era investimento. E taxa de investimento correspondia a 20% do orçamento. Era reservada para investimento. Eram altos os investimentos na época do Lacerda e do Negrão. Muito altos. Na educação, na construção de escolas...

Porque o Rafael de Almeida Magalhães teve uma ideia de que tudo que é atividade-fim deve ser classificada como atividade... (Pergunta de Mauro Osório)

“Educação também é investimento”, pode ser um *slogan*, mas contabilmente também não foi assim. Contabilmente, o investimento é só escola, reforma, construção, novos equipamentos. Agora, a parte de material de consumo, como a parte de educação, era despesa corrente.

Além disso, se a gente olhar no governo Negrão, havia algumas pessoas que eram do segundo escalão do Lacerda e que acabaram secretários do Negrão... Pergunta de Mauro Osório)

Porque havia uma certa barreira à politização dos quadros técnicos. Quando o governador assumia, ele era da UDN ou do Juscelino (do PSD),¹⁰⁷ ou do Getúlio. A gente sabia que um secretário ia ser dessa corrente. Mas, ele ia se cercar dos melhores técnicos, independente da filiação, ninguém pedia atestado de ideologia. Ele não te chamava por que você tinha votado no Negrão, ou contra o Negrão, ele te chamava por que você era o melhor daquela especialidade. Hoje, isso tudo acabou, se você não for de confiança canina do cara, ele nem te nomeia, não quer saber se você sabe ou não sabe, você tem que ser filiado àquela corrente dele. Hoje, estávamos até comentando no Centro Cultural da Sociedade dos Engenheiros, nós estamos atingindo um ponto de negação completa da capacitação técnica. Os quadros técnicos estão sendo ocupados quase todos por pessoas que não têm quase capacitação.

E aí não existe funcionário de carreira.

Quase acabou a carreira...

Que eram os que tinham o conhecimento, que traziam a bagagem, a massa crítica, a base política, a memória.

Havia a memória. Então, o Negrão, que se elegeu com o *slogan*: “O povo não come viaduto”...

Fez mais do que o Lacerda! (Fala de Mauro Osório)

Fez mais do que o Lacerda, porque o secretário de Obras dele, o Raymundo de Paula Soares, que tinha sido diretor do DER, com o Lacerda, era um “homem de obras”...

O Negrão fez 40 viadutos, o Lacerda fez um pouco menos. (Fala de Mauro Osório)

Porque você tinha que entregar o produto. O governador era como o chefe de uma empresa que produz cerâmica. Não adianta você dizer que vai fazer a cerâmica mais bonita do mundo. Você tem de saber que, no final do ano, o dono da empresa vai perguntar: quantos metros quadrados você fez de cerâmica? Fiz três viadutos, fiz três escolas, não sei quantos hospitais. Hoje, o cara não precisa fazer mais nada disso, hoje o cara vende éter, planos. Começou a surgir o “tudo pelo social!” Ninguém sabe o que é isso.

Pelos dados que constam do livro da Marly Silva da Mota,¹⁰⁸ do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas) na média, o governo Lacerda chegou ao investimento, no sentido tradicional, em torno de 30% ou um pouco mais. (Pergunta de Mauro Osório)

É porque tinha muito dinheiro, mas fora do orçamento. Havia recursos do BID, financiamento para construção do Guandu, obras para as escolas. Havia no orçamento despesas extraorçamentárias, se você computar tudo...

Mais de 35%... (Fala de Mauro Osório)

Hoje, seria impensável.

Por outro lado, você tinha o formato tributário também, porque normalmente o imposto estadual é usado para investir na cidade... (Fala de Mauro Osório)

No estado. Era uma cidade-estado. E depois houve uma grande evolução com a criação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias).

O Lacerda elevou o IVC, que era o Imposto sobre Vendas e Consignações. Quando entra o Negrão, tem-se a reforma tributária e o ICM é igualado por cima, porque mesmo com a elevação do Lacerda, ainda era menor do que em São Paulo, em Minas Gerais... (Fala de Mauro Osório)

Sabe o que quer dizer isso? Você pode dar o dinheiro que quiser para uma equipe inoperante, não vai gastar, não vai conseguir gastar! Porque é difícil gastar. Você tem que fazer projeto, você tem que fazer concorrência. Tem que comprar cimento, pedra, tem que comprar vergalhão. Era complicado. A máquina pública é difícil. Você trabalhava sábado, domingo e de noite o governador ligava para a sua casa...

Porque naquela época não havia terceirização de obras, eram os próprios engenheiros da administração pública que estavam à frente dos projetos, não é?

É, e não havia muito essa questão da publicidade, da propaganda. Hoje são tudo fogos de artifícios, éter. Agora mesmo vai começar a época das grandes ideias, véspera das eleições, vai ter o trem-bala para a Barra, vai ter helicóptero que vai viajar debaixo d'água, vai ter barco que vai sair da Barra e vai desembarcar na Praça XV. O trem que vai sair da

Barra e vai para Irajá! O bonde, tudo mentira. Há quantos anos se ouve falar disso como programa de governo? Desde quando começaram as eleições para Prefeitura do Rio de Janeiro. Naquela época, o Negrão, quando fez a Sursan, criou um plano diretor, aquilo era seguido religiosamente, você tinha de canalizar os rios, fazer as avenidas, todas! Era um plano do estado, não era um plano do governo. O governo acabava, havia outro e aquilo ia continuando. Hoje, as obras são começadas e abandonadas, os esqueletos estão jogados por aí, sem serem utilizados. Quanto custa isso? Uma fortuna, isso não cai do céu.

No final dos anos 1950, a Sursan foi fundamental, mas a grande virada foi a partir do Lacerda. (Fala de Mauro Osório)

Mas imagine o trauma que é uma capital, com um estado que deixa de ser capital da República? Tudo vai para Brasília...

Mas vai devagar! (Fala de Mauro Osório)

Não, os recursos foram. Você falou no Luís Alberto Bahia.¹⁰⁹ Eu estive com ele junto ao Reis Veloso, em uma sexta-feira chuvosa, porque quando houve a transferência da capital, o San Thiago Dantas fez uma lei dizendo: “Todos os serviços que ficassem na Guanabara seriam custeados durante dez anos – de cinco a dez anos – pelo governo federal: Justiça, Polícia, bombeiro, presídio.” Tudo isso ia ser pago pelo governo federal. Chegou no terceiro ano, o Veloso disse ao Negrão: “Olha, não coloquei no orçamento, te vira!” O Luís Alberto Bahia, que era o chefe da Casa Civil, ligou para o meu chefe, Eduardo Portella Netto – e eu atravessei, em dia de chuva, me lembro como hoje, detesto chuva e tive de atravessar o Castelo, eu trabalhava na Erasmo Braga. Fui até o Gabinete dele e ele: “Dr. Bahia, a Guanabara é muito rica para receber dinheiro do Nordeste, se vire!!” e o Bahia, que era do Conselho da Fundação Getúlio Vargas, conhecia muita gente... Acho que o Veloso também. Ele disse: “Mas como, o nosso orçamento já está na Assembleia, como é que nós vamos conseguir custear esses serviços todos, se você não me avisou com antecedência?”

E foi uma batalha tremenda. Tivemos que apresentar uma emenda ao orçamento federal. Nenhum senador da Guanabara quis apresentar a emenda, porque todos eram contra o Negrão: Gilberto Marinho, Gama Filho e era um outro do PTB.¹¹⁰ Quem apresentou a emenda foi o Carvalho Pinto, que era amigo do Lacerda, da UDN de São Paulo, também do conselho deliberativo – sei lá –, consultivo, curador da Fundação Getúlio Vargas. Apresentou uma emenda dizendo que pelo menos durante dois anos aqueles recursos seriam da Guanabara, depois de dois anos a gente tinha que se virar.

Mas isso já no governo Negrão? (Pergunta de Mauro Osório)

Era governo Negrão e era briga da Revolução contra o Negrão.

Tem certeza que na lista do Dantas são dez anos? (Pergunta de Mauro Osório)

Tenho a impressão de que era um tempo muito longo. Não tenho certeza se eram dez anos, mas pelos menos cinco anos eram!

Sabe por quê? (Pergunta de Mauro Osório)

Um ano não pode ser. Porque você recebe não sei quantos presídios, Polícia, bombeiro, e você, com os recursos do Estado não vai conseguir manter. Porque aqui, na Capital Federal, estava a maior rede de presídio, de hospitais. E isso é muito caro!

Mas a maior parte disso continua federal. Até hoje o Hospital da Lagoa é federal. (Fala de Mauro Osório)

Hoje ele não é mais federal, hoje tem o SUS,¹¹¹ que paga isso.

Mas não é federal, chegou a ser do prefeito... (Fala de Mauro Osório)

É, vai e volta e vai...

É, ficou pouco tempo com a Prefeitura. (Fala de Mauro Osório)

Mas é um trauma, o orçamento é sempre muito apertado. Então, você vê, a Capital Federal foi embora, depois, outro trauma foi a Fusão. Você ganha uma guerra, um estado com mil km², ganha mais 39 mil km². Da região mais bonita do Brasil, tem praia, serra. No Rio de Janeiro, a elite carioca que mora em Ipanema é virada de costas para o subúrbio. O Estado do Rio nunca interessou à elite. Então, nós fomos ocupados politicamente pelo pessoal do Estado do Rio.

Mais ou menos, mais ou menos! Quem é que ganha a disputa do MDB?¹¹² O Chagas. (Fala de Mauro Osório)

O Judiciário é dele, a Polícia é dele, o Legislativo é comandado por ele. Ele ganhou a eleição? O Chagas nunca foi eleito no Rio, ele foi nomeado!

Eu sei, mas o MDB da cidade ganhou a disputa para o MDB do antigo Sodré. O Chagas era muito mais atrasado que o Amaral, muito mais! A Arena da cidade ganhou da Arena do antigo Estado do Rio. (Fala de Mauro Osório)

O Chagas era MDB?!

MDB! E o Amaral também. E o Chagas derrota o Amaral. Então, quem ganha é a política carioca... (Fala de Mauro Osório)

Mas a máquina, o segundo escalão que faz mover a máquina, é muito mais politizado do outro lado da baía do que aqui. Nós não éramos tão politizados. Eles sabiam como se mexer. Eles sabiam nomear os desembargadores...

Mas isso é uma coisa curiosa, pelo seguinte, acho que a Fusão tinha de ter sido feita em 1960. Existia maioria nos formadores de opinião pró-fusão, em 1958. O Manifesto dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, em 1956, é a Fusão, quase todos assinaram. E mais, de 1960 a 1974, se a Guanabara se moderniza, em boas gestões como a do Lacerda e o governo Negrão, o antigo Estado do Rio continua sendo um... (Fala de Mauro Osório)

Porque morreu Roberto Silveira.¹¹³

Morreu o Roberto Silveira, entra Celso Peçanha,¹¹⁴ depois o Badger.¹¹⁵ Então, quando a gente faz a comparação entre a cidade e o estado em 1974, é totalmente diferente do que se tivesse feito em 1960. (Fala de Mauro Osório)

Foi um azar...

Vamos tentar voltar um pouco. Na época do governo Lacerda, o Marcos Tamoyo foi secretário de Obras.

Começou como diretor da Sursan, fazendo túnel, fazendo aterro do Flamengo, o secretário de obras era o Enaldo Cravo Peixoto, que era um grande engenheiro, alagoano, 1,60m no máximo, mas era o líder de toda a “engenheirada”. Ele botava a turma para trabalhar e queria suceder o Lacerda. Todo secretário de Obras acaba naturalmente sendo candidato à sucessão do dirigente atual, porque ele é que aparece, é que faz as obras...

Existia essa tradição de os prefeitos serem ou engenheiros ou médicos?!

O último político e médico foi o Pedro Ernesto, depois não teve mais médico!

Estou falando anteriormente, desde a época da criação da Prefeitura.¹¹⁶

Médicos do subúrbio, se elegendo sempre vereadores.

Mas vocês vieram de uma geração da Sursan. Toda a “engenheirada”!

Não, só a Sursan. Ao longo do curso, os engenheiros foram distribuídos por todas as secretarias.

O senhor foi para qual Secretaria?

Secretaria de Governo! Porque eu tinha feito o curso de Engenharia Econômica.

Onde estava o Tamoyo?

O Tamoyo era diretor da Sursan, depois secretário de Obras, quando o Enaldo Cravo Peixoto foi ser governador,¹¹⁷ saiu, e o Tamoyo assumiu as obras do Túnel Rebouças, do Aterro, dos Viadutos.

Quantos engenheiros existiam na Prefeitura anteriormente ao concurso?

Deve ter tido 200, no máximo!

Quer dizer, dobrou, não é? Isso é importante, porque na verdade o governo Lacerda faz concursos em todas as áreas. Para professor também. Não existiam economistas, estatísticos, nem geólogos... (Fala de Mauro Osório)

Depois vem o concurso para estatístico, para economista. Já no governo Negrão, começa a surgir um grande debate, que é o esvaziamento da Guanabara. Começa a surgir a ideia de que a Guanabara está perdendo peso relativo em relação aos outros estados da federação. Como é que a gente pode ultrapassar isso? É uma discussão que até hoje permanece.

Mas, nessa época, o João Paulo de Magalhães¹¹⁸ fez um texto dizendo que naquele momento isso não estava ocorrendo. Ele era ligado ao Rafael (de Almeida Magalhães) É primo do Rafael... (Fala de Mauro Osório)

E foi ele que comandou dizendo que, naquela ocasião, ainda não estava se esboçando um esvaziamento.

Quando o senhor estava na Secretaria de Governo, o senhor era da equipe ou ocupava algum cargo de confiança?

Era engenheiro auxiliar de um homem chamado Jorge Ernesto de Miranda, um homem que descobriu que o Negrão tomava banho às 6h30, no Arpoador. Ia tomar banho todo dia no Arpoador, para encher a paciência do Negrão, dizendo o seguinte: “O Rio precisa de um metrô!” Ele fez um estudo-livro, que tenho até hoje, que começa com a seguinte frase, a introdução: “Montado em um raio de luz, a lua é o subúrbio do Rio de Janeiro. Sentado no chacoalhante trem, que vai para Santa Cruz, o Rio é uma galáxia distante da Terra.” Então, sem metrô, sem transporte de massa não tem saída para nenhuma metrópole – São Paulo hoje é um exemplo. O Negrão ficou tão cheio dele, todo dia na praia, às 6h30, que disse: “Humberto, nomeia esse cara para presidir uma comissão para estudar o metrô.” Ele aceitou, e começou a montar uns estudos que geraram depois a Companhia do Metropolitano.

E chegou a concretizar os estudos? (Pergunta de Mauro Osório)

E apresentou. Porque o primeiro estudo do metrô no Rio de Janeiro, dos ingleses, em 1929 – tem um amigo meu que diz que em vez de fazer a “Revolução de 30”, deveria ter sido feito o metrô no Rio de Janeiro –, a Light apresentou um projeto completo, até o detalhamento dos parafusos que deviam ser instalados. Mas, surgiu um problema, eles queriam uma concessão de 20 anos para explorar o metrô. “Mas os gringos vão ganhar muito dinheiro! Não dá para eles não!” Depois vieram os franceses, fizeram um estudo, a França tem muito bom *know-how* de metrô. Trinta anos depois, inauguraram o primeiro trecho, que é o “Glória-Cinelândia”.

Nós andamos nele, em 1977.

Em trem de feira de amostra. E hoje está isso aí. O metrô também não foi tranquilo. Veio o governo do Brizola e arrancou os trilhos do metrô. O metrô estava pronto até Irajá e

regrediu até Maria da Graça. Porque o metrô era uma obra para a elite. Hoje, quem usa o metrô são os operários, os trabalhadores que moram na Zona Norte, que têm um sistema decente. Sempre tive muita preocupação com o transporte de massa, com o planejamento. É quase uma mística, nunca fiz nada que não fosse planejado, organizado, com sistematização, padrões. Você tem que ter padrões. Uma obra não pode ser: “Gastamos cem milhões para fazer um viaduto.” E ele foi construído? Às vezes é um viaduto que está pendurado, que não liga nada a nada. Sem as cabeceiras de acesso. Mas hoje isso está valendo. Quem manda! Os grandes construtores do Brasil hoje, quem são? Duda Mendonça. O outro cara que vai assessorar, não sei quem, eles vão produzir fogos de artifícios lindos. Até hoje recebo cumprimento porque a Praça da Bandeira nunca mais encheu. A Prefeitura não botou um tostão ali, sabe o que aconteceu? Nunca mais choveu.

Nunca mais choveu???

Nunca mais choveu! Então, não encheu a Praça da Bandeira. Nunca mais choveu como antes e, coincidentemente, a maré nunca subiu na ocasião.

Pois é, porque essa é a questão, o rio Trapicheiros...¹¹⁹

Está tudo ali, igualzinho, com as camas, cadáveres que aparecem e interrompem a saída da água. “Vocês da Prefeitura são brilhantes, nunca mais encheu a Praça da Bandeira.” Então, o problema hoje é a divulgação!

Vamos tentar amarrar o Arquivo da Cidade nessa trajetória. Parece que o Carlos Lacerda criou a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico,¹²⁰ até porque ele queria tomar o Parque Lage, essa foi uma das razões de ele...

Mas a Divisão de Patrimônio é anterior... Ninguém antes podia ter feito isso, porque quem tomava conta do Patrimônio do Distrito Federal era o IPHAN, não é?! Que era federal. Quando se criou o Estado, o Estado tinha que ter o seu Departamento de Patrimônio.

Gostaríamos de saber se nessa época havia alguma preocupação com o Arquivo. Sabemos que houve uma inquietação com o patrimônio – no caso, o Parque Lage, depois o Solar Monjope, que também houve uma comoção com relação à demolição desse solar.

O Arquivo no sentido de documento? Não!

Nesse período, só mesmo com o Marcos Tamoyo?!

O máximo que havia era uma Divisão da Carta Cadastral. Era um órgão que centralizava os dados sobre o subsolo, com os projetos de dutos, água, esgoto, telefone, havia uma comissão que coordenava os buracos na cidade. Essa comissão tinha essa intenção. Mas o melhor arquivo do subsolo, quem detém até hoje é a Light.

Este arquivo não está mais aqui, está no Canadá.

É essa a tradição da memória... Porque isso facilita e economiza muito recurso. Quantas obras se abriam e, na hora que você furava, entrava uma rede, alguma coisa que não estava nem registrada. Você teria que reconstruir tudo.

Sempre afirmamos que essa é a razão do Arquivo da Cidade ser tão importante, pode ajudar o administrador público a definir políticas públicas, a fazer intervenções no tecido da cidade.

Reduzir custo, aumentar produtividade, a velocidade das obras.

Mudando um pouco o assunto, como é que o Marcos Tamoyo chegou a prefeito nomeado? (Pergunta de Mauro Osório)

Aí, vou ter que abrir os meus arquivos pessoais. Eu era assessor do secretário de Obras, Emílio Ibrahim, porque eu era ligado à parte de orçamento.

Isso quando você volta da Bélgica?

Não, depois. Voltei da Bélgica já no final do governo Negrão.

A ida à Bélgica foi patrocinada pelo governo? (Pergunta de Mauro Osório)

Negrão! Tive que assinar um contrato, com a ESPEG.¹²¹ Durante cinco anos eu não poderia abandonar a engenharia. Mas, muitos anos depois, assumiu o Chagas Freitas, o Emílio Ibrahim é nomeado secretário de Obras, e eu trabalhava na Sursan. A Sursan ia acabar, fui liquidante da Sursan, eram sete mil empregados, tinha uma agenda que joguei fora, não dormia e a agenda ficava do meu lado, eu listava 20, 30 ações a serem realizadas no dia. A Sursan era muito complexa, uma mão de obra danada.

Por que é que acabaram com a SURSAN? (Pergunta de Mauro Osório)

Porque começou a sucessão do Chagas Freitas. A parte importante dessa questão do planejamento no Brasil. Bem, voltando, então começou a abrir para mim a carreira, assessorando o Marcos Tamoyo. Ele também não deixava ninguém dormir. Sábado e domingo, de noite, de madrugada.

Você não foi o primeiro secretário de Planejamento?

Não, fui o subsecretário. O primeiro secretário foi o Pedro Teixeira Soares, um bom colega e arquiteto, especializado em legislação urbana. Um dia, fui chamado à casa do Tamoyo e ele me disse: "Olha, a Prefeitura vai falir!." Porque havia uma grande rivalidade entre o Tamoyo e o Faria Lima.

Eles não se relacionavam bem?

Não. O Faria Lima não queria o Tamoyo como prefeito. O Faria Lima, todo mundo sabe, já se passaram 30 anos, posso falar, ele queria, ele achava que a Prefeitura do Rio de

Janeiro ia ser uma Secretaria de Governo do Estado. Ia nomear o comandante Baltazar, que era o homem de confiança dele, era um cara super-honesto. O governo Faria Lima foi um dos governos mais honestos e efetivos que tivemos aqui, depois da Fusão. Era um homem que não era muito simpático, mas realizou coisas em um período, que poucos fizeram. Ele se cercou de gente que veio de Brasília e do interior, que deu muita ênfase ao desenvolvimento do interior, ao desenvolvimento da agricultura, à construção de terminais rodoviários nas cidadezinhas

Mas a visão do Faria Lima não era excessivamente a do interior? Que significava 1% do PIB do Estado? (Pergunta de Mauro Osório)

Não era só a agricultura, ele teve como secretário de Transportes o Josef Barat, que fez muita coisa pelo transporte no interior. Ele também trouxe muita gente do governo Lacerda, muita gente... O interior botou muita gente no antigo Estado do Rio.

Os antigos secretários eram mineiros? (Pergunta de Mauro Osório)

Eram de Brasília. O Ronaldo Costa Couto e o pessoal que veio. Mas que depois gostaram do Rio.

Desde a mudança da capital, há uma grande ignorância em relação ao Rio, porque a nossa tradição, exatamente pensada naquele tempo, até hoje... (Pergunta de Mauro Osório)

Basta ler o título nos jornais. *Jornal O Globo, Jornal do Brasil*. O primeiro jornal carioca foi esse, o [Jornal] *da Cidade*.¹²²

E a COPEG,¹²³ Companhia de Desenvolvimento da Guanabara? (Pergunta de Mauro Osório)

É na época do Lacerda.

É, e do Negrão. A COPEG ajudou mais no setor imobiliário. (Fala de Mauro Osório)

No desenvolvimento da construção civil.

Enfim, mas havia uma enorme ignorância. O secretário de Ciência e Tecnologia do Negrão, que foi o Arnaldo Niskier, tinha um livro chamado *Rio: ano 2000*,¹²⁴ e nesse livro ele falava que o carioca, no final dos anos 1960, descobriu que, com relação ao conhecimento local, não passava de um truque “Estado-universidade.” Então, havia realmente, até hoje, pouca reflexão. Acho que, talvez, o Marcos Tamoyo tivesse um diferencial com relação aos outros, exatamente pela vivência na cidade. Diz-se que quem levou a proposta do Túnel Rebouças ao governo Lacerda teria sido o Marcos Tamoyo. (Fala de Mauro Osório)

Foi o Marcos Tamoyo! Segundo diz o Serôa da Motta, ele levou o projeto e o Carlos Lacerda disse: “Faça! Mas, além disso, o Riocentro.”

O Riocentro foi Tamoyo. A Marina e o Autódromo¹²⁵ também...

A aquisição do Palácio da Cidade... Veja, qual o outro gestor, desde Tamoyo, que tem, por exemplo, iniciativas estratégicas como essa? Imagine o Rio de Janeiro sem o Riocentro? Não teria tido o Pan-americano,¹²⁶ por exemplo, e uma série de outras coisas antes do Riocentro, que foram fundamentais. Acho que foi uma maluquice ele ter perdido a Fórmula 1.¹²⁷ O governo Lacerda ou Negrão, não sei como foi isso... (Fala de Mauro Osório)

Não, quem perdeu foi o Brizola, o Trajano Ribeiro que perdeu...

Mas foi no governo Marcelo (Alencar), não? (Pergunta de Mauro Osório)

Perdão, era o Marcelo. O Marcelo, prefeito; o Brizola, governador; e o Trajano Ribeiro, secretário de Turismo.

Porque, na verdade, a gente briga por um Pan-americano, briga por uma olimpíada. Uma Fórmula 1 – qual é a cidade do mundo que não quer? Todo ano tem – uma cidade clássica, como a nossa. (Fala de Mauro Osório)

Quando começamos a pensar essa história do Arquivo e centramos no governo Tamoyo, por questões óbvias, fica muito claro – e aí, falo na visão do historiador – como é que deu para fazer tanta coisa? Hoje em dia surpreende – em quatro anos, como é que você estruturou um governo...

A Prefeitura começou em uma sala igual a essa, no sexto andar da Avenida Erasmo Braga, 118. (Fala de Mauro Osório)

Educação, saúde, parques, iluminação... Tecnicamente, como você construiu equipamentos? Havia recursos?

Dinheiro era difícil!

A máquina, que foi muito estruturada na década de 1960... (Fala de Mauro Osório)

Mas que se desmontou!

Em quatro anos? É difícil, não desmonta tanto assim, muito concurso, muita gente jovem... (Fala de Mauro Osório)

Mais ênfase, prioridade no currículo.

E a Prefeitura itinerante, realmente funcionou?

Funcionou. Marcos Tamoyo levava os secretários para o subúrbio, eles ouviam, administravam e a gente recebendo planejamento, uma lista de coisas que tinha de incluir no orçamento. Porque isso deve ter acontecido em todas as áreas – na área de planejamento, de engenharia das obras. Nós vínhamos de um concurso, éramos colegas de faculdade, cinco anos estudando juntos. Antigamente existia turma, a gente sabia quem era o cara, se o cara gostava de trabalhar, se não gostava, se o cara gostava de trambique. Então, quando a gente pegava o telefone e dizia: “Colega, estou precisando de dois caminhões de asfalto

e vou lhe pagar depois”, e o cara dizia “Ok”, para nós estava selado. No dia seguinte, tinha um caminhão de asfalto cobrindo o buraco, e eu, como secretário de Planejamento, ia resolver o problema orçamentário.

Hoje, você não pega o telefone para falar com ninguém, você não conhece quem é que está do outro lado. As pessoas são misturadas por questões políticas. Vem um baiano que vai dirigir um negócio no Rio de Janeiro, o cara do Rio de Janeiro que vai para a Bahia, não conhece ninguém! É como se fosse um colonizador inglês, com aquele chapéu, ele precisa de um guia local para se encontrar. E nós estávamos dentro da terra, nós conhecíamos as pessoas, as coisas eram resolvidas pelo telefone. Então, esse conhecimento, esse entrosamento devia existir na educação, na saúde, em todas as áreas. A coisa funcionava como uma empresa. Já imaginou, o cara da Vale do Rio Doce ligar e dizer: “Alô, eu estou precisando de um vagão.” Faz um memorando aí, empenha! A verba leva três anos, acaba que não precisa mais do vagão!

O Marcos Tamoyo vai ser nomeado, em não ter sido nomeado... (Fala de Mauro Osório)

.... o Emílio Ibrahim, por exemplo.

O Emílio Ibrahim, por exemplo, ou uma pessoa do governador. Talvez tenha sido um prêmio de consolação do Golbery, porque o Rafael de Almeida Magalhães me falou que, em um determinado momento, parecia que o Golbery é que ia ser o governador da Fusão. Que o Golbery, inclusive, chegou até a chamar pessoas que ele conhecia...

Não, não era do feitio dele. Como executivo, era mais um articulador.

Mas, dizem que ele, inclusive, para começar a organizar a equipe... (Fala de Mauro Osório)

Nunca ouvi falar nisso.

E aí faz sentido, de repente ter sido depois, como prêmio de consolação, ele indicar o Marcos Tamoyo, já que ele não conseguiu ser o governador da Fusão. (Fala de Mauro Osório)

Chamou o Paulo Aquino, chamou o Felipe Cardoso, todo mundo que tinha trabalhado, de alguma forma ou de outra, com o Lacerda. Nós éramos mais jovens, ninguém era secretário, éramos diretores, assessores de planejamento. Dez anos depois, nós podíamos encarar uma secretaria.

Com a Fusão, quanto tempo demorou para se instalar a Câmara de Vereadores?¹²⁸

Durante um ano, um ano e meio, a Câmara não existia. Havia na Assembleia Legislativa um grupo de 21 deputados, que substituíram os 21 vereadores do Rio de Janeiro, que se

elegeram, e que era subordinado ao presidente da Câmara. A líder desse grupo era a Sandra Cavalcanti, que teoricamente tinha ligações com o governador. O governador, quando queria fazer algum pedido, ou em relação à Prefeitura, o Tamoyo falava com o governador, e o governador falava com esse grupo dos 21. Isso durou pouco tempo, porque logo depois houve uma eleição e a oposição ganhou. O MDB tinha 14 e a Arena tinha sete. Diga-se, a bem da verdade, o Tamoyo nunca se desfilou do MDB. Ele era MDB e...

O César (Serôa da Motta) disse que ele acabou se filiando à Arena, por pressões.

Eu, por exemplo, nunca recebi pressões para me filiar a partido nenhum. Eu não era nem MDB, nem Arena, porque havia um mito de que todo secretário que assumisse tinha que ser da Arena. A mim, nunca pediram nada, talvez por eu ter sido secretário um ano e meio depois – porque primeiro fui subsecretário.

Mas, então, a Câmara para ser instalada demorou um ano e meio? E será que isso “facilitou”, de alguma forma, o governo Marcos Tamoyo?

Ficou mais próximo! O Tamoyo tinha um representante, um assessor legislativo, que era o Carlos Brito, ele tinha perdido a eleição para vereador, era um homem muito elegante, muito educado, tinha um bom trânsito. Foi comodoro do Yacht Clube. Ele era o homem que fazia a ligação entre a Câmara de Vereadores e o Palácio da Cidade. Diga-se, a bem da verdade, o Tamoyo tinha o melhor relacionamento com os vereadores, era um cara educado, que ouvia todo mundo, transitava no Palácio a oposição, o governo. O único que não entrava muito lá era o Romualdo Carrasco. Porque ele tinha um inimigo...

O problema com a Terezinha Saraiva, por causa da merenda escolar.

É, ele tinha um problema seríssimo, mas ele nunca se atritou com o Tamoyo, não. O atrito dele era com a Terezinha Saraiva.

Você estava contando que a Prefeitura começou...

Em uma salinha igual a essa... Na Erasmo Braga, 118, 6º andar, onde era a Secretaria de Obras. O César Serôa da Motta, como assessor dele, disse: “Olha, o Emílio foi embora, tem uma sala aqui com uma mesa de reuniões, querem começar aqui?” Foi em um sábado, no dia 15 de março, um calor desgraçado, fomos ao Palácio Guanabara, o Tamoyo foi nomeado pelo Faria Lima, meia hora depois apareceu lá na Erasmo Braga e começou uma reunião. Os secretários estavam presentes. Um, que não era secretário e estava presente, era eu! Eu era subsecretário. O Serôa disse: “Fica aqui, que você é importante, porque você vai ser o homem do orçamento.” Fiquei lá ouvindo, tomaram posse o Ronaldo Mesquita, o Orlando Feliciano Leão, o Felipe Cardoso.

Eram sete secretarias. Hoje são 700 mil, sei lá quantas subsecretarias. Empresas eram a Riotur, a Comlurb, não tinha mais nada, eram duas ou três empresas, sete secretarias – Secretaria de Turismo, que era o Vítor Pinheiro, tinha a de Administração, que era o Paulo

Aquino de Oliveira Lima, de Educação (e Cultura), a Terezinha Saraiva. Era um grupo muito pequeno e fomos organizando, comprando sede, alugando sede, comprando cadeiras –, pegávamos as lixeiras e virávamos para sentarmos, porque não havia cadeiras. Nós tínhamos que produzir documentos, relatórios, e começou a faltar dinheiro. Tive a ideia brilhante de dizer ao Tamoyo: “Olha, estão tentando te asfixiar, você vai pedir as contas, e tenho uma solução. Vamos montar um programa para pedir empréstimo aos bancos: à Caixa Econômica, ao BNH para construir hospitais, escolas e tocar o barco.” E aí saímos fazendo, teve o Plano de Ação Integrada para fazer escolas, hospitais, montava, trabalhando dia e noite, levamos a Brasília e os recursos foram liberados. E aí, começou-se a produzir e a realizar. Fez-se muita escola...

Pediram também para o Golbery, não? (Pergunta de Mauro Osório)

É, nós íamos muito a Brasília. Ao Banco Central, à Caixa Econômica, o segundo escalão rodava muito. É claro que se o Golbery não quisesse mandar o dinheiro, não saía o dinheiro! Mas aí...

Para o período de crescimento econômico. (Fala de Mauro Osório)

A Prefeitura começou a realizar muita coisa e tenho a impressão que a essa altura já pagou todos os empréstimos, eram empréstimos curtos, de 20 anos, para fazer escolas, fez-se o Riocentro...

Construíram os Centros de Saúde.

Centro de Saúde. Fui a várias inaugurações. Este prédio (Arquivo da Cidade).

O prédio do Arquivo da Cidade e a Marina são do último dia do governo. Há muitos parques também. Iluminação pública do Aterro do Flamengo. O Marcos Tamoyo diz, em uma das fitas do acervo do Arquivo, que ele deixou o governo endividado.

Isso é normal. (Fala de Mauro Osório)

Qual é a família que não está endividada?

A do imigrante, que paga tudo antes! (Risos).

Eles têm uma visão de que dívida é ruim... (Fala de Mauro Osório)

Depende em que você investiu...

Se você vai fazer uma dívida que vai jogar mais receita na frente, para melhorar a vida da população, maravilha. Graças a Deus! (Fala de Mauro Osório)

Não pode pegar dinheiro e jogar no lixo.

Não pode pegar o que não puder gastar, não pode desperdiçar...(Fala de Mauro Osório)

Porque você paga taxa de administração. O “taxímetro” liga, na hora em que você levanta o dinheiro, começa a dever.

O Brasil deixou de ter inflação, nesse sentido até virou um país mais decente. A relação dívida-PIB tem aumentado, graças a Deus! Tem crédito consignado, as pessoas estão consumindo mais, a economia volta a crescer. (Fala de Mauro Osório)

Está tudo girando, é normal. E a dívida dele era praticamente com a Caixa Econômica. O BNH, o BNDES, a gente não usava muito não! Talvez a Comlurb tivesse comprado equipamento. Financiamento para material, máquinas, a Comlurb se estruturou. Recebi a visita do prefeito de Tel Aviv, ele entrou na minha sala e disse: “Quero conhecer o diretor da Comlurb.” Eu disse: Por quê? “Nunca vi uma cidade, desse porte, tão limpa.” Chamei o Gastão (Sengés) e ele ganhou um contrato de 15 dias, levou a mulher e ficou 15 dias ensinando ao prefeito de Tel Aviv como é que se limpa uma cidade. Até hoje a Comlurb mantém um padrão elevado de limpeza. O Rio de Janeiro é apreciado em relação às outras cidades. É uma metrópole que tem a avenida Rio Branco varrida oito vezes por dia. Quer dizer, sete vezes por dia a população suja a Rio Branco. Tem os camelôs, que largam tudo por lá: quentinha, lata de coca-cola. A Comlurb foi constituída com um padrão muito bom.

A Comlurb é criada no governo Marcos Tamoyo? (Pergunta de Mauro Osório)

A Comlurb sucede à Celurb,¹²⁹ que foi criada pelo Chagas. Era o DLU – Departamento de Limpeza Urbana –, os garis eram estatutários. Faltavam 30 dias. No final de 30 dias, às vezes chegavam e diziam: “Fiquei doente.” Você não podia mandar o cara embora, aí transforma-se em uma empresa. A Celurb também teve um bom diretor, o Saint Martin, um engenheiro que não dorme – ouviram falar no Saint Martin?¹³⁰ – quatro horas da manhã, ele ia aos distritos e conhecia as peças, um cara superdetalhista, conhecia o nome de cada motorista dos caminhões, se dedicava. Era uma pessoa que se entregava ao trabalho. E depois, o Tamoyo chamou o Gastão Sengés, que foi colega de turma dele na Escola de Engenharia e que sempre trabalhou com lixo. Um dos antecedentes dele foi o fundador da empresa urbana, aqui no Rio de Janeiro, um francês do século XIX.

A Gary,¹³¹ a empresa (...)

Era a Comlurb, a Riotur, eram duas ou três empresas e sete secretarias.

Nós falamos aqui como o estratégico é importante, o Autódromo, o Riocentro e a Marina. Teve alguma outra (obra), desse porte, feita pelo Marcos Tamoyo? Uma lista assim, de ações estratégicas que podem ser importantes economicamente... (Fala de Mauro Osório)

IPLAN Rio. Tinha a Assistência Social, que era em nível de coordenação, não era uma secretaria. Algo incipiente, não havia. A Prefeitura tinha a Fazenda Modelo,¹³² era res-

ponsabilidade da Prefeitura recolher mendigos, não havia essa ênfase que hoje se dá à assistência social.

Mas, também não havia tanta pobreza urbana.

Pobreza sempre existiu no Brasil. Esse negócio de: “Não, porque no passado a educação era melhor.” A educação era melhor para brancos e para a classe média! Milhões e milhões de desempregados, milhões e milhões de analfabetos. Era bom para a gente, que frequentava o Colégio Pedro II.

A escola pública era boa porque quem a frequentava era a classe média.

Tinha pouca gente e podia dar atendimento – Pedro II, Instituto de Educação –, mas era uma minoria que frequentava. Você não tinha multidões frequentando escolas públicas. A qualidade podia ser boa porque a classe média mandava as filhas serem professoras primárias – iam trabalhar em Kosmos, todas contentes e felizes. Kosmos, Santa Cruz, pegavam carona em trem militar e achavam isso maravilhoso. Mas, quando você massifica isso... E o Rio de Janeiro sempre teve a maior rede pública de educação. Até hoje é o município com a maior rede de escolas. Hoje, deve ter mais de mil, naquela época do Tamoyo devia ter umas 800 escolas.¹³³ Como é que você vai manter a qualidade do ensino?

Como secretário de Planejamento do governo Tamoyo, o senhor sabe de quem foi a decisão de construir esse prédio para abrigar o Arquivo?

Teoricamente, do prefeito. Mas quem deve ter buzinado o prefeito foi o Martinho, não é? Através da secretária de Educação.

Conta um pouco o perfil do Martinho, a gente ia entrevistá-lo...

Não sei, para mim..., eu tinha sido do CPOR, para mim ele era da Marinha, um troço meio distante. Eu enjoo em navio (risos). O comandante Martinho, para mim, ele era um militar, superorganizado e culto.

Mas o senhor disse que veio à inauguração do Arquivo. E como é que estava o prédio, nessa época, no dia da inauguração? Porque já tive informações de que não estava completamente pronto.

Não passamos do primeiro andar. Entramos, estava acabando o governo, tivemos que arrancar a bandeira brasileira ali da placa e o Martinho fez um discurso, a Terezinha, o Tamoyo e acabou! Nós não saímos andando, visitando. Acho que não estava todo equipado.

O Tamoyo, quando inaugurou o prédio e o entregou, tinha uma visão estratégica. E não é à toa que tem uma Secretaria de Planejamento que está vinculada a esse governo. Entregou todo o material sonoro do seu governo à Terezinha (Saraiva) e ela doou ao Arquivo. Nós estamos trabalhando nele. São os discursos do Tamoyo...¹³⁴

Em toda inauguração tinha um locutor. Como é que é o nome, até hoje, é um baixinho....

Idalício.

É, ele fazia tudo, escrevia, fotografava, redigia – “Excelentíssimo Senhor Governador do Estado...”

Quando o Tamoyo entrega as fitas, ele tem essa noção de preservação do passado. Depois, poucos prefeitos vão, ao final de seu governo, entregar a massa documental daquela gestão.

Será que eles tinham que entregar?

Nós propusemos um decreto, há três semanas, o prefeito (Cesar Maia) assinou, e agora é obrigatória a entrega. Mas o Tamoyo esperava ser o governador...

Não, não! Quando estava para terminar o governo, fui ao Tamoyo e disse: “Chefe, qual o nosso futuro?” Ele falou: “Não tenho, sou sub-20, como é que eu vou disputar com o Negrão, com o Chagas Freitas, que são profissionais da política?” Estava começando a abertura. Não tinha condições de disputar a eleição com essa gente. E eu disse: “Estou liberado?”, no que ele respondeu: “Está liberado.” Liberado, começa a chover convites. Um colega meu de turma, Matheus Schneider, da Escola de Engenharia, desde criança jogávamos futebol juntos no subúrbio. Ele disse: “Vou te apresentar ao homem que quer te ouvir, já ouviu falar muito em você” e aí fui apresentado ao Israel Klabin. Expliquei o que a gente fazia. Ele falou: “Você está fazendo um trabalho bonito, vou chamar o futuro governador para te ouvir.” Chamou o Chagas Freitas. Levei o PUB,¹³⁵ as pranchas – eu tinha pranchas, naquela época usava. E o Chagas disse: “Vou levar isso comigo.” Eu disse: “Não, ainda não está pronto, isso é meu! Calma. O senhor não vai levar não!.” Quando cheguei à Secretaria, o Mateus disse: “O Chagas ficou encantado contigo, disse que você e a sua equipe vão continuar no governo.” Eu disse: “Ótimo, vou continuar no governo!”

O senhor ficou como secretário de Planejamento do governo Klabin?

Não, o Klabin não estava ainda escolhido. O Klabin era amigo do Chagas.

Mas o Klabin foi o primeiro prefeito depois do Marcos Tamoyo! (Fala de Mauro Osório)

Quando ele decidiu, porque houve um impasse, ele veio para resolver o impasse. Primeiro, o Chagas queria o Júlio Coutinho. Foi o Klabin. O segundo foi o Júlio Coutinho.

É que o Klabin queria desfazer a Fusão. Ele diz isso. (Fala de Mauro Osório)

Não, ele queria transformar o Rio de Janeiro em um grande centro financeiro.

Mas ele queria que houvesse a “desfusão”. (Fala de Mauro Osório)

Não acredito.

Ele diz. (Fala de Mauro Osório)

Quando ele foi nomeado prefeito, ele me chamou e disse: “Você não vai trabalhar com o Chagas.” Eu disse: “Troço chato, já avisei a todo mundo que nós vamos.” Ele falou: “Não, você vai trabalhar comigo, vou ser prefeito do Rio de Janeiro.” Eu disse: “Meus parabéns! É bom, você vai ser prefeito da oitava cidade do mundo”. Na Europa, todos os prefeitos das grandes cidades viraram presidentes da República. O Chirac,¹³⁶ por exemplo, esses caras eram prefeitos, porque a Prefeitura dá uma visão muito boa da administração pública. Você administrar uma cidade como o Rio de Janeiro, é administrar metade do Brasil.

O senhor considera então que o Tamoyo tinha um perfil muito mais técnico do que político?

O Tamoyo não era político, o Tamoyo era um técnico.

Com relação ao Palácio Monroe, que o Geisel mandou demolir. Qual foi a instância da administração pública que realmente...

Que decidiu? Quem iria dizer não ao Geisel? (Risos)

Quem demoliu, o Estado, o município?

A companhia do Metrô.

Não, o metrô fez uma volta para não...

Mas o argumento era que tinha que derrubar o Monroe porque a linha ia passar por dentro do Palácio. Acabou não passando, como nunca havia sido projetado para passar. Mas o Geisel cismou de derrubar o Palácio Monroe, como derrubou o Ministério da Agricultura.¹³⁷ O Geisel, quando decidia, estava decidido, não tinha nenhuma instância, quem ia dizer não? Só o Golbery podia aconselhar, ninguém tinha coragem de fazer isso.

Dizem que uma diferença entre o governo Tamoyo e o governo de Israel Klabin, é que no governo deste último o poder estava com os subsecretários, e não com os secretários e que o Israel se reunia muito mais com os subsecretários. Você tinha essa visão?

Ele se reunia com os secretários, não se reunia com os subsecretários. Nunca vi lá nenhum subsecretário despachando com ele sem a presença de um secretário. Sempre o secretário é que levava o subsecretário quando havia um caso mais técnico. O subsecretário é quem comandava o orçamento, as organizações administrativas, o planejamento urbano.

Estabeleça uma diferenciação entre esses dois governos. Comente, também, essa ideia de uma Secretaria de Planejamento, inaugurada no governo Tamoyo, que vai se diluindo na Prefeitura e, hoje em dia, é uma Secretaria de Fazenda. Isso muda o caráter da Prefeitura.

Hoje não tem Secretaria de Planejamento, porque o planejamento é uma coisa muito ligada ao regime militar, é o órgão central de planificação. É um troço meio autoritário, porque o planejamento é discricionário, porque quando você decide prioridade... Naquela ocasião ainda não havia ONGs¹³⁸ e associações de moradores.¹³⁹ Não havia nada disso. No máximo, uma Câmara de Vereadores, que chagava lá e dizia: “Vamos asfaltar.”

O Estado brasileiro é um Estado autoritário, mesmo se vivendo em democracia.

Começa com o Plano Salte,¹⁴⁰ do Dutra; depois vem Juscelino e as Metas;¹⁴¹ aí entra em moda o planejamento, com o Roberto Campos. Todo mundo quer ser secretário de Planejamento, porque é o homem forte. O das finanças é o cara que paga, mas depois, para certos governantes, o Planejamento é uma limitação. Quando você diz: “Temos prioridades, temos que orçar, temos que acompanhar, coordenar.” Metas! O administrador diz, pô, esse cara está querendo ser o governador no meu lugar! Eu é que mando, vou fazer isso, amanhã não é isso e fica tudo descoordenado. As coisas acontecem, às vezes; outras, na maioria das vezes, não acontecem, e dá a impressão de que a democracia está em ação. Mas a democracia não se contradiz ao planejamento, à organização.

O Israel Klabin ficou quanto tempo no governo? (Pergunta de Mauro Osório)

Ficou pouco tempo. Ficou dois anos e depois foi para o Banerj, levou toda a equipe.

Por que ele saiu da Prefeitura?

Porque ele começou a contrariar muito os políticos, principalmente a bater de frente com o MDB.

Israel Klabin é um prefeito judeu. Foi a primeira vez que isso me bateu fortemente, porque nessa época eu era muito nova. Parece que hoje em dia ele é muito mais vinculado à comunidade do que era naquela época.

Não, ele sempre foi a comunidade. Ele me indicou representante do governo para arranjar um terreno para construir uma mesquita no Rio de Janeiro. Tudo isso está documentado, e foi quando comecei a entender o que é “xiita”, “sunita” “alauíta”, os caras não se entendiam, na minha frente eles começavam a discutir. Toda reunião era uma ata, e eles começavam a brigar para ver quem é que fornecia o melhor almoço para mim. Nunca comi tanta comida árabe como naquele período. Mas eles não se entendiam, pois já havia uma mesquita construída em Jacarepaguá por um homem de quem eles não gostavam, um tal de Zen, era um grande construtor, que arranhou dinheiro no Oriente Médio, fez uma mesquita, e eles consideravam um negócio herege. Então, o governo da Arábia Saudita mandou cinco milhões de dólares para construir uma mesquita no Rio de Janeiro, e fui encarregado pelo Klabin de encontrar um local. Fui à Barra, fui à Cidade Nova, fui a todos os lugares levando esse grupo e tudo acabava em um restaurante. Eles brigando, brigando! Eu dizia: “Calma, calma!” Tudo isso está registrado na minha casa, tenho documentos, atas. Sempre muitos libaneses, o advogado principal deles era de origem libanesa.

Foi construída a mesquita?

Não, eles não se entendiam.

Mas, aí, o Israel Klabin deixa a Prefeitura...

O Israel Klabin tinha uma angústia: temos que entregar o produto. Eu dizia a ele: “Isso não é fábrica de cerâmica”, porque o Klabin tinha uma fábrica de cerâmica. Ele dizia: “Nós temos que entregar o produto, nós não estamos fazendo nada, só se faz política, e não está certo, não estou me sentindo bem.” “Meu amigo, prefeito é lugar de político. Cuidado com os amigos. O perigo que ronda é sempre o amigo! Aquele que se diz amigo, por trás está fazendo uma ‘jogadinha’ para te derrubar.” Ele se encheu, sabe, foi embora! O Chagas precisava dele, colocou-o no Banerj. Ele foi até o final do governo.

E o senhor saiu da administração pública?

Fui para o Riocentro, fiquei um mês no Riocentro. Me senti prisioneiro, a Barra, naquela ocasião, era repleta de mosquitos, o Riocentro era muito longe, os funcionários chegavam de ônibus, às 8 horas, ficavam confinados no Riocentro, para comer tinham que levar comida de casa. A Barra era muito incipiente. Fiquei um mês lá, e disse: “Dr. Israel, vou fazer 40 anos, não quero mais continuar aqui não, vou me embora!”

Tinha 40 anos de casa?

Tinha 40 anos já, virei “piano de cauda”. Sabe o que é “piano de cauda”? Quem tem “piano de cauda” tem que ter uma sala bonita. “Ah, você vai ser assessor!” Eu não podia ser assessor, pois não havia secretaria. Fui trabalhar na Câmara, passei um tempo na Câmara, assessorando vereador a fazer projetos, depois para o governo federal. E, quando me aposentei, eu disse, agora vou brigar pela minha categoria – os engenheiros e arquitetos. Eu me candidatei a vice-presidente da Sociedade dos Engenheiros, fui reeleito duas vezes. Todo prefeito que aparecia, eu levava os colegas para pedir aumento para a minha categoria. Conhecia vereadores, aí “jogava meu charme” para a Benedita (da Silva), para a vereadora Bambina Bucci. E elas votavam na gente. E eu retribuía. Então, não fui secretário sozinho. O engenheiro tem a noção perfeita de que ele trabalha em equipe. Nós nunca conseguimos fazer nada sozinhos, nós só fazemos em equipe. Fui secretário porque tinha uma equipe brilhante de jovens arquitetos, urbanistas. Tinha dois assessores e um que se chamava Hélio Modesto,¹⁴² o mais inteligente que conheci na área de Urbanismo, já trabalhava com o Doxiades,¹⁴³ o Hélio Marinho,¹⁴⁴ outro veterano...

O terceiro “Hélio” é o Hélio Mamede? (Pergunta de Mauro Osório)

O Hélio Mamede,¹⁴⁵ que já estava no final de carreira, tinha construído o Parque do Flamengo. O José de Oliveira Reis foi meu assessor.

Israel Klabin foi, de alguma forma, uma continuidade do governo Marcos Tamoyo, ou foi um governo completamente distinto?

Ele queria dar mais ênfase à parte social, já estava começando a surgir a abertura e se cercou de intelectuais em comícios nas ruas. Passava lá pelo Palácio o Rubem Fonseca, era amigo dele e ele o ouvia muito. Um dia ele ficou chateado, e falou: “Tenho que fazer uma ação de impacto: invadiram o buraco do Lume,¹⁴⁶ que era do Medeiros da Silva, um médico dono de uma grande construtora, que tinha dito que o buraco do Lume era dele. Ele chamou o secretário de Obras, em uma noite arrasaram aquilo, aterraram e puseram plantas. E virou uma praça e até hoje ninguém sabe de quem é, se é do Banerj, se é da Prefeitura, se é do Lume (o Lume faliu) e até hoje ninguém decidiu de quem é aquilo.

E fechou o Aterro do Flamengo, transformou uma pista, no domingo, para as pessoas passearem, que ele tinha visto em Nova York. Duas ações de impacto, e fora disso não conseguiu fazer muita coisa não, porque apesar de ter um secretariado muito bom, havia já muita pressão, os sindicatos começaram a fazer greve, as professoras fizeram uma greve muito longa. Ele chamou as professoras e deu um aumento de “x”%, depois chegou o secretário de Fazenda e disse: “Vai assinar o acordo, mas não vai poder cumprir, são 30 mil professoras vezes 100, dá mais do que o orçamento.” Dois meses depois, elas abriram o contracheque, fizeram outra greve. Aí, foi se desgastando politicamente e foi para o Banerj. Puseram o Coutinho, que se apoiou muito nos políticos. O MDB dominava a Câmara dos Vereadores, era muito forte.

Se olharmos os dados da região pós-60, cidade e Estado, mesmo só a cidade, a gente vê que o Estado do Rio de Janeiro é o lugar que menos cresce no Brasil. Isso tem a ver com a perda da capital, tem a ver com a ausência de estratégia – nesse sentido, acho que o Tamoyo é uma exceção. E também pela política. Por quê? Porque o único lugar no Brasil onde a esquerda e a direita foram cassadas foi no Rio de Janeiro. Ou seja, primeiro a esquerda. No PTB, dos dez deputados federais eleitos, em 1962, oito são cassados. E depois também o Lacerda... (Fala de Mauro Osório)

Os “lacerdistas” também foram cassados, o Mauro Magalhães. O Mauro Werneck,¹⁴⁷ que é engenheiro.

Exatamente! Entrevistei o Mauro Magalhães e ele disse: “Todos os lacerdistas que tinham mandato e foram para Frente Ampla¹⁴⁸ foram cassados.” Na dissertação de mestrado de uma moça que trabalha comigo, está claro que a bancada de representação do Rio no Congresso, em 1962, era nacional. A de 1970 já é só clientela, ou seja, as cassações fizeram com que o Rio nacional fosse cassado, porque a representação do Rio no Congresso representava o debate nacional e sobra a lógica localista do Distrito Federal... (Fala de Mauro Osório)

E a força do “chaguismo”.¹⁴⁹

Exatamente! E aí você tem nessa região, mais do que em outra, uma lógica de clientela muito mais forte... (Fala de Mauro Osório)

É o representante de Campo Grande, de Bangu, Santa Cruz...

Isso, e aí, junta com o antigo Estado do Rio, mas nasce pela cidade. Então, esse é um dado importante, você passa a ter uma lógica clientelista extremante desestruturante. A Rosinha (Matheus, ex-governadora do Estado do Rio de Janeiro) deu uma declaração, com essa minha hipótese, que foi maravilhosa. Ela disse o seguinte: “No Rio de Janeiro, depois do Chagas, por que não o Garotinho?.” Quem ensinou a política clientelista e desestruturante e tal? Na verdade, fui estagiário da Fundrem.¹⁵⁰ (Fala de Mauro Osório)

Quando?

No governo Faria Lima. (Fala de Mauro Osório)

Fui representante do município do Rio de Janeiro na FUNDREM.

E a gente tinha lá um grupo de técnicos, tinha muita gente inclusive de esquerda. Tinha o mestrado, na época, no IPPUR.¹⁵¹ Quer dizer, existe até hoje. Mas, por outro lado, o Faria Lima cometia erros na política, acabou também sendo ruim porque o Chagas continuou ali e depois voltou. Mas então, só apimentando um pouco a discussão, acho que o Marcos (Tamoyo), como marco estratégico, foi extremamente importante para essa cidade. Agora se fala muito, que do ponto de vista ético, o Faria Lima seria uma pessoa com melhores qualidades do que o Marcos Tamoyo, que teria ligação com o setor imobiliário, teria até um apelido, “Marcos Tramóia”. Qual é a sua visão sobre isso? Subiu o gabarito na Barra em várias áreas da cidade. (Pergunta de Mauro Osório)

Ele não foi o último a subir gabaritos. Depois que ele saiu, vários gabaritos subiram, só que não causou mais choques. É visto como natural, a indústria está gerando empregos. Ele também começa a incomodar, o Tamoyo incomodou muito porque ele realizava. O Tamoyo se cerca de muitos artistas, frequentavam o Palácio – não eram esquerdistas, também tinha artista de centro e de direita. De modo que o Palácio estava sempre em ebulição, festas. Fui a uma festa no Palácio da Cidade em que estavam presentes, no mesmo dia, o príncipe Charles, a irmã do Xá da Pérsia e a Piná da Beija-Flor. E um dos convidados – mero convidado! – era o Faria Lima, governador do Estado, que era incapaz de montar uma festa desse porte no Palácio. Ele não tinha um relacionamento. Ele podia chamar quem? O almirante, o general, era o círculo dele, é natural! O Tamoyo era um homem que sempre colecionou quadros...

Comprar a sede da Prefeitura e se preocupar em catalogar todas as obras de arte que existiam lá dentro, fazer um livro e publicar, denota sua preocupação com a memória, com o patrimônio.

Peguei o cheque da Prefeitura e entreguei ao presidente do Banco do Brasil.

O Parque Garota de Ipanema¹⁵² foi resultado também de um entendimento dele com o Exército. Pois é, nesse ponto que é um tanto contraditório, essa questão dos

gabaritos, do aumento dos gabaritos e essa preocupação dele com o patrimônio...

Para você ver, na Barra, ele respeitou integralmente o plano do Lúcio Costa. Lúcio Costa era um assessor da Sudebar,¹⁵³ ele não queria nenhum salário, ele queria um chofer e um fusca. Então, tinha um fusquinha que ia à casa do Lúcio Costa e o levava todo dia a um barracão, onde funcionava a Sudebar, e todos os projetos estavam subordinados a ele. Qualquer prédio tinha que ter o aval do Lúcio Costa. Está fora da área das torres, não pode! Quer dizer, é um negócio complicado, porque por um lado a pressão da indústria imobiliária, que quer colocar os imóveis à venda; do outro lado, se o cara bloqueia a cidade, nós já temos exemplos históricos. Se você bloqueia a construção civil, o que vai surgir? A favelização. Você tem uma explosão das favelas, porque as pessoas têm que morar...

São Cristóvão é um exemplo disso, a Prefeitura agora aumentou o gabarito lá. (Fala de Mauro Osório)

As grandes empresas estão se dirigindo a São Cristóvão para investir. Porque a classe média vai para a favela se não tiver onde se instalar. Vai fazer o quê, vai morar na Baixada Fluminense e demorar duas horas para chegar ao Centro do Rio, mais duas horas para voltar? Então, é um jogo muito complicado.

Existe um dado, fala-se que a cidade do Rio de Janeiro tem muitos patrimônios – prédios federais. Na verdade, quando você fala no Estado da Guanabara, a relação do Lacerda sempre foi péssima com o governo federal. Só no período Jânio Quadros é que há um bom relacionamento, mas depois o Lacerda briga com o Jânio Quadros. O Lacerda era bom de briga não é?! (Pergunta de Mauro Osório)

Ele soterrava um pouco o relacionamento com o governo federal, muita coisa que podia pedir não se pedia.

Segundo os documentos que vi uma vez, 50% dos terrenos do Rio de Janeiro pertenciam ao Exército. O senhor acha que chegava a esse percentual? (Pergunta de Mauro Osório)

Percentual de 50%? Você ter uma Vila Militar...

É, tudo, toda a cidade! (Fala de Mauro Osório)

É muito morro, não é? Porque para você ir ao CPOR, você tem que aprender a subir morro, dar tiros. Guanabara, Guaratiba, você vai fazer agora Grota Funda, o túnel que está previsto, o Cesar Maia vai lançar. Quando você chega do lado de lá, a maior parte dos terrenos era do Exército, você vai ter que resolver comprar, indenizar o Exército. Cinquenta por cento acho muito, é um percentual muito elevado de terrenos. Porque aqui, pela Capital Federal, você tinha que ter terrenos para vila militar, quartéis (São Cristóvão), você tinha que ter áreas de manobras (Guaratiba, Gericinó, Santa Cruz).

Na verdade, a cidade surge como porto e fortificação militar, ao menos historicamente. (Fala de Mauro Osório)

Hoje, tive uma palestra sobre a recuperação do Outeiro da Glória. A construção do Outeiro da Glória é um forte.

Você considera ruim que o Exército tenha essas terras? Porque, de uma certa forma, eles preservam.

Mas, por um outro lado, também, você impede a utilização. (Fala de Mauro Osório)

Qual é a alternativa? O pessoal vai subir os morros.

E mais, conforme você vai tendo a diminuição da presença militar, porque isso tem sentido historicamente, lá atrás. Essa semana, meu irmão foi a Bangu, em uma fábrica, enfim, a UFRJ teve que fazer um trabalho lá para pensar o porto de Sepetiba. Ele falou de uma área que estava há 20 anos abandonada, que foi do Exército e não é mais. Petrópolis, ali perto de Valparaíso, tem uma área do Exército enorme, enorme! Se o Exército sai, o que é que vai acontecer com aquilo, você tem áreas não preservadas e por outro lado não utilizadas, áreas nobres da cidade, não é?! A Urca, ali... Há um pedaço da Urca ao qual você não pode ir; em Guaratiba, também.

Em parte tem essa questão da zona urbana.

Da Barra da Tijuca, a parte que está preservada é a parte de marinha,¹⁵⁴ próxima à pedra de Itaúna.

É da Prefeitura. Tem o jacaré de papo dourado, não sei das quantas..., esse negócio, o Minc está sempre lá. Agora, por outro lado, você tem razão, você impede que.... Gericinó,¹⁵⁵ por exemplo, hoje tinha que ser incorporado ao município de Nilópolis. Nilópolis não tem como se expandir. E tem lá o Campo de Gericinó, e de vez em quando vai lá o pessoal do CPOR fazer treinamento.

E o Exército, sem recurso nenhum. Também tem isso. (Fala de Mauro Osório)

Quem vai comprar? A iniciativa privada, porque no tempo do Tamoyo, foi o Tamoyo quem comprou, se endividou com a Caixa Econômica...

Foi o município quem comprou?

E pagou ao Exército e este entregou para fazer uma praça, para preservar. Porque senão ali criavam-se uns espigões. Agora, o Forte de Copacabana não pode ser removido, o Forte do Leme, também não.

Aquela parte específica, que é uma questão que sempre ficou muito nebulosa. O que aconteceu exatamente com o Parque Lage, ia desapropriar, não desapropriou, ia construir uma série de imóveis...

Aquilo ia ser uma grande urbanização, construir prédios ali.

Segundo o Serôa da Motta, ele tinha feito um projeto para construir nove prédios e uma parte devia ser como a Península hoje, na Barra da Tijuca – seria pública e seria de responsabilidade das pessoas que comprassem os apartamentos.

E os moradores do entorno, poderiam frequentar a parte pública? Pode ser.

O Lacerda tomou a iniciativa de tombar logo para que não se construísse nada ali.

Mas aí, em uma manhã lá, ele se aborreceu, desapropriou e mandou desocupar o Parque Lage e na manhã seguinte *O Globo* saiu apoiando o Negrão de Lima.

Alguns engenheiros da Prefeitura, à época, tinham as suas empresas. O Serôa mesmo tinha uma empresa.

É, não havia ainda a legislação. Quando houve o concurso, alguns anos depois, o Lacerda chamou todo mundo e disse: “Todos têm que abandonar as empresas, vou pagar o dobro, assinem aqui o compromisso.” Havia uma comissão de fiscalização do tempo integral. Três engenheiros fiscalizavam.

O Tamoyo também tinha uma empresa, Terraplanagem.

A empresa dele ficou na geladeira enquanto foi secretário e técnico. Terraplanagem não fez nenhuma obra para a Prefeitura.

Quem criou o tempo integral? (Fala de Mauro Osório)

O Lacerda, o Enaldo Cravo Peixoto dobrou o salário – nós ganhávamos o dobro do salário de qualquer engenheiro, de qualquer obra pública. Eu, recém-saído da Escola de Engenharia, eram cinco vezes o salário-mínimo, dez vezes. O salário-mínimo naquela ocasião valia, na época do Jango, não é? Nós, recém-formados, não tínhamos empresas, nós saímos da Escola procurando emprego. Os mais antigos, alguns aceitaram, outros não! Nem todo mundo está no regime por tempo integral, até hoje! Porque alguns tinham empresas, que eram construtoras, faziam projetos e não podiam fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Tinha um grupo que fiscalizava.

Na verdade, para governar bem, não tem que gastar menos, tem que gastar mais, mas tem que exigir. Porque hoje em dia fica essa coisa: cortar gastos, cortar gastos!! Tem que saber gerir. Na fartura ou no... (Pergunta de Mauro Osório)

Principalmente quando não se sabe antepor, porque você tem que administrar tudo, escolher bem os investimentos. Já imaginou o Rio hoje sem o Guandu, sem o Parque do Flamengo, sem o Túnel Rebouças? Você pode pensar, seria uma grande Barra da Tijuca. Você ia nascer, crescer e morrer na Tijuca sem nunca conhecer o Leblon. Ia ter latas de água em casa para dar e vender. Minha mãe respondeu a processo junto à Delegacia de Polícia, Crime por Economia Popular. Eu era garoto, havia um grande jogo entre Brasil e Paraguai, foi o maior público pagante no Maracanã, e na minha família uma única pessoa tinha televisão, que era a minha irmã, que morava no Leme.

Então, toda família foi ao Leme assistir ao jogo Brasil e Paraguai, menos a minha mãe, que disse que não gostava de futebol e ficou em casa. Minha mãe morava em um prédio, eram três andares. Eu morava no segundo, meu tio no terceiro e no primeiro o inquilino. Naquele domingo, faltou água, todo mundo dentro de casa, tomando banho, nunca se consumiu tanta água como naquele dia. Então, faltou água no bairro, bateram à porta da minha mãe e disseram: a senhora vai lá e manobra a água do prédio. No que ela respondeu: “Não entendo disso, vamos esperar meu marido voltar para fazer isso!” Só que a moça, que era inquilina da minha mãe, era a secretária geral do Amaury Kruehl,¹⁵⁶ que era chefe de Polícia. Foram à delegacia e ela disse: “Estão escondendo a água porque querem que eu saia para aumentar o aluguel” Chama-se Crime de Economia Popular. Eu tinha 16 anos – sempre fui muito folgado –, fui com meu pai à delegacia e disse ao delegado: “O que o senhor está fazendo é pouco honesto.” Faltava muita água. O homem mais importante da cidade do Rio de Janeiro era o manobreiro, o cara que manobrava a água, para ter água no Leme, que era final de linha. Na rua Santa Clara, que era o final de linha.

Em algumas ruas, principalmente em ladeiras, ainda é importante o manobreiro.

O Lacerda chegou e acabou com a lata d'água, porque o Guandu – alguém de vocês já visitou o Guandu? –, tinha de fazer. Fez 40 anos no ano passado. O Guandu tem uma estação de bombas, imagina a Central do Brasil, aquela gare, eles furam a pedra, um negócio daquele porte, e tem oito bombas que bombeiam a água do Guandu para a Cidade do Rio de Janeiro inteira. Passa por túneis, elevados até Realengo, vem por canos, até chegar aos Macacos,¹⁵⁷ ali na rua Jardim Botânico, e distribui água para Zona Sul. Tem um reservatório que distribui para a Zona Sul, para a Zona Norte, isso tudo é uma obra gigantesca.

O mais curioso é que na obra do Guandu,¹⁵⁸ a contrapartida brasileira foi só a majoração da tarifa da água, que não se majorava desde a década de 1940. (Fala de Mauro Osório)

Porque não tinha água, como é que você ia cobrar um produto inexistente?!

E também tinha muito populismo. Aumento de mais de 1000%, mas nem ficou um absurdo. Por cinco anos, ficou... (Fala de Mauro Osório)

Ficou razoável. Em 2000 acabou o pagamento da dívida do Guandu. Você, durante 30 anos, pagou uma dívida e a cidade tem água. Hoje o Guandu está no *Guinness Book*, é a maior estação de tratamento de água do mundo. A estação foi sendo ampliada aos poucos. Houve grandes acidentes, explosões, morreram muitos operários. Você bota dinamite, sai e depois explode, só que, às vezes, um raio atinge o fio antes de você explodir. Aquilo explode antes. Morreram 20 em um desastre. Coisa terrível! Você hoje tem uma briga para transpor, no Rio São Francisco, 120 m³ por segundo, o Guandu tira 80 m³ por segundo do Rio Paraíba e transfere para o Guandu, para abastecer toda a população fluminense. Isso foi feito sem briga, ninguém discutiu, está tudo aí. Isso é o Lacerda. Agora, foi uma briga muito grande, foi preciso criar tarifa, cobrar água.

Essa foi uma questão do Tamoyo também, porque ele aumentou o IPTU, houve uma grande polêmica com relação a isso nos jornais. A taxa de lixo...

No governo do Negrão o IPTU era tão pouco, tinha tão pouco peso no Estado da Guanabara, que o Negrão pensou em acabar com o IPTU.

Ele deu de presente a reforma tributária. O Negrão tem ganho real de receita, cerca de 30% acima da inflação em um ano, e no ano seguinte 30% sobre os 30% anterior... E a Prefeitura, nada?! Ele já pegou a máquina arrumada e ainda teve esse ganho de receita. Sabe que a Guanabara é canteiro de obras do período do Lacerda e do Negrão? (Pergunta de Mauro Osório)

Será que o São Sebastião tinha que perder o lugar para o San Tiago Dantas? San Tiago é quem fez a reforma. Ele era um gênio. Havia pessoas que pensavam, raciocinavam. O economista gosta de fazer isso e eu também: a projeção. O que é que vai acontecer daqui a dez anos, daqui a 20 anos? E os projetos são de maturação muito longa. No Lacerda, a melhor professora primária ganhou um prêmio, ela trabalhava em Santa Cruz, foi promovida e foi trabalhar em Kosmos, uma estação antes, porque ela fez o censo escolar, foi de casa em casa buscando as crianças, quem está na escola, quem não está na escola. Aí você vai construindo as escolas nos lugares que precisam, onde tem necessidade. O Darcy Ribeiro,¹⁵⁹ que era um grande sonhador, construiu escolas em lugares que não têm alunos. Em Manilha tem 15 escolas. Falta colocar as pessoas para terem filhos.

E depois tem que ter receita também! (Fala de Mauro Osório)

Como é que se vai manter?

Porque na saúde e na educação caiu o custeio. (Fala de Mauro Osório)

Você constrói uma escola, cada ano é uma escola nova que você tem de manter.

Obrigada, dr. Samuel, pela sua entrevista, que nos trouxe informações importantes sobre a atuação da Secretaria de Planejamento no governo Marcos Tamoyo, sobre a gestão desse prefeito e sobre o significado da presença dos engenheiros na administração municipal.

*"O Martinho (de Carvalho)
se empolga com a
causa cultural e dinamiza
o Departamento de Cultura.
É mérito dele, exclusivamente
mérito dele, sem dúvida
alguma. Não é porque
ele morreu, é um
reconhecimento, por
dever de justiça."*



DOMÍCIO PROENÇA FILHO é licenciado em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, doutor em Letras e livre-docente em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor titular e professor emérito de Literatura Brasileira na Universidade Federal Fluminense. Lecionou em várias universidades do Brasil e do exterior e ocupou cargos na administração pública, entre eles o de assistente do secretário de Estado de Educação (1972/1975), assistente do diretor do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro (1972/1978), subsecretário de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio. É membro da Academia Brasileira de Letras desde 2006.

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir, Sandra Horta e Maria Célia Fernandes, em 10 de março de 2008, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Iniciamos perguntando sobre a sua infância, sua juventude, onde o senhor nasceu.

Sou carioca da gema, me considero um paquetaense, me considero um filho da ilha de Paquetá. Foi onde passei minha infância toda, fui para lá com três dias de nascido. Nasci no Centro do Rio de Janeiro. Era muito comum, a gente nascia no Souza Aguiar, não tinha muito jeito. Fiquei em Paquetá até casar, na verdade passei boa parte da infância e juventude no (Colégio) Pedro II. Eu sempre estudei em escola pública, sou filho de escola pública, com muito orgulho. Devo toda a minha formação à escola pública. Comecei na escola Joaquim Manoel de Macedo, fiz todo o curso primário lá. Depois fiz concurso para o Pedro II, para o internato do Colégio Pedro II. E tinha mania de ser bom aluno. Não sei se isso era um bem ou um mal, acho que fui bom aluno demais...

Eu já era primeiro aluno na escola primária, cujo grande mérito era carregar a bandeira no centro cívico. Era o Centro Cívico Hermes Fontes. Depois, no Pedro II, eu também peguei a ponta e fiquei muito bem servido no internato, até porque isso me dava alguns privilégios. Depois, no último ano do clássico, fui nomeado inspetor de alunos, que era a possibilidade que eu tinha de continuar estudando. Fiz o concurso para a Faculdade Nacional de Filosofia e a minha vida passou a se dividir entre a faculdade de manhã e um pouco à tarde e, à noite, o trabalho no Pedro II. No tempo próprio, o serviço militar na Marinha. Eu fiz o CIORM. Este é o percurso. No segundo ano da faculdade comecei a dar aulas em cursos e escolas.

O senhor pode datar cada período?

Claro. Entrei no Pedro II em 1949; em 1953 fiz o exame vestibular, em 1954 estava na faculdade e em 1959 terminei o curso. Mas fui visceralmente professor, sou visceralmente professor. Comecei a dar aula com 12 anos de idade. Eu explico. No internato, como disse, eu era o primeiro aluno da turma. Então, alguns colegas mais fracos me pediam para “dar explicação”, o que me conferia uma certa aura. Alguns pais me procuraram dizendo: “Nós queremos que você dê aula para o meu filho, que está muito fraco.” E me propuseram um salário. Eu conversei, então, com o subchefe de disciplina do colégio na época, uma figura maravilhosa, Rubens Seixas. Eu disse: “Seu Seixas, eu estou com uma proposta, mas eu dependo do senhor.” “Está certo, faz o seguinte...” Nós tínhamos um horário de estudo de 18h30 às 20h30. “Das 18h30 até as 19h30 você fica aqui, põe uma cadeira ao meu lado e dá as suas aulas aqui.” Ele ficava instalado no corredor. E eu tive meu primeiro salário de professor, 100 cruzeiros por mês! Não está muito longe da realidade de hoje, certo? A minha fama cresceu e, de repente, eu tinha cinco, seis alunos, dava aula todos os dias da semana. Seu Seixas estabeleceu uma condição: “Desde que você não perca a ponta da turma; se a sua nota cair, você não dá mais aulas!” Não houve problema, era mais um estímulo. Um belo dia, chegou um senhor lá e disse: “Eu queria que você desse aula para o meu filho.” Eu disse: “Não posso, todos os meus horários estão tomados.” Ele insistiu: “Eu preciso, meu filho precisa.” No fim, foi decisivo: “Pago mil cruzeiros por mês. Mil cruzeiros!”

Era mais do que o senhor ganhava com todos os outros alunos!

Muito mais! Falei com o Seu Seixas: “Meu filho, dá aula no recreio, porque essa você não pode recusar de jeito nenhum.”

O senhor se lembra de quantas pessoas o acompanharam depois, na sua trajetória, que foram seus colegas no Pedro II?

A maioria dos meus colegas de turma se deu muito bem. A minha turma do clássico compunha-se de seis alunos, todos muito bons. Nós não contávamos nota por média, nós contávamos nota por número de 10. O currículo tinha 12 matérias, quem tinha menos, tinha nove notas 10. Era uma turma privilegiada, todos se deram bem na vida, advogados bem-sucedidos, diplomatas, diretores de empresa privada. O Pedro II Internato era uma grande família, onde você encontra um ex-colega, encontra um irmão. Isso é verdade. Ser do internato Pedro II era um privilégio. 20, 30, 50 anos depois, quando nos encontramos é como se estivéssemos vivendo aquela realidade antiga. De segunda a sábado, comendo junto, dormindo junto, estudando junto, éramos uma fraternidade.

Outro detalhe: eu e os meus colegas saímos do terceiro ano direto para a faculdade, sem curso pré-vestibular. E um dado curioso, a primeira vez que fui à Europa, quando me vi falando francês e arranhando alemão, era basicamente o francês e o alemão que eu tinha aprendido no Pedro II. Na faculdade, ao cursar neolatinas, estudei francês também. Mas a base estava lá no internato. Tenho uma dívida de gratidão muito grande ao colégio e um dos títulos dos que eu mais me orgulho é ser Aluno Eminente do Colégio Pedro II. Esse é, em breves traços, o histórico da formação. Depois é que fui inspetor, em determinado momento. No segundo ano da faculdade eu já dava aula no curso pré-vestibular promovido pelo Diretório Acadêmico. No terceiro ano, fui nomeado professor horista do Pedro II. Era uma categoria que se criou para suprir os vazios dos quadros. Recebíamos por hora de aula. Na verdade, só recebíamos o pagamento no fim do ano, acumulado. Era um desespero. Lá para dezembro, o Ministério liberava a verba, vocês conhecem bem isso. Liberava a verba que, em geral, saía às vésperas do Natal. Nós íamos para as filas do Ministério da Fazenda para receber o bendito salário do ano inteiro. Depois, os horistas foram efetivados, o que era justo. Estávamos trabalhando há três, quatro, cinco anos, havia um aprendizado de todo dia.

Nessa época o senhor já tinha se formado.

Estava no último ano da FNF. Naquela época, no terceiro ano de faculdade, o MEC concedia o chamado Registro Provisório. E, com aquele Registro, nós podíamos dar aula, tanto que dei aulas também em colégio particular. Gostava muito, gosto muito de dar aula, sempre gostei. Eu não seria outra coisa a não ser professor.

Quais os colégios particulares nos quais o senhor deu aula?

Muitos, Colégio Bennett, Colégio Mello e Souza, Colégio Andrews, Liceu Franco-Brasileiro, Ginásio Sholem Aleichem. O diretor era o Moisés Genes. Grande figura. Foi

muito engraçado. Ele me convidou para dar aula no Sholem e eu fui. Mas eu dava aulas também no Pedro II, na Zona Norte. De repente, depois de quase dois anos trabalhando no Sholem, descobri uma coisa séria: eu estava pagando para trabalhar no colégio. Os deslocamentos, necessariamente de táxi, por força dos horários, e o almoço consumiam todo o salário e mais alguma coisa. Chegamos a um acordo, eu saí do Sholem.

E o colégio fechou.

É. Mais tarde, o colégio fechou, uma pena, era um excelente colégio.

Seus pais eram professores?

Não, meu pai era enfermeiro e minha mãe funcionária pública, depois que o meu pai morreu. Antes, ela cumpria o ritual das prendas domésticas. Que era muito comum. E vocês podem imaginar um lugar como Paquetá, em que todos se conheciam, como em uma grande família. Passei infância e juventude maravilhosas, em contato com a natureza, com centenas de colegas. A comunidade em Paquetá era um exemplo fantástico de democracia. Todo mundo andava na rua de *short*, camisa e chinelo. Você cruzava com o general, o almirante, o diretor do hospital, a gente sabia quem as pessoas eram. E todos eram ilhéus, todos eram habitantes da ilha, uma grande comunidade. Com uma estrutura pautada em uma classe média média e numa classe média alta, dominantes na época. Isso significava que, durante as férias, a população passava de três mil para seis mil. Uma média de 100 a 150 jovens fazia parte deste grupo. E nós éramos muito unidos. Era uma festa, todos os períodos de férias eram festas permanentes.

O mar limpo, aberto, sem poluição, sem qualquer ameaça à segurança. Hoje em dia, a realidade social é outra. Inclusive a mobilização social trouxe a formação de favelas. Diminuíram significativamente os contingentes das classes a que me referi. O grande mérito de Paquetá era e, graças a Deus, ainda continua sendo, a tranquilidade de andar despreocupado. Mas a praia poluída impede que as pessoas convivam com aquele prazer do mar. E Paquetá sem praia não faz sentido. Resultado, perdeu muito do encanto antigo. Manteve, felizmente, a beleza da paisagem e do seu luar único e ainda a tranquilidade e o silêncio. Hoje, vou lá de 15 em 15 dias ou semanalmente: minha mãe, d. Maria, continua morando lá, com a minha irmã. Minha mãe está com 99 anos, vai fazer 100 em dezembro, graças a Deus, saudável e totalmente lúcida.¹⁶⁰ Então, vou para ficar com ela, para conversar e para encontrar alguns antigos amigos que, como eu, nostalgicamente, resistem.

Mas, de qualquer maneira, Paquetá ainda tem aquele ar bucólico...

Tem. Para um fim de semana, um período de férias, ou para passar três ou quatro dias para descansar, é ótimo. Eu não recomendaria, apesar do encanto inicial, você viver na ilha, a não ser que opte por uma vida pacata, tranquila, dedicada a atividades artísticas individuais, como pintura, literatura etc., sem muitas opções de lazer ou que se decida por efetivamente aposentar-se.

O Parque da Moreninha era lindo!

Relativamente abandonado. O parque Darque de Mattos, este, está mais ou menos cuidado. O que acontece é: do que vive Paquetá? Do turismo. A ilha luta por uma infraestrutura que segure o turismo. O aerobarco e o catamarã, que eram atrativos – em 20 minutos você ia do Rio e em 20 minutos voltava –, deixaram de funcionar. Restam as barcas, ainda uma viagem com algum romantismo, mas demorada: uma hora, uma hora e quinze minutos. Antes uma pessoa saía daqui na manhã de domingo, passava o dia lá, gastava pouco, porque a passagem era barata. Com R\$ 50,00 uma família de cinco pessoas passava um belíssimo fim de semana. Hoje não passa. A passagem subiu, ficou cara, já fica difícil. Os comerciantes se desesperam, porque eles vivem fundamentalmente do turista.

Paquetá tem uma rede hoteleira razoável.

Mas enfrenta problemas. Um grupo de paquetaenses abnegados, é verdade, tem lutado por melhoramentos. Mas vamos voltar ao percurso profissional, como você solicitou. Completei o curso de Letras Neolatinas, tornei-me assistente (sem remuneração) da Cadeira de Espanhol, fui efetivado no Pedro II e do Pedro II fui requisitado para trabalhar na Faculdade onde me formei, a antiga FNFi, para dar aulas de Literatura Brasileira no Curso de Jornalismo. Fiquei na Faculdade até 1971, quando fiz concurso para a Universidade Federal Fluminense.

Antes disso o senhor já tinha entrado no Serviço Público Estadual? Porque o senhor foi professor da Rede Estadual de Ensino.

Certo. Em 1963, depois de anos e anos sem concurso, o governo Carlos Lacerda abre concurso para professor. E ser professor do Estado naquela época era ser “Letra O”. “Letra O” era o ápice do serviço público “Maria Candelária, alta funcionária, saltou de paraquedas, caiu na letra O.” Quem cantava isso era o Blecaute.¹⁶¹ Mas nós não saltamos de paraquedas. Nós fizemos concurso, um concurso duro, ingressamos no Serviço Público Estadual. Fui dar aulas no Ginásio Estadual Pedro Álvares Cabral, em Copacabana. Foi uma experiência muito boa, junto a um “matriarcado” excelente, eu era um dos raros representantes do sexo masculino. Fiquei no Pedro Álvares Cabral um tempo, de repente fui surpreendido por um convite de um ex-professor meu que tinha entrado para o Conselho Estadual de Cultura, ele era presidente do Conselho. Quando foi eleito, ele me disse: “Preciso de você ao meu lado. Você não quer ser secretário do Conselho?” “Não, eu não tenho experiência.” Ele me convenceu. Saí do Pedro Álvares Cabral, para desespero do “matriarcado” e meu também, mas não tinha jeito. Lá fui eu para o Conselho Estadual de Cultura, um pouco temeroso, porque ia substituir uma figura mitológica da cultura brasileira: Paschoal Carlos Magno.

Quem o chamou?

O professor Thiers Martins Moreira,¹⁶² já falecido. Começo como secretário do Conselho de Cultura, em 1968. Já estava então há cinco anos como docente na rede estadual. Fui

para o Conselho e permaneci lá por oito anos. Como secretário do Conselho, acompanhei várias gestões, primeiro a de Benjamin de Moraes. Como o Conselho tinha mandato, os conselheiros permaneciam. Eram mandatos de quatro e dois anos. Quando houve a primeira mudança de secretário, não houve alteração no Conselho. Eu fiquei. Na passagem do Benjamim de Moraes para o Gama Filho,¹⁶³ o Celso Kelly era conselheiro. Posso estar errando na sequência, mas é fácil refazer: vocês têm a ordem cronológica dos secretários.

Eu me lembro de que, quando o Benjamim de Moraes deixou e Gonzaga da Gama Filho assumiu, eu, como sempre, esvaziei as Gavetas, preparei o pedido de demissão e fui lá colocar o cargo à disposição dele. – “Secretário, o senhor está assumindo, vim colocar o meu cargo à disposição.” Só eu e ele no Gabinete. Ele me perguntou: “Você me conhece?” Eu disse: “Conheço, quem não conhece o senhor?” “Mas me conhece mesmo?” “Não, conheço de referência.” “Eu também não conheço você, que tal a gente se conhecer?” – “É uma hipótese” falei. “Você tem algo contra mim?” “Não”, respondi. “Eu também não tenho nada contra você. Então, você continua na secretaria do Conselho.” Eu continuei durante o período dele. Depois veio o meu amigo Celso Kelly. A esta altura, eu já tinha publicado meu primeiro livro.

Então o senhor já se dedicava a escrever nesse período!

Já, meu primeiro livro escrevi com 24 anos. Foi *Estilos de época na literatura*,¹⁶⁴ um livro que, para minha surpresa, aconteceu além do esperado.

Todo mundo leu esse livro.

Dizem. Graças a Deus. A história deste livro é curiosíssima. Confesso que não teria coragem de escrevê-lo hoje. Escrevi com a coragem que só a juventude te dá. Mas com uma crença muito forte no que estava fazendo. E com um aval: este livro nasceu de um curso que dei de comentários de texto. Um curso que dei na PUC/RJ (Pontifícia Universidade Católica). O curso foi muito frequentado por colegas professores. Durante o curso, pediram-me que fizesse apostilas. Eu disse: “Tudo bem, se vocês estão pedindo.” Fiz as apostilas, repeti o curso na PUC e depois na Santa Úrsula. Um episódio importante, a propósito da Santa Úrsula. Quando eu estava recém-formado, meu professor de espanhol no Pedro II, Leônidas Sobrino Porto, me chamou e convidou-me para trabalhar com ele naquela Faculdade. Para quem estava começando, era uma maravilha. Fui ser assistente dele. Assim, de repente, me vi professor universitário, de língua e literatura espanhola e de literatura hispano-americana.

Enquanto isso, no Pedro II eu dava aulas também de espanhol e, no Estado, dava aulas de português. Olha a confusão que vai se fazer a seguir. Na Faculdade Nacional de Filosofia, o catedrático de espanhol, que era o José Carlos Lisboa, no último ano me convidou, com outros colegas, para ser auxiliar de ensino. Sem remuneração, mas o que é que se podia fazer? Para mim, era importante. Aceitei, claro. Eu era, assim, auxiliar de ensino sem remuneração, na Faculdade de Letras da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, e

assistente do Leônidas na Santa Úrsula. No primeiro ano, tudo bem. No segundo ano, o Leônidas me diz o seguinte: “Eu vou assumir a direção da Casa do Brasil em Madri e queria que você ficasse responsável por todo o ensino de espanhol.” Tive que tomar uns dois calmantes antes de responder e, de repente, me vi titular substituto de língua espanhola, literatura espanhola, didática de espanhol, literatura hispano-americana. E assim, se passaram mais de cinco anos.

Neste meio tempo, dei os cursos de comentários de texto, isso foi em 1966, fiz as apostilas. Em 1967, em um dos últimos cursos que eu estava dando, uma colega, Maria Campbell, me disse: “Domício, você não quer transformar isso em livro?” A minha geração da Faculdade de Filosofia tinha muito respeito à letra impressa porque José Carlos Lisboa era rigorosíssimo. Ele dizia que para publicar tinha que ser coisa muito séria. Para nós, seus alunos, publicar livro, escrever artigo exigia que fossem muito bons. Pedi alguns conselhos a alguns professores, a amigos meus. O Lisboa foi taxativo: “Isto é a sua tese, sua tese de mestrado, na melhor hipótese, doutorado.” Eu ponderei: “Mas não há cursos de mestrado, não há doutorado na Universidade.” Fui falar então com uma pessoa fabulosa, devo a ele muito da minha vida profissional: Celso Cunha.¹⁶⁵ Fui a ele com os originais na mão. “Mestre Celso, estou com este livro aqui, estou na dúvida se publico ou não publico.” Vou aproveitar este depoimento como uma oportunidade que tenho de manifestar a minha gratidão. O Celso pega os originais e começa a ler na minha presença. Estávamos na casa dele. Páginas adiante, diz: “Você vai publicar sim, mas antes você vai ler os livros que eu vou lhe indicar.”

Nós sabíamos que ele tinha uma estante “secreta”. Mestre Celso puxa a escada, sobe e baixa uma série de livros. “Mas estes livros não saem da minha casa. Então vamos fazer o seguinte. Eu só acordo meio-dia, então você vem para cá às oito e trabalha até o meio-dia.” Eu passei alguns meses indo todo dia à casa do Celso. Chegava lá às sete da manhã. Fiquei amigo de dona Cinira, sua mulher. Tomava café em sua companhia, ia para a biblioteca, trabalhava até meio-dia. Meio-dia o Celso acordava, me convidava para almoçar, eu almoçava algumas vezes com ele, e assim consultei aqueles livros todos, preparei os originais. Mas, como publicar um livro? Como chegar com aquele material em uma editora? Eu não teria espaço. Então, o que fiz? Decidi fazer o livro por minha conta. Ingenuidade de jovem. Fui a um banco e pedi um empréstimo. Fui a uma gráfica, não por acaso do irmão da Maria Campbell, pedi um orçamento, a gráfica fez o orçamento, fui ao banco, pedi o dinheiro e o livro foi publicado.

O senhor foi corajoso, confiando que ia vender os exemplares e pagar o empréstimo!

Vou pagar com a venda do livro. Muita pretensão, não é? Mas o que fazer? Sou muito religioso, tinha muita fé, vai dar certo, vai dar certo, Deus vai me ajudar. Daí, fui, pedi o empréstimo, o livro saiu. Primeiro problema: a capa. Deus ajudou. Fiquei pensando em como ia fazer a capa, e não é que o gráfico me liga e diz: “Domício, aconteceu uma coisa estranha aqui. Veio um pintor que está começando agora, ele pegou o seu livro, começou

a folhear e disse: ‘Mas que livro interessante, esse.’ E ele fez a capa, o Juarez Machado.”¹⁶⁶ Eu não o conheci, nunca falei com ele até hoje. Minto, tentei, falei por telefone, agradeci, e o Juarez, que depois virou uma celebridade, fez a capa do livro e o livro saiu. Segundo problema: o gráfico disse que só poderia guardar os livros por um mês, que depois eu precisaria arrumar um depósito.

Dois mil exemplares! Eu precisava vender os livros. O que fiz? Peguei cinco livros, fui à livraria Padrão, que na época era uma livraria acadêmica, e disse: “Olha, fiz este livro aqui, queria que vocês vendessem.” Disseram: “Tudo bem, deixa aí cinco exemplares, qual é a taxa que você cobra?” Eu não tinha a menor ideia, e disse: “O de praxe.” Ele disse: “Trinta por cento.” “É, está bom.” Apreendi que a taxa que a livraria cobrava era 30%. Montei um esquema com cinco livrarias, duas na Zona Sul, uma no Centro, uma em Madureira, uma no Méier, levei os livros lá. Na segunda, já era fácil, 30% com toda a segurança. Moral da história, o livro começou a vender, começou a sair, o Zuenir Ventura, que foi meu colega de faculdade, publicou na revista *Visão*¹⁶⁷ uma resenha consagrada, as livrarias começaram a me telefonar desesperadamente, só que nisso já havia passado um mês. Estou revelando isso pela primeira vez.

E tinha que retirar do depósito.

E aí, onde pôr os livros? No apartamento não dava para pôr. Nem embaixo da cama. Mas eu tinha um contraparente que era dono do Teatro Ipanema – o grande ator Rubens Correa¹⁶⁸ –, e eu sabia que ele tinha um apartamento lá em cima. Fui procurá-lo. “Você pode guardar dois mil livros naquele seu apartamento vazio?” Ele disse: “Não, porque está ocupado.” “E agora?” “Não tem problema, vamos guardar na caixa do teatro.” “Ele me deu a chave do teatro, e, na caixa de palco onde ficaria a orquestra, guardei dois mil exemplares do livro. Foi o meu depósito. E a promissória estava para vencer, não era brincadeira. E os livros pingando, cinco aqui, dez ali. Pensei: e agora o que é que faço? Não tive dúvidas, fui à Colted,¹⁶⁹ uma instituição criada para comprar livros didáticos e paradidáticos. O diretor era um coronel, obviamente, isso naqueles tempos. O coronel me recebeu e disse que só podia se inscrever na Colted quem fosse editor.

Perguntei o que era preciso fazer para se tornar editor. Ele disse que era preciso ser inscrito no Sindicato dos Editores. Saí dali e fui ao Sindicato dos Editores. Cheguei lá, tinha uma mocinha na porta e eu perguntei: “Como faço para ser editor?” “Ela perguntou: “O senhor tem livro publicado?” Eu falei: “Tenho, está aqui.” Ela disse: “É fácil, preencha esta ficha aqui.” Preenchi a ficha, ela carimbou, arquivou, me deu uma fichinha especial e saí de lá editor. Ela só me disse para não esquecer de pagar a anuidade. Voltei lá e disse: “Coronel, sou editor.” A Colted comprou 500 exemplares e paguei a dívida.

Aí começou a sua carreira.

Começou, comecei a vender livro, vender livro, vender livro. Esse livro é muito importante na minha vida também porque, no meio do caminho, mestre Afrânio,¹⁷⁰ que

foi meu professor e eu era assistente dele na faculdade, o mestre Afrânio me liga. “Ô Domício, eu estou com um problema, uma editora me pediu para examinar uns originais de língua portuguesa. Você sabe que entendo mesmo é de literatura, não entendo nada de língua portuguesa, quem entende é você. Quer examinar, ganhar esse cachê?” Aceitei. Ele me mandou quatro exemplares de 5ª à 8ª. Examinei e alguns eram muito ruins, mas fiz um parecer dizendo: “O livro tem esses problemas, essas qualidades... Acontece o seguinte, o livro didático, mesmo como esse, se for bem promovido, bem divulgado, pode ter algum êxito, agora ele tem algumas falhas.”

Levei o parecer para a editora, uma editora nova. Fui conversar com eles, li o parecer para eles em uma reunião como esta aqui. “Bom, professor, pelo visto o senhor achou que o livro não é ideal, não é bom. Se o senhor acha que este livro não é bom, que livro é bom?” Mostrei o projeto do meu livro. Óbvio que eu tinha que levá-lo no bolso do colete, sabia que essa pergunta viria. Eu disse: “A minha proposta é essa. Mas é uma proposta ousada, estou propondo ‘heresias’, porque estou propondo que se aproveite letra de música popular, isso vai criar problemas. Procurei fazer um livro com uma taxa (de ousadia) nunca acima de 15% ou 20%, não adianta, o professor não vai usar, mas acredito que se nós ousarmos, dá. Gostaria que cada capítulo fosse ilustrado por um artista gráfico da nova geração.” Eu não sabia que a editora Linceu era o braço da Hachette no Brasil, e não sabia que ela estava associada às Listas Amarelas, que eram poderosíssimas na época. Eu estava me metendo em um grupo fortíssimo de investidores que estavam trazendo capital estrangeiro para investir aqui, em livro didático. E eles aceitaram tudo, tudo. Com a condição de eu convidar um colaborador.

Chamei a minha amiga Maria Helena Marques, que fez comigo os três primeiros volumes. Não quis participar do quarto por força de sua primeira gravidez. Cada capítulo foi ilustrado por um artista gráfico. Quando saiu o livro, foi também uma coisa fantástica, porque o livro pegou, a série de português ficou 20 anos em cartaz, o que é difícil, primeiro porque livro didático depois de cinco anos está obsoleto e isso era um problema. Mas ele ficou. Foi um grande salto este livro. Mais um mérito do Celso: o Celso era quem mais vendia livros didáticos no Brasil, e o meu livro passou a ser o mais vendido.

E ele suportou bem?

O que fez quando saiu *Estilos de época* e fui levar o primeiro exemplar para ele? Me pegou pelo braço, me levou à livraria São José, chamou o Carlos, o livreiro, e disse: “Limpe aquela estante da frente e ponha o livro do Domício.” E o Carlos tirou todos os livros da estante principal e encheu com exemplares do livro. Quando fechei o contrato com a Linceu, para a série de português, o Celso perguntou: “Estou sabendo que você está fazendo um livro didático, é verdade?” “É, doutor Celso, uma editora nova me pediu que fizesse. Apreendi com o senhor, estou seguindo as suas lições.” “Ah, está bom.” Depois eu soube uma história linda, alguém chegou para o Celso e falou: “O Domício lançou um livro didático, imagina.” Pode-se imaginar o resto da conversa. O comentário do Celso foi fantástico: “Olha aqui, o mandiocal é muito grande, deixa o Domício colher as mandioquinhas

dele.” Se entusiasmou, se considerou uma espécie de pai do livro, o discípulo que segue os caminhos do mestre. E é verdade. A série pegou mesmo, foram 20 anos de adoção, ela teve um pique nos primeiros quatro anos, depois estabilizou em um patamar razoável. E os *Estilos de época* estão aí até hoje, na 20ª edição, não houve concorrentes, ele ficou sozinho. Aí começou a série, hoje são 50 livros publicados.

Todos eles na área de língua portuguesa?

De língua portuguesa eu fiz, como disse, a primeira série na editora Linceu. Depois, tive um desentendimento sério com ela, mudei de editora, fui para a Ática. Na Ática, a série ganhou nova roupa, novo nome e continuou bem. Depois, para a Ática fiz *A Linguagem Literária e Pós-modernismo e literatura*, e no meio do caminho publiquei um livro de poemas.¹⁷¹ Levei 10 anos para ter a coragem de publicar poemas. É uma questão muito curiosa: quem é crítico de texto alheio fica muito mais rigoroso com o seu próprio texto. Demorei muito para publicar e, a esta altura, eu já estava marcado. Primeira experiência: levei os poemas para uma editora, o editor ficou com os originais, examinou, quando fui procurá-lo ele disse: “Olha, gostei muito dos poemas, mas você não tem um didático para nós, não?” Quer dizer, a marca já estava ali, firme. Finalmente consegui lançar o primeiro livro de poemas em Minas *O cerco agreste*, que esgotou e foi muito feliz no lançamento.

Depois, bem, eu tenho nos meus filhos uns críticos muito bons, eles são terríveis. E o caçula, na época ainda estava com a gente, leu o livro primeiro e disse: “Puxa pai, tudo bem, mas a coisa é muito pessoal.” Ele tinha na época uns 14, 15 anos. “Pai tudo bem, mas é coisa sua, proposta existencial sua. Você tem um campo tão bom para explorar. Porque você não vem de dentro?” “Como assim?” “Pai, vai lá, escreve um livro sobre os quilombos. Quilombo dos Palmares, mergulha, pai, nas suas raízes.” “Mas eu não sei nada dos quilombos, nunca pensei nisso.” Fui pesquisar e saiu *Dionísio esfacelado. Quilombo dos Palmares*, que teve uma aceitação muito boa da crítica. Fiquei fascinado pela liberdade e resolvi assumir um desafio, depois de Cecília Meireles era um desafio.

Aliás, não resolvi não, foi o seguinte, eu estava no Departamento de Cultura, assistente do Martinho de Carvalho, acampado na biblioteca de Copacabana, porque ainda não havia sede para o Departamento de Cultura. Estávamos acampados lá, a Lia Malcher era a diretora, e, de repente, recebemos uma reprodução do painel do Portinari sobre a Inconfidência. Quando vi o painel, comecei a escrever. Saiu o primeiro poema. Aí, fiz o *Oratório dos Inconfidentes*, esgotou na primeira edição, fiz uma segunda, também esgotada. E, mais uma dessas coincidências que descem do além, ilustrado com os esboços do quadro feitos pelo pintor e cedidos por seu filho João Candido. Eu tinha uma dificuldade muito grande com prosa, escrevia algumas coisas. Um dia, tive que resolver: o volume de papel estava ficando muito grande, e, ao invés de jogar fora, juntei aquilo tudo, criei um pseudônimo e enviei para um concurso em Brasília. Ganhei o concurso. Com o dinheiro do concurso, paguei a edição do livro, e saíram as *Breves histórias*...¹⁷²

Depois tomei coragem. A Ática me pediu para fazer um roteiro de *Dom Casmurro*.¹⁷³ Comecei a fazer o roteiro. Eu tinha uma ideia antiga sobre Capitu: um dia alguém vai ter

de deixar esta mulher falar, porque é um absurdo o que o marido faz com ela no *Dom Casmurro*. Assume o discurso dela, escolhe o que ele quer para dizer que ela falou... E quando eu estava fazendo o roteiro veio a ideia de fazer um romance, “Capitu vai falar.” Como? Eu pensei, vou achar uns manuscritos falsos, encontrados em um brechó na Suíça, em uma pasta perdida lá, e no fundo falso havia os manuscritos de Capitu. Mas isso o Eco¹⁷⁴ fez muito melhor do que qualquer outro, e essa história de fundo falso já não “cola” mais. Daí, bom, vou imaginar que encontrei uma tetraneta de Capitu e ela me deu alguns escritos, vai dar no mesmo. Não tive dúvida, telefonei para um dos meus filhos, o mais velho que é estrategista e disse: “Júnior, estou com um problema. Quero escrever a história da Capitu, mas não sei como fazer.” Ele disse simplesmente: “Pai, deixa a moça falar. Mas sou engenheiro; eu, se fosse você, faria uma pesquisa para saber como se comportavam as jovens adolescentes no século XIX, quais as perspectivas da mulher e como era a família no século XIX e, a partir daí, faria ela falar.”

Fiz uma pesquisa não tão profunda, mas que me deu uma ideia de como as mulheres se comportavam na época, cujo propósito único na vida era o casamento. Então, comecei a escrever, dei a palavra a Capitu; ela fala em primeira pessoa. Escrevi *Capitu, memórias póstumas*.¹⁷⁵ Como saí do problema de escrever, “lá em cima”? Ela aprendeu com o Brás Cubas como se fazia, então ficou fácil. E foi aconselhada pelo Conselheiro Aires¹⁷⁶ a não usar o excesso de galhofa nem a pena de melancolia. Era um truque interessante, e o livro aconteceu. Esperava uma crítica severa, afinal, estava mexendo com um ícone da literatura brasileira – eu tinha consciência disso –, mas não houve nada disso, o romance foi muito bem recebido. Tomei coragem e escrevi.

Antes, eu tinha tentado uma história de professor. Este livro vocês não conhecem. Eu estava dando aula de literatura e, a propósito do Renascimento, comecei com “Os Lusíadas”, e a propósito dos *Lusíadas*, falei de mitologia. Turma de cem alunos, Colégio Andrews. Quando estava falando de Baco, vi que a turma estava perplexa. Aí, prei: “Vocês sabem quem é Baco?” “Não.” “Dionísio?” Não faziam a menor ideia. Então, para tudo, vou dizer a vocês quem é Baco, mas de uma maneira diferente. Vou encarnar Baco agora, meu nome é Baco, mas pode me chamar de Dionísio. Comecei a brincar com isso. Gente, nunca tive uma turma tão atenta. Cem meninos siderados, e olha que eles não são fáceis. Cheguei em casa, fui para o computador e escrevi tudo o que tinha dito, e aí começou o livro que chamei de *Estórias da mitologia – o cotidiano dos deuses*.¹⁷⁷ Uma história de ficção em que os deuses, os 12 olímpicos, falam em primeira pessoa, um estilo diferente, cada um contando a versão deles para a história deles. No final, eles fazem uma leitura crítica do que o Ocidente fez com eles, é muito divertido, com muito humor. Em uma passagem, por exemplo, quando Febo, Apolo para os romanos, comenta o que o Ocidente fez com ele, ele diz: “Eu fiquei muito realizado, muito feliz quando soube que um filósofo ocidental dos melhores criou um adjetivo para me homenagear, disse que tudo que era – aí eu digo as características todas dele –, era apolíneo. Achei maravilhoso, mas tenho uma queixa, me comparar com Dionísio, francamente!”

Na mitologia eles têm uma diferença, porque o escolhido de Zeus para ser o sucessor era Baco. Mas Baco era filho de um encontro dele que não era com Juno, era com Sêmele, uma das muitas mulheres que passaram pela vida do pai dos deuses. O que se justifica mitologicamente porque ele era o pai, o disseminador, e, curiosamente, se casou com seis mulheres. Os gregos têm umas coisas fantásticas. Sabem por que ele se casou com estas mulheres todas? Porque o ser masculino não é completo, para ser completo ele precisa das virtudes das mulheres. Então, ele se casou com a Prudência, com a Justiça e com outras deusas, para que adquirisse todas as qualidades. Finalmente, ele se casa com a que vai organizar toda a família, que é Juno, a matriarca, uma das poucas deusas que não saiu do circuito conjugal, ela não tem relação com mais ninguém, o que é um padrão feminino grego fantástico. Enfim, cada um dos deuses se conta. O livro saiu e esgotou. Depois que fui ao Jô (Soares, apresentador de programa na TV Globo), na semana seguinte não tinha livro em lugar nenhum.

Professor, voltando ao período em que o senhor foi secretário do Conselho de Cultura, havia uma política de proteção ao patrimônio naquela época?

Havia, sim, uma perspectiva. O Conselho de Cultura era um órgão curioso porque sempre foi um órgão normativo. Não era executivo, não sei como é agora, mas naquela época tinha um papel normativo e não exercia uma atuação efetiva junto ao Poder Executivo. Ele era um aconselhador, um Conselho. Não tinha poder decisório. O Conselho de Educação tinha, avaliava, julgava, dava pareceres, orientava o ensino, estabelecia políticas públicas. O Conselho de Cultura nem política cultural conseguia estabelecer.

O senhor se lembra quando ele foi criado?

Não. Precisamente, não.

Nos anos 1960?

Sim, nos anos 1960.

Pré-64. O senhor conseguiu desenvolver algum projeto?

Como secretário do Conselho, eu não tinha atuação decisória. Eu era ligado aos presidentes. O primeiro, o Thiers, era meu professor, sabia quem eu era. Do outro, o Afrânio, eu era assistente na Faculdade de Letras. Então dialogávamos muito. Eu tinha uma proximidade com as decisões muito mais porque era amigo deles, eles sabiam quem eu era. Mas o Celso Kelly, quando foi para o Conselho, me tratava inicialmente como um secretário burocrata, ele mesmo me disse isso. Um belo dia, me chamou no gabinete e disse: “Domício, você é o Domício que escreveu aquele livro?” “Que livro, Professor Celso?” *Estilos de época* é seu? Pronto, mudou o tratamento, e ficou tão empolgado que acabou me convidando para ser assistente dele quando foi secretário. Por força do livro. Como eu era secretário, eu me colocava na posição de secretário, acompanhava, preparava tudo, fazia o Conselho funcionar.

Agora, vocês perguntaram, houve uma fixação de políticas? Não. Quando cheguei, a primeira coisa importante que o Conselho fez foi: *O Primeiro Encontro de Cultura do Estado da Guanabara*.¹⁷⁸ Foi muito bom, organizei junto com o presidente, a diretoria, e nós realizamos uma série de palestras e seminários excelentes sobre vários aspectos culturais.

Mas, e o Serviço de Censura? Nada tinha que passar pelo Serviço de Censura?

Não. Se passava, era muito sutil e eu não percebia. Nem os conselheiros. Nunca nenhum censor passou por lá, durante os oito anos em que lá estive. Até porque a matéria com que o Conselho trabalhava não assumia nenhum caráter que preocupasse as autoridades. O Conselho pairava em termos amplos, cultura como divulgação, estímulo, produção. E como não tinha função executiva...

O senhor se lembra de quem fazia parte do Conselho? Não precisa fixar Conselho por Conselho.

Lembro. Quando cheguei, encontrei figuras de pouca e de muita expressão. Oton Costa, Modesto de Abreu,¹⁷⁹ Ludmila Frota, mulher do Frederico Frota, Roberto Accioli, Afrânio Coutinho, Thiers Martins Moreira, Monsenhor Guilherme Schubert,¹⁸⁰ penso que Eduardo Portella.¹⁸¹ Tenho algumas atas, posso mandar para vocês a relação. Tive o cuidado de guardar cópias de exemplares das atas. Em geral, eu guardava a primeira ou a última ata do ano, ata de instalação do Conselho. Ali estavam os velhos e os novos conselheiros. O que eu consegui fazer no tempo de secretaria? Criei uma revista: *Cultura GB*.¹⁸² Consegui publicar três números. O importante foi esse encontro de cultura e a revista. No mais, o Conselho raramente tinha um pronunciamento efetivo, a não ser quando havia um acontecimento relevante. E havia outro detalhe, o secretário de Educação e Cultura era o presidente do Conselho. Ele delegava ao vice, mas, na verdade, presidia, então o vice era um filtro.

E já existia, nesse período, a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico?

Já.

E qual era a relação do Conselho com a Divisão, havia alguma relação?

Não, diria que o Patrimônio Histórico e Artístico sempre foi o filho menos privilegiado do processo. E tinha relativa autonomia. Um exemplo, no plano municipal: tenho aqui um plano de ação integrada de 1975, o plano do Município do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Departamento Geral de Cultura. Eu era assistente de Martinho de Carvalho. Conheci o Martinho, capitão de fragata, professor da Escola Naval, na TVE. Um detalhe no meio do caminho: nos intervalos das aulas e da secretaria do Conselho, produzi alguns programas para a TVE e para a rádio MEC. Acompanhei o Projeto Conquista,¹⁸³ preparei quase 100 programas do Projeto Minerva,¹⁸⁴ dei aula de português na rádio MEC. Em 1964, eu estava dando aula na rádio MEC, dirigida pela professora e minha amiga Maria Yedda Linhares.¹⁸⁵ Grande figura, grande mestra de História.

Ela teve uma atuação importante nesse momento.

Muito importante. Éramos um grupo de professores trabalhando com ela, e eu dava aula de português pelo rádio. Era uma coisa incrível, quase 40 minutos falando no rádio. No tempo da repressão, ela assumiu a responsabilidade total, não permitiu que nós fôssemos sequer entrevistados. Foi impressionante a atuação de Maria Yedda. Ela tem todo meu carinho, minha admiração, gosto muito dela, sou seu amigo desde sempre. Depois o Gilson Amado¹⁸⁶ me chamou para acompanhar o *Projeto Conquista*, o *Projeto Minerva*, já dentro dos rigores da lei. A gente sabia que o projeto passava por crivo, mas nunca houve problema, trabalhei com toda a liberdade. É verdade que eu trabalhava com língua e literatura; em nenhum momento houve influência direta, se houve indireta não sei, mas direta não houve. Os meus roteiros, praticamente todos, foram aproveitados. Neste meio tempo, Martinho me conhece e é convidado por Terezinha Saraiva para ser o diretor do Departamento de Cultura, até porque ela também trabalhava na TVE. No final do tempo de Terezinha, fui convidado pelo prefeito Israel Klabin e pela secretária Lucy Vereza¹⁸⁷ para o cargo de subsecretário de Educação e Cultura.

Quem era o Diretor do Departamento Municipal de Cultura nessa época?

Rubem Fonseca.¹⁸⁸

Isso é uma coisa interessante que eu gostaria de explorar. Por essa razão eu tinha tanta vontade de trazer o senhor aqui para conversar, para pensarmos essa relação do intelectual com o aparelho de Estado.

À Subsecretaria cheguei por convite direto do prefeito Israel Klabin, a partir de critério rigorosamente técnico. Não o conhecia, fui convidado por ele para um encontro sobre a realidade da educação no município. Conversamos por mais de duas horas e veio o convite “para integrar a sua equipe técnica”. Sem definição de cargo, o que só aconteceu a 24 horas da posse. Ao assumir a Subsecretaria, levei comigo a equipe técnica do antigo Departamento de Cultura. Com o aval do Prefeito Klabin. Foi difícil para a secretária Lucy (Vereza), minha amiga, inclusive, e quem formalizou o convite, entender a minha decisão. Ela chegou a me dizer: “Mas como você mantém a mesma equipe do outro governo?” “Não estou mantendo a equipe do outro governo, estou mantendo a equipe técnica que há 20 anos trabalha com educação e cultura neste município e eu acompanho este trabalho.”

E que conhece esta máquina profundamente.

Que conhece a máquina. Não vou interromper o funcionamento da máquina. Ela ficou muito irritada na ocasião, custou a aceitar. Tive que convencer a secretária de que o grupo era bom. Levei as principais lideranças para apresentar a ela, e tudo se resolveu harmoniosamente.

O senhor quer citar alguns nomes?

Maria Lúcia Vasconcelos, fantástica. Montei um esquema na Subsecretaria assim: desse grupo escolhi cinco pessoas de total confiança. Uma para ser a subcomandante geral do grupo, em quem eu confiava cegamente.

Uma espécie de chefe de gabinete.

É, uma espécie de chefe de Gabinete, não havia chefe de gabinete na Subsecretaria.

Quem era?

Maria Lúcia. Laurinda, uma pessoa também excepcional, Ulysses Bastos Freitas, arquiteto, a Aída, das finanças. Finanças para mim era um problema. Eu tinha muita preocupação com a área financeira. Então, antes de tomar posse – eu ia tomar posse em uma segunda-feira –, fui sábado para a Secretaria, e, com um auxiliar especializado, examinei todas as contas. Quando chegou a segunda-feira, já tinha uma ideia geral de como funcionava o sistema. Cada um dos cinco do grupo de apoio comandava várias seções. Eu dialogava com eles.

Então, o Rubem (Fonseca) não tinha uma conexão direta com o senhor?

Não. Ele tinha conexão direta com a secretária Lucy Vereza.

Ele foi uma escolha da Lucy?

Não sei se foi uma escolha da Lucy ou do Klabin (Israel).

Ele tinha sido presidente do Rioarte.

Tinha, antes disso. O Rubem teve muita independência na sua gestão.

A quem o Arquivo (Geral da Cidade) estava vinculado?

Ao Departamento de Cultura. Nós ficávamos muito mais preocupados com a parte de educação. Nós confiávamos no dinamismo do Rubem, que era uma pessoa extremamente capaz e apta, ele agia com independência. Então, da mesma forma que o Martinho na administração da Terezinha, ele comandava o Departamento, só que o Martinho cultivava uma quase veneração pela Terezinha, falava com ela com toda a deferência, e frequentemente dizia, diante de algum projeto: “Eu preciso falar com a Terezinha primeiro”, pegava o telefone e ligava. Sou testemunha de que ele tinha uma relação bem de militar, ela era a comandante, ele era o subordinado. Isso para Martinho era muito claro. Além da admiração. Ele era um homem de paixões. E distribuía essa paixão pela cultura, pelas pessoas. Um apaixonado pela Cidade do Rio de Janeiro.

O Rubem era muito mais independente. É claro que o diretor do Departamento e a secretária se entendiam, nas audiências de rotina. Tanto que eu, como subsecretário, conhecia a ação do Departamento por meio dos relatórios e de eventuais reuniões conjuntas. Eu atuava muito mais junto às diretoras de DEC. No Rubem eu sentia tranquilidade, eu sabia

tudo que estava acontecendo, acompanhava tudo, por força do planejamento integrado. Mas o Rubem teve, de fato, uma atuação muito independente.

Porque depois desta atuação dele na Secretaria de Educação e Cultura, não me lembro mais da atuação do Rubem Fonseca em um outro órgão público.

Não me lembro também.

A gestão do Israel Klabin foi muito curta. Dizem que ele se propôs a missão de tornar sem efeito a Fusão. Quando ficou claro para ele que não ia conseguir, renunciou.

Ele valorizava muito a parte técnica, o grupo da subsecretaria era muito bom, não era o subsecretário, era o grupo. Eu me lembro de um dia em que ele me chamou e disse: “Professor, estou indo para os Estados Unidos para conseguir um empréstimo para as escolas e preciso que o senhor prepare um documento com uma proposta assim, assim, assim.” Isso ele me disse em uma sexta-feira. “Quando é que o senhor embarca?” “Segunda.” Chamei os cinco: “Pessoal, avisem em casa que nós vamos trabalhar sábado e domingo e, se for necessário, vamos dormir aqui na secretaria; nós vamos virar a noite porque temos que apresentar este projeto segunda de manhã. Nós trabalhamos sábado e domingo integralmente, de oito da manhã às 23 horas. O projeto foi feito. Entreguei ao prefeito e ele voltou com a verba. E me disse: “Professor, agora vou ver se o senhor é bom administrador. A verba está aqui à sua disposição, agora quero ver como é que o senhor vai gastar este dinheiro com as escolas.”

E como é que a Lucy reagia?

Foi um problema. Convoquei a equipe toda da subsecretaria, montamos um esquema. A Lucy defendia que o dinheiro seria mais bem aplicado na construção de novas escolas. Eu ponderava que havia mais de 10% das escolas em condições precárias e que era melhor primeiro cuidar da reparação delas e depois, com o que sobrasse, se sobrasse, pensar na construção de novas. Essa era a orientação do prefeito. Vivemos uma dissensão bastante forte a este respeito. No final, o Mateus Schneider, subsecretário de Planejamento, que era quem comandava o subsistema de planejamento da Prefeitura, optou pelas obras de reforma das escolas, inclusive, da otimização dos caminhões-oficina que eu havia proposto.

Uma ideia ótima, o sistema de manutenção. Hoje em dia, a Educação tem um contrato com a Rio Urbe que é exatamente isso, esse guarda-chuva da manutenção.

Agora, é bom que se diga, 30 anos depois, a memória da gente fica muito difusa. Eu, certamente, corro o risco de omissões e lacunas.

Voltando à gestão do Júlio Coutinho.¹⁸⁹

O prefeito Júlio Coutinho manteve praticamente o secretariado da gestão Klabin, porque o governador continuava sendo Chagas Freitas. O dr. Chagas escolheu o Klabin, escolheu o Júlio Coutinho. Na Secretaria de Educação a única pessoa que saiu fui eu.

A Lucy pediu a sua cabeça?

Eu já sabia que não permaneceria. Quando o Klabin disse que ia sair, arrumei minha mesa, limpei as gavetas, e preparei a minha carta, estava pronto para sair. Quando a Lucy voltou da reunião com o novo prefeito, ela me comunicou, muito triste, lamentando muito, o que eu já sabia.

Quem ela trouxe para o seu lugar?

Romualdo Carrasco. Mas o Carrasco, com quem eu tinha relações cordiais, teve uma conversa anterior comigo. Tivemos o que se pode chamar de uma conversa política. Ele me avisou que iria me substituir.

Este foi o último cargo público que o senhor teve?

Na administração municipal, sim.

Então faça, se o senhor puder, uma avaliação para mim. Como é ser um intelectual e ter projetos para uma determinada pasta, mas também ser um cargo técnico. Como é que se equilibra?

É curioso isso. Eu vinha de uma ação na escola, como professor. Vou para um Conselho de Cultura onde tenho que exercer uma atividade administrativa e ao mesmo tempo intelectual, de criação, de coparticipação. Porque, como todos os conselheiros sabiam quem eu era, conheciam a minha atividade intelectual, eu atuava como secretário do Conselho, mas participava das decisões das Câmaras. Em plenário eu funcionava como secretário, mas às vezes eles me davam voz. “Domício, o que você acha? O nosso secretário, o que tem a dizer?” Mas a dizer como intelectual, não como secretário. Isso acontecia muito. Quando você se vê, como intelectual, diante da possibilidade de atuar, você se dá conta de que vai ter a oportunidade de pôr em prática uma série de propostas e de ações em que acredita.

Essa ilusão é que nos move.

A ilusão nos move e você chega lá e, na verdade, se frustra porque esbarra em dificuldades intransponíveis. Realmente, fica muito difícil. Eu me lembro de que na época da implantação da Lei nº 5.692/1971, o Celso Kelly disse para mim: “Domício, você vai coordenar a implantação da Lei no Estado.” Eu disse: “Professor, o problema é o seguinte, eu entendo que esta Lei é uma Lei para uma realidade pensada, mas não para uma realidade existente. Esse é o meu pensamento.” “Mas nós não temos saída, nós temos que implantar.” Palavras textuais do secretário. Aí, já começava o primeiro conflito. Eu entendia que aquela Lei, tal como formulada, era uma proposta tentada no exterior, estava sendo implantada aqui para criar uma mão de obra média de que o país carecia. Isso, para a nossa tradição bacharelesca, era um problema sério e difícil.

Segunda questão: eu entendia que a Lei teria que ser adotada gradativamente. Na minha cabeça, não dava simplesmente para implantá-la de imediato na sua totalidade. Ia gerar

conflito com a realidade da escola. Lutei até onde pude, mas fui voto vencido. Foi uma das coisas que me deu um mal-estar muito grande, quase pedi demissão na época. Só não pedi em função do Celso. Sinceramente, eu não dormia às vezes pensando no menino que de repente está em uma série e é mudado para outra, em função de outras características da grade curricular, e fica um lapso ali no meio. Ou outro que passa de uma série para outra, sem conteúdo correspondente. Para mim, eu insistia, a lei tinha de ser aplicada gradualmente. Haveria um momento de currículo necessariamente híbrido. Então, quem já estava no sistema antigo, continuaria até terminar o curso.

Não foi feito assim, optou-se por uma mudança totalizante. Não tinha como dar certo. Mesmo com os dez anos previstos para a primeira etapa. Havia outro problema: percorri tudo que era DEC e escola para explicar a nova proposta. Currículo por atividade, por exemplo, provocava estranhamento. Eu dizia: “Colegas, vocês, que trabalham com ensino primário, já aplicam currículo por atividade desde sempre.” O que a reforma fez, foi partir do que está feito e corporificar na legislação. Mas o curso primário já trabalha com atividade. O currículo por disciplina, todo mundo sabia o que era, ninguém tinha dúvida. Já currículo por área de estudos encontrou forte resistência. Na verdade, só duas escolas da rede – que eu me lembre – conseguiram executá-lo a contento, durante o tempo em que eu estava lá.

Quantos anos o senhor ficou lá?

Uns dois anos. Ao término da gestão Celso Kelly, vou para o Departamento de Cultura, com Martinho de Carvalho, gestão Terezinha Saraiva. Na sequência, ocupo a subsecretaria, gestão Lucy Vereza. Com a saída do Prefeito Israel Klabin, eu queria voltar para a sala de aula, mas o meu amigo Paulo Catalano, que era secretário de Administração na gestão de Júlio Coutinho, não permitiu: “Absolutamente, você é um dos nossos. Você é da nossa equipe, escolhe o lugar que você quer na Secretaria de Administração, vai trabalhar comigo no meu gabinete.” Eu disse: “Não. Quero só um cargo de comissão na portaria.” Eu precisava de um cargo de comissão por motivos óbvios, para evitar a solução de continuidade na carreira. Podia ser um cargo bem baixo, bem simples, podia ser mesmo na portaria.

Paulo Catalano insistia em que eu trabalhasse no seu Gabinete. Aceitei, finalmente: “Tudo bem. Você me nomeia para o menor cargo em comissão do Gabinete, passo a ser o responsável por toda a área de português. E me proponho a reformular toda a parte de comunicação, de língua portuguesa no Gabinete, os documentos, os memorandos. Assim, me sentirei à vontade, vou trabalhar e fazer uma coisa que faço sem esforço maior.” Fiquei no Gabinete do Paulo até completar o tempo para me aposentar.

Nessa época o senhor saiu do serviço público.

Saí.

O senhor voltou para a universidade?

Voltei. Lá ocupei vários cargos, chefia de Departamento durante quatro mandatos na UFF. Depois fui coordenador de área, fui coordenador de pós-graduação em Literatura Brasileira, vida universitária, enfim.

Mas não pegou o campus do Gragoatá.

Peguei, trabalhei lá. Aquela universidade é maravilhosa. Eu sou filho da UFRJ, cria da UFRJ, e vejam vocês a agonia: em um determinado momento, fui levado pelas circunstâncias a fazer concurso para a UFF. E foi um problema. A UFRJ nutria uma certa rivalidade com a UFF e vice-versa. Houve um professor, um catedrático da UFRJ, que me perguntou como e por que eu ia para UFF. Respondi: porque a UFF abriu concurso. Se a UFRJ abrir, faço aqui. Eu era contratado na UFRJ. Contrato era uma coisa precária para um mestre. Inscrevi-me em dois concursos simultâneos, um para Literatura Brasileira, outro para Teoria Literária. Passei nos dois. Em primeiro lugar.

Que ótimo.

Ótimo, nada. E o problema na minha cabeça? Qual escolher? Mas eu tinha feito um acordo anterior. Éramos três colegas inscritos nos concursos: Marlene Corrêa, Diva Rocha e eu. Três inscritos em Brasileira, dois em Teoria. Havia duas vagas para Brasileira e uma para Teoria. Reuni-me com as duas e disse: “Gente, nós somos amigos há muito tempo, somos colegas. Marlene, você foi minha professora”, ela ficava uma fera quando eu dizia isso. “Então, vamos fazer o seguinte, estou falando porque, objetivamente, sou o mais titulado. Então, na avaliação de títulos devo ser bem aquinhoado. Nas provas, o destino dirá quem fica, quem não fica. Mas eu queria propor um acordo. Marlene e eu estávamos disputando nas duas disciplinas e Diva só em Teoria. “Vamos dar um jeito de nós três entrarmos?” “Como assim?” “Muito simples, quem tirar o primeiro lugar em Brasileira e passar em Teoria, fica em Brasileira e deixa a vaga para a Diva.” Assim, nós fizemos o arranjo que dava certo. Fosse qual fosse a posição em que nós ficássemos – primeiro, segundo ou terceiro lugar – os três entrariam se cumprissem o acordo.

Quis o destino que eu tivesse o primeiro lugar. Eu tinha a opção de acumular as duas. Deixava o município e acumulava as duas. Mas se eu fizesse isso, a Diva não entraria e eu não cumpriria o acordo. Então, fiquei com a Brasileira e deixei a Diva com a Teoria. Eram duas vagas na Brasileira, eu fiquei em primeiro, a Marlene em segundo. Então, nós ficamos em Brasileira e a Diva ficou em Teoria. E os três entramos na UFF, foi uma coisa muito bonita. E daí fiz a carreira universitária lá até me aposentar. Foi na época do primeiro plano Collor. Eu não estava aqui, estava na Alemanha. Fui para Colônia a convite da Universidade. Era a terceira vez que me convidavam. Volto, vou procurar o reitor, meu amigo José Raymundo Romêo. Eu tinha tempo, tinha tudo. O reitor não me deixou aposentar. Convenceu-me. Resultado, trabalhei oito anos além do tempo, por espírito de equipe. Veio o segundo plano Collor. Aí não dava mais. Voltei a conversar com o reitor, que, mais uma

vez, insisti para que permanecesse: você não pode sair, a universidade precisa de você.” Aquelas histórias que vocês conhecem bem. Conversei longamente com ele, quase uma hora, no fim ele disse: “Domício amigo, vou pedir a contagem do meu tempo.”

No período da gestão do Marcos Tamoyo ocorreram muitas mudanças na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura. Uma delas foi a extinção do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico, que era dirigido pelo Marcello de Ipanema, e a outra foi a elevação do Arquivo à condição de diretoria do Departamento Geral. Como é que o senhor viu essas mudanças?

Se não me falha a memória, esta alteração resultou de ação do Martinho. O Martinho teve atuação na reestruturação da secretaria. Inclusive o projeto de estruturação do Departamento de Cultura foi elaborado por ele e por mim. E a mudança acabou propiciando resultados positivos.

E havia uma sincronia do Martinho com a Lia.

A Lia passou a integrar a nossa equipe. Ela era da biblioteca de Copacabana, onde nós a tínhamos conhecido há algum tempo, uma pessoa muito capaz, muito séria na administração dela. Tinha um prestígio muito grande na área das bibliotecárias, e se entrosou muito com o Martinho que lhe entregou a direção do Arquivo. Eu me lembro até que ela ficou um pouco relutante na época. Por fim, aceitou o desafio.

Quando o senhor era subsecretário, a Secretaria era de Educação e Cultura. O senhor acha que essa junção prejudicava a área da cultura?

A educação tinha um peso muito grande. Dava para perceber que havia conflitos na execução do planejamento das duas áreas, no juntar as coisas. E sempre quem saía perdendo era a atividade cultural. A separação me parecia muito útil à cultura, dado o desenvolvimento da área cultural e o prestígio que as atividades culturais passaram a ter, que não tinham antes.

O fato de elas se separarem, o senhor acha que foi benéfico?

Foi, porque deu muito mais agilidade à ação na área da Cultura.

Quando o senhor acha que a cultura passou a ter mais prestígio, passou a ser mais reconhecida? O senhor sentiu alguma diferença entre um prefeito e outro na condução da área cultural?

Sim. A partir do momento em que há a Fusão, em 1975. Talvez até porque naquele momento a Terezinha assume e o Martinho se empolga com a causa cultural e dinamiza o Departamento de Cultura. É mérito dele, exclusivamente mérito dele, sem dúvida alguma. Não é porque ele morreu não, é um reconhecimento, por dever de justiça. Até porque, quando fui escolhido subsecretário, ele ficou um tempo meio agastado comigo; levou

susto, podem imaginar, passional como ele era, ficou meio agastado. Depois voltamos a nos entender bem, mas pouco convivi com ele depois que saí. Então, fico muito à vontade para dizer isso e reconhecer que ele deu uma tal dinâmica, uma tal feição à atividade cultural da Secretaria, que o espaço da cultura cresceu.

Durante 365 dias, todos os anos, nós mantivemos de um a quatro acontecimentos na cidade, com o Palco sobre Rodas se deslocando pelos lugares mais incríveis do Rio. Eu tinha por norma não trabalhar sábado e domingo. Foi uma das condições que estabeleci, por acordo com a minha família, para aceitar o cargo de assistente. Algumas vezes, nos raríssimos impedimentos do Martinho, eu tinha que acompanhar o palco no domingo. Eu me lembro de que um dia, na chegada ao alto de uma favela, a liderança comunitária local chegou e me perguntou: “Professor, o senhor quer que eu ponha o palco de costas ou de frente para o crime?” “O que você acha?” “É melhor de costas, professor.” “Tudo bem, vamos instalar o palco de costas”. Nós montamos o palco e ele me mostrou onde estava o problema. Lembro-me de outra experiência incrível, foi uma lição de vida que ganhei nesse dia. Nós administradores, nas nossas salas do Departamento, fazíamos os planos, os projetos, definíamos estratégias. Em determinado momento, decidimos levar o Palco sobre Rodas com uma programação múltipla. Mandamos uma equipe de funcionários antes para estudar a área, fazer mapeamento, conversar com as lideranças comunitárias, tudo muito bonitinho. Montamos o espetáculo e fomos para lá. E eu havia estabelecido com o Martinho que uma das etapas do projeto era a avaliação no processo.

Levamos o Palco sobre Rodas a uma comunidade em Acari, se não me engano. Fizemos a montagem, com teatro, música popular, dança, tudo no palco. Terminado o espetáculo fui conduzir a avaliação. Escolhi várias pessoas da comunidade e começamos a conversar. “O que senhora achou?” “Professor, o seguinte: muito bonito, tudo muito bom, os senhores vêm aqui, põe melzinho na nossa boca, a gente, que nunca comeu deste mel, gosta. E os senhores nunca mais aparecem aqui. O senhor acha isso bom?” Engoli em seco. Depois falei com dois jovens e uma senhora: “E vocês, o que acharam do espetáculo?” “É muito interessante, mas não tem nada a ver com a gente.” Levei a segunda. “Não tem nada a ver com vocês? Então o que é que tem?” “O senhor quer ver o que é que tem?” “Quero.” Gente, eles subiram no palco, e representaram, improvisaram *comedia dell'arte* da melhor qualidade. Alucinei de não ter um gravador e uma filmadora naquela hora. Foi impressionante, eles criaram na hora, a partir das vivências, das experiências comunitárias! Cheguei na segunda-feira à sede do Departamento, reuni a equipe toda, peguei o plano, rasguei e disse: “Nós não sabemos nada, nós somos muito arrogantes, estamos fazendo dirigismo cultural. Tenho consciência absoluta de que não é assim que se deve agir. Vamos inverter tudo. Vocês vão lá ver o que a comunidade precisa, o que a comunidade quer, aí voltam e a gente planeja.”

O Martinho concordou, a equipe também, abandonamos todo o planejamento prévio e passamos a fazer o planejamento a partir da solicitação que vinha dos grupos comunitários. Isso foi muito bom. Me lembro de que nós tínhamos pensado em revitalizar a música popular e queríamos saber o que era preciso na comunidade para incentivar

a música. Fizemos um levantamento; havia uma centena de violonistas. Muita gente tocava violão, vários conjuntos. Convidei alguns e perguntei o que eles queriam. “Só um lugar para ensaiar”, eles disseram. Procurei as paróquias, conversei com os párocos e solicitei que liberassem o salão paroquial para ensaio de música. Funcionou. Aprendi que não adianta você sentar no Gabinete, fazer um belo plano e levar para a comunidade. É elitismo. Aprendi na prática. Até então, achava que era possível pensar o que os outros vão fazer. Naquele momento, aprendi que os outros é que têm que me apontar o que é necessário que se faça, no exercício da função pública. Isso responde àquela questão que você levantou sobre o intelectual e a prática. Associar conhecimento e realidade. A prática anterior era realmente equivocada.

Como também uma forma paternalista de se relacionar!

Não dá. Aprendi também que não há como ser paternalista, não há por que ser paternalista. É aquilo que aquela mulher disse, você vem aqui, põe melzinho na nossa boca e a gente não sabe nem onde vai achar mel. Eu saí de lá pensando, ela quer achar mel. Eu tenho que ensinar onde estão as colmeias e como colher o mel, sem ser picado pelas abelhas.

Professor, como foi a sua entrada para Academia Brasileira de Letras?

Foi uma bela batalha. Um belo dia, inventei um projeto chamado Bienal Nestlé de Literatura. Um amigo meu que trabalhava na Nestlé, o saudoso e querido Iraty Ramos, que era secretário-geral, um dia chegou para mim e disse: “Domício, estou com uma verba da Nestlé, queria fazer uma bienal de pintura.” Foi aqui no Rio, tomando um chope na Barra. Eu disse: “Mas por que mais uma bienal de pintura, por que você não faz uma de literatura?” E ele disse: “Dá para fazer?” Eu disse: “Dá.” Confesso que não tinha a menor ideia do que ia propor. “Então faz um projeto.” Fiz um projeto grande, cinco módulos, se eles aprovassem um já estava de bom tamanho. Para minha surpresa, eles aprovaram os cinco módulos. Levei o projeto para São Paulo, com seminários, exposição, cinema, concursos.

Na Bienal, ouvi: “Domício, você não quer se candidatar à ABL?” Nunca tinha pensado nisso. Quem perguntou foi meu amigo Adonias Filho¹⁹⁰. “Adonias, ainda não estou pronto.” “Você está.” Mas aí ele já tinha feito a mosca verde me picar, eu nunca tinha pensado nisso. “Isso é uma coisa em que tenho que pensar.” Isso foi em 1982, mas não fiz nenhum esforço. Mas comecei a frequentar a Academia. Quando comecei, descobri que tinha vários amigos lá. A Academia é uma casa de amigos. É uma casa de convivência. Amigos que têm alguma representatividade. Comecei a frequentar, eles começaram a me convidar para fazer palestras e, de repente, eu estava ampliando um círculo. Chegou um momento em que já me sentia maduro para uma candidatura. Porque a casa tem um momento. Eu já conhecia a Academia, já me chamavam para tudo. Descobri, desde cedo, que a Academia é mais que um local onde velhinhos sentam para tomar chá. Ela é uma editora de porte médio, possui duas bibliotecas, uma delas moderníssima, promove ciclos semanais, seminários, exposições, concertos de música, visitas guiadas, é responsável por um vocabulário, um minivocabulário, um dicionário que está sendo feito. Agora ela

se informatizou totalmente com os cursos *on-line*, as conferências *on-line*, uma sala de videoconferências. Tudo isso à disposição do público. E tem como cláusula pétrea do Estatuto o culto da língua e da literatura nacional.

De onde vem o patrocínio?

Ela tem patrocínio eventual. Vive do prédio anexo ao *Petit Trianon*. Aluguel do prédio que foi uma conquista de um cidadão chamado Austregésilo de Athayde.¹⁹¹ Aquele prédio é que dá a ela a condição de ter cem funcionários e de fazer todo este trabalho.

O senhor estava contando, quando o senhor achou que estava maduro?

Quando comecei a frequentar a Casa e vi que dava para aspirar a uma cadeira. Eu já tinha uma bagagem: 40 livros publicados. E tinha muita consciência do que estava fazendo, tinha consciência do que representava o que estava fazendo. Sempre tive isso, não era uma jactância, era uma comprovação. Senti que podia pleitear. Comecei a fazer o trabalho de preparação da candidatura. É curioso, porque ali você pode ser ungido, pode ser candidato único, todos concordam e você entra. Mas o mais comum é inscrever-se, batalhar, telefonar, fazer as visitas, campanha, enfim.

Têm aqueles que jamais serão escolhidos, mas tentam muitas vezes.

Acontece. Em um certo momento senti que tinha que me inscrever, me inscrevi. Éramos cinco concorrendo, sabíamos que nenhum ganharia. E ninguém ganhou. Preferi não relançar a minha candidatura e esperar. Aí, o Secchin¹⁹² e a Maria Beltrão,¹⁹³ que tinham concorrido e não tinham ganho também, recandidataram-se, e o Secchin ganhou. Então esperei nova oportunidade. Saí aqui, mas preparei para lá. Entrei na vaga de Oscar Dias Corrêa. Na verdade, a primeira cadeira para a qual cheguei quase a me inscrever foi a que tinha sido de meu mestre Afrânio Coutinho.

O doutor Celso entrou na vaga do Miguel Reale¹⁹⁴, que para ele também significava muito.

Quando o Afrânio morreu, recebi um telefonema: “Vem, faz a carta.” Quando cheguei ao *Petit*, me chamaram para uma conversa política: “Domício, você sabe...” Eu disse: “Tudo bem, eu espero.”

Até porque o senhor era muito jovem.

Foi muito gratificador, porque os amigos que estavam interessados disseram: “Dá para esperar?” “Dá.”

A documentação que o senhor tem do seu período administrativo, o senhor não gostaria de doar ao Arquivo Geral?

Tudo. Posso doar tudo para vocês.

Sei que a Academia vai querer ficar com uma outra parte do seu arquivo, mas, enfim, este período administrativo...

Nesta parte administrativa acredito que a Casa não tenha muito interesse.

Não se preocupe que nós estamos fazendo um recolhimento titular. Seu nome estará na coleção, ela não vai se misturar com o restante do acervo.

É bom, porque se eu precisar, sei que está aqui e bem cuidado. Veja, Beatriz, se eu não tivesse guardado esse material, eu não tinha registro nenhum desses fatos. Tenho vários documentos em pastas. Posso passar tudo para vocês. Inclusive, tenho arquivos com os nomes de todos os funcionários da subsecretaria do meu tempo...

Isso é interessante, porque estamos fazendo um mapa administrativo desde 1892 e a minha ideia era fazer um dicionário biográfico de 1892 para cá, até o terceiro escalão da Prefeitura. Porque é difícil encontrar registros de quem circulou por aqui. Para finalizar, professor, gostaríamos que o senhor dissesse algumas palavras sobre a este Arquivo e sua relação com a população do Rio de Janeiro, com a cidade.

Eu penso que um Arquivo como esse é fundamental. É memória, é passado. O presente se alimenta do passado. É uma frase meio gasta, mas agora mesmo estou comprovando isso. Estou fazendo um livro sobre a história da língua portuguesa. Se não fossem os arquivos, se não fossem as atas, se não fossem os textos, eu não poderia saber o que aconteceu no processo que levou a nossa língua a ser o que ela é hoje. Então, é fácil imaginar o que o Arquivo representa para a história de uma cidade. O que se pode aprender, o que se pode descobrir nos documentos.

Por exemplo, no caso da cultura, a resposta à pergunta que você fez: em que momento a cultura ganha um espaço maior? Se eu não tivesse vivido esta realidade, se não tivesse vivido o processo, iria saber dele através de documentos. Iria saber que, em um determinado momento, o Departamento de Cultura ganhou uma presença forte, propôs uma ação integrada em que houve uma mobilização cultural ativadora do processo de cultura do Rio de Janeiro, que deixou de ser assistemático para ganhar um incentivo, um estímulo. Entendo, a propósito, que o papel de um administrador público não é produzir cultura, é estimular. Quem faz a cultura é o povo, a comunidade. É óbvio. Mas às vezes não é tão óbvio para as pessoas.

As pessoas se equivocam.

Se equivocam, querem até censurar o processo criador, que é o maior absurdo. Sou totalmente anticensura. Você não tem que direcionar, dizer o que a sociedade tem que fazer ou não tem que fazer. Isto não é papel do administrador. O administrador tem que propiciar condições, divulgar, estimular. Quando se tem essa história e se tem uma documentação, onde descobri-la, você pode acompanhar melhor a dinâmica do processo que você só pode conhecer se o seu histórico estiver guardado, arquivado. Acredito muito em arquivo, mas

em um arquivo dinâmico, que se abra realmente para a consulta, para a ação, para fazer coisas, para promover conferências, seminários, cenas, espetáculos.

Acredito que uma das formas hoje de divulgar e estimular a cultura é através da associação no tempo que a gente vive, em que determinadas manifestações culturais perderam o lugar de centro, com a comparação com a realidade de outras épocas. Um exemplo: para mim a literatura perdeu o lugar de centro como produto cultural clássico. Outras formas de lazer, o próprio processo natural, fizeram com que ela perdesse o seu lugar de alta representatividade. Quando se falava em literatura, até os anos 1960, ninguém questionava: era um produto cultural da maior importância. Nos anos 1980 e 1990 a crise intensifica-se e a literatura começa a perder espaço. No começo do século XXI, ela praticamente perde lugar, nos anos 1990, perde espaço na grade curricular, passa a ser um apêndice da área de comunicação e expressão, perde carga horária.

Diante desse quadro, um organismo como o Arquivo pode se inserir mostrando experiências anteriores, abrindo realizações do passado para a visão de hoje e preservando a memória de hoje para as gerações futuras. Eu me lembro do depoimento de alguns jovens. Os meninos chegaram para mim e disseram: “Professor, o senhor precisa ver o *show* com as músicas de um sujeito fantástico, um músico maravilhoso.” Eu perguntei: “Qual é o nome dele?” Eles disseram: “É um tal de Pixinguinha.”¹⁹⁵ Eu comecei a rir. Eles não tinham a menor ideia de quem era Pixinguinha, de que já havia falecido há muito tempo e passaram a admirá-lo.

Perdeu-se a memória.

Perdeu-se. O Arquivo é o melhor lugar para mostrar estas coisas, a pretexto de mostrar a história da cidade. Vocês viram agora, nas comemorações dos 200 anos da transmigração da Corte para o Brasil, o prestígio de Dom João VI? Se não houvesse arquivo?

Um ciclo de palestras, pena que tenha sido tão pouco divulgado. Primeiro, porque foi aberto pelo prefeito, raras vezes vi alguém dominar uma bibliografia tão atualizada da transferência da Corte, tanto em Portugal como no Rio de Janeiro. Depois, porque os pesquisadores portugueses que vieram falar eram ótimos. O Maurício Abreu¹⁹⁶ deu uma palestra belíssima. A exposição que abriu na Biblioteca Nacional, “A cidade de Lisboa no tempo”, é fantástica...

Muito boa, você reparou que aquilo é Arquivo. Aquilo é memória.

Professor, foi um prazer ouvi-lo falar sobre a sua trajetória como gestor público, trazendo luz sobre um tema que tem nos interessado, que é a relação do intelectual com o aparato burocrático municipal, notadamente nas áreas da educação e da cultura. No Brasil, são antigas as relações entre intelectuais, a política e o Estado, o assunto já foi contemplado em importantes estudos, mas é nosso desejo, futuramente, aprofundar a questão no âmbito da municipalidade carioca.

Notas

- ¹ SERÔA DA MOTTA, César Hack – Ver entrevista.
- ² Fundação Cesgranrio – Surgiu da união de 12 universidades com o título de Centro de Seleção de Candidatos do Ensino Superior do Grande Rio, sob a chancela do MEC, com direção de Carlos Alberto Serpa. Posteriormente, criou-se uma fundação privada autônoma que se dedica a organizar exames, realizar pesquisas, a prestar consultoria educacional e organizacional, a realizar capacitação de recursos humanos etc.
- ³ Fundação Leão XIII – Criada em 1947 com o objetivo de prestar assistência a comunidades carentes, hoje vinculada à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.
- ⁴ MAGALHÃES, Sérgio – Nasceu em Recife, em 1916, e faleceu em 1991, no Rio de Janeiro. Formou-se em Engenharia Civil em 1937. Veio para o Rio de Janeiro e ingressou na Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1939, foi diretor do Departamento de Geografia e Estatística (IBGE). Ingressou no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), foi deputado pelo Distrito Federal em 1955. Em 1956, foi um dos fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Em 1960, foi candidato ao governo do recém-fundado Estado da Guanabara pela aliança PTB/PSD e derrotado por uma vitória apertada de Carlos Lacerda. Em 1962, integrou a Frente de Mobilização Popular (FMP), que preconizava as reformas de base e foi cassado pelo governo militar. Passou a dedicar-se às atividades de engenheiro.
- ⁵ BELTRÃO, Hélio Marcos Penna – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1916 e faleceu na mesma cidade, em 1997. Ingressou no serviço público no IAPI, por concurso, tendo sido depois presidente da autarquia. Foi secretário do Interior e Planejamento no governo de Carlos Lacerda (1960-1965). Foi ministro do Planejamento (1967-1969) do ex-presidente Costa e Silva. Ficou conhecido como ministro da Desburocratização (1979-1983) no governo de João Figueiredo (1979-1985), de quem foi também ministro da Previdência (1982-1983). Presidiu a Petrobras (1985-1986) no governo José Sarney. Em sua memória foi criado (1999) o Instituto Helio Beltrão.
- ⁶ Mesbla – Empresa brasileira do setor de varejo, criada em 1924 pelo francês La Saigne, que a tornou uma loja autônoma do grupo Mestre e Blatgé. Rede de lojas de departamentos cuja falência foi decretada em 1999. No Rio de Janeiro situou-se, a partir de 1938, na rua do Passeio, com seu famoso relógio.
- ⁷ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Criado com o nome Ipea (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada) em 1964, vinculado ao Conselho Consultivo do Planejamento/Ministério do Planejamento. Em 1967, tornou-se fundação pública federal com o nome Ipea. Hoje é vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. É um órgão de assessoramento superior do governo federal, centro de geração de conhecimento, atuando na área de análise de políticas públicas, assuntos socioeconômicos, entre outros.
- ⁸ Movimento Brasileiro de Alfabetização – Criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos. A partir de 1980, seus programas foram absorvidos pela Fundação Educar.
- ⁹ AMADO, Gilson – Criador, fundador e presidente, durante mais de 12 anos, da TV Educativa, canal 2 – RJ (FCB-TVE). Na Rádio Mayrink Veiga, produziu e apresentou o programa de debates e comentários intitulado “Mesa Redonda de Gilson Amado.” Foi presidente da Fundação Rádio Mauá. Faleceu em 26 de novembro de 1979.
- ¹⁰ SIMONSEN, Mário Henrique – Nasceu no Rio de Janeiro em 1935 e morreu na mesma cidade em 1997. Formou-se em Engenharia Civil com especialização em Economia, ingressando na Fundação Getúlio Vargas onde, a partir de 1965, passou a dirigir a Escola de Pós-Graduação em Economia. No governo de Emílio Garrastazu Médici presidiu o Mobral. Foi ministro da Fazenda do ex-presidente Ernesto Geisel e do Planejamento no governo João Figueiredo. Autor de vários livros sobre economia.
- ¹¹ FARIA LIMA, Floriano Peixoto – Almirante, foi presidente da Petrobras e o primeiro governador do Rio de Janeiro após a Fusão 1975/1979, indicado pelo então presidente Ernesto Geisel. Mais técnico do que político, coube-lhe a missão de estabelecer a integração entre o Estado do Rio de Janeiro e o antigo Estado da Guanabara.

- ¹² COUTO, Ronaldo Costa – Nasceu em Luz, MG, em 1942. Formou-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorou-se em História pela Universidade de Paris-Sorbonne. Professor e jornalista, autor de várias obras na sua área de atuação, foi secretário de Estado de Planejamento no governo Faria Lima (RJ) e no governo de Tancredo Neves (MG). Foi ministro do Interior no governo José Sarney, governador de Brasília (1985). De 1987 a 1989, foi ministro-chefe do gabinete-civil da Presidência da República e ministro do Trabalho no final de 1988.
- ¹³ BARAT, Josef – Economista, com doutorado em Economia, Administração e Legislação Urbanística pela faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Atuou como Coordenador do Setor de Transportes do Instituto de Planejamento Econômico e Social, IPEA (1969-1973); chefe do Departamento de Informações Econômicas e Avaliação de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES (1973-1975); coordenador da Equipe de Transportes do Grupo de Trabalho da Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1974); secretário de Estado de Transportes do Rio de Janeiro, no Governo Faria Lima (1975-1977); diretor presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, EMTU (1979-1980); secretário de Estado de Transportes do Rio de Janeiro no Governo Moreira Franco (1987-1990). Atualmente atua como sócio-diretor da Planam – Planejamento, Assessoria e Monitoração de Projetos Ltda. (1983-2007) (Fonte: *Site* www.barat.com.br)
- ¹⁴ A Constituição de 1824 já previa o ingresso no serviço público centrado na ideia do mérito. A Constituição de 1934, no artigo 170, diz que “a primeira investidura nos postos de carreira das repartições administrativas (...) efetuar-se-á depois de exame de sanidade e concurso de provas e títulos. As Constituições seguintes estabelecem também o ingresso no serviço público mediante concurso. Extraído do texto BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil. *Revista do Serviço Público*, ano 47, volume 120, número 3, set. dez. de 1996. De fato, o primeiro concurso público para professores foi feito no governo Carlos Lacerda, mas o primeiro concurso público para engenheiros do município foi feito no governo de Pedro Ernesto (prefeito RJ) e de Getúlio Vargas (presidente), em 1932.
- ¹⁵ DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, criado em 1938, pelo então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de profissionalizar a carreira do funcionalismo público.
- ¹⁶ PEIXOTO, Enaldo Cravo – Nasceu em Penedo, AL, em 1920. Formou-se pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro, em 1942. Em 1945, ingressou na City Improvements Company Limited, iniciando sua carreira de engenheiro sanitarista. Foi organizador e primeiro diretor do Departamento de Esgotos Sanitários (DES), incorporando-o à recém-criada Sursan da qual foi presidente em 1961 e que acumulou com o cargo de secretário de Estado de Obras Públicas. No Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro foi secretário de Estado de Turismo e presidente da Superintendência do Quarto Centenário. Em 1966, deixou o serviço público e fundou o Escritório Técnico Enaldo Cravo Peixoto.
- ¹⁷ Tamoio Construção e Terraplanagem Ltda. – Foi fundada em 1954 por Marcos Tito Tamoyo da Silva, que futuramente seria secretário de Obras do governo Carlos Lacerda (1963-1967) e primeiro prefeito após a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975. A empresa mudou posteriormente de nome para Socivil Estudos e Projetos de Engenharia Ltda. Suas principais obras foram a construção do Estaleiro Verolme e a ligação, através de pontes, das fronteiras do Brasil com a antiga Guiana Inglesa (hoje, Guiana) e a Venezuela.
- ¹⁸ IBRAHIM, Emílio – Nasceu em Mariana, MG, em 1925. Veio para o Rio de Janeiro como jogador de futebol e entrou para a Escola Nacional de Engenharia. Entrou para a Prefeitura em 1942, para o Departamento de Estradas de Rodagem. Foi oficial de Gabinete do governo de João Carlos Vital. No governo Carlos Lacerda, foi presidente da ADEG (Administração dos Estádios da Guanabara). Foi secretário de Obras e Serviços Públicos do governador Chagas Freitas, diretor das Centrais de Furnas no governo do então presidente João Figueiredo e presidente da C.B.T.U (Companhia Brasileira de Trens Urbanos) no governo do ex-presidente José Sarney.
- ¹⁹ LIMA, Paulo Aquino de Oliveira – Procurador-geral no governo Marcos Tamoyo. (Fonte: *Site* www.camara.rj.gov.br)

- ²⁰ MACHADO, Alfredo – Foi funcionário dos Correios e jornalista. Em 1942, fundou a Editora Record juntamente com Décio Abreu. No ano de 1979 foi acionista majoritário da editora. De 1987 a 1990 foi presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livro (SNEL).
- ²¹ Atualmente são 29 bibliotecas populares municipais e uma volante denominada João Antônio.
- ²² CUNTO, Walter – Jornalista, trabalhou no jornal *Tribuna da Imprensa*, foi assessor de Comunicação Social do governo de Carlos Lacerda entre 1960 e 1965.
- ²³ BRAGA, Ney Amintas de Barros – Nasceu em 1917 na Lapa, PR. Ingressou no Curso de Estado Maior do Exército. Foi chefe de polícia, presidente da CODESUL, ministro da Agricultura e da Educação e Cultura. Foi prefeito (1954/58), deputado federal (1952/62), governador (1961/65 e 1979/82) e senador pelo Paraná (1967/1975).
- ²⁴ LEÃO, Orlando Feliciano – Engenheiro concursado da Prefeitura, foi secretário de Obras no governo do prefeito Marcos Tamoyo.
- PINHEIRO, Vitor – Secretário de Turismo e Presidente da RIOTUR na gestão do prefeito Marcos Tamoyo.
- ²⁵ Naquela mesma semana, marcamos uma entrevista com o comandante Martinho de Carvalho. No dia marcado, telefonamos para confirmar e soubemos que ele estava no CTI. Três dias depois da data da entrevista, que não foi realizada devido às condições de saúde do comandante, a 7 de outubro de 2007, ele faleceu.
- ²⁶ Comentários extraídos das fitas cassete gravados com discursos de Marcos Tamoyo e doadas ao Arquivo da Cidade pelo prefeito.
- ²⁷ Máxima distinção da Venezuela, destinada a premiar os serviços prestados à comunidade
- ²⁸ CARDOSO, Felipe – Formado em Medicina, foi Secretário de Saúde na gestão do prefeito Marcos Tamoyo tendo entregue, nesta gestão, o Hospital Municipal Salgado Filho, localizado no Méier.
- ²⁹ Centro Cultural Laurinda Santos Lobo – Criado em 1979, funciona em um casarão construído pela baronesa de Parina em 1907. Situa-se na rua Monte Alegre, em Santa Teresa. Seu nome é uma homenagem à herdeira de Joaquim Murtinho – médico homeopata e ministro da Fazenda do Presidente Campos Sales –, que, entre 1910 e 1946, destacou-se, entre seus contemporâneos, pelos saraus litero-musicais realizados nos salões da sua mansão (hoje Parque das Ruínas, em Santa Teresa), frequentados por políticos e artistas dos mais prestigiados na sociedade brasileira da época.
- ³⁰ Solar D. João VI – Chamado de Solar D’El Rei porque nele se hospedou o príncipe regente. Construção colonial, localizada na ilha de Paquetá, seu primeiro proprietário foi o brigadeiro Francisco Alves da Fonseca, grande negociante de escravos. Hoje, abriga a biblioteca Popular de Paquetá.
- ³¹ A instituição foi denominada de Arquivo Geral desde a sua criação, em 1893. Depois, com a criação da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, no governo Carlos Lacerda, à qual ficou subordinado, perdeu o título de Geral, que vai readquirir com a extinção da Divisão, no governo Marcos Tamoyo.
- ³² Voltou a denominar-se Secretaria Municipal de Cultura no governo do prefeito Eduardo Paes em 2009.
- ³³ CARRASCO, Romualdo Costa – Foi vereador pelo MDB, depois foi eleito deputado estadual para as legislaturas de 1979/1983, 1983/1987. Foi filiado ao PP, ao PTB e ao PMDB.
- ³⁴ Instituto de Nutrição Annes Dias – Criado em 1956, subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura, com o objetivo de constituir um centro de estudos e investigações dos problemas de alimentação, tendo como prioridade a alimentação escolar.
- ³⁵ SILVESTRE, J. – Jornalista, escritor, ator, apresentador começou sua carreira no rádio em 1941, como locutor. Depois escreveu contos, novelas e peças para rádio-teatro. Na Rádio Cultura (SP), iniciou sua carreira de apresentador. Em 1956, foi mestre de cerimônias do programa *Céu é o limite* na TV Tupi, precursor dos programas de perguntas e respostas. Foi presidente da Radiobrás no governo João Figueiredo. Entre seus sucessos figuram *Show sem limite*, *Esta é a sua vida*. Autor de *Como vencer na televisão*, publicado em 1976, pela Editora Record.

- ³⁶ LÚCIDI, Daisy – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1929. Atriz de teatro e de televisão, radialista, ex-vereadora e ex-deputada estadual, começou no rádio aos seis anos de idade. Trabalhou no teleteatro da Rádio Nacional, nas novelas *Paraíso tropical*, *Iracema* (2007), *Bravo* (1975), *O Casarão* (1976), na TV Globo. Comandou, a partir de 1971, na mesma rádio, o programa *Alô Daisy*.
- ³⁷ MENEZES, Eurípedes Cardoso de – Foi vereador, deputado federal pela GB, em 1966, pela Arena. Frequentou o Curso Superior de Guerra.
- ³⁸ LUDWIG, Rubem Carlos – Foi ministro da Educação e Cultura de 27/11/80 a 24/08/82, no governo do então presidente João Figueiredo.
- ³⁹ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Criada em 1964, tem por finalidade promover, mediante o estudo do problema e o planejamento das soluções, a execução da política nacional do bem-estar do menor, orientando, coordenando e fiscalizando as entidades executoras dessa política. (Estatuto – Decreto nº 83.149, de 08 de fevereiro de 1979).
- ⁴⁰ Empresa Municipal de Multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro – Empresa criada em 1993, na primeira gestão do prefeito Cesar Maia, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, produz e divulga produtos em diferentes mídias para professores, alunos das escolas municipais do Rio de Janeiro e do país.
- ⁴¹ RAMOS, Cleide – Trabalhou na TVE do Rio de Janeiro e foi convidada para organizar a empresa. Sucedeu a Walter Clark como presidente da Multirio.
- ⁴² OLIVEIRA, Carlos Alberto Serpa de – Graduado em Engenharia Industrial e Metalúrgica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1964). Em 2001, era conselheiro do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. Atualmente é Presidente do Fundação Cesgranrio e presidente da Academia Brasileira e Internacional de Educação. Sua trajetória profissional é na área da educação.
- ⁴³ *Folha Dirigida* – Jornal que divulga concursos, oportunidades de emprego e de estágio.
- ⁴⁴ O Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro é um espaço destinado à construção e preservação da memória da Educação no Município do Rio de Janeiro. (Fonte: www.rio.rj.gov.br/sme/crep).
- ⁴⁵ ASSIS, Regina Alcântara de – Nasceu em Juiz de Fora, MG. Dedicou-se ao magistério. Foi conselheira do Conselho Nacional de Educação até o ano 2000, secretária Municipal de Educação de 1993 a 1996, na primeira gestão do prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia; presidente da Multirio na terceira gestão do mesmo prefeito (2005/2008).
- ⁴⁶ MOGRABI, Sônia – Secretária Municipal de Educação na terceira gestão do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (2005/2008).
- ⁴⁷ *A Noite* – Jornal diário, fundado em 18 julho 1911, por Irineu Marinho. Circulou até agosto de 1964.
- ⁴⁸ CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Fundado em 1927, no Rio de Janeiro, pelo capitão Correia Lima, para suprir o Exército de oficiais subalternos, já que este observou que, após a Primeira Guerra Mundial, havia uma grande carência nos quadros de oficiais dessa patente. Começou a funcionar em 1928, abrindo, posteriormente, mais escolas em outros estados do país.
- ⁴⁹ Serviço de Túneis – Criado pelo engenheiro João Gualberto Marques Porto (1889/1950) que foi diretor da Limpeza Pública e secretário de Viação e Obras Públicas da Prefeitura do Distrito Federal.
- ⁵⁰ Considera-se extranumerário o funcionário extraquadro e portanto não efetivo, podendo ser candidato a efetivação, que compareça ao serviço embora só trabalhe quando assim for necessário e portanto recebendo apenas pelos dias de trabalho efetivo. (Fonte: www.guiatrabalhista.com.br).
- ⁵¹ Confeitaria Colombo – Tradicional confeitaria da cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1894 e ainda em atividade na rua Gonçalves Dias, no Centro da cidade, mantendo sua arquitetura *art-nouveau* da *belle époque* carioca. Faz parte do patrimônio cultural e artístico da cidade e constitui um ponto turístico já que foi, e continua a ser, frequentada por artistas, políticos e intelectuais que se destacaram na história do País. (Fonte: www.confeitariacolombo.com.br).

- ⁵² PORTO, João Gualberto Marques Porto – Nasceu em 1889 e faleceu em 1950. Formado em engenharia, foi diretor da Limpeza Pública e secretário de Viação e Obras Públicas da Prefeitura do então Distrito Federal. Criou o Serviço de Túneis da cidade e foi o responsável por abrir o túnel João Ricardo e por alargar e duplicar o túnel Novo (Engenheiro Coelho Cintra).
- ⁵³ O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos tem sua origem na Fundação RioPlan. Criada em 1979 e posteriormente transformada em Empresa Municipal de Informática e Planejamento, a IplanRio desempenhava atividades de informática, planejamento urbano, projetos urbanísticos, produção de estatísticas gerenciais, além de ser responsável pela base cartográfica do município do Rio de Janeiro. Em 1998, a empresa IplanRio foi desmembrada e continuou responsável pela área de macroinformática da Prefeitura. As funções relativas ao planejamento urbano e à produção de informações gerenciais e cartográficas do município passaram para o novo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. (Fonte: IPP).
- ⁵⁴ CÂMARA FILHO, José Sette – Nasceu em Alfenas, Minas Gerais, em 1920. Substituiu, como interino, o último prefeito do Distrito Federal, Joaquim José de Sá Freire Alvim, antes da criação do Estado da Guanabara. Entre 1960/61 foi governador do Estado da Guanabara. Foi também embaixador e presidente do gabinete civil durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. De 1964 a 1968, chefiou a representação do Brasil na Assembleia da ONU.
- ⁵⁵ ALVARENGA, Maurício Caldeira de – Foi deputado pelo Estado da Guanabara e apoiou a industrialização do bairro de Campo Grande, procurando um substituto para a decadência agrícola da região.
- ⁵⁶ Túnel Major Rubem Vaz – Construído entre 1960/1965, pelo governador Carlos Lacerda, atravessa o maciço dos Cabritos e liga as ruas Tonelero e Pompeu Loureiro, em Copacabana. Seu nome homenageia o major que faleceu no atentado contra Carlos Lacerda, em 1954.
- ⁵⁷ Túnel Sá Freire Alvim – Inaugurado em 1960. Seu nome é uma homenagem ao engenheiro que o concluiu. Atravessa o maciço do Cantagalo e liga as ruas Barata Ribeiro e Raul Pompeia.
- ⁵⁸ PENIDO, João Augusto Maia – Engenheiro, assumiu a presidência logo que foi criada a Superintendência de Urbanização e Saneamento, a Sursan, pelo então prefeito Francisco Negrão de Lima e permaneceu no cargo após o fim de sua gestão devido à sua administração competente, o que possibilitou a continuidade das obras nessa administração.
- ⁵⁹ Túnel Rebouças – Começou a ser construído em 1962, na gestão de Carlos Lacerda. Foi inaugurado em 3 de outubro de 1967, ligando as Zonas Norte e Sul, pelo então governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima. Da data de inauguração a 1994, o túnel esteve sob a jurisdição do DER-RJ. Seu nome é uma homenagem aos irmãos André e Antônio Pereira Rebouças, ambos engenheiros militares que participaram da luta abolicionista.
- ⁶⁰ FERNANDES, Hélio – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1920. Jornalista, trabalhou na revista *O Cruzeiro*, no jornal *Diário Carioca* e na revista *Manchete*. Depois, ingressou na *Tribuna da Imprensa*, quando era seu proprietário Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara. Na campanha de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República foi seu assessor de imprensa. Em 1962, adquiriu o jornal *Tribuna da Imprensa*. Redator do Manifesto da Frente Ampla foi cassado, assim como seus integrantes. Nos anos de chumbo, foi preso e obrigado a se exilar em Fernando de Noronha e no Pantanal. Posteriormente, passou a direção do jornal a seu filho.
- ⁶¹ Crédito Novo Rio e Construtora Novo Rio – Ambas as empresas de propriedade de Carlos Lacerda.
- ⁶² SOARES, Raymundo de Paula – Engenheiro, foi diretor da SURSAN no governo Carlos Lacerda, presidente do órgão no governo seguinte. Em 1969, foi nomeado secretário de Obras Públicas do governo Negrão de Lima, quando chamou Lúcio Costa para traçar o Plano Piloto da Barra da Tijuca. Foi homenageado com nome em um túnel na Linha Amarela.
- ⁶³ MESQUITA, Ronaldo Sant'Anna – Funcionário da Prefeitura do Rio de Janeiro, também atuou como secretário de Fazenda na gestão Marcos Tamoyo e continuou atuando na gestão de Israel Klabin.

- ⁶⁴ SOARES, Pedro Teixeira – Arquiteto e urbanista, formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, foi técnico da SURSAN e da Secretaria Municipal de Planejamento da cidade no Rio de Janeiro, na gestão de Marcos Tamoyo. Foi diretor adjunto da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e presidente da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro. (Fonte: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Memórias do urbanismo carioca* FGV, RJ, 2008, p. 128)
- ⁶⁵ SZTYGLIC, Samuel – Ver entrevista.
- ⁶⁶ Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro – Foi criado pelo Decreto-lei nº 693, de 11 de fevereiro de 1943, com autonomia administrativa e atribuições relativas à conservação e construção de rodovias. Com a criação do Estado da Guanabara, em 1961, passou a denominar-se DER-GB e a atuar prioritariamente em área urbana, subordinando-se à Secretaria de Obras Públicas. Em 1975, com a Fusão, foi substituído pelo DER-RJ. Em 1990 passou a ser fundação.
- ⁶⁷ ARAÚJO, Joaquim Torres – Foi depois vice-prefeito do prefeito Júlio Coutinho.
- ⁶⁸ MAGALHÃES, Paulo Germano – Foi procurador geral da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 1947, elegeu-se constituinte para a elaboração da Carta Estadual. Quando deputado na Assembleia Legislativa de Pernambuco defendeu ativamente o monopólio de Estado para exploração e produção do petróleo. Foi presidente daquela Casa Legislativa
- ⁶⁹ ROCHA, Roberto Paraíso – Nasceu em São João Marcos, RJ, em 1928. Bacharelou-se em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1951, e doutorou-se em direito na Universidade do Brasil, em 1958. Foi procurador do Estado da Guanabara, coordenador do grupo que procedeu à fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ⁷⁰ PIZA, Pedro Toledo – Formado em Direito, atuou como secretário de Turismo no governo de Marcos Tamoyo, na Prefeitura do Rio de Janeiro, tendo se formado junto com o ex-prefeito, em 1980, na Escola Superior de Guerra, a ESG no Curso Superior de Guerra.
- ⁷¹ SANTOS, Hugo de Mattos – Formado em engenharia civil em 1953. Foi presidente da CEDAG no governo Chagas Freitas, responsável pelas obras de duplicação da capacidade da elevatória de alto recalque do Guandu, em 1974. Foi secretário de Obras do governador Floriano de Faria Lima, em 1975.
- ⁷² PIRES, Walter – Entrou para as Forças Armadas e chegou ao posto de general. Foi diretor-geral da Polícia Federal no governo do então presidente Médici, ministro do Exército no governo do ex-presidente Ernesto Geisel.
- ⁷³ Marina da Glória – Um decreto assinado por Golbery do Couto e Silva, em 1977, concede a área de 106 mil metros quadrados ao município do Rio. A cessão foi feita depois que o prefeito do Rio à época, Marcos Tamoyo, requisi-tou o terreno para a construção de uma Marina. (Fonte: <http://ademi.webtexto.com.br>). Localiza-se próxima ao Museu de Arte Moderna, no parque do Flamengo (parque Brigadeiro Eduardo Gomes).
- ⁷⁴ Palácio da Cidade ou São Clemente – Foi adquirido pelo prefeito Marcos Tamoyo para instalar a sede da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O edifício era de propriedade da Embaixada da Inglaterra e custou 40 milhões de cruzeiros, além de 2,5 milhões gastos com reformas e 4 milhões gastos com móveis. A compra foi financiada pelo Banco do Brasil e deveria ser paga pelos cariocas em cinco anos, com um ano de carência. (Fonte: Depoimento de Marcos Tamoyo a jornalista do Jornal do Brasil e à TVE, em 13/10/1975. Extraído das fitas cassete doadas pelo prefeito ao Arquivo da Cidade, disponíveis no site da instituição – www.rio.rj.gov.br/arquivo/regis_cassete_11.htm – fita 142)
- ⁷⁵ Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – Foi criado em 23/10/1980, no governo Júlio Coutinho, com a função de auxiliar o Poder Legislativo, emitir parecer prévio sobre as contas do prefeito e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis do Município.
- ⁷⁶ COUTINHO, Giulite – Primeiro presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), em 1980. O estádio do América Football Club, em Édson Passos, foi batizado com seu nome. Empresário, criou a Associação Brasileira de Exportadores.

- ⁷⁷ Sambódromo – Passarela do Samba – Concebida por Oscar Niemeyer, em 1982, e inaugurada em 1984, durante o governo de Leonel Brizola, para abrigar os desfiles das Escolas de Samba que passaram, então, a desfilar em dois dias seguidos.
- ⁷⁸ Wit-Olaf Prochnik – “Formado em Arquitetura e Urbanismo pela FNA-UB, foi assistente da cadeira de Arquitetura Paisagística do curso de Urbanismo da FNA e esteve à frente do Serviço de Estudos e Projetos do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura do antigo Distrito Federal. De 1949 a 1955, fez parte da equipe de arquitetos do escritório Roberto Burle Marx. Em 1964, foi membro da comissão de Arte do Instituto Brasil-Estados Unidos e da Diretoria do Departamento da Guanabara do Instituto de Arquitetos do Brasil” (Fonte: OLIVEIRA, Lucia Lippi e FREIRE, Américo. *Novas memórias do urbanismo*, CPDOC, 2008)
- ⁷⁹ A Divisão de Segurança e Informação era a versão civil dos órgãos de informação dos ministérios militares. Foi instituída pelo Decreto nº 64.416, de 28 de abril de 1969, que também reorganizou o Ministério da Justiça. Tratava-se de uma assessoria de assistência direta de cada ministério, vinculado, portanto, ao gabinete do ministro. O único material encontrado de uma DSI foi o do Ministério da Justiça. Mas, como todas as DSIs e os demais órgãos de informação faziam circular seus documentos, tem-se uma gama de material do interior da “Comunidade de Informações.
- ⁸⁰ Centro de Informações da Marinha, criado em 1957, e que tinha por finalidade obter informações de interesse da Marinha do Brasil, sendo subordinado ao Estado-Maior da Marinha. A partir de 1971, com o recrudescimento do regime civil-militar, torna-se diretamente vinculado ao Ministério da Marinha, sendo visto pelos próprios militares como o mais eficiente órgão de informação deste período. (Fonte: QUADRAT, Samantha Viz. *O sistema de informação e a ditadura militar no Brasil*, no site: www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Samantha%20Viz%20Quadrat.doc).
- ⁸¹ SILVA, Golbery do Couto e – Nasceu no Rio Grande, RS, em 1911, e faleceu em São Paulo, em 1987. Em 1927, ingressou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, RJ. Serviu na Força Expedicionária Brasileira /FEB e, como major, ingressou no Estado Maior das Forças Armadas/EMFA. Tenente-coronel, ingressou na ESG como adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, quando elaborou a Doutrina da Segurança Nacional, em 1952, alinhando o Brasil com o Ocidente, em contraposição à União Soviética. Tramou contra o presidente João Goulart, sendo um dos mentores do golpe que o depôs. Em 1974, tornou-se chefe da Casa Civil da Presidência, no governo Ernesto Geisel, da qual exonerou-se em 1981, em virtude da repercussão do Caso Riocentro.
- ⁸² Serviço Nacional de Informação – Criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, como órgão da Presidência da República, com a finalidade de superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessassem à Segurança Nacional. Foi um dos órgãos integrantes do aparato de repressão da ditadura civil-militar de 1964.
- ⁸³ COSTA, Lúcio – Nasceu em Toulon, França, em 1902, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1998. Estudou pintura e arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes. Projetou, junto com outros arquitetos, o edifício do Ministério da Educação e Saúde e trouxe Le Corbusier para avaliá-lo. Em 1938, com Niemeyer, projetou o pavilhão brasileiro na New York World's Fair. Elaborou o Plano Piloto de Brasília, recebeu o título de professor *honoris causa* (Universidade de Harvard) e integrou e chefiou a equipe que projetou a recuperação da cidade de Florença, Itália, atingida por inundação.
- ⁸⁴ Península – Em 2003 foi criado um grande projeto imobiliário, à beira da lagoa da Tijuca, criando um novo “bairro”, denominado Península da Barra.
- ⁸⁵ CARVALHO, Carlos Fernando de – Presidente da Construtora Carvalho Hosken, um dos principais responsáveis pela ocupação da Barra da Tijuca, na década de 1970.
- ⁸⁶ DOURADO LOPES, Sérgio – Empresário carioca, dono do Sérgio Dourado Empreendimentos Imobiliários. Através dessa empresa corretora de imóveis foi um dos maiores empreendedores imobiliários nos anos 1970, chamado por muitos de “Era Sérgio Dourado.” Começou a enfrentar dificuldades no início dos anos 1980 e faliu.

- ⁸⁷ FORTES, João – Empresário. Em 1950, no Rio de Janeiro, nascia a J. Fortes e R. Pereira Ltda., criada com o objetivo de incorporar e construir imóveis. Atualmente denominada João Fortes Engenharia, continua em atividade na construção civil. Suas atividades se iniciaram com a construção de um edifício de três andares, no bairro de Copacabana
- ⁸⁸ NIEMEYER, Paulo – (1914-2004) – Médico brasileiro, considerado um dos maiores neurocirurgiões do mundo. Seu nome completo era Paulo Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares. No início da carreira fez visitas de estudos a vários países (Inglaterra, Suécia, França, Portugal, Rússia e Estados Unidos), visando adquirir o conhecimento das técnicas neurocirúrgicas mais inovadoras do mundo. Introduziu a microneurocirurgia no Brasil em 1971. TUOTO, E. A. "Paulo Niemeyer (Biografia)." In: *Biografias Médicas by Dr Elvio A Tuoto* (Internet). Brasil, 2006. Consulta em [25/01/2011]. Disponível em: <http://medbiography.blogspot.com/2006/04/paulo-niemeyer-incl-foto-photo.html>
- ⁸⁹ FRAGA, Clementino – Nasceu em Muritiba, BA, em 1880, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1971. Diplomou-se em medicina na Bahia, onde foi professor e deputado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e foi convidado pelo presidente Washington Luiz para chefiar a campanha contra a febre amarela, assumindo o cargo de diretor do Departamento Nacional de Saúde. De 1937 a 1940, exerceu o cargo, no Distrito Federal, de Secretário-Geral de Saúde e Assistência. Entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1939.
- ⁹⁰ OLIVEIRA, Idalício de – Jornalista, trabalhou no *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Última Hora*, *O Globo* e na rádio Roquette Pinto. Iniciou sua carreira na Assessoria de Comunicação da Prefeitura em 1977. Além de redator, exerce a função de mestre de cerimônias. Uma placa alusiva à sua contribuição a administração municipal foi afixada, em 2006, na Secretaria Municipal de Comunicação, com a presença do prefeito Cesar Maia.
- ⁹¹ As tratativas para a permuta do terrenos onde hoje se localiza o parque Garota de Ipanema foram realizadas com a Caixa Econômica Federal, à qual couberam 390 lotes na Cidade Nova, que, em virtude de desapropriações, passaram a pertencer ao município. Processo 001857/80, de 29/09/80, fls 44.
- No final de 1979, este acordo seria revisto pelo prefeito Israel Klabin, que argumentava ter havido valorização dos terrenos na região, devido a investimentos maciços no local efetuados pelo poder público municipal, tanto em desapropriações como em obras, estabelecendo-se entendimentos entre os dois entes públicos com relação aos terrenos que seriam cedidos à Caixa Econômica Federal.
- ⁹² A área do Parque Lage é de 93,5 mil m². Seu primeiro proprietário, Rodrigo de Freitas Mello e Castro, em 1859 vendeu o terreno a Antônio Martins Lage, que o legou a seus três filhos. Anos depois, o armador Henrique Lage, casado com a cantora lírica Gabriella Bezanoni Lage, construiu a residência que hoje lá se encontra. A área foi desapropriada no governo Carlos Lacerda pela Divisão de Patrimônio Artístico e Histórico do Estado da Guanabara.
- ⁹³ Riocentro – Considerado o maior Centro de Convenções da América Latina. Localizado na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em área total de 571 mil m², conta com cinco diferentes pavilhões para feiras, exposições e congressos.
- ⁹⁴ MINDLIN, Henrique Ephim – Nasceu em 1911, em São Paulo, SP, e faleceu em 1971. Em 1932, formou-se em Arquitetura na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie de São Paulo. Começou na iniciativa privada, em 1933 e, em 1945 veio para o Rio de Janeiro, onde, em 1964, abriu um escritório de arquitetura, tendo como sócios Marc Demetre Foundoukas, Walmyr Lima Amaral e Walter Lawson Morrison. Foi professor na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.
- ⁹⁵ Jardim Pernambuco – Condomínio de casas de luxo situado no bairro do Leblon, Rio de Janeiro, RJ.
- ⁹⁶ POGREBINSCH, Bertoldo – Arquiteto, responsável pela empresa Bertoldo Pogrebinsch Arquitetura e Planejamento Ltda., ainda em atividade e localizada no bairro de Ipanema, Rio de Janeiro, RJ.
- ⁹⁷ Viaduto São Sebastião – Que liga o túnel Santa Bárbara, no Catumbi, a Santo Cristo, construído na década de 1960.
- ⁹⁸ SENGÊS, Gastão Henrique – Engenheiro, sanitarista, em 1975 criou e organizou a Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Município do Rio de Janeiro), da qual foi presidente. A polêmica tarifa do lixo do

governo Marcos Tamoyo foi implantada por ele. Foi o mentor do Plano Diretor de Limpeza Urbana e inaugurou o aterro sanitário de Duque de Caxias. Em 1994, ganhou a medalha Pedro Ernesto da Assembleia do Rio de Janeiro. Ruas da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e no Paraná, receberam o seu nome.

⁹⁹ MPM Propaganda – Fundada em 1957, foi considerada a maior empresa de publicidade do Brasil durante a década de 1970, tendo feito a campanha de entrada da montadora FIAT no Brasil. Esteve um período em decadência, tendo retornado ao mercado em 2003, junto ao Grupo Ypy, de Nizan Guanaes.

¹⁰⁰ A mais importante fundição francesa, situada na região de Haute Marne, na Champanhe. Depois da França, o Brasil é o país que reúne a maior quantidade de peças fabricadas por esta fundição e, o Rio de Janeiro, dentre as cidades brasileiras, é o que possui o acervo mais significativo, pela qualidade, beleza e dimensões.

¹⁰¹ SUED, Ibrahim – Jornalista. Colunista social. Compositor. Filho de imigrantes árabes, nasceu muito pobre na cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1940, foi companheiro de boemia de nomes como Carlinhos Niemeyer, Sergio Porto, Paulo Soledade e Heleno de Freitas, com os quais fundou o Clube dos Cafajestes. Iniciou a carreira jornalística como repórter fotográfico em 1946. Como colunista social, causou polêmicas com suas listas das dez mais: as dez mais belas mulheres, as dez mais elegantes e as dez melhores anfitriãs da sociedade carioca. Em 1951, passou a trabalhar no jornal *A Vanguarda*. Em 1954, passou a atuar no jornal *O Globo*, onde se destacaria. Cunhou expressões que se tornaram marcantes como “De leve”, “Sorry periferia”, “Depois eu conto”, “Bola Branca”, “Bola Preta”, e “Ademã”, entre outras. Foi homenageado em 2003 com uma estátua em frente ao Hotel Copacabana Palace, no bairro carioca de Copacabana. (Fonte: ALBIN, Ricardo Cravo. *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*)

¹⁰² *O Jornal* – Adquirido por Assis Chateaubriand em 1924, representou o primeiro passo para a construção do enorme grupo de mídia que foi constituído nos anos seguintes. O Jornal inovou com sua linha editorial dirigida aos interesses da nação, substituindo os longos textos opinativos por reportagens e reunindo nomes de talento, tanto nacionais quanto internacionais, em seu quadro de colaboradores. (Fonte: *Diários Associados* – www.diariosassociados.com.br)

¹⁰³ *Diários Associados* – Fundado por Assis Chateaubriand em 1924. Consistia em um conglomerado de empresas de mídia, que se tornou o mais importante do Brasil na área das comunicações. Entre as empresas que integravam este conglomerado estavam mais de cem jornais, a TV Tupi e as revistas *O Cruzeiro* e *A Cigarra*. Chateaubriand também foi o criador, ao lado de Pietro Maria Bardi, do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Com o falecimento de Chateaubriand, em 1968, inicia-se a falência do império construído por ele. Ainda hoje conta com jornais, emissoras de rádio e televisão, agência de notícias e provedores de internet, mas sem a mesma expressão de outrora.

¹⁰⁴ REIS, Oliveira José de – Nasceu em Ribeirão Preto, SP, em 1903, e faleceu no Rio de Janeiro, na década de 1990. Formou-se na Escola Politécnica, em 1925. Iniciou sua carreira na Adutora Rio Claro, SP, onde ficou até 1928, quando veio para Rio de Janeiro. Entrou para a Prefeitura através do primeiro concurso para engenheiro realizado em 1932 e foi lotado na Secretaria de Viação e Obras. Participou da Comissão do Plano da Cidade na década de 1930 e do Plano Diretor da Cidade, elaborado em 1948. Estudioso da Cidade do Rio de Janeiro, foi editor da *Revista de Engenharia* e escreveu uma obra clássica sobre as reformas urbanas, *O Rio e seus Prefeitos*, publicado pela Prefeitura do Rio, na gestão de Marcos Tamoyo, por iniciativa de Samuel Szytyglic, secretário de Planejamento.

¹⁰⁵ DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. Nasceu em 1911 e faleceu em 1964. Jornalista, advogado, professor e político brasileiro, lecionou Direito na Universidade do Brasil, dirigiu o *Jornal do Commercio*. Na juventude integrou a Ação Integralista Brasileira (AIB). Foi deputado federal por Minas Gerais (PTB), e, em 1963, ministro da Fazenda no governo Jânio Quadros, quando criou o conceito de Política Externa Independente (PEI), afastando-se do alinhamento aos Estados Unidos e abrindo para o bloco socialista. Foi ministro das Relações Exteriores no governo João Goulart, deixando a política com o Golpe de 1964. Morreu como embaixador brasileiro nas Nações Unidas (ONU).

- ¹⁰⁶ UDN – Fundada em 07/04/1945 contra a ditadura estadonovista, caracterizando-se pela oposição constante a Getúlio Vargas. Surgida como uma frente e, posteriormente, como partido, possuía desde o início contradições e cisões, coexistindo dentro dela teses liberais, autoritárias, conservadoras e progressistas. Com um discurso moralista e voltado para a classe média, participou de todas as eleições majoritárias e proporcionais, até 1965. Destaca-se, primeiramente, a sua luta contra o getulismo e todas as formas de populismo, a denúncia de corrupção administrativa da aliança PSD-PTB, seus principais opositores políticos e, finalmente, a desbravada luta anticomunista radical que o fez se aliar ao moralismo de Jânio Quadros e na participação ativa da derrubada de Jango e a consequente ditadura militar. A UDN extinguiu-se no Ato Institucional nº 2, assim como muitos partidos políticos, tendo seus parlamentares “migrado” para o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional, Arena. (Fonte: CPDOC/FGV/ DHBB)
- ¹⁰⁷ PSD – Fundado em 17/07/1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, participando da maioria das eleições realizadas no Brasil, entre 1945 e 1965, tendo como aliado constante o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi o partido majoritário na Câmara dos Deputados durante toda a sua história, chegando a eleger dois presidentes da República. Como os demais partidos, foi extinto em 1965 pelo Ato Institucional nº 2.
- ¹⁰⁸ MOTA, Marly da Silva – Doutora em história pela Universidade Federal Fluminense é pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Rio de Janeiro. (Fonte: Plataforma Lattes)
- ¹⁰⁹ BAHIA, Luís Alberto – Carioca, formado em Direito e Filosofia, jornalista de carreira. Seu primeiro emprego foi como arquivista do Itamaraty. Foi repórter no *Correio da Manhã*, onde chegou a editor-chefe do jornal (1945-62). Foi conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDES, de 1962-67, e foi também chefe do Gabinete Civil do governo Negrão de Lima, de 1966-68, voltando à vida pública em 1980, como conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Escreveu colunas em jornais como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e na *Folha de S. Paulo*, na qual atuou até seu falecimento. Foi também admitido na Ordem de Rio Branco por seu livro *Soberania, guerra e paz*, publicado pela editora Jorge Zahar. (Fonte: *Site Folha de S. Paulo* – www.folha.uol.com.br)
- ¹¹⁰ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – Partido político criado no Rio de Janeiro, no dia 15 de maio de 1945, a partir da abertura a partidos políticos e sob inspiração do próprio presidente Getúlio Vargas, sendo sua fundação articulada pelo então Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho. Surgiu como uma opção frente ao comunismo visto que os trabalhadores não se filiavam nem ao Partido Social Democrático, PSD, nem à União Democrática Nacional, UDN. Sua base era o operariado urbano, com forte ligação dos sindicatos. Assim como o restante dos partidos foi extinto em 1965, retornando após a abertura do regime militar, quando há a cisão entre partidários de Ivete Vargas e Leonel Brizola, tendo os últimos então criado o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. (Fonte: *Site CPDOC* e do próprio partido)
- ¹¹¹ SUS – Sistema Único de Saúde – Foi criado pela Constituição Federal de 1988, objetivando estender a todos os brasileiros o acesso ao atendimento público de saúde, que antes contemplava apenas os trabalhadores que contribuísssem para a Previdência Social. Integram o SUS hospitais, postos de saúde, hemocentros, hospitais universitários, laboratórios, além de fundações e institutos de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz.
- ¹¹² MDB – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – Partido político fundado para acolher os opositores do regime militar instaurado após o Golpe de 1964, com vistas a enfrentar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo. Foi fundado oficialmente em 1966, abrigando no seu interior muitas correntes ideológicas. No período do governo Geisel o MDB cresceu muito, ameaçando o governo, que se viu obrigado a extinguir o bipartidarismo para esvaziar seu prestígio. Em 1980, tornou-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB.
- ¹¹³ SILVEIRA, Roberto Teixeira da – Nasceu em Bom Jesus do Itabapoana, RJ, em 1923, e faleceu em 1961, em um acidente com o helicóptero que percorria áreas atingidas por enchentes. Formou-se em Direito e, em 1945, ingres-

sou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1947, elegeu-se deputado estadual à Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro. Em 1954, foi eleito vice-governador do estado na coligação PSD-PTB, que tinha como cabeça de chapa Miguel Couto Filho. Em 1958, Miguel Couto decidiu candidatar-se ao Senado. Ele, então, renunciou ao cargo e candidatou-se ao governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo recebido expressiva votação, assumindo o posto em 1959.

¹¹⁴ PEÇANHA, Celso – Nasceu em Campos dos Goytacazes, RJ, em 1916. Ingressou na faculdade de Direito e quando estudante foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE. Em 1941, foi nomeado prefeito da cidade de Bom Jardim, RJ e exerceu o mandato de prefeito da Cidade de Rio Bonito, RJ, por três vezes. Em 1950, elegeu-se deputado federal pelo PTB, reelegendo-se em 1954. Em 1958, foi eleito vice-governador do Estado do Rio pelo PSD, substituindo Roberto da Silveira que falecera em trágico acidente. Em 1962, concorreu ao Senado mas não se elegeu, resolvendo, então, dedicar-se às atividades de procurador do Tribunal de Contas do Estado, de jornalista e de professor. Em 1978, retornou às lides políticas elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro, pelo MDB e, em 1982, foi reeleito pelo PTB.

¹¹⁵ SILVEIRA, Badger Teixeira da – Nasceu em Bom Jesus do Itabapoana, RJ, em 1916, e faleceu em 1999. Foi um dos fundadores do PTB fluminense. Foi vereador em Resende, RJ, secretário de Educação de seu irmão, o governador Roberto da Silveira e, posteriormente, Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Foi eleito governador do Estado do Rio em 1962, perdendo o mandato logo após o golpe de 1964 devido à sua proximidade com o presidente deposto, João Goulart. Teve seus direitos políticos cassados, retirando-se da vida pública.

¹¹⁶ O Distrito Federal teve 43 prefeitos desde a criação da Prefeitura, após a Proclamação da República, até a criação do Estado da Guanabara (1892-1960). A maior parte era de bacharéis em direito (13), engenheiros (10), médicos (10) – os seis primeiros prefeitos ou interventores foram médicos –, alguns militares (7), dois militares eram também engenheiros. Henrique Dodsworth (1937/1945) era formado em Advocacia e Medicina. Houve ainda um funcionário público, um comerciante, um industrial e um cômico.

¹¹⁷ Em abril de 1965, Enaldo Cravo Peixoto afasta-se do cargo de secretário de Estado e presidente da Sursan e se candidata a governador do Estado do Rio de Janeiro, mas, por motivos políticos, logo retira sua candidatura, voltando ao serviço público no cargo de secretário de Estado de Turismo, assumindo ainda a presidência da Superintendência do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro.

¹¹⁸ MAGALHÃES, João Paulo de Almeida – Professor, concluiu seu doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris (Pantheon-Sorbonne), em 1953, cujo título foi “Investimentos Estrangeiros na América Latina”. Sua livre-docência em Economia foi obtida pela Universidade de São Paulo, USP. Foi professor titular de Economia da Faculdade de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor titular de Economia pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. (Fonte: Plataforma Lattes).

¹¹⁹ A praça da Bandeira era um local que ficava totalmente alagado por ocasião dos grandes temporais devido ao fato de que a região é formada pelas bacias dos rios Trapicheiros, Joana, Maracanã e próximo ao canal do Mangue. Quando, em dias de chuva forte, o escoamento das águas destes rios se defronta com a maré cheia, ocorrem enchentes.

¹²⁰ Divisão de Patrimônio – Em 8 de julho de 1964, o Decreto nº 253 instituiu o Departamento Geral de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara e criou a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, diretamente subordinada ao referido Departamento. (Fonte: FERNANDES, Maria Célia. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. A travessia da “arca grande e boa na história carioca”: Prefeitura do Rio/SMC, Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro, 2010)

¹²¹ ESPEG – Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara – Antecessora da Escola de Serviço Público ESP/RJ e, desde 1976, Fundação Escola do Serviço Público do Rio de Janeiro FESP/RJ. Vinculada à Secretaria de Administração do Estado do Rio de Janeiro tem como missão ser um centro de seleção, desenvolvimento de recursos humanos e aprimoramento institucional. (Fonte: www.unpan.org, site da ONU).

- ¹²² *Jornal da Cidade: um veículo a serviço do Rio* Jornal fundado na cidade do Rio de Janeiro, circulou de 1980 a 1987. (Fonte: site da Biblioteca Nacional – www.bn.br).
- ¹²³ Companhia Progresso do Estado da Guanabara. Criada em 1961, no governo Carlos Lacerda, o primeiro governador do Estado da Guanabara, dentro da ampla reforma administrativa que visava a descentralização, tanto regional quanto setorial, das tarefas executivas. A instituição foi criada visando o desenvolvimento da produção industrial. Nasceu também sua subsidiária a COPEG – Crédito e Financiamento. (Fonte: DHBB, verbete LACERDA, Carlos. Site CPDOC)
- ¹²⁴ NISKIER, Arnaldo, coautor. *Rio Ano 2000* Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1970. Publicação realizada pela “Comissão do Ano 2000”, coautor do projeto Rio Ano 2000, que estabelecia diretrizes em transportes de massa, em estruturação metropolitana e em revitalização de áreas centrais. (Fonte: site da ABL e Fundação Astrojildo Pereira)
- ¹²⁵ Autódromo Internacional Nelson Piquet – Situado em Jacarepaguá. Inaugurado em 1963, chamado de Caledônia até 1979, quando foi inaugurado o novo circuito.
- ¹²⁶ Pan-Americano – O XV Jogos Pan-americanos foram realizados na Cidade do Rio de Janeiro em 2007. Esse evento multiesportivo é organizado pela Organização Desportiva Pan-americana, a ODEPA. Para o evento foram construídos inúmeros equipamentos esportivos e remodelados outros.
- ¹²⁷ O autódromo de Jacarepaguá sediou o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, de 1978 até 1989. A Prefeitura de São Paulo, com o apoio da Confederação Brasileira de Automobilismo, deu início a negociações para que o Autódromo de Interlagos voltasse a sediar novamente o GP Brasil de Fórmula 1. Foram realizadas grandes reformas e desde 1990 o GP Brasil é sediado em São Paulo.
- ¹²⁸ Em abril de 1960, após a transferência do Distrito Federal para Brasília, foi instalada a Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, conforme estabelecido pela Lei San Tiago Dantas, que transformou os vereadores eleitos em 1958 em deputados estaduais, até a promulgação da Constituição estadual. Em 1975, os deputados foram transformados em vereadores.
- ¹²⁹ Companhia Estadual de Limpeza Urbana, criada em 1972, no ainda Estado da Guanabara, vinculada à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos e cujo primeiro diretor foi o engenheiro João Affonso Saint Martin. Ela é antecessora da Comlurb, criada pelo Decreto-lei nº 102, de 15 de maio de 1975.
- ¹³⁰ SAINT MARTIN, João Affonso – Foi engenheiro da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e diretor da Celurb.
- ¹³¹ GARY, Aleixo – Em 1885, o governo resolveu contratar o francês Aleixo Gary para o serviço de limpeza das praias e remoção do lixo da cidade para Ilha de Sapucaia, localizada no bairro do Caju. Gary tentou, então, concentrar todo o conjunto de atividades da limpeza – logradouros, remoção do lixo das casas particulares, praias e transporte do lixo para Sapucaia – em suas mãos. Mas, sua proposta foi recusada pelo governo. Gary, no entanto, se mantém como responsável pelo serviço de limpeza na cidade e remoção de lixo para Sapucaia até 1891, data do término do seu contrato. No ano seguinte, porém, a empresa parece ter sido extinta pois, em documento de 1892, o Ministério da Justiça se dirige ao prefeito requisitando “O pagamento a Aleixo Gary e Cia de 232.238 contos de réis pelo qual o governo adquiriu o material de extinta empresa de limpeza”. Cria-se a Superintendência de Limpeza Pública e Particular da Cidade. Tão forte foi a atuação desse empresário que os empregados encarregados pela limpeza, os lixeiros, passaram a ser chamados de “garis”. (Fonte: Site da COMLURB: www.comlurb.rio.rj.gov.br).
- ¹³² Fazenda Modelo – Criada em 1947, virou abrigo para acolher mendigos em 1984. A ideia inicial era que funcionasse como uma fazenda de verdade, com plantação, animais, atividades que a autossustentassem. Durante um período, foram desenvolvidas atividades artísticas que contribuíram para a revelação de alguns talentos. Localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, ocupava 47 mil hectares e chegou a abrigar cinco mil pessoas, entre elas crianças, adultos e idosos que viviam nas ruas ou que foram abandonados à própria sorte. Deixou de funcionar em 2003.

- ¹³³ A Rede Municipal de Ensino do Município do Rio de Janeiro conta com 1.061 escolas e 250 creches. (2008)
- ¹³⁴ Discursos do prefeito Marcos Tamoyo durante a sua gestão (1975/1979) por ocasião das inaugurações de escolas, parques, praças, postos de saúde, iluminação, visitas aos diferentes bairros, que podem ser acessados *on-line* (www.rio.rj.gov.br/arquivo).
- ¹³⁵ PUB Rio – Plano de diretrizes para a cidade estabelecido no governo Marcos Tamoyo. Em 1977, o poder público se vê diante da necessidade de elaborar um novo plano, o Plano Urbanístico Básico – PUB-RIO, que dividia o território municipal em cinco Áreas de Planejamento, instituía os Projetos de Estruturação Urbana (PEU) para o planejamento local, respeitando as características dos diferentes bairros e criava políticas setoriais para o desenvolvimento econômico e social. (Fonte: www2.rio.rj.gov.br/smu/paginas/ev_planos.asp)
- ¹³⁶ CHIRAC, Jacques – Nasceu na França, em 1932. Estudou na Escola Nacional de Administração neste país, e na Universidade de Harvard (EUA). Iniciou sua vida na administração pública como político no gabinete de Georges Pompidou, então primeiro-ministro do presidente Charles de Gaulle. De 1974 a 1976 foi primeiro-ministro de Giscard D'Estaing. Em 1976 fundou o Partido Conservador /RPR e ganhou as eleições para prefeito de Paris. Em 1986, foi primeiro-ministro de François Mitterrand. Em 1995 e em 2002 foi eleito, por duas vezes, presidente da França.
- ¹³⁷ O prédio do Ministério da Agricultura, demolido em 1976, foi anteriormente o pavilhão da Exposição Internacional de 1922, realizada para as comemorações do centenário da Independência do Brasil, no local onde existia o morro do Castelo, desmontado a jatos de água pouco antes da realização da exposição, pelo prefeito Carlos Sampaio.
- ¹³⁸ Na década de 1970 surgiu o conceito de ONG (Organização Não Governamental), caracterizando entidades sem fins lucrativos, criadas para defender os direitos políticos, civis e humanos ameaçados pelas ditaduras militares da América Latina e no Brasil. As ONGs foram também responsáveis pela disseminação da noção de cidadania e o fator-chave para a entrada de recursos de fundações internacionais. (Fonte: REIS, Cláudio José Oliveira. *A Importância das Organizações Sociais*: Científico, Ano II, VI, Salvador, BA, 2002.)
- ¹³⁹ Começaram a ser organizadas na década de 1960, porém, ganharam expressão político-social a partir da década de 1970. No período da ditadura civil-militar, iniciada com o Golpe de 1964, o espaço para manifestações e para expressão de opinião foi extremamente restringido. As associações de moradores constituíam uma entre as poucas possibilidades de organização, levando à opinião pública e ao poder público os problemas das comunidades nas áreas de educação, saneamento, saúde, transporte, segurança, etc., potencializando o poder de barganha dos moradores e principalmente das áreas mais carentes.
- ¹⁴⁰ Plano Salte – Saúde, Alimento, Transporte e Energia. Foi apresentado ao Congresso em 1948 e aprovado em 1950. Foi o único plano – dentro da experiência brasileira de planejamento federal de âmbito plurissetorial –, que recebeu exame e aprovação prévia do parlamento. Em matéria de planejamento, na verdade, o Plano Salte foi importante mais como o início de uma prática governamental do que em função de seus resultados práticos, muito pouco significativos. A história do Plano Salte começou em fevereiro de 1946, quando Eurico Gaspar Dutra, ao extinguir o Plano de Obras e Equipamentos então vigente, resolveu reorientar os esquemas de planejamento do governo. (Fonte: CPDOC. www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes)
- ¹⁴¹ Plano de Metas – Engendrado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, tinha como slogan: “50 anos em 5”. Foi esboçado antes da posse do presidente por uma equipe do BNDES. Assim que assumiu, JK criou o Conselho de Desenvolvimento para implementar o plano. Os setores mais agraciados foram o de transportes, energia e indústrias de base. Educação e alimentação, apesar de estarem entre os cinco setores considerados prioritários, não receberam a mesma atenção que os demais.
- ¹⁴² MODESTO, Hélio – Arquiteto e urbanista, participou do Plano Doxiades. Trabalhou no projeto do Museu de Arte Moderna, com Affonso Eduardo Reidy, e do Aterro do Flamengo, com Lota Macedo Soares. Participou da CEDUG, foi coordenador da COPLAN/Comissão do Plano da Cidade no governo de Marcos Tamoyo. Professor da antiga Faculdade Nacional de Arquitetura, projetou o prédio do Riocentro, em Jacarepaguá. Faleceu em 1980. (Fonte: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Memórias do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2008)

- ¹⁴³ DOXIADES, Constantinos – Carlos Lacerda escolheu uma firma estrangeira, Doxiades Associates (capitaneada pelo arquiteto grego de mesmo nome), para a elaboração do plano de urbanização do Estado da Guanabara. Vários setores protestaram, inclusive o Clube de Engenharia. Em março de 1964, foi criada a Comissão Executiva de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara para elaborar o *Plano e Programa de Desenvolvimento Urbano da Guanabara*, que deveria ser entregue até o fim de 1965. Plano basicamente técnico que visava preparar a cidade para o ano 2000.
- ¹⁴⁴ MARINHO, Hélio Ribas – Arquiteto e urbanista, foi presidente da COPLAN/ Comissão do Plano da Cidade, no governo de Marcos Tamoyo. Ex-sócio de Marcos Konder, entrevistado no projeto, foram os autores do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no Aterro do Flamengo.
- ¹⁴⁵ MAMEDE, Hélio – Arquiteto. Trabalhou no projeto do Parque do Flamengo, durante o governo Carlos Lacerda e anteriormente no projeto do Museu de Arte Moderna (MAM-RJ). Passou um tempo na Grécia como elemento de ligação entre o governo estadual e o escritório Doxiades. Foi administrador regional de Copacabana. (Fonte: Marcos Konder in FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Memórias do urbanismo carioca* Rio de Janeiro: FGV, 2008)
- ¹⁴⁶ Buraco do Lume – Fica entre a rua São José e a rua Nilo Peçanha. Hoje se chama praça Melvin Jones ou Mario Lago. Nos anos 1950, uma parte da área antes ocupada pelo morro do Castelo, demolido em 1922, foi reivindicada pela Lume Empresarial, que começou a erguer ali um enorme arranha-céu. A empresa faliu e ficaram os tapumes com um enorme buraco aberto para as fundações, que a população então denominou de Buraco do Lume. A área foi expropriada pelo poder público e, no início da década de 1970, o buraco cedeu lugar a uma praça.
- ¹⁴⁷ WERNECK, Mauro – Engenheiro civil e ex-professor universitário da COPPE-UFRJ.
- ¹⁴⁸ Frente Ampla – Movimento político lançado em 28 de outubro de 1966, com o objetivo de lutar pela “restauração do regime democrático” no Brasil. A Frente Ampla teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e de seus correligionários. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br)
- ¹⁴⁹ Chaguismo – Dá-se o nome chaguismo à política implantada pelo ex-governador Chagas Freitas no Estado do Rio de Janeiro, assentada nas redes clientelistas de bases locais e na utilização da máquina do estado para vencer as eleições, estabelecendo uma vinculação com o interior em detrimento da capital. Este “método” de governar do ex-governador da Guanabara (1971-75) e, posteriormente, do Rio de Janeiro (1979-83), firmou-se na política fluminense na década de 1970.
- ¹⁵⁰ FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana, criada no governo Faria Lima (1975/1979), cujo primeiro diretor foi Jaime Lerner. Dedicou-se a elaborar planos diretores para os municípios que não dispunham de estrutura técnica para tanto. Bastante comprometida com o pensamento tecnocrata da época, grande parte dos recursos destinado à Fusão passavam pela FUNDREM, inclusive para saneamento básico, habitação popular e aparelhamento da Polícia Militar. Com o fim do repasse de verbas, e devido à falta de compreensão dos dirigentes estatais sobre a função estratégica que ela poderia desempenhar, acabou extinta no governo Moreira Franco (1997-1981). (Fonte: MAGALHÃES, Roberto Anderson M. – *Rio de Janeiro, a recriação de uma cultura de planejamento metropolitano*. www.vitruvius.com.br/minha cidade)
- ¹⁵¹ IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional – Instituto especializado, voltado ao ensino de pós-graduação e pesquisa. O IPPUR integra o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, junto com o Instituto de Economia, a Faculdade de Direito, a Faculdades de Administração e Ciências Contábeis e a COPPEAD. (Fonte: www.ippur.ufrj.br)
- ¹⁵² O terreno do Parque Garota de Ipanema pertencia à Caixa Econômica Federal que trocou com a Prefeitura por terrenos na Cidade Nova.
- ¹⁵³ Sudebar – Superintendência de Desenvolvimento da Barra, foi criada logo de início para adaptar o plano de Lúcio Costa à realidade local, mas esta não sobreviveu muito tempo à fusão dos dois Estados (Guanabara e Rio

de Janeiro), em março de 1975. Em breve, a SUDEBAR passou a servir apenas para legitimar as transgressões ao plano original, fato denunciado pelo próprio arquiteto Lúcio Costa, que a dirigia, e que logo se demitiu. (Fonte: www.jornalcopacabana.com.br/ed127/milton.html)

¹⁵⁴ São terenos de marinha todos os banhados e próximos às águas do mar, dos rios e dos mangues e que são reservados para servidão pública. Estes terrenos, quando dentro da jurisdição territorial da municipalidade, são foreiros a ela e não à Marinha. (Fonte: Decreto-lei nº 96, de 22/12/1937)

¹⁵⁵ Campo de Gericinó – Entre as estações de Deodoro e Magalhães Bastos as fazendas de Gericinó, Sapopemba e dos Afonsos foram adquiridas pelo governo federal, na primeira década do século XX, para servir como campo de instrução às tropas do Exército. Atualmente possui o nome de Campo de Instrução de Gericinó e ainda pertence ao Exército Brasileiro. (Fonte: *Site do Exército*)

¹⁵⁶ KRUEL, Amaury – Nasceu em 1901, em Santa Maria, RS, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1996. Em 1921, formou-se na Escola Militar e, em 1930, posicionou-se a favor de Getúlio Vargas, apoiando a Revolução que levou Getúlio ao poder. Participou da Segunda Guerra Mundial pela FEB. Com a crise deflagrada pela renúncia de Jânio Quadros e a oposição à posse de João Goulart na Presidência da República, aliou-se ao movimento legalista iniciado por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, com vistas à obediência às leis constitucionais, que garantiam a posse do vice-presidente no cargo de presidente, no caso da impossibilidade do titular. Kruel foi, então, nomeado chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Posteriormente, aderiu ao Golpe de 1964 que depôs João Goulart. Foi, ainda, deputado federal pelo Estado da Guanabara, de 1967 a 1971, pelo MDB, partido que surgiu com a adoção do bipartidarismo e que se opunha ao partido da situação, a ARENA.

¹⁵⁷ Localizado no Horto, bairro do Jardim Botânico, foi fundado em 22/09/1964. Devido ao então recente golpe militar e para evitar qualquer tipo de mal-entendido, foi dado o nome de Clube Dezessete, por ser esse o número do macaco no jogo do bicho. Era conhecido como Clube dos Macacos, devido ao rio dos Macacos, que nasce na floresta da Tijuca, passar nos fundos da área do clube. Outro nome que se popularizou foi o do Clube dos Engenheiros da recém-criada, à época, CEDAG, Companhia Estadual de Águas da Guanabara. (Fonte: www.clube17.com.br.) O reservatório que capta água do rio dos Macacos é responsável pelo abastecimento da Zona Sul.

¹⁵⁸ Guandu – Em 1957, durante a gestão de Negrão de Lima (na Prefeitura do Rio), após a criação da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), foi inaugurada a primeira adutora do Rio Guandu. Era ainda pouco para o crescente problema do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, que atingiu seu ápice na crise de abastecimento de 1961, já na gestão de Carlos Lacerda à frente do então Estado da Guanabara. Essa crise resultou na busca de empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, em torno de US\$ 90 milhões, para a construção da segunda adutora do Guandu, obra monumental, tida como a mais importante para cidade do Rio de Janeiro e que finalmente pôs fim ao grave problema da falta d'água que castigava a cidade, desde os tempos da Colônia. (Fonte: Cedae, www.cedae.rj.gov.br)

¹⁵⁹ RIBEIRO, Darcy (26/10/1922 – 17/02/1997) – Nasceu em Montes Claros, M.G., em 1922, e faleceu em 1997. Publicou inúmeras obras nas áreas de Antropologia, Sociologia e Educação. Juntamente com Anísio Teixeira criou a Universidade de Brasília e, posteriormente, foi responsável pela criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Ingressou na carreira política, na qual exerceu os seguintes cargos: ministro-chefe da Casa Civil no Governo João Goulart, vice-governador do Estado do Rio de Janeiro (1983/1987), no governo de Leonel Brizola. Foi o idealizador dos Centros Integrados de Ensino Público/CIEPs, que previa o horário integral para os alunos. Foi eleito senador pelo Estado do Rio de Janeiro de 1991 em diante.

¹⁶⁰ D. Maria Proença faleceu no ano de 2010.

¹⁶¹ OLIVEIRA, Otávio Henrique de – Nasceu em Espírito Santo do Pinhal, SP, em 1919, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1983. Cantor e compositor. Seu nome vem de *Black-out*, termo em inglês que significa preto por fora e que foi abraçado para Blecaute.

- ¹⁶² MOREIRA, Thiers Martins – Nasceu em 1904, Campos, RJ e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1970. Formou-se em Direito pela Universidade do Brasil e foi catedrático de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia do RJ. Escritor e educador fundou a revista *Educação e Administração*. Dirigiu o Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa
- ¹⁶³ GAMA FILHO, Luís Gonzaga Prado Ferreira da – Nasceu em 1930 e faleceu em 1970. Fundador da Faculdade Gama Filho. Professor e advogado, ingressou na carreira política em 1954, elegendo-se vereador do Distrito Federal pelo PSD. Após o golpe de 1964, passou a integrar as fileiras do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi eleito, em 1966, para a Assembleia Legislativa, mas em 1967 deixou-a para assumir a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, no governo de Negrão de Lima.
- ¹⁶⁴ PROENÇA FILHO, Domicio. *Estilos de Época na Literatura*. Rio de Janeiro: Linceu, 1967. Um dentre os inúmeros livros didático-pedagógicos publicados pelo autor.
- ¹⁶⁵ CUNHA, Celso Ferreira da – Professor, filólogo e ensaísta, nasceu em Teófilo Otoni, MG, em 10 de maio de 1917, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de abril de 1989. Membro da Academia Brasileira de Letras, quarto ocupante da cadeira 35, eleito em 13 de agosto de 1987, na sucessão de José Honório Rodrigues e recebido pelo Acadêmico Abgar Renault, em 4 de dezembro de 1987.
- ¹⁶⁶ MACHADO, Juarez – Nasceu em 1941, em Joinville, SC. Cursou a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Em 1965, veio para o Rio de Janeiro. Em 1978, mudou-se para Paris, inaugurando um novo ateliê, mas deixando os do Rio de Janeiro e de Joinville em atividade. Pintor, cenógrafo, decorador, escultor, desenhista, caricaturista, ilustrador e cartunista, ganhou inúmeros prêmios, entre eles o da 5ª Bienal da Itália.
- ¹⁶⁷ Revista que enfocava assuntos econômicos e políticos priorizando a ampla liberdade de seus profissionais. Por 20 anos pertenceu ao grupo americano Vision Inc. tendo sede no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo. Em 1972, o diretor comercial da revista, Said Farah, comprou-a, mantendo a sua filosofia editorial. Finalmente, em 1974, ela é vendida a um grupo liderado por Henry Maksoud que redefiniu o perfil editorial tornando-a uma publicação pautada nos valores liberais. (Fonte: NERY, João Elias. *Páginas de cultura, resistência e submissão – Livros na revista Visão (1968-1978)*. Trabalho apresentado ao GT4 – História da Mídia Impressa, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Cíee, São Paulo, 2007. Encontrado no site: <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/hist-midia2005/resumos/R0177-1.pdf>)
- ¹⁶⁸ CORREA, Rubens Alves – Nasceu em Aquidauana, MS, em 1931, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1996. Autor e diretor, formou-se no teatro Tablado, ganhou o Prêmio Shell pela atuação na peça *O futuro dura muito tempo*.
- ¹⁶⁹ Comissão do Livro Técnico e Didático – Criada em 1966 e extinta em 1971, desempenhou as funções de coordenar e executar as atividades do MEC relacionadas ao aperfeiçoamento do livro didático, à sua produção, edição e distribuição.
- ¹⁷⁰ COUTINHO, Afrânio – Professor, crítico literário e ensaísta, nasceu em Salvador, BA, em 15 de março de 1911 e faleceu no dia 5 de agosto de 2000, no Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Letras, quarto ocupante da Cadeira 33, eleito em 17 de abril de 1962, na sucessão de Luís Edmundo, e recebido em 20 de julho de 1962 pelo Acadêmico Levi Carneiro.
- ¹⁷¹ Domicio Proença Filho escreveu os seguintes livros de poemas: *O Cerco Agreste*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. (Esgotado). *Dionísio Esfacelado (Quilombo dos Palmares)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. (Esgotado) *Oratório dos Inconfidentes*. 1ª e 2ª Rio de Janeiro: Leo Christiano, 1989. Ilustrado com inéditos de Portinari. (Esgotado) *50 Poemas Escolhidos pelo Autor*. Rio de Janeiro: Galo Branco. No prelo. Inéditos: *O Risco do Jogo e Cantar d'Amor d'Amigo*. Vários poemas integrantes dessas obras, traduzidos para o italiano, figuram em antologia organizada por Sílvio de Castro.
- ¹⁷² Domicio Proença Filho publicou na área da ficção os seguintes títulos: *Breves estórias de Vera Cruz das Almas*. Rio de Janeiro: Fractal, 1991. 1º lugar no Concurso Literário da Secretaria de Cultura e da Fundação do Distrito Federal, 1990. Esgotado. *Estórias da Mitologia – O cotidiano dos deuses*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1995. “Uma extravagância ficcional, num bem-humorado estilo borgiano”. Esgotado. *Capitu – Memórias Póstumas*. Romance. Rio de Janeiro:

- Atrium, 1998. 2ª ed., outubro de 1999. 3ª ed., 2005. *Eu, Zeus*. Narrativa ficcional. São Paulo: Global, 2000. 2ª ed. 2005. *Nós, as deusas do Olimpo*. São Paulo: Global, 2000. 2ª ed. 2005. *Os Deuses, menos o Pai*. São Paulo: Global, 2000. 2ª ed. 2005. *Capitu – Memorie postume*. Cagliari: Fabula, 2006.
- ¹⁷³ ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, 1899.
- ¹⁷⁴ ECO, Umberto – Nasceu na Itália, em 1932. Escritor, crítico, professor de semiótica. Seu primeiro romance, *O nome da rosa*, publicado em 1980, adaptado para o cinema em 1986, tornou-o conhecido mundialmente.
- ¹⁷⁵ PROENÇA FILHO, Domicio. *Capitu – Memórias Póstumas*. Rio de Janeiro: Atrium, 1998.
- ¹⁷⁶ Conselheiro Aires – Personagem do livro *Memorial de Aires*, de autoria de Machado de Assis.
- ¹⁷⁷ PROENÇA FILHO, Domicio. *Estórias da Mitologia – O cotidiano dos deuses*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1995.
- ¹⁷⁸ I Encontro de Cultura da Guanabara, promovido pelo Conselho Estadual de Cultura do antigo Estado da Guanabara e pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do mesmo Estado (1968).
- ¹⁷⁹ ABREU, Modesto de – Crítico literário, autor de inúmeras obras, entre elas *Estilo e personalidade em Euclides da Cunha*.
- ¹⁸⁰ SCHUBERT, Monsenhor Guilherme – Nasceu em 1913 e faleceu em 1998. Doutor em teologia, foi presidente da Comissão de Arte e Música Sacra do Rio de Janeiro e arquivista do Cabido Metropolitano.
- ¹⁸¹ PORTELLA, Eduardo – Nasceu em Salvador, BA, em 1932. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, estudou filologia, romanística, crítica literária, filosofia e estilística em Madri. Ocupou inúmeros cargos na administração pública, entre eles o de ministro de Educação e Cultura e de presidente da Biblioteca Nacional. Autor de uma vasta obra, é membro da Academia Brasileira de Letras desde 1981.
- ¹⁸² Domicio Proença foi secretário-Executivo da Revista *Cultura – GB*, órgão oficial do Conselho Estadual de Cultura do antigo Estado da Guanabara (1972-75).
- ¹⁸³ *Projeto Conquista* – Em 1977, a TVE do Rio de Janeiro iniciou a produção do *Projeto Conquista*, um curso sob o formato de novela-aula, destinado ao Ensino Supletivo de 1ª Grau.
- ¹⁸⁴ *Projeto Minerva* – Foi criado em 1ª de setembro de 1970, por um Decreto Presidencial e uma Portaria Interministerial de nº 408/70, que determinava a transmissão de programação educativa, em caráter obrigatório, por todas as emissoras de rádio do País. Difundido pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, seu nome é uma referência à deusa grega da sabedoria. Dava ênfase à educação de adultos, utilizando o rádio para chegar ao aluno nos lugares mais distantes, ajudando-o a exercer a cidadania e a desenvolver suas capacidades e potencialidades.
- ¹⁸⁵ LINHARES, Maria Yedda Leite – Doutora em História, professora universitária, foi por duas vezes secretária de Educação do Rio de Janeiro. Com inúmeros livros publicados, criou uma linha de pesquisa em História Agrária do Brasil.
- ¹⁸⁶ AMADO, Gilson – Criador, fundador e presidente, durante mais de 12 anos, da TV Educativa, canal 2 RJ (FCB-TVE). Na Rádio Mayrink Veiga, produziu e apresentou o programa de debates e comentários intitulado “Mesa Redonda de Gilson Amado”. Foi presidente da Fundação Rádio Mauá. Faleceu em 26 de novembro de 1979.
- ¹⁸⁷ VEREZA, Lucy – Secretária de Educação e Cultura nos governos dos prefeitos Israel Klabin e Júlio Coutinho.
- ¹⁸⁸ FONSECA, José Rubem – Escritor, nascido em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 11 de maio de 1925, autor de uma vasta bibliografia, em que pontificam contos, romances, crônicas, roteiros cinematográficos. Exerceu cargos na administração pública do Rio de Janeiro, foi presidente do Rioarte e diretor do Departamento de Cultura, ambos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- ¹⁸⁹ COUTINHO, Júlio Alberto de Moraes – Júlio Alberto de Moraes Coutinho nasceu em Pernambuco, em 1929. Formou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto de Aeronáutica (ITA). Em 1979, tornou-se secretário de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, no governo Chagas Freitas. No ano seguinte, assumiu a

Prefeitura da capital fluminense por nomeação daquele governador. Deixou o cargo em 1983, sendo substituído interinamente pelo presidente da Câmara dos Vereadores, Maurício Azedo (15/036/1983 a 23/03/1983). A partir de então, passou a dedicar-se às atividades acadêmicas. (Fonte: PCRJ/GBP/JC)

¹⁹⁰ ADONIAS FILHO, A. Aguiar – Foi jornalista, crítico, ensaísta e romancista. Nasceu na Fazenda São João, em Ilhéus, BA, em 27 de novembro de 1915, e faleceu na mesma cidade, em 2 de agosto de 1990. Membro da Academia Brasileira de Letras, foi o quinto ocupante da Cadeira 21, eleito em 14 de janeiro de 1965.

¹⁹¹ AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE – Belarmino Maria A. Augusto de – Professor, jornalista, cronista, ensaísta e orador, nasceu em Caruaru, PE, em 25 de setembro de 1898, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de setembro de 1993. Membro da Academia Brasileira de Letras, foi o terceiro ocupante da Cadeira 8, eleito em 9 de agosto de 1951.

¹⁹² SECCHIN, Antonio Carlos – Nasceu no Rio de Janeiro em 10 de junho de 1952. Até os seis anos morou em Cachoeiro de Itapemirim. Desde 1959 reside no Rio de Janeiro. Doutor em Letras, professor universitário, é poeta e ensaísta. Membro da Academia Brasileira de Letras, foi eleito em 3 de junho de 2004.

¹⁹³ BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho – Arqueóloga, professora, membro da Academia Carioca de Letras, presidente do PEN Clube em 2004.

¹⁹⁴ REALE, Miguel – Nasceu em São Bento do Sapucaí, SP, em 6 de novembro de 1910, e faleceu na cidade de São Paulo, em 14 de abril de 2006. Doutor em direito, com vasta obra publicada, foi secretário de Justiça do Estado de São Paulo e membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em 16 de janeiro de 1975.

¹⁹⁵ PIXINGUINHA, Alfredo da Rocha Vianna Filho – Compositor, instrumentista e arranjador, nasceu em 23/04/1897, no Rio de Janeiro (RJ) e faleceu em 17/02/1973, na mesma cidade. Sua atuação mudou os rumos da música brasileira.

¹⁹⁶ ABREU, Maurício de Almeida – Professor doutor em Geografia, autor de um livro clássico *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, 4ª edição, publicada pelo Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2006, entre muitos outros livros.

III

OS ARQUITETOS DA CIDADE NOVA





“O Tamoyo, como era engenheiro, gostava muito de ir às obras, então, toda semana ele vinha aqui (no Arquivo) e se encontrava comigo, porque eu não saía daqui. Um belo dia, falei para ele: ‘Prefeito, acho que não vai dar para terminar o quarto andar para a inauguração.’ Fui meio devagar. Quinze dias depois, eu disse: ‘O terceiro também não vai dar. Mais quinze dias e...’”

VALDIR RIBEIRO é arquiteto formado pela FNA-UB, atual UFRJ, no ano de 1964. Prestou serviços, a partir de janeiro de 1965, no DER-GB, por 13 (treze anos). Após a fusão, foi transferido para a Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, onde presta serviços até hoje. Primeiramente na Diretoria de Construção Civil, e após meados de 1990, na Riourbe. Dentre os diversos cargos que ocupou destacamos o de superintendente de Obras da Diretoria de Construção Civil, coordenador de Obras Habitacionais, diretor da Diretoria de Obras Prediais e diretor de Planejamento e Projetos, estes na Riourbe.

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir e Sandra Horta, no dia 8 de abril de 2008, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Nós queremos saber, para começar, um pouco sobre a sua infância, onde o senhor nasceu, onde o senhor estudou, qual a sua formação, para termos um perfil do funcionário público, da pessoa que trabalha na administração pública.

Nasci na Praça Onze, e depois não me lembro, era muito pequeno! Meu pai era português, casou-se muito tarde para aquela época, 38 anos. Português em geral é mão fechada, mas ele não era assim, então ele não tinha nada quando se casou. Comprou um bar aqui perto, que já não existe mais. Ficava na esquina da rua Machado Coelho com a rua Júlio do Carmo. Eu até falo que a minha vida pública se desenvolveu muito por aqui, porque fiscalizei a obra do Arquivo da Cidade, o Centro Administrativo, fiscalizei o anexo do Centro Administrativo e, antes disso, quando eu era do DER, fiscalizei o elevado que sai da Paulo de Frontin e vai até o Campo de São Cristóvão. Quer dizer, trabalhei muito por aqui. Até fico brincando, porque estão fazendo agora uma obra, o Clube dos Servidores, e eu disse que quem tinha que fiscalizar era eu, é a minha área. De brincadeira, lógico. Mas então, vivi a minha infância aqui, na rua Júlio do Carmo.

Júlio do Carmo ainda existe, mas o metrô acabou com muitas ruas.

A Júlio do Carmo ainda existe, é aquela rua que passa entre os dois prédios do Centro Administrativo. Só que ela se estendia mais na direção da Praça da Bandeira e eu morava justamente ali. Fiz o primário no Instituto de Educação, na Mariz e Barros. Depois, fiz concurso para o Colégio Militar, onde fiz o ginásio. Depois, fiz concurso para o Colégio Naval. Entrei no Colégio Naval, fiquei dois anos em Angra dos Reis. Depois, passei para a Escola Naval. Mas acontece que, quando estava no Colégio Naval, apareceu uma doença no coração, então teria de sair. Mas ainda consegui ficar porque queria muito ser oficial da Marinha. Minha família tinha conhecimento com o almirante. Então, a Junta de Saúde, naquela época, disse que se eu operasse o coração ficaria tudo bem. Só que isso foi em 1957, ninguém nunca tinha operado o coração aqui no Brasil. Coincidentemente, vieram dois médicos americanos, porque foi quando começaram a fazer as operações de coração nos EUA. Eles vieram e de repente me vi internado naquele hospital em Ipanema. Fiquei lá uma semana, a minha sorte é que o meu cardiologista dizia que eu tinha uma doença e os médicos americanos diziam que eu tinha outra doença. Então, não dá para fazer uma operação do coração assim, tem de ter certeza.

Fiquei uma semana no hospital e não operei, graças a Deus, porque foram operadas quatro pessoas e as quatro morreram. Então, voltei para a Junta de Saúde e disse: “Fiquei lá uma semana e disseram que...” Resultado, eles me deixaram continuar, fiquei aqui na Escola Naval, na ilha de Villegaignon, fiquei o primeiro ano e até outubro do segundo ano. Até que um dia, fui correndo. Até quando eu era do Colégio Naval eu era da equipe de atletismo, corria muito bem. Mas, como apareceu o negócio no coração, eu só fazia o que era necessário, suficiente, porque no Exército deve ser a mesma coisa, você tem de saltar tanto de altura, tanto de distância, e entra na média para passar. Nessa parte eu só fazia o que era necessário fazer, em termos.

Uma vez, tive uma prova de 400 metros rasos, que eu podia ter corrido devagar que faria o tempo necessário. O fato é que fui correr e em vez de correr devagar corri rápido, e quando acabou a prova, caí. Tive um distúrbio circulatório. Ainda fiquei lá uns 15 dias até que o médico me mandou para a Junta de Saúde, mais uma vez. Eu poderia ter continuado, porque os almirantes continuavam lá, mas sei lá, também tinha o negócio de namoro, então resolvi sair. O meu pai e a minha mãe ficaram muito tristes. Saí e acabei fazendo Arquitetura e estou aqui.

Onde o senhor estudou Arquitetura?

Na Universidade do Brasil, que atualmente é a UFRJ.

Em que ano o senhor entrou?

Entrei em 1960, saí em 1964, no ano da “Redentora”.¹

O senhor ingressou na Prefeitura por concurso?

Não. Naquela época não tinha concurso. Primeiro, entrei como desenhista, porque eu ainda estava na faculdade. Entrei como contratado celetista.

Em que seção?

Para o Serviço de Arquitetura no Departamento de Estradas de Rodagem, fiquei lá 10 anos, logo depois me formei em arquiteto, aí eu fiquei, eles gostaram de mim. Passaram o meu contrato para arquiteto, fiquei contratado muitos anos. Até que, um belo dia, também não tinha concurso para arquiteto...

Havia para engenheiro. O primeiro concurso para engenheiro foi feito pelo Carlos Lacerda.

Em 1965, outro em 1967. Em 1965 eu até poderia fazer se tivesse feito engenharia, mas não fiz. Para arquiteto só teve depois de 1980. Então, em uma certa época, o INSS deu uma dura no governo, porque no governo havia muitos celetistas, então quem era celetista tinha de pagar INSS. Nós éramos descontados, mas a Prefeitura não repassava. Eles entraram firme em cima e a solução do Chagas Freitas foi efetivar todo mundo. Foi assim que fui efetivado. Porque efetivando não precisava mais pagar, para trás eu não sei como foi resolvido. Acredito que tenha sido pago.

Depois de dez anos no DER, para onde o senhor foi?

Fiquei 13 anos no DER porque fiquei dez anos em Arquitetura, mas depois houve uma confusão porque tiraram o meu chefe, eu já estava lá há dez anos, depois dele era eu. O pessoal não ficava muito lá porque o DER é um órgão mais para engenheiro, arquiteto fazia pouco serviço. Até que um belo dia ele foi tirado e não fui colocado no lugar dele. Não sei se conto essa história, o camarada que me tirou disse que era por três motivos. Acho que a pessoa tira por um, não por três.

Então, disse para ele: “Já que a pessoa que está vindo é para a chefia do Serviço de Arquitetura, e um desejo que eu tenho é ser chefe do Serviço de Arquitetura, gostaria de ver a obra para ver se estando em obra eu poderia ser chefe do Serviço de Arquitetura.” Mas, graças a Deus, isso não aconteceu, porque fiscalizei umas obras pequenas no Rebouças (Túnel). Posso até dizer que fui eu que acabei o Rebouças, porque já estava funcionando, já passava muito carro lá, mas faltavam 60 metros da abóbada do Cosme Velho para a Lagoa. Então, esse era um contrato que estava em andamento e esse foi um dos contratos que peguei.

Então o senhor já estava na Secretaria de Obras?

Não, ainda estava no DER. Essa obra era do DER.

Mas era o Marcos Tamoyo. Não foi ele que levou a ideia e o projeto de abertura do túnel para o Carlos Lacerda? Estou me referindo a ele como engenheiro, porque, segundo o Serôa da Motta² nos contou, ele levou o projeto de abertura do túnel Rebouças e o Lacerda disse: “Vamos fazer.”

Mas o túnel Rebouças foi feito pelo DER, Departamento de Estradas de Rodagem.

Quem era o presidente do DER?

O primeiro presidente do DER que eu peguei foi o Segadas Vianna.³

Havia alguma relação do DER com a Secretaria de Obras? E com a Sursan?

Bom, primeiro vamos separar o seguinte: Eu era do DER quando era Estado da Guanabara. Então, tinha o DER e a SURSAN. A SURSAN fazia as obras dos viadutos, o DER fazia também. Por que o DER fez o túnel? Porque tinha uma verba federal para fazer. Porque, na época, o Lacerda contratou um arquiteto grego, Doxiades, que fez as linhas policrômicas: a Linha Amarela, a Linha Vermelha, a Linha Verde. Isto aí já estava projetado há muito tempo! Estão fazendo agora, mas já está projetado há muitos anos. O túnel é da Linha Vermelha, pertence à Linha Vermelha. As linhas policrômicas quem fazia era o DER.

Esta Linha Verde, onde ficaria?

A Linha Verde é a linha que não vai mais ser feita. Na realidade, eu até trabalhei lá também. Fui fiscal lá por pouco tempo, porque houve a Fusão e preferi vir para Prefeitura, porque se eu continuasse no DER estava arriscado a trabalhar não sei onde, preferi ficar aqui. O pessoal pôde optar, optei pela Prefeitura, e também fui convidado para vir para a Prefeitura pelo arquiteto que tinha sido meu chefe no Serviço de Arquitetura.

Quem era ele?

Paulo Figueiredo Meira.⁴ Ele era o meu chefe quando fiz esta obra aqui (Arquivo da Cidade). Ele era o chefe da Superintendência de Obras Especiais da Secretaria de Obras.

Quando começaram as obras do Arquivo, o senhor estava na Secretaria de Obras. Como é que o senhor foi indicado responsável? Porque esse projeto do Arquivo da Cidade é dos irmãos Musa.

Até por coincidência encontrei hoje um professor meu...

Quem é o seu diretor presidente?

João Luís Reis da Silva.⁵

Mas, então, encontrou-se com uma pessoa...

Encontrei com o meu professor, porque eu estava esperando o carro lá embaixo, aí ele chegou. Ele é um arquiteto famoso, foi premiado pelo IAB, fez o projeto do Monumento aos Pracinhas, e outros projetos, ele é um bom arquiteto. Marcos Konder Neto.⁶ Ele estava indo à Rio Urbe porque nós o estamos ajudando. Ele mora em Santa Teresa e resolveu desmembrar uma parte do terreno dele e fazer uma creche. O prefeito já deu o nome, não está pronta ainda, mas já tem nome. O nome vai ser da mulher dele. Encontrei-o e comentei que vinha aqui. Ele falou que foi ele quem indicou os arquitetos para fazer este projeto.

Ele também trabalhava na Prefeitura?

Ele trabalhava na Prefeitura. Tanto que ele fez o projeto do restaurante Rio's, que agora é Porcão. Esse prédio aqui foi engraçado...

Quando é que chegou a obra para o senhor?

Chegou porque como vim do DER, esse meu chefe me conhecia trabalhando em projeto, nunca tinha me visto trabalhando em obras. Só que eu tinha trabalhado em obras, fiquei três anos longe dele, e justamente esta obra que fiscalizei em São Cristóvão era uma das duas obras mais importantes do DER naquela época. O pessoal de Obras gostou do meu trabalho e fui indicado para fiscalizar essa obra, o que eu adorei, adorava trabalhar ali. Depois me tiraram da obra, e até hoje eu não descobri direito porquê.

Outro dia, encontrei com um rapaz que era meu técnico para estradas e ele me disse: Valdir, não esquentar não. Aquilo ali foi o seguinte, o empreiteiro fez queixa de você. O empreiteiro desta obra fazia parte da CSN, mas ela tinha um subempreiteiro que fazia a parte de concreto, que era grande nesta obra, toda a fundação. E eu tenho um modo de fiscalizar duro, porque o empreiteiro está querendo se dar bem, a verdade é essa, e sou duro com o empreiteiro, sempre fui. Então, devia estar sendo duro demais e ele disse que foi por isso. Ainda vou confirmar.

O que é um absurdo. Porque se a sua tarefa é fiscalizar e você está vendo alguma coisa errada...

Ele me disse que foi por conta disso. Foi reclamar que eu estava endurecendo muito.

Então o senhor saiu daquela obra e veio para cá?

Não, saí daquela obra e fui para a outra que é a Linha Verde. A Linha Verde é uma linha que só tem de praticamente concluído o túnel Noel Rosa,⁷ e até a aceitação do túnel fui eu que dei. Tinha um vazamento lá dentro que consegui descobrir. Foi a única coisa que fiz também, descobrir o vazamento, mandar os caras quebrarem, consertarem, o túnel já estava feito. Não fiscalizei o túnel. Entrei na fiscalização, comecei a trabalhar, porque do túnel você passa por cima daquela rua que vai para o Méier, 24 de Maio, pela estrada de ferro, pelo outro lado, fui fiscal também.

Aquilo tudo é a Linha Verde?

É, mas disseram que não ia continuar porque aquilo ali era para ir direto.

Ir direto até aonde?

Ia passar por dentro do Jacarezinho. Então fiscalizei um viaduto que tinha do outro lado e comecei a fiscalizar este. Mas, seis meses não dão para fazer nada. Aí, saí, porque estava triste com o DER, porque adorava esta obra, senti muito, cheguei até a chorar quando ele disse que eu ia sair. Para mim, até foi bom, se estivesse no DER até hoje estaria em situação muito pior atualmente. Porque ganharia muito menos lá, tenho certeza, mesmo que fosse diretor de diretoria. Porque o município paga bem melhor do que o Estado. Uma chefia DAS-8 é diretor de diretoria. Sabe quanto é lá a gratificação? Eu sei porque no governo passado fiquei dois anos na Serla,⁸ como chefe de Gabinete e como diretor de Projetos e Obras. E aí o João Luís me convidou para ser diretor, e estou aqui.

Vamos ver o que vai acontecer no final do governo, pois tive de me aposentar, porque quando fui trabalhar no estado passei a ganhar menos do que ganhava como gerente da Rio Urbe. Como é que pode? Primeiro, porque a Prefeitura tinha umas gratificações que quando você sai para outro lugar ela não paga. Então, o jeito foi me aposentar, porque me aposentando incorporei aquelas gratificações que ele tirou e algumas a que tinha direito e que só ia incorporar quando me aposentasse. Mas, estou chateado com isso, porque agora eu estou aposentado, então tenho sempre que depender de alguém me convidar.

Retornando...

Acabei sendo fiscal do Autódromo.⁹ O Autódromo tinha gente pra caramba fiscalizando, e eu, naquela época do Autódromo, não trabalhava em obras, era coordenador de projetos. Eu supria o Autódromo e outros projetos de projetos. Verificava se estava certo, se não estava.

Pelo o que o senhor está contando, a Prefeitura não contratava, como faz hoje, muitos projetos de fora, ela era capaz de produzir os seus próprios projetos, internamente. O Engenho, ¹⁰ por exemplo, foi projetado por engenheiros e arquitetos do quadro da Prefeitura. A Cidade da Música ¹¹ é uma construção de um arquiteto francês. Pelo que o senhor está me dizendo, era uma tradição que os próprios engenheiros

e arquitetos da Prefeitura fizessem esses projetos?

Não. Este projeto, por exemplo, não foi, foi feito fora. O restaurante Rio's foi feito pelo Marcos Konder, que era funcionário.

Era misto, quer dizer, continua igual.

É, mais ou menos, sempre tem coisa que... A Cidade da Música é um negócio que, eu sou diretor de projeto, o pessoal não tem condição de fazer um projeto, não é que... Veja só, até escola, que nós fazemos muitas, nós só fazemos o projeto base, porque não dá para fazer o projeto. Primeiro, porque não tem calculista, não tem instalador, então tudo tem que ser contratado por obra. Eu sempre quis, e não consegui fazer isso, tanto que quando fui diretor da Diretoria no governo Conde,¹² e agora neste governo, sempre quis contratar projetos fora. Naquela época, o diretor era o Ícaro¹³ e ele dizia: “Não, é mais uma empreiteira aqui dentro.” Mais uma empreiteira coisa nenhuma, porque o que acontece, você bota um valor de projeto – que não é barato – no orçamento, sabe o que o empreiteiro faz? Ele contrata uma porcaria de arquiteto que está matando cachorro a grito, vai ganhar uma mixaria, e o dinheiro fica todo com o empreiteiro. Então, eu queria contratar os projetos, os nossos arquitetos seriam os fiscais.

O senhor acha que não vale a pena investir no quadro funcional, fazer concursos e trazer estas pessoas para dentro?

Sabe o que é? O negócio é tipo uma onda. Às vezes, é uma onda em que você está fazendo muita coisa, e tem época que não tem. Dentro em pouco você vai ficar com oito arquitetos, sem ter praticamente nada para fazer. Então, nós fazemos contrato de mão de obra para suprir a nossa deficiência, tanto de arquiteto para fazer projeto, quanto para fazer orçamento. Porque se todo o pessoal fosse nosso, ia chegar a um ponto que eles iriam bater cabeça, sem ter nada para fazer.

Quando o senhor tomou pé da obra do Arquivo?

Quando acabou o Autódromo, em 1977 ou 1978, devo ter entrado aqui. Na realidade, eu não era o fiscal desde o início, o fiscal era um rapaz, um engenheiro chamado Gílson Gonçalves.

E onde ele está agora?

Ele morreu, mas não morreu naquela época. Ele vinha fiscalizar aqui, mas eu tinha receio de ele fiscalizar a obra porque já o conhecia do Autódromo. Receio no sentido de que era uma pessoa que se você não ajudasse, ele iria deixar o empreiteiro fazer o que quisesse, então ele vinha, mas eu vinha todo dia aqui. Aí, o que aconteceu? Três semanas depois que ele entrou aqui, ele estava em uma esquina lá em Copacabana, um porteiro pegou um carro de um morador, não sabia dirigir o carro direito, atropelou um monte de gente na calçada, inclusive ele, que quebrou o fêmur. Ficou nove meses afastado, e eu passei a ser o fiscal da obra.

O que chama atenção é como se construiu no período do Marcos Tamoyo. É uma surpresa como que a Prefeitura tinha tantos recursos para construir: o Autódromo, o Riocentro, o Rio's, o prédio da Prefeitura, a Marina...

Obras como essas, a verba era da Prefeitura, o restaurante Rio's também era.

Aí o senhor veio para cá, o senhor se lembra de como é que se chegou à conclusão de que aqui se ergueria o prédio do Arquivo? Por que a escolha deste terreno?

Quando peguei o projeto, ele já estava pronto. Foi mais o Marcos Konder, porque na verdade o local para o Arquivo deve ter sido escolhido ainda na época do Estado da Guanabara. Acredito que tenha sido isso, porque era uma obra do CEPE com C. Tinha um órgão que era o CEPE com C, tinha o SEPE com S. Esse CEPE com C veio a formar uma Superintendência na Diretoria de Construção Civil. Ele trouxe estas obras grandes: o Autódromo, o Restaurante Rio's. O próprio Marcos Konder era do CEPE com C. Estas obras todas foram projetadas pelo CEPE, na época do Estado da Guanabara.

De quando foi a ideia de fazer de toda essa região um Centro Administrativo da Prefeitura? De colocar os órgãos de administração aqui?

O Marcos Konder é que fez o projeto do Centro Administrativo. Eu fiscalizei o Centro Administrativo depois da estrutura pronta, foi depois que saí daqui. O projeto dele eram três prédios, o dobro do que está aí. Este prédio aí (CASS)¹⁴ é a metade do que deveria ser.

Então o projeto do Centro Administrativo é do Marcos Konder?

É, o primeiro. Eram prédios maiores, mas também porque era um programa para o governo do Estado da Guanabara. Tinha também a Cedae,¹⁵ tinha um monte de órgãos que acabaram ficando com o Estado. O programa do município ficou um pouco menor. Não sei sobre outros órgãos, mas a Cedae é muito grande, mas deve ter outros que também não entraram. Também não tinha dinheiro, a verdade é essa. E acho que não tem cabimento você fazer como eles fizeram, quando cheguei já estava assim, fazer a estrutura só dos dois prédios do meio e depois iam fazer os da ponta. Você vai tirar a fachada, vai praticamente parar o prédio para fazer mais para cá, mais para lá, não tem cabimento. Mas foi a ideia que tiveram e acabaram não fazendo mais nada.

Parece-me que a ideia do Arquivo estar aqui era estar próximo do Centro Administrativo.

O Marcos Konder poderia falar sobre isso também, seria interessante ele vir aqui.

O que o senhor pode nos contar sobre a fiscalização deste prédio? Como sentiu a obra?

Esta obra aqui foi como contei, ele (Gilson) começou, mas eu vinha sempre aqui. Estava por dentro de tudo, então continuei a fiscalizar, passei a ser o fiscal da obra e fui até o final. Mas esta obra era engraçada, porque ela era feita pela Esusa (Engenharia e Construção S.A.),

que era uma firma grande, que pegava quase tudo da Prefeitura, naquela época. Eu ficava zoando o pessoal da Esusa porque vinha um engenheiro para cá, ficava um mês, daqui a pouco vinha outro, chegou um dia em que falei: “Daqui a pouco vocês vão fazer um time de futebol com os engenheiros que trabalharam nesta obra.” No fundo, no fundo, quem fazia a medição da obra era eu, porque ninguém sabia. O camarada ficava um mês, como ele ia saber? Eu fazia as medições da obra, e só parei de fazer no final da obra, porque aí veio um engenheiro de lá, esse ficou mais tempo. Ele era um cara, já morreu infelizmente, muito bom. Aí ele começou a fazer a medição.

Teve umas coisas engraçadas aqui no prédio, lembro que ele foi inaugurado pelo Tamoyo, mas não foi terminado pelo Tamoyo. Era engraçado porque o Tamoyo, como era engenheiro, gostava muito de ir às obras, então, toda semana ele vinha aqui e se encontrava comigo, porque eu não saía daqui. Um belo dia, falei para ele: “Prefeito, acho que não vai dar para terminar o quarto andar para a inauguração.” Fui meio devagar. Quinze dias depois eu disse: “O terceiro também não vai dar.” Mais 15 dias e...

O senhor diz que não daria, que ficaria no esqueleto? A estrutura estava pronta?

A estrutura estava pronta, mas tinha que botar piso, tinha um monte de coisas para fazer, forro, instalação, faltava muita coisa. Aí, falei: “O segundo pavimento também não vai dar. Só vai dar para ficar pronto o subsolo, o térreo e o primeiro pavimento.” Ele disse: “Não tem problema.” No dia da inauguração, a calçada não estava pronta, eles ficaram trabalhando a madrugada toda e não acabaram. Então, o que ele fez, inaugurou seis e meia da noite, já estava meio escuro, ele chegou aqui, entrou no térreo, tinha a placa, ainda tem a placa ali, ele descerrou a placa e foi embora. Inaugurou, e eu fiquei ainda uns quatro meses fazendo a obra aqui. Só que o Arquivo já funcionava, porque como já tínhamos um andar pronto, eu não conhecia aonde o Arquivo funcionava antes, talvez devesse ser pequeno...

As instalações eram péssimas!

Então, talvez só um andar já bastasse para mais ou menos o pessoal ir dando um jeito.

E o auditório?

Estava pronto. O subsolo, o térreo e o primeiro andar.

O sistema de ar-condicionado?

Tinha ar-condicionado funcionando. O ar-condicionado estava pronto. Não estava era... Porque quando a gente diz, não estava pronto, a gente está falando para entrar e olhar.

E de onde veio o recurso, nos quatro meses em que o senhor ainda ficou aqui, já em um novo governo, para terminar a obra?

Tinha, antigamente era diferente. Porque se você tem um empenho para a obra, agora o empenho tem de acabar no final do ano. Antigamente não era assim, não. O empenho acabava quando ele terminasse.

Quando acabasse a obra?

Não, quando acabasse o empenho, porque às vezes você não tinha o empenho para a obra toda. Antigamente, tinha empenho para a obra toda, agora é que não tem. Agora tem para um pedaço, depois para outro, isso atrasa as obras. Mas, naquela época, tinha empenho e passava de um ano para o outro, então passou normalmente e acabou. Até fizemos uma festa com o pessoal todo aqui do Arquivo, tinha muita moça, nem sei como fiz isso com a minha mulher, eu simplesmente cheguei duas horas da manhã em casa, nem me lembro o que aconteceu, fui para o bar Brasil...

Em 1979, ainda? Foi a primeira inauguração ou a segunda?

É. Foi a inauguração que nós fizemos quando ficou pronto mesmo. Todo mundo daqui foi para o bar Brasil, ficamos lá fazendo a festa, dançando.

O senhor conseguiu colocar o acabamento que queria?

Consegui.

Uma coisa que me chama muito a atenção, nessa construção como na do CASS, é que não tem uma coisa revolucionária: interruptor. Não se tinha como prática utilizar interruptor nas salas, nos banheiros, então a iluminação fica ligada...

Escola também é assim, até hoje. Nós não botamos, senão é um drama. O normal é não colocar, apesar de que no meu trabalho tem...

O Serôa da Motta falou sobre isso, do Arquivo só ter um sistema quando deveria ter dois. Porque se um tem algum problema teria outro funcionando.

Não. Por exemplo, o prédio do Centro Administrativo tem, e o outro também, eles têm geradores. Se houver uma falta de energia, entram os geradores para algumas coisas, não para tudo. É para elevador, para algumas coisas.

Agora voltamos a ter (gerador). Tínhamos no começo, ficamos 16 anos sem gerador. A localização deste prédio, mesmo o do Centro Administrativo, é um lugar muito difícil para as questões administrativas, porque estamos em cima de um mangue. Temos uma bomba lá embaixo na garagem funcionando 24 horas, jogando água para fora.

Isso aí foi um azar de obra. Não era para acontecer isto. Mas o fato é que houve. No Centro Administrativo, por exemplo, que é diferente do outro, no Centro Administrativo a laje é convencional, fininha, mas por baixo dela tem uma rede de dutos que recebe aquela água, porque aqui tem uma água de sub, que se chama água de subpressão violenta. Lá também tem, é um drama. Quando eu cheguei lá, os subsolos estavam cheios d'água.

No Centro Administrativo?

No Centro Administrativo, água pra caramba. Então tiramos aquilo, mas era água que jorrava por baixo, por cima, pelo lado, foi um drama. E era caríssimo consertar aquilo. Sabe o que nós fizemos no Centro Administrativo? Nós diminuimos o tamanho das garagens. Nós fizemos uma outra parede paralela àquela, a água continuou passando lá, mas ela cai e vai, porque já captava água debaixo da laje e passou a se pegar esta também. Foi o jeito, senão ia ser uma fortuna para consertar

Porque toda esta região é uma região de mangue.

Sabe, na época da fundação, tinha um pilar de uma ponte aqui. É, uma pontezinha, porque aqui era tudo charco.

Devia ter deixado, ficaria tão charmoso...

Mas era no lugar da estaca, não tinha jeito, tinha de tirar.

Aqui não teve como usar a mesma engenhosidade que foi usada no Centro Administrativo?

Não, aqui na realidade só entra água em um ponto, que eu sei onde é até hoje, é embaixo da subestação, ou não é?

Exatamente. Um lugar ótimo!

Só começou a passar água depois que se colocou a subestação. Antes não passava, não. Agora, imagina, tirar a subestação, quanto isso ia custar? Porque aquilo ali deve ser fácil de resolver, não é difícil de tratar.

Não, só precisa estar com a bomba funcionando 24 horas!

Então o jeito foi colocar a bomba, foi o jeito que nós tivemos porque já tinha uma bomba, sempre tem que ter uma bomba no subsolo. Então, nós pegamos esta água e fizemos uma canaleta até o poço da bomba. Nós jogamos essa água no poço da bomba, porque a bomba estava lá para apanhar. Ela funciona também quando a água chega a uma certa altura, então ela joga fora. Mas nós não tínhamos como consertar e é um negócio que hoje é fácil de consertar. Se no Centro Administrativo era muito difícil, porque eram muitos pontos, aqui era um ponto só. Eu poderia ter feito aquela mesma solução que nós íamos fazer, cristalizando de dentro para fora, é um modo de impermeabilizar. Então, você cristalizaria, a água não cairia ali. Se bem que está arriscado a você fechar ali e entrar em outro lugar. Água é fogo.

Então, estes são os dramas do prédio do Arquivo.

Aconteceu também uma coisa interessante quando chegaram os vidros da fachada. Vieram de São Paulo. Chega o caminhão aqui, quando foram ver, o vidro estava um cen-

tímetro maior que o vão que nós tínhamos aberto. Eles erraram terrivelmente. Olha, foi um sofrimento. Sabe o que nós fizemos? Nós teríamos que mandar o vidro todo para lá, para eles consertarem, mas aí não ia dar para inaugurar nem como foi inaugurado. Então, nós colocamos o vidro em uma bancada, fazíamos um risco no vidro com um material cortante, púnhamos um barbante em cima e botávamos fogo. Cortava o vidro direitinho, nós cortamos todos eles assim.

Mas vocês seguiram exatamente o projeto dos irmãos Musa?

Exatamente. Para não dizer que foi exatamente, aconteceu um caso também. Tinham muitas plantas e na hora, com este negócio de ter pouco engenheiro, e que o engenheiro ficava pouco, o que aconteceu? Eles pegaram uma planta para começar a fundação, uma planta do andar de cima.

Tiveram que refazer ou ficou assim mesmo?

Não, aí foi um drama. O calculista veio aqui, disse que ia ter que recalcular, eu disse para esperarem que eu ia falar com o Musa. Falei com o Musa, porque o negócio é o seguinte: em toda coluna você tem o centro de gravidade dela e a carga desce para a fundação no centro de gravidade. Como a coluna de fora tem um parâmetro e a de dentro é reta, o outro é inclinado, não é? Então, falei para o Musa: “Se nós pegarmos um pouco dessa inclinação e inclinarmos um pouco mais, nós chegamos o centro de gravidade mais para perto do centro de gravidade.” Ele aceitou isso. Então teve esta adaptação, a inclinação era um pouco maior do que a do projeto dele.

Até o desenho do Arquivo mudou, ficou mais inclinado.

Ficou um pouco mais inclinado para poder jogar o centro de gravidade no lugar do centro de gravidade. Talvez não tenha ficado no centro de gravidade, tenha ficado um pouco diferente, mas está aqui até hoje.

O senhor se lembra quanto foi o orçamento para a construção do Arquivo?

Não faço a mínima ideia.

E os irmãos Musa, onde eles conseguiram as informações técnicas de Arquivo? Porque eu soube que o Michel Duchain esteve aqui, ele era especialista em arquivos franceses e deu algumas sugestões. O senhor se lembra disso?

Teria que falar com ele, ele deve saber, o Musa. Outro dia encontrei com ele em uma reunião que houve no auditório do Centro Administrativo, comentei com ele, lembrei a ele, nem o estava reconhecendo, ele estava diferente, depois que eu soube que era ele.

Outra coisa, o senhor é membro da SEARJ,?¹⁶

Como é essa vinculação da SEARJ com o serviço público? O senhor sabe como surgiu, quando foi fundada?

Sou. Na realidade, quando entrei no DER já existia a SEARJ, não lembro, sei, por exemplo, que o meu número de sócio é novecentos e pouco, é pequeno, mas tinham novecentos para trás. Não sei como, quando cheguei já tinha.

O senhor chegou mais ou menos em que ano?

Entre no DER-GB em 2 de janeiro de 1963, mas na realidade estava lá desde 15 de dezembro. Mas fui contratado mesmo a partir de 2 de janeiro.

Conta-se que o comandante Martinho visitava esta obra todos os dias. Ele era o diretor do Departamento de Cultura. Quem o senhor lembra de ter frequentando esta obra, além dos fiscais da Prefeitura, engenheiros?

Quem vinha aqui, para mim, era mesmo o prefeito. Nem o diretor da minha diretoria, só quem veio foi um, estou esquecendo o nome dele agora. Eu me lembro que foi até engraçado, ele foi lutador de judô, muito forte, e era juiz. Ele chegou aqui querendo ver a obra, e quem fez a parte de ar-condicionado foi um argentino. Não tinha nem barraco de obra, era um desses negócios que você aluga. Então, estavam lá sentados em uma mesinha muito da furreca, ele, eu e o argentino. Então, ele perguntou: “Quando é que vai ficar pronto o ar-condicionado?” “Daqui a uns cinco meses.” Ele deu um soco na mesa, e passou para um mês em um instante.

O Arquivo não estava pronto ainda em março de 1979, só uma parte dele foi inaugurada. E eles trouxeram o acervo para cá assim mesmo?

Não estava pronto no final do governo do Tamoyo.

Ele foi inaugurado em março de 1979.

Como é que pode? Só se, eu também não me lembro, o governo não acabava no final do ano?

Antigamente o governo não terminava no final do ano.¹⁷

Então, vai ver era isso.

Mas o acervo foi trazido para cá, mesmo o prédio não estando pronto?

Tinha este pavimento. É isto que estou dizendo, provavelmente lá era bem menor e dava para acomodar aqui.

Acomodaram o acervo todo no primeiro andar?

É, e depois fomos acabando para cima, fomos dando prioridade ao segundo, ao terceiro...

Como era o entorno do Arquivo? Sabemos que já tinha este prédio da CEDAE, que é antigo, e o hospital.

O hospital¹⁸ tem um caso engraçado também, porque a obra aumentou de valor por causa dele. Quando cheguei aqui, o hospital já estava em um estado terrível, se você entrar lá tem cada fissura grande pra caramba. Se nós fossemos cravar as estacas, o hospital ia cair. Já tinha uma ação do governo federal contra o metrô e contra os Correios. Os Correios têm muito subsolo e para fazer subsolo tem que fazer rebaixamento de água, então, provavelmente, quando fizeram o rebaixamento de água, deve ter saído água e o prédio se desmilinguiu todo.

Os Correios já estavam prontos quando o prédio do Arquivo começou?

Estavam fazendo.

Foi concomitante, então?

O subsolo já estava pronto. A obra tinha começado antes, mas nós acabamos antes deles, a nossa era bem menor. Se não me falha a memória, tem uns quatro subsolos, é muito fundo. E o metrô também. Tinha uma ação, mas não sei o que aconteceu. Quando vi como estava a situação nós fizemos uma vistoria, era um engenheiro da UFRJ, um engenheiro calculista e eu, para fazer uma vistoria *ad perpetuam rei memoriam*.¹⁹ Nós fizemos a vistoria, tem muita fotografia, mostrando como estava a situação. Por quê? Porque no futuro eles não poderiam entrar com uma ação contra a Prefeitura, por causa da construção do prédio.

Onde estão essas fotografias?

Não sei. Nós fizemos várias fotografias e fizemos um laudo. Nós tivemos que mudar o tipo de estacas, passamos a usar as estacas escavadas, que é como o metrô faz as paredes escavadas. Era um negócio novo, o metrô estava começando, praticamente. E essas estacas não dão vibração no terreno. Você vai tirando a terra e vai descendo uma cápsula metálica, e vai tirando a terra, não vai cravando. Depois que chega à profundidade que você tem que chegar, tem um buraco ali. Não é metálica não, esta escavação é feita com lama bentonítica, é uma lama que se você fizer um buraco e jogar a lama ali, o buraco não vai fechar de 24 a 48 horas. Nós íamos tirando a terra e jogando ao mesmo tempo a lama, e quando chegava ao final já estava tudo cheio de lama, a armação pronta, você encaixava a armação até o fundo e depois botava uma mangueira lá no fundo e ia expulsando a lama. A lama era muito cara, tinha que aproveitá-la. Não aproveitava 100%, mas sempre se aproveitava. Mas era bem mais caro que as estacas, era uma coisa nova. Nós tivemos que fazer um acréscimo de serviço na obra por conta disso.

Para não abalar as estruturas!

Para não cair aquilo lá, porque senão era capaz de cair. Era cada negócio imenso, agora nem sei como está aquilo. Teve um acidente aí também, porque para fazer a rampa do subsolo tinham umas estacas porcarias, nós achávamos que as estacas porcarias não iam causar problemas lá. Não causaram lá, mas causaram no anexo, que é aqui encostado. O anexo

quase caiu. Sabe o que aconteceu? Aliás, não caiu porque nós cravamos as estacas, não. Nós cravamos as estacas, depois nós fomos tirando terra para chegar ao piso do subsolo. No que tirou a terra, sabe o que aconteceu? A terra embaixo do prédio desceu...

E o anexo do CASS?

Fiscalizei desde o início. Fiscalizei muito mais obras, de escola, já teve caso em que... Eu me lembro de uma empreiteira que era ruim pra caramba, muito ruim. Olha, a pior coisa do mundo é você trabalhar com uma empreiteira ruim. Mas, se a empreiteira era ruim, qual era o meu procedimento? Ia muito mais a essa obra do que às outras. Você não tem só uma obra para fiscalizar. No final das contas, quem tocava a obra era eu. Eles viam que eu tocava a obra, nem iam lá, só ficava o encarregado e eu preferia. Foi até em uma escola na Travessa Pepe. Eu fiscalizei aquela obra e a diretora me elogiou. E era um elogio grande, porque a firma era uma porcaria. Elogio quando a firma é boa é mais fácil.

Sobre as plantas que nós lhe cedemos para ver se há a possibilidade de erguer mais andares no prédio do Arquivo?

Devolvi, mas vou precisar de mais plantas porque é preciso saber se a laje que tem aí suporta a carga de um escritório. Senão, nós vamos ter de fazer, além da obra em si, uma obra de...²⁰

Mas para ficar do tamanho dos Correios só se fizesse uma capa, não é? Deixar encapsulado?

É, teria de fazer fundações por fora. Nós mudamos a fundação aqui, ficou mais cara a obra. Nós mudamos porque se não ia cair o hospital, ele já estava muito ruim.

Falam também que este prédio tem uma malha antitrepidação.

Não. Aqui no prédio, onde tem os depósitos, tem duas paredes, uma ao lado da outra, tem um vão justamente para o barulho não chegar ali dentro. Agora, malha antitrepidação, não me lembro.

Então, para finalizar, o senhor faz parte da história desta instituição, porque acompanhou a construção do prédio. Gostaríamos que dissesse como o senhor se sente sendo parte desta construção tão importante?

Eu me sinto muito bem de ter sido fiscal desta obra. Primeiro porque gosto, agora não estou mais fiscalizando obra porque já estou com 68, não quer dizer que eu não possa fiscalizar obra. Foi engraçado, porque o João Luís foi reclamar alguma coisa comigo, ele não é de reclamar, mas foi reclamar comigo e eu respondi: "Acontece o seguinte, eu gostaria de estar fiscalizando uma obra do Pan."²¹ Aí, ele calou a boca. Modéstia à parte, sou um bom fiscal, eu sou. Pode ver as obras que fiscalizei, são todas bem-feitas. Fiscalizei esta obra aqui, a do Centro Administrativo e o outro também.

Caro Valdir Ribeiro, muito obrigada pelos seus esclarecimentos, que serão de grande utilidade para a reconstituição da história do Arquivo da Cidade, das dificuldades encontradas para erguer o primeiro prédio com instalações adequadas para funcionar como um arquivo, em uma época em que não havia *expertise* nem literatura especializada sobre o assunto. E parabéns pelo magnífico resultado do seu trabalho.



“Saiu um concurso para o projeto de um Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, de âmbito nacional.

Adquiri o edital e comecei a estudar o assunto. Comecei a pensar, a ter umas ideias boas, mas o prazo era curto.

Então, convidei o Hélio Marinho, que trabalhava comigo, para colaborar na apresentação do projeto.”

MARCOS KONDER NETTO, nascido em Blumenau, Santa Catarina, em 11/11/1927. Arquiteto, formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil em 1950. Principais obras no Rio: Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (colaboração de H.R. Marinho), Restaurante Rio's (ambos no Parque do Flamengo) e Edifício São Sebastião, sede da Prefeitura. Funcionário aposentado do Estado do Rio de Janeiro, professor aposentado da FAU-UFRJ, ex-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil/RJ.

Entrevista concedida a Sandra Horta e Maria Célia Fernandes, no dia 18 de abril de 2008, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Marcos, nós gostaríamos de saber um pouco sobre a sua infância, sua juventude, se você é carioca...

Sou de Santa Catarina, nasci em Blumenau. Estou com 80 anos, vim para o Rio pequeno, com 11 anos; me radiquei aqui e sou mais carioca do que catarinense. Aqui tive a minha infância e adolescência. Uma coisa curiosa, fui muito amigo do Tom Jobim quando nós tínhamos 17, 20 anos. Morávamos em Ipanema; éramos um grupo formado pelo Newton Mendonça,²² o Tom e eu. Todas as noites saíamos para discutir os destinos do mundo e da arte. Tudo isso regado a chope no Renânia, um bar alemão que ficava na Praça General Osório. Assisti o eclodir do Tom como músico, porque ele não era músico até então. Ele fez vestibular para Arquitetura comigo, mas abandonou o curso logo de início.

Houve um período em que o Newton e o Tom gostavam de tocar gaita de boca; tentei acompanhá-los, mas não deu certo porque eu não tinha jeito para a coisa. Foi aí que se revelou a vocação deles para a música. A mãe do Tom era sócia do colégio Brasileiro de Almeida, onde havia, na garagem, um piano velho. Tom ia lá batucar no piano, de ouvido, diariamente. Mantive contato com ele até os 20, 24 anos. Depois, cada qual seguiu seu próprio rumo. Fiz vestibular para Arquitetura, que era a minha vocação. Desde pequeno, sempre tive jeito para o desenho e gostava muito de desenhar. Parece que hoje em dia não é mais necessário saber desenhar. Tudo é feito no computador. Fico abismado, porque sou da geração em que o trabalho todo era feito com papel e lápis ou nanquim. Agora não, é tudo no computador.

Você consegue trabalhar no computador?

Não, não consigo, mesmo porque não sinto necessidade disso. Tanto que agora estou fazendo uma coisa interessante: fiz o projeto e estou construindo uma creche, em um terreno meu, para crianças carentes. Eu mesmo financio a obra com as economias que minha esposa Sarita e eu fizemos ao longo de 54 anos de vida em comum. Quando a minha esposa morreu, há cerca de um ano e meio, fiquei muito desgostoso, muito triste. Esse dinheiro que economizamos era para garantir uma velhice confortável e viajar pelo mundo. Agora, que não pretendo mais viajar e levo uma vida modesta, estou investindo tudo na creche, que terá o nome Professora Sarita Konder.

Tem filhos?

Tenho dois, Bruno, de 52 anos, e Ricardo, com 50. Já tenho netos, um rapaz e duas moças. Rodrigo é formado em Comunicação, Mariana é médica e Camila é jornalista. Estão todos encaminhados. Voltando à minha parca biografia, entrei para a Faculdade de Arquitetura e lá me formei.

Na Universidade do Brasil?

É, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil. Não era UFRJ ainda. Fiz o curso na Escola Nacional de Belas-Artes. O curso de Arquitetura ainda funcionava naquele

local. A minha turma foi a primeira que se formou em Arquitetura em uma faculdade totalmente autônoma. Até então, Arquitetura era um curso de Belas-Artes, como pintura, escultura, gravura etc. Mas, de qualquer forma, quem se formava ali obtinha o título de arquiteto. Oscar Niemeyer formou-se assim.

A minha turma foi a primeira que fez o curso integralmente na Faculdade Nacional de Arquitetura, criada em 1945. Um curso de cinco anos. Como todos os jovens da época, entrei em contato com os ideais modernistas e me entusiasmei com aquelas ideias novas. Éramos grandes admiradores do Niemeyer. Naquela época, ele tinha 40 e poucos anos e nós estávamos com 20 e poucos. A minha diferença para ele é de 20 anos; estou com 80, ele está com 100. Para nós, de 20 anos, um cara de 40 era considerado um velho. Gozado isso, como é relativo. E ele já era famoso, principalmente porque tinha projetado o conjunto da Pampulha. Mas admirávamos acima de tudo o mestre de todos, o francês Le Corbusier,²³ a partir do qual surgiu o movimento da Arquitetura moderna no Brasil.

O projeto do Ministério da Educação...

Tudo começou com o Lúcio Costa, que também foi um grande arquiteto, mais no sentido de formulações teóricas. Ele escreveu alguns livros fundamentais sobre Arquitetura moderna e sobre Arquitetura e mobiliário colonial. Era um arquiteto talentoso e de grande cabedal cultural. Quando Le Corbusier passou pelo Rio, em 1929, para ir fazer palestras na Argentina, Lúcio Costa, que já conhecia suas ideias, entrou em contato com ele, convidando-o para vir ao Brasil. Naquela época, Lúcio Costa, um jovem de 30 anos e ainda por cima modernista, por incrível que pareça, foi nomeado diretor da Escola de Belas Artes, que era o antro do academicismo. Como era de se esperar, ele não durou no cargo mais do que um ano...

Mas o Le Corbusier tem uns projetos que felizmente não foram executados, bem polêmicos, como um viaduto que passaria por cima da Lagoa Rodrigo de Freitas, que vi em uma exposição.²⁴

Para defender seus princípios ele, às vezes, propunha ideias muito radicais, como esse viaduto passando pela encostas do Rio. Ele tinha um projeto para Paris que arrasava a parte antiga da cidade para construir torres de muitos andares. Ele era um grande propagandista de ideias novas em Arquitetura e Urbanismo, que queria difundir a todo o custo. Essas ideias baseavam-se em projetos e princípios de arquitetos de vanguarda do final de século XIX e início do século XX, que vieram antes dele. Nada nasce na cabeça de uma só pessoa. Isaac Newton²⁵ já afirmava: “Estou apoiado nos ombros de gigantes”, referindo-se aos que o haviam precedido. Por sugestão do Lúcio Costa, o então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, convidou Le Corbusier para fazer palestras aqui. O mineiro Capanema foi um ministro muito para a frente...

Ele chamou pessoas fantásticas para trabalhar com ele, como o Carlos Drummond de Andrade.

É verdade, inclusive foram o Drummond e outras pessoas que trabalhavam com ele que criaram o patrimônio.

Rodrigo de Mello Franco.

Isso. Criaram o IPHAN. A Arquitetura moderna tinha vínculos com a barroca, do período colonial, mas repudiava todo o resto, como o *art nouveau*, o ecletismo e o neoclassicismo. Eu me lembro que, no nosso entusiasmo de jovens, achávamos que tudo que não era moderno ou colonial podia ser demolido. Só respeitávamos o colonial, que era considerado autenticamente brasileiro, ou então a Arquitetura moderna, que vinha revolucionar o mundo.

Talvez por isso não tenham se levantado tantas vozes contra a demolição do palácio Monroe.

Isso foi um pouco mais tarde, mas realmente aconteceu.

Houve uma polêmica, mas os arquitetos, o Lúcio Costa mesmo não defendeu a preservação.

Acho que sim, porque não era obra modernista ou colonial. O Monroe foi um prédio construído para a exposição...

1904. Ganhou um prêmio nos Estados Unidos.

É uma pena, porque em termos de Arquitetura eclética era um bom exemplo, como são a Escola de Belas-Artes, a Biblioteca Nacional, prédios que hoje em dia a minha geração já reconhece, prédios que ficaram. A História é uma continuidade, não se pode afirmar: pula tudo isso que não tem valor e só vale o que será feito daqui em diante.

Então, o senhor falou que veio morar no Rio com 11 anos. Como foi o início da sua adaptação aqui no Rio, em que lugar o senhor morou, em que escolas o senhor estudou?

Na realidade, estive no Rio antes. A minha família é de Santa Catarina. Os Konder sempre foram ligados à política estadual e federal.

E historiadores também. Você é parente do Leandro Konder?²⁶

Sou, ele é meu primo, filho do Valério Konder, irmão de meu pai. A família saiu de Santa Catarina com a Revolução de 1930, por ser contra o Getúlio Vargas. Meus tios-avós ocupavam posições importantes na República Velha. Adolfo Konder²⁷ era governador do Estado de Santa Catarina. Seu irmão, Victor Konder, foi ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Washington Luís; existe até uma rua com o seu nome na Barra da Tijuca. Foi ele que abriu a estrada Rio-Petrópolis.

Meu avô, Marcos Konder, foi prefeito de Itajaí durante 16 anos. Com a Revolução de 1930, nossa família, para não ser perseguida lá no estado, migrou toda para o Rio de Janeiro. Eu tinha três anos na época e me lembro vagamente da viagem. Viemos em um navio que se chamava Carlos Hoepke. Era um navio muito pequeno, parecia uma casca de noz. Era um navio que navegava no rio Reno, um navio fluvial. A companhia Hoepke o trouxe para o Brasil para fazer cabotagem entre Santa Catarina e o Rio de Janeiro. Esse foi o meu primeiro período no Rio de Janeiro, dos três aos quatro anos. Depois, meus pais voltaram para Santa Catarina. Minha mãe já estava querendo se separar do meu pai, por isso estive de novo no Rio, em 1935. Morei na Urca, na casa da minha avó paterna, e frequentei o segundo ano primário na escola pública Mem de Sá, situada dentro do Forte São João. Era uma escola moderna, baseada nas ideias avançadas de Anísio Teixeira.²⁸

O Anísio Teixeira ainda era o secretário de Educação do Pedro Ernesto?²⁹

Acho que sim. Era um grande teórico da Escola Nova. Eu me lembro que achei estranhíssimo, pois vinha de colégio de padres. Nossa sala de aula era mobiliada com mesinhas com quatro cadeirinhas e as crianças ficavam sentadas ali, formando um pequeno núcleo. Não havia aquele negócio de carteiras enfileiradas. Era bem interessante, tive uma experiência muito boa. Também me lembro muito daquelas festividades no Dia da Pátria, quando o Villa-Lobos³⁰ regia aqueles coros de vozes de crianças das escolas públicas. Muito bonito. Sempre gostei de música, ouvia no rádio e ficava com inveja porque só os mais velhos podiam participar. As solenidades eram realizadas no estádio do Vasco da Gama, o maior da época.

Tinha o Dia da Raça...³¹

Era meio fascistóide, mas...

O canto orfeônico valia a pena.

Claro. Assim, essa foi a minha primeira experiência de vida no Rio, porque na primeira vez em que aqui estive ainda era muito pequeno. Minha mãe, que estava se separando do meu pai, voltou para Blumenau. Eles se reconciliaram e fiquei morando e estudando lá até os 11 anos. Quando eles se separaram definitivamente minha mãe voltou para o Rio e me trouxe junto com ela. Fiquei morando com a minha avó paterna, Dona Sinhá, casada com meu avô, Marcos Konder. Como tenho o mesmo nome dele, recebi o nome Marcos Konder Netto.

São famílias de origem alemã.

É, meu bisavô que emigrou para o Brasil e que deu origem à família era um alemão diferente. Primeiro porque ele veio do sul da Alemanha, da região do Mozela, na fronteira com a França. Não tinha o estereótipo do alemão alto, louro, de olhos azuis, características dos alemães do norte. Não era protestante, era católico como a maioria dos alemães do sul. Ele veio no

final do século XIX e se instalou em Santa Catarina, que era o destino de grande parte dos imigrantes alemães, inclusive o doutor Blumenau,³² que fundou a cidade que leva o seu nome. Tudo isso porque Dom Pedro II estava estimulando a imigração de europeus.³³ Meu bisavô também se chamava Marcos, mas a grafia era Markus, com K e U. Quando estive na Alemanha, há alguns anos, visitei a cidade de onde ele veio, onde tem uma rua com o seu nome. Tirei até uma foto apontando para a placa. Ele se instalou em Itajaí e se aclimatou logo. Não se casou com uma alemã, como os demais compatriotas, mas com uma genuína brasileira, da tradicional família Breves,³⁴ originária do Vale do Paraíba.

Era um dos maiores fazendeiros escravistas, tinha uma fortuna...

De minha bisavó, que era morena e de baixa estatura, devo ter herdado o meu biótipo. Não tenho nada de alemão, sou baixo, meus olhos não são azuis e meus cabelos, antes de ficarem brancos, eram castanhos. Quando vim definitivamente para o Rio, com 11 anos, fui morar novamente com a minha avó, primeiro em Copacabana, onde é a rua Prado Júnior atualmente. Minha avó morava em um casarão alugado que tinha três andares; me lembro que o pavimento térreo era destinado aos serviços, inclusive a cozinha. O segundo andar tinha a parte social, as salas, e a comida vinha por um montacargas. Vivi lá cerca de um ano e virei um garoto de praia. Depois, nós nos mudamos para outro casarão na Figueiredo de Magalhães. Também era imenso, tinha umas cortinas de veludo, uma grande escada de madeira em caracol. Moramos lá pouco tempo. Quando eu tinha 13 anos, minha avó mudou-se para Ipanema, que naquele tempo era um areal, só tinha casas, poucos prédios de três andares e muito espaço aberto. Havia muitas chácaras de portugueses que cultivavam plantas para vender e para fazer jardins. Lá, continuei sendo praiano, jogador de futebol; foi quando conheci o Tom. O Tom morava na rua Redentor e ele fez comigo o segundo e o terceiro científico no mesmo colégio. Na realidade, fiz o científico, ele fez o clássico.

No Brasileiro de Almeida?

Não, no colégio Juruena, que ficava na praia de Botafogo e onde eu estudava desde 12 anos. No ginásio era fardinha de milico mesmo. Uniforme de garoto em geral era aquela farda cáqui. Quando estava no ginásio, assisti ao surgimento da Coca-Cola no Brasil. Um dia, apareceu no colégio um caminhão distribuindo Coca-Cola para todo mundo. Como se fosse cocaína, para viciar a garotada. Eu levava esta vida, meio de playboyzinho, classe média, mas sempre me interessando muito por leitura, por artes.

Aos 17 anos entrei para o Partido Comunista,³⁵ influenciado por minha família, que sempre teve uma vertente comunista. Tio Valério e tio Victor, o mais moço dos irmãos do meu pai, eram comunistas. O Leandro, que é filho do Valério, seguiu os passos do pai. Continua fiel à ideologia, como o Oscar Niemeyer. Conheci a minha querida esposa, que infelizmente faleceu agora, em um Comitê Democrático, que era uma linha auxiliar do Partido Comunista. Havia um Comitê Democrático em cada bairro. Tinha um em

Ipanema, perto da minha casa, que era frequentado pelo pessoal do Leblon e de Ipanema. Frequentava o Comitê uma menina lourinha, a Sarita, que morava no Leblon. Era filha de um casal comunista. Começamos então um namoro que durou alguns anos. Casamos quando ela tinha 18 anos e eu 23. Era recém-formado em Arquitetura.

Fale um pouco sobre a sua esposa.

Quando éramos recém-casados, a Sarita entrou para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para fazer o curso de Línguas Anglo-germânicas. Ela foi professora de inglês e literatura durante 25 anos no Colégio de Aplicação da UFRJ. Foram seus alunos o Cid Benjamin, o Sirkis, o Miguel Paiva, o Paulo Henrique Amorim e tantos outros; toda essa turma de jovens idealistas e meio subversivos. Foi também professora de inglês no Instituto Nacional de Tecnologia alguns anos. Quando se aposentou, continuou dando aulas particulares, porque ensinar era a sua paixão. Ela era uma grande professora. O Colégio de Aplicação era um “antro de comunas”. A garotada era toda revolucionária e a Sarita gostava muito deles.

Era o berço da dissidência do Partido Comunista.

O Gilberto Velho também foi seu aluno. Ela era uma grande professora e teve muita influência nessa geração. Quando eu estava estudando na Faculdade de Arquitetura, estava louco para arranjar um emprego de desenhista, começar a aprender na prática e ganhar algum dinheirinho. Fui ao escritório de Paulo Assis Ribeiro para pedir emprego, por indicação do meu amigo Fernando Costa Lima, que já trabalhava lá. Me apresentei ao chefe dos desenhistas, que era um sujeito meio mal humorado. Depois da entrevista ele me rejeitou, não quis me dar o emprego. Depois o Fernando Costa Lima me contou que ele disse que não estava a fim de empregar *playboy* de Copacabana, porque eu era queimado de praia. Mas, apesar de ser praiano, levei muito a sério o vestibular, estudei muito. Comecei me preparando para entrar para a Escola de Engenharia, porque desde pequeno desenhava muito bem, e a família dizia: “Este menino desenha tão bem, vai ser engenheiro.” Eles confundiam Engenharia com Arquitetura, o que é comum até hoje. O engenheiro é a parte prática, técnica. Claro que é uma profissão importantíssima, mas cada um no seu lugar.

Um dia encontrei um amigo na praia e disse a ele: “Vou fazer vestibular para engenharia, quero projetar casas, prédios.” Ele me respondeu: “Você está enganado. Isso não é Engenharia, é Arquitetura.” Perguntei: “Mas existe esta faculdade aqui no Rio de Janeiro?” E ele me respondeu: “Sim, fica na Escola de Belas-Artes.” Passei no vestibular em boa colocação. Essa foi minha parte juvenil. Daí em diante, frequentei a faculdade e me formei em 1950. Trabalhei com vários arquitetos, trabalhei com o Afonso Eduardo Reidy³⁶ e com o Sérgio Bernardes; só não trabalhei com o Oscar (Niemeyer).

Antes de se formar?

Não, com o Sérgio e o Reidy depois de formado. Antes de formado trabalhei com o Jorge Moreira, na Cidade Universitária, e em um escritório de desenho, que desenvolvia projetos para a área de saúde. Naquele tempo havia grandes escritórios, cheios de pranchetas, onde eram desenhadas as plantas de arquitetura para as obras. Os desenhistas geralmente eram estudantes de Arquitetura.

Minha irmã começou assim também.

É, sua irmã, a Tania Horta.³⁷

Desenhista projetista.

Nem era projetista, era desenhista copista mesmo. O arquiteto vinha com o croquis pronto e dizia: “Olha, passa isso para o papel na escala.” A gente então passava. Adquiri muita experiência, trabalhei no Serviço Especial de Saúde Pública algum tempo; trabalhei em um grande escritório do engenheiro Paulo Assis Ribeiro, esse que o cara me repudiou, mas depois consegui entrar. Quando me formei, passei a trabalhar com o Sérgio Bernardes. Sérgio Bernardes era uma figura, posudo, simpático. Fez a faculdade em vários anos, foi meu colega de turma em uma disciplina. Nós éramos frequentadores do Vermelhinho, que era o *point* dos artistas. Conheci lá, de vista, o Villa-Lobos, o Portinari, o Santa Rosa... Eles eram moços ainda. Ali a gente almoçava e ficava tomando chope, discutindo e era ótimo porque nós éramos estudantes de arquitetura, e a gente saía da escola e se deparava com dois ícones da Arquitetura moderna: o prédio da ABI e do Ministério (MEC), que eram dois projetos-padrão de arquitetura contemporânea.

Quando era recém-formado, o Sérgio Bernardes me convidou para trabalhar com ele. Eu já era conhecido, porque tinha tirado 3º lugar em um concurso para estudantes. Sérgio me perguntou: “Marcos, você quer trabalhar comigo? Eu quero uma pessoa assim, que vá me dar apoio pessoalmente. Tenho desenhistas, que fazem apenas o trabalho mecânico. Quero uma pessoa como você, criativa, que possa me ajudar na concepção dos projetos e na sua apresentação para o cliente.” Entrei para o escritório do Sérgio, e uns amigos gozadores disseram: “o Sérgio tem fama de mau pagador. Você não vai ganhar um tostão.” Mas, combinei com ele um sistema de pagamento e ele sempre me pagou direitinho. Quando me casei, deixei o escritório para trabalhar com o Reidy. Sérgio me prometeu como presente de casamento uma luminária de pé, muito bonita, da loja Dominicci, uma loja famosa na época, que só vendia luminárias modernas. Naquele tempo, era a única que existia no gênero. Fui para a lua-de-mel em Teresópolis e quando voltei, nada da luminária, nem o Sérgio voltou a falar no assunto. Quando saí do escritório para ir trabalhar com o Reidy, no Departamento de Urbanismo, Sérgio estava me devendo um bom dinheiro. Perguntei a ele quando ia me pagar e ele me respondeu: “Estou sem dinheiro, espera um pouco mais.” Eu disse: “Faz o seguinte, vou comprar um carro, a prestações, e todo mês venho aqui com o recibo para você pagar a prestação.” Assim fiz, e ele me pagou tudo, até o fim.

Aí, fui trabalhar com o Reidy, que era um *gentleman*, um sujeito ótimo. Parecia um inglês, fazia jus ao nome. Era esguio, tinha aquele bigodinho britânico e era muito educado, não levantava a voz para ninguém. Ele prestigiava muito os arquitetos jovens, que trabalhavam com ele. Naquela época, ele era diretor do Departamento de Urbanismo e tinha acabado de fazer um projeto muito importante para a esplanada do Santo Antônio, que depois não foi feito. Era um projeto muito bonito, baseado nos princípios do Le Corbusier. Mas o prefeito Mendes de Moraes, que era um milico um tanto truculento, tinha tanta raiva do projeto que, quando o projeto estava em uma exposição, ele chegou lá e arrancou a maquete da sua base, dizendo que enquanto ele fosse prefeito aquele projeto não seria realizado. Fui trabalhar com o Reidy. Fomos o Hélio Marinho,³⁸ o Flávio Marinho Rego,³⁹ eu e mais dois jovens amigos que nós levamos para serem desenhistas.

Então, foi aí que você ingressou no serviço público?

Foi, e a história é curiosa. Quando o Reidy nos convidou, ele foi franco com a gente. Ele disse: “Quero que vocês trabalhem aqui por um período, porque este pessoal que está aí não serve, não vou conseguir nada com eles, e quero fazer alguma coisa. Preciso de uma equipe jovem, entusiasmada, por isso vou contratar vocês por seis meses.” Fomos para lá com todo o entusiasmo da juventude. Fizemos alguns projetos, porque o Reidy sempre nos prestigiava. Teve até um projeto meu, um Posto de Controle de Corridas de Motonáutica, na Ilha do Governador, que foi incluído no livro do Mindlin, *Arquitetura Brasileira Contemporânea*.⁴⁰ Não foi construído. O Flávio Marinho Rego e eu fizemos um projeto para um restaurante no morro da Urca, sempre colaborando com o Reidy que, nesta época, estava começando a fazer o projeto do Museu de Arte Moderna. Vimos os primeiros croquis.

Voltando à minha entrada no serviço público... Nós estávamos lá trabalhando sem ganhar um tostão. Trabalhamos um mês, dois meses, quando já estava no terceiro ou quarto mês, nada do contrato. O Tribunal de Contas não se decidia. Um dia o Reidy chamou o prefeito João Carlos Vital⁴¹ para ver as realizações do Departamento. Ele mostrou tudo, e falou para o prefeito: “Veja o trabalho dos meus jovens colaboradores, estão me ajudando muito e até hoje não saiu o contrato deles.” João Carlos Vital prometeu que ia resolver o problema. Dias depois veio a nossa nomeação para o quadro do Departamento de Estradas de Rodagem. Comecei no serviço público com a letra O, que naquele tempo era o maior nível de salário. Estava começando a minha vida de casado, profissional, e tinha um padrão de vida bom para a época. Minha esposa estava estudando, ela estudou durante os três primeiros anos de casamento para completar o curso de Anglo-Germânicas. Trabalhei com o Reidy um tempo, não sei se foi um ano, ou mais de um ano. Mas aí mudou a política, o Reidy saiu de lá, foi trabalhar no Departamento de Habitação Popular com a engenheira Carmem Portinho,⁴² que era diretora do órgão. O Reidy foi para lá, e nos levou também. Trabalhei lá um ano ou coisa assim.

Este órgão era ligado a quê?

Acho que à Secretaria de Viação e Obras. Não tinha Secretaria de Planejamento. Me lembro que o Reidy trouxe o anteprojeto do museu para o DHP, para começar o seu desenvolvimento. Depois foi organizada uma equipe só para isso. Nessa mesma época, saiu um concurso para o projeto de um Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial. Um concurso de âmbito nacional. Adquiri o edital e comecei a estudar o assunto. Comecei a pensar, pensar, a ter umas ideias boas, mas o prazo era curto e senti que sozinho não ia conseguir levar aquilo adiante.

Então, convidei o Hélio Marinho, que trabalhava comigo, para colaborar na apresentação do projeto. Fizemos a apresentação do projeto que era em duas etapas, e fomos classificados entre os cinco finalistas para concorrer à fase final. Estes cinco receberam uma pequena ajuda de custo para detalhar mais a ideia e fazer uma maquete, coisas que custavam dinheiro. Na segunda etapa foi aquela agonia. A gente sabia que o júri estava reunido em uma sala da Escola de Belas-Artes; ficamos sentados no banco da praça que ficava em frente à Escola aguardando, ansiosos, o resultado do concurso, que depois de alguns dias foi divulgado. Tínhamos ganho o concurso. Foi um início muito bom para a minha carreira.

Quantos anos você tinha?

Tinha 28, era formado há apenas três anos. Quando começou a construção do Monumento deixamos a modéstia de lado e mandamos botar uma enorme placa, com o nosso nome, na frente da obra. Muita gente me pergunta o critério que adotamos na colocação dos nossos nomes na autoria do projeto. Isso eu gosto de explicar, porque muita gente não entende. Na primeira etapa, quando nós estávamos acabando a apresentação do projeto para entregar aos organizadores, enquanto eu estava terminando um desenho, se não me engano uma perspectiva, o Marinho estava encarregado de preencher a nossa ficha de identificação. Então ele me perguntou: “Marcos, como é que a gente põe o nosso nome na ficha?” Eu respondi: “Põe em ordem alfabética.” Como o nome dele começa com H e o meu com M ficou Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto. Fiquei muito conhecido por causa daquela placa. Montamos um escritório para desenvolver o projeto e acompanhar a construção. A construção do Monumento durou cerca de três anos. Depois, mantivemos o escritório mais alguns anos. Quando terminou a parceria, o Marinho foi se dedicar exclusivamente ao serviço público, onde não havia campo para a realização de projetos de Arquitetura.

Continuei com o escritório e procurei conciliar minha atividade de arquiteto autônomo com o serviço público, sem ocupar cargos ou funções durante muitos anos. Mas nunca deixei de cumprir as minhas obrigações no serviço público. Eu sempre argumentava que Arquitetura a gente faz na cabeça e não sentado em uma escrivaninha de funcionário burocrático. Não fazia sentido ficar sentado em uma escrivaninha durante oito horas, sem fazer nada, lendo jornal ou batendo papo, já que eu não respondia por nenhum expediente e não atendia ao público. Combinava sempre com os meus superiores imediatos que ficaria no meu escritório pela manhã, dedicando o horário da tarde à repartição.

O Valdir Ribeiro disse: “O Marcos Konder foi da CEPE com C.” O que era a CEPE com C? Quais as atribuições?

A CEPE era a Comissão Executiva de Projetos Específicos, com a atribuição principal de fazer o plano diretor da Cidade Nova e elaborar outros projetos específicos de Arquitetura e Urbanismo.

Ele disse que tinha a SEPE com S e a CEPE com C.

É, primeiro foi a CEPE com C, que era Comissão. Depois virou Superintendência Executiva de Projetos Especiais, SEPE com S. O nome mudou para Superintendência por questão burocrática, acho que para ter mais autonomia, não sei bem. Na CEPE trabalhava o colega Stélio de Moraes, que era professor de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura. Nesta época, eu também era professor da faculdade. Me aposentei antes do fim na carreira para não prejudicar minhas outras atividades.

O Stélio, que me admirava como profissional, um dia me procurou na faculdade e me convidou para ir trabalhar com ele. Aceitei o convite e fui trabalhar com ele na CEPE, onde ele era Diretor da Divisão de Arquitetura e de Urbanismo e me colocou como chefe do Serviço de Urbanismo, com a função principal de elaborar o Plano Diretor da Cidade Nova. O Serôa da Motta, em cuja gestão a CEPE passou a ser Superintendência, não aceitava bem quando eu argumentava: “Serôa, não vou ficar aqui o dia inteiro, lendo jornal ou batendo papo, olhando para as paredes. Você quer que eu faça alguma coisa, que projete alguma coisa? Você me diz que faço o projeto no meu escritório e trago pronto em tanto tempo.” Aí ele dizia: “Não pode, você está contrariando as normas.” Eu respondia: “Sei que estou contrariando as normas, mas não adianta, não vou ficar aqui parado perdendo o meu tempo.” Ele acabava concordando porque eu era eficiente. Foi aí que fiz o Plano Diretor da Cidade Nova.

A Comissão Executiva de Projetos Específicos era subordinada à Secretaria de Obras?

Não, era subordinada à Secretaria de Governo. Só sei que naquela época não havia ainda a Secretaria de Planejamento. Isso tudo está bem explicado no Boletim Informativo da SEPE editado, senão me engano, em 1973.

Nem de Urbanismo.

Não, não existia.

Gostaria de saber a respeito do Plano Diretor da Cidade Nova, porque o Arquivo está incluído nele. Em que data ele teve início, quando você começou a conceber esse plano?

Não me lembro a data, mas acho que foi logo que eu comecei a ocupar o cargo na CEPE, creio que em 1967. Foi na época do Negrão de Lima. Fui chamado lá para fazer, basicamente, o plano urbanístico da Cidade Nova. Vocês conhecem a história desta área? Esta área era um mangue que Dom João VI mandou aterrar depois que recebeu por doação

aquele casarão onde atualmente é o Museu Nacional. Para encurtar a distância entre o Paço e a casa da Quinta da Boa Visita, mandou aterrar o mangue, onde foi aberto o Caminho das Lanternas. Antes o percurso era feito pela fralda do morro de Santa Teresa e dava uma volta enorme. As pessoas pensam que Cidade Nova é um nome dado agora, mas não, é um nome daquela época.

Caminho do Aterrado.⁴³ Tanto que a cidade velha era próxima...

Aqueles quatro morros que balizavam a cidade.

Conceição, São Bento, Castelo e Santo Antônio.

Era um quadrilátero. Assim, fui chamado para fazer o plano diretor, para atender à proposta feita pelo urbanista grego, Doxiades, que o Carlos Lacerda contratou para fazer o Plano Diretor do Rio. Nós, do Instituto de Arquitetos, lutamos muito contra essa contratação. Naquele tempo, o presidente do Instituto era o Maurício Roberto, o mais novo dos irmãos Roberto, e eu era vice-presidente, cargo que ocupei por vários anos. Maurício era um sujeito muito ativo e liderou uma campanha para impedir a contratação do Doxiades. Apesar disso, o cara foi contratado. O Plano Doxiadis era uma coisa muito genérica. Mas ele pegou duas áreas da cidade para detalhar mais: Copacabana e a Cidade Nova. A Cidade Nova estava especificamente definida no plano dele para ser uma malha nova de expansão do Centro da cidade, sem prever habitação. Uma extensão do Centro, porque a Presidente Vargas estava muito pouco ocupada naquela região. Tinha muito casario velho caindo aos pedaços, ainda tem até hoje.

Para abrir a Presidente Vargas demoliu-se muita coisa. Quinhentos e tantos prédios.

Um dia desses até falei, brincando, para alguém: “Hoje vou à Praça Onze, só que não há mais praça lá.”

Acabou a Praça Onze, o Largo de São Domingos...

A Praça Onze não existe mais, acho que era onde está o busto do Zumbi, não tenho certeza.

De quem foi a ideia de trazer o Centro Administrativo para esta região?

Isso é outra história. Comecei a projetar a área da Cidade Nova. Previ um zoneamento, aqui vai ser habitação, aqui vai ser um outro tipo de rua, aqui vai ser habitação com comércio embaixo etc. E na orla da Presidente Vargas previ só prédios de escritórios e institucionais porque ela é um prolongamento natural do Centro. Determinei a volumetria da área prevendo como ficaria depois de tudo construído. Fiz algumas alterações de ruas no projeto, mas nada disso foi feito. Estava trabalhando no projeto, quando surgiu uma coisa mais antiga, mas não me lembro de quem foi a iniciativa. Quais eram os dois governadores daquela época?

Os governadores eram o Negrão de Lima e o Chagas Freitas, depois do Lacerda. E a informação que tenho é que o Chagas Freitas deu início à construção do Centro Administrativo São Sebastião.

Então é isso. Estava trabalhando na CEPE e um dia bate lá uma determinação para fazer o projeto para o Centro Administrativo. Criaram uma comissão para isso, da qual eu fazia parte. Existia o projeto antigo, do arquiteto Benedito de Barros,⁴⁴ que era um bom arquiteto. Foi ele que fez o projeto do estádio de remo da Lagoa. Mas o projeto dele para o Centro Administrativo era muito confuso e atendia mal às necessidades para o futuro, porque ele fixava rigidamente um prédio para cada secretaria. Discordei dessa ideia, porque as secretarias iriam mudar com o tempo, iam se alterar, iriam crescer, algumas poderiam diminuir ou acabar e outras poderiam ser criadas. Então eu pensei: “Vou ter que fazer um projeto mais flexível, para poder ser utilizado de várias maneiras.”

Fiz um estudo, que foi apresentado à comissão e aprovado. Daí nasceu o projeto do Centro Administrativo, de minha autoria. Criei três grandes edifícios de 200 metros e 15 pavimentos que, na realidade, eram módulos independentes unidos pelas empenas. Cada edifício era constituído de quatro módulos. No total eram 12 módulos. Cada módulo tinha 50 metros de comprimento e era autônomo; tinha sua própria prumada de elevadores e estava conectado com os outros pelas empenas. O prédio que está construído no local é composto de dois módulos que se interligam tanto verticalmente quanto horizontalmente. No meu projeto, previ também um prédio mais baixo, para o Gabinete do prefeito, conectado a uma torre alta, que funcionaria com ponto de referência para o conjunto.

O Valdir Ribeiro disse que eles ergueram dois ao invés dos quatro e que iam erguer os outros dois depois. Segundo ele, deveriam ter feito tudo ao mesmo tempo.

A minha ideia era a seguinte: o Centro Administrativo ia ocupar uma grande área e não era viável arrasar tudo para fazer a construção toda de uma vez. A vantagem do plano que propus era que a construção poderia ser feita aos poucos, à medida que fossem surgindo terrenos disponíveis; um bloco podia ser construído num terreno vago e outro mais adiante, em outro terreno disponível. O Centro Administrativo podia ser feito em etapas. Aí, surgiu este terreno vago que havia sido desapropriado, mas só dava para fazer dois módulos. Até me lembro que um arquiteto, que ocupava um cargo de relevo, tentou interferir no projeto, opinando que as empenas deviam ser fechadas com alvenaria. Empena em Arquitetura são aquelas partes laterais. Claro que não levei em conta essa bobagem porque o prédio que foi construído deveria receber mais dois módulos, um de cada lado. Se as empenas fossem fechadas, como queria o palpiteiro, seria necessária a demolição de dois paredões, de alto a baixo. Enfim, prevaleceu a minha ideia, que era correta. Na arquitetura dos outros todo mundo quer dar palpite... A construção do prédio levou bastante tempo, porque a obra esteve parada por falta de verba. Muda o governo e a primeira coisa que o novo governo faz é passar a borracha no que o outro tinha feito. Isso é típico do Brasil.

Essa falta de continuidade. A construção do prédio terminou nesse governo?

Não. Foi no Chagas Freitas?

O Chagas começou e o Marcos Tamoyo concluiu. Porque aí houve a Fusão. Qual a sua opinião sobre a Fusão? O que o senhor achou na época, como o senhor viveu a Fusão?

Eu vivi a Fusão, no sentido pessoal, muito mal. Era funcionário do Estado (do Rio de Janeiro), mas era sempre emprestado à Prefeitura, porque no DER não tem nada para um arquiteto fazer. Aí, eu podia optar por um ou por outro. Burramente, achei que optar pelo Estado seria melhor e entrei pelo cano. Como funcionário da FUNDERJ completei quase 11 anos sem aumento nenhum, nada. Agora, há pouco tempo nós tivemos um aumento razoável. Particularmente, eu era favorável à Fusão, porque achava que uma unidade muito pequena, como o Estado da Guanabara, poderia e deveria ser a cabeça de um território maior, o Estado do Rio de Janeiro. Achava que com isso o Estado ganhava mais expressão. Não via porque o antigo Distrito Federal deveria se transformar em um Estado independente, já que estava inserido territorialmente e culturalmente no Estado do Rio. Mas nunca fui muito político, nunca lidei com esta parte, isto era uma convicção pessoal. No município a situação é muito melhor, inclusive tenho colegas que trabalhavam comigo, optaram pelo município e estão ganhando muito mais do que eu. Não tem nem comparação, porque o município tem dado aumentos sucessivos. Nós ficamos dez anos sem aumento. Agora deram um aumento razoável, que já está começando a ficar defasado.

Quando foi feito o Centro Administrativo, demoliu-se muita coisa? Alguma rua foi suprimida?

Não. Nós seguimos um plano que eu tinha para a área.

Mas a área era vazia?

Era, era uma área já desapropriada. Inclusive, aqueles três prédios habitacionais, que foram construídos perto do Centro Administrativo, basearam-se num estudo preliminar feito por mim.

Estes três prédios foram concebidos para servirem de habitação aos funcionários que trabalhariam no Centro Administrativo?

Não. Não, obrigatoriamente. Eram destinados às Cooperativas Habitacionais.

Com recursos do BNH?⁴⁵

Era. Estes prédios foram financiados pelo BNH, através das cooperativas. A área que havia sido desapropriada, abrangia o Centro e estes prédios. Nenhuma família foi desalojada, apenas a área do meretrício. Quando estava sendo implantando o metrô, opinei que ali

deveria ser prevista uma grande estação intermodal de tráfego. Seria um ponto de convergência de linhas de ônibus, metrô ou carro. Mas não, no Brasil prevalece sempre a lei do menor esforço e resolveram fazer só a estação do Metrô. No próprio Centro Administrativo existente, em vez de serem construídos os dois módulos das extremidades, ocuparam estas áreas com outras coisas e há poucos anos construíram o prédio anexo, que não tem nada a ver com o projeto inicial. O conjunto chamado Cidade Nova era composto de duas áreas bastante diferentes. Uma era o Catumbi, bairro de classe média baixa, e a outra era a Zona do Mangue, muito degradada...

Tinha a Vila Mimosa.

Quando eu era jovem, chamava-se Zona do Mangue. Na minha juventude não havia essa liberdade sexual de hoje, e um rapaz da minha época tinha que se valer da prostituição. Havia três tipos de prostituta no Rio de Janeiro: as francesas, que eram *tops*, só para deputados, senadores e homens ricos; as polacas, que eram judias polonesas trazidas pelos próprios maridos cafetões, frequentadas por homens de classe média; e tinha o rebotalho, que era a Zona do Mangue. Uma das coisas que fiz no Plano da Cidade Nova foi mudar o traçado do elevado que ligava o Túnel Catumbi-Laranjeiras ao Santo Cristo e à Zona Portuária, passando em viaduto sobre a Presidente Vargas. Havia um projeto anterior em que esta ligação era feita por um viaduto que passava por cima do largo do Catumbi, o coração do bairro. Mudamos esse traçado, fazendo a ligação pelo sopé do morro. Com isso nós conseguimos preservar o largo.

Aquela chaminé – que ficou preservada lá – era de uma fábrica?

Não sei bem, acho que era de uma fábrica. Ela é bonita, não é? Ficou sendo um marco de identificação do bairro. Kevin Lynch,⁴⁶ que é um arquiteto americano estudioso das cidades, ensinou que toda cidade ou bairro deveria ter um marco para facilitar sua identificação. Para balizar o morador ou visitante.

Aqui é o Cristo Redentor.

Aqui é mais fácil, porque tem o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, o mar. Na Zona Norte é muito pior; você entra naquela região do subúrbio é tudo plano, sem pontos de referência. No Centro e na Zona Sul é tudo mais fácil; qualquer dúvida que você tiver é só procurar o mar ou se referenciar pelo Cristo Redentor e pela orla marítima. Outra coisa que propusemos foi desativar a Penitenciária da Frei Caneca para construir ali um grande conjunto habitacional.

Qual é a proposta agora?

Acho que vão voltar para esta ideia. Só que, na minha época, o conjunto habitacional seria de classe mais baixa, tipo cooperativa habitacional. Agora, eles provavelmente vão fazer um empreendimento comercial. Se bem que a região não ajuda, tem uma favela no

fundo. Mais tarde, quando eu estava na Secretaria de Justiça, cheguei a fazer um estudo preliminar para o terreno da Frei Caneca. Propus uns prédios curvos, limitando o fundo da área, que dá para o morro de São Carlos, com todos os apartamentos voltados para o interior do terreno. O lado voltado para o morro seria destinado à circulação, que seria toda fechada com alvenaria, com algumas aberturas altas para a iluminação. No carnaval, quando já era na Marquês de Sapucaí, eu é que era encarregado de fazer o *layout* das arquibancadas, que eram montadas com perfis tubulares. Isso foi quando eu estava na Secretaria de Obras.

Passou para a Marquês de Sapucaí na época do Tamoyo. Ele escolheu o local para montar as arquibancadas.

Até me lembro que no tempo em que eu fazia o *layout* das arquibancadas, deixava sempre uma área onde a bateria deveria estacionar durante o desfile, o que foi mantido no projeto que foi construído. Depois, vou entrar na questão do Sambódromo. O Plano da Cidade Nova, principalmente o setor habitacional, deveria ser construído aos poucos. Chegamos a fazer alguns empreendimentos. No Catumbi teve a Garagem Presidente, o Ferro de Engomar,⁴⁷ mais duas ou três obras de cunho habitacional para a classe média. Eu me lembro que o pessoal do Catumbi era muito organizado, eles me chateavam toda semana.

Tinha uma associação de moradores muito atuante, não é?

Oh! Ah, eles eram de amargar. Dizia para eles: “Não posso fazer nada, sou projetista, não resolvo estas questões políticas e institucionais.” Assim, fiz o plano para que as construções fossem realizadas à medida que fosse possível desapropriar as áreas degradadas. Na verdade, as edificações existentes na área da Cidade Nova não tinham e não têm, até hoje, valor histórico ou arquitetônico. São sobradinhos, prédios baixos, que redundam em uma densidade muito baixa, o que não é bom para a cidade. É uma área da cidade mal aproveitada. O benefício/custo é muito pequeno. Porque no planejamento urbano uma das coisas que se deve ter em mente é o adensamento das zonas centrais e populosas, o que favorece o aproveitamento racional das redes de serviços públicos que não devem se estender indefinidamente.

A solução é botar mais gente morando e a saída é promover as construções em pavimentos para aumentar a taxa de ocupação dos terrenos. Tudo começa com uma casa somente no terreno, depois vem um prédio de três andares, depois vem os edifícios de seis ou mais pavimentos. Este foi o nosso critério. Mas nós limitamos estes prédios, nunca poderiam ter mais de 15 pavimentos. Nós criamos umas regras para o uso do solo, uma coisa meio técnica. E fizemos um traçado novo para as ruas. Algumas ruas eu cortava, mas mantive intactos os dois eixos principais, a Frei Caneca e esse que passa aqui na Afonso Cavalcanti. Eles eram ligados um ao outro por algumas ruas transversais, usando o leito das ruas existentes. O plano seguiu os conceitos urbanísticos da época, mas foi criticado por muita gente.

Foi você que definiu este espaço para o Arquivo?

No Plano Diretor este espaço, à beira da Presidente Vargas, era destinado a prédios institucionais e escritórios. O Tamoyo, sabendo que a área era para prédios institucionais e escritórios, decidiu fazer aqui o Arquivo.

Você sabe como foi feita a doação deste terreno para a Prefeitura?

Da parte jurídica, não tenho a menor ideia. Sei que a CEPE já tinha acabado e eu estava trabalhando na Secretaria de Obras. Era assessor do Orlando Feliciano Leão.

Foi a Secretaria de Obras que construiu este prédio?

Sim, a Secretaria de Obras. Naturalmente caberia a mim a elaboração do projeto do Arquivo e eu cheguei a fazer um estudo preliminar, mas esbarrei no problema do serviço público, onde não se tem equipe, desenhista, arquiteto colaborador, não se tem nada. Eu já estava envolvido no projeto do Restaurante Rio's e não tinha condições de me responsabilizar por outro projeto, ainda mais que o Tamoyo estava no último ano do seu mandato e queria inaugurar os dois prédios antes de sair. Por isso, o projeto foi entregue ao escritório dos irmãos Musa, que já estava contratado para desenvolver e detalhar o projeto do Restaurante. Assim, as duas obras foram realizadas quase simultaneamente e o Tamoyo pôde inaugurar ambas antes de passar o governo.

Foi você que indicou o Musa?

É, eu é que indiquei. Não quis impor ao Musa o meu estudo e o escritório dele ficou encarregado de fazer o projeto completo do Arquivo...

Porque a Prefeitura construiu o Rio's? Qual era a destinação?

O plano do Parque do Flamengo, que foi projeto do Reidy, com paisagismo do Burle Marx, previa a localização de edificações destinadas a vários fins. O Monumento e o Museu de Arte Moderna já estavam em construção, mas foram designadas outras áreas para outros fins, entre elas um restaurante. Havia uma comissão encarregada de gerenciar o projeto do aterro, chefiada pela Lota Macedo Soares,⁴⁸ da qual fazia parte também o Reidy. Me lembro que eu, apesar de não fazer parte da comissão, ficava dando palpite junto ao Reidy, principalmente quando alguém propôs a localização de um kartódromo, que não era absolutamente uma atividade popular. Felizmente, acabou não sendo realizado.

Na minha opinião o negócio era fazer campos de futebol. Foi o que deu mais certo. Mas, mesmo assim construíram um grande tanque para as crianças soltarem barquinhos; parecia coisa do *Bois de Boulogne*, no século XIX. Resultado: está lá até hoje, sem água e sem uso. Fizeram também uma área circular para a evolução de aeromodelos, que não está sendo utilizada. O que deu certo ali foi futebol, vôlei e basquete, esportes populares. O Parque do Flamengo é a área de lazer à beira-mar mais perto da Zona Norte. Antes, o pessoal dos subúrbios tinha que se deslocar para Copacabana, Ipanema para tomar ba-

nho de mar e eram malvistos pelos frequentadores da Zona Sul. Agora, tinham um lugar muito mais acessível para tomar banho de mar, fazer piqueniques e praticar esportes. Mas, voltando ao restaurante...

Seria explorado pela Prefeitura ou terceirizado?

Quando fiz o projeto só sabia que era um prédio da Prefeitura. Foram feitos três projetos: o primeiro pelo Jorge Machado Moreira,⁴⁹ arquiteto da geração do Oscar Niemeyer, bom arquiteto, muito minucioso, que fez o projeto da Cidade Universitária. Mas não colou. Depois, mais tarde houve um projeto do Artur Lício Pontual,⁵⁰ um jovem arquiteto de talento, que morreu prematuramente com trinta e poucos anos; mas o projeto dele também não foi para a frente. Quando chegou o governo do Tamoyo, ele resolveu fazer o restaurante. Um dia, recebi um telefonema do Tamoyo: “Marcos, quero que você e o Marinho façam o projeto do restaurante, porque vocês foram os autores do projeto do monumento.” Topei imediatamente e entrei em contato com o Marinho, o que era a minha obrigação, mas ele não quis participar, alegando que não estava mais interessado em Arquitetura. Então, decidi fazer sozinho. Comuniquei isso ao Tamoyo, e pedi a ele uma coisa somente: que ele me transferisse para a Secretaria de Obras, pois estava sendo exonerado arbitrariamente do cargo de assessor-chefe da Assessoria de Articulação com a Região Metropolitana, da Secretaria de Planejamento.

Era um cargo DAS 8, era um cargo bom. Ai, mudou o governo e veio o Sztyglic⁵¹ para secretário de Planejamento e trouxe com ele, como subsecretário, um arquiteto que não gosta de mim. Não sei o que ele tem contra mim, devo ter dado uma nota ruim para ele na faculdade ou então é recalque por não ter talento. A primeira coisa que ele fez foi me exonerar quando eu já estava quase há um ano no cargo, o que me daria direito à incorporação. Soube depois que, na primeira reunião que houve, ele disse: “Esse cara não pode ficar aqui, tem que ir embora.” No governo do Klabin, quando ele foi para a Secretaria de Obras de novo, como subsecretário, e eu era assessor do Orlando Feliciano, repetiu a dose, faltando apenas um mês para eu completar um ano no cargo. Se ele tivesse vindo conversar comigo, eu argumentaria: “Aguenta somente mais um mês para eu completar um ano, para ter direito à incorporação.”

Foi nesse momento que o Tamoyo me convidou para fazer o projeto do Rio's. Só pedi a ele uma coisa, que me colocasse em outro cargo simultaneamente, para eu não perder o direito à incorporação. Então, ele me nomeou para o cargo de assessor do Secretário de Obras, o Orlando Feliciano Leão. Era um cargo menor, DAS 7. O Tamoyo queria o projeto “para ontem”, para começar logo a construção. Ai, fiz o anteprojeto no meu escritório, porque lá não tinha nem prancheta, mas ele tinha que ser desenvolvido e detalhado para as obras. A Arquitetura tem duas etapas: o projeto arquitetônico propriamente dito e, depois, o projeto executivo, que tem todos os detalhes, as especificações, a parte de entrosamento com o calculista, com o projetista de instalações etc. Sugerir que essa segunda

parte fosse contratada com um escritório particular, porque eu não daria conta do recado sem uma equipe de arquitetos e desenhistas. Sugeri o escritório do Musa, que era muito bom. Não admirava muito o Musa como arquiteto criador, mas seu escritório organizado era, na época, um dos melhores do Rio.

Então, quando surgiu a necessidade do projeto do Arquivo, e eu verifiquei que não dava para fazer os dois ao mesmo tempo, sugeri o escritório do Musa, que já estava realizando um trabalho satisfatório no desenvolvimento do restaurante. Eles eram dois irmãos e acho que foi o mais moço que fez o projeto. Fiquei mais como espectador, não participei mais. Acho que o Valdir Ribeiro foi o fiscal da obra.

Realmente, foi ele.

O Valdir Ribeiro foi fiscal da obra do Centro Administrativo também; aliás ele é um profissional muito competente, sujeito trabalhador, que se dedica totalmente às obras que fiscaliza. Faz tudo certo. É um ótimo profissional, honesto e competente.

Ele mesmo disse: “Sou um fiscal atento.”

Ele realmente é muito bom nisso, é um arquiteto de obra. Obra fiscalizada por ele vai sempre bem. Então, o meu contato com o Arquivo foi mais ou menos este. Daí em diante, saí da jogada.

Você esteve aqui na inauguração?

Não, acho que não me convidaram. Soube depois que inauguraram o prédio sem estar pronto. Parece que só estava pronto o *hall* do pavimento térreo...

Somente o primeiro andar. Eles trouxeram os documentos, colocaram no primeiro andar, e só três ou quatro meses depois a obra ficou pronta. O Valdir contou tudo, inclusive os percalços aqui nesta obra. O que aconteceu com relação ao hospital aqui do lado, apareceram rachaduras no hospital, ele teve que mudar a forma de fazer a fundação e teve problema de infiltração.

Essa região tem um lençol freático muito alto, tanto que no Centro Administrativo levantei o chão e fiz uma garagem praticamente no nível do terreno e só uma abaixo. E, mesmo assim, nesta debaixo.

O Valdir disse que teve que fazer uma dupla parede, não é?

É, teve que fazer uma dupla parede, um tipo de impermeabilização muito complicado, como foi feito no monumento também, por ser perto do mar. Então é isso, a parte do Arquivo, da Cidade Nova, praticamente termina aqui. Quando eu estava fazendo o projeto do Centro Administrativo, já estava na Secretaria de Obras, em São Cristóvão, e aconteceu um fato curioso: como eu não tinha equipe na Secretaria de Obras, consegui a contratação do arquiteto Marcelo Dias,⁵² que trabalhava no meu escritório; um arquiteto muito com-

petente, com extraordinário talento para o desenho artístico e grande perspectivista. Gosto muito dele. Meses depois, surgiu a oportunidade de ele ser efetivado. Aí, foi engraçado, porque ele era boliviano e não tinha se naturalizado. Por isso, não podia entrar para o serviço público, mas por insistência minha ele se naturalizou rapidamente e foi nomeado. Ele já está aposentado e dedica-se, com grande talento, a pintar aquarelas.

Quando você terminou a sua atuação na Prefeitura, continuou trabalhando no seu escritório?

Claro, continuei.

Você realizou mais alguma obra para o serviço público?

Não. Sem falsa modéstia, sou um dos poucos arquitetos que tem três obras importantes aqui no Rio, que são o Monumento (dos Pracinhas), realizado pelo Ministério do Exército, o edifício sede da Prefeitura e o Restaurante Rio's. E duas delas estão situadas no Parque do Flamengo.

E o Plano Diretor?

O Plano Diretor da Cidade Nova não foi executado. Você perguntou quem ia gerir o Rio's. Logo que o prédio ficou pronto, foi feita uma concorrência para concessão. O primeiro concessionário manteve o restaurante por alguns anos; mas não deu certo. Agora, no início do governo Conde, houve uma segunda concorrência...

Aí veio o Porcão.⁵³

Veio o Porcão, mas estes caras do Porcão fizeram uma coisa muito sem ética comigo, porque eles me convidaram para projetar e orientar pequenas alterações que queriam fazer no interior do prédio, mas depois começaram a forçar modificações externas. Queriam fazer acréscimos a todo custo. Aí eu disse: "Não dá. Este projeto tem de permanecer como ele é. Se vocês querem mais área, entrem em contato com a Prefeitura para conseguir um terreno ao lado e fazer um anexo independente." Aí, eles acabaram me passando para trás, fazendo modificações externas à minha revelia, com a complacência da Prefeitura. Tentei o apoio do Sirkis, que era Secretário de Urbanismo, pedindo para ele dar um basta naquilo, mas foi tudo em vão. O Sirkis não se interessou. Mostrei que, mesmo o prédio não sendo tombado, estava na área do Parque, que é tombado com tudo o que está dentro dele. Eles acabaram fazendo várias modificações externas e uma decoração interna de mau gosto e que não condiz com o projeto arquitetônico, o que me deixou muito chateado.

Como aliás o nosso prefeito fez no prédio da Prefeitura, quando mandou pintar aquela faixa laranja lá no alto. Até hoje estou lutando para ver se consigo remover aquela cor berrante. Há pouco tempo, estive na sede da Prefeitura, em uma reunião com o Cesar Maia, quando ele assinou um decreto dando o nome da minha recém-falecida esposa, Sarita Konder, a uma creche, que estou construindo com recursos próprios, em um

terreno de minha propriedade, e que pretendo doar à Prefeitura. Nessa ocasião, o César Maia comentou que o Niemeyer o estava processando por causa daquelas inscrições da Prefeitura no Sambódromo. Aí, ele olhou para mim e disse: “Você também está chateado com este negócio aqui em cima.” E apontou para cima. “É verdade, até já mandei um e-mail reclamando disso, mas não adiantou nada. Ele, na hora, certamente satisfeito por eu estar prometendo uma doação para a Prefeitura, disse: “Marcos, faz o seguinte: você me manda um e-mail dando sua sugestão que eu mandarei tirar a cor laranja.” Mandeí o tal e-mail propondo a remoção completa da cor laranja e das inscrições ali existentes, sugerindo que as mesmas fossem colocadas no nível do terreno, como é o caso dos palácios de Brasília. Mas, como bom político, ele prometeu na hora, mas até hoje não cumpriu o prometido.

O que o você tem a dizer sobre aquele anexo que foi construído atrás? Fazia parte do seu plano?

Não. Aí, é como eu digo a vocês, o arquiteto é servidor de dois amos, é feito prostituta, vai com um, vai com outro. Muda o governo, sobem outros arquitetos para os cargos. A primeira coisa que eles fazem é modificar o que foi feito anteriormente. Então, fizeram um novo plano para a área, uma coisa completamente diferente do que eu havia proposto, e sobrou este terreno para construir o tal anexo. O primeiro projeto parece que foi feito no escritório do Conde. Não sei por que razão, não foi para frente. Então chamaram uma arquiteta do serviço público e ela fez o novo projeto. Não tem nada a ver, não tem qualquer unidade com o edifício que já estava construído.

Como a creche que foi construída também.

Aquela creche é um absurdo. Colaram a creche no prédio da Prefeitura. Ali era justamente para haver a expansão do edifício existente. Aqui no Brasil é assim, tem um terreno, vamos fazer qualquer coisa. Não há planejamento, não se consulta ninguém...

Mas, a creche, é você que está erguendo?

Acho que você está se referindo à creche que estou construindo. Estou aplicando na construção todas as economias que fizemos a vida toda, e também o dinheiro que obtive com a venda de uns apartamentos. Não quero mais saber de nada, vou viver com o que eu ganho de ordenado. Então, estou fazendo a creche lá no terreno que é meu, na rua Alice. Tenho um terreno que vai da Júlio Ottoni até a rua Alice. Comprei há muitos anos, por um preço barato. Construí na parte de cima uma casa para mim, onde estou morando agora.

E o terreno da parte de baixo, virado para a rua Alice, que resultou de um desmembramento, ficou sendo um terreno autônomo. Minha ideia era fazer uma casa para vender. Agora, não estou mais interessado em nada disso. Gosto muito de crianças e houve esta tragédia em minha vida, então decidi fazer uma creche para crianças carentes e vou botar o nome da minha mulher. Quando a creche for ocupada pelas criancinhas, vou ficar lá, em cima, no meu escritório, ouvindo a algazarra delas.

Como foi a sua carreira de professor? Como você ingressou na faculdade para dar aula?

Foi meio por acaso. Eu tinha um colega de turma que se chamava Ulisses Burlamaqui,⁵⁴ muito ativo, que já era professor lá e chegou a ser diretor da faculdade. Nós nos encontrávamos, às vezes, com as nossas esposas, para jantar aos sábados. Em um desses encontros, fiquei me queixando um pouco da falta de dinheiro, pois aquele cargo que eu tinha no Estado (do Rio de Janeiro) já não estava dando mais para viver e o meu escritório estava quase sem projetos. Então ele me disse: “Estou na faculdade, vou te arranjar uma vaga lá.” Dias depois fui contratado para ser auxiliar de ensino. Era recém-formado, tinha 25, 26 anos, e os meus alunos tinham 19, 20 anos. A nossa diferença de idade era muito pequena. Há pouco tempo fui convidado para um almoço de uma turma, todos já idosos, de cabelos brancos, e todos tinham sido meus alunos. Eu disse: “Vim aqui para diminuir a média de altura e aumentar a média de idade.” Porque os caras tinha todos 70 anos ou um pouco menos. O Conde foi meu aluno, a Rizza Conde, mulher dele, o Casé,⁵⁵ e muitos outros. Porque eu comecei cedo na faculdade, a nossa diferença de idade era pequena. Ganhei uma certa notoriedade cedo, não sei se isso foi bom ou ruim, talvez tenha me acomodado. Fiquei achando que ia cair tudo dos céus nos meus braços, não caiu nada. Eu me estrepei com este negócio. Mas, então é isso. Naquele almoço quase todos os meus ex-alunos eram idosos como eu e já tinham até netos.

O Manoel Martins.⁵⁶

O Manoel é criança perto dos outros. Ele foi meu aluno. Diferença de oito anos, eu estou com 80. Como eu disse, tenho colegas que foram meus alunos, com diferença muito pequena de idade entre mim e eles.

Você se aposentou como professor?

É o seguinte, como não estava dando conta do recado, com Prefeitura, escritório e faculdade, tudo ao mesmo tempo, quando surgiu uma oportunidade, resolvi me aposentar com salário proporcional ao tempo de serviço. Não sei se cheguei a falar como fui para lá. Fui ser professor, ou melhor, auxiliar de ensino. Já era conhecido pelos alunos, apesar de ser muito jovem, já tinha ganho o concurso do monumento. Os alunos me respeitavam. Sempre tive um certo jeito para ensinar, para transmitir conhecimento. A cadeira em que atuava era especificamente de projeto.

Na faculdade tem várias cadeiras técnicas como matemática, mecânica, resistência dos materiais, materiais de construção etc. mas a cadeira tronco do curso é a de Composições de Arquitetura, onde o aluno aprende a projetar. No meu tempo, ia do 2º ao 5º ano. O aluno vai aprendendo a projetar desde a coisa mais simples, até a mais complexa. Nos dois últimos anos, passa a se chamar Grandes Composições de Arquitetura. Primeiro, fiquei com a de Pequenas Composições, que abrangia o 2º e 3º anos, pois naquele tempo o curso era seriado. Depois, passei para Grandes Composições, onde eram elaborados projetos maiores e mais complexos.

Muita gente, quando me encontra, diz que eu era um ótimo professor, que aprendeu muito comigo. Neste almoço em que estive, vários vieram me dizer: “Você abriu os meus olhos para a Arquitetura.” Depois de quase 20 anos na faculdade, surgiu uma lei que permitia a aposentadoria antes que fosse completado o tempo integral de serviço. Aí, aproveitei a oportunidade e me aposentei, porque já estava sentindo dificuldade de conciliar as três atividades. Me aposentei ganhando um salário bem pequeno, porque sai antes de completar o tempo de serviço. Peguei duas fases da faculdade, uma foi lá na praia Vermelha, no tempo do Opinião,⁵⁷ aquele negócio meio subversivo. Depois a faculdade saiu da Praia Vermelha e foi para o Fundão. Aí já era a época dos *hippies* e muitos alunos iam com roupas estranhíssimas. Alguns traziam violão para a sala de aula.

Quando a escola passou para o Fundão ficou muito longe para mim, pois eu morava no Leblon, e então me aposentei. Assim terminou a minha carreira de professor. Não quis fazer carreira acadêmica. Poderia ter feito concurso para catedrático, como a maior parte dos colegas fez e passou sem problemas. Ninguém nunca foi reprovado. Para mim teria sido fácil, porque tenho bom conhecimento de Arquitetura, tanto no campo prático como no teórico.

Você foi contemporâneo do Marcos Tamoyo quando ele era engenheiro da Prefeitura?

Olha, acho que sim, mas nunca fui muito ligado ao pessoal do serviço público, nunca tinha tido contato com ele antes de ele ser prefeito. Nós fizemos o projeto de urbanização da favela da praia do Pinto, que depois de pronta ficou conhecida como Selva de Pedra. Meu projeto não entrava na parte arquitetônica. Definia apenas o arruamento, os lotes e o tipo e intensidade do uso do solo. Coincidentemente, eu morava em uma rua que dava na favela, mas naquele tempo era outra coisa, meus filhos jogavam futebol com os garotos da favela. Uma coisa democrática.

A urbanização daquela área foi feita pela Prefeitura?

Foi, pela CEPE.⁵⁸ Fiz o projeto da área, mas os lotes seriam vendidos para cooperativas habitacionais ou empreendedores particulares. Não fixei gabarito, as construções poderiam ser de alturas variadas, desde que respeitassem a área máxima prevista para cada lote e os afastamentos laterais em função da altura.

E por que a área passou para os militares?

A área não passou inteiramente para os militares, mas, como foram os primeiros que se interessaram, pegaram todos os lotes voltados para o campo do Flamengo. Depois, outras cooperativas se interessaram; foi criada até uma para o pessoal do BNH. O dinheiro arrecadado com a venda dos lotes seria aplicado em construções populares na Cidade Nova. A ideia era maravilhosa, vendiam aquilo para construir na Cidade Nova. Nada disso ocorreu. O dinheiro entrou no bolso da Prefeitura e sumiu. Como tudo no Brasil, o objetivo não foi alcançado. No projeto, criei aquelas áreas ao lado para uso comercial, de ensino e para pequenas praças. É onde tem atualmente a Cobal.

A ideia do projeto é interessante; a quadra onde ficam os prédios não seria fechada, podendo ser atravessada por qualquer pessoa. Hoje em dia, está meio complicado por causa dessa coisa de segurança. No centro da quadra existe uma praça toda arborizada. É simpático, as quatro ruas existentes não atravessam a quadra, elas morrem em um certo ponto. Cada uma dá acesso a um grupo de edifícios. Quando começaram a surgir os prédios altos, vindos do nada, o pessoal apelidou o conjunto de Selva de Pedra porque estava passando, na época, a novela “Selva de Pedra”.

O interessante é esta tradição dos engenheiros na Prefeitura. Engenheiros e Arquitetos ocuparam sempre cargos de relevância.

Ah sim, teve o Pereira Passos...

O Oliveira Reis. O primeiro engenheiro concursado da Prefeitura.

Foi, ele era o diretor do Departamento de Urbanismo antes do Reidy ser nomeado. Acho que foi no governo do Mendes de Moraes. Quando o Reidy foi diretor do Departamento de Urbanismo, a Carmem Portinho foi diretora do Departamento de Habitação Popular. Não tenho certeza, mas consta que ela foi a primeira engenheira do Rio de Janeiro.

Ela teve um papel importante. A construção do Pedregulho⁵⁹ foi da época dela na Secretaria de Habitação.

Foi, justamente. O Reidy era um cara tímido, e ela abria os caminhos para ele. Quando veio a ideia de construir o Pedregulho, ela convidou o Reidy para fazer o projeto. Ainda bem, porque o projeto é muito bom. O Reidy era um ótimo arquiteto. E foi justamente na gestão da Carmem Portinho que o Reidy fez também o projeto da Marquês de São Vicente...⁶⁰

O Serôa da Motta comentou que o Tamoyo, quando era engenheiro ainda, levou para o Lacerda a ideia da abertura do túnel Rebouças e que o Lacerda disse que ia ser uma obra muito cara. Mas ele disse: “É uma obra exequível, a gente pode fazer.” E o Lacerda falou: “Então vamos ver, faça.” O Tamoyo deu a partida para fazer o Rebouças. Então, eu lhe pergunto, há tempos os engenheiros e arquitetos faziam os projetos da Prefeitura, hoje em dia acho que isso não é mais comum.

É, apesar da Prefeitura estar recheada de arquitetos e arquitetas capacitados. No caso dos arquitetos, a predominância das mulheres é total, talvez uns 80%. Como não tenho mais escritório, não tenho como desenvolver projetos; agora é tudo eletrônico, não domino esta técnica. Então, a Riourbe ficou incumbida de me dar apoio. Conto lá com a ajuda inestimável da arquiteta Teresa Rosolem.⁶¹ Eles têm lá alguns arquitetos capacitados a projetar, mas não é sempre que isso acontece. É a mesma coisa de sempre. O arquiteto quando entra para o serviço público está entusiasmado. Depois, devido ao marasmo, ele acaba caindo na rotina. Sou a favor de se contratar arquitetos de fora para trabalhos específicos. Tem gente que é contra. Na minha opinião, quer fazer um prédio, contrata um escritório, paga o escritório e acabou o problema.

Então, caberia aos arquitetos da Prefeitura acompanhar e fiscalizar as obras?

Seriam gestores, o que o Valdir (Ribeiro) faz muito bem. Várias arquitetas de lá também fazem. Por exemplo, a creche que fizeram na Bento Lisboa, era fiscalizada pela Simone, da Riourbe. Ela ia lá todo o dia, porque o contratante tem que ter na obra uma pessoa de sua confiança para impedir, inclusive, que a empreiteira faça o que bem quiser.

O IPP está tomando conta da urbanização da Bento Lisboa. Estive lá conversando com eles, moro por ali.

Quando era jovem morei ali perto, na travessa Carlos de Sá.

Como sou vigilante do patrimônio, e os construtores daquele complexo na Bento Lisboa pretendiam destruir a costaneira, fui ao IPP. Uma parte da costaneira já foi destruída pelas próprias pessoas que construíram ali. Mas, muita coisa permanece. Então, quis ver qual era o projeto do construtor e vi que ele ia colocar pedra portuguesa em tudo, ao longo da rua, porque havia uma contrapartida com a Prefeitura de construir uma creche e urbanizar aquela área. O IPP conseguiu evitar que isso acontecesse.

Solução muito boa foi dada pelo escritório do Alfredo Brito,⁶² que fez o projeto do Rio Cidade de Laranjeiras. Ele deixou as costaneiras e entremeou com pedras portuguesas.

Foi isso que eles fizeram. E ficou bonito.

Fica muito bom, porque aquilo é uma espécie de pé de moleque, não tem muita ordem. Então eles mantiveram e encheram os espaços entre as costaneiras com pedra portuguesa.

Marcos, muito obrigada, sua entrevista esclareceu vários pontos, que estavam obscuros para nós, com relação à ocupação mais recente da Cidade Nova, além de ampliar nossos conhecimentos sobre o trabalho desenvolvido pelos engenheiros e arquitetos da Prefeitura. E, embora sua atuação como arquiteto seja por demais conhecida, obtivemos informações sobre como se deram as decisões na administração pública para a realização de projetos e obras sob a sua responsabilidade.

Notas

- ¹ “Redentora” – Um dos nomes atribuídos ao Golpe de 1964, que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil.
- ² MOTTA, César Hack Serôa da – Entrevista concedida ao Arquivo da Cidade em 27/11/2007. O engenheiro – que foi chefe de Gabinete do prefeito Marcos Tamoyo – conta que Marcos Tamoyo, quando chefe do Serviço de Túneis, propôs a Carlos Lacerda a abertura do Túnel Rebouças.
- ³ VIANA, Geraldo Heleno Segadas – Foi diretor-geral do DER-GB no governo Carlos Lacerda.
- ⁴ MEIRA, Paulo Figueiredo – Arquiteto, trabalhou no DER-GB, na CEPE e, após a Fusão, na Diretoria de Construção Civil da SMO.
- ⁵ SILVA, João Luís Reis da – Engenheiro, iniciou a vida profissional na Secretaria Municipal de Obras no cargo de Chefe do Serviço Técnico e Topografia da 2ª Superintendência Regional de Conservação. Ocupou vários cargos, entre eles o de diretor do setor de Obras Urbanísticas, Habitacionais e Especiais da Riourbe, entre 1994 e 2000, e coordenador-geral de Conservação da SMO, entre 2001 e 2005. Presidente da Riourbe – Empresa Municipal de Urbanização – desde fevereiro de 2005, foi responsável pelos equipamentos da Prefeitura do Rio para o Pan-2007.
- ⁶ KONDER NETTO, Marcos – Ver entrevista.
- ⁷ Túnel Noel Rosa – Inaugurado em 1978, liga os bairros de Vila Isabel e Sampaio, sob a serra do Engenho Novo, e é o único da cidade a servir exclusivamente à Zona Norte. É parte integrante da Linha Verde.
- ⁸ Serla – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – Criada como autarquia pelo Decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, e transformada em Fundação através do Decreto-lei nº 1.671, de 21 de junho de 1990.
- ⁹ Autódromo Internacional Nelson Piquet – Situado em Jacarepaguá. Inaugurado em 1963, chamado de Caledônia até 1979, quando foi inaugurado o novo circuito.
- ¹⁰ Estádio Olímpico Municipal João Havelange – Construído pela Prefeitura do Rio para os jogos Pan-americanos, realizados em 2007, possui arquitetura “incomum” de estádio, contando com arquibancadas divididas em setores e com arcos que compõem a cobertura da instalação. Localiza-se em antigo terreno da Rede Ferroviária Federal, no bairro do Engenho de Dentro.
- ¹¹ Cidade da Música Roberto Marinho – O arquiteto francês, Christian de Portzamparc, projetou um equipamento cultural que ocupa o espaço do anterior parque Trevo das Palmeiras (Cebolão) na Barra da Tijuca. Trata-se de um complexo construído pela Prefeitura do Rio, dotado com a maior sala de concertos de orquestras sinfônicas e óperas da América Latina.
- ¹² CONDE, Luiz Paulo – Arquiteto, formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, foi secretário de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro (1993/1996), prefeito da Cidade do Rio de Janeiro de 1997 a 2000 pelo Partido da Frente Liberal, depois vice-governador do Estado do Rio de Janeiro (2003/2006), secretário de Estado de Cultura em 2007. Foi presidente de Furnas. Liderava a organização não governamental *Viver Cidades*. (hoje extinta).
- ¹³ MORENO JÚNIOR, Ícaro – Engenheiro Civil formado pela UERJ (1980), pós-graduado em Engenharia Ambiental pela mesma universidade, exerceu vários cargos públicos. Comandou a Rioluz e a Riourbe, ambas da Prefeitura carioca, e a Serla, da Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Também foi presidente da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro).
- ¹⁴ Centro Administrativo São Sebastião/CASS – Edifício e anexo que concentram a maior parte dos órgãos da Prefeitura, situados na rua Afonso Cavalcanti, 455, Cidade Nova.
- ¹⁵ Cedae – Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – Constituída em 1975 tem sua origem na Empresa de Águas e Esgotos do Estado da Guanabara (CEDAG), que veio da Empresa de Saneamento da Guanabara

(ESAG) que, por sua vez, substituiu a Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (Sanerj). Tem como atribuições operar e manter a captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas e coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos gerados dos municípios conveniados do Estado do Rio de Janeiro.

- ¹⁶ Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro – Fundada em 1935, em seguida denominada Sociedade dos Engenheiros do Estado da Guanabara – SEEG, posteriormente denominada Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos Estaduais da Guanabara – SEAE. Seu quadro é formado por engenheiros (civis, agrônomos, químicos), geólogos e geógrafos, pertencentes aos quadros de servidores do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios, de órgãos da administração pública direta ou indireta e fundações, qualquer que seja a natureza do vínculo empregatício.
- ¹⁷ A Constituição Federal de 1988 prevê a posse dos prefeitos para o dia 1º de janeiro em seu artigo 19, inc. III, do mesmo modo a do governador e vice-governador (art. 28) e do presidente e vice-presidente (art. 82). A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro também trata da posse no dia 1º de janeiro. Antes a posse ocorria em março.
- ¹⁸ Hospital Escola São Francisco de Assis – Situado na Av. Presidente Vargas, 2.863. Foi criado em 1876, com a presença da princesa Isabel. Na época, era uma hospedaria de mendigos. Em 1896, passou a Asilo São Francisco de Assis. Em 1922, foi denominado Hospital Escola São Francisco de Assis, através de um decreto que também criou a Escola de Enfermagem Anna Nery/EEAN, com o apoio da Fundação Rockefeller/EUA. Em 1937, foi incorporado ao patrimônio da União e transferido para a Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ¹⁹ Vistoria Cautelar – Produção antecipada de provas • *ad perpetuam rei memoriam* • Para que se perpetue a memória de uma coisa ou fato que foi verificado • Locução latina que designa um meio de prova destinado a preservar o estado de fato ou coisa, prevenindo sua inutilização para efeito probatório. (Fonte: Palestra Vistoria Cautelar – engenheiro José Carlos Gasparim – Marques e Marques Engenharia de Avaliações e Perícias (Fonte: www.peabirus.com.br/redes/form/post?post_pub_id=23927)
- ²⁰ Foi avaliada a possibilidade de se erguerem outros andares no prédio do Arquivo da Cidade, para acolher os documentos produzidos pela Prefeitura nas últimas décadas e os arquivos privados de interesse público. Porém, provou-se a inviabilidade da construção.
- ²¹ PAN/Jogos Pan-Americanos – A ideia de criar uma competição que envolvesse os países das Américas surgiu em 1932, nos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Porém, apenas em 1948, nos Jogos Olímpicos de Londres, o projeto foi retomado. O primeiro foi realizado em Buenos Aires, Argentina, e paulatinamente foram crescendo de tamanho e de importância a cada edição. A cidade do Rio de Janeiro, escolhida para sediar os jogos do Pan, realizou-os em 2007.
- ²² MENDONÇA, Newton – Nasceu em 1927 e faleceu em 1960. Pianista e compositor foi parceiro de Fernando Lobo e de Tom Jobim, com quem compôs a música *Foi a Noite*, gravada por Silvinha Telles e por muitos considerada o começo da Bossa Nova.
- ²³ JEANNERET-GRIS, Charles Edouard – Le Corbusier é o nome profissional de um dos mais importantes nomes da Arquitetura moderna. Nascido em 1887, em Chaux-des-Fonds, Suíça, faleceu em Cap Martin, França, em 1965. Suas ideias repercutiram no Urbanismo do século XX. No Brasil foi o idealizador, junto a arquitetos brasileiros, do prédio do então Ministério da Educação e Saúde.
- ²⁴ “Le Corbusier – Rio de Janeiro 1929/1936” Exposição realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, de 12 de dezembro de 1998 a 7 de fevereiro de 1999.
- ²⁵ NEWTON, Isaac – Nasceu em Lincolnshire, Inglaterra, em 1643, e faleceu em 1727. Químico, físico, matemático, teólogo, grande cientista e professor foi um dos precursores do Iluminismo, tendo realizado descobertas que mudaram o paradigma da ciência de seu tempo. Deduziu que a força centrípeta na Lua era provocada pela atração gravitacional da terra.

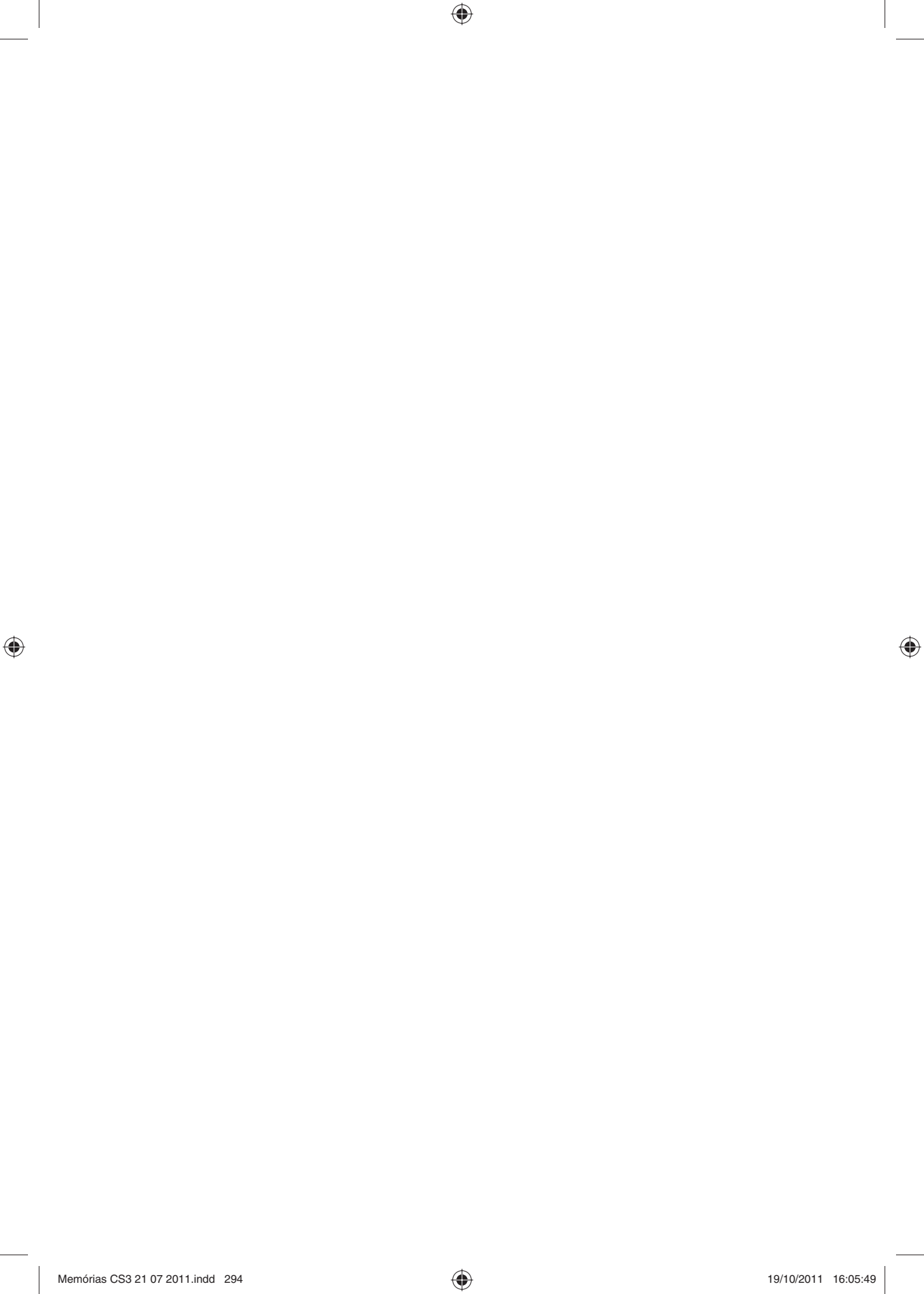
- ²⁶ KONDER, Leandro – Filósofo marxista e professor do curso de pós-graduação em Filosofia da Educação na Pontifícia Universidade Católica/RJ. É considerado um dos maiores intelectuais da esquerda brasileira, autor de vários livros, entre eles *Walter Benjamin*, Editora Civilização Brasileira, e *A Questão da Ideologia*, Companhia das Letras.
- ²⁷ KONDER, Adolfo – Nasceu em Itajaí, SC, em 1884, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1956. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1908. Foi presidente do Estado de Santa Catarina de 1926 a 1930.
- ²⁸ TEIXEIRA, Anísio Espínola – Nasceu em Caitité, BA, em 1900, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1971. Em 1922, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Em seguida, assumiu o cargo de diretor-geral de Instrução do governo da Bahia. Em 1931, trabalhou no Ministério da Educação e Saúde e foi responsável pela reorganização do ensino secundário. Destacou-se como educador e figurou como um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* que preconizava o ensino público, gratuito, obrigatório e laico.
- ²⁹ BATISTA, Pedro Ernesto – Nasceu em Pernambuco, em 1884, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1946. Médico, participou do movimento tenentista da década de 1920. Em 1931, foi nomeado interventor do Distrito Federal, no governo Vargas e, em 1935, se tornou o primeiro prefeito eleito (ainda que indiretamente) do Distrito Federal. Destacou-se por sua atuação na educação e na saúde.
- ³⁰ VILLA-LOBOS, Heitor – Nasceu em 1887, no Rio de Janeiro, e faleceu na mesma cidade, em 1959. Iniciado precocemente no violoncelo por seu pai, logo obteria seu sustento tocando em cinemas, teatros e cafés. Aperfeiçoou sua técnica com Breno Niedemberg e recebeu aulas de harmonia no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro. Compunha em vários gêneros, sempre com a influência do folclore brasileiro, o que lhe valeu, a princípio, forte oposição dos conservadores. Foi consagrado na Semana de Arte Moderna, em 1922, em São Paulo. Seguiu para a Europa e passou alguns anos em Paris, tornando-se famoso mundialmente. Reconhecido pelo governo Vargas, a quem apoiava, assumiu a Superintendência de Educação Musical e Artística, levando o Canto Orfeônico para as escolas. Fundou, em 1945, a Academia Brasileira de Música.
- ³¹ Dia da Raça – Comemoração cívica que reunia milhares de pessoas, entre as quais o próprio presidente Getúlio Vargas e os estudantes das escolas públicas do Distrito Federal, no estádio do clube Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, durante o Estado Novo.
- ³² BLUMENAU, Hermann Bruno Otto – Nasceu na Alemanha, no ducado de Braunschweig, em 1819. Concluiu seus estudos na Faculdade de Filosofia de Erlangen e veio para o Brasil, chegando ao RS em 1846. Em 1848, realizou a viagem de exploração pelo rio Itajaí e comprou terras na região. Retornou à Alemanha e trouxe 17 imigrantes alemães, iniciando um empreendimento particular, que depois passou a ser de responsabilidade do governo imperial. Viveu 34 anos em Blumenau e retornou à pátria, onde faleceu em 1899.
- ³³ Após grandes litígios com os países fronteiriços por questões de limites, o governo imperial decidiu incentivar a colonização do sul do Brasil para ocupar definitivamente a região. Estabeleceu-se um contrato entre as Empresas Colonizadoras Hanseáticas e D. Pedro II, que estipulava que a primeira se responsabilizaria pelo recrutamento e transporte dos imigrantes alemães, e o governo brasileiro pela doação de terras para que se fixassem as colônias. O monarca direcionou o fluxo imigratório para o Vale do Itajaí.
- ³⁴ BREVES, Joaquim José de Souza – Nasceu em 1804 e faleceu em 1889, em Passa Três, na fazenda da Gramma, uma de suas inúmeras propriedades. Conhecido como Comendador Breves e alcunhado de rei do café, foi traficante de escravos e político, tendo sido presidente da Câmara de São João do Príncipe, juiz de paz e vereador. Foi deputado e amigo de D. Pedro I. A insistência no comércio ilegal de escravos valeu-lhe um processo que agitou a sociedade da época. Com a Abolição da Escravatura, seu império foi sendo paulatinamente destruído.
- ³⁵ Partido Comunista Brasileiro – Fundado em 1922, influenciado pela Revolução Russa de 1917, o Partido Comunista viveu na clandestinidade a maior parte de sua existência. Em 1945, com a redemocratização do país e sob os ecos da luta antifascista, entrou na legalidade e tornou-se um partido de massas, elegendo uma bancada expressiva que participou da Assembleia Nacional Constituinte. Entre 1947 e 1949 é colocado novamente na ilegalidade e perseguido. No início da década de 1960, participa ativamente da política no governo João Goulart. Retorna à

clandestinidade com o golpe de 1964 e tem seus quadros duramente atingidos pela repressão. No final da década de 1970 retorna à legalidade. Disputas intestinas deram origem a outras agremiações, como PC do B e PPS.

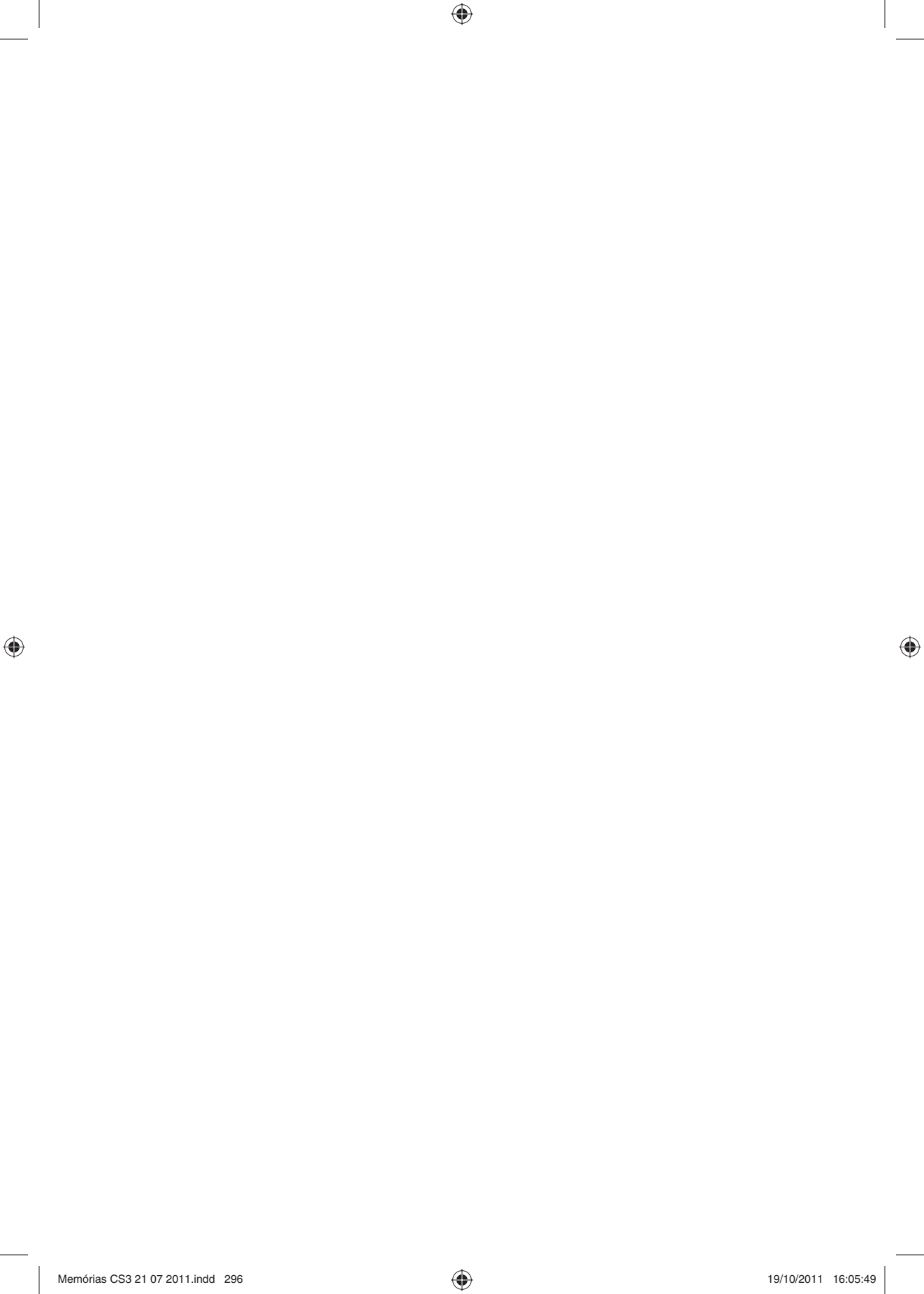
- ³⁶ REIDY, Affonso Eduardo – Nasceu em 1909 e faleceu em 1964. Arquiteto e urbanista, trabalhou com Alfred Agache na elaboração do Plano Diretor da Capital Federal, em 1929. De 1932 em diante, trabalhou na Prefeitura do Rio de Janeiro e no governo do Estado da Guanabara, sendo responsável pela urbanização do Aterro do Flamengo. Entre suas principais obras de conotação social estão o Pedregulho, a Unidade Residencial da Gávea e o teatro Armando Gonzaga, em Marechal Hermes.
- ³⁷ HORTA, Tania Alves – Carioca, graduou-se com primeira colocação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do RJ (UFRJ). Foi chefe do Serviço de Arquitetura do Sesi Dep. Nacional. Possui 100.000 m² de área projetada nos campos da educação, saúde e lazer, notadamente o Centro Social do Crato, que mereceu Medalha de Mérito da Federação da Indústria do Ceará, e o Auditório e Salão de Eventos da CNI, em Brasília, com os quais participou da III Bienal de Arquitetura de Brasília e da Premiação de Arquitetos do IAB, RJ, em 2001 (Instituto de Arquitetos do RJ).
- ³⁸ MARINHO, Hélio Ribas – Nasceu em Belém do Pará, em 1924. Formou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, em 1948. Juntamente com Marcos Konder Netto participou do projeto e construção do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, entre 1955 e 1960. Associado a Marcos Konder participou de vários projetos como a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Banco de Crédito da Amazônia, em Belém, PA, ambos para concursos, Residência Nunes Sumares, em Bom Clima, Petrópolis e outros projetos e concursos. A partir de 1964, quando foi extinta a parceria, passou a se dedicar exclusivamente ao Serviço Público, onde ocupou cargos relevantes.
- ³⁹ REGO, Flavio Marinho – Arquiteto, trabalhou no Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Rio. Foi convidado por Reidy para fazer o projeto do Conjunto Habitacional Presidente Getúlio Vargas (Deodoro), para a Fundação Casa Popular, em parceria com o Departamento de Engenharia da instituição. Autor de *Arquitetura brasileira pós-Brasília*, com Edgar Graeff, IAB, 1978.
- ⁴⁰ MINDLIN, Henrique – *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, editado em 1955.
- ⁴¹ VITAL, João Carlos – Engenheiro, foi responsável pelos estudos para a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP). Em 1938, foi indicado por Getúlio Vargas para criar o Instituto de Serviços Sociais do Brasil. Foi prefeito do Distrito Federal de 1951 a 1952.
- ⁴² PORTINHO, Carmem Velasco – Nasceu em Corumbá, MT, em 1903, e faleceu no Rio de Janeiro, em 2001. Uma das três primeiras engenheiras formadas no Brasil e militante feminista. Na década de 1930 chefiou o primeiro Departamento de Habitação Popular no país, criado no Distrito Federal, responsável pela construção de três importantes conjuntos habitacionais. Em 1963, participou da construção do Museu de Arte Moderna, instituição que depois dirigiu.
- ⁴³ Outro nome pelo qual era conhecido o caminho das Lanternas, assim chamado porque D. João mandou colocar lampiões em todo o seu percurso. Caminho do Aterrado por causa do aterro que foi preciso executar para ligar o Palácio de São Cristóvão à Cidade Nova.
- ⁴⁴ BARROS, Benedito de – Formou-se, em 1932, arquiteto pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Foi arquiteto do Departamento de Obras na gestão de Getúlio Vargas. Foi diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, da Sursan e do Patrimônio do Estado. Entre as inúmeras obras oficiais e particulares destaca-se o Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas, realizado juntamente com os remadores, engenheiro calculista Antônio Arlindo Laviola e o advogado Carlos Osório de Almeida.
- ⁴⁵ Banco Nacional da Habitação – Criado em 1964, era um banco federal que não operava diretamente com o público. Desempenhava o papel de gestor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e fazia operações de crédito por intermédio de bancos privados e públicos. Formulador e implementador dos Sistemas Financeiros de Habitação e de Saneamento, marcou a história do desenvolvimento urbano brasileiro. Foi extinto em 1986.

- ⁴⁶ LYNCH, Kevin – Urbanista responsável por uma das obras mais importantes sobre o tema, *A Imagem da Cidade*, na qual, a partir do estudo de três cidades norte-americanas, o autor revela como seus cidadãos percebem a urbe e os espaços que a constituem.
- ⁴⁷ Conjunto Habitacional Ferro de Engomar, situado na rua Itapiru, ao lado do Cemitério do Catumbi.
- ⁴⁸ SOARES, Lota Macedo – Empresa de arquitetura que levava o nome de Maria Carlota (Lota) Macedo Soares, arquiteta de vanguarda, embora sem diploma de ensino superior, tendo aprendido a profissão com nomes como Cândido Portinari. Amiga pessoal de Carlos Lacerda, foi convidada por este para a construção do Aterro do Flamengo e do desmante do Morro de Santo Antônio. Em sua empresa trabalharam outros importantes arquitetos do período como, por exemplo, Affonso Eduardo Reidy.
- ⁴⁹ MOREIRA, Jorge Machado – Arquiteto brasileiro, nasceu em 1904 e faleceu em 1992. Foi arquiteto-chefe do plano urbanístico da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ, no Fundão, Rio de Janeiro, e um dos que projetaram o prédio do MEC, então Ministério da Educação e Saúde, com Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer, Ernani Vasconcellos e Carlos Leão, tendo sido muito influenciado por Le Corbusier.
- ⁵⁰ PONTUAL, Artur Lício – Nasceu em 1935, arquiteto e um dos fundadores da ESDI – Escola Superior de Desenho Industrial, unidade autônoma da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1962.
- ⁵¹ SZTIGLIC, Samuel – Ver entrevista.
- ⁵² DIAS, Marcelo – Arquiteto boliviano naturalizado brasileiro. Funcionário da Prefeitura aposentado, atuou em vários órgãos. Nos anos que precederam sua aposentadoria atuou na Riourbe, onde elaborou projetos de escolas. Foi colaborador, durante vários anos, do arquiteto de Marcos Konder Netto, em seu escritório.
- ⁵³ Grupo Porcão – Foi fundado em 1975, criando um novo conceito de churrascaria e inaugurando o sistema de rodízio.
- ⁵⁴ BURLAMARQUI, Ulisses – Nasceu no Rio de Janeiro. Foi um dos integrantes do movimento da Arquitetura moderna. Foi contratado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários – IAPB, em 1957, para definir o local da primeira experiência de habitação multifamiliar em altura, na cidade de João Pessoa, PB, onde foi erguido um prédio de 18 andares.
- ⁵⁵ CASÉ, Paulo – Formou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes. Foi professor de Arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro e abriu o escritório Paulo Casé Planejamento Arquitetônico Ltda. Autor de várias intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, foi responsável pelo projeto Rio Cidade e Favela Bairro, e pelo projeto Cidade da Criança no governo do prefeito Cesar Maia. Foi inúmeras vezes premiado pelo IAB devido a seus arrojados projetos arquitetônicos. Em parceria com Carlos Porto e Gilson Santos, projetou a Cidade dos Esportes, no Autódromo Internacional Nelson Piquet.
- ⁵⁶ MARTINS DA SILVA, Manoel – Formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Projetou a casa dos músicos Paula e Jacques Morelenbaum na lagoa Rodrigo de Freitas. Em parceria com o arquiteto Luiz B. Lopes projetou o edifício da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, na Gomes Freire, o VIP's Motel, na Avenida Niemeyer, várias residências em Terosópolis.
- ⁵⁷ Grupo Opinião – Criado nos anos 1960, encenava grandes textos estrangeiros e peças de cunho político, formando um núcleo de resistência e de divulgação da dramaturgia nacional e popular. Alguns artistas do Centro Popular de Cultura, colocado na ilegalidade pelo golpe militar de 1964, encenaram o *show* “Opinião”, no Rio de Janeiro, que assinala o surgimento do grupo.
- ⁵⁸ À Comissão Executiva de Projetos Especiais – Criada no governo Negrão de Lima, em 1966 –, coube elaborar o Plano de Renovação da Cidade Nova e o Plano da Praia do Pinto.
- ⁵⁹ Conjunto Habitacional Prefeito Mendes Moraes, conhecido como Pedregulho – Localizado em São Cristóvão, o projeto é de autoria Affonso Eduardo Reidy. Construído em 1947 para abrigar funcionários públicos do Distrito Federal.

- ⁶⁰ O condomínio Marquês de São Vicente, conhecido popularmente como “minhocão”, começou a ser construído em 1952 e demorou mais de dez anos para ser concluído. Projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy a partir de um projeto de construções populares da Prefeitura, recebeu como seus primeiros ocupantes muitos dos ex-moradores da extinta favela Parque Proletário, na Gávea.
- ⁶¹ VASSIMON, Teresa Rosolem – Arquiteta, que atua na Empresa Municipal de Urbanização, a Riourbe, da Prefeitura do Rio de Janeiro, e responsável pelo projeto arquitetônico que adota a verticalização e a concepção modular, tendo como exemplo as escolas municipais denominadas Tia Ciata e Raquel de Queiroz, na Avenida Presidente Vargas. (Fonte: www.rio.rj.gov.br/pcrj/estrutura/riourbe.htm)
- ⁶² BRITO, Alfredo – Arquiteto e atualmente professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.



IV
OS DIRIGENTES DO ARQUIVO DA CIDADE.
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS





*“O Arquivo, a semente
dele foi o Estácio de Sá,
quando fundou a
Ilustríssima Câmara
para presidir a cidade.
Ali foram os primeiros
documentos, que foram
as “Ordens e Provisões Gerais
da Câmara, do que agora
é o Arquivo Geral da
Cidade do Rio de Janeiro.”*

LIA TEMPORAL MALCHER cursou Biblioteconomia e Arquivologia. Sua vida profissional foi inteira e exclusivamente dedicada ao Serviço Público, desde 1955. Foi chefe da Biblioteca Regional de Copacabana, diretora da Divisão de Documentação e Biblioteca do Município do Rio de Janeiro, diretora adjunta da Biblioteca Nacional, presidente do Conselho Diretor da Associação de Bibliotecas Nacionais de Ibero América. Na qualidade de arquivista atuou como coordenadora geral dos estudos e trabalhos relativos à construção, ao planejamento, à organização e implantação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Foi representante do Município do Rio de Janeiro em Estágio Oficial nos Arquivos da Espanha, diretora do Arquivo Geral da Cidade, presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, presidente dos 5º e 11º Congressos Brasileiros de Arquivologia (1982 e 1994). Eleita pelo Conselho Internacional de Arquivos na função de membro do Comitê Executivo para Assuntos da América Latina e do Caribe (de 1996 a 2000).

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir e Sandra Horta, em 29 de outubro de 2007, no Arquivo Geral da Cidade, Rio de Janeiro.

Queria que você falasse a respeito da sua infância e da sua formação profissional.

Nasci na Cidade do Rio de Janeiro, sou carioca da gema. Estudei no Colégio Sagrado Coração de Maria e lá me formei do primeiro ao segundo grau; antigamente era o Clássico, não é?! E de lá, ia seguir para a Universidade, mas fiquei noiva de um tenente-aviador e me casei, então não tive tempo de começar imediatamente um curso universitário. Fui morar em Belém do Pará, por força da profissão de meu marido, que foi fazer parte do grupo de busca e salvamento da FAB, e lá levei um ano, porque foi o ano em que engravidei da minha primeira filha. E, ao vir para cá, nasceu minha filha, meu marido faleceu no mesmo dia. Com 21 anos, viúva, com a filhinha recém-nascida, foi muito difícil. Mas digo sempre que Deus abre uma porta muito grande na vida da gente. E essa porta foi a minha profissão de bibliotecária. Eu tinha uma prima bibliotecária da Câmara dos Deputados, era muito ligada a ela, e influenciada por ela e por minha mãe... Sempre gostei muito desse trabalho, admiro muito isso, então fiz o concurso de três meses depois que a minha filha nasceu, em outubro. Faz amanhã 54 anos, minha primeira filha. Amanhã, dia 31. E meu marido, 54 anos que faleceu. Mas, digo, o estudo para mim foi uma salvação maravilhosa. Gostava de livros, assim, passei no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e ali fiz o curso. Logo em seguida, veio um concurso de bibliotecário para a Prefeitura, fiz e passei. Fui então nomeada como bibliotecária do Município da Cidade do Rio de Janeiro. Imediatamente fui trabalhar na Biblioteca Popular de Copacabana. E ali comecei a minha carreira propriamente dita. Sempre gostei demais do meu trabalho, sempre trabalhei com pessoas muito interessantes, inteligentes e dedicadas. Era funcionária da Biblioteca, mas, posteriormente, a minha chefe foi para outra função e me nomearam como chefe da Biblioteca de Copacabana, e ali fiquei até 1975. Quando, mais tarde, houve a fusão dos estados, as Bibliotecas Públicas Populares foram desmembradas da Biblioteca Estadual, eram todas unidas: a Biblioteca Estadual, as Bibliotecas Populares e a Biblioteca Estadual de Niterói. Foi quando houve também uma mudança significativa do Arquivo. Então, nessa fusão, ficaram as Bibliotecas Estaduais, que eram antigamente da Guanabara e depois passaram a ser do Rio de Janeiro e Niterói e a Rede de Bibliotecas todas do outro lado. Nessa época, fui chamada pelo gabinete da professora Terezinha Saraiva, e ao ser atendida, lá estava o Comandante Martinho que eu não conhecia. Ele me recebeu e disse assim: “Olha” – ele era muito informal, foi logo dizendo “Lia”. Eu era formal, ele não. Aí, ele disse: “Lia, eu a chamei aqui porque nós vamos convidá-la para ser diretora da Divisão de Bibliotecas do Município”. Isto é, saíra da chefia da Biblioteca de Copacabana para a direção das bibliotecas, todas as Bibliotecas Populares.

Quantas eram?

Dezenove regionais – aí já era regional – e duas ambulantes, contando tudo, eram 21 bibliotecas. Fiquei porque tinha um amor incrível àquela Biblioteca de Copacabana, porque lá tinha se transformado numa biblioteca, num centro cultural muito movimentado. Conseguimos, com o apoio de várias instituições, alugar o 2º andar, um andar inteiro.

Funciona hoje uma academia. Tínhamos um acervo muito bom. No 2º andar funcionava um auditório, conseguimos formar um auditório para 120 pessoas, uma galeria de arte, a biblioteca infantil. Era efervescente o movimento na Biblioteca da Copacabana e, como sempre, um ambiente ultraleve de trabalho, tive muita sorte com meus colegas de trabalho. Consegui muitos estagiários, que vieram trabalhar comigo e vou dizer...

Dá um ânimo...

Como é bom trabalhar com estagiário!! Uma coisa que não tive, um estagiário que não fosse bom, que não tivesse sido eficiente, que não se dedicasse! Não tive! É a pura verdade! Então, trabalhar com estagiário, para mim, foi uma maravilha, e depois tive a alegria de ver que muitos deles foram ser chefes de instituições. Então, isso me fez muito bem, entendeu?

Você mencionou que em 1975 houve também uma modificação na estrutura do Arquivo.

Vou falar sobre isso depois, é melhor, já que você pediu minha vida pessoal. Não pensei em falar sobre a minha vida pessoal, mas estou falando porque tem alguns fatos pitorescos nisso tudo. O comandante Martinho virou-se para mim e disse assim: “Olha, Lia, vou dizer uma coisa, corri todas as bibliotecas do município e achei que a sua é a mais eficiente. A mais movimentada e bem organizada.” Estou dizendo o que ele disse, não é a qualidade, mas é o conforto. Então, fui apresentada à professora Terezinha Saraiva. Ela disse: “Queremos que você fique à testa da Divisão de Bibliotecas.” E assim foi, fui nomeada, foi outra pessoa para o meu lugar na Biblioteca de Copacabana. E passei a dirigir, a partir de 1975, a Divisão de Bibliotecas. Não tinha carro, porque não havia dinheiro para me ceder um carro oficial e tínhamos que visitar bibliotecas em todos os recantos do Rio de Janeiro, inclusive em Paquetá. O comandante Martinho, nós resolvemos – muitas bibliotecas estavam em mal estado –, começamos a fazer um programa para recuperar as bibliotecas, não só na parte física, como também na parte do acervo. E tínhamos que visitar as bibliotecas. Então, tinha – aliás, ela trabalhou aqui, é uma colega maravilhosa – a Rosa Rinaldi. Já com ela, que tinha um Fusca, eu pagava a gasolina e nós íamos visitar as bibliotecas. Bom, isso foi a minha vida profissional e a pessoal, é esta. Casei novamente, depois com um médico, e tive logo a segunda filha, e fiquei nas duas, que são lindas e maravilhosas, e são os meus tesouros. Além deste Arquivo, que vai ser meu tesouro pelo resto da vida. Bem, um dia, estava me sentindo muito cansada, porque a gente trabalhava sempre o dia inteiro, e com uma gripe muito forte. Pedi férias ao comandante Martinho para poder me recuperar dessa gripe. Estou em casa e recebo um telefonema do professor Domício Proença,¹ que era assistente do comandante Martinho, e ele disse: “Lia, nós precisamos urgentemente que você venha ao Departamento.” Eu disse: “Estou doente, Domício, com febre, mal posso falar.” Tossindo, tossia sem parar. “Como é que vou aí?”. Ele disse assim: “Dá um jeito, vem até aqui ao Departamento, que o caso é urgente.” Eu disse: “Está bem!”. Fui ao Departamento, que funcionava, naquela época, na Marechal

Câmara. Ao chegar lá, o comandante me disse o seguinte: “Houve um problema de ordem administrativa na Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, e como nós não podemos no momento manter a atual direção, gostaria que você ficasse à testa da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico.”

Nessa época, quem dirigia era o Marcello de Ipanema?

Era. Houve um problema. Acho que é sabido e notório, porque estive nos jornais. A coisa foi sumária, saiu da direção, aliás, ele era uma pessoa excelente, mas houve realmente um mal-entendido entre ele e o prefeito.² E o comandante Martinho disse: “Lia, você é a única pessoa no momento que penso em colocar na Divisão do Patrimônio Histórico, porque é uma coisa temporária, um mês ou dois, você fica lá”. Eu disse: “Mas, comandante, e a minha Divisão de Bibliotecas, com tantas obras em curso e tudo o mais?” Ele disse: “Você vai dar conta”.

Era para acumular os dois...

Acumular, quer dizer, em trabalho, não financeiramente, só continuaria a ganhar pela Divisão de Bibliotecas, e ficaria nomeada pelo *Diário Oficial* como responsável pela Divisão do Patrimônio Histórico. Isso foi, se não me engano, em julho. Essa situação em que eu estava era ruim. Não pude dizer não, porque a coisa era urgente. Pensei: “Mas tenho que ver como é que vou fazer”. Então, me organizei da seguinte maneira: de manhã, em vez de ir para a Divisão de Bibliotecas às 9h30, 10h, iria às sete e pouco para a Divisão de Patrimônio, ficaria lá até o meio-dia, viria para a Divisão de Bibliotecas e ficaria até as 18h30, 19h, para poder dar cumprimento a todas as minhas responsabilidades. Eu morava em Copacabana, tinha que tomar ônibus até a Divisão de Patrimônio.

Nessa época, onde ficava a Divisão de Patrimônio?

Em São Cristóvão, já na D. Pedro II. Aí, a Júnia (Guimarães e Silva) trabalhava lá, e de vez em quando a Júnia me fazia um grande favor, eu pegava carona com ela. Era um dia em que dava graças a Deus, tive uma caroninha. E depois, andava ali na Pedro II, tomava um ônibus que me deixava na cidade, para ir para a Divisão de Bibliotecas. Tentava esquecer o Arquivo, de manhã, para tentar me dedicar à Divisão de Bibliotecas, e comecei a ver que experiência rica estava vivendo. Podia até ser um pouquinho cansativo, algumas vezes, mas era bem mais moça naquela época e dava para aguentar bem. Comecei a lidar com uma Divisão de Patrimônio, onde a tônica é preservar, é você guardar, você fechar em termos de preservação. Quando digo fechar, é para preservar aqueles suportes todos da variada documentação do Arquivo. E, no entanto, à tarde, lidava com um acervo completamente diferente, acervos de Bibliotecas Populares, que eram olhados como material de consumo. Não divulgamos muito isso, mas, bibliotecários de biblioteca pública, quando nós damos baixa em um livro desgastado pelo uso, acabado pelo uso, é uma glória para nós. Entendeu?! Porque ele foi muito usado. Então, comecei a pensar: meu Deus, estou

vivendo uma coisa surrealista, de manhã guardo, preservo; de tarde quero é que ele se gaste! Lógico, isso foi interessante.

Você podia, então, descrever para nós como era o Arquivo em São Cristóvão, em detalhes? Você se lembra dos nomes de alguns funcionários?

Não, dos funcionários que ficaram comigo eu me lembro, dos outros, não quero lembrar, porque demiti sete no primeiro mês. Sete de grande renome na cidade, porque não trabalhavam. Estou dizendo isso porque é verdade. E também saiu no *Diário Oficial*. Pessoas muito agradáveis e de grande sabedoria na profissão deles, porém não trabalhavam. Então, não podiam assinar ponto. Não assinavam ponto e recebiam. Já que fui para lá para tentar organizar, um dia cheguei para o comandante Martinho e disse: “Comandante, não é possível continuar com determinados funcionários, porque eles não trabalham, e como quero tentar organizar, os outros se miram nesse exemplo, que não é dos melhores, e não posso exigir dos outros quando tenho um tipo de funcionário que não quer dar a sua carga horária como deveria dar”. E aí o comandante disse: “Você tem carta branca!”. Então, no dia seguinte chamei, um a um, no meu gabinete. Porque sempre que demitia um funcionário, conversava com ele, nunca foi através de portaria publicada no *Diário Oficial*. Foi sempre falando pessoal e honestamente por que estava pedindo a demissão. Acho que é evidente, eles não devem ter gostado, mas foram educados comigo e eu também muito com eles. Isso foi em julho, passou agosto e eu tentando organizar, começamos a fazer uma grande limpeza no Arquivo, encontramos coisas incríveis. Encontramos esses pratos lindos, antiquíssimos, que estão aqui³ – valiosos –, jogados, assim, de qualquer maneira. Um belo dia, fui levantar umas tábuas que estavam lá – porque o Arquivo funcionava embaixo de uma gráfica do município, ao lado da carpintaria –, separado por um cabide de madeira. Por aí, nós podemos ver o perigo que o Arquivo corria, já sabendo de tudo que no seu passado ele tinha sofrido em termos físicos e de documentação. Então, um belo dia, vendo uma coisa e outra, o que descobri?! Lucílio de Albuquerque, o trabalho de Lucílio de Albuquerque, chego até a ficar arrepiada, porque eram cento e tantos esboços e desenhos.⁴ Quando chamei o comandante Martinho, ele chegou e disse: “Meu Deus, que preciosidade!”. Fora o Malta, também, que estava todo jogado. Então, o que é que o Departamento fez? Pegou todos aqueles desenhos e esboços de Lucílio, o comandante mandou recuperar e higienizar tudo, como também o Malta, todos, não é?!

Isso ainda na sede antiga?

Ainda. Um belo dia, acho que o comandante – por isso que digo da importância dele no município para o Arquivo, e tudo –, acho que ele ficou buzinando nos ouvidos da professora Terezinha, que por sua vez buzinou nos ouvidos do Marcos Tamoyo, sobre a situação dramática do Arquivo da Cidade. Eles, então, foram visitar o Arquivo. E, como o comandante Martinho, eles ficaram horrorizados com a situação em que se encontravam os documentos principais e mais importantes da cidade. Imediatamente, o Marcos

Tamoyo disse: “Vamos construir o Arquivo novo”. “Mas não tem dinheiro”, alguém disse, no que Tamoyo retrucou: “Mas vai ter que ter! Eu vou tirar dinheiro de algum lugar.” Chamou o secretário Municipal de Finanças e deu instruções a ele para conseguir uma verba extraordinária para a construção do Arquivo. O comandante me chamou: “Lia, já que nós conseguimos, fica mais um pouquinho! Porque nós temos que criar um grupo de trabalho para fazer o projeto desse Arquivo”. Não pude dizer não de novo. Forma-se o grupo de trabalho e aí esse grupo vai fazer o projeto do Arquivo.

Quem trabalhava com você no Departamento e quem compunha esse grupo de trabalho?

Aí é que está. Bem, vou contar. Foi a origem do Arquivo Geral, entendeu, porque, na realidade, o Arquivo, a semente dele foi o Estácio de Sá, quando fundou a Ilustríssima Câmara para presidir a cidade. Ali foram os primeiros documentos, que foram as “Ordens e Provisões Gerais da Câmara”, do que agora é Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. De 1511 até 1892, quando foi criado o Distrito Federal, o arquivo funcionou junto à Ilustríssima Câmara. Isso é para a gente poder perceber como aconteceu depois a decadência do Arquivo, em termos físicos e de acervo. Em 1892 foi muito bom, ele ficou junto ao Gabinete do prefeito até 1940. Até aí, tudo bem, porque foi aí que o Arquivo começou a receber muitos documentos oriundos dos diversos órgãos da municipalidade. Mas, de 1940 (em diante),⁵ ele começou a decair, saiu do Gabinete do prefeito, foi fazer parte do Departamento de História e Documentação, depois, até no Lacerda, ele passou a fazer parte da Divisão de Patrimônio, e foi saindo dos locais em que estava sediado: da Rua Santa Luzia para a Marquesa de Santos, em São Cristóvão; de São Cristóvão para a Avenida D. Pedro II, ao lado da Quinta da Boa Vista. Mudanças essas que danificaram muito o acervo, porque foram malfeitas. Já em 1975, ele decaiu, do Gabinete do prefeito já estava ao nível de serviço, subordinado à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, do Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Sem verba nenhuma, sem verba própria, sem nada. Estou falando isso até chegar à constatação a que o doutor Marcos Tamoyo, a professora Terezinha e o comandante Martinho chegaram, de que era preciso fazer alguma coisa para preservar essa documentação tão importante para a história do município, para a administração pública. Criou-se um grupo de trabalho e tive o grande privilégio de coordenar esse grupo, fui nomeada coordenadora do grupo de trabalho e convidei para integrar o grupo os professores: José Luiz Werneck da Silva, o professor Afonso Carlos Marques dos Santos, a professora Neli Brandão de Magalhães, a museóloga Júnia Guimarães e Silva, e uma advogada, que também trabalhava já há muito tempo comigo, nas bibliotecas, a Eloá Feijó de Almeida, que estava na parte jurídica e sempre sabia o que era possível e o que não era possível. Um grupo pequeno, mas é assim que funciona. Não pode haver grupo de trabalho, na minha opinião, muito grande, porque não funciona... Todos eles prestaram uma colaboração maravilhosa.

São muitas opiniões controversas!

É verdade, aí fica para depois e a coisa se estende. Isso foi em agosto de 1977.

De onde você conhecia o José Luiz Werneck e o Afonso Carlos?

Daqui. Conheci quando vim chefiar, quando vim ser responsável. Eles estavam trabalhando, vim e me reuni com eles. Eu não os conhecia anteriormente. Eu me reuni com toda a equipe de funcionários e disse: “Olha, quem quiser pedir para sair, libero, de boa vontade. Agora, quem ficar é para trabalhar muito e se restringir às regras de trabalho que nós todos vamos ter.”

Então, quer dizer que o José Luiz Werneck e o Afonso Carlos trabalhavam no Arquivo quando ele era...

É, no Serviço de Arquivo! Não trouxe ninguém de fora. De fora, para fazer parte realmente desse grupo, foi a Eloá Feijó de Almeida, que trabalhava comigo no gabinete, na Divisão de Bibliotecas. Na formação do grupo de trabalho procurei convidar as pessoas do Arquivo, que trabalhavam lá anteriormente à minha presença, porque eu não tinha experiência de arquivo. Embora fosse arquivista, daquele arquivo eu não tinha conhecimento. Acho que foi uma ótima decisão, a minha. Convidei a Eloá, que estava também me seguindo há bastante tempo na Divisão de Bibliotecas, e este grupo de trabalho se sentou para diariamente nós estudarmos, pensarmos o que seria o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Isso foi em agosto, quando nós começamos. O professor José Pedro Esposel, um grande arquivista, um dos fundadores da Associação de Arquivistas Brasileiros, professor titular da Universidade Federal Fluminense, a vida inteira dedicada a arquivos e à Associação, deu também uma contribuição muito importante aos nossos estudos. Contamos também com ele para avaliar e dar suas opiniões. Tomamos uma decisão que nos pareceu, posteriormente, muito sensata. Ao invés de imediatamente pensar: “Ah, o Arquivo, com a seção aqui, a seção acolá”. Não, nós pensamos em primeiro apresentar o projeto de organograma, de uma estrutura organizacional para o Arquivo, simples, mas que seria para que os serviços e as seções fossem vinculados a específicos setores. Depois de estudos, estabelecemos o seguinte, um organograma muito simples, com secretário, assistente ligado à diretoria e serviços de Apoio Administrativo, Apoio Cultural, Apoio Técnico e Apoio a Arquivos Correntes e Intermediários, e ali, as várias seções ligadas, vinculadas a esses serviços. Portanto, muito fácil, um organograma muito bom. E a partir desse organograma, onde nós vamos querer localizar os diversos serviços e seções? Ao rés do chão, no primeiro andar? No segundo, no terceiro, no quarto? Como é que seria? Aí, entrou a firma EMAC, dos irmãos Musa, escolhida naquela época pela Prefeitura para fazer o projeto de arquitetura do Arquivo Geral da Cidade. E aí, aconteceu novamente um fato extremamente positivo, interessante e também raro, que é você conseguir que arquitetos ouçam as recomendações da equipe técnica que vai usar aquele prédio. Então, eu, pessoalmente, tinha contato sempre com o Edmundo Musa, que era um dos dire-

tores, presidentes da firma EMAC. Ele formou o seu grupo de trabalho de arquitetos e conjuntamente com o nosso grupo de trabalho, depois que fizemos esse organograma, nos reuníamos duas vezes por semana, no mínimo, na maioria três vezes, de manhã, das 9 às 12 horas. Esse grupo de trabalho era muito interessante, porque nessa mesa ficavam de um lado os arquitetos, do outro a equipe do Arquivo e tinha um funcionário lá que chegava às 6, 7 horas da manhã e fazia o melhor cafezinho do mundo. Então, ele trazia e a gente sempre tinha uns biscoitinhos e tal, para amenizar a situação. O fato é que houve um entrosamento muito grande entre as equipes de trabalho e o fluxo de informações técnicas se estendeu, entre um grupo e o outro. Então, nós nos sentávamos e dizíamos o que queríamos, apresentamos o organograma e eles levaram, e nós dissemos: “Olha, nós queremos o espaço cultural”. Porque nós já pensávamos que o Arquivo não poderia se constituir, unicamente, em um arquivo de depósito de documentos, teria que se constituir em um centro vivo de informação, não só para pesquisadores, históricos e administrativos, como para o próprio cidadão comum, que precisava comprovar seus direitos. Queríamos, também, que as informações que pudessem ser colhidas em seu acervo fossem disseminadas, colocadas com facilidade para o público em geral. E isso só podia ser, se nós tivéssemos uma área dedicada à atividade cultural. Aí, nós já pensamos que seria para a realização de palestras, para as mesas-redondas, seminários, aulas técnicas com professores, todos ligados à parte de arquivo, de História. Nós sempre tínhamos muitos convidados aqui no Arquivo e dali partia a produção de dados culturais que estavam sendo difundidos ao público em geral.

Além do projeto dos irmãos Musa, outros projetos chegaram até vocês?

Não, não, já veio pronto dos irmãos Musa e da Secretaria de Obras.

Uma vez vi um projeto que era como se fosse uma colmeia. O primeiro desenho do Arquivo Geral. Você se lembra disso?

Não. Houve um esboço, no Departamento, de um arquivo que era todo envidraçado. Nós já sabíamos que aquilo não era possível, mas foi uma coisa que passou, acho que foi até uma arquiteta da própria Divisão, do próprio Departamento. Não soube mais desse trabalho.

Como se deu a escolha deste terreno?

A escolha foi o seguinte: eles já sabiam que aqui iria ser o Centro Administrativo. E o Arquivo tem tudo a ver para funcionar ao lado de um Centro Administrativo. Eis aí a visão de administradores como eles. O doutor Marcos Tamoyo trocou esse terreno daqui por um outro, num lugar distante, não sei onde, e conseguiu este terreno para ser erigido o Arquivo Geral da Cidade. Já sabendo que aqui já estava sendo construído, então iniciando, o Centro Administrativo. Então, tinha tudo a ver.

Queria saber como é que em quatro anos deu tempo para fazer tudo isso.

E outra coisa, ele terminou o Centro Administrativo depois que aqui foi inaugurado, paralelamente, ao final da implantação. O edifício dos Correios estava inacabado também, isso aqui era um pântano. Tinha as antigas casas de prostituição, ainda há aqui algumas. Isso aqui tudo era desértico, entendeu?

A ideia do Tamoyo é de que do outro lado da Avenida Presidente Vargas se construísse um prédio igual para a administração do Estado, então, toda essa região viraria um grande polo administrativo, o que facilitaria muito a vida burocrática do cidadão. Porque você resolveria tudo atravessando uma passarela, pena que não se concretizou.

Mas, às vezes, você sabe que não há continuidade...

No fundo, ele tinha uma visão... Existe uma versão de que ele queria ser governador, mas ele não teve saúde para isso...

Ele foi um engenheiro de grande envergadura, que tinha trabalhado junto ao governador Carlos Lacerda e tinha visão do desenvolvimento urbano. Então, nós tivemos o privilégio de tê-lo como prefeito naquele tempo. Mas voltando, eu estava...

Vocês fizeram um grupo de trabalho...

Então era assim, eles vinham com uma proposta arquitetônica, deixavam numa segunda-feira, a gente estudava na terça, na quarta eles vinham: “Não, isso não pode ser assim. Nós queremos, no primeiro andar, a parte de apoio administrativo. No segundo é que nós vamos querer a parte dos depósitos de documentos, porque o terreno aqui era um pântano. Tanto que no projeto de construção que foi feito pela firma ESUSA, eles fizeram um planejamento “X” para a construção, mas no meio do caminho viram que os fundamentos do prédio precisavam de maior suporte, porque era pantanoso demais. Então, já antevendo esse problema, para evitar que a umidade migrasse logo para o primeiro andar, pensamos em deixar os documentos a partir do segundo andar, para evitar esse tipo de contaminação da umidade. E assim foi, para abreviá-la um pouco, até fim de novembro e princípio de dezembro. Em dezembro de 1977, a firma EMAC apresentou o projeto de arquitetura e foi aprovado na íntegra. A partir dessa aprovação, em maio de 1978, a firma ESUSA começou a construir o Arquivo. E aí é que vem novamente a presença do comandante nisso tudo. Porque, nessa hora, continuei como responsável pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Eu dizia a ele: “Comandante, o senhor não vai me substituir?” “Não Lia, mais um mês ou dois só”. Isso já era em maio de 1978. Aí eu digo: “Bom, então mais um mês ou dois”. Continuamos, mas aí já tinha me apaixonado pelo trabalho e pela equipe de trabalho, que se envolveu totalmente nesse projeto, e eu tinha muito apoio da minha equipe, da Divisão de Bibliotecas. Então, nós começamos a supervisionar a construção, o comandante mais do que eu, porque eu não tinha carro oficial, então para mim era difícil sair de lá e vir aqui.

Só vinha quando ele me convidava para vir com ele de carro, porque não dava para tomar conta das bibliotecas, vir aqui, ir para a Divisão de Patrimônio. De vez em quando, ele me convidava e eu dizia: “Comandante, vou cobrar do município sapatos para mim, porque toda vez que venho aqui é um par de sapatos que vai”. Porque era pântano, era pantanoso. Eu gostava de trabalhar de salto alto. Meu Deus do céu, o comandante não tinha isso não, ele veio da Marinha, então ele pisava ali mesmo. Ele vinha todo dia, olha, raramente ele deixava de vir. Por isso que digo, é uma personalidade a quem nós devemos erigir um monumento. E é lamentável mesmo que ele não tenha aguentado, podido prestar seu depoimento. Ele era um exuberante no ideal de construir este Arquivo. No decorrer de 1978, esteve aqui o professor Michel Duchein, que, naquela época, era inspetor-geral dos arquivos da França e também era representante da Unesco para os arquivos da América Latina. Ele veio em missão da Unesco, por coincidência, naquela época, em 1978, para avaliar a situação dos arquivos da América Latina. Ele teve condições de sentar-se à mesa e nós mostrarmos o nosso organograma, nossa proposta de trabalho. Ele ficou realmente fascinado por essa proposta e escreveu um artigo extremamente elogioso. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que, naquela época – agora já não sei como é – era um raro exemplo de cuidado de uma Prefeitura com sua documentação, erigindo um edifício para abrigar a documentação desse nível de importância. Bem, aí, no meio do ano, o prefeito novamente me chamou e disse: “Lia, quero que você faça um estágio na Espanha para dizer o que você achou, o que você encontrou de bom”, porque naquela época a Espanha estava muito adiantada – além dos Estados Unidos, é claro, e a França – na parte de arquivos intermediários. Foi muito interessante também porque na Espanha visitei vários arquivos intermediários e realmente, fazendo um trabalho de restauro, vários, no Arquivo Nacional, em Madri. Mas, ao ser recebida pelo diretor do Arquivo Nacional de Madri, foi muito interessante, ele disse: “A senhora veio aqui para ver como é que são os arquivos, para levar experiências positivas!?” E eu digo: “Exatamente”. Ele disse: “Pois daqui, deste Arquivo Nacional, a senhora vai levar uma experiência negativa, a senhora vai ver como não deve ser construído um arquivo”. Fiquei muito espantada com o que ele disse, mas vi depois e: “Olha, o senhor tem razão!”. Porque ao visitar os depósitos, vidro do chão ao teto! A luminosidade incidindo direto nos documentos. Mas o arquivo intermediário era muito interessante, foi realmente um estágio positivo. E, ao mesmo tempo, o Michel Duchein, sabendo que eu estava na Espanha, me convidou e perguntou se eu podia dar um pulinho em Paris, que ele gostaria de mostrar também como é que era a experiência dele em arquivos intermediários, aí já nos arquivos que são os departamentais, na França. Dei um pulo de cinco dias em Paris, ele me levou e visitei um arquivo extremamente interessante. No momento, não me lembro do nome. A administração deles sempre é voltada para o futuro, não é imediatista; então, por exemplo, eles não tinham verba para construir um arquivo intermediário com a dimensão que seria necessário em 10, 20 ou 30 anos. Então, como é que eles fizeram? Eles construíram uma torre, e essa torre, embaixo, eles foram ocupando, dois, três andares e cada verba que vinha eles ocupavam outro andar, fechavam, mas o arcabouço estava pronto. Achei aquilo notável.

Racionalidade perfeita?!

Racionalidade perfeita! Isso foi uma experiência, uma ideia mais que difícil de ser implantada aqui, no Brasil! Mas então, em 1979, o Arquivo Geral estava inacabado, em obras, tábuas para tudo que é lado, para chegar ao segundo, terceiro andares eram rampas de barro. Mas, realmente, muito ainda faltava para ser feito e o Marcos Tamoyo, com a professora Terezinha, resolveram inaugurar o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em 14 de março de 1979. Último dia do governo! Ai, pensei, o que vai acontecer com esta criança que não está ainda formada? No dia 13, o comandante Martinho mais uma vez me chamou e disse: “Lia, gostaria de dar uma notícia a você, você acaba de ser demitida como diretora da Divisão de Bibliotecas e Documentação do Município”. Confesso que levei um susto, não esperava. Embora esperasse e não esperasse. Todo funcionário, quando é demitido, no fundo, não espera, embora seja um cargo de confiança. Suspirei, respirei fundo e disse: “Pois não comandante, o meu cargo sempre esteve à sua disposição”. Ai ele disse: “Mas você acaba de ser nomeada a nova diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, cujo organograma acaba de ser aprovado na íntegra”.

Então era uma ideia de um governo de continuidade entre Marcos Tamoyo e Israel Klabin porque, se no dia 13, às vésperas da nova posse... Quase que toda a mesma estrutura que estava na Prefeitura, no Tamoyo, continuou no Klabin.

É. Porque coloquei o meu cargo à disposição – o prefeito já era o Klabin, esteve aqui e tudo o mais. Então, quem que foi o diretor de Departamento daquela época, não sei se foi o Rubem Fonseca?! Acho que foi o professor...

O Rubem Fonseca foi diretor do Rioarte.

Mas foi também do Departamento de Cultura. Então, fui ao organograma, não sei o que me causou maior emoção, se foi ser nomeada diretora de Arquivo ou a nossa proposta de organograma ser toda aceita, sem uma diferença, uma modificação. Foi assim, foi inaugurado por essas três figuras ímpares na história do município: o dr. Marcos Tamoyo, a professora Terezinha Saraiva e o comandante Martinho de Carvalho, a quem a Prefeitura e os documentos muito devem. Bem, aconteceu então, no dia seguinte, no dia 15, a mudança de administração. No dia 16 já estava muito preocupada com o destino deste arquivo. Porque nós sempre tivemos ciência de muitos órgãos que estavam destinados para um determinado fim, e, no meio do caminho, eram destinados para outras coisas, para outra finalidade. Reuni o grupo de trabalho, o pessoal do Arquivo e pensei: “Não sei se eles vão aceitar a ideia”. Mas, como tentei sempre na minha vida agir de maneira a mais democrática possível, reuni o grupo e disse: A partir de amanhã, vou dirigir o “Arquivo no Arquivo”, onde ele está (...) “Mas como? Não tem porta, não tem banheiro, não tem nada!”. Eu digo: “Não importa, vou pedir um caminhão da Prefeitura, vou pegar algumas mesas de trabalho, cadeiras e vou pedir seis voluntários que me sigam, no Arquivo, vou perfeitamente bem e vou aceitar quem quiser me acompanhar.”

A ideia era se apropriar do local?!

Tomar posse, colocar a bandeira do Arquivo aqui. Não foi assim que Pedro Álvares Cabral fez?! Eu tinha realmente que ficar aqui. Deixei a bandeira, mas a bandeira virtual do Arquivo eu tinha que fincar. Foi ótimo. Muitos se ofereceram. Eu digo: “Preciso de tantos!”

Quantos funcionários você tinha nessa época?

Na época, lá, não me lembro. Era muito pouco! Acho que vieram para cá uns oito ou nove.

Essa equipe que existia na sede anterior à transferência para cá, era composta por profissionais da área? De Arquivologia, de História...

Tinha de História, professores, tinha o pessoal administrativo também. Arquivistas, não!

Nessa época, ainda não existia a Faculdade de Arquivologia?⁶

Já, já existia (...).

Mas não tinha arquivista?

Não, porque eram poucas. Mas acho que aquela ideia frutificou. Porque quando vim pra cá, pedi um caminhão, trouxe o que pude dentro. Mesa de máquina de datilografia e móveis de arquivo para trazer papéis, essas coisas. O mínimo, porque ficamos sediados, localizados na sala, se não me engano, Restier Gonçalves, que é aquela da direita, quando você entra no Arquivo, no térreo. E aí passamos a funcionar, não tinha um restaurante, não tinha nada ainda, não tinha aqueles edifícios, não tinha os Correios. Só tinha o Hospital São Francisco. Era quase um deserto semipantanosos, porque havia algumas casas de prostituição,⁷ mas que depois também, logo em seguida, foram demolidas, e enfim, mudaram de endereço. De qualquer maneira, tinha uma lanchonete, horrorosinha, na qual nós íamos tomar cafezinho, água mineral, essas coisas. Então, digo que é um elemento folclórico, porque nessa época comecei a namorar um médico que trabalhava na Fundação, aqui no Hospital São Francisco, que era médico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lá no Fundão. Relacionamento esse que resultou em casamento, porque quando eu ia tomar cafezinho, sempre acompanhada de uma das minhas colegas, porque a sala não podia ficar desguarnecida de jeito nenhum, ele estava lá tomando cafezinho também. Eu digo: “Mas como é que você sabia que eu vinha tomar café?” Então, foi isso, depois de dois anos acabei casando.

Como foi o seu primeiro contato com o prefeito Israel Klabin, ele firmou algum compromisso de que iria continuar a obra?

Não, foi continuando. Ele veio, visitou o Arquivo. Coloquei meu cargo à disposição. Ele disse não. Acho que era o professor Rubem Fonseca, naquela época, também apresentei a ele, que disse: “Não! Nós gostaríamos que a senhora continuasse no cargo. Pediríamos

até que a senhora continuasse no cargo”. Eu digo: “Mas não quero fazer nenhuma modificação no que existe”. Ele disse: “Será respeitado o seu organograma”. Eu já tinha nomeado todos os chefes de serviço e seção, sem nenhuma interferência política. Olha, isso que fico pensando, que também era uma coisa rara, não só com o Marcos Tamoyo aconteceu isso, com o prefeito Israel Klabin tive o privilégio, também, de manter a equipe que indiquei.

Quer dizer, você nomeou no governo do Tamoyo e eles permaneceram no governo Klabin. Você se lembra quem eram os chefes de serviço?

Olha, o Afonso Carlos foi chefe de Apoio Cultural; a do Apoio Administrativo foi uma pessoa chamada Lurdinha – o sobrenome não lembro; a do Apoio Técnico foi a Júnia Guimarães e Silva, e dos Serviços de Arquivos Correntes e Intermediários não me lembro.

José Luiz Werneck não teve cargo?

Não, ele não ficou ligado ao Serviço de Apoio Cultural porque ele não queria, essa parte administrativa ele não gostava. Mas prestou serviços incríveis ao Arquivo. Foi um verdadeiro conselheiro do Arquivo, não é?! Na linha de estudos do Arquivo, nas pesquisas de caráter cultural para o Arquivo, Werneck foi muito importante. Toda reunião que tinha eu chamava Werneck para participar, porque era profundo conhecedor da documentação do Arquivo, mais do que qualquer outro, porque era funcionário antigo do município, trabalhando no Arquivo como historiador e pesquisador. Tive a grande sorte de contar com a presença de Werneck no tempo todo em que estive aqui, na direção do Arquivo.

E o setor de Documentação da Secretaria de Administração, que controlava os outros arquivos correntes?⁸ Já existia na época em que você era diretora do Arquivo?

Não me lembro.

Parece-me que foi dado um grande destaque para a questão de arquivos intermediários. E o arquivo permanente?

Na realidade, ele era o arquivo permanente, aqui. A nossa função, a prioridade inicial foi a de preservar e restaurar o que fosse possível e conservar essa documentação permanente que nós tínhamos lá, que era histórica. O Arquivo naquela época era histórico. Ninguém nunca tinha falado em arquivo intermediário e corrente, porque isso era uma concepção nova que veio dos Estados Unidos e da França, no sentido do aperfeiçoamento da gestão documental em termos de economia, de pessoal, de local e tudo o mais. Era aquela teoria das Três Idades: arquivo corrente, arquivo intermediário e permanente. O que nós tínhamos aqui era um arquivo permanente.

Você criou o arquivo intermediário e o corrente?

Nós fizemos um Serviço de Arquivos Correntes e Intermediários já pensando no Sistema Municipal de Arquivos. Tínhamos já o arquivo intermediário, que era cartorial, aqui,

que também fornecia provas e tudo o mais. Então, nós tínhamos um esboço do arquivo intermediário, que não poderia ser na totalidade do que se previa por falta de espaço, mas tinha um núcleo inicial de arquivo intermediário – que já existia – que era para dar o primeiro passo para a organização de um arquivo intermediário do município, que se pensava que fosse construído numa periferia do Rio de Janeiro.

Quando é que definitivamente se faz a transferência da documentação da avenida Pedro II para cá?

A museóloga Júnia (Guimarães e Silva) foi muito importante também, porque fizemos uma mudança já sabendo do que tinha acontecido anteriormente em termos de danos ao acervo do Arquivo, com as sucessivas mudanças. Fizemos uma mudança extremamente cautelosa, passamos a colocar, a limpar o que podíamos lá, a colocar os documentos em caixas, anotar: a caixa tal pertencia à estante tal, número tal, documentação escrita, documentação iconográfica, bibliográfica, hemerográfica, tudo isso foi sinalizado nas caixas. E, quando nós tivemos lugar para abrigar aqui, porque a construção foi muito rápida e aqui tudo era um vão único, quando colocaram as divisórias já estavam prontos os locais dos diversos serviços e seções. Consegui com o Departamento que fosse feita a mudança gradativa. Vinha um caminhão com os lotes “x” de várias caixas, então, perguntávamos, o que é? Documentação hemerográfica, bibliográfica, escrita, andar tal. As caixas ficavam no segundo andar, terceiro andar, nos respectivos locais onde elas seriam abrigadas. E com isso nós podemos dizer, com toda segurança, que a mudança do Arquivo foi extremamente cautelosa e provamos que foi feita sem dano a nenhum documento sequer.

Você lembra a data em que...

Várias datas!! Foi aos pouquinhos.

Quando é que o prédio fica pronto definitivamente?

Bom, aí começou a implantação do Arquivo no novo prédio, a partir dessa inauguração, de março de 1979, e a partir da mudança do Arquivo. A minha permanência aqui na direção foi até 1984. Portanto, nos seis primeiros anos da implantação. A implantação foi gradativa, mas, poderia dizer que, ao final desses seis anos, ao sair daqui, a implantação já estava realizada. O que teria que ser feito era dar continuidade à implementação de várias atividades, vários projetos, que nós já tínhamos pensado. A parte cultural, nós também privilegiamos muito, porque não queríamos que lá embaixo ficasse um espaço solitário, ocioso. Um espaço lindo, o prédio do Arquivo é um prédio muito bonito, é um prédio moderno, mas muito bonito na sua concepção. Houve um cuidado extraordinário nos materiais usados aqui no Arquivo. Piso de altíssima resistência, eles usaram um tipo oxiret, como eles chamavam. As paredes dos depósitos são duplas, e eles forraram com verniz, que é um material que impede a entrada de calor, de umidade. A temperatura externa para

manter a umidade interna, que é prevista tecnicamente de 55 graus, a umidade. E também a temperatura: 18, 19 graus... Os depósitos foram construídos com “paredes cegas” e com essa proteção toda – até parte da madeira de janelas e tudo, todas elas, talvez ninguém saiba, foram pintadas tendo na tinta uma substância chamada *carbolineum*. Essa tinta é anticomburente. Isso foi muito importante. Não se usou carpete aqui. Carpete é banido no novo Arquivo da Cidade. São pisos também resistentes, como essas divisórias que nós vemos aqui. Esses cuidados foram todos tomados na condução do Arquivo. E, lá embaixo, foi muito interessante, porque na época fui eleita presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros e, embora fosse mais uma carga de trabalho, na realidade também verifiquei que foi muito bom para as novas atividades, porque passou a haver maior integração. A Associação, naquela época, foi uma concepção de arquivistas muito importantes, como a Helena Machado,⁹ que foi fundadora da Associação; a Marilena Leite Paes, o José Pedro Pinto Esposel... Era uma Associação pujante, que vinha com muita força e então houve uma integração e uma parceria muito boa...

Era uma deferência à sua nomeação. Estavam, de certa maneira, presenteando o Arquivo, quer dizer, desejando prosperidade ao Arquivo.

Eles vieram me convidar para me candidatar e fui eleita! Porque o Arquivo estava já tendo um renome e viria a ajudar na Associação, o Arquivo como um todo, e vice-versa. Então, fui eleita e começou uma parceria muito benéfica para o Arquivo, fizemos até um congresso no Hotel Glória – o Congresso de Arquivologia, com a participação também de todo o Arquivo Geral, do Arquivo Nacional. Foi um trabalho muito integrado. Ao mesmo tempo, quando eu ainda estava aqui, com essa tônica também de o Arquivo se chegar à comunidade científico-cultural, nós fundamos a Associação de Amigos do Arquivo Geral da Cidade, com figuras proeminentes naquela época, havia empresários, juristas, sendo que, para presidente, indiquei o José Luiz Werneck da Silva, porque ele é que teria de ser o presidente dessa Associação de Amigos. Foi eleito e a Associação começou a funcionar, mas já era praticamente no final da minha presença aqui. Depois, acredito que ela tenha tido continuidade, mas não sei bem se houve essa continuidade. E, lá embaixo, então, ali começou a ser um local extremamente utilizado para exposições, para conferências – como já havia dito –, seminários, aulas. Vinham professores estrangeiros e de universidades latinas, nós fazíamos um trabalho muito grande nesse sentido. O auditório começou também a abrigar música, conjuntos musicais de música popular e outros projetos de memória da cidade, memória do chorinho. Demos início a esse projeto, era um auditório lindo, com uma acústica perfeita, a própria administração – o Centro Administrativo –, que estava sendo muito ativa, volta e meia nos pedia emprestado o auditório para reuniões dos departamentos de lá. E, assim, o auditório era permanentemente utilizado. Acho que nesse primeiro período de implantação tivemos a sorte de estarmos subordinados a dirigentes que compreenderam a importância do Arquivo Geral.

Quando já estava na sede nova, o Arquivo passou a ter um orçamento próprio?

Programa de trabalho próprio, isso foi fundamental também, pois aí nós passamos a receber diretamente os recursos. Foi isso que também foi fundamental, pois ao ser aceito o organograma, nós também recebemos um programa de trabalho próprio. Que foi muito bom, nós tivemos uma equipe excelente no Serviço de Apoio Administrativo. O Arquivo muito deve à equipe de funcionários, uma equipe dedicada, uma equipe valorosa, que não media esforços para concluir o seu trabalho. Então, acho que foi uma época privilegiada para o Arquivo e para nós que trabalhamos aqui, para o engrandecimento dele perante a história dessa Cidade Maravilhosa de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Lia, nesses seis anos em que você ficou aqui, houve algum concurso para arquivista, para bibliotecário?

Não.

A equipe foi a mesma ou houve renovação?

Acontece que naquela época a administração concordava que professoras pudessem ser alocadas aqui. Embora elas não fossem técnicas, sempre foram muito dedicadas e passaram também a nos ajudar. Nós chegamos a ter aqui setenta e tantos funcionários naquela época. Isso também ajudou a implantar os laboratórios de restaurações, fotografias, microfilmagens, de modo que não houve arquivistas. Acho que até hoje é difícil. Na realidade, não há muito interesse em fazer um concurso, porque os salários não acompanham a importância.

Lia, você desenvolveu algum trabalho de capacitação desses funcionários, já que eram professores, ou eles aprenderam na prática mesmo?

Na maioria, na prática, mas para a capacitação nós tínhamos esses cursos, conforme disse a você. Nós tínhamos cursos técnicos aqui, com professores de fora, e sempre eles acompanhavam. E, na prática, no dia a dia, com aqueles que já conheciam as atividades e poderiam também ensinar aos seus colegas.

Quando termina, então, esses seis anos, você vai para ...

Fiquei seis anos porque também houve – é!! – um incidente, digamos, de ordem administrativa, com a então direção do Departamento de Cultura. Não tive mais condições de dar continuidade ao meu trabalho aqui. E pedi a minha demissão do Arquivo, e a secretária não me deu a demissão, mas eu estava com grandes dificuldades de continuar e...

Você pode detalhar essa dificuldade?

A dificuldade foi a seguinte: completamente do conhecimento de todos. Foi o professor Afonso Carlos, diretor do Departamento, que tinha sido chefe de Serviço de Apoio Cultural – aliás, um grande historiador, muito inteligente, muito capaz, tinha me ajudado muito,

sempre me ajudou –, mas, ao ir para a direção do Departamento de Cultura, houve uma mudança, assim, no comportamento, e ele, ao invés de conversar comigo, como sempre fiz com todos os meus chefes de serviço, de seção – isso aqui estava sempre com reuniões de trabalho, de conversa, ele começou a me dar ordens através de portarias, pelo *Diário Oficial*, e me dando prazos que eu não tinha condições de cumprir. Ele me pedia pelo *Diário Oficial*: projeto “x”, com o prazo de um mês para apresentar, um mês e meio. Eu não tinha condições de cumprir. Então, isso aconteceu a primeira vez, eu fiquei..., na segunda vez, eu disse: “Por favor, não é possível”. Aí, pedi demissão. Não podia continuar, então achei melhor pedir demissão. E as chefias também quiseram pedir demissão, não queria que isso acontecesse porque eles eram muito importantes. A presença do diretor pode ser prescindida, mas não dos chefes que estavam ali no dia a dia do trabalho. Isso foi em novembro de 1983, outubro, pedi demissão mais ou menos nessa época. Então, como vi que não me concederiam a demissão, pedi a aposentadoria.

Quem era o secretário de Educação e Cultura?

Ah, a secretária de Educação e Cultura era a historiadora Maria Yedda Linhares.

Você passou, então, pelo Marcos Tamoyo, pelo Israel Klabin e pelo Júlio Coutinho...

Todos. Júlio Coutinho, eles vinham aqui, fiz até almoço para eles – foi folclórico –, eles vinham aqui no Arquivo, eu me apresentava, eles me mantiveram no cargo – todos eram desconhecidos para mim. O único que era conhecido não me deu condições de continuar o trabalho. Mas aí, é a tal coisa, tudo tem seu tempo e sua hora, eu já tinha feito um trabalho, era chegada a hora de outro assumir.

O prefeito era o Marcelo Alencar, na ocasião em que você se aposentou?

Marcello Alencar. Então, pedi a aposentadoria e fui aposentada em fevereiro de 1984. Por coincidência, naquele mês, logo depois, a então diretora da Biblioteca Nacional se demitia para ocupar uma função na Unesco, em Paris. Era então nomeada a bibliotecária Maria Alice Barroso, que, ao ser nomeada diretora da Biblioteca Nacional, me convidou para ser diretora adjunta. Eu tinha acabado de sair daqui, eu digo: “Bom, então é um novo caminho que me é apresentado.” E de bibliotecária também, a minha vida inteira anterior tinha sido de bibliotecária. Aí, fui para ocupar o cargo de diretora adjunta da Biblioteca Nacional, em 1984, ficando lá até 1990. Sai na época do presidente Collor. Foi uma época difícil para a Biblioteca Nacional, quando ele resolveu demitir funcionários da mais alta competência, da maior importância para a Biblioteca Nacional – foram 52 demitidos.

E depois colocou muita gente, não em disponibilidade, como ele dizia...

Não, pessoas que conheciam aquele acervo da Biblioteca Nacional, que eu não conhecia. Pessoas que sabiam, diziam onde estava o livro “x”, a obra rara, entendeu!? Não consegui suportar aquilo. Eles foram demitidos em maio, abril, e eu, em junho, apresentei o meu

pedido de demissão, porque não tinha condições de continuar tendo colegas dos quais me orgulhava tanto, exonerados por um *Diário Oficial*. Saiu, depois, também, por coincidência, logo em seguida, uma pessoa que eu prezava muito e que foi presidir a Casa França-Brasil e me convidou para ser a vice-presidente da Casa França-Brasil e lá fiquei dois anos. Até que meu marido, que era médico, aquele que era professor, começou a passar muito mal e eu resolvi também sair para me dedicar a ele, que veio a falecer. E assim foi, mas aí continuei na Associação dos Arquivistas até o ano 2000. Em 1996, fui convidada para integrar o Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, com mandato de quatro anos, como representante da América Latina e do Caribe. O meu mandato expirou, no ano 2000. Eu já tinha também deixado a presidência da Associação de Arquivistas, e, expirando o meu mandato ali no Conselho Internacional de Arquivos, achei que era a hora de me dedicar à minha vida pessoal e particular, depois de 44 anos de serviço. E assim, agora estou dona de casa, lembrando como a minha vida profissional me deu momentos de muita alegria, como fui privilegiada. Participando de projetos tão importantes, convivendo com pessoas tão valorosas, pessoas inteligentes, que me deram tanta coisa boa, tanta sabedoria. Em termos não só técnicos, mas também de convivência humana. Então, encerrei em 2000, mas na minha memória, que essa é a memória dos meus neurônios, está aqui, essa gente toda, aqueles que já se foram, entre eles José Luiz Werneck da Silva, pela sua importância. Era, em termos afetivos, uma grande pessoa humana. E todos eles e todos vocês que estão dando continuidade a esse trabalho maravilhoso no Arquivo Geral da Cidade. Parabéns a vocês!

Obrigada. Você ficou emocionada quando falamos do José Luiz Werneck. Não convivi com ele, mas imagino que foi uma pessoa excepcional.

Werneck era uma pessoa extraordinária. De uma alegria! Assistir à aula de Werneck, você ficava assim..., na cadeira.

Eu fazia graduação de manhã, de História, e estágio na Fiocruz. Não dirigia, era anos 1980, ia para Niterói no ônibus nº 998 e me encontrava com o Werneck, no ICHF. Parecia que o dia começava às 6 horas da tarde, quando me sentava para escutá-lo. Podia-se ter corrido a cidade inteira, o dia inteiro, mas ficavam todos vidrados nele até as 8 horas da noite.

Ele deu muitas palestras, muitos cursos aqui. Largava tudo, ia assistir. Era de uma inteligência rara, o Werneck.

Você era consultada todo final de ano para fazer uma proposta para o Arquivo?

Nós fazíamos a proposta orçamentária. Agora, nem sempre tudo era atendido. Todo ano fazíamos e apresentávamos a proposta, porque havia coisas que não podiam parar em órgão público. Por exemplo, o ar-condicionado deste Arquivo, nós tínhamos que ter dinheiro para manter, reparar.

Este ar-condicionado funcionou precariamente durante 16 anos e tivemos que trocá-lo todo. É uma luta constante!

É uma luta. Você conseguir manter um programa e aumentar, dimensionar.

Porque estamos sempre batalhando por mais verbas, fica aquela coisa desagradável.

Ah, isso é! Mas, sabe que isso é o grande ônus de ser dirigente, não é, Bia? Aí é que está, na realidade você está sempre querendo fazer outras coisas, mas você está sempre lutando pelo óbvio, pelo necessário, pelo iminente.

Fazendo uma retrospectiva do seu período aqui no Arquivo, o que você considera como uma das maiores dificuldades que teve na direção.

Maiores dificuldades? Não sei, não encontrei muita dificuldade, não.

Talvez porque o prédio do Arquivo fosse novo!?

Olha, encontrei a maior boa vontade dos dirigentes maiores do Arquivo. Atendiam sempre que eu precisava de uma entrevista, nunca tive dificuldade de acesso, entendeu?! Ao mesmo tempo, a equipe trabalhava muito e com alegria. O ambiente aqui desse Arquivo – estou falando por eles – quase todo o dia eu visitava o Arquivo todo, e só encontrava gente de “cara boa”. Diziam: “Lia, faltou isso, caiu não sei o quê, mas vamos consertar.” A dificuldade era essa: verbas, tentar aumentar as verbas do programa de trabalho e que aquelas existentes fossem realmente canalizadas para o Arquivo. Então, no meu tempo, só houve, se não me engano, uma única modificação de uma seção. Na época do Rubem Fonseca. Ele me pediu mil desculpas porque ele tinha que fazer uma modificação numa seção. Só, somente isso. Até a minha saída do Arquivo.

Você se lembra que modificação foi essa?

Foi onde menos afetaria o funcionamento do Arquivo.

O interessante é que você sempre fala desse espírito de equipe que havia no seu período. Não houve uma espécie de mal-estar entre as pessoas que cuidavam da documentação e os pesquisadores da própria equipe do Arquivo?

Não, porque os pesquisadores eram aqueles mesmos, era o Apoio Cultural que comandava, digamos assim. Aliás, devo dizer que o Afonso Carlos se saiu muito bem como chefe do Serviço de Apoio Cultural, a equipe dele era excelente, ele escolheu muito bem. Gostei muito do trabalho dele e ele me ajudou muito naquela época. Difícil foi, houve enchentes terríveis, de eu ter que, domingo, sair correndo, vir para cá, porque estava entrando água no Arquivo. Meu Deus do céu, que coisa horrorosa, uma enchente que inundou o Arquivo, foi uma coisa horrível. Então, houve problema de funcionamento, parte física...

Ver as coisas prontas é tão gratificante que esquecemos depois os problemas.

Mas que foram contornados a tempo, porque todos se uniram para tentar resolver aquele determinado problema. Então, não posso dizer realmente: houve dificuldades, mas acho que elas se diluíram no meio da boa vontade de todos os funcionários.

Lia, algum recolhimento expressivo de documentação no seu período?

Expressivo eu não diria, não. Um conjunto foi aquele do Marcos Tamoyo...

Foram as fitas cassetes?

As fitas todas! Do Marcos Tamoyo... Não, não houve recolhimento assim, que eu me lembre, porque realmente a memória, às vezes...¹⁰

A preocupação maior era a de acomodar tudo que já estava vindo.

Acho que essa primeira fase de adaptação teria que ser feita da maneira como foi. Acomodar tudo perfeitamente, da melhor maneira possível.

Quais foram os critérios arquivísticos que você utilizou para reorganizar essa documentação aqui?

A documentação escrita. Você vê, a documentação da Décima Urbana, dos impostos – imposto predial – ficou toda concentrada nos depósitos. A parte de biblioteca foi em outro local, elas ficaram separadas. Até tem um detalhe aí muito interessante, que quando nós apresentamos a proposta para a construção do Arquivo aos arquitetos, nós pensamos assim: no segundo andar, a documentação cartográfica, visual e a biblioteca. E uma sala de trabalho, de pesquisa para atender às duas seções, digamos assim. E no terceiro andar, a documentação escrita, com outra sala específica, um salão específico para o atendimento dessa pesquisa. E o Michel Duchein, quando veio aqui e viu essas duas salas e mais outras lá em cima, não concordou. Como na França é sempre uma sala só, um salão para todo e qualquer tipo de documentação, ele colocou aquilo como a única crítica em termos do projeto. Mas isso foi na feitura. No ano seguinte, em fins de 1979, já o Arquivo em pleno funcionamento, ele veio dar um seminário no Arquivo e ele disse que deveria, a bem da verdade, se redimir de uma pequena crítica que ele tinha feito com relação à estrutura física, pois ele não concordara com as salas específicas para documentos específicos. Disse que depois ele viu que era muito melhor para a documentação, que não era colocada no elevador, não migrava de um andar para o outro. Então, ela ia diretamente daquele depósito para o salão. E ele se redimiou publicamente dessa crítica. Isso é interessante saber, não é?

Lógico. Lia, agora uma observação, a biblioteca hoje fica no terceiro andar, junto com a documentação escrita. Não era assim antes?

Ah, então a iconografia fica no segundo andar, com a sala de consulta, e no terceiro andar ficam a biblioteca, a documentação escrita com as suas respectivas salas de consulta. Não, então não mudou, eu é que não me lembrava onde ela se localizava.

Lia, outra coisa, você soube que agora, inserindo-se no século XXI, o Arquivo da Cidade passou a ser o gestor dos documentos da Prefeitura, através da Lei 3.404...¹¹

Isso é maravilhoso, porque nós apresentamos também naquela época, esqueci até de dizer, um anteprojeto de Sistema Municipal de Arquivos.

Você tem esse documento guardado?

Tenho, acho que tenho.

Se você puder organizar a documentação que você tem sobre o Arquivo, iremos buscar. É bom para pensar essa evolução do primeiro anteprojeto até...

Tenho, tenho o anteprojeto de um Sistema Municipal de Arquivos, no qual o Arquivo Geral da Cidade seria o órgão central desse sistema. E o gestor da gestão documental, incluindo até a sua influência nos próprios arquivos correntes para fins de avaliação, eliminação através das temporalidades, aquela coisa toda. E, ao mesmo tempo, já prevendo a organização de um futuro grande arquivo intermediário para a documentação do município.

Nós estamos iniciando agora um censo documental na Prefeitura.

Isso é tarefa precípua de um órgão central de destino, não é?!

É interessante observar que a origem dessa ideia está muito mais no passado do que nós imaginávamos. Na sua administração.

Está dentro da época da implantação do Arquivo. Nós apresentamos o organograma, apresentamos também o que seria a estrutura física, a estrutura orgânica e a estrutura jurídica. A partir – isso é importante –, da apresentação de um anteprojeto para a implantação de um amplo Sistema Municipal de Arquivos. O que eu puder colaborar com vocês, fico muito feliz de o Arquivo Geral estar em tão boas mãos e contando com uma equipe tão dedicada.

Lia, para encerrar, então, nós gostaríamos que você manifestasse a sua opinião sobre o significado desta instituição para a cidade do Rio de Janeiro e para os cariocas.

Acho que é o óbvio. A importância está em você resguardar esta documentação histórica, preservar a documentação e colocá-la disponível para o pesquisador de caráter científico e cultural ou para o cidadão que aqui vem procurar a comprovação de seus direitos. Ao mesmo tempo, essa documentação pode ser utilizada para fins culturais, quer dizer, a população do Rio de Janeiro pode saber como foi, como evoluiu o plano urbanístico da cidade, que pode ser comprovado pelo acervo do Malta, por exemplo, como foi construída a avenida Rio Branco, como foram construídos os túneis da cidade do Rio de Janeiro, como era o Mangue, a avenida do Mangue. Eu tinha, não sei se ainda tem aqui na sala da direção, uma fotografia lindíssima, com aquelas palmeiras imperiais, que foram depois erodidas pela poluição. Mas a população pode ver como a cidade é tão bonita e como os diversos

prefeitos que por aqui passaram, os administradores, cada um contribuiu, à sua maneira, para o engrandecimento da cidade, construindo túneis, construindo viadutos, construindo novas avenidas. Isso é de grande importância. Da parte técnica, da Arquivologia moderna, na implantação agora do Sistema Municipal de Arquivos no decorrer do tempo, vai ser a verdadeira tônica atual de um grande arquivo. Ele foi criado para guardar documentos, eminentemente, feito para assessorar, aprimorar a gestão administrativa de um município. Então, está dentro de todos os parâmetros arquivísticos da atualidade. Seguindo outros países que já estão atuando nessa faixa. A meu ver, é isso. Para resumir: ele já atuou e já está atuando na preservação da documentação histórica como arquivo permanente. Através do Sistema Municipal ele já está atuando nos arquivos correntes para começar a alimentar um arquivo intermediário que se quer e colaborando de maneira decisiva para a administração da cidade do Rio de Janeiro. Agradeço pelo convite, muito obrigada!

Nós é que agradecemos uma explicação tão clara e objetiva do que foram o processo de construção da nova sede e os primeiros anos do Arquivo da Cidade nas instalações da Cidade Nova, bem como a sua inegável contribuição para que esta tarefa hercúlea de transferir o Arquivo da Cidade para as novas dependências chegasse a um bom termo.



“Ao me referir a prejuízos decorrentes da desatenção para com os acervos, tomei como exemplo os projetos do metrô. Lembrei que, antes do projeto que afinal se concretizou, houve um outro no qual se gastou muito, mas, como não foi adiante, a respectiva documentação se dispersou. Com isso, quando a ideia da construção voltou à pauta, foi preciso começar do zero, custando muito mais esforço, tempo e dinheiro.”

HELENA CORRÊA MACHADO é bacharel em Biblioteconomia e em Direito, mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, exerceu os cargos diretora de Departamento Geral de Documentação, nas secretarias de Administração e de Justiça dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro; diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esportes; Superintendente de Documentação, na Secretaria Municipal de Administração; foi presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, atuou no Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional, no Projeto de Implantação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo e no Conselho Nacional de Arquivos, como membro da Câmara Técnica de Avaliação de Documentos de Arquivo e de comissões especiais.

Entrevista concedida a Sandra Horta em 14 de agosto de 2008, em Botafogo, Rio de Janeiro.

Onde você nasceu?

Nasci aqui no Rio de Janeiro, em 1922, no Morro do Pinto,¹² onde fica a Capela de Nossa Senhora do Monte Serrat, que se avista do Arquivo da Cidade. Outro dia, minha sobrinha neta até me perguntou: – “Ih, tia, você nasceu na favela?”. Não era favela, era um morro de classe média modesta. A casa da minha família, na rua Sara, ficava no nível da calçada, mas tinha mais dois pavimentos embaixo, parecia com as construções do bairro de Santa Teresa. A maioria dos moradores era de origem portuguesa. Os chefes de família, quase todos, viviam do pequeno comércio – donos de armazéns, açougues, quitandas, armários e farmácias. Já as mães, pacatas e diligentes donas de casa, enfaticamente chamadas de rainhas do lar, de modo geral não trabalhavam fora, e estavam sempre dispostas a ajudar a vizinhança quando alguém precisava. Era uma convivência amistosa e pacífica, até os adeptos das várias crenças religiosas que ali havia se entrosavam muito bem. Depois do jantar, as crianças se juntavam para brincar – brincávamos de roda, pique, amarelinha, aquela coisa toda, os meninos jogavam bola. Às vezes havia cantorias que reuniam crianças e adultos – estes tocando violão, cavaquinho ou bandolim. Meu pai, imigrante português dos Açores, tocava viras brejeiros e fados lamentosos. A minha escola primária era a Escola Pública Eptácio Pessoa, já demolida há muitos anos, ficava no início da avenida Paulo de Frontin e eu ia a pé. Por experiência própria, vejo que ela garantia às crianças do Morro um ensino de muito bom nível. Fui muito feliz ali. Era muito bom, morei lá até os 11 anos, até a morte de meu pai.

Depois, para onde você foi?

Fui para Vila Isabel, avenida 28 de Setembro, morei em uma vila. Passei minha adolescência entre esse endereço e a permanência em regime de internato na Escola Técnica Secundária Orsina da Fonseca, da Prefeitura do Distrito Federal, na rua São Francisco Xavier. Por sinal, era uma escola muito boa. Já na maioridade, mudei para a rua Pelotas, no Lins de Vasconcelos. Mais tarde, vim para a Zona Sul, morei na rua Bogari, na Lagoa, foi ali que aprendi a dirigir automóvel. Depois, fui para o Humaitá, fiquei 12 anos, e depois para a rua Bambina... Estava morando ali... quando fui nomeada diretora do Arquivo (da Cidade)... Depois me mudei para aqui (rua Clarice Índio do Brasil).

Passei seis anos no Arquivo, de 1984 a 1990. Quando saí, saí com muita pena, mas tive que sair... O cargo de diretor precisava ficar vago para ser ocupado por um egiptólogo, pois foi assim que me foi apresentado o novo titular, o professor Júlio César Machado.¹³ Depois soube que ele tinha se tornado membro do Centro de Altos Estudos de Egiptologia do Museu de Turim, em 1986, mesmo ano em que ingressara no Rio Arte, para organizar um arquivo sobre o barroco carioca... Então, fui nomeada diretora do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, cargo mais elevado, com maior remuneração... mas isso não me satisfaz porque eu gostava mesmo era do Arquivo.

Helena, você é formada em Arquivologia?

Não, sou provisionada, de acordo com a lei que regulamentou a profissão de Arquivista, em 1978, mas, até aí é uma longa história que vou tentar resumir. Comecei minha vida funcional na área administrativa da antiga Prefeitura do Distrito Federal. Com alguns anos de exercício, percebi que essa área era uma terra onde todo mundo mandava, uma casa da mãe Joana, pois todos podiam ser administradores – a profissão não era regulamentada, o que só ocorreu em 1965. Por isso, resolvi estudar algo que me possibilitasse atuar em um campo profissional mais definido e escolhi a Biblioteconomia. À época, os arquivistas também não tinham regulamentação nem havia o curso de Arquivologia. Terminada a faculdade, já no tempo da Guanabara, no tempo do governador Lacerda, eu estava na Secretaria de Administração, onde houve uma reforma da estrutura e foi criada a Divisão de Documentação, para receber um acervo de documentos de pessoal, inclusive da Secretaria de Educação, que estavam no palacete de Dona Domitila,¹⁴ a Marquesa de Santos.

A quem pertencia esse acervo??

À Secretaria de Educação, da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, antigo Departamento de História e Documentação. Mas, como ia dizendo, tinha sido criada a Divisão de Documentação que era praticamente um arquivo e, então, sem ser consultada, fui logo nomeada para dirigir-la. O secretário, que era um homem culto, me chamou e disse: “nomeei a senhora para dirigir o arquivo”, ao que eu reagi: “Secretário, não entendo nada de arquivo!” Ele, porém, continuou sem se perturbar: “a senhora está recebendo uma promoção” – referia-se à remuneração do cargo – “além do mais, a senhora acaba de se formar em Biblioteconomia”. Aí, pensei, como é que eu vou dar aula a este homem, para esclarecer a diferença entre biblioteca e arquivo? E, considerando que de fato era uma boa promoção, aceitei, mas fiquei muito zozza, porque não sabia nada de arquivo e era indispensável saber o mais depressa possível. Neste sentido me pus em campo: comecei a ver a bibliografia, a literatura disponível sobre arquivos, procurei entrar em contato com o pessoal do IBBD¹⁵ e quem mais pudesse me ajudar. Foi assim que comecei. Por fim, não posso deixar de dizer que, na minha trajetória de arquivista autodidata, já na década de 1970, tive o privilégio de integrar um grupo excepcional, o qual, sem quaisquer subsídios oficiais, lutou bravamente contra o obscurantismo que envolvia o conhecimento arquivístico brasileiro até os meados do século XX. O estreito contato com esse grupo, repito, foi um privilégio, tanto do ponto de vista profissional como pessoal.

Quem era o grupo, Helena?

Era um grupo liderado pelo professor José Pedro Pinto Esposel,¹⁶ arquivista, historiador, então chefe do Arquivo do Banco Central e docente da Universidade Federal Fluminense, predominantemente composto de pessoas lotadas em arquivos, com interesse individual em adquirir ou ampliar conhecimentos necessários ao seu desempenho. O grupo congregava, também, profissionais com reconhecido cabedal técnico e de experiência na

área que, além de dispostos a compartilhar os seus conhecimentos, se preocupavam em aprofundar a discussão sobre questões relativas aos arquivos e à profissão, bem como em buscar soluções para os problemas constatados. Dentre esses profissionais quase todos tiveram atuação destacável e mereceriam ser citados, contudo, para não me alongar, peço desculpas por identificar apenas alguns. José Pedro Pinto Esposel, como líder, teve entre outros méritos o de contribuir decisivamente para a coesão do grupo, condição fundamental para o êxito do seu desempenho. Maria de Lourdes Costa e Souza, arquivista pioneira, falecida em 2000, é sempre lembrada, seja por sua invulgar capacidade de transmitir conhecimentos, seja pelo convívio bem humorado, discreto e solidário. Maria Amélia Porto Migueis, Maria Luiza Dannemann, Regina Alves Vieira e Wilma Schaefer Corrêa, arquivistas do Arquivo Nacional, também integravam o grupo, bem como, a arquivista e bibliotecária Marilena Leite Paes, então chefe do Arquivo da Fundação Getúlio Vargas, que marcou grande presença, tanto pelo seu extenso currículo, como pela habilidade de repartir consistente saber e dedicação aos encargos que lhe foram confiados. Vale a pena acrescentar que, Marilena, atualmente, com a garra e a competência de sempre, exerce o cargo de coordenadora do Conselho Nacional de Arquivos, o Conarq.

Agora, justificando o meu entusiasmo, tenho que dizer quais foram os principais feitos desse grupo naqueles idos de 1970. Primeiro, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, em 1971, com sede no Rio de Janeiro e a projeção nacional, através de núcleos setoriais em alguns estados, e sob a presidência de José Pedro Pinto Esposel. No ano seguinte, a realização, em outubro, do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, que reuniu mais de mil participantes, e o lançamento da revista *Arquivo & Administração*, destinada não só à consolidação de conhecimentos técnicos, como a atualizar os arquivistas em relação aos avanços conquistados na área da Arquivologia, nacional e internacionalmente. Ainda em 1972, a AAB apresentou ao Conselho Federal de Educação projeto de currículo mínimo para o Curso Superior de Arquivo,¹⁷ que foi aprovado em 1974, e em que tiveram papel de relevo a arquivista Astréa de Moraes e Castro, membro do Conselho Deliberativo da AAB, e o Conselheiro Vicente Sobriño Porto, relator do projeto. Paralelamente, a Associação iniciou vigorosa luta pela regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, finalmente conquistada em 1978, pela Lei nº 6.546. Enquanto isso, eram promovidos cursos avulsos de treinamento e aprimoramento profissional, bem como mesas-redondas e outros eventos, em algumas oportunidades até com a participação de especialistas estrangeiros, convidados pela própria AAB. Foram realizados mais três congressos durante a década de 1970, três no Rio de Janeiro e um em São Paulo, cujo sucesso pode ser avaliado pelos respectivos anais.

Quer dizer que vocês formaram a Associação antes dos cursos de Arquivologia existirem?

Sim, quando surgiu a AAB, em 1971, nenhuma das universidades brasileiras oferecia o curso de Arquivologia. Só havia o Curso Permanente de Arquivos, no Arquivo Nacional, que funcionava desde de 1960, mas não era reconhecido como de nível superior. Depois,

houve o reconhecimento,¹⁸ o curso ainda continuou lá por alguns anos, até ser integrado à UNIRIO, em 1979.¹⁹ Somente após a fixação do currículo, é que as universidades começaram a criar cursos de graduação em Arquivologia. A primeira foi Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, depois, a Universidade Federal Fluminense. Atualmente o curso existe em cerca de 12 universidades públicas.

Havia curso técnico?

Havia, não eram muitos, mas havia; entre outros, os Cursos Avulsos de Técnica de Arquivos, mantidos pelo Arquivo Nacional. Para se compreender melhor a formação dos arquivistas brasileiros, naquela época, é bom lembrar que tinha gente que estudava na França, nos EUA, às vezes até por iniciativa das instituições em que trabalhavam. Foi o caso, por exemplo, de Maria de Lourdes Costa e Souza, a quem já me referi, ela fez um curso de arquivos nos EUA, sob os auspícios do antigo DASP, onde ela trabalhava.

Você ainda estava no Arquivo da Educação quando surgiu esta Associação de Arquivistas?

Não, na década de 1970, não estive em nenhum órgão da Educação. Aliás, nem tinha estado anteriormente. Nessa época eu era a titular do Departamento Geral de Documentação, da Secretaria de Administração do Estado da Guanabara, e também dava aulas na ESPEG, a Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara, onde ministrava a disciplina Administração Documental, como professora do Ensino Médio concursada, o que era ótimo, pois lecionando a gente aprende muito e aperfeiçoa a experiência. Quando houve a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro, em 1975, passei a dirigir o Departamento Geral de Documentação, da Secretaria de Administração, do Estado do Rio de Janeiro, que logo foi transferido para estrutura da Secretaria de Justiça, mas permaneci no cargo até 1979. Em seguida, fui convidada para a Superintendência de Documentação, da Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que dirigi até 1981. Depois, passei três anos como integrante da equipe de consultores do Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional. E, para completar os fatos anteriores à minha investidura no Arquivo da Cidade, acrescento que fui presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (de cujo Conselho Deliberativo participei até o final da década de 1990), tendo realizado o III Congresso Brasileiro de Arquivologia e o I Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil, ambos em 1976. Foi esse o caminho até ser convidada para o Arquivo da Cidade, um dos meus grandes cargos. Não foi o mais bem remunerado, mas foi o mais querido.

Quem a convidou a ocupar o cargo no Arquivo da Cidade?

Foi o professor Afonso Carlos Marques dos Santos, e esse convite me deixou orgulhosa por dois motivos. O primeiro, por ter partido de um conceituado professor de História, então titular do Departamento Geral de Cultura, órgão, como você sabe, subordinado à

antiga Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na época sob a direção da historiadora Maria Yedda Leite Linhares. Quanto ao outro motivo, foi ter pressentido que, com essa escolha, o professor Afonso Carlos pretendia fortalecer o desenvolvimento arquivístico do órgão. Fiquei muito orgulhosa, mas não deixei de ter um pouco de receio, apesar de ter certeza do grande interesse de Afonso pelo Arquivo. Como eu já militava na área, trazia comigo uma bagagem de constatações sobre o desconhecimento da sociedade e dos governantes em relação aos arquivos, mesmo quando se tratava de pessoas cultas, o que dificultava muito a ação dos seus dirigentes. Arquivo geralmente era visto como um lugar onde se guardavam documentos, às vezes até valiosos, uma vez ou outra servia para fornecer alguma informação, tinha que ter uns funcionários para arrumar, tirar o pó, mas também podia ser tudo empoeirado, a qualificação do pessoal podia ser qualquer uma, enfim, quase ninguém se preocupava com os arquivos nem os via como capazes de prestar serviços importantes à administração e à comunidade.

Não era só descaso, havia uma completa ignorância a respeito. E o pior é que, geralmente, nem as chamadas cabeças coroadas ficavam fora disso. Com raríssimas exceções, essa situação se refletia clara e evidentemente no posicionamento hierárquico dos arquivos, nas verbas parcas, nas lotações deficitárias e/ou inadequadas etc. E havia até uma espécie de preconceito. Lembro-me que, na década de 1970, quando eu era titular do Departamento Geral de Documentação, na Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, compareci à posse do novo diretor do Arquivo do Estado, um renomado sociólogo. Havia, na ocasião, alguns repórteres. Um deles perguntou ao empossado: “Doutor, o senhor é um sociólogo muito conhecido. Como, então, vai ser diretor de um arquivo?”. Resposta do sociólogo: “Isso não tem importância, porque pretendo transformá-lo num centro cultural”. Sem comentários...

Aliás, o Arquivo da Cidade, durante os últimos trinta e poucos anos, desde que está neste prédio novo, teve um pouco este lado. Às vezes, o do tratamento da documentação seguiu um pouco adormecido, em segundo plano, por causa desse caráter cultural. Mas, conversando com a Júnia Guimarães, ex-funcionária do Arquivo, ela disse: “Sim, mas isso aconteceu muitas vezes porque os recursos para as atividades culturais eram menores do que os necessários para tratar a documentação”. Então, por exemplo, em muitos seminários os palestrantes não cobram e para tratar a documentação você precisa de recursos específicos, técnicos, arquivistas. Não que os diretores não dessem importância à área de Arquivos, mas por essa questão.

Isso que você está falando é muito importante. É bem provável que a escassez de recursos até colabore para impulsionar as atividades culturais públicas dos arquivos. Essa pessoa não deixa de ter razão. De fato, no caso do Arquivo da Cidade, essas atividades não representavam muito em termos financeiros. A manutenção do prédio é que comprometia o nosso orçamento, o que acabava se refletindo em reduções no funcionamento arquivístico.

Na época em que você assumiu a direção do Arquivo, era ainda a Secretaria de Educação e Cultura,²⁰ ou seja, uma única secretaria. Você considera que isso criava embaraços, dificuldades, obstáculos?

Criava sim, porque, antes de tudo, em qualquer esfera de governo, salvo melhor juízo, a Educação deve ocupar espaço próprio, pois, como se sabe, é área de administração extremamente complexa e requer recursos orçamentários substanciais, sobretudo, se o espaço de atuação é uma metrópole como a Cidade do Rio de Janeiro, onde, além de tudo, à época, estava em curso o Programa Especial de Educação. Por isso, sempre fui favorável à separação, porque, entre outros benefícios, se inclui o de facilitar o acesso à esfera de maior poder decisório, notadamente, em casos de emergência, em que, muitas vezes, a rapidez da solução representa medida salvadora. Quanto ao Arquivo propriamente dito, que tinha apenas o nível hierárquico de Divisão, criava também, porque esta hierarquia mostrava o patamar onde nos encontrávamos. E os nossos interlocutores nem sempre deixavam de se valer dessa inferioridade. Tínhamos, então, que usar de incríveis malabarismos na defesa das pretensões do órgão. Falando em malabarismos, me lembro dos que tive de empregar, ao longo da minha vida funcional, por exemplo, para convencer autoridades da cúpula do poder decisório a investirem em microfilmagem, em alguns casos para preservar documentos e em outros para otimizar espaços. Naquele tempo, era a microfilmagem que sobressaía para a reprodução de documentos.

Você ainda acha que o microfilme é o suporte mais eficiente?

Não sei se pode se afirmar que o microfilme é sempre o suporte mais eficiente, porém, é inegável a sua durabilidade, já bem comprovada, e atualmente estimada em torno de 500 anos, desde que com revelação e armazenagem em condições adequadas; também a segurança contra adulterações, a não obsolescência dos equipamentos de leitura e o fato de ser amparado por legislação específica. Além disso, é importante lembrar, a microfilmagem é totalmente compatível com o emprego de tecnologias digitais.

Você acredita que a digitalização substitui a microfilmagem?

Preciso responder com certa cautela porque, afinal, nos últimos anos, deixei de ter a obrigação de estar atualizada quanto a processos de reprodução de documentos. Ainda assim, creio que tal substituição somente pode ser considerada quando a instituição responsável pela preservação dos documentos originais dispõe de recursos humanos, materiais e financeiros, não só para mantê-los em plena segurança, mas, também, para enfrentar as dificuldades que, apesar do espantoso avanço tecnológico, ainda pesam sobre esse novo suporte, no que tange não só à durabilidade, legislação específica incipiente em termos probatórios e obsolescência dos suportes digitais e equipamentos necessários ao seu manuseio, mas, sobretudo, ao risco que representa a facilidade de alteração do conteúdo dos documentos praticamente sem deixar vestígios. Embora totalmente convencida de que a digitalização é uma ferramenta ímpar para o acesso aos documentos, creio que o procedimento mais sensato, por enquanto, deve ser conjugá-la com a microfilmagem.

Você ainda estava como diretora do Arquivo da Cidade quando as Secretarias de Educação e Cultura foram separadas, não estava? Você avalia que isto trouxe algum ganho para o Arquivo e para as próprias Secretarias?

Estava. Para a Secretaria de Cultura creio que sim, pois em qualquer união em que figure Educação, Saúde ou Segurança, a outra parte da ligação sempre tem de ceder, seja em prioridade, seja em recursos financeiros. Assim, pelo menos, a área da Cultura ganhou orçamento próprio e mais prestígio. Da Secretaria de Educação não tinha muito conhecimento. Para os secretários das duas pastas certamente foi bom, no mínimo puderam aplicar-se aos seus projetos sem precisar dividir a atenção. Quanto ao Arquivo, sobretudo no início, não observei ganho significativo, depois melhorou um pouquinho, mas foi apenas uma nuance não muito forte.

Não era considerado prioridade. Você lembra, Helena, em que data você foi investida no cargo de diretora do Arquivo da Cidade?

Foi no dia 23 de fevereiro de 1984.

Você assumiu logo depois que a Lia Malcher²¹ saiu ou houve um interino?

Não houve interinidade, apesar de eu ter demorado um pouco a tomar posse, porque eu me dava com a Lia, por sinal, nessa época ela era presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, sempre mantivemos relações muito cordiais, aliás, até hoje. Então, quando Afonso Carlos me convidou, fiz questão de aguardar o afastamento dela, para não haver constrangimento. Além disso, eu tinha compromissos profissionais dos quais precisava me liberar.

Como você conheceu o professor Afonso Carlos Marques dos Santos?

Nos conhecemos quando eu era diretora de uma unidade de documentação e ambos comparecemos a uma reunião de trabalho, creio que com o professor Marcos Almir Madeira,²² então diretor do Arquivo Geral do antigo Estado da Guanabara, isto ainda na década de 1970. Mais adiante, voltamos a nos encontrar em atividades públicas realizadas pelo Arquivo da Cidade, onde me lembro de ter participado, por exemplo, do ciclo *A Arquivologia em Questão*, em que apresentei a comunicação *O Arquivamento no Município do Rio de Janeiro, face ao Decreto 2.477 de 25 de janeiro de 1980*,²³ e também quando ele integrou a direção da Associação dos Arquivistas Brasileiros, a partir de 1981. Depois que dirigi o Arquivo nos tornamos amigos, amizade que perdurou até o falecimento dele, em maio de 2004.

Quando você foi convidada para ser diretora do Arquivo da Cidade, havia quatro ou cinco anos que o acervo tinha sido transferido para as novas instalações. O que você achou das novas instalações?

Fiquei orgulhosa pela modernidade da construção, considerada até de primeiro mundo. Por isso, nunca deixei de louvar a bibliotecária Lia Temporal Malcher e à sua equipe por essa conquista tão valiosa em sua gestão, já que o novo prédio permitiria a eliminação da desastrosa dispersão de documentos de valor permanente, ocasionada pela inexistência prolongada de instalações adequadas para receber acervos destinados à guarda definitiva. Mas, ao mesmo tempo, estava receosa pensando na manutenção de toda aquela maravilha, pois, geralmente, esta parte não costuma ser objeto de muitas preocupações nem quando se planejam os prédios nem depois de inaugurados. Assim, infelizmente, o meu receio não demorou a confirmar-se. Os sistemas supersofisticados que equipavam o prédio, inicialmente perfeitos, começaram a apresentar problemas. Justamente por serem tão sofisticados, a manutenção e os reparos eram caríssimos, pior ainda por alguns componentes serem importados, o que em termos de administração pública ainda aumenta mais o problema. Tudo dependia não só de bastante dinheiro, mas de agilidade no sistema de liberação de verbas, e esse sistema...

Era lento.

Lento e antiquado, não tinha flexibilidade. Aí, acabávamos ficando alguns períodos sem ar refrigerado, e sem poder abrir as janelas. Não se podia abrir, porque eram hermeticamente fechadas. Aliás, aquelas janelas passaram uns dez anos sem limpeza, digo limpeza completa incluindo as persianas que ficam por dentro dos vidros. Acho que a primeira foi feita no tempo da Eliana,²⁴ quando elas foram totalmente desmontadas, foram colocados andaimes, uma empreitada. Resultado, quando ficávamos sem a refrigeração, os depósitos de documentos começavam a exalar mau cheiro, os funcionários ficavam insatisfeitos e também os usuários, por não poderem realizar suas consultas, era uma situação muito desagradável.

Tinha tão pouco tempo de inaugurado e já apresentava problema de ar-condicionado?

Já. Quando cheguei, logo em seguida houve uma pane. E não tinha hora para acontecer, nem era só o ar-condicionado. Algumas vezes, em chuvas muito fortes, houve inundação do subsolo, onde ficavam a garagem e as docas de recepção de documentos. Tinha uma bomba de sucção, mas parece que não era suficiente. Lembro-me de um dia em que a água chegou à altura da janela de um automóvel que ficou boiando. Quando essas coisas aconteciam, lá ia eu pedir socorro e, por mais que lutasse, sempre tinha de ter paciência para esperar as soluções. Portanto, são instalações excelentes, mas desde que haja todo o numerário indispensável para a manutenção, porque não pode haver um parafuso fora do lugar. Apesar de o projeto ter sido dos renomados arquitetos Edson e Edmundo Musa, que o conceberam de acordo com programa elaborado pela Prefeitura, de ter havido alguma orientação de Michel Duchein, um notável arquivista francês, especialista em instalações para arquivos e que esteve no Brasil em 1978,²⁵ na minha opinião, o que faltou foi uma adaptação dos modelos às peculiaridades do manejo e, sobretudo, da manutenção dos equipamentos.

O Michel Duchein trouxe alguma experiência de arquivos franceses...

Mas aqui era um arquivo dos trópicos... E ele, naturalmente, não acompanhou todo o projeto nem devia ter condições de prever completamente as nossas dificuldades de manutenção. Quanto a trazer experiências relativas à organização de arquivos, soube pela minha antecessora, Lia Temporal Malcher, com quem tive oportunidade de conversar a respeito, que isso não houve, a colaboração dele se restringiu à questão da construção. Com tudo isso, mesmo com ressalvas, só o fato de ter havido a preocupação de se construir um prédio especialmente para o Arquivo já valeu. E, apesar de todos aspectos negativos que relatei, não posso deixar de dizer que passei uma temporada muito feliz no Arquivo com vocês.

E nós também com você.

Houve pessoas especiais.

Helena, eu queria saber a respeito do acervo. Quando você chegou ao Arquivo, qual era a situação do acervo?

Encontrei o Arquivo de certa forma parado na sua função de recolher os documentos que estavam dispersos, já em condição de guarda permanente. Isso não existia, porque implicava trabalho de monta, dependia de uma organização que o arquivo não tinha. Não existiam arquivistas, só havia duas: Maria Aparecida Silvestre da Costa e uma outra da qual não me lembro o nome. O mais era gente com boa vontade, que tinha cultura, a maioria com nível universitário, alguns até bastante dispostos a colaborar. E tinha a Júnia Gomes da Costa Guimarães e Silva, que era museóloga, estava numa área próxima, mas também não era arquivista, entretanto, pela sua capacidade pessoal, me prestou muita colaboração, me ajudou muito. O acervo, além de estático, carecia em boa parte de tratamento técnico e até incluía coisas que não eram da competência do Arquivo, como a documentação dos cartórios. Então, a situação era difícil, porque não tinha a equipe necessária, a direção também não contava com assessoria técnica formalmente constituída, a estrutura organizacional era muito pobre. O que se conseguia era devido à boa vontade das pessoas, mas somente isto não bastava diante da complexidade das tarefas a realizar. Além da falta de pessoal especializado e da estrutura deficiente, outra importante razão contribuía para esse *status quo*, a ausência de uma ligação legalmente estabelecida entre o Arquivo e os arquivos setoriais, que ficavam soltos nas secretarias sem saber o que fazer, ou seja, como promover a destinação dos documentos que já não tinham validade administrativa.

Mesmo assim, consegui fazer uns dois recolhimentos de processos de licenciamento para obras. Um para completar um conjunto documental, cuja parte mais antiga já estava lá no Arquivo. Dois recolhimentos, um no Arquivo de Irajá²⁶ e um outro na Secretaria de Obras, no arquivo de São Cristóvão.²⁷ A gente só conseguiu fazer algum recolhimento, mas é preciso explicar que recolher não era apenas receber, ou mandar buscar, documentos convenientemente preparados pelos arquivos setoriais. Lembro-me muito bem de que

vários servidores do Arquivo, liderados por Maria Aparecida Silvestre, tiveram de ser deslocados para o arquivo de Irajá, e lá passaram muito tempo retirando os processos dos lugares em que estavam armazenados, tendo em muitos casos que fazer limpeza, fazendo as embalagens, providenciando listas de encaminhamento etc. A constatada ausência de recolhimentos me remeteu a uma outra atividade de arquivo, muito difícil, muito penosa, que é a avaliação de documentos, mas é a chave para o recolhimento não se constituir em problema. Como você sabe, a avaliação faz parte dos procedimentos concernentes à gestão de documentos em fase corrente e intermediária. Então, o Arquivo da Cidade não teria que fazer avaliação, mas, ao mesmo tempo, para serem recolhidos os documentos têm que estar organizados, avaliados, pois, se não for assim, todo mundo coloca tudo de qualquer maneira num caminhão e manda entregar no Arquivo...

Por que você disse que a documentação de cartório não deveria estar no Arquivo da Cidade?

Porque os cartórios são ligados ao Poder Judiciário. Não têm nada a ver com o Arquivo. Só por equívoco esses documentos poderiam ser custodiados em arquivo municipal, já que na estrutura dos municípios não existe o Poder Judiciário. Para os cartórios era uma situação privilegiada – espaço de graça em instalações dotadas dos mais modernos requisitos de segurança. E nos dava trabalho, porque havia consultas frequentes, dos próprios cartórios, inclusive com a retirada dos livros. Era uma guarda completamente fora dos padrões dos arquivos permanentes, onde os documentos são recebidos e não saem mais, a não ser eventualmente para uma exposição, com o devido seguro contra danos, extravio etc. O movimento de retiradas e devoluções precisava ser controlado, os livros tinham de ser recolocados nos devidos lugares, e isto quem fazia eram os funcionários do Arquivo. Felizmente, por meio de entendimentos amigáveis, acabei conseguindo que os dirigentes dos cartórios retirassem esse acervo, para encaminhá-lo à área jurisdicional correta de arquivamento. Por causa disso, durante toda a minha gestão, estive sempre atenta para não receber o que não fosse da jurisdição do Arquivo.

Helena, você acha que a posição hierárquica do Arquivo atrapalhava nesses entendimentos e negociações para recolhimento de documentos?

Em parte, sim, porque já que não havia disposição legal que me conferisse o poder de determinar o recolhimento nem a organização dos arquivos setoriais, eu tinha que usar o convencimento, era preciso gastar muita conversa, muita argumentação, porque o órgão não tinha a força de uma posição hierárquica adequada. Isso prejudicava a agilidade das ações, às vezes causava constrangimentos, sem falar da insatisfação, pela perfeita consciência de que tudo isto ocorria por estar o Arquivo tão rebaixado no seu posicionamento. Acho que a gente só conseguia levar as coisas adiante, porque todos nós gostávamos daquele trabalho, independentemente das dificuldades e de sermos também muito mal pagos.

Por ocasião da Proclamação da República o Arquivo esteve algum tempo subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito. Qual você acha que seria a posição mais adequada?

Não posso deixar de julgar que o melhor posicionamento do Arquivo será o de ser integrado ao Gabinete do Prefeito, como o Arquivo Nacional está integrado à estrutura organizacional da Casa Civil da Presidência da República, desde de 2002.²⁸ Em abono desse critério, aponto a redução do distanciamento hierárquico existente entre o Arquivo da Cidade e a cúpula do poder decisório. Com essa medida evitar-se-iam inúmeros insucessos, sendo alguns ocasionados pelo lento percurso das providências emergenciais que caem na malha do “tempo hábil”.

Helena, você desenvolveu uma política de arquivos de cunho próprio, ou você deu prosseguimento às ações anteriores?

Quando assumi a direção do Arquivo da Cidade tomei a decisão de dar continuidade às ações em curso, desde que se coadunassem com as finalidades do órgão. Quanto a uma política de arquivos, de início não me pareceu prudente formalizá-la, por julgar que, só depois de transformar as minhas noções sobre o funcionamento do Arquivo em real conhecimento, poderia cogitar de um plano maior. Nesse contexto, ia cuidando de reorganizar ou revitalizar, isto quando se tratava de acertos de pouca monta, como em relação ao Apoio Administrativo, ao Serviço de Apoio Cultural e à Seção de Biblioteca. Quanto ao Serviço de Apoio Técnico, por exemplo, não se tratava de fazer acertos, mas de preencher o vazio, pois, como já disse, faltava uma equipe de arquivistas habilitados em concurso, falha que infelizmente não foi eliminada, porque àquela época não constava da política de admissão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura a realização de um concurso para essa categoria. O mesmo se dava na unidade de Arquivo Permanente, só que agravado pela quase inatividade do recolhimento, de que também já falei.

Isso significava prejuízo de grande importância não só para o Arquivo, como para todos os arquivos setoriais do Município e, também, para os usuários, pois enquanto os documentos iam se acumulando nas secretarias, os pesquisadores e cidadãos em geral ficavam privados de consultá-los, já que os arquivos setoriais não são abertos ao público. Eventualmente pode até ser permitida uma consulta fora do âmbito administrativo, mas essa não é a regra, não é sua vocação natural. Diante desse quadro tão complicado e lamentável, passei a considerar a necessidade de o reverter, por isso, comecei a delinear um projeto cujo alcance ultrapassava as fronteiras do Arquivo da Cidade. Tomada essa decisão, foram esboçados, em relação ao projeto: a finalidade (implantação de vínculo sistêmico), o objetivo (promover articulação entre o Arquivo e os arquivos setoriais situados nas secretarias), a meta (obtenção de recursos), o resultado (revitalização do funcionamento arquivístico municipal). Quando estava nesse ponto, fiz uma consulta/sondagem às autoridades competentes sobre a conveniência e oportunidade do projeto.

Quanto à conveniência, a proposta teve boa acolhida. O mesmo não ocorreu em relação ao quesito da oportunidade, não só pelo vulto dos recursos previstos, como pela

abrangência e complexidade da concretização relativa ao vínculo sistêmico. Por isso, a recomendação foi aguardar. Aliás, quanto à dificuldade de recursos, resolvi nem considerar a ideia de reduzi-los, pois deles dependia em grande parte o resultado pretendido. E esta atitude se baseou em experiência provada pelo que aconteceu quando foi criado, em 1970, na Secretaria de Estado de Administração da Guanabara, o Departamento Geral de Documentação que, embora com o título de “órgão central de documentação”, não podia exercer as funções a ele concernentes porque não lhe foram concedidos os recursos correspondentes. Assim, fiquei aguardando a tal “oportunidade”, esperançosa, até a saída do professor Afonso Carlos do Departamento Geral de Cultura, ocorrida no início do governo do prefeito Saturnino Braga.²⁹ Depois, para diminuir minha frustração, publiquei, em 1987, na revista ACERVO, do Arquivo Nacional, o artigo intitulado *Política Municipal de Arquivos: considerações sobre um modelo sistêmico para a cidade do Rio de Janeiro*.³⁰ Em seguida realizei o seminário *Sistema de Arquivos e Administração Municipal*,³¹ evento que contou, entre outros, com conferencistas do Arquivo Municipal de São Paulo e do Arquivo do Estado de São Paulo e, também, do próprio Arquivo da Cidade. A audiência foi de auditório lotado. No encerramento, tivemos a presença do prefeito...

Quem era o prefeito?

Roberto Saturnino Braga. Ele demorou, mas ainda chegou a tempo de ouvir as últimas exposições, nas quais se deu bastante ênfase ao que os arquivos podem dar aos governos e aos governantes, se eles forem usuários esclarecidos. Aí, quando ele falou, dirigiu-se a mim e disse: “Minha senhora, se eu soubesse que ia ouvir isso, teria trazido todo o meu secretariado.” E eu não disse, mas pensei: “Opa, o Arquivo agora está bem!” Infelizmente, essa aura zen durou pouco porque, logo depois, o prefeito se afastou do cargo, por motivo de falência. Foi uma pena, pois ele pareceu ter ficado convencido da utilidade dos arquivos para a administração. Na minha fala, ao me referir a prejuízos decorrentes da desatenção para com os acervos, tomei como exemplo os projetos do metrô. Lembrei que, antes do projeto que afinal se concretizou, houve um outro no qual se gastou muito, mas, como não foi adiante e naquela época o Arquivo, como é hoje, não existia, a respectiva documentação se dispersou. Com isso, quando a ideia da construção voltou à pauta, foi preciso começar do zero, custando muito mais esforço, tempo e dinheiro do que teria sido necessário se os levantamentos de dados, mapas, plantas etc. providenciados para o primeiro projeto estivessem organizadamente guardados.

É importantíssimo o que você mencionou, a respeito do acervo servir aos administradores para a definição de políticas e de ações públicas.

Pois é, Sandra. Infelizmente, a maior parte das autoridades, como já tenho dito, desconhece a potencialidade dos arquivos como fontes preciosas de informação que, organizadas e facilmente recuperáveis, podem contribuir muito para respaldar decisões, poupar tempo e economizar recursos.

Helena, você gostaria de falar sobre os trabalhos daquelas comissões de avaliação de documentos que você coordenava e que tinham a participação de funcionários do Arquivo?

Boa lembrança, você foi membro dessas comissões representando a área de História. Sobre este trabalho, quero esclarecer que o considerei sempre como um miniprojeto alternativo, aquele sobre o qual já falei e, também, porque já vimos que a avaliação não deve ser realizada pelo órgão de arquivamento permanente e, sim, na fase da gestão de documentos. Essa era, portanto, uma ação voluntária de ajuda aos arquivos setoriais, porque prestada sem imposição legal ou técnica. Contudo, o tamanho do seu alcance não era pequeno.

Tratava-se de diminuir as falhas da falta de articulação entre órgãos e de chamar a atenção, tanto do pessoal daqueles arquivos como do próprio Arquivo da Cidade, para essa complexa e penosa atividade de avaliação – razão pela qual é tão pouco praticada. E com isso se contribuía para a capacitação dos servidores, para minimizar o trabalho em futuros recolhimentos, para evitar que o Arquivo recebesse acervos inadequados e, em última análise, até para o benefício dos usuários. Tivemos de enfrentar algumas dificuldades, especialmente pela ausência de ordenação legal, mas valia a pena.

Para dar uma ideia de como a coisa se processava, peço licença para estender um pouco mais este relato. Primeiro, entrávamos em contato com os arquivos setoriais, conversávamos com os diretores ou chefes, explicando-lhes da forma mais convincente possível mais ou menos o seguinte: “Este trabalho que vamos realizar juntos será o de determinar até quando deve ficar guardado neste seu arquivo este ou aquele conjunto de documentos que já perdeu a validade administrativa, vamos verificar os que podem ser eliminados e os que deverão ser recolhidos ao Arquivo da Cidade.” E mais: Que servidores daquele arquivo, escolhidos por ele, titular, iriam compor uma comissão a ser designada por Resolução Conjunta do secretário Municipal de Educação e Cultura e do secretário ao qual o arquivo em análise estava subordinado.

Da parte do Arquivo da Cidade, marcaram presença nessas comissões: Júnia Gomes da Costa Guimarães e Silva, Maria Aparecida Silvestre da Costa e você, Sandra (Horta). Os trabalhos de cada comissão se encerravam com a montagem da tabela de temporalidade,³² elaborada de acordo com os registros constantes das atas das reuniões. A partir daí, a ação voluntária do Arquivo da Cidade só poderia ser prestada por meio de atendimento a eventuais consultas das unidades setoriais, por dois motivos. Primeiro, pelo pressuposto de que os participantes das Comissões passariam a ter capacidade para executar a atividade subsequente, ou seja, a destinação.

O outro motivo era a falta de pessoal do Arquivo da Cidade para atender a compromissos fora de sua sede. E agora, para fechar mesmo este relato, quero contar um fato ocorrido numa reunião de uma dessas comissões. Estávamos analisando os prontuários de crianças nascidas na Maternidade de Cascadura,³³ cuja custódia atingia quantidade assustadora. No momento de opinar sobre o prazo de guarda, o chefe do arquivo setorial indicou 15 anos, aí, imediatamente, outro membro da comissão, um assistente social,

discordou explicando que muitas das crianças nascidas ali são de mães sozinhas, carentes de tudo, inclusive de conhecimentos comezinhos, e não registram seus filhos que, quando chegam à idade adulta, costumam procurar a maternidade como única fonte de dados sobre seu nascimento, para poderem então providenciar o registro civil. Esse assistente social propôs que o prazo fosse fixado em trinta anos, e todos concordaram. A avaliação de documentos serviu para resguardar o direito à cidadania de alguns municípios.

Você disse antes que, ao tomar posse na direção do Arquivo, decidiu dar prosseguimento a todas as ações em curso desde que pertinentes às finalidades do órgão. Por isso posso supor estarem aí incluídos os eventos organizados pelo Apoio Cultural. Gostaria que você falasse um pouquinho sobre isso. Esses eventos ficaram registrados no acervo audiovisual?

Sim, eram gravados porque o objetivo era a integração ao acervo. E não posso deixar de dizer o quanto apreciava aquela programação, por sinal, herança dos servidores pioneiros do Apoio Cultural, onde se destacaram os historiadores Afonso Carlos Marques dos Santos e José Luiz Werneck da Silva. A programação era de qualidade, e a inspiração de criá-la foi ainda de maior significação, pois ela agregou valores ao órgão – não só o de diversificar fontes documentais, como, principalmente, o de estreitar o vínculo do mais importante arquivo da cidade com a sua comunidade.

Por meio dela, abria-se aos municípios um mundo novo de informações sobre história do Rio de Janeiro, seus mais importantes escritores, músicos, compositores, cantores, esportistas etc. Por isso, quanto aos eventos, a minha recomendação era apenas no sentido de que fossem organizados de modo a não prejudicar o funcionamento arquivístico do órgão. Vale ainda ressaltar que essas atividades públicas compreendiam, também, palestras e seminários de interesse acadêmico. Você se lembra da mesa-redonda *A República aconteceu no Rio*?

Fez parte das comemorações pelo centenário da Proclamação da República, do qual participei. Nessa época eu era diretora de Pesquisa.

É isso mesmo, era um ciclo de palestras, e eu coordenei a mesa-redonda. No mesmo dia tivemos a conferência do historiador José Murilo de Carvalho, *A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média*. Foi excelente. Ah! havia também um projeto importante de tomada de depoimentos, cujo nome não me recordo, lembro-me de um engenheiro...

Esta entrevista nós cedemos ao CPDOC para uma publicação.³⁴ Na época em que você assumiu a direção do Arquivo o prefeito era o Marcello Alencar, a secretária de Educação era Maria Yedda Linhares e o diretor-geral do Departamento Geral de Cultura da Secretaria de Educação era o professor Afonso Carlos Marques dos Santos. Tendo em vista que os dois últimos eram doutores em História, a natural

preocupação com a preservação do patrimônio documental da cidade, advinda da posição e formação de ambos, traduziu-se em medidas concretas de tratamento desta documentação e em preocupação com o recolhimento?

No tocante a então Secretária de Educação e Cultura, a ilustre historiadora Maria Yedda Leite Linhares, devo dizer que, tendo a mesma o encargo de administrar duas pastas em uma só Secretaria, devia ser quase impossível tomar “medidas concretas de tratamento da documentação”, bem como se preocupar com o recolhimento. Por isso, o Professor Afonso Carlos também a representava quando me orientou sobre a necessidade de preparar o Arquivo, dentro do possível, para facilitar a execução de medidas futuras visando à eliminação dos prejuízos decorrentes das falhas do recolhimento e da escassez de instrumentos de pesquisa consistentes. Essas medidas se referiam, principalmente, à obtenção de uma equipe de arquivistas habilitados em concurso, bem como de uma reestruturação organizacional compatível com os objetivos do arquivamento permanente.

Na sua gestão, foram definidas novas atribuições para a instituição? Em caso afirmativo, quem as formulou?

Por exemplo, as competências das unidades... O que houve foram duas modestas alterações da estrutura organizacional, que fizeram com que algumas competências tivessem de sofrer modificações singelas. Mas essas mudanças não refletiram nem os ideais da direção nem as necessidades do órgão. Não foi possível criar novas unidades, porque sempre havia restrições orçamentárias. Às vezes era até preciso lutar pela permanência das existentes. Lembro-me de um período em que a orientação emanada da Assessoria de Organização e Métodos da Secretaria de Cultura era no sentido da eliminação das unidades com os níveis de seção e de setor, e nem mesmo o nível de serviço era visto com bons olhos.

Nesse momento em que você assumiu, a instituição contava com um corpo de profissionais compatível com as atribuições, com as competências que ela detinha?

Não, não existia um quadro de pessoal para o Arquivo estruturado a partir de suas competências. A quase totalidade da lotação que encontrei era de servidores desviados de função. Além de só haver dois arquivistas e de até, afortunadamente, os demais serem em boa parte das áreas de História, Museologia, Biblioteconomia etc., como já mencionei, havia uma falta, uma grave lacuna de pessoal que dominasse com certa proficiência o conhecimento arquivístico necessário às atividades que ali deveriam ser desenvolvidas. A única unidade que dispunha de corpo técnico compatível e em número suficiente era o Serviço de Apoio Cultural. Diga-se de passagem, compatível em razão da formação dos servidores, mas não dos cargos que ocupavam. Depois de criada a Secretaria de Cultura, houve uma tentativa de dotá-la de um quadro de pessoal específico, adequado. Creio que foi em 1987, lembro-me que tivemos um trabalho imenso com isso, mais infelizmente não se concretizou.

Houve concurso no Arquivo para novos servidores que tivessem formação de bibliotecário ou arquivista?

Para arquivista sei que não houve. Bibliotecário, não sei, mas pelo menos não para o Arquivo. Agora, não sei como está o quadro de pessoal, a figura do arquivista, não acompanhei mais, porque saí do ramo há um bocado de tempo, cerca de 14 anos.

Recentemente houve concurso para arquivistas. E para bibliotecários também.

No meu tempo não houve.

É verdade que no seu período de atuação frente ao órgão houve como que uma descoberta do acervo do Arquivo da Cidade como fonte para estudo da história do Rio de Janeiro, e que muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado surgiram de pesquisas a partir de documentos custodiados pela instituição?

Lembro-me, sim, de ter havido esse interesse, que creio já tinha começado desde a gestão anterior. E isso foi muito bom para o Arquivo, que não só serviu aos pesquisadores e contribuiu para a produção de conhecimento, como também essas dissertações e teses passaram de modo geral a enriquecer o acervo da Biblioteca.

Helena, desde que o Arquivo foi para o prédio novo, você foi a diretora que ficou mais tempo no cargo, mais de seis anos. A que você atribui esta longevidade?

Releve-me, Sandra, mas esta pergunta só poderia ser respondida pelos meus antigos chefes.

Dos prefeitos com os quais você trabalhou, primeiro Marcelo Alencar, depois Saturnino Braga, depois você ainda exerceu uma parte no governo do Marcello Alencar novamente. Qual destes prefeitos teve um cuidado maior com o Arquivo da Cidade? Você falou que o Saturnino visitou a instituição, o Marcello Alencar também?

Na verdade, os prefeitos Marcello Alencar e Saturnino Braga, naturalmente asseverados por suas funções político-administrativas, não tinham tempo para se envolver com o Arquivo. Para isso confiavam nos seus secretários de Cultura. Quanto às visitas: o prefeito Saturnino Braga só foi ao Arquivo uma vez, para encerrar o seminário *Sistema de Arquivos e Administração Municipal*, já o prefeito Marcello Alencar frequentou muito o auditório do órgão, em solenidades, entrevistas coletivas, ocasiões em que nunca deixava de agradecer a acolhida sempre com muita simpatia e elogios. Acho que esses cumprimentos eram tão enfaticamente cordiais porque ele tinha consciência de que também deveria ir lá para ver o que o órgão fazia para o seu governo. Restava-me, portanto, curtir os elogios, porque o prefeito e eu, sabíamos que esses louvores eram aquilo que ele podia.

Mas nenhum deles definiu uma política especificamente para o Arquivo.

Não. Eu ficaria mais feliz se um desses prefeitos mostrasse interesse em definir a referida política, mas, por tudo que já disse nesta entrevista, nunca esperei tamanha ventura.

E quanto aos secretários de Cultura e diretores do Departamento de Documentação e Informação Cultural? Algum deles colocou a instituição, senão entre as prioridades – a gente sabe que nunca é –, pelo menos em uma posição de destaque?

Sandra, nunca observei da parte dos secretários de Cultura da minha época concessão de prioridades que marcasse diferença de tratamento entre os órgãos da Secretaria. Quanto às direções do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, julgo que se o Arquivo deixou de ganhar alguma coisa, também não se pode dizer que foi prejudicado.

Você já falou sobre os projetos que desenvolveu na sua gestão, mas se você quiser acrescentar mais alguma iniciativa, fique à vontade.

Gostaria de mencionar a publicação de instrumentos de pesquisa, que foram apenas dois: o inventário sumário da série *Aforamentos*,³⁵ cujo conteúdo, de grande valor histórico e probatório, se refere ao século XVIII...

Este trabalho foi feito pela Ana Lúcia Bulcão.

Ana Lúcia Bulcão fez a parte da equipe responsável pela publicação de inventários, representando o Serviço de Apoio Cultural, com competente resumo histórico-jurídico. Os outros componentes da equipe desse trabalho foram Júnia Guimarães e Silva, pelo Serviço de Apoio Técnico, e Maria Aparecida Silvestre da Costa, pelo Serviço de Arquivo Permanente. A outra publicação foi o *Guia Preliminar do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, elaborado com a finalidade de oferecer aos usuários informações essenciais sobre o órgão e seu acervo, podendo servir também como instrumento de divulgação. A equipe responsável foi: Júnia Guimarães e Silva, Leila Maria Corrêa Capella,³⁶ Maria Amélia Gomes Lemos, Maria Aparecida Silvestre da Costa e Maria Isabel de Matos Falcão. Por sinal, a publicação do *Guia Preliminar* ensejou algumas alterações na recepção do Arquivo, no sentido de que contasse, durante o maior espaço de tempo possível, com a presença de um funcionário com conhecimento sobre o acervo e o funcionamento do órgão, atuando junto com os servidores da portaria na prestação de informações e encaminhamento dos usuários às salas de consulta adequadas ao atendimento de seus pleitos.

Queria que a recepção fosse realmente um belo cartão de visitas do Arquivo. Considero o atendimento aos usuários atividade das mais importantes nos arquivos. E faço questão de registrar que, durante a minha gestão, apesar de percalços, de ter deixado de realizar ou de dar continuidade a projetos, tive a satisfação de nunca ter recebido reclamações quanto ao atendimento nas salas de consultas. Os servidores encarregados dessa atividade se empenhavam, procuravam suprir as precariedades. E, quando havia necessidade, até os integrantes das outras equipes colaboravam com muito boa vontade.

Você foi transferida do Arquivo da Cidade para o Departamento de Documentação e Informação Cultural. Quem indicou o novo diretor do Arquivo?

Foi o então Secretário de Cultura, Gerardo de Mello Mourão.³⁷ Indicou o egiptólogo Júlio César Machado, a quem já me referi.

Mas, Helena, se eu me recordo, foi você que indicou a diretora do Arquivo.

Depois é que eu pude escolher a professora Eliana Rezende Furtado de Mendonça, mas isso foi após a saída do professor Júlio César Machado, que permaneceu no cargo por pouco tempo. Foi aí que indiquei a Eliana. Quando Eliana tomou posse, o secretário Gerardo de Mello Mourão já havia deixado o cargo. O novo titular da Secretaria de Cultura era o jornalista Carlos Eduardo Novaes.³⁸

Você foi nomeada diretora do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Então, queria que você contasse um pouco da sua experiência nesse departamento. Que dificuldades você encontrou, porque você já estava...

No DGDI, tomei posse em julho de 1990. De início tive alguns dissabores, depois tudo transcorreu bem. Supervisionar o Arquivo, a Divisão de Editoração e o Departamento de Bibliotecas, não foi um encargo pesado. Com o Arquivo, matava saudades, sobretudo depois da chegada da Eliana. Com a Editoração tive bastante trabalho, mas a equipe era boa e eu passava bons momentos com autores e livros, quase todos sobre a história do Rio de Janeiro, foram lançados muitos títulos da coleção Biblioteca Carioca. Enfim, era até bem prazeroso.

Mas com as bibliotecas era mais trabalhoso.

Com as Bibliotecas Populares sentia orgulho por estar a Prefeitura abrindo, por meio delas, principalmente para os subúrbios do Rio, importantes janelas para o mundo. Contudo, a unidade central, o Departamento de Bibliotecas, tinha uma estrutura muito singela, em desacordo com as suas responsabilidades. Por isso, me dediquei bastante à sua reestruturação. O departamento foi transformado em diretoria e acrescentadas mais duas unidades com o nível de divisão, para permitir melhor organização dos trabalhos da Diretoria e, assim, mais apoio e supervisão às vinte bibliotecas. A minha passagem pelo DGDI me trouxe, portanto, muita satisfação, mas sempre tive saudade do Arquivo.

Ainda mais pela sua formação, porque todas as pessoas que nós entrevistamos da área de arquivo mencionaram seu nome. Sempre como uma pessoa iniciadora, conceituada, com uma bagagem enorme. Vamos voltar rapidamente ao Arquivo, para um esclarecimento. No momento em você estava lá, o Arquivo da Cidade era apenas um arquivo permanente?

E agora não é? O arquivamento permanente era o principal, mas havia também arquivamento intermediário, o que até não é o mais indicado. As instalações para arquivos intermediários são geralmente muito simples, o professor Michel Duchein, que é grande especialista, explica isso muito bem. Eu fiz um estudo a esse respeito e, se não me falha a memória, quando estava no Arquivo, cheguei a apresentar uma proposta, ou forneci subsídios a alguma autoridade superior, no sentido de que a Prefeitura construísse ou adaptasse um imóvel para essa finalidade.

Agora temos a Política Municipal de Arquivos. Queria conversar com você a respeito desta Política, que depois foi regida por Lei. Hoje em dia, o Arquivo é o gestor da documentação da administração municipal. Conversando com o Paulo Elian, que foi diretor do Arquivo, ele disse: “A Helena já pensava nisso na época dela.” Isso passou por vários diretores. Eliana também tentou e depois o José Maria Jardim aprofundou.

De fato, sempre pensei num comando maior para gerenciar os arquivos municipais, principalmente por serem carentes de articulação, e isto era uma política de arquivos, mesmo que não se desse tanta ênfase a esse título. Na minha época, os arquivistas costumavam propor, para esse caso, a “criação de sistema”. E eu também, principalmente pela situação do Arquivo da Cidade que não existia isoladamente. Aliás, sobre essa questão já me manifestei nesta entrevista, ao citar o artigo que publiquei em 1987, na revista ACERVO, do Arquivo Nacional, com título que revela o meu pensamento naquela época: *Política Municipal de Arquivos: considerações sobre um modelo sistêmico para a cidade do Rio de Janeiro*.

Qual foi a sua contribuição para com o José Maria Jardim?

Nessa ocasião, já estava na direção da Superintendência de Documentação da Secretaria Municipal de Administração e fui convidada pelo o professor José Maria Jardim, então diretor do Arquivo da Cidade, para participar do Grupo de Trabalho, criado em 1993,³⁹ com vistas à elaboração de propostas para os anteprojetos da Lei de Arquivo e da Lei de Direito de Acesso à Informação. Nas reuniões desse grupo, foi tratada a questão do posicionamento do Arquivo na estrutura organizacional da Prefeitura, também a necessidade de ampliação de suas competências, inclusive para emitir atos normativos referentes aos arquivos setoriais do Município, bem como a expansão de sua própria estrutura, de modo a adequá-la à nova situação.

Naturalmente, eu concordava com José Maria no sentido de que o posicionamento ideal seria o Arquivo da Cidade integrado à estrutura do Gabinete do Prefeito. Com essa convicção, que felizmente era também a do Grupo, elaborou-se o documento para ser encaminhado à autoridade competente. Aliás, mais ou menos no mesmo período, o prefeito Cesar Maia queria que os órgãos sediados naquele setor administrativo, como é mesmo o nome daquele prédio?

CASS. Centro Administrativo São Sebastião.

É isso mesmo. Então, o Prefeito Cesar Maia queria que os órgãos ali instalados reduzissem os seus acervos arquivísticos em benefício do espaço físico, e que isso se fizesse o mais rapidamente possível. Assim, por princípio, não se poderia tratar de uma secretaria de cada vez, tinha de ser tudo ao mesmo tempo. Mas, como também não seria possível reduzir acervos sem avaliá-los, sugeri a criação de um grupo de trabalho para estudar o caso, planejar e acompanhar o processo de avaliação. O grupo era enorme, só para formá-lo já foi uma trabalhadeira. José Maria Jardim integrou o grupo e colaborou muito. Depois,

o Paulo Elian também. Eu acompanhei o início desse processo, mas saí logo depois, não cheguei a ver o resultado.

Você ficou quanto tempo na Superintendência?

Cerca de um ano.

Quando o doutor Athayde⁴⁰ era diretor do Arquivo, ele começou, com subsídios que foram dados por outros diretores e junto com a Júnia e a Domicia,⁴¹ a elaborar a Política Municipal de Arquivos. Conseguiram regulamentar em lei, e por decreto do prefeito o Arquivo passou a ser o gestor da Política Municipal de Arquivos. Embora eu não seja arquivista, mas por uma questão prática, achei que não se deveria extinguir a Superintendência de Documentação, mas fui voto vencido, a Superintendência foi extinta. Quero a sua opinião, pois você é uma pessoa abalizada para isso, eu achava que o Arquivo deveria orientar o trabalho da Superintendência. Orientar o sistema e manter a Superintendência, porque esse era um trabalho que a Superintendência já fazia há muito tempo, eles tinham experiência na área de documentação. Acho que ficou uma lacuna. Que realmente o Arquivo – apesar de ter melhorado muito nos últimos anos –, não tem as condições apropriadas tratar toda a documentação das secretarias.

A Superintendência de Documentação podia ser um órgão do Sistema de Documentação, na Secretaria de Administração, ligado ao Arquivo pelo sistema, na parte de orientação normativa.

Esta era a minha proposta.

Perfeita. Não se extingue um órgão que já tem um passado e uma estrutura organizacional como a da Superintendência, que, aliás, tinha uma unidade de Referência Legislativa muito boa.

Também foi extinta.

Essa Referência Legislativa foi implantada, na época da Fusão, por uma ex-funcionária minha. Ela foi para lá e levou a metodologia que empregávamos no Departamento Geral de Documentação, no Estado da Guanabara. Primeiro o trabalho era feito manualmente, depois já estava sendo informatizado. Vai fazer falta. Às vezes, quando se queria saber de uma legislação, era só telefonar, que por telefone a gente obtinha a informação.

Acho que essas coisas que estavam funcionando não deveriam ter sido extintas.

Eram preciosas.

Preciosas, também considero isso. Então, acho que fui muito mal entendida na época.

Alguém com desejo de aproveitar aquela estrutura para outra situação. Foi pena extinguir a Superintendência. Já existia, porque depois para você refazer um órgão daquele porte, para aquela área, você não consegue mais. Já deveria ter uma uma porção de gente à espera.

Você chegou a ver a proposta do José Maria Jardim para a Política Municipal de Arquivos?

Sim.

Você sabe se ali também estava incluída a extinção da Superintendência de Documentação da Administração?

Um pouco antes da criação do Grupo de Trabalho constituído para tratar da proposta de anteprojeto para a Lei de Arquivo, a que já me referi, José Maria Jardim teve a delicadeza de me fazer uma visita, na Superintendência de Documentação, para me comunicar as alterações que pretendia para o Arquivo, especialmente quanto à competência normativa, e justamente porque, com isso, ou a Superintendência seria logo extinta, o mais provável, ou pelo menos teria de sofrer uma grande transformação, já que perderia uma parte considerável de suas competências.

Foi você que fez a proposta de criação da Superintendência?

Não. Nessa época eu estava no Departamento Geral de Documentação da Secretaria de Administração do Estado do Rio de Janeiro.

Helena, agora voltando à época em você era diretora do Arquivo e depois quando você foi para o Departamento de Documentação e Informação Cultural. Por que você escolheu a Eliana para ser a diretora do Arquivo? Vocês tinham trabalhado juntas?

Eu conhecia a Eliana desde a década de 1980. Ela trabalhava no Arquivo Nacional, em Brasília, e nessa época eu dava consultoria no Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional. Nos encontrávamos de vez em quando, eu tinha notícias do trabalho que ela realizava. Ela era uma pessoa desembaraçada, era da área de arquivos e formada em História. Tinha um perfil adequado ao cargo.

Sempre houve no Arquivo, talvez pela forma como ele se instalou naquele prédio, com uma pessoa brilhante como era o diretor de Pesquisa, o Afonso Carlos, um mal estar entre a Divisão de Pesquisa e a Divisão de Documentação. Você alguma vez percebeu isso, que havia dificuldade de trabalhar com a equipe de forma integrada?

Sim, percebi Sandra, embora tenha compreendido logo o motivo. O pessoal do antigo Serviço de Apoio Cultural pisava em terra firme. Quase todos eram da área de História, um dos ramos do conhecimento humano com bastante prestígio e, ainda, por cima, trabalhavam no seu âmbito profissional. Eram, como dizem os ingleses, “a pessoa certa no lugar certo”. Já os da área de Documentação, mesmo os que eram arquivistas, sofriam

o preconceito de serem profissionais de um setor de trabalho considerado “menor”. E aí, essas duas unidades administrativas eram envoltas pelo preconceito. Que era mais sombreado, porque, no Arquivo da Cidade, outros profissionais, tais como museólogos, bibliotecários, professores substituíam os arquivistas – alguns até muito bem, mas, compreende-se, não tinham orgulho por isso. No meu caso, cheguei com o alo que o Afonso me deu, o de diretora do Arquivo mais importante da minha querida cidade. Estava com a minha autoestima de plantão. Assim mesmo, uma historiadora tentou me dar uma chave de estrelas. Não me afetou, principalmente porque você, Sandra, a Leila Corrêa Capella e, mais tarde, o Luiz Sérgio Dias me fizeram sentir-me em casa entre os historiadores. Acho que expliquei.

É minha opinião que o Arquivo, além da sua função principal, que é tratar a documentação, conservar, dar acesso, preservar, deve ser também um espaço para a reflexão sobre a história do Rio de Janeiro, para a produção científica.

Fico satisfeita por esta sua opinião, pois ela deve ter contribuído, e certamente está contribuindo, para que se consolide o espaço de reflexão que já faz parte do nosso Arquivo. Pelo menos desde a gestão de Lia Temporal Malcher, já havia dentro desse propósito ciclos de debates, conferências e seminários, em que pontificavam historiadores de muito brilho, entre os quais os saudosos Afonso Carlos Marques dos Santos e José Luiz Werneck da Silva, bem como eram acolhidos os jovens historiadores em início de carreira. Talvez não tenha havido o estabelecimento de linhas rígidas de pesquisa, mas isso virá com tempo e até na medida em que as atividades arquivísticas sejam cada vez mais incrementadas. Agora, vocês estão estreando a *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, isto é um passo.

Acredito que todos os diretores tinham a ideia de fazer um Guia de Fundos para conhecer o universo documental do Arquivo. Mas isso foi muito difícil de se fazer, agora está sendo executado. Por que? Quais eram os impedimentos?

Os impedimentos, poderia citá-los numa listagem, mas creio que só dois, dos principais, são necessários para uma avaliação. O primeiro vem das falhas de organização do acervo que, aliás, ainda não tinha sido objeto de uma criteriosa descrição. O primeiro instrumento de pesquisa “*comme il faut*”, um inventário sumário, já citado nesta entrevista, foi publicado em 1987. Em segundo lugar, ou deveria ser em primeiro, vem o fator humano, onde arquivistas eram quase uma raridade. Por isso, suspirei, ao longo da minha gestão, por arquivistas saídos das universidades, com diplomas validados por professores competentes, principalmente daqueles com a chancela de mestrado e de doutorado. E aí me lembro do José Maria Jardim que, se não me falha a memória, começou na área de História, ganhou experiência no Arquivo Nacional, entrou no magistério na UFF, neste setor, fez mestrado e doutorado e, também, foi diretor do Arquivo da Cidade. Um belo currículo, que ajuda a apagar as tristes lembranças do obscurantismo arquivístico, do qual fui testemunha ocular.

A Prefeitura não tinha uma prática de ter estagiários naquela época, hoje em dia tem, através de convênio com as universidades.

Nessa questão, houve tentativas que em nada resultaram, pois dependiam de verbas.

Pois é, precisava que o chefe do Executivo Municipal concordasse.

Tinha de ter prestígio. Outras áreas tinham, mas nós não. Até ficava a impressão de que, fora das atividades culturais públicas, o Arquivo não era considerado necessário, se não existisse ninguém ia sentir falta.

Algumas pessoas foram para o Arquivo inicialmente com esta ideia de que seria um centro cultural. Lógico, as pessoas que não eram da área. Mas, depois perceberam – eram pessoas com boa formação, cultura, erudição –, que não era essa a finalidade do Arquivo.

Essa ideia de centro cultural é um caso sério.

Considero que o Arquivo tem três grandes problemas. Primeiro o prédio, que é um prédio magnífico, mas de uma manutenção muito cara. Depois, a ausência de verbas para tratar a documentação, em terceiro a falta de pessoal na área arquivística, porque de historiador o Arquivo sempre foi bem dotado. Havia professores de História que eram transferido para lá e se interessavam pela documentação. Mas na área de arquivo, a instituição ficou com uma lacuna muito grande.

Muito bem, Sandra. A falta de profissionais de arquivo contribuiu muito, não só para a quase inatividade do recolhimento, como para a falta de instrumentos de pesquisa.

Hoje tem uma ação de recolhimento que você começou, que é o recolhimento do Arquivo de Irajá, da Secretaria de Obras. E também do Instituto Pereira Passos e estamos em entendimento com alguns setores, estamos conseguindo recolher muita coisa.

Mas é um serviço por enquanto obscuro, não tem o relevo que mereceria. Então, é difícil alguém se encorajar a tomar a liderança. O conhecimento precário do papel dos arquivos ainda ocasiona perda de informações oriundas de preciosos documentos que ficam dispersos, geralmente em péssimas condições de guarda, se deterioram, às vezes nem chegam a ser recolhidos. E, se forem, passam a representar mais dispêndio de recursos humanos e financeiros, porque têm de ser submetidos a minuciosos processos de restauro.

Fica sendo um esforço dos diretores do Arquivo, sem que as secretarias atentem para isso. A Superintendência de Documentação tratava só da documentação produzida pela Secretaria de Administração?

Tratava dos documentos arquivados na Divisão de Arquivo integrante da estrutura da Superintendência. Nesse acervo, a maior parte dos documentos era da Secretaria de Administração, mas havia também documentação pessoal das outras secretarias. Além

disso, cabia a ela a orientação técnica das unidades de documentação das secretarias que, naquela época, tinham o nível de divisão, bem como dos arquivos correntes da Secretaria de Administração. Ela era um órgão central. E tinha também uma unidade de referência legislativa que, durante muitos anos, produzia um catálogo periódico, mas na minha época já estava sendo informatizado. Como passei pouco tempo lá, e tive de tratar da questão da avaliação de todos os arquivos sediados no CASS, de que já falei, não me foi possível um envolvimento maior com as ações regulares de gestão de documentos que cabiam ao órgão e muito menos com a parte normativa.

Lá estava toda a documentação de pessoal?

Não era toda porque lá também havia dificuldades, inclusive de recolhimento e destinação. Quando cheguei, em 1993, encontrei um volume enorme de processos que tinham sido avaliados em anos anteriores, mas a destinação não tinha sido executada, estavam guardados numa garagem do bloco 2 do CASS. E, neste caso, a maior parte até deveria ser eliminada, mas ainda não tinha sido. A Assessoria Técnica da Superintendência, que era chefiada pela Maria Isabel Falcão,⁴² que providenciou o levantamento de dados sobre o conjunto de documentos, a conferência dos processos, de acordo com as instruções de destinação contidas na tabela de temporalidade, e, depois, a eliminação. O volume era tão grande, que o secretário de Administração, Gilberto Ramos, até chamou a Imprensa Oficial para fotografar. Quanto à referência legislativa, fico com muita pena, porque havia uma estrutura, havia equipe, acho que ela deveria continuar, poderia ter sido aproveitada, talvez até trazida para o Arquivo, ela podia enriquecer o Arquivo. É a minha opinião.

Gostaria que falasse sobre o significado do Arquivo para a cidade do Rio de Janeiro, para os cariocas.

O Arquivo da Cidade é importante pelo seu valioso acervo e pela sua trajetória que, como se sabe, enfrentou a ameaça de sinistros, de mudanças de risco, inclusive para instalações inóspitas que puseram em perigo, muitas vezes, a integridade do patrimônio documental que guarda e deveria preservar. Apesar de tudo isso, o Arquivo está vivo e se aprimorando para ampliar a confiança dos cariocas, que ao serem bem atendidos, vão aos poucos compreendendo a sua importância, na medida em que precisam obter informações para comprovação de direitos ou pesquisa histórica. Nesse sentido, falo de uma esperança: a de acreditar que esse bom conceito crescerá ainda mais, quando num futuro próximo, otimizados os serviços, tanto os prestados ao governo municipal quanto à comunidade, não houver diferença de atendimento entre estes dois usuários. Será uma glória que a Cidade merece.

Helena, neste final de entrevista, você quer acrescentar mais alguma coisa?

Sim, quero mencionar a equipe de escol que me assessorou: Júnia, a museóloga, agora doutora em Ciência da Informação, que conhecendo profundamente o funcionamento

do órgão, muito me ajudou; Maria Isabel, a bibliotecária, que foi assistente no último ano da minha gestão, com sua cultura diversificada e grande interesse pelo atendimento aos usuários, me abriu muitas janelas; Leila Capella e você, Sandra, historiadoras que, desde o início, sempre atenderam prontamente aos meus pedidos de subsídios históricos; bem como Luiz Sérgio Dias,⁴³ também historiador, que não se importou de colaborar – botando a mão na massa, como se diz – em atividade arquivística, quando se dispôs a examinar “in loco,” antigos processos e plantas da Secretaria Municipal de Obras, que já em fase de recolhimento estavam em arquivo setorial daquela secretaria, em São Cristóvão. Não esquecerei dessa equipe. E, também, do historiador Afonso Carlos Marques dos Santos, cujo apreço ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro sempre me sensibilizou. Enfim, Sandra Horta e Marco Belandi, repito a vocês, que me acompanharam nesta entrevista, que valeu a pena ter passado pelo Arquivo da Cidade. Esse “valeu” me lembra Fernando Pessoa, na frase que, adaptada ao meu caso, deve ser assim: “Tudo vale a pena, quando a causa não é pequena.”

Acho que, no caso, é causa mesmo.

Teria outras pessoas que deixo de citar, pois, com certeza esqueceria de alguém de quem tenho boas lembranças.

Nós é que agradecemos a você, Helena, pela socialização de seus saberes, adquiridos em anos de experiência e estudos. Pela verdadeira aula que enriquece a arquivística, tanto na parte prática como na parte teórica. E pela lembrança positiva que deixou em todos os que tiveram a felicidade de trabalhar com você.



“A Celina (Vargas) foi extraordinária para a área de arquivo, porque ela emprestou sua capacidade técnico-administrativa, principalmente, e o seu prestígio político para a modernização do Arquivo Nacional. Ela envolveu o Arquivo Nacional de tal maneira no mundo arquivístico internacional, que resultou em um salto de qualidade fabuloso para a arquivística brasileira.”

Eliana Rezende Furtado de Mendonça é historiadora, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, dedicou-se desde cedo em sua carreira a área dos Arquivos. Foi diretora do Arquivo Intermediário do Arquivo Nacional, em Brasília, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, bem como coordenadora de Documentação do IPHAN/Pró-memória. Implantou o Centro de documentação do DETRAN – RJ e modernizou o Arquivo da Cúria. Participou de diversos Conselhos Editoriais e criou e coordenou a edição de inúmeras revistas e outras publicações dirigidas a arquivistas e pesquisadores.

Entrevista concedida a Sandra Horta, em 11/10/2007, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Gostaríamos de saber um pouco sobre a sua vida e carreira. Qual o seu grau de escolaridade?

A minha formação é na área de História. Iniciei os meus estudos aqui, imagine você, ainda na Universidade do Brasil. Ficava na antiga Casa d'Itália, onde hoje é o Consulado da Itália. Eles recuperaram esse prédio que havia sido confiscado à época da Segunda Guerra Mundial. Ficava instalada ali a Faculdade de Filosofia e o curso de História fazia parte dessa faculdade. Fiz dois anos, depois fui para Natal. Meu marido foi trabalhar em Natal. Dei continuidade aos estudos e só retornei no último semestre, para me formar pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), pois já havia acontecido a reforma na área de educação e as universidades tinham mudado suas estruturas, sua forma de atuação, tinham criado faculdades específicas de História. Tive, então, essa experiência de iniciar minha formação na antiga Universidade do Brasil, que acho que não deveria ter mudado de nome, tão bonito, e fui para Natal numa época de grande ebulição, em que o Paulo Freire⁴⁴ estava implementando o seu programa de educação. Trabalhei no CRU-TAC⁴⁵ como estagiária, tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, um educador interessantíssimo, de um entusiasmo extraordinário pelo Brasil. Terminei o curso e fui dar aula no Ensino Médio do antigo Estado da Guanabara.

Você fez concurso?

Sou concursada e tenho duas matrículas no município do Rio de Janeiro. Comecei a lecionar na cadeira de História. Em 1978 fui morar em Florianópolis, e lá tive a oportunidade de fazer o mestrado. Fiz o mestrado na Universidade de Santa Catarina.

Seu marido era militar?

Era militar. Eu o acompanhava todas as vezes em que ele era transferido, eu e as crianças. Então, estávamos sempre mudando, e hoje elas ainda se queixam porque tiveram muita dificuldade de fazer amigos na infância. Faziam e desfaziam as amizades. Quando retornei ao Rio de Janeiro, em 1980, o Arquivo da Cidade estava se mudando para este prédio, estava sendo reinaugurado. Eu vim aqui conversar com a diretora, que na época era a Lia Malcher, e falei a ela que havia acabado de fazer o mestrado e não queria mais voltar para turma, se haveria alguma oportunidade de trabalho. Ela precisava muito de profissionais e imediatamente me requisitou, porque eu era da Educação, e a Cultura fazia parte da Educação. Era um Departamento dentro da Secretaria de Educação. Então, vim para o Arquivo e nessa ocasião encontrei aqui um Arquivo que sempre considerei como pioneiro no Brasil. Um Arquivo Municipal voltado inteiramente para a sua cidade. Aqui se desenvolveram os mais belos trabalhos, as mais importantes e profícuas atividades, fico até emocionada ao lembrar.

Foi a época do Afonso Carlos como diretor de Pesquisa.

Foi. Na verdade, os profissionais do Arquivo eram muito jovens. O José Luiz Werneck era o responsável pela Pesquisa. Depois o Afonso assumiu como diretor de Pesquisa, todos

os dois já falecidos, e a Lia era diretora. Eles construíram a concepção do Arquivo. Era uma concepção moderníssima e, naquele momento, nós estávamos saindo da ditadura. Então, essa aproximação com a comunidade era fundamental.

Certamente, considerando que a cultura existe a partir da dialética entre os homens, entre o homem e a sua comunidade, seu meio, sua realidade, pensou-se este Arquivo. Com base nessa teoria. Você via o interesse de todos os profissionais para envolver a sociedade carioca com a questão do Arquivo. Instalou-se aqui a primeira mostra do Salão Carioca, o Sérgio Cabral pai vinha para cá falar sobre samba, chorinho... As pessoas traziam grupos de choro, de cinema, de teatro, a área cultural do Rio de Janeiro passou por este Arquivo, dando entrevista ou palestras, prestando depoimentos ou apresentando alguma coisa. A gente teve aqui um momento de muita importância para a implementação do moderno Arquivo do Rio de Janeiro e para a Cidade do Rio. Eu vivi esse momento até o início de 1982, quando meu marido foi transferido novamente e deixei o Arquivo em plena ebulição. Colaborei no *Boletim do Arquivo*, nas exposições, enfim, muita coisa. Saí do Rio e fui morar em Brasília, já convidada pela diretora do Arquivo Nacional, Celina Vargas para assumir o braço do Arquivo Nacional em Brasília, que era o Arquivo Intermediário do Arquivo Nacional.

Para mim é uma novidade você ter passado por aqui antes. Só me lembro de você como diretora. Qual foi o cargo que você ocupou aqui anteriormente?

Não tive cargo. Fiquei trabalhando no Setor de Documentação Permanente.

E você tinha experiência?

Não, não tinha qualquer experiência de arquivo. Era uma usuária, uma pesquisadora. Foi a primeira vez que comecei a trabalhar em arquivo e fui muito ajudada por palestras técnicas que havia na época, em que eram trazidos ao Brasil diversos consultores franceses, e também pelo Arquivo Nacional. Essa ocasião foi a do grande *boom* dos arquivos, na gestão da Celina (Vargas). A Celina foi extraordinária para a área de arquivo, porque ela emprestou sua capacidade técnico-administrativa, principalmente, e o seu prestígio político para a modernização do Arquivo Nacional. Ela transferiu o Arquivo Nacional para o prédio em que hoje se encontra instalado, enviou diversos profissionais do Arquivo (Nacional) para os Estados Unidos, para a Europa, principalmente para a École de Chartres, no Arquivo Nacional da França, para fazerem cursos, se aperfeiçoarem e acompanharem o que se passava no mundo inteiro nesta área. Ela envolveu o Arquivo Nacional de tal maneira no mundo arquivístico internacional, que resultou num salto de qualidade fabuloso para a arquivística brasileira.

A pesquisa aqui no Arquivo já tinha um grupo grande, coordenado pelo Afonso, por isto fui trabalhar no Setor de Documentação Permanente. Iniciei uma espécie de levantamento do acervo, para transformá-lo num guia. Comecei a entender o que era um bom instrumento de pesquisa, como poderia produzir esses instrumentos de auxílio

ao pesquisador, enfim, fui aprendendo fazendo, na prática. Nesses dois anos, comecei a fazer cursos. Vi que o Arquivo era muito mais complexo do que eu imaginava, além do que, tinha, ainda, toda a parte de conservação, de divulgação etc. As tecnologias modernas estavam chegando e fui observando, conhecendo, fazendo cursos para complementar o meu pequeno conhecimento, muito da prática, sem base teórica. Então, fui morar em Brasília e a Celina (Vargas) me convidou para administrar o Arquivo Intermediário do Arquivo Nacional.

Lá, fiquei dois anos e meio e iniciei um projeto de gestão documental e implementação do Arquivo Intermediário, que também era novidade. A metodologia utilizada foi trazida da Espanha, que estava desenvolvendo um projeto de gestão documental, porque apesar de conhecermos a teoria americana, sua aplicabilidade no Brasil era muito difícil, pois o sistema administrativo federal dos Estados Unidos é muito diferente do nosso. O que nós percebemos que se adaptaria ao Brasil seria essa metodologia da Espanha, por ter uma administração hierarquizada assim como a nossa, apesar de centralizada, mas de qualquer forma, poderia ser aplicada no governo federal. Fizemos, então, uma adaptação à nossa realidade e aplicamos essa metodologia no Ministério da Agricultura. Foi um trabalho pioneiro e de grande repercussão. Foi quando se criou, inclusive, na descrição dos documentos, a tipologia documental. Muita coisa foi depois evoluindo em cima desse primeiro projeto de gestão documental.

Como é que você tomou conhecimento do funcionamento desses arquivos da Espanha? Você esteve lá?

Não. Quem esteve lá foi a Norma de Góes Monteiro,⁴⁶ e foi justamente um dos resultados desses intercâmbios promovidos entre o Arquivo Nacional brasileiro e outros arquivos internacionais, tanto da França quanto da Espanha ou dos Estados Unidos. Você vê, por exemplo, que hoje a posição organizacional do nosso Arquivo Nacional tem base nos Estados Unidos. Está na Casa Civil, como é nos Estados Unidos. A gente absorveu muito de tudo isso. A legislação brasileira de arquivos, que na época estava se discutindo, só foi sancionada em 1991. Ainda não existia uma legislação nacional para a orientação de todos os arquivos. Vinham, então, para orientar o rumo dos arquivos, diversos profissionais famosos como o Duchein, o Keskémeti e tantos outros.

A Celina fazia parte da ALA, Associação Latino-Americana de Arquivos, do CIA, Conselho Internacional de Arquivos, de forma que todos nós participávamos dessas discussões referentes à modernização dos arquivos, fosse quanto à legislação, metodologia ou terminologia. A gestão documental, que era uma grande novidade nos arquivos europeus, foi introduzida aqui. Os americanos criaram o seu modelo de gestão, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando começaram a discutir a Teoria das Três Idades.⁴⁷ E todos foram beber nessa fonte, porque ela mostrava a realidade de um mundo em acelerado desenvolvimento.

Quando a Europa começou a ter a preocupação da integração das Três Idades dos arquivos, nós também fomos nos inteirar desses conhecimentos. Foi assim que chegou

até nós a metodologia espanhola, que adaptamos e passamos a aplicar. Quando retornei de Brasília, a Celina me convidou para implementar o Arquivo Intermediário aqui no Rio de Janeiro, mas fiquei muito pouco tempo, porque 8 meses depois fui morar nos Estados Unidos. A minha vida é de muitas mudanças. Isso até dificultava muito, porque a cada vez que eu começava a consolidar algum trabalho, tinha que mudar. Morei quase três anos nos Estados Unidos. Fiz vários cursos no Arquivo Nacional.

No Arquivo Nacional dos Estados Unidos?

É, no Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Visitei vários arquivos estaduais e locais e, enfim, tive essa oportunidade de morar lá, cursar e tomar conhecimento do trabalho de arquivos. Cheguei a trabalhar no arquivo do embaixador Oliveira Lima,⁴⁸ que se encontra na Universidade Católica de Washington. Voltei em 1990 e, nessa ocasião, um grande amigo meu era o presidente da (Fundação) Pró-Memória, Oswaldo Campos Mello. E ele então me convidou para assumir um cargo na Coordenadoria de Documentação da Pró-Memória. A Janice Monte Mór, que foi diretora da Biblioteca Nacional, coordenava toda a área de documentação do SPHAN-Pró-Memória e eu fiquei na Coordenação do Arquivo. São experiências fascinantes, Sandra. Quer dizer, eu reclamo um pouco dessas mudanças todas, mas isso me trouxe muita experiência, visões inteiramente diferentes.

Na Pró-Memória, por exemplo, fui ter contato com o processo de tombamento, que eu desconhecia. Para mim, documentação permanente sempre foi documentação histórica e aberta à pesquisa e não me atinha muito à questão da documentação privada. Na Pró-Memória, fiquei conhecendo o processo de tombamento de bens privados de interesse público e sua importância. E penso que contribuí um pouco, porque até então não existia tombamento algum de acervo documental. Existia tombamento de cidade, de documento isolado, de bens materiais ou imateriais, como as manifestações da cultura popular, mas não havia nem acervo nem coleção documental. E isto se explica pelo fato de que o tombamento é da unidade e não do conjunto indivisível. Mesmo numa cidade, que é um conjunto, o tombamento é feito casa a casa. E então, dentre as atividades que desenvolvi, realizei esse estudo para tomar o acervo de um jornal do Rio Grande do Sul, que se encontrava em perigo de destruição.

Eliana, e essa passagem sua da História para a Arquivística, você considera que trouxe uma bagagem, uma experiência importante para você?

Foi fundamental, porque não adianta você ter só a técnica, ou a metodologia arquivística que é passada na universidade, principalmente se você está em um arquivo histórico público. Se você está em um arquivo de empresa, não é tão importante assim, apesar de que você precisa conhecer a trajetória da empresa. Sempre fui da administração pública, até hoje, por convicção. Para mim, o Estado terá sempre que existir, porque é quem regula, equilibra as relações de forças e produz a solução para a vida das pessoas. Precisa se modernizar sempre, mas é fundamental. Nunca quis sair da administração pública, as

empresas privadas não me atraem, não. Você não pode aplicar as técnicas arquivísticas se desconhece o período histórico em que foram produzidos os documentos, as pessoas que estão envolvidas naqueles documentos e uma série de outros determinantes. Então, a História é de importância vital. Eu me desviei inteiramente da História. Às vezes fico pensando, acho que vou voltar, pois está me fazendo muita falta. Esses historiadores mais modernos eu desconheço. Leio alguns, mas desconheço a maioria. Tenho vontade também de fazer alguns cursos, porque é a minha formação e sou apaixonada pela História.

Retornando à sua experiência anterior, como diretora do Arquivo (da Cidade). Esse momento que você mencionou, do professor Afonso Carlos Marques dos Santos, do José Luiz Werneck, foi um momento em que parece que os historiadores descobriram o Arquivo da Cidade, pelo trabalho desses dois professores de História. Começaram a pesquisar nas fontes documentais da instituição...

É. O que acontecia era isso. Porque eles tinham essa visão, vamos dizer, cultural e essencial ao mesmo tempo, porque na verdade eles buscaram trazer a comunidade para o Arquivo e fazer com que essa comunidade percebesse a importância da história que aqui se encerrava. Como isso era feito? Uma pessoa comum pode vir a um arquivo e nem perceber exatamente o que está ali naqueles documentos e, talvez, nem saiba como trabalhar aquela informação. Eles tinham de atrair os historiadores. Os dois eram da Universidade Fluminense e da Universidade Federal e eles começaram a trazer para o debate a História Regional. A Eulália (Lobo), a Maria Bárbara Levy, a Ismênia (Martins), todos que você possa imaginar que estavam nas universidades naquele momento em que o país estava saindo da ditadura, tudo florescendo novamente, foram trazidos para dentro do Arquivo.

Esses professores não só começaram a descobrir a documentação existente aqui, como passaram a divulgá-la. Teses de mestrado e de doutorado baseadas nesse acervo foram inúmeras. Vários professores do município vieram trabalhar aqui, na área de Pesquisa, a Lia Aquino,⁴⁹ a Berenice,⁵⁰ o Jayme Benchimol,⁵¹ que tem um trabalho ótimo, o Luiz Sérgio, dentre outros. Estavam fazendo mestrado ou doutorado em alguma universidade e conheceram o Arquivo neste processo de divulgação. O acervo, tanto o textual quanto o fotográfico, enfim, tem muita informação que você pode utilizar.

Você já foi professora de História?

Lecionei durante 16 anos. Eu estava comentando que era do município. Lecionei de 1969 a 1980, com algumas interrupções, até vir para o Arquivo. Em 1990, foi eleito o Collor, que fez aquela destruição que todos sabem. Todos nós sentimos na pele e a cultura foi particularmente atingida. Você vê as dificuldades que existem até hoje para reerguer todo o universo cultural do governo federal, porque ele foi destruído. Foi a mentalidade da privatização na área da cultura. É preciso ter muito cuidado. Eu e todos os que estavam na Pró-Memória, em cargo comissionado, fomos exonerados pelo *Diário Oficial*. A Helena Corrêa Machado, que era a diretora do Departamento de Documentação e Informação

Cultural de Cultura, me convidou. A Cultura já era Secretaria, tinha se separado da Educação e ela era diretora do Departamento de Documentação. Então, ela me convidou para assumir a direção do Arquivo. O diretor estava saindo porque houve uma mudança de secretário, que passou a ser o Carlos Eduardo Novaes, que permitiu que a Helena indicasse o novo diretor.

O diretor que a antecedeu foi o Júlio César Machado?

É, ele foi nomeado pelo Gerardo Mello Mourão. Não o conheci. Quando cheguei ele já tinha sido exonerado. Tanto que o cargo me foi oferecido porque estava vago. Fui nomeada em abril de 1991 e o período também foi curto, porque, em dezembro de 1992 houve nova mudança de governo. Foi a primeira gestão do Cesar Maia⁵² e a Helena Severo,⁵³ secretária de Cultura, trouxe uma equipe que assumiu o Arquivo.

Você ficou menos de dois anos aqui? Eu tinha a impressão de que você tinha ficado muito mais. Foram tantas as realizações! Helena Corrêa Machado a indicou para ser diretora do Arquivo, pois ela conhecia o seu trabalho.

Conhecia. Justamente quando fui funcionária aqui, contribuí, junto com a Lia (Malcher), na realização de um congresso, não me lembro se foi o segundo ou o terceiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, e a Helena e a Marilena Leite Paes eram presidente e vice da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Não estou bem certa, enfim, elas criaram esta Associação. Aliás, elas também foram as maiores responsáveis pela criação da profissão.

Então, a profissão não existia?

Não, foram elas. Havia várias pessoas, algumas já faleceram, mas a Helena e a Marilena eram diretoras entusiastas da área dos arquivos e foram elas que criaram a Associação e contribuíram efetivamente para a criação da profissão. O Célio Borja foi quem apresentou o projeto. Ele era deputado federal na época, década de 1970. É uma profissão bem recente, a de arquivista. Elas lutaram muito, porque na verdade todo mundo se achava no direito de exercer a função de arquivista, tanto os historiadores como os bibliotecários, jornalistas. Todo mundo achava que entendia um pouco de arquivo e como a arquivística vinha tomando um outro peso e começando realmente a ter técnicas, teorias, princípios consagrados, precisava de formação específica. Elas trabalharam muito para o reconhecimento da profissão.

Na Europa não existe faculdade de Arquivologia, não é?

Não, mas existe dentro das universidades um ramo para Arquivologia. Um historiador tem que fazer um curso, uma extensão em Arquivologia para adquirir todos os conhecimentos dessa área. Mas aqui, não. Aqui as pessoas não tinham conhecimento algum, metodológico ou técnico, e se arvoravam em exercer a função. Criaram a profissão e as universidades começaram a implantar os cursos de Arquivologia. Havia grandes discussões a respeito

disso porque se pensou em fazer uma parte básica para arquivo, museu, biblioteca. Ter uma base comum a todos e dali então se especializar. Mas acho que isso são discussões que rolam até hoje. Não se pode deixar de levar ao arquivista os conhecimentos de História, como já comentamos. Acho que noções de Direito também é importantíssimo que se tenha, e hoje, de informática. São matérias que não podem deixar de estar presentes num curso de Arquivologia, porque sem isso também não se é um bom arquivista.

Voltemos à Helena e como você a conheceu.

Conheci a Helena porque estava aqui na ocasião em que a Lia (Malcher) e todo o pessoal da área de arquivos começou a planejar esse Congresso de Arquivologia. Quando fui morar em Brasília, tanto a Helena quanto a Marilena prestavam consultoria para o Arquivo Nacional, no projeto de Gestão Documental do Ministério da Agricultura. Elas fizeram o Código de Classificação e a Tabela de Avaliação de Documentos do Ministério. Enfim, tive um contato grande com elas. Ficamos amigas. Quando, em 1991, saí da Pró-Memória e também foi exonerado o diretor daqui do Arquivo, Helena me convidou para assumir o cargo de diretora. Fiquei muito sensibilizada e realmente era um desafio.

Foi muito triste quando entrei no Arquivo, que eu tinha deixado em uma época glamorosa, e cheguei justo logo depois da falência da Prefeitura Saturnino Braga. O Arquivo sofreu muito com isso. Acho que todos os órgãos da Prefeitura, porque foi uma falência financeira. Isso se refletiu não só nas instituições, mas também nos funcionários. Encontrei uma equipe muito diminuída. Muita gente tinha se aposentado. Problemas financeiros muito graves. Não tinha avançado. O que havia de mobiliário e de equipamentos tinha ficado naquele mesmo ponto. Nada tinha evoluído, pelo contrário. A mentalidade havia mudado, já não havia mais palestras, nem eventos que congregassem a academia e o Arquivo. Tiraram o Salão Carioca de Artes Plásticas daqui. O Rio de Janeiro tinha crescido, foram surgindo vários centros culturais, os eventos de chorinho que vinham para cá e as entrevistas do Sérgio Cabral (pai) tinham ido para outros centros culturais dedicados à música mesmo, o próprio MIS, quer dizer, essa memória foi passada para outros lugares, lugares de memória, vamos dizer assim, bastante adequados e tudo, mas tinham saído daqui. Então, o nosso Arquivo estava mais triste.

Esses eventos de música eram só entretenimento ou tinham a preocupação do registro?

De registro. Era tudo gravado. As pessoas eram entrevistadas, quem vinha contava a sua trajetória. Era a memória oral. Como se formou aquele grupo, qual era a história do grupo de chorinho, por exemplo. Então, alguém conheceu o Nelson Cavaquinho. Fazia-se um registro e se aproveitava para fazer entretenimento também, para atrair a comunidade. É o que eu digo, eles trouxeram o cidadão carioca para dentro do Arquivo, na intenção de transformar essa relação numa identidade cultural. As pessoas perguntavam: “Mas o Arquivo tem tudo isso? Tem registro dessas pessoas?” As exposições eram lindas. As exposições do Rio Antigo, como essa que está hoje aqui no saguão,⁵⁴ são a identificação do carioca com a sua cidade, como

ela surgiu, cresceu e quais as pessoas que tanto contribuíram para isso. Tenho a impressão de que essas fitas dos eventos estão todas guardadas aqui no acervo.⁵⁵

Na época, tudo isso acontecia. Quando retornei, não. Não havia mais nada. Houve um afastamento. E aquelas atividades não tinham sido substituídas por coisa alguma. O MIS, também procurando criar um acervo de sonorização e de imagem, levou as pessoas para lá e o Arquivo abriu mão dessa parte. Havia ainda muita dificuldade financeira. Começamos, então a pensar o que se poderia fazer para que o Arquivo voltasse a ocupar o lugar de destaque que ele merecia pela sua importância. Encontrei a equipe bastante reduzida, mas todos eufóricos com a minha chegada, porque diziam: “Ela já nos conhece. Ela sabe como era isso aqui.” Então, iniciamos um trabalho de planejamento geral, porém sem perder o foco da divulgação do acervo do Arquivo.

Havia alguma política de recolhimento, de tratamento da documentação?

Isto também estava paralisado. Mas, veja bem, nós só podemos falar de políticas de arquivo depois da Lei Nacional, em 1991. Antes, eram projetos de modernização, e cada um fazia o seu. Começamos a planejar um diagnóstico, porque não se pode começar um projeto de recolhimento de acervo se você desconhece o universo. Até porque a gente tinha a preocupação do espaço de guarda, por ser insuficiente. Quando este Arquivo foi concebido, não se tinha, ainda, a dimensão da gestão documental. Ele era um arquivo histórico voltado para a própria comunidade, mas essa ideia de que os arquivos não são fragmentados, de que formam um único conjunto documental, desde o momento da sua produção até o momento da guarda permanente, era uma discussão teórica.

Na prática, você não sabia como aconteceria, tanto que a minha experiência, no Arquivo Nacional de Brasília, foi justamente o início da implementação da gestão documental em sua totalidade, incluindo o recolhimento, que é também uma atividade muito complexa. Não existia isso. Neste projeto de recolhimento para o Arquivo, eu me lembro que elegemos como prioridade as plantas das construções urbanas da cidade do Rio de Janeiro, porque vimos que o acervo compreendia desde 1870, por aí assim, até 1938, quando era interrompido. O primeiro diagnóstico que nós começamos a fazer foi, então, na Secretaria de Obras, para que completássemos esse acervo de plantas. Tal acervo estava em situação precaríssima e necessitava ser recolhido com a maior urgência. Não sei como se processou isso após a minha saída, pois você sabe que um ano e meio para Arquivo é muito pouco tempo para planejar e concretizar as ações.

Outro projeto paralisado era o de publicações. Começamos a relançar as publicações do Arquivo. Gostaria de abrir aqui um parêntese para dizer que você foi uma diretora de Pesquisa extraordinária, com sua competência, seu conhecimento e sua lealdade. Você é uma pessoa, uma profissional muito séria e muito leal. E eu desejo a você, Sandra, sempre sucesso. Enfim, acho que você se lembra que nós reiniciamos também as exposições e voltamos a colocar o Arquivo (da Cidade) na mídia.

Lembro-me bem da exposição do Lucílio de Albuquerque.

Lucílio de Albuquerque! Os estudos dele são extraordinários, um acervo muito importante e bonito. Lembro de outro projeto que fizemos aqui com a Vitae, que foi toda a reprodução do acervo do Malta (Augusto) e seu acondicionamento. Esse trabalho foi realizado pelo Sérgio Burgi profissional muito competente, e nessa ocasião se fez o catálogo.⁵⁶ Mas deixei, ainda, na fase de revisão para ser impresso. Contribuíram na confecção desse o catálogo técnicos da área de audiovisual do Arquivo Nacional. Não foi lançado na minha gestão, mas todo o catálogo, por tema, foi elaborado nessa ocasião, foi feito na minha gestão. Era assim o projeto da Vitae: reprodução, acondicionamento e catálogo. Dois trabalhos paralelos. Parte feita pelo Sérgio Burgi, inclusive o acondicionamento, tanto que as caixas eram lindíssimas, em diferentes tamanhos para acomodar os diversos álbuns.

Um outro projeto pelo qual eu tinha um carinho especial era o projeto pedagógico que se chamava “O Arquivo vai à escola”. Esse projeto era muito simpático porque as crianças vinham visitar o Arquivo e conheciam o acervo fotográfico referente à Cidade do Rio. Nós escolhíamos um ponto – só está me vindo a esplanada do Castelo, a Primeiro de Março, o antigo morro do Castelo. As crianças viam como era e depois, munidos de máquinas fotográficas, e o Marco (Belandi)⁵⁷ ia junto, fotografavam como estava aquela região. Em seguida, faziam na escola trabalhos e exposições com as fotografias. Ao mesmo tempo, reproduzíamos aqui algumas das nossas fotos antigas, para comparar. Toda a escola participava e os alunos passavam a conhecer como era a cidade deles e como hoje se encontrava. Realmente, foi uma experiência que as crianças não devem ter esquecido mais. A TVE entrevistou a coordenadora desse projeto, que na época era a Rita (de Cássia de Mattos),⁵⁸ esteve filmando no Arquivo e, por fim, apresentou os resultados em um programa. Foi um projeto muito interessante para o Arquivo e para as escolas.

Dando continuidade a esse projeto de divulgação, realizamos uma exposição sobre Copacabana.⁵⁹ Foi por ocasião dos cem anos de Copacabana e a curadora que idealizou e realizou essa exposição foi você. A exposição foi instalada no shopping Cassino Atlântico, em Copacabana. Teve uma repercussão muito boa e na ocasião o José Aparecido (de Oliveira) era embaixador em Portugal. Ele nos telefonou na época do lançamento para falar da importância da exposição para a história de Copacabana e perguntou se poderíamos enviá-la para Portugal. Então, você levou essa exposição para Portugal e lá foi apresentada num hotel.

Hotel da Lapa. *Uma Semana Carioca em Lisboa*.⁶⁰ O mais importante dessa exposição é que ela foi elaborada totalmente com acervo do Arquivo.

Exatamente, plantas, fotos. O Sérgio Burgi fez uma cópia de um levantamento aerofotográfico extraordinário, tamanho imenso, pois como o shopping é muito grande, tudo tinha de ser grande. As fotos, os textos, tudo isso que acompanhava cada conjunto de fotografias e esse levantamento, que era um painel enorme. Ficou lá exposta mais de um mês, se não me engano.

Esse painel foi comentado pelo arquiteto Pedro Lessa,⁶¹ que descreveu a evolução de cada região, como é que estava antes e como ficou depois.

É, exatamente. A exposição de Copacabana foi um marco para o Arquivo porque pôde divulgar o acervo de um bairro que estava festejando o centenário. Era um registro de toda a sua história. E várias pessoas que participaram, os cartões postais que reproduzimos e que foram distribuídos...Foi um evento de grande porte. Em Portugal também, teve uma frequência muito grande. Depois saiu de Lisboa e foi percorrer Portugal e a África. Foi um trabalho muito reconhecido sobre a história do Rio de Janeiro.

Na época em que você dirigiu o Arquivo, o prefeito era o Marcello Alencar, o secretário de Cultura era o Carlos Eduardo Novaes e a diretora do Departamento de Documentação e Informação Cultural era a Helena Corrêa Machado. Você contou com o apoio explícito deles, eles deram recursos para a instituição?

O Carlos Eduardo Novaes era uma pessoa dinâmica e com uma visão objetiva da cidade do Rio de Janeiro, muito peculiar, era um carioca mesmo e, como jornalista, tinha uma relação muito efetiva com a cidade; enfim, ele considerava o Rio de Janeiro o foco da cultura brasileira e que precisava, naquele momento, ter uma repercussão muito grande. Mas a gente não pode esquecer que foi há 15 anos. Quando vou e volto assim, parece que estou falando de coisas tão comuns hoje, mas naquela época não existiam. Ele tinha a visão muito clara da diversidade da cultura. Na gestão dele, a cultura popular foi muito apoiada. Grandes eventos populares eram organizados. Lembro, também, que ele quis criar um Ecomuseu em Santa Cruz. Era um museu na natureza...⁶² Tudo aquilo seria transformado num museu ao ar livre com a participação direta dos moradores. Foi organizado o Primeiro Congresso de Ecomuseus,⁶³ aqui no Rio de Janeiro, em parceria com a Unirio, Faculdade de Museologia, para discutir justamente as possibilidades de transformar aquela área de Santa Cruz e realizar a integração do patrimônio edificado com a cultura local – seria a experiência de Ecomuseu no Rio de Janeiro.

Foi implementado depois, na gestão seguinte, com Helena Severo.

Surgiu com ele. Foram convidados vários museólogos que trabalhavam em museus desse tipo no Canadá e na Inglaterra, como o Museu dos Ferrovários, ou de um grupo social específico de lá. Ele trouxe esses profissionais para apresentarem suas experiências aqui no Rio. E me lembro que neste congresso falei sobre Memória Coletiva e como o Arquivo poderia apoiar esse projeto de Ecomuseu. Está num livro sobre o congresso, com todas as palestras. O Novaes tinha essa visão de diversificação da cultura e essa troca, essa participação em vários outros projetos da vida cultural da cidade.

Na sua gestão foram definidas novas atribuições para a instituição, houve alguma mudança de estrutura?

Pois é, houve e não houve. Tudo isso me faz lembrar do meu discurso de posse, em que eu dizia o que pretendia para o Arquivo, o que o Arquivo precisava. O Arquivo precisava

de uma nova estrutura, de concurso público, porque o número de funcionários estava diminuindo cada vez mais, as pessoas estavam se aposentando e não havia mais como trazer os professores, ou o pessoal da área de comunicação ou de informática, porque a Cultura tinha se separado da Educação, sem formar um novo quadro. O Arquivo estava sofrendo com isso e como a gestão documental já estava em plena operacionalização, precisava-se de arquivistas formados. Eu idealizava reestruturar o Arquivo, fazer um quadro específico, enfim, várias mudanças administrativas fundamentais para dinamizar todas as atividades da instituição. Então, houve uma reestruturação, mas não foi como nós imaginávamos, porque o Arquivo precisava estar junto ao secretário. Essa hierarquia que ainda existe até hoje, não é, de ter acima um departamento...

Não está mais subordinado a um departamento.

Ah, então era isso que a gente sonhava, que bom que isso se realizou. Aquilo era mais um degrau que você tinha que vencer, para convencer, enfim, era sempre uma relação um pouco mais desgastante até chegar ao secretário. Pois é, o Arquivo precisa de autonomia e é sempre assim, quando se quer mudar uma instituição, esbarra-se nas pessoas que já se encontram ali, naquela área, e tomam aquilo como pessoal, quando na verdade é uma discussão institucional. É como quando se quer desmembrar um departamento e o diretor centraliza tudo e não consegue dar conta, mas fica ofendidíssimo porque acha que estão querendo tirar seu poder. Na administração pública isso é muito comum. Interpretam como algo pessoal e na verdade é uma mudança institucional que vai dinamizar, melhorar e trazer outros benefícios. Então, fica difícil. Quando discutimos essa mudança organizacional do Arquivo eu pensava: “Tem que ser uma fundação, precisa de recursos próprios, tem de captar na iniciativa privada”, pois ficava ali subordinado, no terceiro nível da hierarquia, tudo tinha que pedir permissão, aquilo era uma dificuldade para a instituição. Mas, realmente, isso não foi possível. Também, o último ano de governo é sempre muito mais complicado. O primeiro é complicado e o último também. Isso não aconteceu, mas era nossa intenção tornar o Arquivo mais autônomo, com uma estrutura mais leve e mais adequada à modernidade.

Quais os critérios que presidiram a escolha da sua equipe? Você manteve todo mundo, ou você trouxe pessoas da sua confiança?

Era muito difícil trazer alguém, primeiro porque a estrutura, como partia de um terceiro nível de hierarquia, os cargos comissionados eram de valor baixo. Então, só poderia trazer alguém que fosse do município ou do Estado, para que aquilo ali fosse uma complementação e não um salário, porque a pessoa não poderia viver só com aquele cargo comissionado. A gente procurava dentro da própria instituição, ou pessoas da área da cultura, que pudessem assumir cargos aqui no Arquivo. Mas, era muito difícil, até porque penso que não existia e acho que ainda não existe, a carreira de arquivista no município. Tem a de bibliotecário....

E de arquivista. Nós já tivemos concurso para arquivista.

Naquela época não me lembro se tinha. Mas, depois, talvez ...Como, então, trazer um arquivista para dentro do Arquivo? A área de gestão documental do Arquivo tinha dificuldade em se formar, porque não se podia renovar o quadro.

E não teve concurso.

Não teve na minha época. Fizemos todas as gestões para que isso acontecesse, mas não aconteceu.

Quer dizer, a maior carência de pessoal no Arquivo era mesmo de arquivistas?

Arquivistas mesmo.

Porque na época havia historiadores.

Havia. Eram professores do município. Uma outra realização nossa foi a captação de acervos privados para o Arquivo. Realizamos mais de uma e eu gostaria de destacar todo o acervo do engenheiro José de Oliveira Reis. Muito interessante também, o que aconteceu posteriormente, quando fui convidada para ser membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, não foi de caso pensado, acredito, mas justamente a cadeira que me destinaram, porque estava vaga, era a do José de Oliveira Reis, que havia falecido. Na minha posse, tive a oportunidade de fazer um elogio muito grande a ele, porque ele foi uma pessoa extraordinária. É impressionante como os funcionários públicos se doavam à administração pública. Como houve esse tipo de pessoa.

Ele foi o primeiro engenheiro concursado da Prefeitura.

Exatamente, e em todas as grandes obras no Rio de Janeiro ele está presente, o nome dele consta. Então, fiquei muito feliz em substituí-lo na cadeira do Instituto Histórico. Nós tivemos muitos contatos na ocasião em que ele doou o acervo e ele dizia assim: “Vou doar esse acervo para o Arquivo da Cidade porque eu nunca tinha visto diretora tão entusiasmada.” E eu dizia: “E eu nunca vi um funcionário da Prefeitura que tenha trabalhado com tanta dignidade e com tanta doação para a administração pública da cidade do Rio de Janeiro.” Ele é dessas pessoas que tivemos e não podemos esquecer.

Ele teve a preocupação de registrar, porque publicou livros com a experiência dele.

Muita coisa. Ele era editor-chefe da *Revista de Engenharia* e tinha trajetória profissional muito grande. O acervo dele veio para cá com muitos manuscritos, muitas fotos, muitos trabalhos que se encontram aqui no Arquivo.

Eu queria lhe perguntar a respeito da relação nos arquivos entre historiadores e arquivistas. Volto a fazer esta pergunta porque parece-me que esta situação criou embaraços para o desenvolvimento do trabalho. Você, quando no Arquivo da Ci-

dade, alguma vez percebeu essa dificuldade de entrosamento entre arquivistas e historiadores?

Acho que isso, infelizmente, é cultivado dentro das universidades, porque já tive a experiência de tentar ser professora da área de arquivo numa universidade, que não vem ao caso, e a resposta que tive foi que eu não era arquivista, era historiadora. Então, a partir do momento em que uma faculdade tem esse corporativismo instalado, isso já começa lá e vem para as instituições. O que é uma pena, porque cada vez mais o conhecimento é plural. Até se entende em parte esta defesa de mercado no mundo competitivo de hoje, e também na verdade, os historiadores que trabalhavam, principalmente no Arquivo Nacional, em uma determinada época, tinham aquela visão antiga de arquivo, voltada para o saber erudito e que os documentos tinham que ser separados cronologicamente ou então por assunto. E isso era assim, até o momento em que a Celina (Vargas) traz na sua gestão uma outra interpretação de função do arquivo, de identificação e de classificação dos documentos, uma outra visão definida pelas teorias modernas e isso para o historiador foi difícil. Eu me lembro que houve grandes tensões na época. Hoje, os documentos são organizados espelhando a estrutura organizacional da instituição que os produziu. Todos os documentos daquele órgão que você vai chamar de fundo devem permanecer juntos no arquivo permanente e sua organização tem que obedecer à estrutura organizacional e toda a sua evolução. E a organização da documentação vai refletindo aquela organicidade. Então, ela deixa de ser por assunto e cronológica e tem, de início, que estar ligada ao órgão ou departamento que a produziu.

Esse modelo foi muito discutido porque no Brasil se tem uma dificuldade enorme de manter uma estrutura por mais de quatro anos. A gente sabe disso, que a cada mudança administrativa tudo muda e eu discutia muito se não era preferível você manter evidenciada a função em relação à estrutura. Você não pode organizar um arquivo só pela estrutura e abandonar a função, porque a função se mantém, os órgãos é que vão mudando de nome e até trocam de ministério. Você vê a mudança administrativa de Getúlio, o Ministério do Trabalho (Indústria e Comércio), da Educação e (Saúde) foram se separando e surgiram vários outros. Aliás, a primeira grande mudança administrativa brasileira foi com Getúlio Vargas. E, na verdade, você tem que analisar com muito cuidado essas mudanças, porque nem sempre elas ficam muito claras nos próprios documentos. Então, a discussão maior entre o arquivista e o historiador é porque existia essa diferença de visão. Mas, hoje, penso que os arquivistas precisam voltar a se preocupar com os historiadores. Na minha opinião, todos deveriam ler, obrigatoriamente, o livro *A Arqueologia do Saber*.⁶⁴ Os instrumentos de pesquisa precisam ser o mais abrangente possível e de diversos tipos. Têm que oferecer meios para se encontrar um documento de qualquer maneira. É preciso haver a preocupação com o pesquisador, porque não se pode criar uma coisa de uma excelência extraordinária e um cidadão comum, um pesquisador, que não sabe qual é a sua excelência, não conseguir achar o documento que ele está procurando. Então, você também tem que adequar a sua própria visão profissional à realidade. Quem é que frequenta o seu arquivo?

Os pesquisadores, que não são só os historiadores, os antropólogos, os geólogos...

Um antropólogo não está interessado no método de organização do Departamento de Antropologia do Ministério não sei qual. Os pesquisadores vêm levantar dados sobre tal comunidade, sobre os sambaquis existentes em determinada região, ou dados de uma determinada série histórica. Entende? Vêm buscar informações sobre um determinado tema que estão pesquisando. Existe uma grande dificuldade, porque os instrumentos de pesquisa são precários e se tem de sanar isso dentro dos arquivos. Se a organização dos arquivos é fundamental para o acesso à informação, os instrumentos de pesquisa são fundamentais para a justificativa dos arquivos como fonte de pesquisa.

Você, que é uma conhecedora de Arquivologia, qual o suporte que você considera mais adequado para se fazer cópias de segurança e para a consulta, de forma que o pesquisador não tenha de manusear as matrizes? Você acha que a microfilmagem está obsoleta?

Não, absolutamente. A microfilmagem é, na verdade, a mais segura. Primeiro porque ela tem uma legislação. Você vê, se você precisar de prova em juízo, a única cópia que é considerada e aceita pelos juízes é a microfilmagem. Até hoje, pela volatilidade dos documentos informatizados, não temos legislação que dê total segurança para esses documentos. Além disso, não sabemos o prazo de durabilidade desses documentos. É uma discussão imensa. Houve progressos na área, o próprio Arquivo Nacional tem uma Câmara Técnica específica para estudar essa questão dos documentos eletrônicos, mas legislação conceituando e disciplinando a criação e uso, não tem. Então, nem todo mundo aceita, porque justamente pode ser alterado. A legislação existente refere-se à questão da chave de segurança, senhas, porque na época do presidente Fernando Henrique pretendiam criar todos os documentos do palácio em meio eletrônico e teriam que ter obrigatoriamente assinaturas eletrônicas, mas também não sei a quantas anda isso. Mas acho que a microfilmagem é ainda a forma mais segura. Até porque se você quiser transformar em documento informatizado, partindo da microfilmagem, você pode fazer. Já existe recurso para isso.

E quanto ao documento produzido no meio eletrônico? Como está essa discussão? Como conservar esses documentos?

Acho que isso é a grande mudança. Dizem que o telefone foi uma invenção contra os documentos, que ninguém mais escreveria cartas. Agora, então, nem se fala. A questão do registro em meio eletrônico deve ser de grande preocupação para os arquivistas. Tem-se perdido muita coisa. De modo geral, as instituições bancárias, por exemplo, guardam tudo que produzem. Agora, o que me preocupa são relatórios, projetos, e outros documentos de atividades-fim da administração pública que estão em meio digital. Já recebi muitos e fico pensando: “Será que no órgão onde se originou alguém guardou este CD?” Fico realmente preocupada. No Brasil ainda não há grandes preocupações em ampliar a discussão com as instituições, com a administração pública com relação à guarda desses

documentos que são produzidos no meio digital. Esse é que é o grande problema. Acho que isso é uma discussão, mas não a portas fechadas. Deveria ser no Congresso, porque quando você precisa transformar alguma coisa na administração pública, essa discussão tem que ser muito ampla. Tem que começar chamando o Ministério do Planejamento e Gestão, Conselho Nacional de Arquivos e outros interessados. “Escuta aqui, o que está acontecendo com os documentos informatizados? Vocês sabem de alguma coisa, têm algum diagnóstico?” Mas eu não tenho notícias disso, não.

Além das atividades arquivísticas, você acha que o Arquivo deveria ser também um espaço de produção de conhecimento?

Aí vem a briga ao contrário, os historiadores dizem que tem que ser lá na universidade. Os arquivistas brigando com os historiadores e os historiadores brigando com os arquivos. A vocação da universidade é a produção do conhecimento, mas não é impeditivo que outras instituições também o façam. Na minha opinião, os arquivos não podem abrir mão disso. O arquivo tem, principalmente, que produzir instrumentos de pesquisa para garantir o acesso à documentação. Porém, produzir trabalhos baseados no seu acervo é uma forma de divulgação. Existem historiadores de alto nível nos arquivos. Eu mesma já publiquei várias revistas sobre o acervo do DOPS, quando era diretora do Arquivo do Estado. Acho, por exemplo, que uma revista do Arquivo é fundamental. Podem ser convidadas pessoas para escrever artigos ou convidar os próprios funcionários, que estão dia a dia trabalhando com aquele acervo. Não sei se vão me condenar.

Você deixou o Arquivo em 1992. Qual o cargo que você assumiu a seguir?

Bem, assim que saí daqui, assumi a direção do Arquivo do Estado que é um arquivo importantíssimo, até porque quando cheguei lá ele estava recebendo toda a documentação do DOPS.⁶⁵ Esses documentos criaram uma expectativa muito grande, e a sua organização era urgente para atender às pessoas que tinham sido vítimas da ditadura e precisavam comprovar seus direitos. Foi um trabalho extraordinário. Quando saí do Arquivo, fui para a Secretaria de Administração.

A minha experiência de gestão de documentos e de administração pública me levou para o cargo de subsecretária de Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro. Lá, pude uniformizar a linguagem da administração pública do Estado. O Estado do Rio de Janeiro, hoje, é um dos poucos estados que têm um Código Geral de Classificação de Documentos, e um protocolo informatizado para todo o estado. Se você abrir um processo numa determinada secretaria e ele for tramitar por várias outras, você tem condição de localizá-lo por aquele único número, assunto e código previamente estabelecidos. Publiquei o Manual de Redação Oficial e o Manual de Organização do Poder Executivo do Estado que abarcava a administração do Estado desde a Fusão.

Os problemas acarretados com a Fusão têm sido motivo de muitos debates no Estado e então fizemos todo o levantamento dos órgãos que existiam no antigo Estado do Rio

de Janeiro, no estado da Guanabara e no município de Niterói, como tudo se fundiu e no que se transformou. Foi um levantamento da evolução administrativa do atual Estado do Rio de Janeiro. Fizemos essa publicação em 2000, administração direta e indireta. Para as pessoas que estavam chegando no governo, aquele trabalho era muito importante, era uma orientação. Por exemplo, vamos ver um órgão como a Cedae. O que era a Cedae antes? Era um órgão do Estado da Guanabara, que se fundiu com o Instituto de Águas do antigo Estado, formou o quê? Qual era o quadro de pessoal, como foram criadas as novas categorias, o número de funcionários, os cargos, os bens imobiliários, enfim. Depois, quando saí da Secretaria de Administração, fui ser chefe de gabinete da Secretaria do Gabinete Civil da governadora Benedita da Silva, pelo período em que ela esteve no governo. As pessoas que a acompanhavam tinham vindo, na maioria, da iniciativa privada e dos sindicatos, e como eu conhecia a administração pública, passei a ser uma referência na questão dos procedimentos, na instrução dos processos, na tramitação dos documentos etc.

Quando saí do governo do Estado, fui trabalhar no Detran. O presidente do Detran, na época, era um grande amigo, dr. Hugo Leal, que hoje é deputado federal, e me convidou para criar o Centro de Documentação do órgão. Hoje, posso considerar que isso foi um grande desafio. Atualmente, ele é o maior arquivo do Poder Executivo do Estado. São milhares de documentos produzidos, porque os serviços do Detran estão no Estado inteiro e esse arquivo centraliza toda a documentação, para que não haja a possibilidade de fraude nos documentos. Pode haver, evidentemente que a gente não impede todo tipo de fraude, mas em documentos arquivados não tivemos nenhuma ocorrência, pois, assim que o documento é produzido já é recolhido a esse arquivo. Esse Centro de Documentação fica ali em São Cristóvão, é um grande galpão numa área de 6 mil m², mais ou menos. O Detran não tem arquivo permanente. Tem corrente e intermediário e tem toda uma tecnologia avançadíssima para a recuperação da informação, porque tem um volume de consulta tão grande quanto o da produção documental.

Não seria o caso de existir um arquivo permanente do Detran? Essa informação vai se perder?

Não. Na verdade, o arquivo permanente no Estado é o Arquivo Público. Além disso, os documentos são repetitivos, e de acordo com o Código de Trânsito poderão ser eliminados após cinco anos. Licença de veículos, carteira de motorista e tudo o mais. Então, o que ficou estabelecido na tabela de temporalidade como documentos permanentes foram: a primeira licença de veículo, a primeira carteira de motorista, relatórios, documentos jurídicos, e outros. Também, os documentos do Detran são gerados nos Sistemas Nacionais, e a informação está preservada. Portanto, os documentos permanentes são mantidos para um dia serem recolhidos, mas de peso mesmo é o arquivo intermediário.

Você fez também um trabalho com a documentação da Cúria Metropolitana.

Foi. Nessa ocasião em que fui convidada para ir para o Detran, seu presidente fazia parte do movimento católico e me informou que o cônego Haroldo, que é o cônego da Catedral

Metropolitana, precisava fazer um projeto para tratar a documentação e perguntou: “Fica muito pesado para você assumir esse projeto?” Então, fui conhecer o arquivo. Quando cheguei e vi a situação da documentação da Cúria Metropolitana fiquei impressionadíssima, porque era um daqueles porões da catedral, muito grande, enorme, e não se via o fundo, porque... sabe aquelas caixas metálicas que eram do antigo Arquivo Nacional? Pois era uma muralha. Até o final repleto de caixas com documentos desde o século XVI. Toda a documentação da Diocese do Rio de Janeiro, até períodos bem recentes. E ele falou: “Tenho que fazer em um ano, porque só tenho dinheiro para um ano.”

Bem quando você tem recursos a coisa fica diferente. Contratamos uma equipe de 16 pessoas que se revezavam, porque ninguém conseguia trabalhar mais de seis horas, tal o estado de sujeira. O ambiente ficava muito poluído com a higienização daqueles documentos... as pessoas de máscaras, luvas e tudo, mas, de qualquer forma, era muito insalubre. Tinha ainda coleções de fotografias. Fizemos um estudo para a diocese, como foi criada, um estudo da evolução. E, em dez meses, nós organizamos todo esse arquivo, identificamos toda a documentação, fizemos toda a descrição das séries com base na norma ISAD.⁶⁶ Não fizemos detalhadamente, porque isso aí é a continuidade do trabalho. Adquirimos caixas apropriadas, foi tudo acondicionado, nós transferimos para o subsolo da frente, que foi todo preparado, com climatização, para receber essa documentação; adquirimos estanteria e colocamos todas essas caixas. Hoje é muito bonito.

Você tem ideia da metragem linear desse acervo?

Era de 1.500m lineares.

É aberto à consulta pública?

Agora, é.

Precisa de autorização?

Não, não precisa. Agora está aberto. A Sílvia Regina Almeida ficou lá para dar continuidade. Eu pretendo fazer outros projetos, fazer detalhamento de toda a documentação, porque isso não foi possível realizar, não é? Foi tudo identificado, está por períodos e as certidões estão sendo fornecidas e tem vários pesquisadores consultando o acervo.

É uma riqueza, não é?

Riqueza extraordinária.

O Arquivo da Cidade insere-se no século XXI contando com novos mecanismos de ação que foram dados através da Lei nº 3.404, de 2002, que versa sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados. Então, hoje, ele é o gestor da documentação produzida pelo poder público municipal. Qual a sua avaliação sobre essas novas atribuições do Arquivo?

Sou uma pessoa que considera que a Lei demonstra uma intenção da administração pública, mas não é suficiente. Precisa de mecanismos para isso. Quer dizer, na verdade, quando se tem uma Lei você já definiu alguma coisa. Agora, você precisa operacionalizar. Então, como será essa operacionalização? Ai começam os grandes problemas. Você precisa de equipe, precisa de condições financeiras e uma série de elementos materiais para desenvolver o trabalho, e o Arquivo precisa estar muito forte, com todas as condições para dar aplicabilidade a essa lei.

O grande problema que eu tive no Estado foi, apesar de ter parte da regulamentação, faltavam equipe, condições financeiras, interlocutores. Porque se o Estado não tem um quadro de arquivistas, como é que você vai colocar um arquivista, pelo menos, dentro de cada Secretaria? Quem vai ser o meu interlocutor? Hoje tem uma pessoa, amanhã tem outra. Você começa um entendimento com uma determinada pessoa, que é o diretor de administração, por exemplo, e de repente ele é exonerado. Até o substituto entender o que se estava realizando, e resolver colaborar, se perde um bom tempo. Tem essas dificuldades, mas acho que o importante é o diagnóstico, um levantamento da situação dos arquivos institucionais.

O Arquivo da Cidade está fazendo este ano o Censo da Documentação Municipal. Censo. Exatamente. Tudo isso é importantíssimo. Tem que ser feito, precisa ser feito. Agora, vocês vão se surpreender, porque realmente a situação é caótica.

Para finalizar esta excelente entrevista, gostaria que você manifestasse a sua opinião sobre o significado desta instituição para a cidade do Rio de Janeiro e para os cariocas.

A importância do Arquivo é incontestável. Este Arquivo tem a alma carioca. Pertence ao carioca. E justamente esse trabalho que vocês realizam precisa ser bastante divulgado para que o carioca conheça esta casa e fique com ela, conheça melhor sua cidade e se conheça melhor.

Muito obrigada, Eliana. Você não só esclareceu alguns fatos sobre a administração dos arquivos públicos, sobre as dificuldades que se antepõem ao trabalho dos gestores dos órgãos de documentação, como deu uma aula excepcional para todos os que se dedicam a preservar a nossa memória.

“É muito desigual esse Brasil arquivístico. Tem um eixo muito forte aqui no Rio, em São Paulo, em Brasília. Esse protagonismo do Rio tem muito a ver com o Arquivo Nacional e com um conjunto grande de profissionais experientes que se mantêm no Rio, após a transferência da capital para Brasília. A maior parte desses profissionais que atuaram nos marcos fundadores da Arquivologia no Brasil eram do Rio de Janeiro e funcionários do Estado brasileiro.”



JOSÉ MARIA JARDIM possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Foi diretor do Arquivo da Cidade, em 1993. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Ciência da Informação da UFF, além de coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Informação (NEINFO). Ministra disciplinas na graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, na Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Convênio UFF-IBICT). Em 2006-2007 coordenou o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos (Convênio UFF-Arquivo Nacional). É membro do Laboratório de Investigação Arquivística do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Carlos III, de Madrid.

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir e Maria Célia Fernandes em 19/05/2008.

Em primeiro lugar, quero agradecer a sua presença aqui. Depois, gostaria de saber sua opinião sobre os acervos das instituições situadas no Rio de Janeiro.

Eu sempre disse e acho que, de certa forma, o Rio se mantém como a capital arquivística do Brasil.

São Paulo hoje em dia tem mais recursos, mas os acervos continuam aqui.

Os acervos e certas condições. O Congresso de Arquivologia deste ano, que vai ser em Goiânia, agora em julho (2008), põe o dedo na diversidade, no conjunto de diversidades que marcam o campo arquivístico no Brasil. Aproveitando que Goiânia resolveu fazer um Congresso de Arquivologia, até para alavancar algumas possibilidades, a diversidade arquivística foi proposta como principal tema do Congresso da AAB. É muito desigual esse Brasil arquivístico. Tem um eixo muito forte aqui no Rio, em São Paulo, em Brasília. Esse protagonismo do Rio tem muito a ver com o Arquivo Nacional e com um conjunto grande de profissionais experientes que se mantêm no Rio, após a transferência da capital para Brasília. A maior parte desses profissionais que atuaram nos marcos fundadores da Arquivologia no Brasil eram do Rio de Janeiro e funcionários do Estado brasileiro. Há um conjunto de circunstâncias que favorece a Arquivologia no Rio de Janeiro. Os primeiros congressos de Arquivologia foram realizados aqui, assim como a sede da Associação dos Arquivistas Brasileiros foi aqui constituída. Além do Arquivo Nacional, temos o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e o Arquivo da Cidade, apesar das dificuldades dessas instituições. É um Estado com dois cursos de Arquivologia e eventos, além dos congressos que acontecem aqui. Então, acho interessante – eu me lembro que conversava isso quando estava na direção do Arquivo da Cidade –, a possibilidade de nós reconhecermos isto arquivisticamente, envolvendo em um projeto o Arquivo Nacional, o Arquivo do Estado e o Arquivo da Cidade. Na época em que eu dirigia o Arquivo da Cidade, quem dirigia o Arquivo do Estado era a Eliana Furtado de Mendonça, que havia sido diretora daqui. Achava que era possível a gente trabalhar em algum momento com este recorte, porque tem acervos complementares, direta ou indiretamente, e por conta destas características.

O que você acha da aquisição de acervos privados? Por exemplo, o acervo da *Manchete*?”⁶⁷ De mobilizar historiadores, arquivistas, o Conarq, o Ministério Público o IPHAN etc., e definirmos regras para a permanência de acervos privados importantes nas instituições públicas?

Acho interessante, Beatriz, partilho com você esta preocupação. Acho que uma forma que pode ser eficiente é colocar esta discussão pública com todas as letras. Inclusive porque sempre tem a possibilidade da questão da classificação dos arquivos privados como de interesse público, guardando todos os limites deste tipo de classificação e os tipos de problema que ela implica. Mas, enfim, quais são os mecanismos do poder público em relação a isso, sem ferir direitos individuais?

Há antecedentes para isso. Essa discussão vem desde a década de 1980, tomando contornos mais nítidos, seja na discussão legal, seja na discussão política e nas ações, mais recentemente. Porque o Arquivo não convida para esse debate? A gente faz uma mesa-redonda.

Nós convidamos, em 2005, quando vim para cá. Estamos fazendo um portal para o Malta, um presente pelos 115 anos do Arquivo, colocando toda a documentação que foi digitalizada em alta e baixa resolução no portal. Eu tinha a preocupação de saber se estávamos em sintonia jurídica no uso das imagens, até pelo processo que a família abriu reivindicando as fotos. Nós fizemos um seminário muito interessante e os *papers* do seminário estão na página do Arquivo. A Sílvia Gandelman⁶⁸ veio, assim como uma série de juristas. A partir dali, foi um *start* para se pensar o portal, em como iríamos disponibilizá-lo legalmente. Os acervos tomaram um cunho pecuniário, de valor no mercado.

Fazer um investimento, comprar acervo... Ano passado teve um debate interessante sobre segurança de acervos, face a tudo que aconteceu recentemente, inclusive aqui. Fui, falei neste debate e penso, salvo engano, que havia pessoas do Arquivo da Cidade. E este tema veio à tona. Ano passado, estava coordenando um curso de especialização que nós temos na UFF com o Arquivo Nacional. Essa questão de direitos autorais, a gente também contemplou. Foi bem rico, teve um ótimo advogado, Sydney Sanches,⁶⁹ que faz mestrado sobre isso na FGV, que elucidou muito.

Tem muita discussão, muita interpretação sobre isso, mas acho que essa discussão sobre mercantilização dos acervos tem que ser levantada do ponto de vista do poder público. Aí, acho que entra a classificação de arquivo privado de interesse público. Por exemplo, o Conarq classificou o acervo da Brahma. Tenho um aluno que fez uma pesquisa discutindo isso: “O que é classificar como interesse público?” Ele foi aos processos que tecnicamente nortearam a decisão política do Conarq, para definir o que é esta classificação. É um dos pontos, a meu ver, mais delicados da legislação arquivística. Os órgãos, com capacidade para tal, pisam em ovos. Isto começou no embate com a Igreja católica. A legislação já prevê, desde a década de 1980, a classificação como de interesse público de documentos anteriores ao Código Civil.

O que é uma coisa fundamental.

Mas, enfim, você tem desde o acervo do Glauber,⁷⁰ que foi tombado, até o da Brahma. Você tem antecedentes no plano nacional. Não tenho exatamente claro como está a legislação municipal. Mas, a gente sempre prevê a existência destas possibilidades no plano municipal. Agora, esta questão do que é classificar arquivo privado como de interesse público, desde a metodologia para reconhecer até o que o poder público faz com isso depois do reconhecimento, acho que merece uma discussão.

Então, vamos voltar ao início, gostaríamos de pedir a você informações sobre alguns dados da sua vida, onde você nasceu, a sua escolaridade, algumas memórias da sua infância, adolescência, juventude. Sobre a sua formação acadêmica, atividades profissionais que você está exercendo, instituições a que você é ligado.

Nasci em Niterói, em 1956. Vivi no interior do Estado, em Rio Bonito, até terminar o ginásio e vim para Niterói fazer o segundo grau, na primeira turma sem clássico e científico. Fiz o segundo grau no Instituto Abel, em Niterói, colégio católico. Depois fiz vestibular para História. Fiz História na UFF, de 1975 a 1978. Já neste período comecei a trabalhar como bolsista e a me envolver com arquivos. Como bolsista do professor José Honório Rodrigues⁷¹ tive a sorte de entrar no Arquivo Nacional pela primeira vez para fazer levantamento de fontes. Só fui me dar conta da proporção disso na minha vida profissional depois.

Ele ainda era diretor do Arquivo Nacional?

Não, ele foi diretor antes do golpe (de 1964). Entrei neste universo e simultaneamente fui bolsista do Núcleo de Documentação da UFF. Trabalhei com documentação científica, serviço de informação bibliográfica e fui atuar como estagiário no CPDOC.

No dicionário?

No *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. E aí foi um mergulho. No segundo ano de universidade eu mergulhei muito em frentes de trabalho na área de documentação. E isso era muito novo. Eram novas as possibilidades de trabalhar com documentos. Era um campo profissional que se abria naquele momento para os profissionais da área de História.

Fui acumulando um currículo, ainda como estagiário, nesta trajetória, que ainda não me apontava para um percurso profissional mais específico na área. Meu interesse era estudar História Contemporânea do Brasil, mas, logo em seguida, fiz um curso de Arquivologia na FGV. Sentia que tinha uma possibilidade de trabalho e continuei trabalhando com documentação, ainda que fazendo assistência em pesquisas, projetos.

Trabalhei como assistente do José Murilo de Carvalho. Muito boa, essa fase da minha formação. Era um trabalho que o Zé Murilo fazia sobre os militares e nós entrevistamos vários tenentes, oficiais, foi muito rico esse trabalho. Trabalhei, também, como assistente de pesquisa do Iuperj. Mas, ao mesmo tempo, foi ficando muito forte a demanda por uma atuação no campo arquivístico. Àquela altura dos acontecimentos, precisava-se de profissionais com um determinado perfil para o trabalho de organização de arquivos. Estes centros de pesquisa também eram muito recentes, era um perfil muito específico. Se você tinha formação em História, ampliava as possibilidades de interlocução. E, além disso, alguma experiência no contato com técnicas, métodos de arquivamento. Àquela altura, isso já estava um pouco familiar para mim. E a especialização, que era algo também muito pouco frequente naquela época.

Imagina, alguém entra em História e vai fazer especialização em documentação científica no IBICT. Isso em 1979, 1980. Então, isso acabou definindo um perfil que favoreceu o

convite que tive para ir para o Arquivo Nacional. Sempre fui encantado com o trabalho de documentação na imprensa, sobretudo no jornal. Tive convite para trabalhar na Editora Abril. Era um trabalho genial. A gente está falando de um momento em que você não tem a demanda de informação que vemos hoje, em tempos de Internet, mas que você tem os centros de documentação dos jornais renovadores da imprensa brasileira.

Este acervo da Abril é excelente. Consultei em São Paulo. É uma pena que o JB já não faz os *clippings*, vai deixar uma lacuna muito grande.

O *Jornal do Brasil* teve uma ação protagonista. A gente até tem uma dissertação sobre isso no nosso Programa de Pós-Graduação. E o que significava aquele Centro de Pesquisa e Documentação! Tinha uma nata do jornalismo na época, Gabeira, jornalistas de ponta. Isso me chamou muito a atenção. Foi a saída do jornalismo, depois da televisão.

O *New York Times* inventou este tipo de solução que permite ao leitor ter no dia seguinte uma informação mais qualificada do que a que ele já tinha visto na televisão. E era uma demanda muito interessante. Estava encantado com esta possibilidade e ainda dividido com o meu desejo de trabalhar com História Contemporânea. Aí, recebi um convite para o Arquivo Nacional, para trabalhar como assistente da Célia Camargo, que era do CPDOC e dirigiu o projeto de modernização do Arquivo Nacional. Isto definiu tudo e acabou por consolidar uma vocação e uma perspectiva de trabalho então esboçadas.

Fiquei no Arquivo Nacional de 1981 a 1993 e isso foi definidor, não só da minha vida profissional, mas pessoal. Foi uma experiência única, porque também foi um momento muito singular do Arquivo Nacional. Nós vivemos a passagem de um arquivo que precisava se modernizar, ainda no quadro da ditadura e, ao mesmo tempo, estabelecer um projeto que era essencialmente democrático e que, por isso mesmo, teve que ganhar contornos pós 1988. Então, foi muito rico. Depois de 11 anos, achei que já era uma experiência suficiente. Por outro lado, sempre me inquietava a investigação e algumas questões que no trabalho de gestão é impossível levar a cabo. Houve um concurso para a UFF, fiz e acho que foi ótimo ter feito.

Então, em 1993 saí do Arquivo Nacional e fui para o Departamento de Documentação, atual de Ciência da Informação, da UFF, ministrando disciplinas de Arquivologia, sobretudo. Aí, tive tempo de me dedicar à pós-graduação, fiz meu mestrado, meu doutorado, que foram muito influenciados, como sou até hoje, pela vivência que tive nas questões de gestão da informação governamental, da natureza da informação governamental, nas questões de transparência/opacidade do Estado, do locus periférico das instituições arquivísticas no caso brasileiro, no Estado brasileiro, e como isso se dá ao longo do tempo.

Curioso, porque estou dando aula na UFF de História e Arquivologia. O curso de História não contempla matéria nesta área. Damos matéria em Antropologia, Ciência Política, no ICHF, mas Ciência da Informação...

Acho que não faz por uma opção de projeto pedagógico. Muitas vezes os alunos de História pegam disciplinas conosco, e vários pedem reingresso.

Os alunos acabaram se encantando, porque estamos pensando arquivos.

Até porque, acho que, cada vez mais, você tem um mercado de trabalho significativo para a Arquivologia. E neste percurso, logo que entro na Universidade, recebo o convite para vir para o Arquivo da Cidade. Este convite surge no governo Cesar Maia, quando a Helena Severo assume a Secretaria de Cultura. Eu não tinha maiores contatos com a Helena Severo, mas tinha muito contato com a Maria da Graça Salgado, que foi minha colega no Arquivo Nacional.

Naquela altura, a Graça Salgado já tinha saído do Arquivo Nacional, tinha ido trabalhar com a Helena Severo no Museu da República e veio com ela para a Secretaria de Cultura. A Graça insistiu muito para eu assumir o Arquivo da Cidade. Eu não queria, porque não era o meu projeto naquele momento. Adoro gestão, gosto de administração pública, mas precisava, depois de 11 anos, mergulhar um pouco na função que estava fazendo, que era uma construção. Neguei até os 45 minutos do segundo tempo. Finalmente, fui seduzido e aceitei.

Isso gerou uma negociação complicada, eu ainda estava no período de estágio probatório na Universidade. A Graça e a secretária aceitaram a minha proposta. Não queria e nem podia me afastar da Universidade. Queria estabelecer uma ponte mais evidente com a Universidade, não só com a UFF. Visualizava um projeto para o Arquivo da Cidade. Não era um projeto pessoal, mas era um projeto que vinha muito da minha experiência no Arquivo Nacional e sobretudo da minha experiência prestando assessoria técnica em arquivos municipais e estaduais do Brasil inteiro, durante muitos anos. Viajava o Brasil fazendo isso.

Na minha geração, as pessoas não faziam mestrado e doutorado em Arquivologia, trabalhavam muito pouco com arquivo. Tentei contemplar as duas questões, mas o que me chamou muito a atenção, quando cheguei aqui, foi um acervo não controlado. Não se sabia o que tinha nesta caixa preta. Desde 2006, estamos fazendo o Guia de Fundos do Arquivo, que será publicado *on-line*. É o primeiro levantamento e a constatação é de que as coleções foram desmembradas e espalhadas pelos depósitos. Estamos recuperando uma lógica interna, na medida do possível. Queria que você me contasse o que você planejou e o que te angustiava.

Evidente que eu tinha uma visão que resultava da minha experiência no Arquivo Nacional, mas que não era uma visão personalista. Era uma visão que, naquela altura, tanto a Secretaria quanto a direção do Arquivo assumiam como um projeto necessário e também uma visão que era partilhada primeiro por algumas pessoas que vieram para cá neste momento como o José Mauro Martins Loureiro,⁷² o Márcio Médici,⁷³ o Paulo Elian,⁷⁴ que já estava aqui. E foi possível perceber que era uma visão que encontrava muito eco dentro da equipe.

Desde o início, a gente fez questão de trabalhar com uma perspectiva de planejamento participativo. Não me lembro exatamente quando, teve um ou dois dias que nós fechamos

o Arquivo para criar um diálogo com o método de planejamento participativo. Porque a ideia era que, para 1994, as ações que norteariam o Arquivo resultassem de uma grande discussão. Até porque, àquela altura, a minha impressão aqui do Arquivo era de que, apesar de uma série de profissionais competentes, havia ilhas muito dispersas. A discussão era muito fragmentada. Então, essa visão e a minha interpretação dela resulta de uma proposta que foi amadurecendo em função desses interlocutores que vieram para cá e dos que já estavam aqui.

Apesar da experiência que tinha e de conhecer o Arquivo à distância, vim com muita modéstia. Sobre tudo, vim com a perspectiva de otimizar ao máximo os recursos que o Arquivo já tinha. E dar continuidade ao que já estava em curso e era consistente, redefinir algumas coisas e estabelecer alguns norteamientos. Naquele momento, o Arquivo tinha uma visibilidade muito especial. Ele tinha uma marca muito forte, o prédio. Isso lhe dava inclusive um destaque nacional. Foi, sem dúvida, uma grande vitória, considerando a situação em que ele se encontrava antes. E essa visibilidade, na minha interpretação, sugere um Arquivo que era talvez mais um centro cultural do que uma instituição arquivística exercendo plenamente as suas funções.

Então, a minha preocupação era ampliar a dimensão arquivística desta instituição, sem de modo algum minimizar uma série de frentes de trabalho que o Arquivo já desempenhava com muita competência: exposições, eventos, música no Arquivo, seminários. Enfim, isto era uma marca do Arquivo. Mas o Arquivo era muito mais visível no universo profissional que me era próximo por esta vocação do que por sua vocação estritamente arquivística. Esta era a minha questão, ampliar a dimensão arquivística da instituição, tornar o Arquivo uma instituição arquivística contemporânea. Porque ele obedecia, apesar do belo prédio, ao modelo clássico de arquivo do século XIX.

Na época em que você veio dirigir o Arquivo havia uma duplicidade de funções, não é? Já existia o Arquivo Histórico e havia também a Superintendência de Documentação, na Secretaria Municipal de Administração. Como foi a sua relação institucional?

Essa era uma questão estrutural e um dos problemas a serem administrados.

Quem dirigia a Superintendência ?

Helena Correa Machado. A mesmo tempo, a gente já tinha, àquela altura, a Lei de Arquivos aprovada. A Lei de Arquivos reconceitua o perfil de instituição arquivística no Brasil. Ela define o que é instituição arquivística e define que as competências desta instituição não se restringem a receber documentos de procedências as mais diversas sem uma série de requisitos. Ela define que estas instituições são responsáveis por todo o ciclo vital. Isso era não só conceitualmente mas, do ponto de vista legal, um marco fundamental para o que nós queríamos.

Tratava-se, no caso, de convencer a Prefeitura a assumir esta perspectiva para o seu arquivo. Não só a Prefeitura, no sentido mais amplo. A gente tinha uma frente delicada o

tempo todo, que era a própria Secretaria de Cultura. Não havia uma resistência explícita a isso, mas era previsível que em algum momento esta resistência fosse se dar, porque a redefinição deste perfil significava um arquivo para além da formatação clássica e das possibilidades de funcionamento de uma instituição deste porte, com essa vocação na Secretaria de Cultura. Esse não é um problema só daqui. É um problema geral, mas que era apontado mais a médio, longo prazo.

Mas, àquela altura, a nossa expectativa era começar a trabalhar com isso em curtíssimo, médio prazo. Isto envolvia algumas questões que, de pronto, eram muito evidentes. Apesar deste fantástico prédio, ele tinha um problema sério de manutenção e isso era um problema constante. Os recursos orçamentários para a manutenção do Arquivo, do ar-condicionado e as consequências disto.

O secretário não era solidário? Ou o prefeito?

O Arquivo não tinha, àquela altura, muito menos a sua direção, possibilidade de interlocução direta com o prefeito. Aliás, não havia possibilidade de interlocução direta com o secretário. Isto já era um problema, o Arquivo era, àquela altura...

Uma diretoria do Departamento.

É, isso é complicadíssimo. Era algo que queria mencionar. Mas o prédio, para não esquecer, colocava uma questão muito forte de manutenção. Cada licitação para renovar o ar-condicionado era uma questão, eram muitos recursos envolvidos. Isso acabava tendo uma centralidade na questão orçamentária do Arquivo muito delicada, porque o orçamento para outras questões... Note-se que o Arquivo não era unidade orçamentária, não tinha orçamento próprio.

Isso muda muito. Acho que esta máquina burocrática foi se especializando nas necessidades da Secretaria. A continuidade é, por isso, fundamental, a máquina do 3º escalão não pode ser desmembrada. É uma certa memória da Prefeitura que pode se perder pois as pessoas vão se aposentando e uma nova leva de técnicos precisa de um tempo para se readaptar. De uma certa maneira, nesses 16 anos, se pensarmos em um intervalo de tempo maior, foi-se construindo uma máquina burocrática capaz de dar conta dessas questões.

De qualquer forma, Beatriz, acho que ainda hoje é impossível que uma instituição política amplie esta vocação como um órgão de terceiro escalão, sem um mínimo de autonomia administrativa e financeira.

Hoje em dia o Arquivo é ligado diretamente ao Gabinete do secretário, nós temos um orçamento próprio. Enfim, a conjuntura é outra bem diferente dos anos 1990. Existem as Leis de Incentivo que ajudam, mas também demandam muito de todos nós. Mas é uma possibilidade no campo acadêmico, não que seja uma solução.

Que a gente aventava naquela altura, chamava de “projeto vitrine”. Mas, você precisa de um orçamento para a “copa e cozinha”.

Acabamos optando por usar as Leis de Incentivo em projetos estruturais. O Laboratório de Microfilmagem e o Portal do Malta,⁷⁵ como também o projeto de segurança vêm desses investimentos. Mas, concordo com você que é necessário uma visão de Rede. É preciso políticas que consigam somar esforços e estabeleçam formas jurídicas coletivas. Temos só 75 arquivos municipais neste país inteiro. É algo preocupante.

São quase seis mil municípios. Existe uma bela dissertação da professora Odila (Fonseca),⁷⁶ que aliás me ajudou muito aqui um tempo, sobre os arquivos municipais. Ela fez uma pesquisa sobre os arquivos municipais das capitais e as capitais que não tinham arquivos municipais. Fez uma dissertação muito interessante.

Mas, enfim, esta questão do prédio era delicada. Teve um problema que trouxe à tona a questão do sistema de ar-condicionado. Detonou-se o sistema de ar condicionado e era preciso tirar aquilo do chão em caráter de urgência urgentíssima, porque isto aqui sem ar-condicionado... Foi uma inundação horrível, nós ficamos três dias entrando pela janela no Arquivo, tentando tirar água e resolver o problema. Felizmente, não houve maiores danos ao acervo que tinha lá embaixo. Mas, isto acabou trazendo à tona esta fragilidade do Arquivo, ainda maior na dependência desta manutenção do ar-condicionado.

Tinha um problema sério de segurança. Primeiro, havia um restaurante aqui, no último andar, que funcionou durante muitos anos e as pessoas dos Correios vinham almoçar ali. Eles pegavam o elevador e iam almoçar lá, passavam pelos depósitos, uma coisa impressionante! Então, foi uma primeira medida: “Gente, isso não pode continuar.” Primeiro, o seguinte: não pode ter este trânsito de pessoas aqui dentro, passando pelos acervos, depósitos. Segundo, qual é a segurança de uma cozinha industrial funcionando aqui? Era, salvo engano, uma ex-funcionária do Arquivo, muito dedicada, uma pessoa gentilíssima e nos tivemos que ponderar com ela: “É um risco enorme para o acervo.” Ela dizia: “Mas tenho muito cuidado, se acho que deixei alguma coisa ligada, eu volto.”

Havia um problema. Existia uma categoria de funcionários do Arquivo, chamados “trabalhadores” que quando vinham – eles não vinham todos os dias porque o salário era muito baixo –, eles se alimentavam no restaurante. Havia um acordo e fechar o restaurante causou um problema para estas pessoas. Fechar este restaurante foi um problema, mas eu e a equipe estávamos completamente à vontade em relação a isso, porque era completamente temerário. Significava evitar aquele trânsito de pessoas tão grande aqui dentro. Não havia o menor controle. E o restaurante foi fechado. Isso foi um pouco traumático, mas não tinha como continuar. Eu disse que não ia dirigir um Arquivo com uma cozinha industrial.

A questão de segurança me preocupou muito. Primeiro, pelo assalto⁷⁷ em si. E, hoje em dia, vejo como o Guia de Fundos talvez seja, de alguma forma, o estopim desse

assalto. Percebeu-se que íamos controlar todo o acervo e os furtos, que já deviam ocorrer há bastante tempo, foram concentrados. Mesmo assim, iniciar o processo de controle via Guia de Fundos é fundamental e estruturante.

Esse é outro ponto Beatriz, o Arquivo não tinha controle físico e intelectual do seu acervo.

Esse caráter cultural, para o qual você chama a atenção, de um olhar como um...

Centro cultural. Desculpe, Beatriz, mas o Arquivo também se conceituou assim. Não foi só o olhar da Prefeitura.

Se você pensar no contraponto com outras instituições que se estruturam na década de 1980, que é mais ou menos da mesma época, aquela geração se profissionalizou, investiu profissionalmente por conta própria. Todos vão fazer mestrado, doutorado. Aqui, desenvolveu-se uma baixa autoestima em relação à própria instituição. Um espaço como este, é um espaço não só para se preservar toda a documentação aqui alocada, mas que possibilita o desenvolvimento de carreiras.

É, porque talvez quando o Arquivo veio para este prédio, ele trouxe a cultura sob a qual ele funcionava naquelas instalações. Vi isso na Torre do Tombo,⁷⁸ como muda um prédio maravilhoso. O fato é que falo isso sem sugerir nenhum de tipo de falta de profissionalismo de quem me antecedeu, porque acho que um conjunto de trabalhos muito rico foi feito, vários diretores e profissionais tiveram a oportunidade e executaram trabalhos relevantes. Mas, o fato é que, naquele momento, com a minha experiência, essa era uma questão. Foi traumático, mas foi solucionado.

Estes nove meses foram muito intensos, teve este início, teve a inundação, colocando uma série de problemas depois. Por exemplo, estas grades que têm hoje, eu queria colocar, havia um debate estético dizendo que estas grades não poderiam ser colocadas. No dia em que vi que tinham colocado a grade pensei: finalmente. “Não pode, os arquitetos do patrimônio são contra.” Esta era uma questão que foi acirrada pela inundação, que mostrou uma vulnerabilidade que até então não se conhecia.

A outra questão era o acervo. Quando vim para cá, me lembro de achar um folder que falava em algo em torno de oito quilômetros de documentos. Aí, nos perguntamos: “Onde estão os dados que comprovam esta quantidade?” Não sei se eram exatamente oito quilômetros, mas era uma quantidade razoável que, a olho nu, na minha experiência, não era possível. Quem fez esse levantamento? Onde estão os dados? Não tinha. Então, nós resolvemos contar. No ano em que eu saísse da direção do Arquivo, alguém poderia contar e perguntar: “Onde estão os seis, oito quilômetros?” Na época, o Arquivo só contava com um quilômetro e meio, dos quais apenas quinhentos metros lineares eram objeto de algum controle físico, intelectual. Algum, com escalas diversas. Um quilômetro era uma caixa preta.

Isto tudo estabeleceu um programa de trabalho para dar conta da caixa preta e, ao mesmo tempo, para qualificar os instrumentos que já existiam. Vários deles eram muito

pertinentes e bem-feitos e outros podiam ser melhorados. Isso gerou um debate que apareceu neste planejamento participativo e, felizmente, encontrando uma acolhida interessante na casa, as pessoas se sentiram prestigiadas. Esta questão da autoestima de que você fala, a mim deu a impressão... pode ser a impressão de um diretor bem intencionado, mas acho que foi muito interessante. Aí, você tem a questão dos recursos humanos. O Arquivo, em um determinado momento, teve uma quantidade enorme de pessoas e acolheu muito especificamente professores de História da Rede Municipal. Isto projetou o Arquivo em algumas frentes, não do ponto de vista arquivístico. Àquela altura, o problema de recursos humanos estatisticamente e quantitativamente era evidente. Muita gente boa. Me lembro que, logo que tomei posse, dei uma entrevista dizendo que o Arquivo não tinha arquivista. A gente fazia uma proposta de uma Divisão de Gestão de Documentos, uma Divisão de Arquivos Permanentes, uma Divisão de Programas Públicos, dentro do conceito de programas públicos, que é caro aos arquivos; uma de Recursos Tecnológicos e uma de Administração, visualizando a possibilidade de uma autonomia financeira e administrativa do Arquivo. Foi uma primeira versão.

Por outro lado, a estrutura que existia era basicamente formal. A impressão que eu tinha é que o Arquivo tinha um recorte muito mais por andares do que pelos fluxos e processos arquivísticos, ou seja, as coisas do segundo andar, as ações do terceiro andar. E a gente começou a tentar desterritorializar estes fluxos e a pensar coletivamente estes fluxos, sobretudo a construção de pontes entre as ilhas.

Creio que o que facilitou um pouco, 15 anos depois, foi o fato de que, com uma equipe diminuta, pôde-se trazer outras pessoas e evitar o mesmo hábito.

As ações eram muito personalizadas. Naquele momento, nossa proposta passou a ter uma acolhida interessante. Evidentemente, isto era uma mudança de cultura que exigia um trabalho de gestão mais a médio, longo prazo. Mas, para a minha surpresa, pelo menos era o que chegava para mim, as pessoas, de maneira geral, foram receptivas. Até porque, desde o início, esta ideia de planejamento participativo teve uma repercussão boa. E, sobretudo, isto para mim é inesquecível. Um dia, nós nos sentamos no terceiro andar e fizemos um grande círculo. Isso a partir de um trabalho que começou a ser feito de demandas, questões e problemas em cada área e que culminou com este seminário no qual nós trocamos diversas ideias, objetivamos possibilidades, priorizamos, fizemos recortes. Acho que aquilo foi muito importante porque as pessoas puderam sair dessas fronteiras mais imediatas e, inclusive, saber melhor o que os outros estavam fazendo. Era uma ideia em que a instituição se autovisualizava como um todo. Não quis coordenar isso. Chamei a professora Odila para coordenar.

Fiquei participando, fiquei na roda, evidentemente, algumas vezes na berlinda e, a meu ver, foi um debate muito rico, que deixou um clima de trabalho muito interessante. A outra frente foi a da legislação. A gente fez uma comissão, nos reunimos aqui. Esta comissão tinha em vista estabelecer um instrumento legal que pudesse ser compatível com a Lei de

Arquivos e que pudesse rever aquele conflito estrutural que você mencionou. Tanto é que nós fizemos esta comissão com a Helena Machado, a Maria Isabel, que era assistente dela, a Vera Tinoco, que era do Departamento, a Célia Costa, do CPDOC, e a Lúcia Lobo⁷⁹ que, àquela altura, trabalhava na Secretaria. Havia a perspectiva de que uma lei pudesse ser muito complicada a médio prazo, ainda que fosse esse o cenário, uma Lei Municipal de Arquivos, e se propôs o desenho de um decreto. Acho que a gente teve algo inovador que, creio, veio a se consubstanciar depois, porque propusemos uma Rede Municipal de Arquivos, não um sistema. Acho que esta perspectiva, como desenho, foi interessante. Foram nove meses de muito trabalho, várias dificuldades.

E o que inviabilizou a sua permanência?

A constatação de que a perspectiva colocada pela Secretaria e pela direção do Departamento, na época, que fizeram passar pela minha resistência, e assumir que efetivamente essa disposição não era clara, não era tão evidente como afirmada pelas titulares desses órgãos. Por exemplo, a autonomia que eu teria para formar uma equipe. Sei o quanto situações como essa envolvem pressões. Naquela época, já não era ingênuo, mas havia claramente uma pressão por acolher na direção do Arquivo, em uma área chave da instituição, uma área que sempre foi muito forte, a área da Pesquisa, alguém que não tinha a menor possibilidade de ser acolhida por aquela equipe de profissionais, muitos com mestrado, alguns fazendo doutorado. Não me sentia confortável de me sujeitar a uma pressão dessas e comprometer uma legitimidade que foi construída ao longo do tempo aqui, com a equipe. Então, se eu tinha, ao contrário do que tinha sido colocado, de admitir no Arquivo perfis profissionais que não eram em nada compatíveis com o Arquivo, em nome de uma cadeia política – que eu compreendia, mas à qual não me filiava, pelo menos diretamente – achei que era o limite. Mas que não é surpreendente. Não tinha nenhuma ingenuidade quanto a isso, mas eu tinha uma palavra assegurada que me fez, inclusive, comprometer uma agenda profissional, que esta era a minha cota de autonomia.

Evidentemente, não iria convidar para o Arquivo ninguém que eu não submetesse à Secretaria. Isso é um dado, que não é idiossincrasia pessoal, mas de autoridade, de cadeia administrativa, a secretária, a Secretaria. Mas tampouco poderia contrariar o meu percurso aqui dentro, admitindo este tipo de perfil dentro do Arquivo, porque ficaria insustentável a minha gestão e a minha legitimidade junto à equipe. Então, não só eu, como os outros diretores, Paulo Elían, Márcio Médici e José Mauro, nos demitimos. Nós saímos em novembro de 1993, por esta razão. Fiz uma carta aos funcionários explicando isso e fiz uma reunião antes de sair, explicando da maneira mais transparente possível.

Quem o sucedeu? O Paulo Elían?

O Paulo pede demissão, mas é solicitado. Aí, ele fica um tempo. Só para terminar de comentar, eu me lembro que esta reunião com os funcionários foi emocionante. Foi um grande momento, porque as pessoas foram muito afetuosas. Saí, como diria Camões, “em

paz com a minha guerra”. E querendo crer que, de alguma maneira, ainda que curta, esta gestão tenha, não por mim, mas por um conjunto de circunstâncias, deixado algumas marcas futuras para o Arquivo.

Acredito que todo o processo de legislação que, dez anos depois, começa a se consolidar, tem muito dessa época.

Acho que, àquela altura, a instituição desnaturalizou o discurso de que tinham não sei quantos quilômetros de documentos e assumiu a realidade da questão do acervo. E de alguma maneira, esta questão de segurança, acho que a gente conseguiu começar a também colocar em outros termos.

Isso me lembra, também, o momento que passamos com o Portal do Malta. Havia uma cifra de imagens supostamente atribuídas ao fotógrafo, mas nenhum documento que ratificasse esse número. Por isso, creio que o vínculo com as universidades tem que ser cada vez mais forte. Isso demonstrará o papel da pesquisa acadêmica e probatória que são as missões de todo o Arquivo Público. Neste sentido, estamos realizando o I Censo da Prefeitura, organizando no presente para garantir um trabalho futuro.

Quando você comenta isso, fico pensando o quanto esses processos são longos. A ideia do censo estava colocada, era um projeto evidente. A gente fez isto no Arquivo Nacional e não tem outra forma. Senão, como a gente vai mapear o acervo lá fora? Mas, como fazer isso? Quem vai à Secretaria? Este era um projeto que, àquela altura, tinha que ser viabilizado, mas isto tinha que ser com o orçamento ou com recurso extraorçamentário da Prefeitura. Diferente de três grandes “projetos vitrines” que eram: *Memória da moda no Rio de Janeiro*, *Memória das escolas de samba* e *Memória do futebol*. A gente queria trabalhar com estes três eixos, pelo menos durante uns dois anos, fazendo exposições, fazendo História Oral, fazendo seminários. Eu me lembro que consegui que no carnaval de 1994 a Rosa Magalhães transformasse o prédio em alegoria, ou seja...

Tem fotos?

Não, porque isso não chegou a ser feito. O *Memória da moda* fiz com a Iesa Rodrigues, em outro espaço, já não estava mais aqui. Mas estes eram projetos vitrines, que tinham um claro apelo de captação de recursos. Mas, eu precisava fazer o censo.

Quinze anos depois, há um desenvolvimento tecnológico que permite adaptarmos o modelo disponibilizado no site do Arquivo Nacional. É todo *on-line*. Pedi ao prefeito que baixasse um decreto. Outro grande projeto no horizonte, é recuperar a estrutura da Prefeitura desde 1891, com verbetes até o terceiro escalão de todas as secretarias.

Nós tínhamos um projeto, exatamente... Foi o Paulo Elian que fez na época. Era isso.

Era um dicionário?

Não necessariamente um dicionário, mas uma base de dados que permitisse o levantamento da evolução administrativa da Prefeitura. Havia trabalhos isolados de pessoas da Pesquisa, mas essa era uma vocação que a gente queria estabelecer, na medida em que ia ser fundamental para o pesquisador e para os profissionais que fossem organizar o acervo. É, poderia ser um dicionário. Um outro projeto em que a gente investiu era o laboratório. Naquela altura, a gente começou a falar em digitalização. É engraçado que o texto diz assim: “A tendência de utilização da tecnologia digital baseia-se no crescimento das redes eletrônicas, que ampliam a comunicabilidade de uma empresa através da transferência de dados e arquivos, como é o caso da Internet que conta com a filiação de 35 nações, onde três milhões de usuários utilizam o correio eletrônico diariamente.” Naquela altura, a gente teve também uma visão de que a alternativa seria por ali. Enfim, acho que se de alguma maneira a gente conseguiu favorecer alguns conceitos, que depois foram criados e operacionalizados pelo Arquivo, isto foi muito importante. Para mim, foi uma experiência muito rica. Claro, a certa altura foi frustrante, porque depois de resistir tanto a vir, encontrar tantos problemas! Mas, certamente, esse processo aqui me ajudou muito, não só no meu trabalho de ensino, mas na definição do meu projeto de pesquisa sobre gestão da informação governamental, as questões da relação entre a formação e a natureza do Estado no Brasil. Isso dá frutos. Boa parte disso tem a ver com o período aqui.

Gostaria que as pessoas que trabalham aqui estivessem atentas à importância da aproximação com a universidade.

A gente tentou fazer algumas coisas nesta direção, trazendo pessoas das universidades para debates aqui, em áreas específicas. A gente criou, na perspectiva de uma ideia que fosse adiante, o *Primeiro Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação*. Foi muito interessante. Depois, eu não estava mais aqui, mas a Odila e eu estávamos muito incomodados com a situação da Arquivologia, considerando a condição do Rio de Janeiro e a falta de debate. Sugerimos um seminário ao diretor da época,⁸⁰ faz uns três, quatro anos... Ele gentilmente acolheu a proposta, minha e da Odila. Nós fizemos um encontro aqui, que a gente chamou de Rioarq, no qual discutimos várias questões tendo o Rio de Janeiro como recorte. De alguma maneira, se for possível, fica uma sugestão nessa direção. Acho que as universidades podem ajudar. A gente trouxe para debate as instituições de documentação e os arquivos da Cidade do Rio de Janeiro. Foi muito interessante, porque tinha desde o Arquivo Nacional, o Arquivo do Estado até, por exemplo, a enorme quantidade de acervos arquivísticos em museus do Ministério da Cultura que existem no Rio de Janeiro. Então, esse “mapa arquivístico do Rio de Janeiro”, algo que eu tinha em mente quando estava aqui, poderia gerar um portal de arquivos do Rio de Janeiro, em que pudéssemos fornecer informações para quem se interessasse. Ou seja, difundir, dizer: aqui no Rio de Janeiro, você tem estes acervos, isto está completo, isto não está. Esse “estado da arte” não está feito no Rio de Janeiro.

Acho que este é o momento. O Museu da Cidade está vinculado ao Arquivo, assim como o Memorial Getúlio Vargas.⁸¹ Então, estamos fazendo um controle absoluto para que o acervo da Prefeitura não se perca, como já aconteceu. O Museu da Cidade está cedendo as imagens do Malta para o Portal, porque a ideia do Portal é essa, que se faça todo o mapeamento de quantas fotos afinal o Malta tem. Mas as outras instituições não tiveram fôlego para fazer conosco... Então, pela Lei de Incentivo, conseguimos fazer agora.

Sabe por que, Beatriz? Acho que uma das vocações que o Arquivo pode ter – a gente tentou esboçar isto – é ser um protagonista na discussão da questão arquivística em suas várias dimensões no Rio de Janeiro. O Arquivo Nacional, por vocação, não pode fazer isto, o Arquivo do Estado também não. O Arquivo da Cidade pode.

Mas, hoje em dia, para que isso aconteça, é necessário o apoio da universidade.

Não tem dúvida. Isso foi algo que a gente fez, a Universidade Federal Fluminense veio procurar o Arquivo e teve acolhida. A gente juntou os cursos de Arquivologia, as universidades, ou seja, quem gerencia, quem ensina e quem pesquisa Arquivologia no Rio de Janeiro.

Vai se realizar o terceiro encontro da Associação de Arquivos do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre o Rio de Janeiro

A Associação de Arquivistas?

Não, a AAERJ (Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro).

Há uma série de conflitos na Arquivologia, das associações, e isso pode, ao meu ver, gerar um esvaziamento. Não estou sugerindo fazer um segundo Rioarq. Estou sugerindo que vocês pensem na possibilidade de provocar o debate.

Vamos pensar juntos, a demanda é enorme.

Se você for ver a documentação do Rioarq, vai ver como isso se deu. Ela foi gravada. E tem a documentação arquivística, os certificados foram expedidos pelo Arquivo, eu assinei como UFF (Universidade Federal Fluminense). O que eu acho é que esta discussão do Rio de Janeiro arquivístico, ela só encontra acolhida, ou pode encontrar acolhida, aqui. É uma vocação que acho que o Arquivo tem. Teve um público grande, inclusive de estudantes. E foi revelador. Lembro-me que nós ficamos surpresos quando começamos a nos dar conta da diversidade de acervos arquivísticos da cidade do Rio de Janeiro em vários marcos institucionais, federais, estaduais ou municipais. Eu me coloco à disposição, se vocês pensarem em algo que seja uma continuação desse evento.

Obrigada, José Maria Jardim, por nos trazer informações sobre a sua gestão, completando dados importantes para que se possa traçar a trajetória do Arquivo da Cidade e pela brilhante reflexão sobre o papel dos arquivos contemporâneos nas suas relações com a administração pública, com as universidades e com os cidadãos.



*“Achamos que tem de ter
arquivistas, o corpo
profissional tem de ser
múltiplo, mas a documentação
é o lugar prioritário de
gente que sabe tratar
documentos, sabe quais são
as funções de um arquivo,
sabe fazer gestão de
documentos, sabe cumprir
as funções de quem trabalha
na área de arquivos.”*

PAULO ROBERTO ELIA DOS SANTOS é graduado em história pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), doutor em história social pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou no Arquivo Nacional e foi diretor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (1993-1995). Desde 1996 é tecnologista senior da Casa da Oswaldo Cruz/Fiocruz, onde atualmente exerce a função de vice-diretor de Informação e Patrimônio Cultural e coordena o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGDA).

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir, Maria Célia Fernandes e Sandra Horta, em 23/10/2007, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Iniciamos perguntando sobre a sua formação acadêmica.

Sou graduado em História, bacharel e licenciado pela PUC do Rio de Janeiro. Fiz meu mestrado em História Social na USP, em 2003, e estou em processo final de doutoramento em História Social na USP.

Quais as suas atividades profissionais atuais?

Sou vice-diretor de Informação e Patrimônio Cultural da Casa Oswaldo Cruz e sou professor de História da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro.

Quando é que você se interessou pela Arquivística? Porque sua formação é em História...

É, a minha formação é em História. Comecei como estagiário da Fundação Mudes,⁸² no Arquivo Nacional. Minto, vou voltar um pouco. Comecei em um projeto de pesquisa de um pesquisador da Escola de Administração Fazendária da FGV sobre tributação no Brasil. E uma parte da pesquisa dele era sobre tributação no período colonial. Eu, na PUC, na época, estava no segundo ano, era muito próximo ao Luciano Figueiredo. Luciano, que é editor da *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Éramos colegas, nos tornamos amigos e o Luciano estava montando um grupo com colegas da faculdade e me levou para esse projeto. Trabalhei como estagiário de História, levantando informações no acervo da Casa dos Contos.⁸³ Era um trabalho com os microfilmes do Arquivo Nacional. Comecei a frequentar o Arquivo Nacional nessa época. Ia lá todo dia, pegava os microfilmes, ia naquelas leituras.

Em que ano foi isso?

Em 1981. Em 1982, me inscrevi no Mudes, todo mundo se inscrevia na época, e surgiu a possibilidade de ir para a Casa de Rui Barbosa. Me chamaram e era até mais fácil para mim, porque eu morava em Botafogo, fui criado em Botafogo. Mas, estava no Arquivo Nacional, comecei a conhecer as pessoas, comecei a me envolver a partir da pesquisa, conhecer gente do Arquivo e perguntei se não podia ir para lá. Fiquei no Arquivo, não fui para a Casa de Rui Barbosa. E aí, comecei como estagiário da Fundação Mudes, trabalhando com um grupo que organizava os fundos da Presidência da República, já na gestão da Celina do Amaral Peixoto. A Celina tinha começado a gestão dela em 1980 e comecei como estagiário, entrando naquele processo de mudanças que o Arquivo estava vivendo. Um ano depois, acabou o meu estágio na Mudes. Aí me chamaram para continuar, ainda estagiário. No final, fazia o bacharelado, ainda tinha um semestre, já no convênio FGV-Arquivo Nacional, que era o projeto da gestão da Celina. Fiquei, me formei no ano seguinte, fiz um contrato para trabalhar no Arquivo como formado. Eu me formei em dezembro de 1982. Aí, já comecei a trabalhar direto com arquivo. Nesse processo, me incorporei a esse grupo que era um grupo de arquivistas contratados pelo convênio.

A Graça Salgado fazia parte, não é?

Não, esse era outro grupo. Eram vários grupos. Esse era um grupo coordenado pela Maria Odila Fonseca, atualmente professora da UFF. Maria Odila Fonseca, que veio do CPDOC com a Celina, fazia uma supervisão desse grupo, era Roseli Rondinelli, que hoje está na Casa Rui Barbosa, e mais um grupo de arquivistas. Entrei como graduado em História e comecei a trabalhar com arquivo. Comecei na área nesse contexto, e o Arquivo Nacional vivia, na época, um período muito interessante. Tem uma geração de pessoas graduadas em História que estavam no Arquivo e em outros lugares, que começaram a trabalhar com documentação, com arquivo, e se tornaram profissionais de arquivo. Entrei nesse contexto.

O Paulo Leme, o José Maria Jardim,⁸⁴ a própria Maria Odila...

Esse grupo todo, nesse momento do Arquivo. Tem o Vítor Fonseca, Sílvia Ninita, que é de Ciências Sociais, Regina Célia Marques, que era assistente do Paulo Leme. Mas, eu, nesse momento, era recém-graduado, então era, digamos assim, “júnior”. Paulo Leme já era diretor de Divisão, José Maria, Graça Salgado, pessoas que na gestão da Celina eram as lideranças do Arquivo. Esse grupo, boa parte dele, era composto por pessoas formadas em História.

Você ficou no Arquivo Nacional, nesse processo, até quando?

Fico no Arquivo até 1988. Depois, nós nos tornamos contratados celetistas pelo Arquivo, teve um processo de incorporação. Em 1988 teve um concurso, não um concurso público, um concurso interno. Saí do Arquivo em 1988, comecei a querer fazer um outro caminho...

Você foi professor substituto de História na UERJ, não foi ?

Depois, mais tarde. Teve um momento que comecei a querer ser professor. Não sei o que deu na minha cabeça, estava um pouco cansado do Arquivo. Porque também tem o seguinte, esse grupo que entrou com a Celina era um grupo muito bom, que mudou a cara do Arquivo. Mas, em poucos anos, esse grupo foi tendo um processo natural de desgaste, de institucionalização. Quando a Celina entrou, ela criou quase como que uma administração paralela. Sobre aquela estrutura que existia ela montou grupos de trabalho, grupos dos mais diversos, era o grupo da Colônia, no qual o Vítor trabalhava; o grupo da pesquisa, que a Graça coordenava; era o grupo de identificação dos chamados fundos internos e externos; todo o acervo da administração federal, grupo da Presidência da República, em que eu trabalhava.

Então, montou-se sobre aquela estrutura que já havia no Arquivo, que era uma estrutura com muitos problemas, de falta de recursos humanos, dos mais diversos. Mas esse grupo foi se institucionalizando e foi perdendo, até naturalmente, aquele pique do início do projeto, por várias razões, e algumas pessoas foram saindo. Em um determinado momento, comecei a achar que não queria ficar lá. Em 1987, tinha entrado no mestrado no

IFCS, em História, e aí estava dando aula, dava aula no Estado do Rio de Janeiro. Passei no concurso para o Município, aí, pensei, vou sair do Arquivo (Nacional). Vou dar aula, vou fazer meu mestrado, de repente vou fazer um outro caminho. Naquele momento, no Arquivo, não estava vislumbrando uma perspectiva boa para mim e institucionalmente achava que a instituição estava vivendo um período... Já era o final da gestão da Celina, a Celina saiu em 1990.

Em que área era o mestrado?

No mestrado, que não acabei, era orientando da Maria Yedda Linhares, para estudar o período do vice-rei marquês do Lavradio.⁸⁵ Era um grupo de alunos dela que estudava o comércio, na linha dos trabalhos do Manolo (Florentino), do Fragozo (João Luís), aquela coisa de mercado interno. Não acabei por problemas pessoais, parte deles, e acabei largando no meio. Fiz todos os créditos, fiz tudo, só não fiz a dissertação.

E como você constrói a sua trajetória se para você chegar à direção do Arquivo Geral?

Bom, saí do Arquivo Nacional, pedi demissão, dois meses antes do meu primeiro filho nascer, na época ninguém entendia nada, “esse cara é maluco”. Entrei no concurso do Saturnino, em 1988, era um concurso superdifícil. Um concurso em que, me lembro, passou pouquíssima gente, a prova de História foi arrasadora. Passei, entrei, fui dar aula em Bangu, Padre Miguel, dava aula no Estado, dava aula no CEL (Centro Educacional da Lagoa), uma época, também, fazia o mestrado. Aí, a Prefeitura quebrou.

Você se lembra quando a Prefeitura quebrou?

Olha, setembro para mim é um mês marcante, acho que foi por aí, um caos, três meses sem salário. Pedi demissão do Arquivo em junho, e, na época, o salário da Prefeitura era bom. Para você ter uma ideia, saí do Arquivo (Nacional). Um dos problemas do Arquivo, em determinado momento, foi a questão salarial, porque na época do convênio, no início da gestão da Celina, o salário era bom. Quando nós fomos incorporados como servidores públicos celetistas, os salários foram ficando...

Então, me lembro que na época da Prefeitura, ia ter um salário muito bom. Entrei, fazia a chamada dupla regência, dava aula dois dias inteiros, daria para viver muito bem, mas simplesmente quebrou e aí fiquei literalmente sem rumo. A trajetória que eu tinha feito no Arquivo Nacional, amigos e pessoas, serviram para começar a fazer de novo o caminho para área de arquivo. Por exemplo, logo no ano seguinte, em 1989, a Beatriz Monteiro, que hoje trabalha na área de arquivos privados, me chamou para trabalhar com a Maria Odila, na Fundacen, em um projeto de organização do arquivo do Walter Pinto.⁸⁶

Era um grupo de pessoas, algumas até do próprio Arquivo Nacional. A Maria Odila chefiava uma área de documentação na Fundacen, que tinha os acervos de teatro, por sinal um acervo fantástico, que hoje é o acervo da Funarte. E aí, tinha esse grupo que estava se

montando, de prestação de serviço, para organizar o arquivo da companhia Walter Pinto. Continuei dando aula. No município teve uma greve monstruosa e eu também dava aula no Estado. Isto em 1988, 1989, logo depois da crise. A Beatriz tinha falado que a Maria Odila estava montando uma equipe. A Maria Odila tinha saído do Arquivo Nacional também. Para você ter uma ideia, muita gente foi saindo do Arquivo. Fui trabalhar com a Maria Odila na Fundacen, foi um período ótimo, foi muito legal o trabalho, projeto superinteressante, acervo muito bom.

Em 1989, também através da Beatriz Monteiro, que foi uma pessoa que conheci em 1981, quando fazia pesquisa nos microfilmes da Casa dos Contos, a Bia era estudante de Arquivologia. A Beatriz foi convidada pelo grupo do Centro de Memória da Eletricidade, para participar de um projeto para a Companhia Vale do Rio Doce, 50 anos da CVRD, que seria em 1992, e eles estavam começando a montar este grupo grande em 1989. E a Beatriz falou: “Me chamaram para organizar uma equipe, para fazer um Guia de Fontes de Arquivo sobre a mineração e a Vale do Rio Doce. Quero que você venha trabalhar para coordenar o grupo, porque tinha a figura do coordenador e tinha o supervisor, que era quase uma coisa de campo.

Ganhava-se muito bem nos projetos de Memória. Fui estagiária do Osvaldo⁸⁷ nos primeiros projetos sobre os bondes, que ele acabou não terminando, porque faleceu antes. O Paulo (Brandi) e o Sérgio (Lamarão) saíram do CPDOC para montar...

É, montaram essa estrutura toda. O Renato Lemos, o Sérgio Lamarão, a Marilza Elizardo, foram convidados. A CVRD viu o trabalho deles na Memória da Eletricidade, convidou-os a montar uma equipe. E eles montaram uma equipe, chamando pesquisadores, era um grupo grande, trinta e poucas pessoas .

O Gilson Antunes participou desse grupo, não?

Não, aí já é o pessoal do Pró-Documento. Eles montaram um grande grupo, e no grupo de arquivo, de montar um Guia de Fontes de Arquivos, estava a Beatriz Monteiro, que continuava no Arquivo Nacional, mas fazia um trabalho à parte, que ela coordenava. Mas ela tinha que ter alguém para fazer o trabalho de campo, ou seja, supervisionar graduados e estagiários no levantamento de fontes. Então ela falou: “Quero te chamar.”

A gente ganhava bem, era uma empresa contratada pela CVRD, e também interessante, era um projeto bem programado, porque era para 1992 e a gente começou a trabalhar em 1989. Então, você tinha três ou quatro anos de planejamento para poder, no final disso, ter um livro histórico, um livro de mesa, com capa dura, com texto, imagem e um conjunto de obras que eram sobre legislação, fontes bibliográficas, arquivos, e outro livro grandão, mais detalhado, com a história da mineração no Brasil. O livro mais acabado era a história da Companhia Vale do Rio Doce, entrevistas, um projeto imenso.

Comecei nesse projeto, fui refazendo, conheci muita gente, comecei a estabelecer uma ponte com este grupo da memória, algumas pessoas já conhecia, como o Sérgio Lamarão,

mas o Renato eu não conhecia, o Paulo Brandi. Foi um trabalho superinteressante, para mim foi muito bom, porque pela primeira vez comecei a ter a experiência de coordenar uma equipe.

No Arquivo Nacional, nos anos que passei lá, era membro de uma equipe, nunca tive função de coordenação, supervisão. Passei a coordenar uma equipe em que eram quatro profissionais graduados, quatro estagiários. Supervisionava este trabalho todo, viajei pelo Brasil, vários lugares onde a Vale funcionava para levantar arquivos, levantar fontes. Isso foi até 1992. Aí veio o governo Collor, em 1990. Por exemplo, esse trabalho que fiz na Fundacen, o Ministério da Cultura, o furacão Ipojuca Pontes desmontou tudo isso, então a Fundacen desapareceu, sumiu tudo, IPHAN... Para você ter uma ideia, nessa época do projeto da Vale do Rio Doce, nós fazíamos entrevistas lá na sede da Vale, na Graça Aranha. Presenciei que a Vale do Rio Doce também não ficou fora, embora fosse empresa estatal, ela também entrou naquela loucura de demissão, de cortes, presenciei situações terríveis. A Memória sofreu muito também. Eu me lembro que a primeira vez que fui lá, fiquei muito impressionado.

Como é que você veio para o município e chegou ao Arquivo da Cidade?

Bom, a crise da Prefeitura se resolveu, com o governo Marcelo Alencar. Analisando hoje, o Marcelo Alencar tomou o problema, encaminhou, fez as propostas e retomou o diálogo e o rumo. Nesse tempo, quando passou a crise pesada e a gente voltou a dar aula no município, eu estava nessa escola de Bangu, ou Padre Miguel, não me lembro exatamente onde. Era uma escola muito legal, eu gostava. Ao mesmo tempo, participava desse projeto da Vale, dava aula no Estado, fazia milhões de coisas e me virava, trabalhava como um louco.

Em 1992, mudei de escola no município, porque queria vir para mais perto de casa, na época eu morava em Vila Isabel. Então, mudei para uma escola no Engenho da Rainha. Foi uma mudança péssima, horrorosa, não gostei da escola, do clima, estava mal, ia dar aula lá com dificuldade. O projeto da Vale estava acabando, eu tinha mudado de escola, e aí, mais uma vez, por conta de meus contatos de origem no Arquivo Nacional, pessoas que estavam trabalhando lá... Na época, quem estava aqui como diretora era a Eliana Furtado de Mendonça, que conheci no Arquivo Nacional, muito pouco, não tinha contato com ela. Mas, colegas meus que trabalhavam lá e que a Eliana tinha trazido para cá, para fazer alguns projetos que ela estava começando a montar na área de arquivo, um deles com a Maria Amélia Gomes, a Mel, que era muito próxima à Helena Machado, à Eliana, o grupo de pessoas da área de Arquivologia. E elas sabiam que eu precisava de grana, estava naquela situação, dando aula, projeto da Vale acabando. Me chamaram para fazer um trabalho aqui com elas, com a Mel, com a Maria Amélia, com essas duas pessoas, Vilma Marques Soares e Mariza Ferreira de Sant'Anna, as duas hoje estão no Arquivo.

Bom, a Eliana convidou, se não me engano, a Mel para ocupar essa função de diretora da Divisão de Documentação. A Mel declinou do convite e acho que sugeriu o meu nome. Aí, a Eliana convidou o Sérgio Lamarão, que ela conhecia de outros trabalhos, aí

o Sérgio falou: “Não posso, mas indico o Paulo Elian.” Acho que, então, se duas pessoas me indicaram, ela chegou por caminhos diversos ao meu nome. Eu já estava aqui, a gente tinha trabalhado junto. Ela me chamou: “Queria te convidar para este posto que está vago.” Não esperava. É lógico que na hora, o fato de que alguém que te conhece, trabalhou com você... O Sérgio trabalhou comigo no projeto da Vale, quer dizer, a indicação do Sérgio do meu nome era por conta da nossa convivência no projeto da Vale do Rio Doce. O Sérgio coordenou o grupo da pesquisa de história no projeto da Vale.

Então, fiquei muito contente, mas para mim era uma situação totalmente nova, como falei, não tinha vivido isso no Arquivo Nacional e, nesse projeto da Vale era outra coisa, era um projeto. E ela falou: “Estou te convidando para assumir essa função.” Topei. Isso foi em setembro de 1992. Também vi a possibilidade de sair de sala de aula, uma situação em que estava péssimo.

Você foi transferido para cá com a sua matrícula?

Com a minha matrícula. Para vocês terem uma ideia, comecei a faltar no município, enfim, uma crise. Trouxe minha matrícula, saí da Educação, saí da sala de aula. Então, para mim tinha esse lado interessante e para ela também era mais fácil do que trazer uma pessoa de fora, porque aí a pessoa fica só com o DAS (Cargo em Comissão de Assessoramento Superior). Vim para cá. Bom, me lembro da primeira reunião. Não conhecia o Arquivo da Cidade, estava aqui fazendo um trabalho, mas era prestador de serviço.

Vinha trabalhar um período, à tarde. Era uma outra situação. Esta Divisão estava sem direção há algum tempo. Tinha tido um evento importante, acho que era um seminário sobre História Administrativa – a Sandra talvez se lembre disso –, tinha sido montado pelo Marcos Rocha. Na verdade, o Marcos não tinha perfil de arquivo, ele tinha mais perfil de pesquisador, acho.

Ele era formado em História.

Em História, mas não tinha o perfil de arquivo. Assumi, fui fazer uma reunião com a diretora e levantar um pouco o que estava sendo feito. Foi um período muito difícil, porque era final de gestão, já havia vários projetos em andamento e comecei a fazer o diagnóstico disso, sozinho. Quem na época trabalhava aqui na Documentação Escrita, que me ajudou, que conhecia da PUC, foi o Henrique Alves. O Henrique era formado em Geografia, também era professor e estava trabalhando aqui com a documentação há algum tempo, tinha experiência e me ajudou muito a conhecer as pessoas que trabalhavam na área de documentação. Aí, fui fazer um mapa.

Tinha arquivistas aqui, na sua época?

Formados, tinha a Marley,⁸⁸ que trabalhava na Documentação Escrita, embora o cargo dela não fosse de arquivista, e a Elizabeth Cristina, com formação em Arquivologia. O quadro era formado por professores do município, que foi sempre um pouco a história

do Arquivo da Cidade. Eles estavam aqui, trabalhavam na sala de consulta que era ligada à Documentação, trabalhavam na Documentação Especial, ali havia um grupo de museólogas e o Fernando Campos.⁸⁹

Era fundamentalmente um grupo de professores de História, museólogos, essas duas pessoas que lembrei com formação em Arquivologia. Depois que você falou da entrevista, comecei a mexer nos papéis, peguei até um negócio que, quando saí da direção, o grupo da Sandra – Lahia,⁹⁰ Beth⁹¹ e Ana⁹² – fez tipo um book do período que eu passei aqui, 1993/1995. Comecei a remexer nessas coisas e estava agora lembrando o recolhimento que nós fizemos de processos de *Licença para Obras*. Isso era uma demanda, o Arquivo da Cidade já tinha um conjunto considerável daqueles processos de *Licença para Obras*, como as plantas. Tinha aquele arquivo de Irajá abarrotado, e foi aí que eu, Henrique, e um exército de Brancalione que nós organizamos, foi para lá e fizemos esse recolhimento. A Eliana (Furtado de Mendonça) falou: “Temos que fazer isso.” O recolhimento, se não me engano, ia até 1937, mais ou menos. A gente atualizou, trouxe todo o conjunto para complementar o acervo que já tinha aqui.

Estamos continuando este recolhimento, chegamos aos anos 1950. A maior dificuldade não é trazer, é conseguir romper a resistência em Irajá.

Lá tinha essa questão. Mas nós trouxemos e ficou aqui sem tratamento, sem identificação. Era simplesmente um recolhimento. Não tínhamos condições de processar, de trabalhar. Isso só foi feito mais tarde, quando eu já era diretor. Mas foi uma ação importante, porque é um acervo significativo, uma série histórica, documental, importante, expressiva. Tinha pesquisa a esse acervo, sempre teve, acredito que hoje ainda tenha, pesquisa probatória e pesquisa acadêmica.

Paulo, esse acervo, antes da identificação, passou por um processo de higienização, de limpeza?

Sandra, não me lembro agora. Essas questões na época da Eliana... Enfim, a Eliana era uma pessoa da área de Arquivologia, ela tinha esta preocupação. Era formada em História, mas ela era identificadora à área de Arquivologia e acho que a gestão dela teve ações importantes. Estou falando disso, porque tinha uma articulação importante entre a área de preservação e a área de documentação.

Na época, a Rita (de Cássia de Mattos) já estava aqui, tinha sempre essa preocupação de fazer a coisa articulada, da preservação da documentação. Se foi feito naquele momento, não me lembro, mas se não foi ali, foi feito depois, quando a gente fez o processo de tratamento técnico, de organização disso.

Mas o que me lembro do período final da Eliana, quando assumi, era final de setembro, o final do governo foi em dezembro. A Eliana Furtado saiu acho que dois meses depois que eu estava aqui. Se não me engano, a Sandra ficou respondendo por um tempo. A Sandra era substituta da Eliana. Foi um período pequeno, a gente conviveu pouco. A ação efetiva desse

período foi o recolhimento. O mais, foi um pouco mapear as diversas dimensões do problema: atendimento na sala de consulta, procedimentos, horários, coisas que fui mapeando.

Mas, um primeiro olhar, para mim que vinha do Arquivo Nacional, tinha experiência de viver um processo de mudança, de modernização do Arquivo, essa área tinha um problema de carência de pessoal, ou formado, e de estruturação do que seria uma área de documentação. Ou seja, o Arquivo da Cidade funcionava, nesse aspecto, sobretudo como um arquivo histórico tradicional. Naquele momento, estava tentando se superar a partir do projeto que a Celina colocou para o Arquivo Nacional e que foi sendo uma tentativa, um esforço na gestão da Celina de trazer os arquivos municipais e estaduais para esse novo paradigma, esse novo contexto de modernização dos arquivos.

Então, muito rapidamente, você tinha essa perspectiva, ou seja, você tinha um acervo pequeno, boa parte desse acervo sem identificação, muita coisa não era controlada, uma dispersão de tratamento, uma ausência de padronização de procedimentos de organização, os mais diversos problemas nessa área. Tinha uma autonomização muito grande, uma segmentação, a documentação especial tinha uma marca muito... Eram na verdade duas áreas distintas, a Divisão de Documentação era meio virtual. Era quem trabalhava no segundo andar, quem trabalhava no terceiro e quem trabalhava no quarto, não tinha identidade.

Não havia uma integração, além de não haver uma identidade.

Era muito segmentado, dispersão e falta de uma condução. Para mim, esse momento inicial foi muito difícil, porque era final de gestão e era tudo muito novo. E também, como algumas pessoas estavam aqui há muito tempo, na primeira conversa queria ouvir o que todo mundo falava. Algumas pessoas reagiram bem, dizendo: “Faço isso, preciso disso.” Outros diziam: “Faço isso porque a diretora me pediu, porque há tantos anos faço isso...”

De repente, você estava chegando e age assim: tem seis pessoas fazendo cinco coisas diferentes, você vai ter as seis pessoas fazendo uma única coisa. Por exemplo, podia ter sido colocado naquele momento, do ponto de vista de uma comissão: “Estamos recolhendo os processos de Licenças para Obras. Isso pode ser um foco de tratamento? Pode.” Estou dando um exemplo. “Então vamos acabar com a dispersão, vamos concentrar a equipe para fazer isso. Ou vamos concentrar a equipe para fazer um mapeamento do acervo, fazer um controle físico e intelectual do acervo, ver o que há e onde”, que não se tinha. Então, era isso, mas também tinha uma insegurança minha de estar chegando. Também nunca fui uma pessoa de partir logo e, do ponto de vista político interno, tinha uma diretora que estava saindo, no final de gestão, então você não tinha muitos elementos para...

Veio uma mudança de governo. Entrou o Cesar Maia, a secretária de Cultura Helena Severo, no Departamento Geral de Documentação e Informação/DGDI a Graça Salgado e para o Arquivo veio o José Maria Jardim. Você sentiu muita diferença nessa passagem de uma gestão para a outra? Porque você continuou como diretor de Documentação...

Continuei. Aí teve essa mudança de governo, e antes do José Maria Jardim chegar, chegou a Graça Salgado como diretora do DGDI, que eu conhecia do Arquivo Nacional. A Graça já tinha saído do Arquivo Nacional há alguns anos e tinha trabalhado com a Helena Severo no Museu da República. Veio para cá com a Helena, quando a Helena assumiu a Secretaria de Cultura. E, junto com a Graça, veio toda uma equipe que a Helena trouxe do Museu da República. Me lembro que logo no começo teve uma reunião aqui, ou fui chamado para ir lá. Teve uma reunião aqui, se não me engano, que a Graça veio e disse: "Vai ter um novo diretor, vai mudar, a gente vai fazer isso..."

A Eliana já tinha saído, nesse momento?

A Eliana já tinha saído. Sandra respondia. E a Graça fez uma reunião aqui, a assessora dela era a Lúcia Lobo, que era do CPDOC, depois tinha passado pelo MAM, FUNARTE. Então, não era do grupo que veio do Museu. Foi convidada pela Graça. E as primeiras conversas, aí já falando da nova direção do DGDI, eram para tentar fazer na Secretaria de Cultura e, particularmente no Arquivo da Cidade, alguma coisa semelhante ao que foi feito no Arquivo Nacional, no começo da gestão da Celina. Chegou-se até a pensar, se não me engano, estava até tentando lembrar isso agora, em um convênio entre a FGV e a Prefeitura.

Na verdade, o modelo do Arquivo Nacional era do CPDOC, que a Celina (Vargas) levou para lá.

Quando falo modelo do Arquivo Nacional, era pensar um convênio em que você tivesse recursos e quadros que você estaria trazendo, quadros capacitados, treinados para modernizar uma dada estrutura. A partir de um convênio você tem salários compatíveis, profissionais, e você está com um projeto de modernização daquela instituição. Era essa a ideia. O Jaime Antunes, por exemplo, foi um quadro que, quando a Celina chegou, ele se incorporou ao projeto. Outras pessoas se incorporaram ao projeto. Mas não é uma situação simples, não, no Arquivo Nacional teve muito conflito. Parece-me que havia essa ideia para cá, mas não foi possível por impedimentos burocráticos.

Mas, de qualquer maneira, havia o convite e o nome do José Maria Jardim, que era muito próximo da Graça Salgado, para ser o diretor do Arquivo e para, de alguma maneira, sem o convênio, sem esse modelo, implantar o projeto de modernização do Arquivo da Cidade. O Zé Maria conhecia todo o projeto do Arquivo Nacional, tinha se tornado, na gestão da Celina, um dos principais assessores, uma das principais cabeças pensantes do projeto. Daí as discordâncias que houve no processo. Mas, ele se tornou uma pessoa chave no projeto do Arquivo (Nacional) e começou a ser uma pessoa que refletia sobre isso e nessa época já estava dando aula na universidade, tinha entrado num concurso. Saiu do Arquivo Nacional para entrar na faculdade, em 1991, se não me engano, depois que a Celina tinha saído.

Foi feito o convite a ele nessa perspectiva. Acho que era ideia da Graça, talvez não da Helena Severo, acho que não era talvez uma área prioritária para ela, uma área que ela não

entendia, mas a Graça, que assumiu uma diretoria importante, tinha este entendimento e uma proximidade com o José Maria Jardim. E aí o Zé Maria veio para cá e começou a montar o trabalho dele. Eu me lembro que logo nos primeiros dias em que ele estava aqui, ele me chamou, e eu disse: “Olha, Zé Maria, queria deixar claro para você que estou colocando meu cargo à disposição, vim para cá convidado pela Eliana. Você fique à vontade.” Ele disse: “Quero que você fique.”

Eu me lembro que nesse mesmo dia ele já quis resolver o problema da cantina. Não sei se a Sandra se lembra disso. A cantina funcionava lá em cima. Ou seja, você tinha uma cantina com água, na linha de uma área de acervo, que funcionava há muitos anos, desde o começo. Eu me lembro que, estudante, vim aqui, em 1980, o prédio ia ser inaugurado naqueles seminários que o Afonso (Carlos Marques dos Santos) promovia, que eram ótimos, e tinha aquela cantina lá. O Zé Maria falou: “Isso é uma medida emergencial, quero você comigo nisso.” A gente chamou a Léa e falou: “Olha, a partir de amanhã a gente, por conta dessa e dessa razão...” E aí, ele começou a colocar em prática as ideias dele.

O projeto para o José Maria era modernizar o Arquivo da Cidade nessa linha do que deveria ser uma instituição arquivística, desempenhando um papel central na administração municipal. Uma das primeiras iniciativas foi montar um grupo de trabalho para fazer a Lei de Arquivos Municipais. E vocês sabem que, no caso da Prefeitura, tinha uma situação delicada, que a esfera federal, o Arquivo Nacional, também viveu por muitos anos, ou seja, havia uma duplicidade de atores. Você tinha o Arquivo da Cidade com uma função de arquivo histórico, ou seja, de recolher, preservar e disseminar, e tinha a Superintendência de Documentação, ligada à Secretaria de Administração, que naquele começo de administração do Cesar Maia estava sendo ocupada novamente pela professora Helena Corrêa Machado, que tinha sido diretora daqui, superintendente em outros momentos, inclusive no período do Estado da Guanabara.

Quando a Eliana Furtado era diretora daqui, quem era diretora do DGD I era a Helena Machado. Acabou o governo Marcello Alencar, ela foi exonerada, e, no começo do governo Cesar Maia, sendo secretário de Administração Gilberto Ramos, Helena Machado assumiu a Superintendência de Documentação.

Houve algum conflito entre o Arquivo e a Superintendência?

Olha, que me lembre, vocês podem até pesquisar isso, acharia interessante. Até trouxe, tenho guardada uma minuta, não sei se acabou sendo a versão definitiva da minuta do projeto feito em 1993. Tenho aqui comigo. Foi formado um grupo de trabalho, acho que ele foi formalizado. Era o Zé Maria, tinha alguém do CPDOC, não me lembro agora, e a Helena Machado estava no grupo.

Acho que era a Marieta⁹³ (de Moraes Ferreira) que estava nesse grupo.

Marieta? Acho que sim. Foi formalizado esse grupo por uma portaria, ou alguma ata, não sei. É uma questão de procurar, que a gente localiza. Sei, porque cheguei a participar de

algumas reuniões desse grupo. Esse era um projeto central, uma lei de arquivos que colocava, para o Arquivo da Cidade, aquelas funções que ele deveria ter como órgão central da Rede de Arquivos do Município.

A concepção do Zé Maria, coisas que ele discutiu na dissertação de mestrado que ele tinha acabado de defender. E a Helena estava nas discussões. Estava, porque a Helena Machado era a outra ponta, tinha passado pelo Arquivo Nacional como consultora, na gestão da Celina, conhecia o Zé Maria, tinha uma trajetória imensa nessa área. Foi diretora daqui, tinha um artigo clássico dela publicado na revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, sobre o Sistema Municipal de Arquivos. Ela que concebeu aquele sistema. Tinha suas divergências com o Zé Maria, com a concepção dele, mas a ideia, se não me engano, era que isso fosse discutido, chegassem a um consenso, a uma proposta.

E foi muito interessante porque, na verdade, é curioso, porque eu nunca tinha tido uma relação próxima com a Helena Machado, que é uma pessoa fantástica, com um humor ótimo, superperspicaz, inteligente, tinha uma experiência imensa, e a discussão aconteceu. E ela comprava muitas das ideias que nós tivemos, que o Zé Maria tinha e que nós discutimos aqui, sobre o papel do Arquivo da Cidade.

Paralelo a isso, e aí tem a ver com o projeto de modernização do Arquivo, o Zé Maria começou a fazer uma mexida geral aqui dentro, do ponto de vista de sacudir a instituição, para a instituição abraçar esse projeto. Não era fazer só um projeto de lei, significava que a instituição, os recursos que ela tinha aderissem a ele, esse é que era o projeto. E, naturalmente, esse não era o projeto de um arquivo histórico clássico, ou seja, a pesquisa histórica nessa perspectiva não era o centro, o coração da instituição. Era um elemento componente da instituição. O central era desempenhar as funções de um órgão gestor dos arquivos municipais, com capacidade de gerir, orientar, assistir tecnicamente a toda a estrutura da administração municipal. Recolher, capacitar, treinar, dar acesso, cumprir tudo o que seriam as missões e as funções de uma instituição arquivística.

O prof. José Maria Jardim estava muito ligado à questão da informatização porque ele tinha acabado de fazer o mestrado no IBICT, em Ciência da Informação, e queria implantar aqui os conhecimentos adquiridos.

Uma área crítica, e a Sandra está aqui, a Sandra⁹⁴ é um personagem superimportante nisso, porque estava aqui na área de Pesquisa. A tensão forte e que acabou mais à frente desencadeando a saída do Zé Maria foi a questão da visão sobre a pesquisa. Estou simplificando, mas isso foi a gota d'água. Na verdade, não deu certo por *n* razões, das mais diversas. Mas um dos pontos de tensão era o do papel da pesquisa em uma instituição arquivística, na visão do que se estava pensando para o Arquivo. Essa discussão, por exemplo, foi muito forte no Arquivo Nacional.

Muita gente no Arquivo Nacional, na gestão da Celina, saiu da pesquisa porque também a visão da pesquisa lá era essa, o apoio ao tratamento, à organização, à história administrativa, à evolução administrativa. Isso foi mudando um pouco ao longo da gestão

da Celina, mas tinha uma função clara e a Graça coordenou durante muito tempo esse trabalho, era *stricto sensu* isso. *Fiscais e meirinhos*,⁹⁵ que era um produto pensado nessa perspectiva. Mas, acho que do ponto de vista desse projeto não ter tido continuidade, creio que não havia uma vontade política da Secretaria e da própria secretária de compreender o projeto na sua dimensão, abraçá-lo e levá-lo adiante. Seria talvez uma inflexibilidade, isso é o que acontece sempre.

Em uma retrospectiva, as instituições de pesquisa têm um *boom* nos anos 1980. Passam por diversas fases de acomodação e por uma aproximação com a questão do ensino. Torna-se uma questão de sobrevivência a interface profunda com o mundo acadêmico.

Sem dúvida, houve equívocos na forma de encaminhar isso... Mas o que quero dizer é o seguinte: não estava colocada, do ponto de vista das condições políticas, a possibilidade de esse projeto ir para frente, até para dar conta dessa questão, desse nó que estou explicando. Então, como o quadro maior não estava colocado, esse nó se tornou a face mais visível da questão.

Mas veja bem! São vários aspectos que se tentou reproduzir. A essência de ter uma instituição arquivística na esfera municipal, que era o Arquivo da Cidade, podendo cumprir as funções de uma instituição arquivística, era a concepção do Zé Maria, independentemente de ele ter passado pelo Arquivo Nacional. A princípio era também a da Graça, mas isso não se materializou do ponto de vista político.

Tenho a impressão de que a concepção de pesquisa da Graça (Salgado) não era a mesma do José Maria Jardim, nem tampouco da Helena (Severo). Houve um certo ruído.

Houve muita dificuldade, não sei como está hoje. O Arquivo da Cidade era ligado a um Departamento, do ponto de vista do lugar dele na administração, um projeto de lei previa um outro patamar. Não me lembro agora, acho que ele continuava vinculado à Secretaria de Cultura. Ele era ligado, mas estou falando do futuro. Acho que a ideia era...

Vincular o Arquivo diretamente ao Gabinete do prefeito, ou ao Gabinete do secretário das Culturas? Porque a questão era falta de autonomia administrativa, não era?

Criava o Conselho Municipal de Arquivos, acho que ele ficava ligado ao secretário de Cultura, saía dessa (subordinação e), se não me engano, o diretor do Arquivo não era ordenador de despesas. Do ponto de vista político, para o DGDI,⁹⁶ era uma perda; do ponto de vista do conjunto da estrutura do DGDI... O que era o DGDI? A Rede de Bibliotecas, o Arquivo da Cidade e só.

Depois, absorveu o Parque da Ruínas e o Museu da Cidade,⁹⁷ mas já na gestão da Vera Mangas.⁹⁸

Tem uma coisa importante, que estou lembrando. Vocês falaram dos 115 anos, naquele ano, em 1993, eram cem anos do Arquivo. Então, a ideia de comemorar cem anos era

também uma ideia de colocar a discussão sobre o papel do Arquivo da Cidade. Era uma data redonda para se pensar isso. Eu me lembro de um ciclo grande de seminários internos, discussão envolvendo as equipes, todo o grupo de funcionários, para discutir os mais diversos aspectos. E se chegou inclusive a fazer uma estrutura. O projeto de lei previa também uma nova estruturação do Arquivo da Cidade para já ir dando conta do que seriam as funções dele como órgão central da Rede de Arquivos.

Hoje não tenho muito o mapa desta situação. Acho que o que faltava ao Arquivo da Cidade era ele ser, na administração municipal, um agente reconhecido pela administração. Não é o lugar de guardar os papéis velhos da História, teria que ser mais... Ele teve diretores importantes, pessoas importantes da área: Lia Malcher, Helena Corrêa Machado, Eliana Furtado de Mendonça. Então, o problema ia para além.

Tem a ver com a questão do lugar dele na estrutura municipal, e de nunca ter conseguido pensar, nesse projeto, o papel dele, mas se pensar também na sua estruturação. No sentido de um formato, os quadros profissionais do Arquivo da Cidade mudariam completamente do ponto de vista que aqui era um lugar, e eu posso falar isso tranquilamente, para onde os professores, por *n* razões, vinham.

Então, do ponto de vista do seu papel, ele teria que ter quadros formados, ou treinados para poderem desempenhar essas funções, para além daquelas que os que estavam aqui... Não que esses que estivessem aqui não pudessem fazer isso. Mas muitos não tinham os instrumentos, os elementos para um projeto institucional corporificado, para abraçar um projeto comum que envolvesse os mais diversos profissionais. Então, quando o Zé Maria começou a colocar essa discussão, que estrutura é essa, que papel deve ter o Arquivo da Cidade, era um pouco mexer com as pessoas que estavam aqui. E mexeu, teve resistências, teve adesão, teve dificuldade de (construir).

Bem, se nos determos na ideia de que no Arquivo da Cidade todos eram professores, a Casa de Oswaldo Cruz, por exemplo, estaria fadada a não dar certo, porque ali tem muitos médicos, muita gente que não é da área de História, mas deu certo.

Mas a identidade de pesquisadores...

Formou-se uma identidade.

Mas ali se fez um projeto. Aquela pós-graduação só existe... Sabia-se se que se tinha que levar tais e tais pessoas e o projeto é isso, vai todo mundo se doutorar, porque, no horizonte, vai se transformar isso em uma área de ensino. Quer dizer, a reprodução disso não passa só pela pesquisa, a reprodução disso vai passar pela área de ensino. Posso dizer com toda a tranquilidade, na área de documentação, por exemplo, temos problemas porque o recrutamento e a seleção, os processos muitas vezes passaram pela lógica da pesquisa. Entendeu o que estou dizendo? Posso falar isso porque... Uma parte desse projeto da Casa de Oswaldo Cruz se deu muito bem, não que a outra parte não tenha se dado, mas tem problemas, que a gente está há algum tempo... Quando cheguei lá, em 1996, recém-concursado, estava claro que ali tinha um problema de identidade. Tinha os pesquisadores...

Mas isso sempre tem, no CPDOC era assim...

Mas na documentação teve um projeto que conformou um modelo, um jeito de trabalhar que foi disseminado. Alguns tinham mais identidade que outros, aí foram ficando, foram saindo ao longo do caminho. O que estou querendo dizer é que este projeto da Fiocruz na área de documentação, em determinado momento, um grupo pequeno lá de dentro pensou: “A gente tem que ampliar isso aqui.” E criou o Sistema de Arquivo, por exemplo.

Já era um grupo que ia além do arquivo histórico permanente. Não bastava fazer o recolhimento, era preciso pensar a gestão dos arquivos da Fiocruz. Mas, ainda é uma área com problemas, porque a questão do pesquisador, do documentalista, tem um conflito, ainda existe. A gente agora está discutindo, está mudando um pouco. Entraram alguns arquivistas, no último concurso do ano passado. Acharmos que tem que ter arquivistas, o corpo profissional tem que ser múltiplo, mas a documentação é o lugar prioritário de gente que sabe tratar documentos, sabe quais são as funções de um arquivo, sabe fazer gestão de documentos, sabe cumprir as funções de quem trabalha na área de arquivos.

O que queria te dizer, Beatriz, é que o projeto da Casa Oswaldo Cruz é muito bem-sucedido, já superou muitas dificuldades internas, mas ainda tem alguns calcanhares, alguns pontos... Voltando ao Arquivo da Cidade, a ideia do Zé Maria era mexer internamente em um projeto que no médio prazo fosse repensado, pudesse sofrer mudanças para ele poder desempenhar esse papel ao longo desse processo. Então, era isso, mas as condições políticas foram muito... E, internamente, algumas opções que foram feitas não funcionaram. Enfim, são as pessoas, as opções, as alternativas que você tem em determinado momento, que não funcionam. Mas, em relação a toda a questão com a Superintendência de Documentação, foi uma experiência muito interessante, tanto que nesse processo de aproximação do Arquivo da Cidade, na gestão do Zé Maria, com a Superintendência, com a Helena, nós começamos a desenhar um projeto de fazer um cadastramento dos arquivos municipais, começando por tudo que estava nos arquivos do complexo dos dois edifícios do Centro Administrativo da Prefeitura/CASS).

Vocês chegaram a fazer?

Teve um desenho inicial desse projeto, a gente teve umas reuniões. Lembro de uma reunião imensa, com representantes de todas as secretarias, no segundo prédio, o prédio de trás, estava inclusive o secretário Gilberto Ramos. Isso foram coisas que surgiram do Zé Maria, no sentido de dizer: “Olha, é possível o Arquivo da Cidade fazer isso, inclusive fazer isso junto com a Superintendência, ou seja, nós não somos opostos.” E a Helena, na época, comprou essa ideia, e a assessora dela era a Maria Isabel Falcão, que trabalhou aqui como chefe da biblioteca. Falo isso porque eu, na Documentação, em que fiquei como diretor, na gestão do Zé Maria, acompanhei todos os principais projetos que nós deflagramos, um deles foi esse. Não me lembro mais como isso ficou, nós fizemos junto com a Superintendência, com a Helena.

Essas ideias deixaram muitas raízes aqui, não pela questão da autonomia, pois o Arquivo não tem essa autonomia, mas por uma outra visão da administração. Hoje em dia não se tem mais essa Superintendência de Administração.

Criou-se, na gestão do Antônio Carlos (Austregésilo de Athayde) aqui, a Política Municipal de Arquivos. Sabe, Beatriz, tenho esta visão hoje. Quando comecei a trabalhar aqui ficava muito preocupado, pensava, vou dar começo, meio e fim. Aprendi, e falo hoje para as pessoas na Casa de Oswaldo Cruz, o importante é o que você faz estar pensado, ter um consenso, um projeto, até para ter continuidade para alguém, você não estando ali amanhã, poder continuar.

Ou, se não tiver sucesso, essa ideia, esse projeto inicial, pode deflagrar outros projetos. A gente fez um projeto quando eu era diretor. Começamos com o Zé Maria, que é o projeto do censo dos arquivos dos hospitais. Foi uma demanda do prefeito, que um dia visitando o Hospital Barata Ribeiro, perto da Mangueira, ficou desesperado com a situação do arquivo de prontuários. O Zé Maria, com esta perspectiva, ou seja, “Como é que posso abrir esses caminhos do Arquivo da Cidade por meio de ações até eventualmente pontuais? Então vamos pegar este projeto e transformá-lo em um projeto em que o Arquivo da Cidade possa ter um papel central.” E a gente fez um censo dos arquivos e da produção documental dos hospitais e até apresentei no Congresso Brasileiro de Arquivologia, no final de 1994, eu estava aqui ainda. Mas foi uma experiência superinteressante, fizemos um treinamento aqui no auditório com o pessoal de todos os hospitais, fizemos um trabalho de levantamento com questionários, aplicando-os nos hospitais.

Vocês os ajudaram a organizar a documentação?

Não, nós fizemos só o diagnóstico, o mapa, o que tinha, em que condições estava, quanto tinha. O projeto não teve desdobramento, o desdobramento seria ter política de recolhimento, tratamento, ou de organização, acesso, isso acabou ficando no meio...

Aprovo uma política de recolhimento feita com calma e planejamento. Não se recolhia ao Arquivo desde os anos 1940. Os recolhimentos são muito pontuais é uma ação que precisa virar rotina. Na burocracia, você sabe que é assim, vira uma rotina e podemos sair daqui que, sem saber como, os documentos vão semanalmente aportando.

É, nessa ideia, a questão do recolhimento era importante. Quando o Zé Maria assumiu, em 1993, ele chegou até a escrever um artigo no *Jornal do Brasil*: “O melhor presente que o Arquivo da Cidade pode receber, no seu centenário, é ser aprovada essa lei que dê ao Arquivo da Cidade as funções que ele deve ter, para poder recolher.”

Deve ter sido uma frustração muito grande para ele. Pelo que você conta, havia uma aposta muito expressiva, foi um ano intenso. Foram dez meses, não é ?

É, não chegou a um ano. Entrei no lugar dele em novembro de 1993, então, não chegou a completar, mas foi muito intenso. Muita discussão, e com os eventos mais diversos, muita

coisa aconteceu, mas acho que não posso falar por ele, evidentemente, se ele apostou em um projeto mais completo que não se materializou. Mas acho que as questões centrais foram colocadas ali, o que mexeu um pouco com as pessoas, mas não teve a repercussão necessária e a capacidade política de se levar isso adiante.

Ele saiu no final de 1993. Quem convidou você para assumir a gestão?

Lembro desse dia. Olha, não foi brincadeira não, foram quase quatro meses tensos, de adrenalina. E foi isso, a gente estava aqui, ele foi chamado para uma reunião com a secretária, com a Graça. Ele voltou e disse: “Estou indo embora.” Não sei se foi ele ou alguém que estava com ele que falou para mim: “Vão te chamar.” Aí, quase em seguida, a Graça ligou e falou: “Vem aqui, estou com a Helena, a gente quer conversar com você.” Aí me chamaram para o Gabinete da Helena e ela falou: “É isso, a gente quer você, você é um quadro técnico etc.”

Evidente, ali, naquele contexto, nos dez meses do Zé Maria, eu era a pessoa que tinha o mapa do que estava aqui e era a pessoa que poderia, digamos, dar uma condução para se pensar parte delas. Tinha a clareza de que não era a solução desejada, nem definitiva. “Você é um quadro técnico, você conhece, pode conduzir tal coisa, vamos te apoiar.”

Você tinha consciência de que era uma interinidade.

Tinha, mas também via como uma oportunidade profissional, me sentia razoavelmente em condições de tocar, mas sabia das dificuldades de tocar alguma coisa, porque acompanhei isso aqui. Aceitei e aí não teve assim grandes mudanças. Evidentemente, havia uma perspectiva de dar continuidade a algumas coisas e isso arrefeceu. O Zé Maria tinha muito mais experiência de vida política e institucional do que eu, ou seja, no final de 1993 eu tinha um ano aqui, vivendo a função de ser gestor, da Divisão e agora do Arquivo.

Para mim, era sair de uma condição de alguém que estava aqui fazendo um trabalho de prestação de serviço e, em um ano, assumir a direção. Muitas pessoas aqui me apoiaram, a própria Graça. Mas havia, também, um certo acordo “olha, a gente não vai tencionar aqui na Pesquisa, que detonou a crise final da saída do Zé Maria. Aqui a gente pode ter esta solução. OK”. Mas para a Divisão de Documentação, falei: “Quero esta solução, quero trazer uma pessoa de fora para colocar aqui.”

Quem veio para a Divisão de Pesquisa?

Veio a Gláucia,⁹⁹ que trabalhou com a Graça no Arquivo Nacional.

Quem você trouxe para a documentação?

Trouxe a Francisca Helena Barbosa Lima,¹⁰⁰ que tinha sido do Arquivo Nacional, começamos juntos no Arquivo Nacional como estagiários. Fez História no IFCS, se tornou uma arquivista e estava na Biblioteca Nacional. Hoje, ela é chefe do arquivo do IPHAN. Eu disse “Quero a Chica para a documentação” e a Graça concordou na hora. Então, a minha gestão

começa na seguinte perspectiva: “Não quero tencionar a questão da Pesquisa, quero na documentação, se a gente for dar continuidade a este projeto para pensar a documentação tem que ter uma dada arrumação.” E aí a Francisca Helena veio.

E a Iconografia? Sempre tenho a impressão de que a Iconografia aqui é um setor à parte. Quem a chefiava no seu período?

A Elizabeth Cristina.

Elizabeth, Fernando Campos, Regina Vilma¹⁰¹ e...

Maria Amélia. Era um grupo que já estava há muito tempo lá. Um grupo grande. Vou dizer francamente, isso não me satisfazia. Logo que cheguei aqui como diretor de Divisão, não me satisfazia um controle exagerado das equipes sobre os acervos e ali tinha um controle muito grande, ou seja uma certa, vou usar a expressão que se usava muito, o Zé Maria usou muito isso em várias situações, uma certa “caixa preta”. Você não conseguia ter acesso, o acervo é maravilhoso, mas o controle do acesso, para você construir as soluções e tornar isso efetivamente público, esse problema havia na Iconografia. Mas havia, também, de outra forma, na Documentação Escrita.

Na biblioteca também.

Na biblioteca, não sei.

Existiam uns álbuns do Malta – sabíamos que eles existiam –, mas nós nunca podíamos ter acesso a eles porque nunca estavam organizados, classificados. Os próprios pesquisadores da casa não tinham acesso a esse tesouro, isso ocorria também na Documentação Escrita, muita coisa não estava organizada. Existe, mas você não pode acessar. Ou não se consegue localizar.

Eu me lembro que quando o Zé Maria assumiu, uma das questões.... tinha aquele folder do Arquivo da Cidade que dizia: “O Arquivo da Cidade tem três quilômetros de documentos.” Acho que era isso, não me lembro, tenho esse *folder*. O Zé Maria falava assim: “Cadê o controle físico e intelectual sobre isso?” Eu me lembro que, como diretor de Divisão, a gente fez um mapeamento, o Henrique (Alves) me ajudou muito nisso, ou seja, vamos fazer um mapa de todo o acervo e saber o que tem, onde, e o que tem instrumento de pesquisa ou não. E nós chegamos à conclusão que um terço – cheguei a apresentar isso em um congresso de arquivos públicos, em Vitória, em 1993, quando o Zé Maria ainda era diretor. Sandra (Horta) participou desse congresso em Vitória. Fiz um trabalho sobre isso, ou seja, na verdade nós temos um controle físico e intelectual de 30%, que era fundamentalmente o que hoje é aquele acervo dos chamados códices, da sala do depósito anexo à sala de consulta.

Então, o acervo controlado do ponto de vista arquivístico era fundamentalmente aquele. Era um mapa e era, ao mesmo tempo, problematizar a questão. Isso talvez valesse

também para a parte iconográfica, a gente não fez para a Iconografia. Mas esse era um elemento detonador da discussão interna...

O investimento em Instituições de Memória, como os Arquivos, é cíclico para mais, ou para menos. Há contudo, em mim uma dúvida permanente: focamos os nossos investimentos, forças e recursos no Guia de Fundos, que é o controle intelectual do acervo, e no Portal do Malta. Entretanto, a instituição não foi desprovida de Arquivística em todo o seu tempo neste novo prédio, por exemplo. Como se explica, então, não haver controle do acervo? Quatro pessoas, durante três anos, teriam dado conta dessa tarefa. Por que isso não aconteceu, se é que você tem alguma hipótese para me ajudar a entender esta caixa preta?

Olha, Beatriz, não sei te dizer. Acho que apesar de esses diretores terem passado por aqui, nunca se conseguiu tornar isto um problema para a instituição, ou seja, é preciso que a instituição tenha efetivamente o controle sobre o seu acervo.

Ter o controle e tornar este acervo organizado. Acho que tem alguns problemas também, internos, de definição de política de descrição, de tratamento de acervo, que não foram implementadas. Não sei, não sei te dizer. Acho que você sempre está girando em torno do mesmo problema. Existem formas de fazer isso. A Eliana, por exemplo, quando chegou aqui, começou a fazer um trabalho com recursos da Fundação Vitae¹⁰² para higienizar os negativos de vidro do Malta. Isto deu origem ao catálogo que a gente publicou na minha gestão. Começou na gestão da Eliana e foi publicado na minha. Depois, nós ampliamos isso para o projeto Foto Memória,¹⁰³ e aí a lógica já era disponibilizar isto no computador.

Quando fizeram o Foto Memória, você se recorda se lhe mostraram, em algum momento, qual era o universo de imagens que a Iconografia tinha e porque se estava escolhendo aquele acervo, ou foi uma decisão interna da Iconografia?

Não, foi o seguinte. O controle que nos era dito que existia, que nós aparentemente tínhamos, era fundamentalmente sobre os negativos de vidro. O de fotos avulsas era um acervo imenso, se não me engano. No Foto Memória a gente tentou incorporar, não me lembro agora, talvez a Chica possa dizer isso, porque ela foi coordenadora junto com a Rita (de Cássia). Mas a Chica, do ponto de vista do acervo, do controle mais fino do projeto, a Chica é uma pessoa que pode lembrar disso melhor. Nós tentamos fazer a checagem. Mas, era sobre os negativos em vidro que a gente tinha maior controle, porque quando foi feito o projeto da Vitae, foi feita a produção do positivo, dos contatos e de cópias positivas, se não me engano, 18 x 24, coisa do tipo.

Foi feito por você, Marcos (Belandi)?

Não, só cheguei depois. A escolha foi porque os negativos de vidro eram os que mais podiam sofrer deterioração, pois quebram, foi a primeira opção justamente por isso. Ele permitiu que nós fizéssemos o controle sobre a informação. Você poderia começar

a checar se aquilo que estava no negativo tinha a duplicação nas fotos avulsas, que era o grande arquivo. Tinha um conjunto superinteressante, por exemplo, daqueles álbuns da gestão do Henrique Dodsworth, que pensamos, em algum momento, em fazer um projeto sobre eles.

A abertura da avenida Presidente Vargas...

É, que é toda a gestão do Dodsworth do ponto de vista das obras, não sei quantos álbuns. Então, Beatriz, voltando à sua questão, acho que nenhum diretor, apesar das *expertises*, conseguiu condições internas de ter uma equipe, alguém na equipe comprometido com isso. “Nós sabemos que este acervo está aqui todo, é isso.” Acho que é uma coisa que tem que ser feita em algum momento, qualquer instituição tem que fazer isso.

Posso dizer para vocês, aprendi muito nesses dez meses em que convivi com o Zé Maria aqui. Digo assim, devo a ele boa parte do que construí como trajetória profissional para mim. Estou há 11 anos na Fiocruz, cheguei lá como recém-concursado, hoje sou vice-diretor. Então, boa parte disso aprendi com o Zé Maria, nos dez meses que passei aqui, e aprendi com os quatro anos em que fui diretor de Divisão, como substituto eventual do Zé Maria, e depois diretor. Costumo dizer que se tiver que dar um currículo resumido meu, digo: “Fui formado aqui, trabalhei no Arquivo Nacional, trabalhei no Arquivo da Cidade, tal período fui diretor, hoje estou na Casa Oswaldo Cruz.”

Os outros vínculos que tive não são marcantes por *n* razões. Os quatro anos que passei no Arquivo da Cidade foram muito marcantes, porque, como falei, vivi muito intensamente, nas mais diversas condições, as situações. E me dói a ideia de que você tem que dar dois passos atrás para dar um à frente, ou você está andando em círculos. E hoje, tenho uma visão, na própria Fiocruz, uma instituição que, quando cheguei, fiquei muito maravilhado, é uma instituição muito singular. Hoje, costumo dizer que o meu casamento, a minha lua de mel com a Fiocruz, está meio..., está caindo um pouco, porque as instituições têm os seus problemas: a cultura institucional, os vícios e os problemas que existem na administração pública em geral e em algumas instituições. A resistência a mudanças e a determinadas situações que estão estabelecidas é muito grande. A compressão social, o papel dos arquivos, não falo nem dos dirigentes, dos administradores. Independentemente da *expertise*, da competência de cada um, do lugar em que ele está naquela instituição, tem que haver alguma coisa que é comum a todos.

Construir uma geração.

Acho que é isso que o Arquivo da Cidade nunca teve, um projeto comum, sem a perda do que são as partes nisso. Então, ficava muito impressionado na Documentação, quando assumi, porque na verdade era como falei, era o segundo andar, o terceiro e o quarto. E tinham os conflitos e não havia um projeto comum, existia um terreno muito complicado de você transitar. Então, imagina, eu vinha de fora, sei o que é você estar em uma instituição e chegar alguém de fora. De certa maneira, era estrangeiro. O Zé Maria, quando chegou

aqui, também era assim. Quem chega sempre é um ser de fora, tem que ter um reconhecimento. Eu vinha com um discurso e todo mundo indagava: “Quem é esse cara?”

O problema é que todo mundo vestiu a camisa do “sou de fora” e ninguém nunca vestiu a camisa “sou de dentro”. A impressão que dá é que não se formou um grupo coeso. Por isso, esses pequenos feudos do segundo, terceiro, quarto andares, não dando homogeneidade à instituição, uma capilaridade, e nem apostando em um desenvolvimento próprio. Mas, voltando ao convite que a Helena (Severo) fez a você, em algum momento ela diz: “Esse decreto, essa lei de arquivo a gente engaveta?”

Não, o que foi dito para mim é que a gente ia dar continuidade ao projeto de lei. Alguma coisa foi dita, a gente vai seguir essa linha, mas eu não tinha muita expectativa em relação a isso, não. Achava que o quadro era um quadro complicado.

Seu perfil encaminhava muito mais a discussão para um controle interno da documentação do que especificamente para seguir nessa luta.

Pois é, a minha tendência era trabalhar mais internamente. Tentar avançar. Então a gente pensou o projeto Foto Memória, que foi feito com recursos da Embratel, que a gente viveu muito isso aqui, era um pouco tentar a partir do projeto chegar a uma área, e abrir um pouco isso. Como é que a gente pode fazer um projeto interessante, que naquele momento, em 1994, era um projeto de ponta? A gente estava abalizado pelo quê? Pela experiência do Arquivo das Índias em Sevilha, que era o máximo. Em 1992, eles tinham apresentado no Congresso Internacional de Arquivos, no Canadá, a digitalização, aquela coisa supermoderna.

Eu resistia um pouco, porque a gente está com um pé no século XIX, estávamos com um problema imenso de controlar este acervo, e vamos fazer um projeto do século XXI? Mas, era uma forma de resolver, em parte, por um caminho, nossos problemas do século XIX, e botar a instituição com computadores, que não tinha. Acho que nós ficamos com um computador por muito tempo, que eu levava para o quarto andar, para a minha sala de diretor.

Com o projeto, nós trouxemos computadores para cá, e a gente foi estruturando. A vinda da Chica foi muito importante, era uma pessoa de fora, mas que por característica pessoal dela, tem uma capacidade imensa de conquistar as pessoas. Eu, por exemplo, já não tenho tanto, mas ela tem uma simpatia e um conhecimento do trabalho, uma capacidade de fazer as pessoas aderirem. E a esse projeto as pessoas aderiram, a equipe iconográfica teve que aderir. Tinha recurso, trouxe uma pessoa para administrar a parte financeira do projeto, que era via Associação de Amigos. A gente tinha muita preocupação com isso e todos os recursos técnicos necessários. Na época, uma pessoa muito importante que veio para trabalhar como meu assistente, por sugestão da Graça Salgado, foi o Edgard Pêssego, que é um professor de História, que foi do Arquivo Nacional, foi do CPDOC, e na época tinha voltado da Itália, se não me engano.

Foi uma época muito boa, porque o Edgard ajudou muito nesse projeto e para mim era muito importante, porque ele era muito próximo à Graça, e a minha relação com a Graça não era simples, por *n* razões, porque a gente tinha visões diferentes. Eu estava muito identificado com o período do Zé Maria, então, de vez em quando, tinha alguns conflitos. O Edgard teve um papel muito importante de mediação nesse processo e para mim o importante era arrumar a área de documentação, fazer o projeto Foto Memória, fazer o projeto do Censo dos Arquivos de Hospitais, e eram coisas que estavam na mão da Chica. Falei: “Vamos cuidar disso e você traz para o seu lado quem você puder trazer.”

Mas foi muito difícil, porque a gente não tinha muitos recursos de pessoas que pudessem estar junto com ela operando isso. Em relação ao Foto Memória, ela conseguiu construir junto com a equipe. Eles acabaram aderindo ao projeto, mas não foi simples, não foi fácil. Porque tinha uma história de controle, isso começava a abrir o acervo e o material para uma outra perspectiva, você traz gente, traz... Essa era uma das questões que estavam no coração. E a gente tocou o projeto, depois eu saí, a Chica ficou aqui ainda um tempo.

Em que data você deixa a direção do Arquivo?

Março de 1995.

Você sai ainda no governo Helena Severo, ela te chama e...

Não, não me chama.

Você abre o D.O. um dia, e vê?

Soube um dia, encontrando no corredor com o futuro diretor, lá no Centro Administrativo, no CASS, o Alexandre Nazaré.

E qual foi a justificativa para a sua retirada e a colocação dele?

Mudanças, rearranjos de pessoas, cargos políticos, enfim. Precisamos tirá-lo daqui, e o lugar para ele ir é este lugar, neste momento. Você é um cara fantástico, maravilhoso, vai continuar lá, ajudando a ele.

Você ficou como assessor dele?

O Alexandre tinha sido, desde o começo da gestão do Cesar Maia, da Helena, diretor do DGPC.¹⁰⁴ Ele é arquiteto, vinha do Fundão, não sei por que caminhos, mas não era do grupo da Helena. Conheço-o muito pouco. Ele tinha contato com o Arquivo, vinha aqui de vez em quando, tinha mil ideias. Vinha da UFRJ, se não me engano, do escritório técnico.

Tenho impressão de que ele tinha trabalhado com a dona Zoé Chagas Freitas,¹⁰⁵ por conta do Conselho de Patrimônio.

É, parece que sim. Não sei qual foi a questão interna, a doutora Zoé era presidente do Conselho do Patrimônio (do Município do Rio de Janeiro), e era uma pessoa que tinha

toda a respeitabilidade. Inclusive, na minha gestão, nós trouxemos o arquivo do Chagas Freitas para cá, a partir de um contato com ela. Nós a convidamos para fazer parte da Associação de Amigos no período em que eu estava aqui como diretor, foi sempre muito simpática.

Não sei qual o problema que houve que foi necessário fazer uma mexida. Pediram o cargo, decidiram isso. Soube no corredor, indo para uma reunião com a Graça. Na época, para mim, não era o momento. Engraçado que um grande amigo meu fala assim: “Paulo, você tem que pensar no momento de sair.” Eu ficava muito impressionado aqui no município, como é que as pessoas mudavam de lugar daqui para lá, com uma intensidade monstruosa. Gente que veio para cá na época do Zé Maria, que saiu, que veio comigo, que logo depois saía, ia para não sei onde, porque tinha uma rotatividade, em função de um “mercado de cargos,” funções gratificadas. E algumas áreas eram mais bem aquinhoadas que outras, a Secretaria de Administração, por exemplo, sempre foi. Não sei se ainda hoje é. Então, isso me deixava um pouco... Por que é que estou falando isso?

Daí a dificuldade de se criar um *expertise* na instituição, porque as pessoas estão sempre mudando. Você estava falando da alta rotatividade

Estou querendo lembrar... Um colega meu, disse: “Paulo, pensa bem no momento que você sai.” Naquele momento, o projeto Foto Memória estava bem encaminhado, eu podia tranquilamente ter saído. Tive até a possibilidade de fazer aquele estágio técnico na França, nos arquivos. Cheguei a fazer a carta, não fui porque não consegui a bolsa do Consulado, consegui recurso de passagem, mas não consegui a bolsa.

Então, isso estava no meu projeto, eu sairia, isso nem ventilei muito, fiz um movimento, mas acabou não acontecendo. Então, poderia até ter saído antes, o projeto Foto Memória bem encaminhado, a Chica continuaria aí, a equipe, a Rita estava aí, era daqui, poderia ter mudado Mas tinha a minha situação específica de ter outros vínculos, ter uma situação pessoal de não poder também me aventurar nisso sem recursos, e fiquei sem calcular o momento, acho que o momento tinha passado e eu talvez não tenha percebido isso. Aí, evidentemente, o projeto Foto Memória bem resolvido, que era uma das preocupações minhas, e da Secretaria, porque o Renato Archer era presidente da Embratel na época, era muito próximo da Helena. E o projeto estava bem encaminhado, estava andando, então, não tinha muito mais o que tocar, tinha chegado ao limite.

Essa parceria, a Helena faz o contato com o doutor Renato...

Nós encaminhamos o projeto para a Embratel, a Embratel aprovou, naquela época aprovava muitos projetos nesta área, na gestão do Renato Archer.¹⁰⁶ Nós conseguimos, inclusive o projeto ia ser inviabilizado. O Cesar Maia esteve aqui, quando eu era diretor, em uma visita, e nós falamos do projeto para ele. Ele adorou: “Manda ver”. No mesmo dia a gente já estava tocando com recursos do tesouro, da Prefeitura; inclusive nós não tínhamos orçamento. Ele falou: “Vamos fazer com recursos ou da própria Secretaria ou

do Gabinete. No meio do caminho a gente já tinha o projeto também para a Embratel. A Embratel entrou, aí nós paralisamos o processo com a Prefeitura, já que com a Embratel seria mais ágil do ponto de vista da execução, da realização do projeto.

Nós trouxemos uma pessoa para fazer a gestão administrativa, fizemos a contratação da empresa que desenvolveu o sistema, por exemplo, no processo licitatório, respeitando as propostas. Tivemos análises, montamos uma comissão para analisar as empresas, aprovamos uma determinada empresa, o projeto teve um encaminhamento, as pessoas foram contratadas. Aí, aconteceu isso. Nessa mudança que houve na Secretaria, a Graça falou para mim: “É isso, sinto, não pude. A gente quer que você fique como assistente dele, porque é você que vai dar...”. E eu, infelizmente, não tinha outra saída, porque sair, ficar sem uma função aqui significaria voltar para escola ou para a SME.

Na minha situação, não estou julgando as pessoas, eu estava muito fragilizado nesse processo, então, a solução para mim era engolir aquele sapo e tentar, no curto prazo, uma outra saída. E aí, começou o meu período final aqui. Fiquei pouquíssimo tempo como assistente dele. Não era uma relação fácil, era complicada. Naturalmente, ele começou a fazer todas as mudanças que achava necessárias, tocar e mexer nas coisas e aos poucos fui saindo e teve um momento em que achei que não dava para continuar. Saí da função e fiquei trabalhando na Documentação. Falei com a Chica: “Você tem que me dar um abrigo aqui, vou continuar aqui durante um tempo...”

Na época, mais uma vez, apareceu a Beatriz (Monteiro), os amigos que fiz no Arquivo (Nacional). O Museu da República estava abrindo a ideia de contratar uma pessoa para tentar fazer um trabalho na área do arquivo histórico deles e a Beatriz falou: “Vai lá conversar com a assessora da Anelise Pacheco. Fui ao Museu da República conversar e fiquei trabalhando lá um tempo, durante um ano, e fui me desligando do Arquivo. No ano seguinte, em 1996, abriu concurso para Fiocruz. Fiz o concurso, pedi licença daqui sem vencimento por dois anos. Fui para a Fiocruz. Larguei tudo, larguei o Museu da República e fui para a Fundação. Então, esse período final de março de 1995 até... Fiquei alguns meses ainda aqui, fiquei na Documentação e foi aí que retomei o trabalho que a Maria Célia lembrou, que foi o inventário da documentação do Henrique Dodsworth.

Era um arquivo do Gabinete da Prefeitura, processos, correspondência que eu tinha mexido lá atrás e que retomei. Na época, o Luiz Sérgio Dias ia escrever um texto sobre a administração do Dodsworth. Falei para ele: “A gente está acabando de finalizar um inventário, trabalhei nisso tanto tempo, vamos...”. Ele fez o texto. O Marcos Mota¹⁰⁷ tinha vindo para ser diretor de Pesquisa, já na gestão do Alexandre. Eu o conheci no IFCS, foi meu colega de mestrado. É, historiador, professor da UERJ. A gente fez esse trabalho, ficou muito interessante.

Vocês publicaram?

Não. Tem um detalhe. Anos depois eu, na Fiocruz já, em uma reunião com a Lícia Valadares uma pesquisadora brasileira do Urbandata,¹⁰⁸ que pesquisa favelas neste período

por conta do arquivo do Vítor Tavares Moura,¹⁰⁹ que é um médico importante, nesse período, no negócio dos parques proletários. Eu falei “Tem uma documentação no Arquivo da Cidade muito interessante sobre isso, de saúde, educação, na gestão do Dodsworth.” E tinha uma assistente de pesquisa dela, que já conhecia este acervo. Ela está na França. De vez em quando a gente tem uns trabalhos com ela. Foi o último trabalho que fiz aqui, quando estava saindo tentei fechar com o texto do Luís Sérgio.

E vocês fizeram o inventário?

É, o inventário que cobre a duração desse período, de 1937 a 1945, que tem também os álbuns fotográficos, muito interessantes.

Paulo, estive pesquisando e encontrei, em uma pasta sobre a estrutura organizacional do Arquivo, uma proposta sua de reorganização da estrutura do Arquivo, que você enviou para a Graça Salgado. Você fez uma proposta e não temos o retorno disso aqui. Essa sua proposta tem alguma resposta?

Essa questão da lei estava ligada à questão do projeto da Lei de Arquivos Municipais. Quando estava aqui como diretor, me lembro que essa questão foi e voltou algumas vezes para a gente. Eu me lembro que cheguei a pedir uma carta à Lia Malcher, que na época era presidente da Associação de Arquivos Brasileiros, em 1994. Falei: “Lia, a gente precisa de apoio para a Lei de Arquivos.” Ela fez uma carta ótima – eu tinha até uma cópia dessa carta, não sei se ainda tenho –, ao prefeito, dando apoio, mostrando a qualidade do projeto, a importância do Arquivo da Cidade ser o órgão central do Sistema de Arquivos. Mas não teve andamento, tinha um processo sobre isso. Cheguei a conversar com um procurador...

No início da sua gestão veio um pacote de reengenharia. O Cesar Maia estabeleceu uma reorganização da administração pública. O Gabinete do Prefeito, na área institucional, fez uma formatação e você teve que responder a isso de alguma forma.

É, esta estrutura que eu talvez tenha mandado, não me lembro, ela certamente tinha a estrutura, mais ou menos, que estava na base do projeto, na época do Zé Maria ainda. Pode ser até que a gente tenha feito alguma mudança, não me lembro. Tenho uma cópia desta estrutura, em algum momento vi essa cópia, que estava junto com a minuta do projeto de lei. Agora, teria que ver este documento para lembrar disso. Mas, certamente, não tinha grande mudança em relação ao que foi desenhado na gestão do Zé Maria.

A Francisca chega a ser a sua substituta em algum momento?

Ela foi minha substituta. A Chica, como falei, era uma pessoa de confiança.

Ela fez um diagnóstico muito bem-feito sobre a situação do Arquivo e encaminhou para o DGGI. Nele, menciona o papel fundamental que o Arquivo deveria ter, a

importância dos acervos, a necessidade de desenvolver a Política Municipal de Arquivos e de o Arquivo ter mais autonomia.

É, ela trabalhou no Arquivo Nacional muitos anos, e é uma pessoa que conhece a área de arquivos. Eu a trouxe fundamentalmente por conta disso. Ela ficou aqui ainda um tempo, mas a vinda dela não foi fácil, foi complicada internamente, não foi simples não.

Para finalizar, queria, Paulo, que você falasse da importância deste Arquivo para a municipalidade, para o cidadão, para os cariocas.

Olha, o Arquivo da Cidade é importante. A ideia de que o arquivo municipal deveria ter uma proximidade muito grande com a sociedade, com a municipalidade, neste sentido que você está falando. Acho que o Arquivo da Cidade, ao longo dos anos, teve inúmeras iniciativas que o aproximavam da comunidade, da sociedade, da escola. Aquele projeto da escola, com o que é o arquivo, com o seu acervo, com o que ele representa, a dimensão do arquivo como espaço público. Inclusive, essa foi uma das discussões que o Zé Maria fez na gestão dele.

Tem um texto, que saiu em um número da revista *Acervo*, que é um dos melhores números da revista do Arquivo Nacional, é um texto de uma canadense, Gabriele Blair.¹¹⁰ Foi um texto que a gente discutiu muito aqui: o uso social do Arquivo como espaço público, para além da pesquisa acadêmica, pelo cidadão. O Arquivo da Cidade sempre teve estas dimensões muito claras, sempre foi um lugar onde os registros sobre aqueles livros dos impostos... Décima Urbana, os processos de Licença para Obras têm esta perspectiva. Mas, Sandra, não sei como está isso hoje. Acho que esta dimensão do Arquivo sempre existiu.

Não é incompatível, na minha visão, com esta missão que ele deve ter como órgão central do Sistema de Arquivos. Não é incompatível, porque ele deve estar próximo ao cidadão no sentido mais amplo. Deve ser organizada e estruturada porque ele tem um acervo que é rico, que abrange o Distrito Federal, o Município Neutro, a Colônia, a história da Guanabara. Tem uma história desta cidade que não é uma cidade qualquer, capital da República, uma cidade importante na história do país. Então, o acervo reproduz isto das maneiras as mais diversas. Agora, é importante que a instituição tenha um projeto, acho que um arquivo municipal pode fazer bem isso. Os espanhóis, hoje, em Barcelona, têm vários arquivos que têm projetos e falam sobre isso, sobre a dimensão cultural, o papel do arquivo como espaço cultural.

Qualquer instituição arquivística pode ter esse papel. O arquivo municipal pode cumprir melhor ainda porque é a ideia da proximidade com o cidadão. Não sei se você lembra daquela exposição, no início da gestão do Zé Maria, que nós pusemos as fotos do Malta naquele *shopping* do Leblon, você lembra?

Exposição sobre comércio¹¹¹ no Rio de Janeiro, no Rio Design Center.

O sucesso daquela exposição, você lembra. Você estava aqui como chefe de Pesquisa, a empatia, a identificação das pessoas com aquelas imagens, que diziam sobre elas, seus pais, seus avós, sobretudo um lugar que alguém falou para elas, que elas passaram, conheceram.

Queria, só para fazer um fecho, que você fizesse um balanço da sua gestão aqui, as dificuldades, pontos positivos e negativos.

Eu tenho um balanço positivo. Algumas coisas que me propus a fazer, que surgiram, como falei, aconteceram, foram bem encaminhadas, o projeto Foto Memória, o censo que nós fizemos dos arquivos, algumas iniciativas internas de integração entre as áreas. A gente tem que ter um desejo de realizar tudo e de mudar em pouco tempo. Então, talvez tenha operado com uma perspectiva mais de médio prazo, na verdade vivi uma situação de curto prazo, não chegou a um ano em meio.

Mas, aquilo que me propus fazer, naquele período, consegui fazer. Certamente, muitas coisas não foram feitas, às vezes por questões que ultrapassavam a minha capacidade de diretor, não eu, mas um diretor do arquivo poder realizar e dar cabo. Mas, tenho uma avaliação positiva. Acho que deixei alguma coisa, para além de um reconhecimento das pessoas, da minha forma de agir...

Nós estamos fazendo estas entrevistas com os antigos diretores do Arquivo e tem sido muito interessante observar o seguinte: a cada vez que ouço uma entrevista, vejo o quanto aqueles diretores realizaram na sua época. Depois delas nós sabemos que são recorrentes as questões de dificuldades de recursos, dificuldades de formação de uma equipe especializada. Isto sempre foi um problema para o Arquivo, que sempre contou muito com a mão de obra do professor. Acho que também isso temos que considerar uma coisa positiva, porque sem esses professores o Arquivo não teria desenvolvido suas atividades, os professores foram importantes. Só acho que, com o passar do tempo, já se deveria ter pensado em outra forma de recrutamento, que trouxesse pessoas com perfil mais adequado a esta instituição. Mas tenho achado estas entrevistas interessantíssimas por revelarem que cada diretor que passou por aqui deixou sua marca na instituição, acho isso fundamental.

Legal. Acho que é isso, Sandra, você tem razão. Tem a historicidade, o contexto em que cada um viveu, vivenciou. Acho que são limitações do tempo, dos recursos que estavam disponíveis, e cada um realizou, deixou marcas. Disse, durante a entrevista, que não se pode pensar este arquivo e a história mais recente dele, por exemplo, sem pensar a concepção da Helena Machado.

A Helena é uma pessoa-chave, importante, ela tem a visão dela, perspectiva. A Helena é uma das pioneiras em uma escola de Arquivologia no Brasil, de formação de quadros. Eu me preocupo com isso, do ponto de vista de respeitar. No meu doutorado, estou fazendo entrevistas com algumas pessoas, a Marilena Leite Paes, a Helena Machado é uma pessoa que quero entrevistar. Entrevistei outro dia a doutora Nilza Teixeira Soares, que é uma arquivista da Câmara dos Deputados, uma pessoa superimportante, que criou o Sistema de Arquivos da Câmara dos Deputados. Acho que estas pessoas são importantes e elas tiveram contribuições. Agora, tem um problema que perpassa esta história, este Arquivo.

Esta instituição tem de ter um papel independente dos diretores e dos contextos. No momento em que ela tiver esse papel, vai estar mais capacitada para que o diretor que aqui estiver possa realizar e cumprir as suas funções. E vai existir um corpo de funcionários que vai saber as diretrizes. É o ideal de administração pública que a gente gostaria de ter. O diretor chega para implementar, dar continuidade, intensificar aqui e ali ações que já estão mais ou menos definidas, mapeadas e resolvidas. Então, acho que é neste sentido, mas a sua observação é correta.

Paulo, muito obrigada pela sua entrevista. Tivemos uma visão, bastante precisa, do funcionamento do Arquivo durante a sua gestão e a do José Maria Jardim. Agradecemos também por nos revelar as dificuldades e as soluções que buscaram para fazer frente a elas, contribuindo para que a instituição avançasse em direção à construção de um arquivo que responda às exigências do mundo contemporâneo.

Eu é que agradeço a vocês.



*“Cada pessoa que assume
um cargo tem uma
prioridade, isso é uma
coisa que a gente sabe.
Eu tive a minha, eu trabalhei
com a cultura do povo e
trabalhei com a História,
porque achei que era minha
obrigação para com
este Arquivo.”*

LÉLIA COELHO FROTA (nasceu em 1938 e faleceu em 2010). Crítica e curadora de arte, tradutora, museóloga e antropóloga. Foi responsável pelas representações brasileiras nas Bienais de Veneza de 1978 e 1988 e curadora da exposição *Brésil, Art Populaire Contemporain*, no Grand Palais (Paris, 1987). Foi diretora do Instituto Nacional do Folclore (Funarte), presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fundadora do Museu de Arte Folclórica Edson Carneiro e diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Escreveu vários livros sobre arte e cultura brasileiras.

Entrevista realizada por Beatriz Kushnir, Sandra Horta, Maria Célia Fernandes e Marco Belandi, em 26/02/2008, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Nós gostaríamos de conhecer um pouco de sua vida, sua infância, onde você nasceu, onde você estudou.

Eu sou carioca, nasci em Santa Teresa, de pai mineiro, sou uma mistura desses dois estados, porque vivi muito tempo em um e em outro, como até hoje vivo. Tenho um amor muito grande pelo Rio (de Janeiro), adorei ter vindo para cá quando dirigi o Arquivo (da Cidade). Estudei no Colégio Jacobina e depois fiz curso de Museologia na Unirio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Posteriormente, fiz uma série de cursos com pessoas nomeadas, como o Roberto Da Matta,¹¹² de Antropologia Cultural, na Fundação Getúlio Vargas. Eu tenho uma obra literária também, que corre paralela com os meus interesses pelas Ciências Sociais. Então, digamos que eu seja uma amálgama de várias experiências, de trabalho e de estudo.

Como você ingressou no serviço público?

Comecei no IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), levada pelo Carlos Drummond,¹¹³ porque eu – principalmente por causa da literatura –, quando comecei a me interessar por artes, o Rodrigo de Mello Franco¹¹⁴ falava: “porque você não faz o curso de Museologia, quem sabe depois você não faz o concurso e vem para cá?” Aí, eu estava com 18 anos, você acha que vai viver de poesia. Aliás, nem pensa que vai viver de poesia, pensa que vai fazer poesia.

Então, ouvi a voz da experiência e fiz o curso de Museologia, que passou para UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), se não me engano. Antes era Museu Histórico Nacional. E aí, tentei o Patrimônio, no qual eu passei a minha vida inteira e me aposentei lá. Cheguei a ser técnica em assuntos culturais, a ser presidente. Na época, foi muito difícil, era a época da intervenção do Collor,¹¹⁵ o órgão entrou, não em extinção, mas em “indisponibilidade”, ou alguma coisa assim. Então, perguntei a um de meus amigos, Antônio Cândido:¹¹⁶ “Você acha que vale a pena tentar isso?” E Antônio Cândido falou: “Vai até aonde der.” E lá fui eu – foi uma das últimas coisas a fazer – para Brasília, porque eles já tinham... Chegaram até a extinguir o Conselho de Tombamento. Imagina? Pessoas que trabalhavam lá desde a época do Rodrigo (de Mello Franco), fundado em 1937.

Foi extinto via Executivo, então foi um desastre, porque o Patrimônio, conforme todos nós sabemos, não são só as igrejas e os prédios antigos, mas o entorno. E a especulação imobiliária – sem dúvida! Então, todo o Município de Paraty, por exemplo, é tombado com a mata original. Então, aquilo ali é uma fonte de atração turística. Turística para nós. Mas, fonte de atração econômica para quem quer construir os *resorts* e coisas desse tipo, em volta das margens. É uma luta mais jurídica, tanto que foi fundamental a Presidência do Rodrigo Franco por tantos anos lá, porque ele foi o fundador do órgão, ele chamou o Mário de Andrade,¹¹⁷ novos projetos e tudo que você sabe. Por que o Rodrigo era advogado e um escritor talentosíssimo, que deixou a literatura para se dedicar ao patrimônio de corpo e alma e, ao longo do tempo, caso a caso, ele foi criando uma jurisprudência para o SPHAN.¹¹⁸

Então, a gente deve isso tudo a ele. Na minha vida, tive esse grande privilégio de ter passado a maior parte de minha vida profissional junto a pessoas como o Rodrigo, Lúcio Costa,¹¹⁹ Carlos Drummond, Lygia Martins Costa, que era grande especialista, enfim. Então, quando me aposentei, fui chamada pela Berenice Menegali,¹²⁰ que era a secretária de Cultura lá, para fazer um trabalho com o Vale do Jequitinhonha. Fiquei dois anos indo ao Vale, e trabalhando junto às associações, porque tenho esse lado da Antropologia muito forte também, como eu também desenvolvi aqui, quando vim para cá. Então, com as associações, que são pessoas extraordinárias, são pessoas do Vale mesmo...

Dedicam-se ao artesanato?

Eram de artesanato e mais do que isso até, já artistas agora, que criam formas autorais e que vivem em extrema dificuldade. Então, através dessas associações, consegui aqui no Rio – porque o problema deles não é melhorar a forma ou arranjar forno novo, porque eles já são os mestres, que as pessoas admiram. Então, consegui espaços onde eles possam vender a bom preço o que eles produzem. Consegui aqui no Rio, e fiz no Shopping Leblon Rio Designer. Dirigi, enquanto história do Patrimônio, o Museu do Folclore, o Instituto do Folclore, que contém o Museu, quando Aloísio Magalhães¹²¹ foi secretário e foi requisitado para lá. Então, chamei uma equipe – é um parêntese –, antes de me aposentar! Eu dirigia o Instituto, chamei antropólogos para lá, porque respeito muito os folcloristas, mas é um trabalho que, teoricamente, com o tempo, fica mais defasado, porque o folclore apareceu no século XIX. Eles focavam a atenção, nos estudos deles, nos resultados, nos objetos e não nos sujeitos, no homem, produtor de tudo, que é a base...

O Aloísio é muito forte nessa questão. Assim como o João Leite.¹²²

Ah, que foi diretamente ligado ao Aloísio?! Como eu também fui, antes de ir para o Instituto, eu era assessora direta dele. Lá, publiquei as cartas do Mário de Andrade para o Rodrigo de Mello Franco. Mas, já na gestão do Aloísio.

Agora nós podemos ter acesso às cartas que o Mário recebeu, porque já está aberto, há alguns anos, para o outro lado da correspondência.

Ah, eu sei, porque publiquei a correspondência do Carlos Drummond, inédita, para o Mário (de Andrade) no centenário do Drummond. Então, no Instituto do Folclore eu tive essa experiência de trabalhar com a comunidade, com o apoio do Aloísio (Magalhães), depois do próprio Marcos Orestes, porque o Aloísio faleceu muito cedo. Mas a gente pôde comprar aquela casa da frente e fazer ali a Sala do Artista Popular. Pude ampliar, pudemos reformular o Museu¹²³ segundo um conceito antropológico, sempre com a preocupação de não criar uma ruptura entre os folcloristas. Vocês imaginam, depois de décadas para que os professores primários aprendessem o que é folclore, de forma a trabalhar com os alunos, você não pode dizer que isso tudo não tem mais validade. Aliás, como tem, como tem! Porque são documentos que existem e que informam. Então, o que o Aloísio dizia,

e que eu achava fantástico, é que qualquer instituição no Brasil que consegue durar pelo menos dez anos, já tem que ser protegida. Ainda mais o Museu do Folclore, que já estava fazendo 40 anos.

Quando você foi para o Instituto do Folclore, o Museu já existia?

Existia! Lá na garagem, lá atrás. Naquele pequeno espaço, que hoje é a Galeria Mestre Vitalino. Eu transformei isso. Nós criamos o Museu em uma casa que a gente comprou, que é uma casa que dá entrada pela rua do Catete, que nem tinha entrada direto para rua.

O Museu é primoroso! Tem peças belíssimas!

Aquele Museu foi feito pela equipe de antropólogos que eu chamei para trabalhar e com os folcloristas que lá estavam... Ah, o acervo é maravilhoso! Então, criamos o Museu ali, e a mola-mestra da parte física do Museu foi do arquiteto Alcides Rocha Miranda,¹²⁴ do patrimônio do IPHAN, que foi meu colega mais velho, meu mestre durante muitos anos. Roberto Burle Marx¹²⁵ fez os jardins com plantas medicinais populares, de graça até... Tive ali uma equipe privilegiada, muitos hoje estão ainda lá, como a Claudia M. Vieira, o Ricardo Lima, enfim, vários... Tem uma biblioteca excelente, que é a Biblioteca Amadeu Amaral.¹²⁶

Então, depois que eu, digamos, fiz a casa, fiz um novo Museu, renovei a equipe para dar um novo sentido à palavra “folclore”, sem desprezar o trabalho anterior dos folcloristas, eu mesmo resolvi sair, fui com uma bolsa para Portugal, para estudar a língua popular portuguesa, durante um ano. Na volta, retornei ao IPHAN. Entrei no IPHAN, onde acabei, antes de aposentada, exercendo o cargo de presidente. Eu entreguei, fiz o Museu de Arte Popular no Centro Cultural de São Francisco,¹²⁷ que fica em João Pessoa, lá no IPHAN, como material do IPHAN, que é o maior museu – você conhece? – de arte popular do Brasil.

Aquela parte de João Pessoa, a parte histórica é muito bonita.

As igrejas, os bairros históricos... E ninguém conhece e ninguém divulga. É espantoso!

E é completamente descolado do restante da cidade, porque fica no topo e o restante da cidade vive em uma outra unidade, como se aquilo tivesse sido esquecido.

Exato. Aquilo ali é um núcleo precioso. Bem, depois que a gente abriu esse Museu ao público e em seguida veio o governo Collor, fui chamada, enfim, por várias instâncias a ser a presidente do IPHAN, porque entrou em intervenção mesmo, como a Funarte, como vários outros órgãos. Fiquei lá durante seis meses, que comparo ao purgatório da minha vida (risos). Mas eu consegui recuperar o Conselho de Tombamento, pelo menos evitei a extinção, consegui impedir que o órgão fosse extinto. Isso durou seis meses, ficou lá outro diretor, mudou o secretário da Cultura, e aí pedi a aposentadoria porque achei que já tinha dado uma cota suficiente para essa área. Fui para Minas, para uma editora, que eu também sou crítica de arte. E estava lá fazendo esse livro, fiz um livro sobre o Alcides

Rocha Miranda, que já tinha falecido, para editora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e depois fiz um livro para a editora da Rede Globo sobre o Guignard.¹²⁸ Quando eu estava fazendo o livro do Guignard eu tive que ir muito a Minas, porque, você sabe, ele morou lá, foi professor, foi quem renovou as artes plásticas...

Morou em Ouro Preto também.

No final da vida, que é a cidade da vida dele, mas ele antes tinha que dar aula no Parque Municipal, e criou toda uma nova geração de artistas, Amílcar de Castro¹²⁹ foi aluno dele... Antes não, antes ele esteve aqui no Rio de Janeiro, num grupo também importantíssimo, do qual saíram Iberê Camargo,¹³⁰ o próprio Alcides Rocha Miranda, Géza Heller,¹³¹ enfim, durou bastante tempo e que foi também um grupo importantíssimo, porque o Guignard teve uma vida aqui no Rio, ele nasceu em Nova Friburgo, ele é um homem do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro e morou na cidade muito tempo, adorava a cidade. Dava para torneiro de bonde... (risos). Porque era um santo, desprendia-se de todos os bens materiais.

Então, quando eu estava lá pesquisando... metade da vida do Guignard foi aqui. Primeiro foi na Europa, até os 33 anos, infância em Nova Friburgo, a mãe ficou viúva, eu estou contando... – porque a minha vida é contável assim, não de outra maneira –, então ele passou a infância em Nova Friburgo, soltando aqueles balões, que estão nos quadros dele. Era o pai dele que soltava, nas festas joaninas, e ele achava uma maravilha, guardou como símbolo e depois transpôs para a mais importante fase da pintura dele, que foi essa dos balões, das montanhas.

Quando eu estava lá pesquisando, encontrei com a Berenice Menegali e ela me convidou para fazer o trabalho do Jequitinhonha, que eu mencionei. Então, eu fiquei dois anos indo ao Jequitinhonha, indo e vindo, e conseguindo aqui os espaços para venda desses trabalhos maravilhosos. Fazia fila no Rio Design (Center), às 9h da manhã, chegava e em três dias já vendia tudo, voltava para casa. Isso dava para eles viverem seis meses, porque o Instituto do Folclore ajudou, botou uma técnica lá, a gente conseguiu o bandeirão das Sendas, hospedagem na casa do Paschoal Carlos Magno,¹³² um ônibus da Codevale¹³³ e com isso... Na realidade, é preciso tão pouco para conseguir que as pessoas tenham vida própria, autônoma e emancipada. É só abrir um espaço, porque conhecimento elas têm. Então, voltei de Minas, depois dessas frequências todas, e fui convidada para dirigir o Arquivo da Cidade, pelo Luiz Paulo Conde.¹³⁴

Aceitei com o maior prazer. Fiquei aqui dois ou três anos. Eu vinha com uma experiência muito diversificada, de patrimônio. Evidentemente, a minha primeira preocupação foi com a documentação, como não podia deixar de ser, mas vi que estava muito bem conduzida, vi que estava tudo sendo informatizado. A minha outra preocupação foi com incêndios, em relação à coisa física deste prédio – tinham umas coisas aqui: transformadores, sei lá... Incêndios em outros museus já tinham ocorrido!! Então...

Mas aí, consegui chamar – não sei se você já estava aqui, se lembra – uma museóloga conhecida nossa. Descobri que ela estava casada, não sei se está ainda, com o diretor dos

bombeiros que tomava conta dos museus de Paris – do Louvre. Como é que é o nome dela? Me escapou! Então, descobriu-se que ela estava casada justamente com esse homem já aposentado, mas ainda cheio de vigor, cheio de conhecimento, essas coisas. Então, eu o convidei para dar um curso aqui sobre “prevenção contra incêndio”. Isolamos o prédio inteiro. Nós aproveitamos a oportunidade para convidar técnicos de todos os museus da cidade – das áreas de Ciências Humanas, Belas Artes, de todas, enfim, para aproveitar uma oportunidade como esta, porque, eu me lembro, foi uma das primeiras que fiz quando cheguei, fazer esse curso...

Quando se tem um prédio dessa envergadura, o prédio do Arquivo, se tem a maior preocupação com a segurança dele. E, depois, então, começou a haver a celebração dos “500 anos da chegada dos europeus às Américas”. Eu fiz aquele CD-ROM com o Ronald Raminneli,¹³⁵ que é uma pessoa estupenda. Ele veio então coordenar e, também trabalhando com a equipe aqui do Arquivo, a gente conseguiu levantar a iconografia. Pesquisamos em *n* órgãos, além de usar a documentação daqui, do Itamaraty e da Biblioteca Nacional, porque a ideia era mandar para as escolas.

E, ao lado disso, que foi um trabalho grande, que consumiu bastante tempo para que se levantasse tudo aquilo (principalmente a iconografia) –, eu também, levada pela presença, em mim, da Antropologia, fiz as exposições com a comunidade afro-brasileira aqui do Rio de Janeiro, sobre a Mãe Desuíta. O terreiro dela, eles fizeram aqui, em um domingo, uma celebração, uma “lavagem” de escada e tudo que caberia em um dia, para eles, sagrado, e aí, como entendo que um dos principais patrimônios culturais, não só da cidade, mas do Brasil, o samba, agora já está até no patrimônio imaterial da Unesco. Mas ali eram anos 1990, não é? Final dos anos 1990.

É! 1999, mais ou menos...

Estava sendo discutido, ainda, então, resolvi fazer este CD-livro sobre a Mangueira, porque tinham muitos compositores mais idosos ainda vivos, com uma memória ótima. Chamei o pessoal do Boitatá¹³⁶ – dois do Boitatá, o José Maurício Horta e mais uma moça, que agora eu não me lembro o nome dela. Mas o José Maurício é o líder, ele é o organizador principal do Boitatá. E fizeram entrevistas, eles iam a campo, a todos os subúrbios, encontrando os mais velhos, gravando (...). E também convidei Hermínio Bello de Carvalho,¹³⁷ que é um dos especialistas em samba, é mangueirense e conhece a história da Mangueira como ninguém, para depois de um ano de pesquisa coordenar o material todo e transformar em um CD-livro. Nós conseguimos pegar ainda o Carlos Cachça¹³⁸ vivo, o seu Zé Ramos,¹³⁹ uma série...

Na época, as composições que estão nesse CD eram inéditas?

Boa parte é: Padeirinho...¹⁴⁰ Mas como é que se recupera e se legitima a autoria de um samba de um autor já falecido? A comunidade viva, dos mais velhos, se reunia no Conservatório Brasileiro de Música, por gentileza da Cecília Conde,¹⁴¹ que cedeu o auditório para eles,

e ficava sempre aquela roda grande, e quem se lembrava ia cantando os sambas; a comunidade onde estava o Nelson Sargento,¹⁴² enfim, a Ala dos Compositores da Mangueira, que na época ele era um dos compositores da Mangueira, era um dos mais antigos e sem ninguém de fora. Eles legitimavam: “Sim, isto é um Padeirinho, isto é um Cartola”...

Esses encontros foram gravados?

Foi, e eu acho que parte, acho que tudo ficou aqui! Eu não sei se o José Maurício, que queria fazer outro CD...

Você se refere à documentação sobre o trabalho do CD da Mangueira? Esse material está todo aqui.

Ah! A gravação dos depoimentos, sim! Então, foi muito (bom) editar aquele CD. Consegui o apoio de uma grande advogada em direitos autorais, a maior que tem no Rio de Janeiro, chamada Silvia Gandelman...

Ela esteve aqui em um seminário que nós organizamos falando sobre direitos autorais.

Pois é, é a maior que temos aqui. E a Sílvia cobrou um preço simbólico para nos dar assistência total durante esse tempo todo! Ela foi a intermediária para consulta aos parentes nas entrevistas. Ela mesma. A Silvia Gandelman... Ah, não tem outra melhor! Ela nos orientou na edição de como fazer, pegamos as orientações, temos todas as autorizações. Um ou outro quis a indenização, a gente não tinha. A gente tinha R\$ 150.000,00 para fazer tudo isso: pesquisa, CD...

Poderia comentar como o prefeito Luiz Paulo Conde a conheceu e fez o convite para a direção do Arquivo?

Escrevendo sobre arte! Eu já tinha apresentado para a Fundação Castro Maia uma exposição de gravuras da mulher dele, Elisa Conde. Mas isso há anos, anos atrás. E aí fiquei amiga do casal, a gente tem amigos comuns por causa da Arquitetura, do Patrimônio. Então, quando ele foi prefeito, na verdade já era há dois anos, e soube que eu estava de volta ao Rio, me convidou para dirigir o Arquivo. Tive o gosto, como carioca, pela primeira vez, de dirigir um órgão carioca.

Como eram, naquela época, as questões financeiras, como isso se estruturava dentro do Arquivo, foi uma época em que havia bastante recursos?

Eu acho que tínhamos recursos médios, nunca teve nenhum problema com a conservação do prédio – a Vera Mangas era uma pessoa muito atenta. Para esses projetos: do CD Rom (dos 500 anos) e esse da Mangueira, eram verbas pequenas: R\$ 150.000,00 reais e o outro, mais ou menos isso. Ele (Luiz Paulo Conde) repassou essa verba através, naturalmente, do Departamento de Documentação e Informação Cultural. E a gente fez assim, na base

de a Jocelma, a Silvia Gandelman, aquela garotada do Boitátá, todos trabalhando com remunerações mínimas, quer dizer, empolgava muito fazer aquilo. Porque a gente vê os americanos, esses CDs que eles fazem, de *blues*, aquelas coisas estupendas, com a história de vida de cada um daqueles músicos e com tudo documentado, a gente fica pensando que nós aqui, com essa riqueza cultural extraordinária, pode fazer o mesmo.

A minha tentativa foi fazer um trabalho de primeiro mundo, como o nosso mundo musical é, os outros também podem ser, mas esses, tenho a certeza de que são. O pessoal lá da Mangueira gostou muito da ideia também, eles todos receberam, os que estão no CD receberam direitos autorais, em forma de CDs mesmo, 20 CDs cada um – se não me engano –, para eles terem. E a mocidade....., que eles se interessam muito pela música carioca, pelo choro, pelo samba de terreiro. Aquilo pegou, sei lá, eles chegavam..., você passava na Lapa e ouvia um daqueles sambas do José Ramos, inédito, sendo tocado. Porque, na realidade, esses CDs não puderam ser vendidos porque a gente nunca teria dinheiro para pagar às gravadoras os direitos autorais de um Nelson Cavaquinho, de um Cartola, impossível! Então, o que a gente fez com eles foi um acordo, que não seria vendido, seria distribuído para instituições, até a Faculdade de Música da UFRJ tem, o *Afro-Reggae*¹⁴³ tem. Assim, a gente escolheu a dedo uma lista de instituições, tanto acadêmicas, quanto não acadêmicas, como essas que eu disse, e mandamos. Então, eu acho que a minha trajetória do Arquivo foi essa, era uma equipe dedicadíssima, a que havia aqui. Todas as seções, era um prazer vir para cá e ver o interesse dos funcionários pelo que faziam.

Quais as dificuldades que você encontrou aqui no Arquivo, você acha que tinha um corpo de funcionários com formação adequada e em quantidade suficiente para desenvolver as atividades?

Não, infelizmente não!! O que a cidade pede e merece ter é muito, mil vezes mais que isso. Mas era muito difícil a comprovação disso (...)

Nem havia como vocês fazerem concurso naquela época, não tinha possibilidade!

Não! Não havia, então o que eu consegui foi trazer um arquivista para cá, porque não tinha nenhum arquivista aqui. Então, eu falei com o Jaime Antunes,¹⁴⁴ em uma das reuniões que ele fez lá sobre arquivo, e aí sim, consegui contratar uma moça – que era a Domícia (Gomes) –, que veio e ficou aqui quase um ano; quando eu saí, ela ainda estava. O que eu queria trazer para cá eram arquivistas, claro! Eram historiadores. Mas só consegui trazer a Domícia. Achei que já era bom trazê-la. As pessoas vão se aposentando, e largam a posição. Então, um dos maiores problemas da direção é ter condições para abrir concurso. E isso, na época, na realidade, não foi possível. Mas, eu acho que os trabalhos regulares de conservação do acervo, tanto da biblioteca, quanto da fototeca, tudo isso continua sendo feito pelas pessoas. Eu acho que nem no IPHAN encontrei uma equipe tão ligada e tão dedicada quanto essa aqui do Arquivo da Cidade. Ela [dirigindo-se à Maria Célia] veio na minha época também, desculpe...

Foi a senhora quem me requisitou.

Pois é, eu a requisitei. Quando vinham pessoas com bons currículos querendo vir, na mesma hora eu aceitava, como é o caso dela.

Quem era a secretária de Cultura, na época em que você ficou aqui na direção? era a Helena Severo?

Helena Severo! Mas o meu canal principal era com o prefeito. Mas eu não estava querendo passar por cima dela, coisa que eu nunca fiz. Ela sempre soube de tudo que estava se passando aqui – a Vera Mangas também. Mas a Helena estava muito voltada para o teatro, o que é natural, pois ela estava muito ligada a este meio.

Ela estava montando a Rede de Teatros do município.

Montando a Rede de Teatros e outras prioridades. Cada pessoa que assume um cargo tem uma prioridade, isso é uma coisa que a gente sabe. Eu tive a minha, eu trabalhei com a cultura do povo e trabalhei com a história, porque achei que era minha obrigação com este Arquivo.

E justamente nas comemorações dos 500 anos...

Ah, aí não podia deixar de ser. Por isso chamei o Ronald Raminelli, da UFF (Universidade Federal Fluminense), e dois estagiários, que estão lá na ficha técnica, que eram alunos de lá; alunos de História. Depois, fui para a iniciativa privada. Bom, aí fiz esse arquivinho lá, primeiro foi o do Vinícius,¹⁴⁵ que a gente repetiu;¹⁴⁶ depois o Hélio Pellegrino,¹⁴⁷ Otto Lara Resende,¹⁴⁸ que ganhou o Jabuti¹⁴⁹ no ano passado, e esse ano nós estamos fazendo o Nelson Rodrigues,¹⁵⁰ no qual a gente teve a colaboração do Taveira (Alberto). Ele já tinha saído (do Arquivo da Cidade), então, na hora do almoço, ele vinha aqui e pesquisava. Eu vou mandar para a biblioteca um exemplar, faço questão, porque vim direto de casa agora, não passei lá (na editora). Porque a gente tem fotos dos Maltas, várias fotos: normalista ainda, com os “óculos de gatinho”, e aquela coisa toda estupenda.

Lembro-me da exposição que está no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil)...¹⁵¹

Ah, a família do Marc Ferrez,¹⁵² eu vi no jornal, lindo, incrível. A família (Ferrez) vai entregar a quem?

Vai entregar ao Arquivo Nacional.

Tudo bem, contanto que fique preservado.

Outro acervo fantástico é o do *Jornal do Brasil*.¹⁵³

Aquele acervo precisa, eu estive lá pesquisando para o arquivinho (do Nelson Rodrigues), e só tem um funcionário, está precisando (de tratamento).

É que o Jornal passou por dificuldades. O arquivo que eles tinham, que era a coisa mais interessante, eles não estão conseguindo dar continuidade. E para o pesquisador...

Pois é, pois é!! Vai ganhar outra dimensão, vai ser preservado mesmo.

Quando esteve aqui, fez alguma transferência de documentação para cá?

Que eu me lembre agora, não! Havia uma, que era do Ary Barroso, que estava sendo oferecida...

A doação do acervo do Malamud (Samuel),¹⁵⁴ foi no seu tempo?

É, o Malamud foi uma proposta da família, ela fez uma exposição, porque ele foi muito ligado ao Saara, onde ele viveu muito tempo. Então, houve uma pesquisadora (...)

Ilana Strozenberg –¹⁵⁵ filha dele.

A filha dele e também a Susane Wortmann, que faz belas curadorias. Então eu entreguei a elas, fizeram uma ótima exposição... não só dele, mas sobre a cidade...

Ele era ligado à cidade, principalmente a esta área aqui, do Saara, da Praça Onze. Sobretudo da Praça Onze, que recebeu muitos imigrantes judeus.

Onde ele foi comerciante.

Malamud foi comerciante na Praça Onze e a exposição remontou um pouco a região, o comércio, foi muito interessante. O acervo dele foi recolhido nessa época, não foi?

Ah, têm razão. Estou ficando desmemoriada. Depois, o que mais?

O Ary Barroso.¹⁵⁶

Eu tentei, mas isso é uma coisa muito complicada com a família. E também era um acervo imenso, seria difícil absorver naquele momento...

Onde estará esse acervo? Deve ter ido para o MIS (Museu da Imagem e do Som).

É possível, pois a família estava oferecendo, leu-se nos jornais... Eles doariam!.

Eu acho que o MIS é o local mais adequado para esse acervo.

Ah, com certeza foi para lá. Claro. Bem, então, o que mais que eu tenho editado (...). A nossa publicação que é mais ligada ao Rio de Janeiro é essa do Nelson Rodrigues. Porque embora ele seja um autor universal hoje, ele está muito ligado ao subúrbio carioca, e depois à Zona Sul – Copacabana, e àqueles ambientes sociais dali. E fizemos com a correspondência inédita do Drummond, fizemos com o Joaquim Nabuco,¹⁵⁷ que morou tanto tempo aqui. Fizemos os diários de Joaquim Nabuco, fizemos os diários inéditos.

Correspondência inédita a de Drummond, porque eu trabalhei muitos anos... Com o Mário de Andrade. A que estava no IEB (Instituto de Estudos Brasileiros).

Isso foi depois de 2000?

Foi no centenário de Drummond, em 2001. Virou um livrão assim, porque aproveitei para republicar a correspondência do Mário para o Drummond. Eles eram tão amigos, o Drummond vivo, eu tinha a direção do Aníbal e ele mesmo fez as notas, o prefácio. Há também a correspondência do Drummond com a filha, Maria Julieta.¹⁵⁸ É uma correspondência de 30 anos. Isso – para se publicar –, teria que ser trilhado, até porque tem muita gente viva: filhos, descendentes e tudo. A nossa Silvia Viana é uma. A não ser que você fizesse uma seleção das partes “impublicáveis”. Mas a família, hoje, está muito interessada em divulgar esse trabalho e a gente está pensando na criação eventual de um Instituto Carlos Drummond de Andrade. Porque reunia tudo isso, esse material inédito, inclusive da própria Maria Julieta, que foi uma extraordinária tradutora de novos da literatura universal, e que tem também as crônicas dela, tem um material dela que é muito interessante, além é claro, da correspondência dela com ele, que cobre 40 anos!

Existe ainda tanta coisa dele com amigos, que quanto mais passar o tempo sobre esse assunto, que vai acabar sendo um assunto muito polêmico, não é? Só o material que está com a família, com os três netos, que cuidam daquilo muito bem! Tem agora essa montagem, de criar esse instituto, que talvez saia, tenho essa esperança, embora não vá trabalhar nele, vou ser só uma consultora, do conselho. Porque a essa altura, eu quero ver se faço, finalmente, as minhas próprias coisas. E continuar dirigindo a Bentevis (editora). Esse ano pode ser que a gente publique uma grande coleção de cartas do Guimarães Rosa¹⁵⁹ para o embaixador Mário Calábria,¹⁶⁰ que vão desde a publicação de “Sagarana” até a morte dele. Se a gente conseguir isso, vai ser o máximo. Hoje, a biografia é um elemento muito interessante, tanto para a literatura, quanto para a história.

O restante foi para a Fundação Casa de Rui Barbosa.

É, a Casa de Rui Barbosa fez um trabalho excelente, publica aquele catálogo, que ela renova a cada ano.

Lélia, a sua trajetória profissional é tão rica e diversificada, mas de qualquer forma, queria voltar a um assunto: você falou de um canal que você tinha, direto – quando foi diretora do Arquivo – com o prefeito...

É, por causa da amizade com a família... Eu sempre comuniquei tudo para a Vera Mangas, tudo que a gente ia fazer. A única coisa é que eu só recorria a ele para pedir verbas para dois projetos, que foram projetos que estão aqui documentados. Nenhum deles chegou a R\$ 200 mil. Um foi R\$ 150 mil, que eu me lembro bem, que foi o da Mangueira. Foram pequenos projetos. Nunca mais pedi outras coisas, foi justamente...

Mas como é que avalia essa posição hierárquica inferior, subalterna, vamos dizer, em que o Arquivo ficou durante um bom período de sua história? Acho que uns 60 anos, ou talvez até mais. Ela pode ter contribuído no sentido de dificultar o recolhimento de documentação?

Com certeza. Este Arquivo aqui sendo a memória do Rio de Janeiro, acho que ele deveria estar realmente ligado diretamente ao Gabinete...

Como o Arquivo Nacional...

À Casa Civil, não é?

O Arquivo Público, tanto no Rio quanto em São Paulo – os dois arquivos públicos estão ligados diretamente ao Gabinete do Governador.

Vocês já conseguiram isso?

Estamos ligados diretamente ao Secretário das Culturas. Já foi uma caminhada boa.

Eu acho que a ligação dele com a cúpula, isso seria o ideal. Agora, além disso, quanto mais se puder reforçar através de uma lei que estipule que uma porcentagem do orçamento deva ser destinada à preservação da memória da cidade, através do Arquivo, isso eu acho uma das coisas que mais vale a pena batalhar. Porque aí, mesmo que não se possa contratar por lei, ou outro impedimento, você pode terceirizar, chamando pessoas de grande qualidade para trabalhar. Equipando! Como uma experiência que eu tive agora com o livro do Nelson (Rodrigues). Vocês transformam (a cessão do uso de imagens) em equipamento, material de necessidade imediata, as contrapartidas. Eu achei isso estupendo, achei isso uma ótima medida!

É também uma forma de você comprometer o pesquisador diretamente com a instituição, porque quando você faz dessa maneira o pesquisador sabe exatamente para onde está indo o recurso que ele está destinando.

Claro, esse é o procedimento agora. Perfeito!

Porque senão as pessoas acham que esse dinheiro pode se perder nos meandros da burocracia e ser destinado a outras atividades!

De diversas formas. Acho perfeito esse procedimento enquanto não surge uma verba melhor, mais fixa, esclarecida pela lei, como vocês estão batalhando.

Lélia, no período que você esteve à frente do Arquivo, como é era a sua relação com as outras entidades afins: com o Arquivo Nacional, por exemplo?

Ótimas! Eu ia sempre lá, o Jaime Antunes me chamava, foi ele quem me indicou a Domícia (Gomes). Sempre me deu todo o apoio que precisei, quando eu fiz o CD-Rom, liberou todas as imagens. A Biblioteca Nacional, a mesma coisa. Enfim, todos os níveis. Há tantos anos que pertenço a essa área, que as pessoas sabem “quem é quem”. Quer dizer, não que

eu seja nada especial, mas sabem que vou fazer um trabalho, que realmente estou dizendo que vou fazer! Que ele vai aparecer um dia...

Que tem seriedade, que tem sequência.

Que dá pra ser feito, pelo menos.

Quando o prefeito a convidou, ele lhe explicou qual era a expectativa que ele tinha? O que ele desejava que o Arquivo fosse?

Não, ele falou que, por essa experiência minha mais plural, ele gostaria de ver também o Arquivo com essa feição. Mas, eu já tinha isso em mim, esse interesse pela cultura popular e daí o CD com o livro da Mangueira. Meu interesse pelas religiões afro-brasileiras, porque se tem gerado um estigma muito forte sobre elas. Não dentro da academia, nem da Antropologia, mas publicamente, na sociedade.

Você sabe que foi uma precursora da fotografia digital? Nós fizemos um seminário, foi o primeiro seminário que houve no Rio de Janeiro falando sobre fotografia como documento digital

Olha só, que bom!!

Havia uma exposição. Você me deu a liberdade de promover, no Rio de Janeiro, a instituição, foi o primeiro seminário sobre fotografia digital.

Lembrei, lembrei, e isso não é pouca coisa não!

Nós trouxemos o pessoal da Kodak, da Petrobras. Naquela época uma máquina custava em torno de US\$ 20 mil. E aí veio aquele pessoal todo, que era especialista da Petrobras, falar. Lembra-se disso?

Recordo perfeitamente!

Depois, eu fui saber que foi a primeira. Porque a pergunta era: “O que será da fotografia?” Em 1999. De 2000 para cá, a digital evoluiu de uma tal forma que, até hoje, as pessoas me perguntam como eu pude, juntamente com a direção, pensar nisso, em 1999.

Eu sempre gostei dessa equipe porque são bons conselheiros, compositores de ideias.

Então, para finalizar essa excelente entrevista, que, mais uma vez, confirmou sua trajetória significativa para a cultura do país, para a cultura do Rio de Janeiro, eu gostaria que você dissesse algumas palavras sobre o significado desta instituição para a cidade e para os cariocas.

Olha, eu acho que o significado dessa instituição é básico. Deveria ser uma das prioridades da Prefeitura, principalmente em um momento tão difícil que a cidade atravessa – a destruição de seus monumentos públicos, a desordem urbana. Passei toda a minha infância e adoles-

cência aqui. Toda a vez que a gente sai à rua vem esse aperto no coração e na sensibilidade. Então, acho que, exatamente pela urgência, num socorro ao patrimônio cultural desta cidade, o Arquivo é um dos principais instrumentos. Está entre os primeiros a contribuir para uma mudança de mentalidade. Para fazer com que a própria população passe a ser a guardiã de seu acervo e tenha condições também de segurança para poder fazer isso.

Obrigada, Lélia, pela sua colaboração sempre tão importante e decisiva para a arte popular e, sobretudo, para o que nos afeta mais diretamente, o Arquivo da Cidade, que dirigiu com grande sabedoria, muita compreensão e eficiência.



*“Quando cheguei aqui
no Arquivo - muito deste
livro surgiu por isso -,
perguntei às pessoas,
porque queria saber, como
historiadora, como é que
se veio parar aqui, qual
era a nossa história.
Existia pouquíssima coisa.”*

BEATRIZ KUSHNIR é graduada e mestre em História Social pela UFF, doutora em História Social do Trabalho pela Unicamp, onde realizou seu pós-doutoramento júnior. Professora convidada do Departamento de História da Unicamp e professora visitante do Departamento de História da UFF, onde desenvolve seu segundo pós-doutoramento sênior. É vice-coordenadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), pesquisadora associada ao Núcleo de História e Linguagens Políticas/Departamento de História da Unicamp, ao Grupo de Trabalho Diáspora Portuguesa e Mundo Lusófono, da UERJ, e ao Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER)/Departamento de História da USP. É membro da Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental COLUSO (2005-); participante do Grupo de Trabalho para a Instalação da Biblioteca Central da Cidade do Rio de Janeiro (2006); representante do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro junto ao Conselho Estadual de Arquivos (Conearq), da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão (2006-); coordenadora da Comissão Carioca de Nominação de Logradouros e Equipamentos Públicos (2006-); representante dos Arquivos Municipais junto ao COMITÊ NACIONAL DO BRASIL PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO (2007-); é diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro desde abril de 2005.

Entrevista concedida a Sandra Horta em 8 de julho de 2008, no Arquivo da Cidade, Rio de Janeiro.

Começo perguntando sobre a sua infância, onde você nasceu, se você é carioca.

Nasci no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1966, no Leme, e lá ficamos até janeiro de 1968, quando o meu irmão nasceu. Fomos morar no andar térreo de um prédio de três andares, que pertencia a meus avós maternos e eles ocupavam o segundo andar. Era um apartamento/casa, com quintal, jardim etc., e ficava no bairro de Todos os Santos. Meus avós eram imigrantes judeus – poloneses –, vieram para o Brasil entre 1933 e 1937. Fiquei naquela casa até completar dez anos de idade. Estudei em escolas municipais na Praça Avaí, em uma escola judaica na Tijuca – a Scholem Aleichen – e, quando me mudei para a Zona Sul, em 1979, fui estudar na Escola Israelita Brasileira Eliezer Steinberg, que é fruto do XX Congresso do Partido Comunista.¹⁶¹ Os judeus comunistas que “fizeram autocrítica”, fundaram a escola e lá permaneci da 7ª série até o terceiro ano científico.

No meio desse período, no verão de 1984, passei dois meses em Israel, no programa Tapuz, colheita das laranjas. Meu avô fazia 80 anos e me deu de presente. Foi em Israel, na Universidade de Tel Aviv, que decidi prestar o vestibular para História. Ao conhecer o Museu da Diáspora,¹⁶² percebi que queria trabalhar com Relações Internacionais. Fiz o vestibular e fui estudar na UFF, considerada à época e até hoje, um dos melhores cursos de graduação em História do País. Estudávamos no Valonguinho. Foi uma experiência maravilhosa, pois entrei para o curso em 1985, em meio à não posse e à morte de Tancredo Neves. A mobilização política era muito grande, havia uma efervescência enorme, vários institutos de pesquisa dinamizavam as suas atividades no Rio de Janeiro – a Fiocruz, a Casa de Rui Barbosa. Foi um momento muito importante.

Meu primeiro estágio foi no arquivo da Fiocruz. O Fernando Dumas – meu amigo de graduação –, e que hoje em dia é pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, me levou para lá. Fiquei ali muito pouco tempo, pois fiz a prova para o estágio no CPDOC. Eram 120 pessoas, dez vagas e uma vaga para pesquisa. Fui escolhida estagiária da Pesquisa para trabalhar com o professor Gérson Moura, que era o responsável pelo setor de Relações Internacionais do Centro. Ele instalou o Curso de Relações Internacionais na PUC e desenvolveu a pesquisa nessa área no CPDOC. Era também professor do Departamento de História da UFF. O CPDOC era muito diferente do que é hoje. O setor da Pesquisa localizava-se no 14º andar, dividindo o espaço com o bandeirão da Fundação Getúlio Vargas, em divisórias de fórmica como estas daqui, sem ar condicionado, com circuladores de ar enormes, um calor muito grande. Mas, não foram as “precárias” condições do espaço que impediram a produção, já que a primeira tese de doutorado do Iuperj, em Ciência Política, é de uma pesquisadora do CPDOC, a professora Ângela de Castro Gomes. Fui sua orientanda tanto na bolsa de Aperfeiçoamento, quanto no mestrado. Fiquei no CPDOC até 1990 e em 1991, fiz a prova para o mestrado.

O mestrado também foi na UFF?

Foi. O Gérson Moura, em fins dos anos de 1980, foi realizar seu pós-doutorado na *London School of Economics*, mas o setor de Relações Internacionais ficava mesmo a cargo da Leticia

Pinheiro. A Lúcia Lippi dirigia a Pesquisa na época. Quando entrei, em 1987, a diretora do Setor de Pesquisa era a Aspásia Camargo e quando a Lúcia assumiu, foi de uma generosidade comigo inigualável. No final do ano, os pesquisadores do CPDOC propunham os seus projetos para o ano seguinte. A junção deste material era encadernada em um grande volume das atividades para o ano seguinte. A Lúcia me entregou aquele maço e disse: “Leia e escolha com quem você quer trabalhar.” Só uma pessoa como ela!

Fui trabalhar com a professora Helena Bomeny, na sua tese de doutoramento sobre mineiridade, no IUPERJ. Nós fizemos juntas uma exposição sobre os 60 anos da primeira edição de *Alguma Poesia*, de Carlos Drummond de Andrade. Esta foi a terceira exposição no recém-inaugurado CCBB. Passei para o mestrado e o comecei em março de 1991. Vivíamos o início do governo Fernando Collor e também a crise na Finep. O CPDOC sofreu muito com a crise. Houve muitas demissões. Durante o mestrado, voltei ao CPDOC para trabalhar em projetos, tais como o levantamento bibliográfico sobre o governo Juscelino Kubitschek, a Exposição sobre os Anos JK e, mais tarde, durante o doutorado, a atualização do *Dicionário Histórico*. Grande parte dos verbetes de jornalistas foi atualizada e/ou feitos por mim.

Era a Finep que financiava o CPDOC?

Era. A Finep era uma das colaboradoras do CPDOC. Hoje em dia não, o CPDOC tem que produzir capital para se manter na Fundação Getúlio Vargas. Mas, na época, a FINEP auxiliava muito, pagava o salário de muitos técnicos, de muitos pesquisadores e, com a crise, muitas pessoas foram demitidas. Era uma geração que estava junta desde 1973, pessoas que tinham sido amigas da Celina Vargas, no curso de Sociologia da PUC. O CPDOC é fruto da angústia que a Celina sentia com os brasilianistas,¹⁶³ que iam à casa de sua mãe e da sua avó pesquisar os documentos. Ela conseguiu criar o CPDOC, e trazer a documentação do Vargas, do Capanema e os outros acervos. Aquelas moças eram amigas de graduação. Demitir pessoas que você conhece há 25 anos foi uma experiência muito traumática.

Você fez o doutorado na Unicamp. Porque você escolheu esta Universidade?

Sou de uma geração que fazia os seus próprios projetos de iniciação e aperfeiçoamento. Não entrávamos nos projetos dos professores. Ao ingressar no CPDOC, o Gérson nos advertiu que o CNPq estava incentivando o envio de projetos de alunos. Estágio sempre paga pouco, então, era uma forma de complemento. Eu, o Renato Pitzer – que é um amigo que, em 1992, faleceu num acidente na estrada Rio/Petrópolis –, e o Carlos André Nader – que ao terminar História cursou Medicina –, escrevemos um projeto de Iniciação Científica, assinado pelo Gerson Moura, e aprovado pelo CNPq. Nosso objeto de investigação era a atuação de Juraci Magalhães¹⁶⁴ na embaixada brasileira em Washington, logo após o golpe civil-militar de 1964. O Arquivo de Juraci Magalhães estava sendo organizado no CPDOC. Este projeto e as pesquisas para o setor de Relações Internacionais me faziam frequentar muito o Arquivo Histórico do Itamaraty.

Lá, vi a documentação dos tratados contra o tráfico de escravas brancas, na Liga das Nações. Sobre este tema, fiz um projeto de Aperfeiçoamento Científico. Ingressei no mestrado da UFF para fazer a dissertação, que é a reflexão sobre as polacas,¹⁶⁵ orientada pela Ângela (de Castro Gomes). No ano seguinte ao término do mestrado, fui para a ANPUH, em Recife, em julho de 1995. Dias antes, o meu irmão, que é médico, tratou de uma pessoa com meningite, e eu contraí meningite meningocócica. Fiquei dez dias no Hospital Samaritano, graças a um diagnóstico preciso e por telefone do dr. Júlio Dickstein. Quando entrei no hospital, minha ideia era estudar, no doutorado, o Manicômio Judiciário da Frei Caneca.¹⁶⁶ Já tinha até conversado com o Sérgio Carrara,¹⁶⁷ do IMS/UERJ, que tem um mestrado sobre o tema, para tê-lo como orientador.

A experiência da meningite me deixou muito abalada e me fez recuar do tema. Achei que não teria estrutura emocional, naquele momento, para frequentar o acervo do manicômio judiciário. Durante a estada no hospital para me recuperar da meningite, li o livro da Helena Besserman Vianna,¹⁶⁸ no qual conta sobre o Amílcar Lobo.¹⁶⁹ Ao sair, decidi fazer uma tese sobre ditadura militar, sobre imprensa clandestina apreendida. A Ângela me ajudou a arquitetar o projeto, e o apresentei para a UFF e para a Unicamp. A UFF passava por uma crise que os Programas de Pós-Graduação continuam a vivenciar – mais alunos do que bolsas.

Na Unicamp poderia pedir uma bolsa Fapesp. Achei que estava na hora de ir para outro lugar, porque a Ângela sempre nos incentivava a circular por outros espaços. Acho que foi a melhor coisa que poderia ter feito por mim. A Unicamp é um esquema maravilhoso. A FAPESP faz uma diferença fundamental. O professor Michael Hall gerenciava um programa do Departamento de História com a biblioteca do IFCHS e importava livros para os alunos da Pós. Ele chegava com uns papezinhos amarelos nos quais estavam anotados os livros que ele tinha procurado para a nossa pesquisa. Tinha-se o direito a vê-los duas semanas antes de o livro entrar na biblioteca. A bolsa foi muito boa e a orientação da professora Stella Bresciani foi muito importante, porque eu queria uma orientadora que me deixasse livre, e foi exatamente o que ela fez. Entrei no doutorado em 1996 e defendi em outubro de 2001.

Mas você não trabalhou com imprensa clandestina.

Não. Quando, no meio da pesquisa, fui à Brasília, na sede do Arquivo Nacional de lá, encontrei o acervo da Divisão de Censura de Diversões Públicas¹⁷⁰ e enlouqueci. Quando voltei ao Rio, o Arquivo Nacional estava organizando o material desta mesma divisão referente às atividades daqui. Agradeço ao professor Jaime Antunes que me autorizou a pesquisá-lo enquanto os técnicos trabalhavam nele. Acho que tanto para os técnicos quanto para mim foi muito importante esta troca.

Primeiro, porque eu sabia muito do que era aquela documentação e acho que isso facilitou bastante. Por isso, insisto muito aqui no Arquivo da Cidade para ajudarmos os pesquisadores. Se a documentação estiver passível de consulta, não podemos dificultar.

Só quando a manipulação pode danificá-la e que não será possível ver. Na mesma época, a documentação da DSI, tinha chegado ao Arquivo Nacional de Brasília e sido transferido para o Rio. Eu e o professor Carlos Fico, da UFRJ, fomos os dois primeiros pesquisadores a ter acesso a essa documentação. Os acervos da DCDP¹⁷¹ e da DSI mudaram radicalmente o perfil da tese.

Qual o livro que você publicou primeiro, foi o sobre as polacas ou *Cães de guarda*¹⁷²?

Defendi o mestrado em 1994 e ingressei no doutorado em 1996. Em agosto de 1996, publiquei o *Baile de Máscaras*. Em 2001, quando terminei o doutorado, publiquei uma coletânea intitulada *Perfis cruzados*¹⁷³ sobre a trajetória de militantes. Nos 40 anos do golpe civil-militar de 1964, em 2004, publiquei *Cães de guarda* que, naquele ano, foi considerado pelo prêmio Jabuti,¹⁷⁴ o quinto melhor livro em Ciências Humanas. Eu estava atrás do Otávio Ianni, que tinha acabado de falecer, estava superorgulhosa pela colocação.

Neste período, quando você publicou sua tese, você já tinha começado a dar aula?

Comecei a dar aulas em 2002, quando terminei o doutorado. Nunca tive pendores para o magistério no primeiro e segundo graus. Passei no concurso para professora no município, para a décima CRE, em Santa Cruz, e na mesma época a Celina Vargas me indicou para ser assistente de pesquisa do professor Celso Lafer, que estava fazendo um livro sobre os 60 anos de política externa brasileira. Pedi exoneração do Município, não tinha esse perfil. Assumi e logo depois abri mão. Não era o que queria fazer.

Comecei a dar aulas em 2002, a convite da professora Berta Waldman, da USP, na Pós-Graduação do Departamento de Línguas Orientais, para o mestrado e doutorado do Centro de Estudos Judaicos. Iniciei e no semestre seguinte saiu a minha bolsa do CNPq, de pós-doutoramento júnior. Realizei-a junto ao CEMI (Centro de Estudos de Migrações Internacionais) da Unicamp e fui orientada pelo Michael Hall. Desenvolvi uma pesquisa sobre a Ilha das Flores,¹⁷⁵ da hospedaria de imigrantes aos presídios políticos. Em 2003, o Michael ministraria um curso na Pós e me pediu que o substituísse. Durante um ano ministrei cursos em SP, ora na USP, ora na Unicamp. Já estava trabalhando na Prefeitura, e agradeço muito ao Miguel Falabella,¹⁷⁶ que me trouxe para cá. Sem saber, ele também financiou muitas das minhas idas a Campinas para dar aula.

Como foi esta sua ligação com o Miguel Falabella e sua entrada na Prefeitura?

Na minha dissertação de mestrado trabalhei com um tema que é muito delicado para a comunidade judaica, que são mulheres judias prostitutas. Quando o livro saiu, um grupo de ativistas da Comunidade Judaica de São Paulo me convidou para ministrar uma palestra. Falei com a minha mãe: “Vem comigo.” Não sabia muito bem o que ia acontecer. Na primeira fila estava um grupo de judeus religiosos. Pensei: “Ái, meu Deus, vou sair daqui apanhando.”

Iniciei a palestra e um rapaz ligou o gravador. No término, ele se apresentou e disse: “Trabalho com o Miguel Falabella e ele quer fazer uma peça sobre as polacas.” Trocamos

cartões. Isso em julho de 1997. Fui para um congresso em Israel, na Universidade Hebraica de Jerusalém. Minhas despesas para este congresso foram pagas pela Unicamp, mesmo eu apresentando um *paper* sobre a minha dissertação de mestrado, feita em outra Universidade. Para tal, tive o apoio do então chefe da Pós, o professor Cláudio Batalha.¹⁷⁷ Um ano antes, meu primeiro congresso internacional, que era em Cambridge, a Unicamp também financiou. Quando voltei de Israel, um mês depois, tinha uma declaração do Miguel Fabelabla na *Folha de S. Paulo* dizendo que ele ia fazer um trabalho sobre as polacas e que eu era a historiadora do projeto. Nós nunca tínhamos nos visto. Liguei para ele, que estava indo para Paris, e mandei meu livro de presente.

Depois, a produtora da peça *Somos irmãs*, escrita por Sandra Louzada, da qual fui responsável pela pesquisa histórica, queria fazer uma peça sobre a Carmem Miranda, com o Miguel e a Maria Carmem escrevendo. Fui convidada para fazer a pesquisa e assim o conheci pessoalmente. Um pouco depois, começamos a tecer outros trabalhos com ele e a ideia era escrever um musical sobre o Império (Brasileiro), nos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, que estreamos no Teatro Carlos Comes, em 14/11/2006. Nas férias de 2002 para 2003, o Miguel estava em Nova York e, quando chegou, me ligou dizendo que o João Pedro Figueira¹⁷⁸ – que era secretário de Governo do prefeito, cujo irmão é um diretor da Globo –, havia ligado para convidá-lo para ser gestor da Rede de Teatros.¹⁷⁹ Crendo que era possível conciliar a assessoria a ele com o escritório que eu tinha, me convidou.

Durante o meu doutorado, tive um escritório de consultoria para cinema, teatro etc. Fiz *Madame Satã*/1972, *Somos Irmãs*, *South American Way*, trabalhei muito como *free lancer*. E, nesse momento, veio o convite para ir para a Prefeitura. Tinha jurado para mim mesma que nunca trabalharia no serviço público. Sou filha de funcionário público, meu tio tinha sido secretário de Planejamento¹⁸⁰ do governo Marcos Tamoyo, e era uma das pessoas mais nervosas e irritadas que já conheci na minha vida. Hoje, entendo porque ele era assim. Depois que ele saiu da Prefeitura se tornou o tio de sempre, caloroso, mas naquele período... Lembro-me de uma vez que o meu tio ficou afônico, não conseguia mais falar.

Vim para a Prefeitura e logo percebi que era impossível conciliar com o escritório. O orçamento gerido pela Rede de Teatros era muito grande. Acabei ficando bastante tempo na coordenação da rede. Um dia, a Celina Vargas cruzou comigo no corredor da Secretaria, ela ia conversar com o secretário sobre o Memorial Getúlio Vargas,¹⁸¹ uma obra para ser inaugurada nos 50 anos do suicídio, em 24/08/2004. Parece que ela disse para o secretário: “Tem uma moça que trabalha aqui que se criou no CPDOC.” Aí, o secretário me convidou. Eu queria muito que as duas cartas testamento estivessem no Memorial e sabia que isso só poderia ser feito pelo professor José Murilo de Carvalho, que convidamos para ser o curador. Fizemos o Memorial, que foi inaugurado no dia 24 de agosto de 2004, e acumulei, de 24 de agosto de 2004 a abril de 2005, a coordenação da Rede de Teatros e a direção do Memorial Getúlio Vargas. No dia 20 de abril de 2005, o secretário me chamou no Gabinete e me convidou para ser diretora do Arquivo da Cidade.

Mas, antes disso, você publicou outro livro, uma história da Gávea Pequena¹⁸² não é?

É. No final do doutorado, em 2002. Minha mãe é muito amiga da irmã do Marcos Vale que, na época, era vice-prefeito, e a Fátima gostava muito de mim. Tinha acabado o doutorado, e ela entregou o meu currículo ao Marcos, que me perguntou com o quê eu queria trabalhar. Eu andava às voltas com questões de História Política e disse que tinha muita vontade de trabalhar no IPP. O Paulo César Bastos, que foi subsecretário de Turismo na terceira Gestão Cesar Maia e que na época – durante a segunda Gestão – ainda estava no IPP, me telefonou e me convidou para fazer uma pesquisa com ele. Trabalhamos por quatro meses, fiz todo o levantamento de pesquisa, muito do desenho do livro, uma régua do tempo que tem embaixo, foram ideias minhas, mas a última versão, já não acompanhei mais.

Bom, logo que você assumiu o Arquivo, você já se deparou com um grande problema, que era a questão do ar-condicionado.

E do elevador.

Já eram coisas que vinham das gestões anteriores e que causaram muitos problemas que os ex-diretores tentaram resolver.

Conheci o Arquivo muito antes de me tornar sua diretora. Pesquisei aqui no mestrado, para localizar a documentação das polacas. O registro do cemitério das polacas,¹⁸³ em Inhaúma, está aqui. Algo que sempre me agoniou muito no Arquivo, e aborrecia os pesquisadores de maneira geral, era o horário de abertura, que era muito tarde para a pesquisa.

O Arquivo Nacional abre às 8 horas, o Arquivo da Cidade abria às 10h. Uma das primeiras coisas que quis rever foi este horário de abertura. Nós, hoje em dia, abrimos às 9h, mas o meu sonho é que um dia abra às 8h, e que possamos até fazer como a Biblioteca Nacional, que abre aos sábados. As pessoas que pesquisam, trabalham, não conseguem vir neste horário, de segunda a sexta, das 9h às 17h30. Eu me lembro que fiz uma reunião com vocês para conhecê-las.

Você eu já conhecia, porque fizemos parcerias durante este tempo em que eu estava no livro da Gávea Pequena. Chegamos até a pensar em uma exposição sobre o acervo Imprensa Alternativa.¹⁸⁴ Aquele era um ano complicado, porque cheguei aqui em abril, todo o orçamento já estava comprometido. Já tinham aberto todos os processos. Na época, estava em prosseguimento o tratamento da Imprensa Alternativa. Eu me lembro que falei com a diretora de Documentação Escrita e Especial, Domícia (Gomes), que eu não concordava que se dobrasse a carga horária dos estagiários para fazer o trabalho, porque isto não daria certo. Depois, comprovamos que não deu certo, tivemos que refazer muito deste trabalho.

Existia uma sala no primeiro andar, nº 114, com uma documentação de todos os decretos assinados pelos prefeitos, desde o Marcos Tamoyo. Parte deste acervo foi organizado pelo Gabinete do prefeito, mas precisávamos finalizar. Nós organizamos um projeto de cinco meses e, surpreendentemente, tivemos um projeto que começou e terminou. Porque

nestas horas, sempre fui muito crítica. Não se pode deixar pedaços de organização do acervo para depois. Assim, minhas atividades se dividiam em duas frentes. Tinham estas questões da documentação em si e as questões de infraestrutura. Sou uma pessoa que não me deixo derrotar pelas dificuldades. A dificuldade do ar-condicionado foi grande, mas nós vencemos. Os elevadores, queríamos trocar por mais modernos, mas não foi possível, então, uma firma de manutenção veio e os elevadores estão funcionando.

O sistema de ar-condicionado foi todo mudado, todo novo, começou na gestão anterior e foi concluído na sua.

Foi. Acho que a condução desse processo, que veio de antes de mim, poderia ter sido melhor realizada. Mas, enfim, foi o que se pôde fazer. Para que se solucionasse e ficasse o mais próximo do ideal, acompanhei cada etapa, busquei um bom edital para a manutenção e não larguei nenhum detalhe nas mãos de alguém. É assim que, para mim, funciona.

Eu me preocupei que tivéssemos uma apresentação no *hall* de entrada melhor do que a que conheci, e nós temos uma exposição temática sobre os cem anos da Avenida Central que cumpre o seu papel – como cartão de visita para a entrada do Arquivo. Para mim, a verba do Arquivo não é para fazer exposição. Reformamos minimamente o auditório e as duas salas lá de baixo.

Na garagem também existia a Patrulha Ambiental, que fiz retirar, porque uma vez escutei um barulho e quando fui ver, era uma cobra apreendida! Também acredito que uma instituição pública que é para a guarda da memória, não pode ser repartida com outras. Solicitei ao Gabinete, os secretários (de Meio Ambiente e de Cultura) me atenderam e explicaram para a Patrulha Ambiental que eles não poderiam ficar aqui.

A primeira grande atividade que fizemos em 2005 foi, mais ou menos, em agosto. Percebi que o Arquivo estava defasado nas questões teóricas sobre imagem. Organizamos um seminário sobre Direito do Uso de Imagem, você me ajudou muito a recrutar o pessoal do governo do Estado que trabalhava com essas questões. Convidamos juristas, enfim, para que pudéssemos nos entrosar melhor e saber como lidar com estas questões.

Você acha que o prédio, da forma como foi construído, atende às funções, às finalidades?

Quando cheguei aqui no Arquivo – muito deste livro surgiu por isso –, perguntei às pessoas, porque queria saber, como historiadora, como é que se veio parar aqui, qual era a nossa história. Existia pouquíssima coisa. Havia os *Boletins*, que a Lia Malcher produziu logo depois que o Arquivo foi instalado neste prédio. Um pouco angustiada com tudo isso, pensamos em produzir este documento.

Além disso, o meu tio, como secretário de Planejamento, veio à inauguração (do Arquivo) e me cobrava que o Marcos Tamoyo tinha entregue (à instituição) uma caixa de fitas naquele dia. E nós tivemos a grata surpresa de saber que as fitas continuavam no mesmo lugar. Produzimos, a partir dali, um tratamento deste acervo sonoro do Arquivo.

Fizemos a digitalização em CD, tal qual ela estava, e também uma cópia, após a retirada dos ruídos.

A Gerência de Pesquisa – você com os seus estagiários –, ouviu cada uma e fez pequenos resumos, que colocamos no site do Arquivo, dando acesso à informação. Ao duplicar o acervo, produzimos uma cópia mais segura. Essa foi a sensação que o meu tio me passou, de que ele tinha sido testemunha da entrega de uma documentação que até então continuava sem tratamento.

O Arquivo não tinha um Guia de Fundos, que é um instrumento fundamental para se conhecer o acervo e ter um controle absoluto sobre ele. E aos críticos que creem na inviabilidade de se ter um historiador dirigindo uma instituição arquivística, sempre respondo que sou uma historiadora que constatou a ausência, no Arquivo, do seu Guia de Fundos, e não apenas isso. Viabilizei os caminhos burocráticos, para que iniciássemos a empreitada de mapear este acervo. Tenho sempre que jogar em duas frentes, na frente em relação ao tratamento do acervo e na frente em relação ao prédio em si.

O prédio, desde 1992, possuía cupim de terreno. Tive que fazer o que se faz em qualquer serviço público para que algo mude: produzir um parecer técnico que justificasse a entrada de uma firma, colocar o processo embaixo do braço e percorrer os caminhos do segundo e do terceiro andar do prédio da Prefeitura. Hoje em dia, o Arquivo Geral da Cidade não tem mais cupim de terreno, que é algo perigosíssimo para um prédio, porque este cupim ataca o concreto. Enfim, era algo que ameaçava muito. Mas, fisicamente, o prédio precisa crescer.

Necessitamos de mais espaços para depósitos. Neste sentido, temos conversado com a Riourbe e com a SMU e finalizaremos, em setembro de 2008, um projeto/proposta. Acho que atualmente temos uma entrada bonita, um jardim, temos um cuidado. Um prédio como este é como a casa da gente, ele deveria ser cuidado ano a ano. Não acredito que possamos nos relacionar com o serviço público como se o Estado, o governo fosse o “salvador da pátria”. Para quem acredita nesta relação, se o governo não proporciona, então, só nos resta um discurso de lamúrias. Por não confiar que esta é a única saída, procurei outras formas de solucionar as questões.

Não é a toa que o Arquivo da Cidade ganhou sete leis de incentivo em dois anos. Isto não é pouco para uma instituição que teve inúmeras aposentadorias nos últimos anos e que tem poucos profissionais fixos. Atuamos de forma enérgica, mostrando que há outras maneiras de se buscar recursos. Se instituições, muito mais ricas que nós, entram nas leis de incentivo, nós não podemos nos fazer de rogados. Ganhamos da lei do ISS da Prefeitura o prêmio do Arquivo, que consiste na publicação do livro premiado; recebemos apoio da mesma lei para a publicação da revista da instituição e também o Portal do Malta; da Petrobras, nós ganhamos o sistema de segurança; do governo espanhol, pelo projeto ADAI, a microfilmagem de todo o acervo de escravidão; do BNDES, o tratamento e a higienização dos 1.536 livros da Décima Urbana, que estavam em estado precário e que nós conseguimos tratar.

E da Secretaria de Direitos Difusos do Ministério da Justiça...

Nós ganhamos o Laboratório de Microfilmagem,¹⁸⁵ que é um desejo do Arquivo desde março de 1979. A instalação do Laboratório permitirá a construção de uma política de preservação de acervo, duplicando-o em microfilmes de segurança e de acesso, e poupando o suporte original. Este ano (2009), nós entramos de novo em várias leis de incentivo.

Houve alguma mudança de estrutura na Secretaria que tenha atingido o Arquivo?

Muitas das aposentadorias que o Arquivo sofreu, neste último ano, foram fruto da frustração em relação a esta nova estrutura que a Secretaria teria e não teve. A nova estrutura é, em cargos, igual à anterior. Ou seja, como nada foi alterado, as pessoas fizeram as contas e optaram por se aposentar. Apenas o cargo de diretor subiu um nível de DAS, porque ficaram vinculados ao Arquivo Geral, o Museu da Cidade¹⁸⁶ e o Memorial Getúlio Vargas. Por isso, achou-se que deveríamos estar no mesmo padrão que os outros diretores de Divisão, como o DGDI, enfim.

O que teremos, acho que veio após uma luta grande, foi o concurso para arquivista. Gostaria muito de fazer um agradecimento ao Daniel Beltran¹⁸⁷ da Associação de Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, que nos apoiou este tempo todo e conseguiu sensibilizar a Secretaria para que incluísse os arquivistas em um concurso originalmente só para bibliotecários. Serão quatro arquivistas chamados, mas o mais importante é que se constituirá um banco de reservas de arquivistas e bibliotecários. Isso será o primeiro oxigênio em anos. O concurso é em julho, a homologação em agosto, mas a posse só poderá ser efetuada depois das eleições.

Você acredita que deve haver uma relação estreita entre as instituições arquivísticas e as universidades?

Acho que é fundamental. É a única forma de sobrevivência de instituições de memória (arquivos, museus, centros de pesquisa etc.). Um exemplo claro disso é o relacionamento que o Departamento de História da USP tem com o Arquivo Público do Estado de São Paulo, através da documentação do acervo do DOPS. As professoras Maria Luiza Tucci Carneiro e Maria Aparecida Aquino, há mais de dez anos, entraram com um projeto na FAPESP e organizaram todo aquele acervo. Mais do que isso, colocaram os estudantes para trabalhar, a documentação produziu teses de mestrado e de doutorado a partir desta parceria. A forma com que se encara o acesso à informação naquele acervo do DOPS é raríssima neste país. Esse amplo acesso e os frutos acadêmicos sobre esse material, para mim, sempre foi uma relação muito clara.

A minha turma da Unicamp é uma das primeiras que utilizou aquele acervo. As instituições no Rio de Janeiro, que não estiverem próximas das universidades, passarão a ser uma instância burocrática do aparelho de Estado, que é a morte absoluta da sua função maior, que é não só a guarda, mas refletir sobre a guarda. Para mim, as universidades e os arquivos têm que trabalhar em sintonia absoluta. Foi por isso que, a partir de setembro

de 2005, nós instituímos as “Quartas no Arquivo”, que é uma forma de, uma vez por mês, professores e pesquisadores virem ao Arquivo Geral trazer a sua contribuição, com o seu livro, a sua tese, para que os técnicos do Arquivo possam se oxigenar e saber o que há de mais instigante na historiografia. Também para que os alunos e os pesquisadores que vêm aqui assistir a estas palestras possam encontrar um Arquivo diferente, que está divulgando a sua documentação e o tratamento que se está fazendo nesta direção.

O Guia de Fundos, controlando o acervo, as “Quartas no Arquivo” tentando fazer esta ponte, a *Revista do Arquivo*,¹⁸⁸ que é uma volta àquela revista dos anos de 1950, mas não com a transcrição dos documentos, mas como uma maneira de você refletir sobre esta documentação. O Prêmio de Monografia do Arquivo¹⁸⁹ é mais uma aposta nesta direção. Os pesquisadores, que aqui cotejam documentos, sabem que o melhor trabalho, a partir de documentos do acervo do AGCRJ, é escolhido por uma comissão, tem sua publicação garantida em uma editora comercial.

Gostaria de fazer uma referência ao Ari (Roitman),¹⁹⁰ da Editora Garamond que, antes mesmo de saber se nós teríamos recursos, topou publicar o primeiro número às suas próprias custas. Isso porque quando publiquei um livro de coletâneas, em 2001, ele, sem me conhecer, mandou-me um e-mail dizendo: “Da próxima vez que você tiver um título como este para publicar, me convide para ser seu editor.” E foi isso que fiz. Quando vim para cá, perguntei-lhe se queria publicar o livro para o Arquivo. Nós fizemos um convênio e ele fez esta primeira parceria conosco. Creio que todas estas propostas conjugadas podem proporcionar ao Arquivo outro patamar de inserção dentro do mundo acadêmico, que é fundamental. Paralelo a isto, também, todas as diretoras, funcionárias, enfim, as técnicas que trabalham com o acervo têm, por ano, o direito de escolher um curso pago com os fundos do Arquivo, do Programa de Trabalho do Arquivo, para que cada uma delas possa fazer, pelo menos, um curso no Rio de Janeiro que tenha a ver com as suas demandas.

Bia, qualquer instituição arquivística, para que ela possa realmente cumprir o seu papel, tem que ter uma política de recolhimento. O que você pode nos dizer a respeito de recolhimento da documentação da Prefeitura ou de arquivos privados?

Queria fazer uma referência à Júnia Guimarães, porque infelizmente esta máquina de moer carne, que às vezes é esse trabalho na burocracia, termina com funcionários, com pessoas que são extremamente interessantes, tornando-se profundamente magoadas. Vejo isso na minha própria casa, porque a minha mãe é funcionária da Prefeitura há 30 anos.

E a Júnia é um exemplo disso, mas acho que, em um determinado momento, no Arquivo, quando ela percebeu o meu grau de comprometimento com a função, ela aos poucos se abriu para alguns desejos antigos do Arquivo que, não sei por qual motivo, não conseguiram ir para frente. E um deles era que em março de 1979 ia acontecer, e nunca aconteceu, o primeiro Censo dos Arquivos da Prefeitura. Nós precisamos saber quanto de documentação há para ser trazida. Precisamos também qualificá-la, conhecer seus tipos e onde está a documentação de cada uma das secretarias e fundações. Só as-

sim poderemos estabelecer uma política de recolhimento e saber o quanto, fisicamente, precisamos crescer.

Em outubro de 2007, nós iniciamos o primeiro censo, estamos caminhando para que pelo menos se consiga fazer este desenho do que realmente nós temos. Queria agradecer o início desta tarefa a Margarete Rodrigues, que me ajudou muito para que isso pudesse acontecer. Infelizmente, por questões dela, não se encontra mais conosco, mas foi alguém bastante entusiasmada com o censo. Nós utilizamos o modelo de um programa que o Arquivo Nacional disponibiliza no seu site, adaptamos pelo IPLAN para a nossa realidade e temos tentado sensibilizar cada instância das secretarias sobre a importância de preencher estes módulos. Enfim, nos possibilitar este registro.

Nesse sentido, essa política de recolhimento é fundamental. E, para completá-la, elaboramos um decreto em 2008, determinando que tudo o que o primeiro escalão recebe e produz, enquanto tal, pertence à Prefeitura, seguindo um modelo feito pelo Governo Federal. Assim, o Arquivo, como Gestor da Memória, tem o dever de gerir e organizar esta documentação.

Mas, paralelamente a este censo documental, você recolheu alguns acervos que há muitos anos o Arquivo vinha tentando recolher como, por exemplo, os processos de Irajá.

Irajá é uma das minhas “meninas dos olhos”. A Imprensa Alternativa e Irajá são acervos pelos quais tenho muito carinho e preocupação. Sabia da existência das plantas no terceiro andar, porque procurei muito os prédios das “minhas polacas” por aqui e igualmente conhecia a documentação de Irajá. Queria agradecer enormemente ao secretário Augusto Ivan,¹⁹¹ que, aos poucos, tentou sensibilizar as pessoas na SMU sobre a importância de fazermos este recolhimento.

O Arquivo, com a sua pouca estrutura, colocou um projeto no Programa BNDES/2008, o tratamento do acervo Licença para obras, em depósito no galpão da SMU, em Irajá, com o compromisso do secretário Augusto Ivan de que, ao fim deste tratamento, os originais de Irajá virão em definitivo para o Arquivo Geral da Cidade. Nós geraremos um microfilme de acesso para a Secretaria de Urbanismo poder trabalhar. Esta parceria demonstra uma vitória, já que é muito difícil vencer as resistências dentro da Prefeitura. Não recebemos o recurso do BNDES, mas o escopo do trabalho elaborado para o projeto está pronto e a qualquer momento pode ser atualizado e executado.

A Fundação Parques e Jardins, por exemplo, conseguiu uma verba junto à Petrobras para tratar as suas dez mil plantas. Nós estamos tentando ajudá-los desde que eu soube deste projeto, mas eles não nos permitiram este assessoramento. Agora, no final do projeto, nós estamos tendo que acertar arestas, porque as pessoas acreditam que podem prescindir dos especialistas e não podem. Tentei, durante este tempo todo, que entendessem que é muito importante valorizar a “prata da casa”. Não precisamos convidar outras instituições, os técnicos do Arquivo Geral da Cidade são capazes de dar um parecer. Da mesma

maneira que abri a sala de consulta do Arquivo às 9h, tento a todo custo fazer com que várias instâncias da Prefeitura nos ouçam e percebam que nós somos o lugar da expertise, capaz de dar respostas a essas questões.

Por uma normativa publicada em 2008, nenhum documento nesta Prefeitura pode ser tratado, digitalizado, microfilmado, arrumado, ou o que quer que seja, sem que o Arquivo Geral da Cidade seja formalmente consultado sobre a viabilidade. E, o que acho mais importante, é que havia uma reação muito grande no Arquivo, diziam: “Não podemos fazer, nós não temos estrutura.” Não podemos reagir desta maneira, temos de tentar, a todo custo, sermos simpáticos a tudo isso e demonstrar que é muito importante esta aproximação, trazer estes corpos documentais para cá, porque senão eles se perderão para sempre. Quem dera, um dia, o Arquivo possa ter um prédio tão grande quanto o prédio dos Correios; que o Hospital São Francisco possa ser restaurado e um pedaço dele fique para o Arquivo, porque se realmente um dia pudermos recolher tudo que se precisa recolher, certamente vamos precisar de um prédio quatro ou cinco vezes maior do que temos hoje.

Em termos de recolhimento, creio que um acervo que ressaltou a importância do Arquivo da Cidade, por ter sido doado à instituição, foi o acervo do Carlos Lacerda.

Queria comentar sobre o acervo do Lacerda e do CTAv.¹⁹² O arquivo do Lacerda nos chegou a partir de um contato do sr. secretário Ricardo Macieira¹⁹³, que me apresentou ao dr. Mauro Magalhães.¹⁹⁴ O Dr. Mauro guardava consigo o acervo do assessor de imprensa do governador Carlos Lacerda, o jornalista Walter Cunto.¹⁹⁵ Tentei demonstrar ao dr. Mauro, e consegui, que o melhor lugar para o arquivo do Lacerda era aqui.

Acho que nós tivemos uma excelente iniciativa, e mais, esse não foi um acervo que chegou e permaneceu sem tratamento. Pelo contrário, a partir dos estagiários do Guia de Fundos, este acervo foi todo tratado. As fitas de depoimento do Carlos Lacerda entraram no nosso projeto de tratamento do acervo sonoro do Arquivo, e estão todas sendo digitalizadas, preservadas, enfim. Nós recebemos este acervo, acho que em maio de 2006, e apenas a parte de seus filmes, e estamos buscando recursos nas leis para, somado ao nosso acervo fílmico, tê-lo tratado.

Um outro acervo importante é o depositado no CTAv, que a antiga Embrafilme guarda para nós. E, novamente, queria fazer uma referência à Júnia (Guimarães e Silva), porque este material que estava no CTAv é um acervo pertencente ao AGCRJ, que está lá desde 1983. A Júnia teve a preocupação de comentar comigo, porque ela, de uma certa maneira, era a memória disso e, ao se aposentar, se ela não tivesse passado esta informação, nós talvez perdêssemos este acervo para sempre.

Desde o final de 2007, nós estamos em negociações com o CTAv para termos um mapeamento do quantitativo e do estado do material. Quando for possível, devemos empreender esforços para trazer estes filmes para cá, porque com o processo de climatização do Arquivo existe uma sala capaz de abrigar este acervo. Creio que trazê-lo é a melhor solução, pois nenhum lugar é mais adequado. Mesmo que necessitemos de leis

de incentivo para recuperar os filmes, não importa. O importante é que ele fique sob a guarda do Arquivo da Cidade. Mas é preciso deixar registrado o esforço do gerente do CTA, Gustavo Dahl, e de sua equipe, para sanar todas as nossas dúvidas e, em um esforço coletivo, acolher esse material da melhor maneira lá.

De que forma você acha que o meio digital pode contribuir para as atividades arquivísticas?

O meio digital é barato, mas não é o mais seguro. Esta técnica não veio substituir a microfilmagem. Na construção do Portal Augusto Malta aprendemos muito como lidar com este acervo fotográfico. Primeiro, porque, quando cheguei aqui, diziam que existia 12 mil imagens do Malta. E este dado me obriga a tocar em um fato que aconteceu no Arquivo, em junho de 2006, que é algo que espero que nenhum colega passe nunca na vida. Refiro-me ao furto de um acervo.

É uma das piores coisas que já vivi. A equipe técnica do Arquivo nunca foi composta por concurso. Não existiu também uma progressão por cargos e salários para desenvolver uma carreira, assim, não se constituiu um corpo de técnicos presentes o tempo todo. Não tivemos aqui a constituição de uma geração. No cargo de direção para as instituições de memória, creio ser fundamental que o perfil contemple pessoas comprometidas com as questões da História e da memória. Não há mais a possibilidade de que pessoas com tendências às humanidades estejam nas direções de instituições de memória deste país.

As demandas e as questões técnicas são grandes demais, complexas demais, para você ser apenas uma pessoa com tendências às humanidades. É por isso que considero importante que as instituições de memória estejam muito próximas das universidades. Precisamos deste diálogo, desta parceria, desta relação dialética para gerar confiança e credibilidade. Quando, em junho de 2006, o Arquivo foi furtado, nós tínhamos vivido uma situação muito parecida, eu e a Heloísa,¹⁹⁶ em março daquele ano. Uma semana depois do assalto ao Museu da Chácara do Céu, em uma segunda-feira, dia em que o museu está fechado para limpeza, Heloísa me ligou para me avisar que uma gangue entrou, com arma na mão, trancou o segurança no banheiro e ameaçou: “Quero uma vitrine do século XIX.” E levou a vitrine.

Nós fomos parar em uma delegacia e fomos tratadas como vítimas de um furto de celular. Quando isso aconteceu no Arquivo, eu, infelizmente tinha essa experiência na memória. Assim, na quarta-feira, antes do furto, fui à Biblioteca Nacional, em um seminário sobre salvaguarda de acervos raros. E fui, única e exclusivamente, para que lutássemos por uma legislação que dispusesse que as instituições públicas teriam a prerrogativa de compra nos leilões. Só depois o material poderia ser disponibilizado no mercado. Saímos de lá contentíssimos, estava o Jaime Antunes, a Carmem Moreno, o delegado Deuler, da Polícia Federal. Saí bastante entusiasmada, o Arquivo Nacional propôs revitalizar o fórum de salvaguardas de acervos, enfim, acreditei que estávamos construindo caminhos.

Era uma quarta-feira, véspera do feriado de Corpus Christi. Naqueles quatro dias de recesso, teve um jogo do Brasil, na Copa do Mundo, e na segunda-feira cheguei ao Arquivo

às 9h30. Por volta das 11 horas, fui chamada à Iconografia, abrimos as caixas e vimos que as fotografias não estavam lá. E aí, preciso ser dura, crítica. Muitas vezes, quando um diretor institui uma determinação, impõe decisões e regras a uma instituição, o corpo técnico reage tentando equilibrar salários, horários e disponibilidade para o serviço. Gera-se um cabo de forças. Como se a direção quisesse impor uma imagem ao local e esta se chocasse com a da desejada por esse outro grupo – que era expor a fragilidade do Arquivo pelo número diminuto de seus funcionários. Esta é uma equação difícil e eu tinha imposto uma determinação: as salas, nas quais tivéssemos depósito de acervo, não podiam ser abertas ou fechadas por estagiários.

Quando uma instituição recebe estagiários, também está se propondo a formar profissionais. Este é um conceito que não podemos perder. Quando do furto, na quarta-feira anterior ao feriado, a responsável pela Iconografia se permitiu sair mais cedo e entregou a chave do depósito a um estagiário, o que me criou uma situação bastante delicada. Essas pessoas trabalham nessas instituições durante muitos anos, tomam decisões como essa e a responsabilidade sobre a consequência de seus atos passa a ser minha. Não posso dizer que o furto aconteceu por isso, ou não, mas foi algo inadmissível sobre o qual tive que responder aos meus superiores, explicando como isso tinha sido permitido.

Fora isso, que é um dos episódios mais surreais que vivi, adentrei no mundo da Polícia Federal e dos leilões, nos quais nunca tinha estado na minha vida. Foi muito difícil sensibilizar a Polícia Federal dizendo que mesmo sendo um Arquivo Municipal, era o Arquivo Municipal de uma cidade-capital da Colônia, do Império e da República. Porque nesses momentos se estratificam as competências e para o DPF nosso caso não era de sua alçada. É preciso que se compreenda que para os *maus* colecionadores e praticantes de furtos, o patrimônio histórico não é municipal, estadual ou federal. O AGCRJ e o Arquivo Municipal de Salvador são arquivos municipais que têm um perfil diferenciado. São os arquivos das duas cidades-capital do Brasil. Fazê-los captar estas questões é uma luta grande, e foi um longo processo, que por vezes não sei se está finalizado, introjetado.

No DPF, a Delegacia que cuida dos furtos em acervos históricos, trata igualmente das demandas do Meio Ambiente e, às vezes, eles tratam das sardinhas, e às vezes também do patrimônio histórico. Sensibilizá-los passou também por me dispor a ser perita da Polícia Federal, como certa vez o delegado Alexandre Saraiva disse: “A senhora está sendo uma perita para nós.” Heloísa (Helena Queiroz) e eu entramos no depósito da Polícia Federal, ficamos chocadas com as condições em que os documentos apreendidos estavam sendo guardados, documentos que não tinham marca alguma para que pudessem ser devolvidos.

As instituições federais têm uma burocracia muito grande para se assumirem como fiéis depositárias. Nós recolhemos para o Arquivo Geral da Cidade, como fiéis depositários provisórios, uma parcela desta documentação. Com os recursos do Arquivo e o talento da Soninha,¹⁹⁷ tratamos todo este acervo. Fizemos um *making-off* deste trabalho de restauro dos desenhos do Debret,¹⁹⁸ por exemplo. O AGCRJ tem Debret originais de 1834, os que

foram furtados daqui eram os fac-símile de 1965. Para explicar aos agentes do DPF essas diferenças, montei um *power point* para eles, já que me diziam: “Não estou entendendo, tem Debret de 1965 e de 1934, tem o original e o que não é original”. Eles não tinham a menor ideia sobre o que falávamos, mas tinham boa vontade em querer aprender.

O delegado Saraiva também nos prometeu que, quando um ladrão já identificado fosse preso, eu seria a primeira pessoa a ser notificada. Era uma pessoa que assaltou várias instituições. Pesquisando no livro de registros do Arquivo, constatamos que ele tinha estado aqui um mês antes do furto, passando aqui quase uma semana, fazendo pesquisa no acervo. Estava em casa, quarta-feira à noite, quando o meu celular tocou e era a Polícia Federal avisando que o ladrão estava preso e que nós fôssemos lá reconhecê-lo. Ontem, fui com um procurador do município a uma vara federal para prestar um depoimento no julgamento dele e fui surpreendida, pois lá só havia duas pessoas para depor: eu e um agente da Polícia Federal. Esta história tomou uma tal dimensão na minha vida, que o meu segundo pós-doutoramento sênior na UFF, que começa ano que vem, é exatamente sobre isso: o mapeamento dos leiloeiros do Rio de Janeiro. Quero entender quem são, como chegaram até aqui.

A partir do furto, a Secretaria Municipal de Cultura nos financiou todo um sistema de segurança, para nós e para o Museu da Cidade, algo que, infelizmente, não aconteceu em várias outras instituições que foram furtadas. A própria Casa de Rui Barbosa, que o citado ladrão ia furtar quando foi preso pelo DPF, ainda não tem um sistema de segurança adequado.

Assim, voltando às questões das normas internas, é importante que as pessoas entendam que não se pode, em determinados momentos, contrariar uma determinação de uma diretora de uma instituição. Quando se estipula horários e responsabilidades, eles devem ser cumpridos. O mais difícil neste caso, e a Polícia Federal vêm me alertando há bastante tempo, provavelmente é algo doloroso para o Arquivo, até porque, pelas investigações da Polícia de São Paulo na questão do furto da Mário de Andrade,¹⁹⁹ há sempre uma pessoa de dentro que mapeia a instituição e entrega para que estes furtos aconteçam. E foi o que eu disse ontem no depoimento, a importância de prender o ladrão já identificado é que de uma vez por todas se desbarate o comércio clandestino de bens históricos da cidade do Rio de Janeiro, sabendo quem são as pessoas que compram as obras furtadas.

Fazendo um balanço da sua administração, o que você considera pontos positivos e pontos negativos?

Acho que impus um ritmo de trabalho aqui dentro que nos permitiu fazer tudo isso. Mas, por outro lado, impingir uma forma, uma marca pesada de trabalho, não agrada a muitos. Muitas das reações que tenho aqui dentro são os resultados de uma forma pesada de se trabalhar. O tempo para mim urge, e também acho que é muito difícil, quando você não pode escolher a sua própria equipe de trabalho. Você vem para a direção de uma instituição e é obrigado a trabalhar com aquele corpo técnico, aquele corpo administrativo, que às vezes não tem o seu perfil, ou nem tem o perfil para trabalhar naqueles cargos.

De muitas maneiras, sou radical, estico a corda ao máximo, sou intransigente com determinadas normas. Estipulo horários e dedicações que eu dou e cobro que as pessoas façam da mesma maneira. Também acho que, hoje em dia, com a despolitização do país e das universidades, as pessoas que vêm trabalhar nestas instituições de memória nem sempre tem um comprometimento que se tinha anteriormente. Nestes três anos aqui, as vezes em que viajei para o exterior, acho que onde gastei mais dinheiro foi em *cyber coffee*. Todos os dias eu ia ao computador para não deixar de saber sobre o Arquivo, mesmo que estivesse em férias. Acho que isso é muito difícil, fazer o seu corpo técnico ficar seduzido.

Uma outra questão, foi a decisão radical – e sustento até o final –, de retirar a Associação de Amigos do Arquivo Geral da Cidade daqui. Primeiro, não que ache que as associações de amigos são, por si só, alguma coisa ruim, muito pelo contrário. Acho que, por exemplo, a Associação de Amigos do Museu da Cidade tem uma forma atuante porque a presidente é neta do Pedro Ernesto²⁰⁰ e o ex-prefeito tem um grande acervo ali e criou o Museu.²⁰¹ O corpo de associados da associação são pessoas, são mecenas, beneméritos. O Bulhões de Carvalho²⁰² deixou duas salas para a associação não ficar desguarnecida.

A Associação do Museu Histórico Nacional, da mesma maneira, tem pessoas de extrema influência que conseguem captar dinheiro para o Museu. O Arquivo Nacional também. Não foi o que encontrei, quando cheguei aqui. Fui então informada de que existia uma associação de amigos, na SMC já tinham me dito, e que esta associação tinha uma conta bancária e que quatro pessoas podiam assinar o cheque, o presidente da associação, o diretor do Arquivo da Cidade e duas pessoas da associação, que também eram funcionários do Arquivo. Já acho confuso isto. Mas que quaisquer duas assinaturas liberariam os cheques! Pensei, vou me tornar uma rainha Elizabeth aqui, porque sou uma, eles são três. Jamais vou saber o que está acontecendo.

O segundo ponto, é que me dei ao trabalho de ler as atas da associação em todo o tempo que ela atuou, não me lembro dela ter gerido um décimo das leis de incentivo que nós gerimos nos últimos dois anos. Os recursos que eram depositados na conta bancária da associação eram provenientes de fotos do acervo – que eram duplicadas e vendidas –, dos livros, que na SMC eram dados e aqui eram vendidos, os mesmos que colocamos no site do Arquivo em *download* grátis. Utilizava-se a xerox de documentos, sou contra xerocar documentos, agora fazemos este *clique* digital, que preserva muito mais a documentação. E quando tomei esta decisão de retirar a associação é porque não via qual era a sua função. Achava, e ainda acho, que o comprometimento que o pesquisador pode ter com aquela instituição é quando ele faz uma doação em produtos que a instituição esteja precisando para aquele acervo. Ele vê diretamente onde o seu dinheiro está sendo empregado. Por exemplo, essa câmera, com a qual estamos sendo filmados e registra esta entrevista, ela é fruto de uma doação ao Arquivo Geral da Cidade, por cópias de imagens que saíram daqui.

Isso possibilita que hoje o Arquivo possa fazer este tipo de gravação. Era uma máquina que na época custava R\$ 1.500,00 e nós não tínhamos este dinheiro para a compra. Sou

intransigente nessas coisas. Vesti a camisa do Arquivo nestes três anos e, muitas vezes, tive que impor a *expertise* do AGCRJ, o que não foi fácil. Acho que o pior foi o meu desgaste pessoal, de tentar impor um ritmo duro e incansável de trabalho, que é muito difícil. Tudo que foi recebido pelo Arquivo como doação em contrapartida está inventariado e pertence hoje à Prefeitura do Rio, à Secretaria Municipal das Culturas e ao Arquivo Geral da Cidade, enquanto que tudo o que foi comprado pela Associação de Amigos não foi inventariado. Hoje, é um acervo paralelo ao do Arquivo, e muitos destes equipamentos estão quebrados e não se pode mandar consertá-los, porque não pertencem à Prefeitura.

Acho que se há alguma coisa que eu pondero se teria tido outra solução a ser feita, é essa que foi feita em relação à associação, mas realmente não tinha outra possibilidade de encaminhar, já que os recursos da associação eram aferidos desta maneira, o que para mim era absolutamente impossível. As leis de incentivo existem no país pelo menos desde 2001. Creio que, nesta época, já existia o projeto da Petrobras. Cheguei aqui em 2005 e não me lembro de a Associação de Amigos ter entrado em editais do BNDES, da Petrobras, da Eletrobras, da Caixa (Econômica), ou qualquer uma destas instituições pela via da associação. Entendo que as associações têm este papel. Da mesma maneira que creio que houve uma época em que o presidente da associação era o professor Carlos Lessa e tenho a certeza de que ele teria apoiado qualquer iniciativa do Arquivo dentro do programa do BNDES, porque foi dentro da gestão dele na Presidência do banco que este programa alavancou. Realmente, não compreendo como não se utilizou essas leis de incentivo durante todo este período.

Os diretores sempre consideraram um entrave para o Arquivo a posição hierárquica dele na estrutura da Prefeitura. Você concorda com isso?

Penso que mais do que a posição hierárquica do Arquivo, é como o Arquivo é visto dentro da Prefeitura. Esta imagem vincula-se à maneira como o Arquivo se colocou estes anos todos. Por isso, quando peço aos técnicos que se identifiquem como funcionários do Arquivo Geral da Cidade, quero demonstrar a função deste reposicionamento. Para isso, é necessário certamente que dentro do Arquivo se perceba o seu papel dentro desta estrutura.

Esqueci de falar disso na hora em que falei do furto, mas queria fazer uma homenagem muito sincera à decana do Departamento de História da UFF, a professora Ismênia de Lima Martins²⁰³ que, com recursos próprios, alugou aparelhagem de som, faixas, e foi para frente do IFCS defender o Arquivo, na época dos furtos. Acho que do Arquivo, na manifestação, tinha eu, você, a Heloísa e a Ana Lúcia. Ninguém mais do Arquivo estava lá com a professora e aqueles que tinham sido meus professores na graduação, que estavam ali dando o aval de que o trabalho feito no Arquivo era sério, que estavam acontecendo os furtos, era uma coisa séria que não poderia prosseguir de maneira nenhuma. Acho que isso é algo que a gente tem que ponderar.

Interessante que o professor Jardim, por ocasião de sua entrevista, tenha falado exatamente isso, que não era apenas o olhar que a Prefeitura tinha sobre o Arquivo, mas o olhar que o próprio Arquivo tinha sobre si mesmo.

Recebi um e-mail, há uns dois meses atrás, de um pesquisador, professor de quem gosto muito, foi meu professor de teoria no doutorado, o professor Sidney Chalhoub, da Unicamp, que talvez tenha um dos trabalhos mais interessantes e revolucionários da historiografia a partir dos anos 1980, que é o livro *Trabalho, lar e botequim*.²⁰⁴ O Sidney me mandou um e-mail dizendo que ficava muito contente – isso quando ganhamos a Décima Urbana do BNDES – porque eu não era uma diretora que chorava pelo Arquivo. Acho que o que não pode acontecer nessas instituições é que as pessoas que vêm para os cargos, primeiro não saibam onde estão.

Quando fui colocada como coordenadora da Rede de Teatros, e passei um ano comprando ar-condicionado para os teatros, parei e fui entender o que era um teatro. E, dois anos após ter saído, os diretores ainda me ligavam para que eu entrevistasse, tentasse explicar para um ou para outro o que significa uma gelatina, ou outro equipamento teatral. Enfim, fui tentar entender, fiz um mergulho profundo e rápido onde eu estava. Não se pode aceitar, por vaidade, um cargo, seja ele qual for, sem entender onde se caiu, sem ter um projeto para este lugar, porque as instituições sofrem muito com isso. O dinheiro neste País também é uma coisa bastante complicada, em alguns momentos você tem mais, em outros tem menos. Pode ser que naquele momento em que você estava lá, existisse um fluxo de capital e você não sabia o que pedir. Então, a sua instituição não teve o que você, depois, pôde perceber que seria fundamental.

Acho que pensar um projeto de cargos e salários, estrutura, isso é muito importante. Tentamos, conseguimos um concurso para arquivistas. Muito ainda tem que ser feito, mas algo era fundamental, e não podia esperar nesta instituição: o tratamento do acervo. Na hora de optar, optei pelos documentos, porque eles não têm quem grite por eles e não vão gritar sozinhos. Na hora de optar, optei por buscar recursos que investissem diretamente no tratamento do acervo. O Arquivo tem como função primeira possibilitar o acesso à informação. Era muito importante que, de uma vez por todas, abrissemos a caixa-preta do Arquivo Geral da Cidade e soubéssemos, em definitivo, o que aqui estava.

Por isso que era tão importante fazer um Guia de Fundos. Quando houve o furto, vários professores meus, no Brasil e fora dele, escreveram ao senhor prefeito apoiando o trabalho que vínhamos desenvolvendo. O prefeito nos convidou junto com o secretário para um almoço, para conversarmos. E ele perguntou: “Professora, a senhora acha que tudo sumiu naquele final de semana?” Eu disse: “Sim.” Aí, ele disse: “A senhora vai se acalmar e vai ver que não foi isso. Que isso aconteceu com o passar dos anos.” Hoje em dia, tenho a absoluta certeza de que o prefeito estava correto. E se alguma coisa precipitou este furto foi o Guia de Fundos.

Foi quando se percebeu que íamos controlar o acervo do Arquivo Geral, que estes furtos, que já deviam estar acontecendo, deram a sua tacada maior. Mas, não tinha outra opção a não ser, de uma vez por todas, mapear o acervo desta instituição.

Falando em acervo, o Arquivo foi contemplado no “Memória do Mundo”, queria que você explicasse como foi este processo.

O “Memória do Mundo” é um programa da Unesco e o Arquivo Nacional foi designado para organizar a seção Brasil. Quando se percebeu que, dentro da composição de avaliadores das candidaturas, deveria se ter um representante dos arquivos municipais, a professora Ismênia sugeriu que fosse o diretor do arquivo municipal com maior titulação. Fui nomeada por dois anos e comigo estiveram o diretor do Arquivo Público Mineiro, Renato Venâncio, o diretor da Cinemateca Brasileira, um representante da Marinha, a professora Ismênia, como representante da ANPUH, a professora Ester Bertoletti, pelo MINC, a Lígia Guimarães, pelo IPHAN, enfim, um grupo para fazer esta avaliação. Júnia (Guimarães) e eu conversamos sobre o que sugerir e decidimos pelo Senado da Câmara.²⁰⁵ Porque o Malta todos sabem que nós temos, vários outros acervos são conhecidos. Para preparar o material da nossa candidatura não tínhamos um tostão. Queria agradecer muito à professora Regina de Assis, presidente da MultiRio, que fez um programa (Rio, a cidade) que, pela primeira vez não foi ao ar ao vivo, ficou guardado até a candidatura se efetivar.

No programa tivemos a participação do professor Paulo Knauss e da professora Isabel Lustosa falando do Senado da Câmara e toda a programação visual foi concebida pela Tecnopop,²⁰⁶ por uma quantidade de dinheiro irrisória, que pagava a tinta da impressão. Estabelecemos como corte temporal o período entre o Dia do Fico e a Aclamação de D. Pedro. Foi uma documentação difícil para os pareceristas entenderem, porque acham que Senado da Câmara existe em várias câmaras municipais, mas volto a afirmar que o Senado da Câmara do Rio de Janeiro e de Salvador são muito especiais. Nós, e mais outras nove instituições, recebemos a chancela de memória do mundo Brasil/2007.

Em um congresso em que estive agora, em Ouro Preto, sobre preservação de imagens em movimento, conheci a diretora do Arquivo Municipal de Salvador. Conversamos sobre a possibilidade de estabelecermos uma parceria, na qual o Arquivo Geral vai microfilmar todo o seu acervo do Senado da Câmara, e Salvador faria a mesma coisa. O que nós não tivermos, buscaremos na Torre do Tombo, para suprir as nossas ausências. Trocaremos estes microfilmes de acesso e segurança para que os pesquisadores tenham a coleção completa do Senado da Câmara das duas cidades-capital.

Finalizando, passo a palavra a você.

Espero que muitos dos projetos que iniciamos, principalmente o prêmio e a revista, tenham uma continuidade longa. Desejo que a ideia de se engajar nas leis de incentivo, e de se ter gavetas e gavetas de projetos, seja introjetada nas diretoras de Gerência do Arquivo. Espero que se compreenda que trabalhar em instituições como esta é um exercício de militância da profissão de historiador, arquivista, museólogo.

Nosso único comprometimento é com o documento. É com ele que temos de nos preocupar, em última instância. O Arquivo é uma instituição, é uma estrutura que precisa dizer – com uma produção acadêmica sólida – a que veio, e para isso precisa de técnicos

que estejam comprometidos com o acesso à informação e que lutem pelo acervo, que sejam técnicos e não sejam funcionários públicos, ou seja, no sentido de uma imagem negativa que se tem do funcionalismo e que, felizmente, na maioria das vezes, não condiz com a realidade.

Se, de alguma maneira, pude contribuir com alguma parcela para que isso acontecesse, desejo muito que isto não morra em uma próxima gestão. Da mesma maneira que espero que as instituições – historiadores, arquivistas, museólogos – se unam cada vez mais, não permitindo que pessoas sem o perfil de gestão possam estar à frente destas instituições. Queria agradecer muito ao Arquivo, porque acho que me descobri uma gestora, uma gestora rigorosa muitas vezes, mas que tentou, de alguma maneira, não cair naquela ladainha Jeca Tatu. Não podemos nos fixar na ideia de que se o Pai-Estado não concede, não provém, as instituições não fazem. Isso pode trazer muitos bons frutos se usado de forma racional, apropriada, dentro da instituição.

Espero ter dado uma boa contribuição, e anseio que voltando um dia ao Arquivo como pesquisadora, possa perceber que este acervo teve o tratamento que deveria ter. Há muita coisa ainda para se fazer. E, principalmente, que o Arquivo não se feche a receber novos acervos. É sua obrigação estar aberto e não criar dificuldades para os pesquisadores, porque muitas vezes eu não vinha para cá porque na sala de consulta as pessoas nos recebiam mal. Precisamos acolher o pesquisador e também toda a documentação que a Prefeitura possa doar. Esta é a missão que o Arquivo Geral da Cidade tem. Queria te agradecer por me ajudar a viabilizar as ideias que inventei nestes últimos três anos, por você estar ali para que pudéssemos de alguma maneira contribuir.

Qual o projeto que o Arquivo não desenvolveu e que você gostaria que o Arquivo apresentasse?

Este é o projeto que falei com você e que este ano não pudemos fazer e que acho fundamental. Começamos um pouco, em parceria com a Dilma Cabral do Arquivo Nacional. A ideia é um mapeamento da organização administrativa da Prefeitura, a partir de 1891 até os dias atuais, pelo menos até o quarto escalão da Prefeitura. Para que assim possamos perceber, em todas as instâncias da Prefeitura, as alterações nos departamentos ao longo do tempo.²⁰⁷

Após, devemos constituir verbetes dos diretores, dos secretários até o quarto escalão, porque tenho a leve hipótese de que há uma geração, um grupo que estará tanto na esfera estadual como na municipal ou na federal. Este é um trabalho que seria muito importante, acho que talvez fosse um trabalho que pudesse projetar o Arquivo, para que as pessoas pudessem entender exatamente, até internamente, qual a função dele.

É interessante, nessas entrevistas que nós temos feito, perceber que essas pessoas, além de terem um vínculo municipal, estadual ou federal, têm, também, uma passagem por outras instituições culturais, pela Academia Brasileira de Letras e muitos

outros órgãos afins. Tenho tido também esta preocupação, porque quando as pessoas citam outras, procuro fazer notas de rodapé, uma minibiografia, para já as ir situando. Acredito que é da maior importância, e que estas entrevistas constituem um início, que já estamos começando a mapear alguma coisa neste sentido.

A última coisa que queria deixar registrada, é que, desta parceria com o Arquivo de Salvador, fiz um comentário com a professora Fátima Gouveia,²⁰⁸ da UFF, e com o professor Fragoso,²⁰⁹ da UFRJ. E eles estão apresentando um Pronex²¹⁰ à Faperj, vinculando universidade e arquivos, estabelecendo uma parceria de troca de acervos, para que possamos implementar um mapeamento dos acervos de governança. Esta foi a última conversa que eu e Fátima tivemos sobre a documentação de governança do Brasil, Portugal, África e Macau, que tem todo o seu acervo microfilmado, para que trocássemos estes microfilmes da governança do Império Português. Este também é um projeto que o Arquivo precisa levar a frente.

Bia, muito obrigada pela sua entrevista, creio que ela fecha um ciclo importante do Arquivo da Cidade, com a sua trajetória traçada desde a mudança para este prédio, em 1979, até 2008. E abrem-se múltiplas perspectivas para um arquivo que é o guardião da memória da Cidade do Rio de Janeiro.

Notas

- ¹ PROENÇA, Domício – Ver entrevista.
- ² O prefeito era o Marcos Tamoyo.
- ³ Referência aos pratos comemorativos de efemérides e que se encontram em um aparador na sala de reuniões na atual sede do Arquivo da Cidade
- ⁴ Lamentavelmente uma parte dos desenhos de Lucílio de Albuquerque foi furtada em junho de 2006 juntamente com outros documentos do acervo.
- ⁵ Em 05/08/1893, o Conselho de Intendência e o prefeito instituíram várias repartições públicas, através do Decreto nº 44, para auxiliar o desempenho das funções executivas do governo municipal. Entre essas repartições figurou o Arquivo do Distrito Federal, com *status* de Diretoria Geral, categoria equivalente a de uma secretaria municipal atual. Em 1894, pelo Decreto nº 102, o Arquivo passou a ser subordinado à Diretoria do Interior e Estatística, perdendo a sua vinculação direta ao Gabinete do prefeito. A partir daí, a instituição sofre diversas modificações de denominação, de direção, de localização física e de inserção na hierarquia da administração municipal, sempre ligada ao Poder Executivo municipal, mas sem readquirir a posição de prestígio que ocupara nos primórdios da República. (Fonte: Fernandes, Maria Célia, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: a Travessia da Arca Grande*, Prefeitura do Rio/SMC/AGCRJ/ RJ/ 2011)
- ⁶ Pelo Parecer nº 212/1972, do Conselho de Educação Superior, é aprovado pelo Conselho Federal de Ensino/ MEC o projeto de criação da Escola Superior de Arquivologia. Em 02 de março de 1977, a Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) absorve o Curso Permanente de Arquivo estabelecido a partir de 1960 (equivalente ao 2º Grau.). Em março de 1979, foi realizada a aula inaugural do Curso de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense.
- ⁷ Refere-se à Vila Mimosa – Histórico local de prostituição no Rio de Janeiro, situada anteriormente na rua Júlio do Carmo, onde ficou por mais de dez anos. Após obras de reforma na região, foi transferida para a praça da Bandeira.
- ⁸ Referência à Superintendência de Documentação da Secretaria de Administração extinta em 2001, tendo suas atribuições repassadas para o Arquivo da Cidade.
- ⁹ MACHADO, Helena Correa – Ver entrevista.
- ¹⁰ As fitas cassete do governo Marcos Tamoyo foram tratadas e o resumo de seu conteúdo disponibilizado *on-line*.
- ¹¹ Lei 3.404 de 05/06/2002, do prefeito Cesar Maia – Dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e sobre o acesso aos documentos públicos municipais.
- ¹² O Morro do Pinto é uma colina situada no bairro Santo Cristo, na Zona Portuária, próximo da Gamboa, do Morro da Providência e da estação principal da Estrada de Ferro Leopoldina, hoje desativada. [Nota da Entrevistada]
- ¹³ MACHADO, Júlio César – Foi nomeado diretor do AGCR, em meados de 1990 e ocupou o cargo até o início de 1991; é formado em História pela UFRJ e autor do livro *O Barroco carioca*, publicado pelo Rio Arte em 1987, onde consta sua biografia.
- ¹⁴ CANTO E MELLO, Domitila de Castro (Marquesa de Santos/1797-1867)), morou nesse palacete de 1826 a 1829. À época dos fatos narrados, o imóvel, situado à avenida. Pedro II, em São Cristóvão, era próprio do Estado da Guanabara e ali funcionava o Serviço de Arquivo, da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, órgão antecessor do AGCRJ.
- ¹⁵ Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.
- ¹⁶ ESPOSEL, José Pedro Pinto – Arquivista e historiador de formação, fundador do associativismo arquivístico brasileiro e grande líder no processo que resultou na Lei 6546/78, que regulamentou a profissão de Arquivista no Brasil. (Fonte: www.enara.org.br). Foi professor da Universidade Federal Fluminense onde implantou e dirigiu o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, foi livre-docente em Arquivologia, professor titular e diretor do Departamento de Documentação. Participou da comissão encarregada de criar o Curso de Arquivologia.
- ¹⁷ Elaborado por comissão composta de cerca de 15 membros, entre os quais, Astréa de Moraes e Castro, Heloísa Liberalli Bellotto (historiadora do Instituto de Estudos Brasileiros da USP), José Pedro Pinto Espospel, Marcelo de

Ipanema (do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Maria Amélia Porto Migueis, Maria Luiza Dannemann, Marilena Leite Paes, Myrthes da Silva Ferreira (chefe de seção de Cursos do Arquivo Nacional) [N.E.]

¹⁸ O Curso Permanente de Arquivos foi declarado como de nível universitário pelo Parecer nº 212/1972 do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura. Em 1973, a Universidade Federal do Rio de Janeiro conferiu ao Arquivo Nacional “mandato universitário, para a realização do referido curso”, mediante acordo firmado entre as duas instituições e publicado no Diário Oficial da União, de 25 de outubro de 1973 (seção 1, parte II), pelo qual a UFRJ “obrigava-se a reconhecer o Curso Permanente e expedir certificado de aprovação aos alunos”, conforme *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: v. 2, n. 1, abr. 1974, suplemento “Currículo Mínimo do Curso Superior de Arquivo”. [N.E.].

¹⁹ Em 1977, já com a denominação de Curso de Arquivologia, foi incorporado à Federação das Escolas Federais Independentes do Estado do Rio de Janeiro, embora permanecendo no Arquivo Nacional até ser integrado ao Centro de Ciências Humanas da UNIRIO, em 1979. Cf. <http://www.unirio.br/arquivologia/aescola.html>, acesso outubro 2008. [N.E.]

²⁰ A Secretaria de Educação e Cultura foi separada em 1986, no governo Saturnino Braga

²¹ Lia Temporal Malcher – ver entrevista.

²² MADEIRA, Marcos Almir – Nasceu em Niterói, em 1916, formou-se em Direito e dedicou-se primeiramente ao magistério de Língua Portuguesa e História, pausando a atividade docente para exercer atividades públicas. Dirigiu a Divisão de Divulgação do Estado do Rio de Janeiro, a Casa de Oliveira Vianna e o Arquivo Público do Estado. Foi membro do Conselho Federal de Cultural e delegado regional do Ministério da Educação e Cultura. Foi também professor universitário, tendo atuado em faculdades como a da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi presidente da Associação Brasileira de Educação por três vezes.

²³ Norma municipal que regulamenta a emissão e a tramitação de documentos administrativos até o arquivamento. A entrevistada participou da elaboração do respectivo anteprojeto, na qualidade de superintendente de Documentação da Secretaria Municipal de Administração. [N.E.]

²⁴ Eliana Rezende Furtado de Mendonça — ver entrevista.

²⁵ Durante essa visita, Duchein proferiu conferência, a convite da Associação dos Arquivistas Brasileiros e do Departamento Geral de Documentação, da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ocasião em que, ao responder a perguntas da assistência, pronunciou-se largamente sobre o tema da construção de arquivos. [N.E.]

²⁶ Atualmente denominado Subgerência de Arquivo Técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo. [N.E.]

²⁷ Arquivo de São Cristóvão, da Secretaria Municipal de Obras, situado à rua professor Olímpio de Melo, 830, São Cristóvão, Rio de Janeiro.

²⁸ O Arquivo Nacional foi transferido da Casa Civil para o Ministério da Justiça, pelo Decreto nº 7.430, de 17/01/2011. Fato que sofreu forte objeção das associações de arquivistas e de funcionários, assim como de muitos membros da Academia.

²⁹ BRAGA, Roberto Saturnino – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1931, formou-se pela Escola Nacional de Engenharia. Foi deputado federal (1963/1967), senador de 1975 a 1985, prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1986 a 1988. Voltou ao Senado em 1999.

³⁰ ACERVO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul. 1987, p. 43-54 [N.E.]

³¹ O seminário teve lugar no auditório do AGCRJ, de 14 a 16 de setembro de 1987. [N.E.]

³² Instrumento que determina os prazos de guarda dos documentos, nos arquivos corrente e intermediário, bem como a eliminação ou o recolhimento para guarda permanente. Pode incluir orientações como, p. ex., a reprodução para fins de preservação ou de substituição, esta, no caso de longos prazos de guarda antecedentes à eliminação. [N.E.]

³³ Começou a funcionar na década de 1930, no bairro de Cascadura, depois foi transferida para Madureira, já com a denominação de Maternidade Herculanó Pinheiro e, mais recentemente, Unidade Integrada de Saúde Herculanó Pinheiro da Secretaria Municipal de Saúde. [N.E.]

³⁴ FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Novas memórias do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

- ³⁵ *Aforamentos – Inventário Sumário*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987. Um dos primeiros instrumentos de pesquisa elaborado pelas equipes do Arquivo Geral da Cidade. Devido à documentação ser de caráter probatório e informativo sobre a ocupação do solo urbano da cidade desde o século XVIII, tornava-se urgente o inventário dessa documentação e seu acesso ao público. Esse inventário foi publicado pelo projeto Biblioteca Carioca, em 1987.
- ³⁶ CAPELLA, Leila Maria Correa – Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pertenceu aos quadros do Arquivo Geral da Cidade, prestou concurso para a Escola Nacional de Administração Pública/ENAP. Atualmente está no Ministério da Fazenda. Autora de *Militares e organização nacional e de As malhas de aço no tecido social; a revista Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*, defendida como dissertação de Mestrado.
- ³⁷ MOURÃO, Gerardo de Mello – Nasceu em Ipueiras, CE, em 1917, e faleceu no Rio de Janeiro em nove de março de 2007. Foi jornalista, poeta e escritor. Integrou a Academia Brasileira de Filosofia e o Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura do Brasil. Nos anos 1980, foi presidente do RIOARTE e Secretário de Cultura da Prefeitura do Rio. Foi indicado ao Prêmio Nobel de Literatura em 1979 e, em 1999, ganhou o Prêmio Jabuti pela obra *Invenção do mar*.
- ³⁸ NOVAES, Carlos Eduardo de Agostini – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1940. Cronista, romancista, contista e dramaturgo. Coursou direito na Universidade Federal da Bahia, foi cronista do jornal *Última Hora*, do *Jornal do Brasil*, e Secretário de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1990/1992, gestão de Marcello de Alencar. Escreveu vários livros de crônicas, teatro e humor.
- ³⁹ Decreto nº 12.147, de 15 de julho de 1993. O Grupo era presidido por José Maria Jardim e integrado por Adelina Maria Alves e Célia Maria Leite Costa, da FGV, Helena Corrêa Machado e Maria Isabel de Matos Falcão, da Superintendência de Documentação, Lúcia Lahmeyer Lobo, do DGD, Maria Odila Kahl Fonseca, da UFF, Rosalina Correa de Araújo, das Faculdades Integradas Cândido Mendes e Vera Lúcia Murcio Tinoco, da PGM. [N.E.]
- ⁴⁰ ATHAYDE, Antônio Carlos Austregésilo de – Nasceu no Rio de Janeiro, jornalista, ingressou em 1966 no Instituto Rio Branco, serviu em vários países como República Tcheca e Argentina. Integrou os quadros do IBGE (1991) e foi diretor do Arquivo da Cidade. Atualmente é assessor de comunicação da Academia Brasileira de Letras.
- ⁴¹ GOMES, Domicia – Formada em Arquivologia. Foi diretora da Divisão de Documentação Escrita e Especial do Arquivo da Cidade. Atualmente exerce funções de arquivista no Arquivo Nacional, onde foi admitida por concurso.
- ⁴² FALCÃO, Maria Isabel de Matos – Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, chefe da Biblioteca e assistente da Direção do AGCRJ (mar.1986 – ago.1990), foi diretora da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade em dois períodos e assessora-chefe da Assessoria Técnico-Administrativa da Superintendência de Documentação/SMA. Fora do âmbito municipal, dirigiu a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental do Arquivo Nacional, onde, entre outros encargos, coordenou a Comissão Mista de Acompanhamento do Projeto de Informatização do Arquivo Nacional e foi membro da Comissão Especial de Diretrizes para a Construção de *Websites* de Instituições Arquivísticas do Conselho Nacional de Arquivos. A partir de 2004 integra a equipe da Gerência de Pesquisa e Documentação da MULTIRIO.
- ⁴³ DIAS, Luiz Sérgio – Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, lecionou na Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis, na Universidade Federal Fluminense e nas redes de ensino público municipal e estadual. Sua dissertação de mestrado, obtida na UFRJ, *Quem tem medo da Capoeira*, ganhou o Prêmio Carioca de Monografia de 1996 e foi publicada pela Secretaria Municipal das Culturas/Prefeitura do Rio/Arquivo da Cidade e integra a coleção Memória Carioca.
- ⁴⁴ FREIRE, Paulo – Nasceu em Recife, PE, e faleceu em 1997. Grande pedagogo e educador publicou inúmeras obras em vários idiomas. Autor da obra *Pedagogia do Oprimido*, na qual a educação constitui uma prática para a liberdade.
- ⁴⁵ CRUTAC – Projeto pioneiro de extensão universitária criado pelo primeiro reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Onofre Lopes.
- ⁴⁶ MONTEIRO, Norma de Góes – Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, foi diretora de

Divisão de Publicações do Arquivo Nacional, diretora do Arquivo Público mineiro, professora do Departamento de História da FAFICH/UFMG e autora de inúmeras obras na sua área de atuação.

⁴⁷ Arquivo Permanente, Arquivo Intermediário e Arquivo Corrente.

⁴⁸ LIMA, Manuel de Oliveira – Nasceu no Recife, em 1867, pesquisador, jornalista e historiador. Ingressou na Escola Superior de Letras, em 1885, formou-se em 1887, e se interessou pela História e pela carreira diplomática. Foi nomeado secretário da Legação do Brasil em Washington. Serviu em Londres, Tóquio, Caracas, Bruxelas e Estocolmo. Ingressou na Academia Brasileira de Letras em 1903. Autor de vasta obra historiográfica. Faleceu em 1928, em Washington.

⁴⁹ AQUINO, Lia de Carvalho – Mestre em História pela UFF, diretora de Pesquisa do antigo Departamento Geral de Patrimônio Cultural, autora com Oswaldo Porto Rocha do livro *A era das demolições. Habitações populares*, que integra a coleção Biblioteca Carioca, publicada pela Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura do Rio. Atualmente é professora da Universidade Católica de Petrópolis.

⁵⁰ CAVALCANTE, Berenice de Oliveira – Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1983), professora da Universidade Federal Fluminense, professora associada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Historiadora, com ênfase em Teoria e Filosofia da História.

⁵¹ BENCHIMOL, Jayme Larry – Possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982), especialização em restauração de monumentos históricos (1983) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1995). Atualmente, é pesquisador titular da Casa de Oswaldo Cruz, e editor científico de *História, Ciências, Saúde Manguinhos*. Autor do livro *Pereira Passos, um Haussmann Tropical*, que integra a coleção Biblioteca Carioca, publicada pela Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura do Rio.

⁵² MAIA, Cesar Epitácio – Nasceu em 1945, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. Prestou serviço militar e logo em seguida ingressou na faculdade de Engenharia de Mineração em Ouro Preto, Minas Gerais. Exilou-se no Chile durante o regime militar, devido a sua aproximação com o movimento estudantil e o Partido Comunista Brasileiro. De volta ao país, em 1973, é preso, porém logo solto devido à falta de provas. Torna-se, então, professor universitário, mas logo regressa à vida política, filiando-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Participa, em 1982, ativamente da campanha de Leonel Brizola para o governo do estado do Rio de Janeiro, de quem se tornou secretário de Fazenda. Foi, posteriormente, eleito como deputado constituinte, em 1986, sendo eleito mais uma vez em 1990. Filia-se ao PMDB, em 1991, e lança a sua candidatura à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sendo eleito para o primeiro mandato de 1992 a 1996. Em seguida, elegeu seu sucessor, Luiz Paulo Conde, e novamente voltou a ganhar as eleições de 2000 e de 2004, devido à popularidade que teve com as obras que realizou na cidade, que a princípio não eram bem vistas pela população, mas que logo o tornaram popular e o prefeito que governou por mais tempo a cidade do Rio de Janeiro.

⁵³ SEVERO, Helena Maria Porto – Formada em Ciências Políticas foi professora, diretora do Museu da República, Secretária Municipal de Cultura da Prefeitura do Rio (1993/1996/Gestão Cesar Maia) (1997/1999/Gestão Luiz Paulo Conde) e duas vezes Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (2000/2002) e (2003/2005), e presidente da Fundação Theatro Municipal (2005/2007).

⁵⁴ Referência à exposição *Avenida Central – contrastes do tempo*, inaugurada em 2005, para celebrar o centenário de abertura da grande via, inaugurada em 1905, rebatizada em 1912 de avenida Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco.

⁵⁵ O acervo audiovisual do Arquivo da Cidade é composto de fitas cassete, VHS, CDs, DVDs, filmes 8mm. Ao lado dos documentos sonoros doados por ex-prefeitos, existem as gravações dos eventos realizados na instituição, como seminários, mesas redondas, congressos, projetos de memória etc.

⁵⁶ *Catálogo Augusto Malta* – Relação das fotografias do primeiro fotógrafo municipal, Augusto Malta, que integram o acervo do Arquivo da Cidade, publicado pelo Arquivo da Cidade/ Secretaria de Cultura/Prefeitura do Rio em 1992.

⁵⁷ BELANDI, Marco – Nasceu em 1955, carioca da Vila da Penha. Fotógrafo da Prefeitura desde 1976, iniciou sua vida profissional no serviço público na antiga Divisão de Imprensa Oficial, na Secretaria Municipal de Administração.

Lotado no Laboratório Fotográfico do AGCRJ de 1987 em diante, vem registrando, desde então, a transformação da Cidade do Rio de Janeiro e preservando as imagens de Augusto Malta.

- ⁵⁸ MATTOS, Rita de Cássia de – Carioca, em 1973 ingressou, por concurso, no quadro de magistério da Secretaria de Educação do Estado da Guanabara. Formou-se em Museologia em 1979, pela UNIRIO, e, em 1988, foi transferida para o Arquivo da Cidade, onde trabalhou até dezembro de 2007, quando se aposentou. Foi responsável pela área de preservação do acervo e desenvolveu o projeto *Ensinando com o Arquivo*, com o objetivo de aproximar os professores e seus alunos da instituição.
- ⁵⁹ *Copacabana, cartão-postal da Cidade Maravilhosa* – Comemorativa do centenário do bairro, a exposição recupera a história da área desde quando era um areal desocupado, passando pela abertura do Túnel Alaor Prata (Velho), até os dias de efervescência cultural, com os cinemas, as boates, a intensa vida comercial. Consta de fotos e levantamento aerofotogramétrico do bairro de 1928, pertencentes ao acervo do Arquivo da Cidade, cartões-postais e textos.
- ⁶⁰ *Uma Semana Carioca em Lisboa* – Evento organizado pela RIOTUR, em 1993, no Hotel da Lapa, em Lisboa, para divulgar o Rio de Janeiro e suas belezas turísticas. Consta de exposição sobre o centenário de Copacabana, shows de Bossa Nova, com Carlos Lyra, palestras sobre a arquitetura brasileira, com Paulo Casé, comidas típicas etc...
- ⁶¹ LESSA, Pedro – Arquiteto da Secretaria Municipal de Urbanismo, professor de História da Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pelo projeto Educação Urbana, em curso, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.
- ⁶² A administração do Ecomuseu está localizada no histórico prédio do Palacete de Santa Cruz, inaugurado pelo Imperador D. Pedro II, em 1881, situado no Quarteirão Cultural do Matadouro, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ.
- ⁶³ I Congresso Internacional de Ecomuseus – Organizado na gestão de Carlos Eduardo Novaes (secretário de Cultura do Rio de Janeiro 1990/1992) discutia o novo conceito de museu formulado na França, em 1970, e as ações de proteção aos conjuntos ambientais. Segundo Hugues de Varine o ecomuseu é diferente dos espaços tradicionais pela ênfase no território, no sítio, no patrimônio ao invés da coleção, na comunidade ao invés dos visitantes.
- ⁶⁴ FOUCAULT, Michel – *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [s.d.].
- ⁶⁵ DOPS – Criado durante o Estado Novo com o objetivo de manter sob controle as ações dos cidadãos contrárias ao governo vigente. Tinha a atividade comunista como seu alvo principal. Nos anos de 1968 a 1974, devido à grande resistência à ditadura militar instaurada em 1964, o DOPS passou a ter ampla autonomia. Com a democratização perdeu, ao longo dos anos, sua função. e seu acervo foi recolhido aos arquivos públicos estaduais, estando disponíveis para consulta. (Fonte: *Site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*)
- ⁶⁶ ISAD – General International Standard Archival Description – Norma mundial de descrição arquivística.
- ⁶⁷ *Manchete* – Revista que surgiu em 1952, fundada por Adolph Bloch. Rapidamente conquistou um grande público, tendo então como concorrente apenas a revista *O Cruzeiro*, que, posteriormente, acabou por suplantá-la. Inspirada na revista francesa *Paris Match*, destacou-se pelo foto-jornalismo.
- ⁶⁸ GANDELMAN, Sílvia – Advogada do escritório “Dain, Gandelman e Lacé Brandão Advogados”, especialista em propriedade intelectual e direitos do autor.
- ⁶⁹ SANCHES, Sidney Limeira – Formado em Direito pela PUC/RJ e pós-graduado em Direito da Economia pela FGV/RJ. Ministra aulas no IBMEC/RJ, FGV/RJ e no MBA de Gestão Cultural da Cândido Mendes. Assessor jurídico da União Brasileira de Compositores (UBC), consultor jurídico da Associação Brasileira dos Editores de Música (ABEM), membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e de sua Comissão Permanente de Propriedade Intelectual; membro do Conselho Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual (Codepin), membro da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) e sócio do Instituto Interamericano de Direito do Autor (IIDA). Além disso, realiza diversas palestras em simpósios sobre o tema, possuindo entrevistas e artigos publicados em livros e importantes veículos de comunicação do país. (Fonte: www.sanches.adv.br)
- ⁷⁰ ROCHA, Glauber – Nascido em Vitória da Conquista, no interior da Bahia, é considerado o cineasta mais notável da história do cinema brasileiro. Buscava uma arte engajada ao pensamento, uma nova estética inserida em uma visão crítica da sociedade. Dentre sua filmografia de curtas e longas metragens os filmes mais lembrados e mais paradigmáticos são: *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em Transe* (1967) e *O Dragão da Maldade Contra*

o *Santo Guerreiro* (1969). Foi também um dos mais notáveis cineastas do movimento intitulado de Cinema Novo. Controvertido e incompreendido, foi perseguido tanto pela esquerda quanto para a direita, principalmente após o golpe de 1964.

⁷¹ RODRIGUES, José Honório – Nasceu no Rio de Janeiro, 1913, e faleceu na mesma cidade em 1987. Professor, historiador e ensaísta deixou uma obra memorável. Foi diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, diretor da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco, diretor do Arquivo Nacional. Entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1969.

⁷² LOUREIRO, José Mauro Matheus – Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1980), mestrado (1996) e doutorado (2000) em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pós-doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (2006). Atualmente, é professor adjunto IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. (Texto informado pelo autor)

⁷³ MÉDICI, Márcio André – Assessor de Planejamento e Projetos Especiais do Arquivo Nacional.

⁷⁴ ELIAN, Paulo – Ver entrevista.

⁷⁵ *Portal do Malta* – Digitalização das imagens captadas pelo primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura, Augusto Malta, e seus descendentes, Ariel e Aristógon, pertencentes ao acervo do Arquivo da Cidade e do Museu da Cidade. As fotografias estarão disponíveis para pesquisa *on-line*.

⁷⁶ FONSECA, Maria Odila Kahl – Professora do Departamento de Ciência da Informação do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, onde lecionava desde 1992. Antes de assumir a docência, trabalhou em importantes instituições da área: no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (de 1977 a 1981), no Arquivo Nacional (de 1981 a 1988), na Fundação Nacional de Artes Cênicas – Fundacen (de 1988 a 1990) e no Instituto Brasileiros de Arte e Cultura – IBAC (de 1990 a 1992). Graduada em História, especializou-se em arquivologia, obtendo seus títulos acadêmicos em Ciência da Informação junto à Universidade Federal Fluminense. O mestrado, defendido em 1996, versou sobre Direito à informação: acesso aos arquivos municipais no Brasil. Quanto ao doutorado, obtido em 2004, tratou de tema controvertido – arquivologia e Ciência da Informação: construção de marcos interdisciplinares – e ganhou formato de livro no ano seguinte, em edição da Fundação Getúlio Vargas. Além de publicar inúmeros artigos em revistas especializadas, Maria Odila Fonseca coordenou projetos, orientou trabalhos e dissertações de alunos, participou de encontros científicos e contribuiu, em diferentes ocasiões, para dignificar e fortalecer o profissional de arquivo. Deixou em todas essas oportunidades a marca de seu vigor intelectual. Faleceu dezembro de 2007.

⁷⁷ Em 18 de junho de 2006, durante o feriado de Corpus Christie, ladrões retiraram cerca de 2000 fotografias de Marc Ferrez e Augusto Malta, além de cartões-postais, gravuras de Lucílio de Albuquerque e Debret, periódicos como o *Almanak Leammert* e a *Revista Ilustrada*, livros raros e mapas. Nenhuma porta foi arrombada e até hoje nada foi encontrado. (Fonte: *Folha On-line* e *O Globo On-line*).

⁷⁸ Nome do Arquivo Central de Portugal, com 600 anos de idade, ou seja, desde a Idade Média. Uma das mais antigas instituições daquele país possui este nome devido a ter sido instalado, não se sabe ao certo a data, mas crê-se por volta da primeira metade do século XVIII, no Castelo de São Jorge, que possuía o nome Torre do Tombo ou Torre do Arquivo. (Fonte: Arquivo da Torre do Tombo)

⁷⁹ LOBO, Lúcia Lameyer – Formada em História pela UFF, autora do trabalho *Avaliação e seleção de fotografias. Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.1, n.10-14, p. 34-40, 1982/1986. Foi assistente do Departamento de Documentação e Informação Cultural/SMC, presidente do RIO ARTE, integrou os quadros da cinemateca do Museu de Arte Moderna e da Fundação Getúlio Vargas.

⁸⁰ Antônio Carlos Austregésilo de Athayde.

⁸¹ Já não estão vinculados ao Arquivo. O Museu da Cidade e o Memorial estão hoje subordinados à Coordenação de Museus da Subsecretaria de Patrimônio Cultural da SMC.

⁸² A Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social é uma instituição filantrópica que, desde a década de 1960, se dedica ao desenvolvimento de programas e projetos sociais em benefício da juventude, fazendo o papel de mediador entre as empresas conveniadas, que oferecem vaga de estágio aos estudantes de ensino médio, técnico e superior, e os estudantes em busca de oportunidades. (Fonte: *site* Fundação MUDES).

- ⁸³ Casa dos Contos – Antiga casa do contratador João Rodrigues de Macedo, construída na segunda metade do século XVIII, em Ouro Preto. Foi chamada de “Casa dos Contos” devido a ser a mais luxuosa construção da cidade. Ao perder a casa devido a dívidas para com a Junta da Fazenda de Minas Gerais, passaram então a funcionar nela, a partir do início do século XIX, repartições fazendárias, sendo que até hoje a casa pertence à Receita Federal. Guarda quase 200 anos de documentação da administração fazendária e também de administração direta colonial e posteriormente imperial. Com a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, a casa ficou inicialmente fechada, e sua documentação transferida e esquecida. Apenas na década de 1920 foi redescoberta, sendo dividida então entre três instituições de guarda de acervo histórico: a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Arquivo Público Mineiro, tornando-se assim “Coleção Casa dos Contos”. (Fonte: FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. “Casa dos Contos”. – <http://catalogos.bn.br/redememoria/casadoscontos.html>).
- ⁸⁴ JARDIM, José Maria – Ver entrevista.
- ⁸⁵ PORTUGAL, Luiz Almeida Soares – 2º Marquês do Lavradio. Nasceu em 1729, em Lisboa. Foi vice-rei do Brasil de 1769 a 1778. Incentivou as artes cênicas, o comércio, a fabricação de seda e a plantação de café. Fundou uma academia científica com o objetivo de estudar os recursos naturais do Vice-Reino e transferiu o mercado de pretos novos para o Valongo.
- ⁸⁶ PINTO, Walter – Nasceu em 1913 e faleceu em 1994. Um dos maiores produtores de espetáculos de teatro de revista no país, sendo responsável pela reformulação do gênero, nos anos 1940 e 1950. Fundou a Companhia Walter Pinto, que contava com as mais célebres atrações deste gênero teatral: comediantes, vedetes, cantores, como Dercy Gonçalves, Virgínia Lane e Carmem Miranda.
- ⁸⁷ PORTO, Osvaldo – Nasceu em 1955 e faleceu em 1990. Graduiu-se em História na Universidade Federal Fluminense, onde cursou o mestrado e foi professor. Escreveu o livro *A era das demolições, cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Prefeitura do Rio, Secretaria de Cultura, 1986, em parceria com Lia Aquino, considerado um marco na historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro.
- ⁸⁸ LOPES, Marley Souza – Formada em Arquivologia e História, ingressou no serviço público através de concurso para o magistério, foi chefe do Serviço de Documentação Escrita do Arquivo da Cidade.
- ⁸⁹ CAMPOS, Fernando – Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1945, professor universitário de cursos de Letras e de Jornalismo, trabalhou na Seção de Publicações e no Serviço de Documentação Especial do Arquivo da Cidade (1979 – 1995); participou, como pesquisador, do projeto de preservação dos acervos de Augusto e Aristógon Malta (1995 – 1997); é autor – entre outros – do primeiro livro sobre o fotógrafo Augusto Malta (Maison Graphique, 1987); e, com HORTA, Sandra de “A Avenida Atlântica de Copacabana” (Riotur, 1992).
- ⁹⁰ RACHID, Lúcia Maria – Arquiteta, trabalhou na Divisão de Pesquisa do Arquivo da Cidade, foi chefe do Serviço Administrativo da mesma instituição. Atualmente está na Secretaria Municipal de Cultura.
- ⁹¹ LOBODA, Elizabeth – Jornalista entrou para Prefeitura através de concurso público para o magistério. Dirigiu a Seção de Exposições da Divisão de Apoio Cultural do Arquivo da Cidade. Posteriormente, com a criação da Divisão de Pesquisa, ocupou-se da organização das exposições e da divulgação dos eventos do Arquivo da Cidade. Hoje se encontra lotada na Rede Municipal de Bibliotecas.
- ⁹² BULCÃO, Ana Lúcia – Formou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se doutorou. Ingressou na Prefeitura através de concurso público para o magistério. Foi pesquisadora do Arquivo da Cidade. Hoje encontra-se lotada na Secretaria Municipal de Cultura.
- ⁹³ Segundo o professor José Maria Jardim, em sua entrevista, a representante do CPDOC era a professora Célia Costa.
- ⁹⁴ HORTA, Sandra – Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, dirigia, então, a Divisão de Pesquisa do Arquivo da Cidade. Entrou, por concurso, para a Secretaria Municipal de Educação, em 1977, foi convidada para integrar a equipe de Pesquisa do Arquivo da Cidade em 1985, assumindo, logo depois, o cargo de chefe de Estudos e Pesquisas, até 1988. Exerceu o cargo de diretora de Pesquisa de 1991 a 1994 e de gerente de Pesquisa de 2001 em diante.
- ⁹⁵ SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

- ⁹⁶ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- ⁹⁷ O Museu da Cidade e o Parque das Ruínas foram incorporados ao DGGI respectivamente em 1994 e 1997. O primeiro através de um convênio com a FUNARJ, anterior administradora da instituição, e o segundo após a aquisição e restauração do prédio. Posteriormente o Museu da Cidade passou a ser vinculado ao Arquivo da Cidade e o Parque das Ruínas ao Departamento de Ação Cultural da SMC, atualmente denominado Diretoria de Projetos Artísticos e Culturais.
- ⁹⁸ MANGAS, Vera – Formada em História, mestre em Biblioteconomia, funcionária federal, trabalhou no Museu da República, foi assessora de Projetos Especiais e diretora do Departamento de Documentação e Informação Cultural na gestão de Helena Severo na Secretaria Municipal de Cultura. Posteriormente ocupou cargo na Secretaria Especial de Publicidade, Propaganda e Pesquisa da Prefeitura do Rio de Janeiro. Atualmente está vinculada ao Museu da República.
- ⁹⁹ PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino – Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2000). Atualmente é funcionária da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro (Fonte: Plataforma Lattes)
- ¹⁰⁰ LIMA, Francisca Helena Barbosa – Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, IPHAN, tendo chefiado o Arquivo Noronha Santos e o Arquivo Central da instituição. Atuou também como conselheira do Conselho Nacional de Arquivos, o Conarq. (Fonte: Conarq)
- ¹⁰¹ GUILLIOT, Regina Vilma – Museóloga, entrou para o serviço público através de concurso para o magistério. Foi chefe do Serviço de Documentação Especial do Arquivo da Cidade.
- ¹⁰² Fundação Vitae – Criada em 1985, através do dinheiro apurado na venda da mineradora Rothschild, que atuava no Brasil, Argentina e Chile, e destinou os US\$ 115 milhões concernentes à parte brasileira em investimentos em educação, cultura e promoção social. Fechou suas portas em 2006, devido ao fundo que a criou ter se esgotado. (Fonte: www.cbl.org.br)
- ¹⁰³ *Projeto Foto Memória* – Reprodução e digitalização de cerca de 2.250 negativos de vidro, de autoria do primeiro fotógrafo da Prefeitura, Augusto Malta, que versam sobre a cidade do Rio de Janeiro, com vistas à preservação do acervo e à consulta interna em meio digital. Não está disponível *on-line*. Está sendo substituído pelo Portal do Malta, com as imagens de Augusto e de seu filho Aristógon que integram os acervos do Arquivo e do Museu da Cidade e do Museu da Imagem e do Som e que estarão disponíveis para consulta no site.
- ¹⁰⁴ O DGPC foi extinto. Criou-se uma Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade (SEDREPAHC) pelo Decreto nº 26.239 de 6/3/2006, hoje extinta, substituída pela Subsecretaria de Patrimônio da SMC.
- ¹⁰⁵ CHAGAS FREITAS, Zoé Noronha – Artista e educadora foi presidente do Conselho de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura. Mulher do ex-governador do Estado do Rio de Janeiro (Antônio de Pádua), Chagas Freitas, durante a sua gestão orientou as obras de restauração do palácio Laranjeiras, restituindo-lhe o esplendor de outrora.
- ¹⁰⁶ ARCHER DA SILVA, Renato Bayma – Nasceu em São Luís (MA) no dia 10 de julho de 1922. Em 1954 eleger-se deputado federal pelo Maranhão (PSD). Em 1956/57, foi representante do governo brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica. Atuou no Ministério das Relações Exteriores. Concorreu às eleições de 1962. Articulou o retorno de Juscelino Kubitschek à presidência da República nas eleições previstas para 1965. Em 1966 voltou a eleger-se deputado, já pelo MDB. Foi um dos principais articuladores da Frente Ampla. Seu mandato foi cassado em 1968, alguns dias após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em 1970, foi preso pela terceira vez e mantido incomunicável por 20 dias. Antes mesmo de cumprir o prazo de suspensão de seus direitos políticos, participou, em 1978, da Frente Nacional de Redemocratização. Foi um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1984, participou ativamente na campanha nacional das eleições diretas para a presidência da República. Foi indicado por Tancredo Neves para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Em 1992, tornou-se presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). Em 1996, assumiu a diretoria executiva do Comitê Rio 2004, responsável pela organização da campanha pelas Olimpíadas no Rio de Janeiro.

- Faleceu em São Paulo, no dia 20 de junho de 1996. [Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]
- ¹⁰⁷ MOTA, Marcos Alexandre – Doutor em História, foi diretor da Divisão de Pesquisa do Arquivo da Cidade (gestão Helena Severo). É professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). (Fonte: CAPES e UERJ)
- ¹⁰⁸ URBANDATA – Banco de Dados sobre Pesquisa Urbana, da Sociedade Brasileira de Instrução SBI/Iuperj.
- ¹⁰⁹ MOURA, Vitor Tavares – Médico que quando foi diretor do Albergue da Boa Vontade, em 1940, apresentou ao Secretário Geral de Saúde Pública do Distrito Federal um estudo sobre as favelas, no qual trazia, como solução temporária, a criação dos Parques Proletários. Foi, então, convidado, pelo interventor do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, para trabalhar na remoção de favelas e também na criação dos Parques Proletários Provisórios, ideia essa não só acatada por Dodsworth, mas também pelos institutos de previdência, os IAP's. (Fonte: LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. *Modernização e Higienismo Social: Projetos de Habitações Populares em Recife e Rio de Janeiro durante o Estado Novo (1937-1945)*. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 35, abril de 2004)
- ¹¹⁰ BLAIR, Gabrielle; ENNS, David. Intensificando o “nobre sonho”: programação pública nos arquivos canadenses. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 4, n. 2 e vol.5 n.1. 1989/1990.
- ¹¹¹ *Imagens do Comércio no Rio de Janeiro (1900 a 1930)*. Fotografias de estabelecimentos de comércio à varejo, do comércio de ambulantes e dos quiosques, mostrando desde os sofisticados magazines da rua do Ouvidor e da Avenida Central até o comércio praticado nas ruas da Cidade do Rio de Janeiro. Curadoria de Sandra Horta.
- ¹¹² DAMATTA, Roberto Augusto – Graduado e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (1959 e 1962), cursou especialização em Antropologia Social do Museu Nacional (1960); M.A e PHD em 1969 e 1971 pelo Peabody Museum da Universidade de Harvard. Foi professor emérito da Universidade de Notre Dame, USA, de Antropologia, de 1987 a 2004. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ¹¹³ ANDRADE, Carlos Drummond de – Poeta, nasceu em Minas Gerais, em 1902, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1987. Formou-se em farmácia em 1925. Ingressou no serviço público em 1934, foi chefe de Gabinete de Gustavo Capanema, ministro da Educação, até 1945. Depois ingressou no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aposentando-se em 1962. Possui vasta obra poética.
- ¹¹⁴ MELLO FRANCO DE ANDRADE, Rodrigo de – Nasceu em Minas Gerais, em 1898, e morreu no Rio de Janeiro, em 1969. Foi advogado, jornalista e escritor. Formou-se pela Universidade do Rio de Janeiro em direito, foi redator-chefe e diretor da *Revista do Brasil*, entre 1924 e 1926. No governo de Getúlio Vargas foi chefe de gabinete de Francisco Campos, então ministro da Educação. Chefiou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1937, quando o SPHAN foi criado, até 1968.
- ¹¹⁵ COLLOR DE MELLO, Fernando – Ex-governador de Alagoas, foi o primeiro presidente eleito no Brasil desde 1960. Governou de 1990 a 1992, quando, após manifestações populares que eclodiram por todo o País, o Congresso decidiu afastá-lo do cargo.
- ¹¹⁶ MELLO SOUZA, Antônio Cândido de – Nasceu no Rio de Janeiro em 1918. Abandonou o curso de direito e ingressou no de Filosofia, em São Paulo, recebendo em 1942 os títulos de bacharel e licenciado em Ciências Sociais. Em 1945, recebeu o título de livre-docente em literatura, passando a lecionar teoria literária e literatura comparada. Exerceu a crítica literária em inúmeras revistas e jornais, é autor de obras fundamentais sobre a relação entre literatura e sociedade.
- ¹¹⁷ ANDRADE, Mário Raul de Moraes – Nasceu em 1893, em São Paulo, e morreu na mesma cidade, em 1945. Formou-se bacharel em Ciências e Letras. Participou da Semana de Arte Moderna em São Paulo, em 1922. Crítico de arte, cronista, poeta, escritor, escreveu *Macunaíma*, *Paulicéia Desvairada*, entre tantas outras obras.
- ¹¹⁸ SPHAN – Criado em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas, com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, encarregou Mário de Andrade de elaborar um anteprojeto de Lei para proteção do patrimônio cultural brasileiro e entregou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar esse Serviço. Hoje, o IPHAN está vinculado ao Ministério da Cultura.

- ¹¹⁹ COSTA, Lúcio – Nasceu em Toulon, França, em 1902. Estudou pintura e arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes. É o autor do Plano Piloto de Brasília e do Plano Diretor da Barra da Tijuca. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1998.
- ¹²⁰ MENEGALI, Berenice – Foi secretária de Cultura de Minas Gerais.
- ¹²¹ MAGALHÃES, Aloísio – Nasceu em Recife, em 1827, e faleceu em Pádua, em 1982. Pintor, pioneiro do *designer* gráfico no Brasil, em 1964 ganhou o concurso para o símbolo do Quarto Centenário do Rio de Janeiro. Teve importante carreira no serviço público. Criou o Centro Nacional de Referência Cultural/CNRC, foi diretor do IPHAN, presidente da Fundação Nacional de Arte e secretário da Cultura.
- ¹²² LEITE, João de Souza – *Designer*, formou-se pela ESDI (Escola Superior de Desenho Industrial) em 1974. Foi assistente de Aloísio Magalhães. Destacou-se pelos projetos de identidade visual do Jockey Club Brasileiro e do Banco Central do Brasil. Foi consultor da Casa da Moeda, do IPHAN e da Presidência da República. Publicou inúmeros livros e atualmente é professor da ESDI e da PUC-Rio.
- ¹²³ Museu do Folclore Edison Carneiro/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – Em 1947, foi criada no Brasil a Comissão Nacional de Folclore, seguindo as diretrizes traçadas pela UNESCO para a preservação das tradições, dando origem à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura. Em 1976, a Campanha foi incorporada à FUNARTE como Instituto Nacional de Folclore. Em 1997, passou a ser o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e, em 2003, veio a integrar a estrutura do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Situa-se na rua do Catete, ao lado do Museu da República, RJ.
- ¹²⁴ MIRANDA, Alcides Rocha – Nasceu em 1909, Rio de Janeiro, RJ, e faleceu em 2001. Arquiteto, pintor, desenhista e professor, em 1932 formou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes. Estudou arte com Portinari e Guignard. Foi técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- ¹²⁵ BURLE MARX, Roberto – Nasceu em São Paulo, em 1909, e faleceu em 1994, no Rio de Janeiro. Foi desenhista, pintor, gravador, tapeceiro, ceramista, escultor, pesquisador, criador de joias e paisagista. Em 1949, comprou um sítio em Barra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ, e passou a colecionar plantas. Em 1985, doou o sítio ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Deixou um legado de valor inestimável para os brasileiros: os jardins do Parque do Flamengo e do Largo do Machado, no Rio de Janeiro, da Pampulha, em Belo Horizonte, o parque do Ibirapuera, em São Paulo, entre tantos outros.
- ¹²⁶ PENTEADO, Amadeu Ataliba Arruda A. Leite – Nasceu em Capivari, SP, em 1875, e faleceu em São Paulo, em 1929. Poeta, filólogo, folclorista. Membro da Academia Brasileira de Letras. Segundo ocupante da Cadeira 15, eleito em 7 de agosto de 1919, na sucessão de Olavo Bilac e recebido pelo Acadêmico Carlos Magalhães de Azeredo em 14 de novembro 1919.
- ¹²⁷ Centro Cultural de São Francisco – Situa-se no complexo formado pela Igreja de São Francisco e Convento de Santo Antônio, edificações tombadas pelo IPHAN e localizadas no Centro de João Pessoa, PA. O Centro Cultural é detentor de um rico acervo de arte popular.
- ¹²⁸ GUIGNARD, Alberto da Veiga – O célebre pintor nasceu em 1896, em Nova Friburgo, RJ, e faleceu em Belo Horizonte, MG, em 1962. Aos 20 anos foi para Munique estudar pintura. Voltou definitivamente ao Brasil, em 1929, e passou a lecionar pintura. Convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek fundou uma escolinha de arte. Participou de vários Salões de Pintura.
- ¹²⁹ CASTRO, Amílcar Augusto Ferreira de – Nasceu em Paraisópolis, MG, em 1920, e faleceu em Belo Horizonte, em 2002. Foi escultor, desenhista, artista gráfico, professor e advogado. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1945. Foi aluno da Escola Guignard, entre 1944 e 1950, estudando desenho com Guignard e escultura figurativa com Franz Weissmann.
- ¹³⁰ CAMARGO, Iberê – Nasceu em Restinga Seca, RGS, em 1914, e morreu em Porto Alegre, em 1994, deixando mais de sete mil trabalhos, entre pinturas, gravuras, desenhos e guaches. Estudou pintura na Europa com mestres como Chirico e Antônio Achille. No Brasil, em 1943, Iberê fundou com Géza Heller e Elisa Byington o Grupo Guignard, um ateliê coletivo que funcionava num prédio da Rua Marquês de Abrantes, em Botafogo.
- ¹³¹ HELLER, Géza – Nasceu em Kecskement (Hungria), em 1902, e faleceu em Passa Quatro, MG, em 1992. Arquiteto, pintor e gravador foi aluno de Guignard.

- ¹³² MAGNO, Paschoal Carlos – Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1906, e faleceu em 1980, na mesma cidade. Autor, crítico, produtor e diretor de teatro, fundou o Teatro do Estudante do Brasil e o Teatro Duse. Em 1962, foi nomeado secretário-geral do Conselho Nacional de Cultura, criando a Caravana da Cultura que percorreu vários estados brasileiros. Em 1965, inaugurou a Aldeia Arcozelo, no Estado do Rio de Janeiro, para repouso de artistas e intelectuais e para capacitação nas diferentes áreas artísticas.
- ¹³³ Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Criada em 1970. Iniciativa de cunho oficial constituída com o objetivo de melhorar a vida dos habitantes da região, deu impulso para o reconhecimento do artesanato local.
- ¹³⁴ CONDE, Luiz Paulo Fernandez – Arquiteto, formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, foi secretário de Urbanismo do município do Rio de Janeiro (1993/1996), prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1997 a 2000, pelo Partido da Frente Liberal, depois vice-governador do estado do Rio de Janeiro (2003/2006), secretário de Estado de Cultura, em 2007. Liderava a organização não governamental *Viver Cidades*. Foi presidente de Furnas.
- ¹³⁵ RAMINELLI, Ronald José – Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1994), realizou estágio pós-doutoral na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales – Paris (2002-2003). Atualmente é professor associado I da Universidade Federal Fluminense.
- ¹³⁶ Boitatá – Gravadora de música brasileira, com títulos que incluem música instrumental, MPB e Pop, conta com artistas de várias regiões do país.
- ¹³⁷ CARVALHO, Hermínio Bello de – Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1935. Agitador cultural, poeta, compositor, produtor musical, descobridor de talentos como Clementina de Jesus, escreveu livros de poesias e crônicas e produziu mais de cem discos.
- ¹³⁸ CACHAÇA, Carlos – Fundador da Escola de Samba da Mangueira, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1902, e morreu aos 97 anos de idade, na mesma cidade, em 1999. Compositor, teve inúmeros parceiros, entre eles Cartola
- ¹³⁹ RAMOS, José Marcelino – Nasceu em 1913, em Campos dos Goytacazes, RJ. Foi presidente da Ala de Compositores da Mangueira e funcionário da fábrica Colombo. Compôs vários sambas de terreiro.
- ¹⁴⁰ PADEIRINHO, Osvaldo Vitalino de Oliveira – Nasceu em 1927 e faleceu em 1987. Recebeu este apelido porque seu pai era padeiro. Compositor, entrou para a Ala dos Compositores da Mangueira, em 1947.
- ¹⁴¹ CONDE, Cecília Fernandez – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1934, compositora e diretora musical, formou-se em canto e piano no Conservatório Nacional de Música, em 1953. Recebeu o prêmio Molière de melhor música para teatro.
- ¹⁴² SARGENTO, Nelson Mattos – nascido no Rio de Janeiro, RJ, em 1924. Mangueirense, é compositor de clássicos do samba como *Agoniza mas não morre*. Sobressaiu-se também como pintor de quadros, cujo talento foi reconhecido por Sérgio Cabral, que o incentivou.
- ¹⁴³ *Afro-Reggae* – Grupo Cultural que nasceu em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para a valorização da cultura negra. Criaram o jornal *Afro-Reggae Notícias*, desenvolveram diversos projetos sociais em Vigário Geral. Em 1995, surgiu a banda *Afro-Reggae*, e, em 1997, fundaram o Centro Cultural *Afro-Reggae* Vigário Legal, hoje com sede própria cujo patrono é Wally Salomão.
- ¹⁴⁴ SILVA, Jaime Antunes da – Diretor-geral do Arquivo Nacional e presidente do Conselho Nacional de Arquivos
- ¹⁴⁵ MORAES, Vinícius de – Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1913, e faleceu em 1990, na mesma cidade. Em 1943, ingressou na carreira diplomática por concurso, mas em 1969 foi exonerado pelo Itamaraty. Em 1953, compôs seu primeiro samba, “Quando tu passas por mim”. Poeta, compositor, tornou-se um dos principais nomes da Bossa Nova.
- ¹⁴⁶ A primeira edição do Arquivinho de Vinícius de Moraes foi feita quando Lélia Coelho Frota era diretora do Arquivo da Cidade.
- ¹⁴⁷ PELLEGRINO, Hélio – Nasceu em Belo Horizonte, MG, em 1924, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1988. Em 1942, ingressou na faculdade de Medicina de Belo Horizonte e no ano seguinte decidiu-se pela medicina psiquiátrica. Escritor e poeta participou intensamente da política e colaborou com inúmeros jornais. Em 1973, inaugura,

- com outros psicanalistas, a Clínica Social de Psicanálise. Participa da Fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980.
- ¹⁴⁸ RESENDE, Otto Lara – Nasceu em 1922, em São João del Rei, MG, e faleceu em 1992. Foi professor de português e francês na juventude, formou-se em direito e dedicou-se à literatura. Colaborou com inúmeros jornais e foi adido cultural brasileiro em Bruxelas e em Portugal. Membro da Academia Brasileira de Letras foi ocupante da Cadeira 39, eleito em 3 de julho de 1979, na sucessão de Elmano Cardim e recebido pelo Acadêmico Afonso Arinos de Melo Franco. em 2 de outubro de 1979.
- ¹⁴⁹ Prêmio Jabuti – Instituído pela Câmara Nacional do Livro, em 1959, é um prêmio literário que abarca 17 categorias, tais como autores, editores, tradutores, capistas, ilustradores etc.
- ¹⁵⁰ RODRIGUES, Nelson – Nasceu em Recife, PE, em 1912, e faleceu em 1980, no Rio de Janeiro. Inicia sua carreira de jornalista em 1925, como repórter de polícia. Escritor e dramaturgo, são de sua autoria as mais importantes peças teatrais brasileiras, como “Engraçadinha”, “Beijo no Asfalto”, “Vestido de Noiva”, “Álbum de Família”, entre tantas outras. Escreveu folhetins para os jornais sob o pseudônimo de Suzana Flag.
- ¹⁵¹ Exposição Família Ferrez – Fotos de Júlio e Luciano Ferrez, filhos de Marc Ferrez, e de Gilberto Ferrez, neto do grande fotógrafo.
- ¹⁵² FERREZ, Marc – Nasceu no Rio de Janeiro, em 1843, e faleceu em 1923. Em 1880, recebeu o título de Photographo da Marinha Imperial. Foi o primeiro profissional a utilizar no Brasil as chapas secas dos irmãos Lumière e a usar o flash de magnésio para fotografar. Fotografou paisagens brasileiras e foi também retratista, tendo captado imagens de membros da família imperial brasileira, entre eles a princesa Isabel, filha de D. Pedro II.
- ¹⁵³ Infelizmente, após inúmeras tratativas, o recolhimento deste acervo não foi concretizado.
- ¹⁵⁴ MALAMUD, Samuel – Nomeado primeiro representante do Estado de Israel no Brasil, em 1949, entabulou reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial e acumulou durante 70 anos registros da imigração judaica no Rio de Janeiro, principalmente sobre os que se radicaram na Praça Onze e no SAARA (Sociedade de Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega).
- ¹⁵⁵ STROZENBERG, Ilana – Graduada em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974), e em Études Littéraires – Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1970). Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi responsável pela organização e doação do acervo de Samuel Malamud ao Arquivo da Cidade.
- ¹⁵⁶ BARROSO, Ary – Nasceu em Ubá, MG, em 1903, e faleceu em 1964, no Rio de Janeiro. Formou-se em direito, foi radialista e compositor das mais lindas canções brasileiras, como Aquarela do Brasil, que divulgou o País no exterior.
- ¹⁵⁷ NABUCO, Joaquim – Nasceu em Pernambuco, em 1849, e faleceu em Washington, em 1910. cursou as faculdades de Direito de São Paulo e Recife, foi jornalista, exerceu cargos públicos, como adido do Brasil nos Estados Unidos, deputado federal. Foi monarquista e abolicionista. Escreveu vários livros, entre eles o clássico “Um estadista do Império”, em 1896, sobre a vida pública de seu pai, Nabuco de Araújo.
- ¹⁵⁸ ANDRADE, Maria Julieta Drummond de – Nasceu em 1928 e faleceu em 1987, filha de Carlos Drummond de Andrade e de Dolores Dutra de Moraes. Casou-se com o argentino Manuel Graña Etcheverry e se dedicou, durante 34 anos, a divulgar a cultura brasileira na Argentina. Autora de “A paixão medida” e “Um buquê de alcachofras”.
- ¹⁵⁹ GUIMARÃES ROSA, João – Nasceu em Cordisburgo, MG, em 1908, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1967. Poliglota, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais aos 16 anos. Em 1932, na Revolução Constitucionalista, trabalhou como voluntário na Força Pública. Tornou-se efetivo por concurso e foi para Barbacena como oficial médico. Pouco depois, ingressou no Itamaraty, abraçando a carreira diplomática. Autor de uma obra literária magnífica, em que se distingue “Grande Sertão Veredas”. Membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em 1963, na sucessão de João Neves da Fontoura e recebido por Afonso Arinos de Melo Franco em 1967.
- ¹⁶⁰ CALÁBRIA, Mário – Dedicou sua vida à diplomacia. Fez parte da delegação brasileira na ONU, foi cônsul do Brasil em diversas cidades europeias e embaixador na Alemanha. Escreveu sobre os bastidores da diplomacia brasileira e sobre suas relações com Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade.

- ¹⁶¹ Nesse congresso, realizado em 1956, Nikita Krushov, então secretário do Partido Comunista, denunciou as arbitrariedades, a censura, a violência, o exílio a que foram submetidos os que discordavam do governo de Josef Stalin. Essas declarações causaram um terrível mal-estar entre os participantes do encontro. Sua divulgação provocou intensas discussões em todas as partes, acabando por provocar profundas divergências políticas no interior do partido. O Partido Comunista Brasileiro não ficou imune. Seus dirigentes e filiados começaram a colocar novas questões antes ausentes no ideário comunista, como a democracia.
- ¹⁶² Museu fundado em 1978, dedicado à vida e à cultura das comunidades judaicas, revelando cronologicamente a trajetória dos judeus nos 2500 anos da diáspora.
- ¹⁶³ “A década de 1960, no que diz respeito à pesquisa histórica, foi marcada pelo fenômeno do brasilianismo, quando o interesse dos norte-americanos se traduziu em numerosos financiamentos para a realização de pesquisas sobre o Brasil. Motivadas inicialmente pela surpresa da revolução cubana (1959) – que desperta as agências de financiamento e as universidades norte-americanas para a necessidade de conhecer a América Latina e, assim, melhor avaliar a política externa dos EUA – grandes levas de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, e, principalmente, historiadores passam a vir para cá com o objetivo de explicar a história política e econômica do país, estabelecendo, assim, seu perfil como nação.” (Fonte: MOREIRA, Regina da Luz. *Brasilianistas, Historiografia e Centros de Documentação*. www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/65.pdf)
- ¹⁶⁴ MAGALHÃES, Juraci Montenegro (1905-2001) – Militar e político brasileiro. Ingressou na carreira militar em 1927, chegando a general em 1957. Beneficiado com a proximidade dos comandos militares junto ao poder foi governador do Estado da Bahia por dois períodos (1931-37 e 1959-63), embaixador do Brasil nos Estados Unidos durante o governo do general Castelo Branco. Foi também Ministro da Justiça (1965-66) e Relações Exteriores (1966-67). Tendo sido ainda o primeiro presidente da Petrobras (1954) e também da Companhia Vale do Rio Doce, no segundo período de governo de Getúlio Vargas. (Fonte: Site CPDOC/FGV)
- ¹⁶⁵ Pesquisa que resultou na publicação da dissertação de mestrado *Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- ¹⁶⁶ Manicômio Judiciário Heitor Carilho – Funcionava no complexo presidiário da Frei Caneca, Rio de Janeiro, RJ
- ¹⁶⁷ CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. da UERJ/Edusp, 1998.
- ¹⁶⁸ VIANNA, Helena Besserman – Psicanalista que escreveu livro denunciando o também psicanalista Amílcar Lobo por ter participado das sessões de tortura durante a ditadura militar.
- ¹⁶⁹ LOBO, Amílcar Lobo – Na época da publicação do livro de Helena Besserman o psicanalista estava pleiteando uma vaga na Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro e com a denúncia de Helena Besserman teve seu diploma cassado.
- ¹⁷⁰ Divisão de Censura a Diversões Públicas – Órgão específico para monitoramento e censura de diversas áreas culturais como teatro, música, filmes, programas televisivos, nos anos da ditadura civil-militar, iniciada em 1964, no Brasil.
- ¹⁷¹ Divisão de Segurança da Informação – Órgão pertencente ao Ministério da Justiça e um dos responsáveis pela informação, segurança e repressão do regime durante a ditadura civil-militar instaurada em 1964.
- ¹⁷² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ¹⁷³ KUSHNIR, Beatriz (Org.) – *Perfis Cruzados – Trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- ¹⁷⁴ Prêmio Jabuti – Idealizado por Edgard Cavalheiro quando presidente da Câmara do Livro, em 1959, atualmente é o mais tradicional e importante prêmio literário do país.
- ¹⁷⁵ Ilha das Flores – Localizada na Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1883, a ilha recebeu as instalações de uma Hospedaria de Imigrantes, subordinada à Inspetoria de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Ali, antes de desembarcar na cidade, os imigrantes permaneciam em quarentena. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista, em 1932, passou a servir de prisão para os revoltosos. A partir de 1994 passou a sediar a Base dos Fuzileiros Navais.

- ¹⁷⁶ FALABELLA DE SOUZA AGUIAR, Miguel – Ator e diretor de teatro, cinema e novela, tendo também dirigido espetáculos de música e sido carnavalesco. Foi, de 2003 a 2007, gestor da Rede Municipal de Teatros do Rio de Janeiro. (Fonte: *Site do ator*)
- ¹⁷⁷ BATALHA, Cláudio – É licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (1980), bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (1981) e doutor em História pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) (1986). Atualmente é pesquisador nível 1 C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e professor doutor da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Republica e História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: movimento operário, Primeira República e socialismo no Brasil e na França (Lattes).
- ¹⁷⁸ FIGUEIRA, João Pedro – Formado em Direito, atuou na TurisRio, empresa de turismo do Estado do Rio de Janeiro, de 1986 a 1992, quando ingressou na campanha de César Maia para a Prefeitura do Rio de Janeiro tornando-se em seguida seu secretário de Governo na primeira e na segunda gestão. (Fonte: www.joaopedro.org)
- ¹⁷⁹ A Rede de Teatros do Município do Rio de Janeiro foi criada pela secretária de Cultura Helena Severo, na primeira gestão do prefeito Cesar Maia (1992/1996).
- ¹⁸⁰ SZTYGLIC, Samuel – Ver entrevista.
- ¹⁸¹ Inaugurado no dia 24 de agosto de 2004, construído no subterrâneo da praça Luís de Camões, no bairro da Glória, Rio de Janeiro. Possui expressivo acervo sobre o período Vargas, vídeos e depoimentos sobre o ex-presidente, além de cinema, biblioteca e uma exposição permanente sobre Getúlio Vargas. (Fonte: *Site do Memorial Getúlio Vargas*)
- ¹⁸² BASTOS, Paulo Cezar. *A casa da Gávea Pequena*, Casa da Palavra, RJ, 2006. Com o fim dos cafezais, no século XIX, a região deu lugar a chácaras de veraneio da aristocracia carioca da época. Além da aristocracia os prefeitos e presidentes da República, em diversas ocasiões, utilizaram o local para restabelecer-se de doenças, descansar ou até mesmo para ter privacidade. Em 1985, quando se retoma a eleição para os prefeitos da cidade, uma das chácaras no local torna-se a residência oficial do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, que foi o objeto de estudo do livro.
- ¹⁸³ O cemitério de Inhaúma possui em seu interior o Cemitério Israelita, onde se encontram mais de 700 lápides, apenas numeradas, de antigas prostitutas e *câftens* de origem judaica. Hoje, após muita luta, liderada pela entrevistada, o cemitério é tombado, garantindo um pedaço da história e da dignidade destes já falecidos judeus.
- ¹⁸⁴ Acervo doado pelo Rioarte ao Arquivo da Cidade, em 1992. Foi acumulado pelo Centro de Cultura Popular do órgão, e consta de periódicos sobre política, cultura, contracultura, literatura, humor, temática de minorias, sindicalismo, estudantil etc. A maior parte dos jornais foi publicada entre 1969 e 1985, quando o espaço para manifestação de opinião estava bastante restrito devido à ditadura civil-militar imposta a partir de 1964.
- ¹⁸⁵ O Centro de Microfilmagem foi instalado e encontra-se em funcionamento.
- ¹⁸⁶ Museu da Cidade – Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, popularmente conhecido como Museu da Cidade. Fundado em 1934, pelo então Prefeito Pedro Ernesto. A mudança para a estrada Santa Marina, na Gávea, se deu na gestão de Henrique Dodsworth, tendo sido novamente retirado para a Praça Cardeal Arcoverde, em Copacabana. Em 1948, na gestão do prefeito Ângelo Mendes de Moraes, volta definitivamente para a Gávea no mesmo endereço e após obras de conservação em 1968, reabre suas portas em 1969, passando a expor obras representativas da história da cidade.
- ¹⁸⁷ BELTRAN, Daniel – Arquivista formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e presidente da Associação de Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ) e da Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia. (Fontes: Lattes, site do AAERJ)
- ¹⁸⁸ *Revista do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro* – Retomada da Revista do Arquivo do Distrito Federal, que foi publicada nos primeiros anos do arquivo da Prefeitura do então Distrito Federal, de 1894 a 1898, e que posteriormente, ressurgiu na década de 1950, tendo sido publicada de 1950 a 1955. (Fonte: HORTA, Sandra. A Revista do Arquivo do Distrito Federal. *Revista Cidade Nova*, nº 1, 2007. p. 97-115.) A Revista atual tem outro objetivo que não o do traslado dos documentos, cria um fórum de discussão e reflexão sobre assuntos referentes à cidade.
- ¹⁸⁹ *Concurso de Monografia Arquivo da Cidade/Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos* – Concurso de monografias de pesquisadores que utilizaram fontes pertencentes ao acervo do Arquivo da Cidade na elaboração de seus estudos.

O nome do prêmio é uma homenagem à memória do historiador que também trabalhou no Arquivo, sendo um dos maiores conhecedores não só do acervo da instituição, como também da história da cidade do Rio de Janeiro.

- ¹⁹⁰ ROITMAN, Ari – Proprietário da editora Garamond, voltada para as Ciências Humanas, além de editor é também tradutor.
- ¹⁹¹ PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas – Arquiteto, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduado em Planejamento Urbano pelo IPPUR/UFRJ e pelo IHS/Rotterdam, na Holanda. Foi coordenador do Projeto do Corredor Cultural, subprefeito do Centro, diretor de Urbanismo do Instituto Pereira Passos, subsecretário de Urbanismo e secretário Municipal de Urbanismo.
- ¹⁹² Centro Técnico Audiovisual – Criado em 1895, vinculado a Diretoria de Operações Não Comerciais da EMBRAFILME com o objetivo de desenvolver a produção nacional de curtas e médias metragens principalmente e eventualmente longa metragens. Em 1988, o CTAv passa a integrar a estrutura da recém-criada Fundação do Cinema Brasileiro (FCB). Em 1990, por meio de decreto-lei, o Ministério da Cultura e todas as fundações e instituições a ele vinculadas, são extintas. Posteriormente, todas foram recriadas, em 1994, com o nome de Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), que absorveu todas as instituições de fomento à cinematografia, como a Fundação do Cinema Brasileiro, a FCB, e tendo o CTAv, a partir de então, retomado suas atividades. Em 2003, o CTAv é incorporado à recém-criada Secretaria de Audiovisual, órgão de administração direta junto ao Ministério da Cultura. (Fonte: site do CTAv)
- ¹⁹³ MACIEIRA, Ricardo – Arquiteto, presidente do Rioarte, secretário Municipal das Culturas da Prefeitura do Rio nas duas últimas gestões de Cesar Maia (2001/2004 e 2005/2008). Projetou o Centro Cultural Sérgio Porto e, juntamente com Luiz Antônio Rangel, projetou o Centro Coreográfico do Rio de Janeiro, ambos órgãos da Prefeitura carioca, entre outros projetos.
- ¹⁹⁴ MAGALHÃES, Mauro – Ex-presidente e atual membro da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário, a ADEMI. É amigo pessoal da família de Walter Cunto, ex-assessor de Carlos Lacerda quando governador do Estado da Guanabara, e recebeu o acervo como doação da senhora Lamy Cunto, viúva de Walter Cunto.
- ¹⁹⁵ CUNTO, Walter – Jornalista trabalhou no jornal *Tribuna da Imprensa*, foi assessor-chefe de Imprensa do Palácio Guanabara ao longo da gestão de Carlos Lacerda, de 1960 a 1965. Parte deste acervo, que contém fotografias, negativos, fitas e discos, foi produzida pela empresa TELEPLAN S.A., de propriedade de Walter Cunto. (Fonte: site do Arquivo da Cidade)
- ¹⁹⁶ QUEIROZ, Heloísa Helena – Possui Licenciatura Plena em Letras pela UERJ e bacharelado em Museologia pela UNIRIO. Entrou por concurso, em 1985, na SME/PCRJ. Trabalhou até maio/2005 na 1ª Coordenadoria de Educação/SME onde nos últimos dez anos ocupou o cargo de diretor adjunto. Em maio/2005 assumiu a direção do Museu Histórico da Cidade/SMC e, posteriormente, o cargo de gerente de Apoio Técnico do AGCRJ, do qual depois se desligou. Foi membro titular da Comissão de Logradouros da PCRJ. Hoje encontra-se na Secretaria Municipal de Educação.
- ¹⁹⁷ MAGALHÃES NETO, Sonia Maria – Nasceu em Pernambuco, funcionária, desde 1982, do AGCRJ, com vários cursos de Conservação, Preservação e Restauração de documentos. É subgerente da Subgerência de Apoio Técnico.
- ¹⁹⁸ DEBRET, Jean Baptiste – (1768-1848). Pintor francês, integrante da Missão Artística Francesa no Brasil, trazida a pedido de Dom João VI devido a estada da família real no país. Esteve no Brasil entre 1816 e 1831, foi um dos fundadores da Academia Imperial de Belas Artes. Participou e registrou em suas aquarelas grandes momentos da história do país como a Independência e os primeiros anos do governo de D. Pedro I. Sua pintura, ao retratar o cotidiano, tanto urbano quanto rural, buscava resgatar os costumes brasileiros sem necessariamente haver preocupação com a realidade registrada, porém é, até hoje, uma dos maiores referências da pintura histórica do Brasil oitocentista. (Fonte: LIMA, Valéria. *Uma viagem com Debret. Coleção Descobrimdo o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar: 2004.)
- ¹⁹⁹ Biblioteca Mário de Andrade – Biblioteca Municipal da Cidade de São Paulo que em 1960 adquire o nome de Mário de Andrade, uma homenagem ao escritor que, na década de 1930, criou e dirigiu o Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo e que depois se tornaria a Secretaria Municipal de Cultura. Foi neste departamento que

surgiu a ideia de se criar uma biblioteca que servisse como depositária da história cultural não só da cidade de São Paulo, mas de todo o país. (Fonte: *Site* da Prefeitura de São Paulo)

²⁰⁰ BATISTA, Pedro Ernesto (1884-1942) – Médico, nascido na cidade de Recife, PE, terminou os estudos de medicina no Rio de Janeiro. Desde 1922, participava de associações políticas que visavam a derrubar o governo, tendo feito da sua casa de saúde um refúgio para os revolucionários. Em 1930, participou ativamente da campanha de Getúlio Vargas e, após sua derrota, esteve ao lado dos que se dispuseram a derrubar Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. Com o novo governo, tornou-se o médico da família e pessoal do então presidente Getúlio Vargas e, devido a essa proximidade, assumiu o cargo de diretor da Assistência Hospitalar do Distrito Federal, vindo posteriormente a ser nomeado interventor no Distrito Federal. Em 1933, participa da fundação do Partido Autonomista do Distrito Federal que lutava pela autonomia política da cidade do Rio de Janeiro, sendo este o partido vencedor nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e, consequentemente, elegendo-o como o primeiro governante eleito, mesmo que de forma indireta, da história da cidade do Rio de Janeiro. Seu governo foi marcado pela atenção especial às áreas da saúde e da educação, esta última tendo à frente o educador Anísio Teixeira. Em 1935, aproxima-se da Aliança Libertadora Nacional (ALN) grupo antifascista e anti-imperialista, que reunia comunistas, socialistas e “tenentes” de esquerda. Após o levante de 1935, embora nunca tenha sido esclarecida sua participação, foi preso e afastado da Prefeitura do Distrito Federal. Solto, em 1937, foi saudado por manifestações populares e ingressou na campanha contra o governo federal nas eleições que se dariam no ano seguinte e que não ocorreram devido ao golpe do Estado Novo. Preso novamente, Pedro Ernesto passou três meses na cadeia e, quando finalmente foi solto, abandonou a vida política. (Fonte: CPDOC/FGV)

²⁰¹ Foi Pedro Ernesto, que na época era prefeito do Distrito Federal, quem criou o Museu através do Art. 29 do Decreto nº 4989, de 11 de julho de 1934, subordinando-o a Diretoria de Estatística e Arquivo, a qual o Arquivo Histórico da cidade era também vinculado. Até esse momento, o Museu Histórico da Cidade encontrava-se instalado no 2º andar do Palácio da Prefeitura. Henrique Dodsworth, prefeito entre 1937 e 1945, adquiriu o Solar de Santa Marina, transferindo o acervo para o local. Durante algum tempo, o Museu esteve na praça Arcoverde, mas, em 1948, foi transferido permanentemente para o edifício no parque da Cidade.

²⁰² CARVALHO, Antônio Fernando Bulhões de – Advogado, fiscalista e contista. Foi o herdeiro do acervo pessoal do escritor Marques Rabelo e também membro da Associação de Amigos do Museu da Cidade, tendo doado para a instituição uma sala comercial localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

²⁰³ MARTINS, Ismênia de Lima – Pós-doutora em História pelo projeto CAPES-COFEUCB École des Hautes Études en Science Sociale. Foi coordenadora de Editoração e Acervo da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), atualmente professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e coordenadora do Projeto “Portugueses no Brasil” em cooperação com a Universidade do Lusíada e Universidade do Porto, ambas em Portugal. (Fonte: Lattes)

²⁰⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Braziliense, 1986. Já está na segunda edição.

²⁰⁵ Órgão responsável pela administração colonial, seguia os moldes do Senado português. Era a base da pirâmide administrativa portuguesa na colônia. Eram compostas pelos chamados “homens bons”, ou seja, pertencentes à nobreza, ao clero e à milícia. As atribuições do Senado se referiam a todos os assuntos de interesse local, sejam eles de ordem administrativa, judiciária, comercial ou policial. (Fonte: SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva. “Constituição e importância das Atas do Senado da Câmara”. Artigo publicado no *Site* www.filologia.org.br)

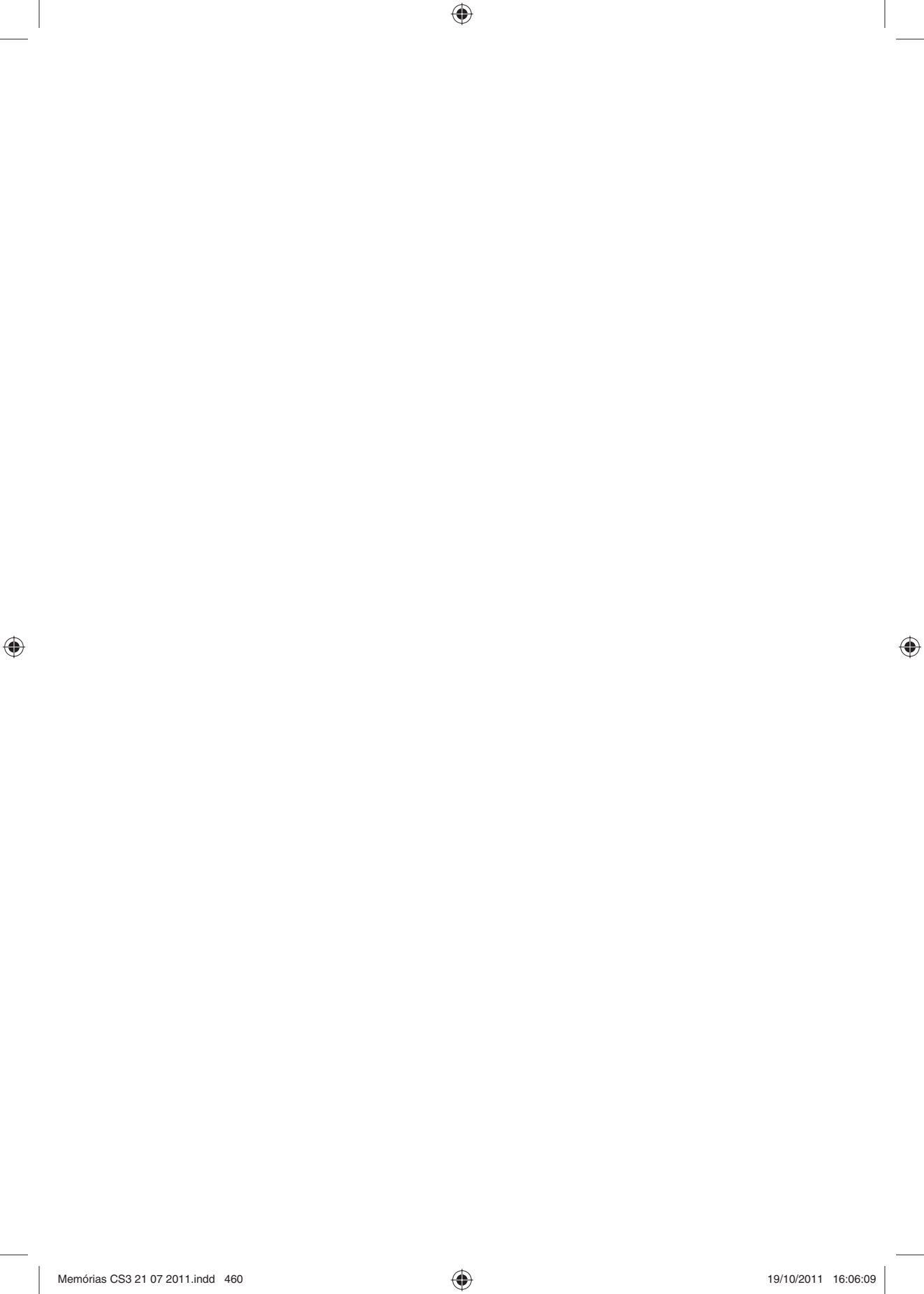
²⁰⁶ Tecnopop – Produtora de *design* gráfico que atua no mercado cultural e desenvolve projetos de *branding*, projetos editoriais, *internet*, multimídia, exposições, ações de *marketing* e *design* para cinema. (Fonte: *Site* da própria produtora)

²⁰⁷ O trabalho de levantamento das mudanças de estrutura e de titulares na Prefeitura, de 1892 até os dias atuais, contemplando as secretarias e seus responsáveis, já está em andamento.

²⁰⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima da Silva – Foi professora de História da Universidade federal Fluminense e investigadora visitante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, falecida em Portugal, no dia 30 de janeiro de 2010.

²⁰⁹ FRAGOSO, João – Professor Titular de Teoria da História, Doutor em História (UFF, 1990).

²¹⁰ Programa de Apoio a Núcleos de Excelência que se destina a apoiar grupos de pesquisa de reconhecida excelência, mediante suporte financeiro à execução de projetos de pesquisa científica, tecnológicas e de inovação, sendo neste caso no Estado do Rio de Janeiro, devido a ser um Pronex da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, a FAPERJ. (Fonte: *Site* da Faperj – www.faperj.br)



REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001. v. 5.
- ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
- AZEVEDO, André Nunes de. A Capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica. *Rio de Janeiro Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.
- BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 47, v. 120, n. 3, set. /dez. 1996.
- CORRÊA, Magalhães. *Terra carioca*: Fontes e chafarizes. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, Imprensa Nacional, Coleção Memória do Rio, 1935.
- COULANGES, Fustel. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 527.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- FERNANDES, Maria Célia. *A Travessia da Arca Grande*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade, 2011.
- FREIRE, Américo. A fusão: notas bibliográficas e comentários críticos sobre uma nova intervenção na cidade do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro. Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: NAPE/Depex/SR-3/UERJ, 2002.
- FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Novas memórias do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2008.
- FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly. *Um estado em questão*: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001. v. 5
- GOFF, Jacques Lê. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- GONÇALVES, Aureliano Restier; HORTA, Sandra (Org.). *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos*. Prefeitura do Rio/Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade, 2008. (Coleção Memória Carioca – Vol. 4.)
- HORTA, Sandra. A Revista do Arquivo do Distrito Federal. *Revista Cidade Nova*, Prefeitura do Rio: Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, n.1, 2007.
- KOIFMAN, Fábio (Org.). *Presidentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2001.

LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. Modernização e Higienismo Social: Projetos de Habitações Populares em Recife e Rio de Janeiro durante o Estado Novo (1937-1945). *Revista Espaço Acadêmico*, n. 35, abr. 2004.

LIMA, Valéria. *Uma viagem com Debret*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004. (Coleção Descobrimdo o Brasil.)

MORAIS, Flávia. *A evolução da modernidade na filosofia e na literatura: a Literatura Vitoriana como tradução moralizante no ensino de uma época*. Campinas: [s.n.], 1999.

MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos Eduardo (Org.). *A construção de um Estado; a fusão em debate*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

MOTTA, Marly. O Rio de Janeiro continua sendo? In: AZEVEDO, André Nunes. *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/Sr-3 UERJ, 2002.

RODRIGUES, J. H. Chagas Freitas e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1982. In: REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro. Prefeitura do Rio de Janeiro, 1977.

SARAIVA, Terezinha. *Caminhos Trilhados: Reflexões e fazeres*. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Espaço do Saber, 2004.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO. Brasília: ENAP, ano 47, v. 120, n.3, set./dez.1996.

FONTES PRIMÁRIAS

Acervo Gestão do Gabinete do Prefeito Marcos Tamoyo (1975/1979) – 110 fitas cassette – Inaugurações, reformas, discursos, solenidades, visitas aos bairros – AGCRJ/SMC, Prefeitura do Rio – C90/P/MT/0141 a 0318.

Coleção Particular Marcos Tamoyo – Recortes de jornais – AGCRJ/SMC, Prefeitura do Rio – C90/P/MT/0141 a 0318.

Acervo Carlos Lacerda – Fitas cassete – discursos – AGCRJ/SMC, Prefeitura do Rio – em tratamento.

Acervo Negrão de Lima – Fitas cassete – Discursos, inaugurações, solenidades, entrevistas, reuniões – AGCRJ/SMC, Prefeitura do Rio – GB/NL/SOF/FR 001 a 135.

BRASIL. Coleção das Leis Municipais do Distrito Federal, 1955-1958.

Coletânea de Legislação Vigente no Distrito Federal, 1937-1949.

BRASIL. Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893.

Cria....Diário Oficial da..., Brasília, DF, ano...

BRASIL. Lei Orgânica do Distrito Federal de 20 de setembro de 1892.

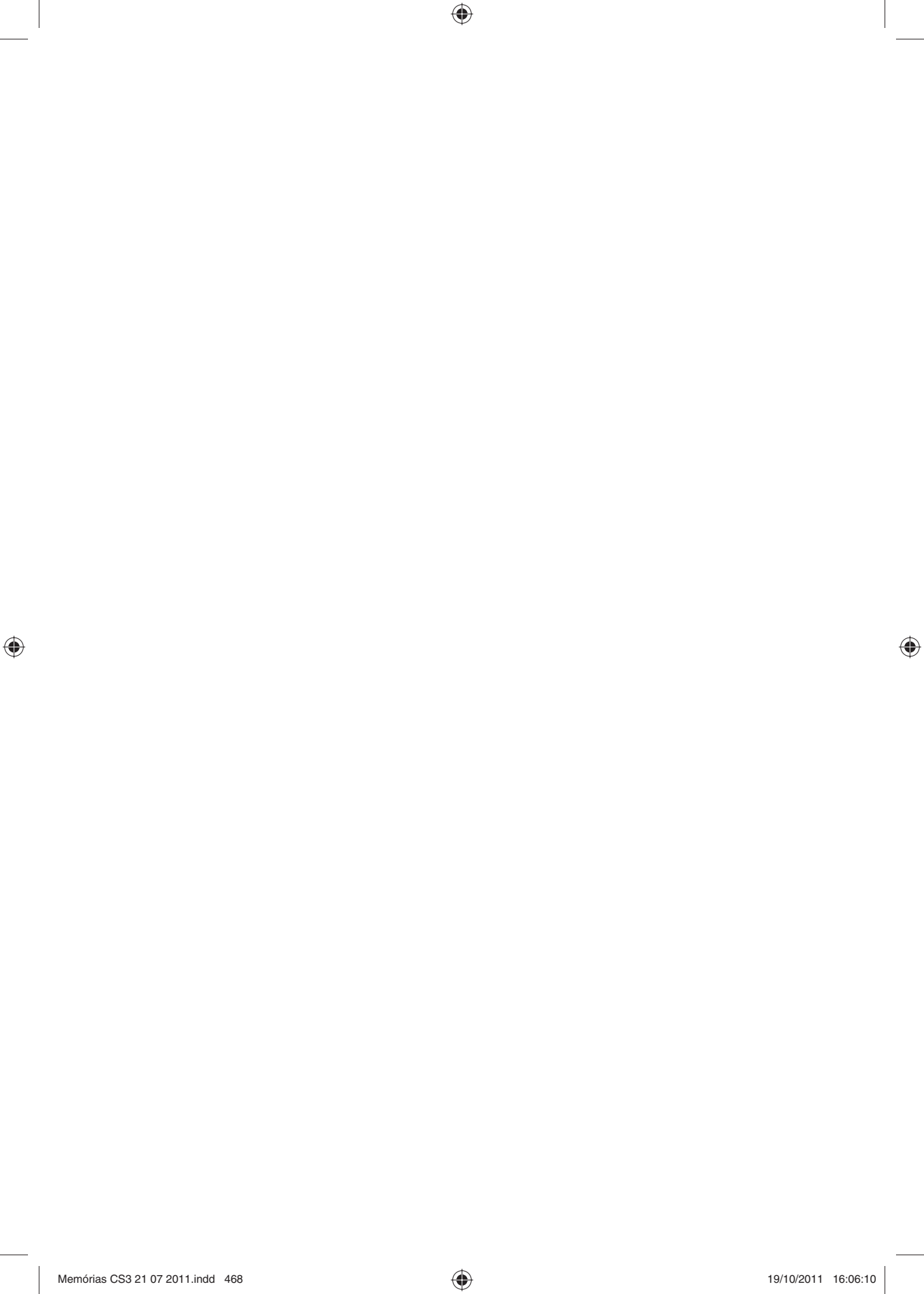


LISTA DE ABREVIATURAS

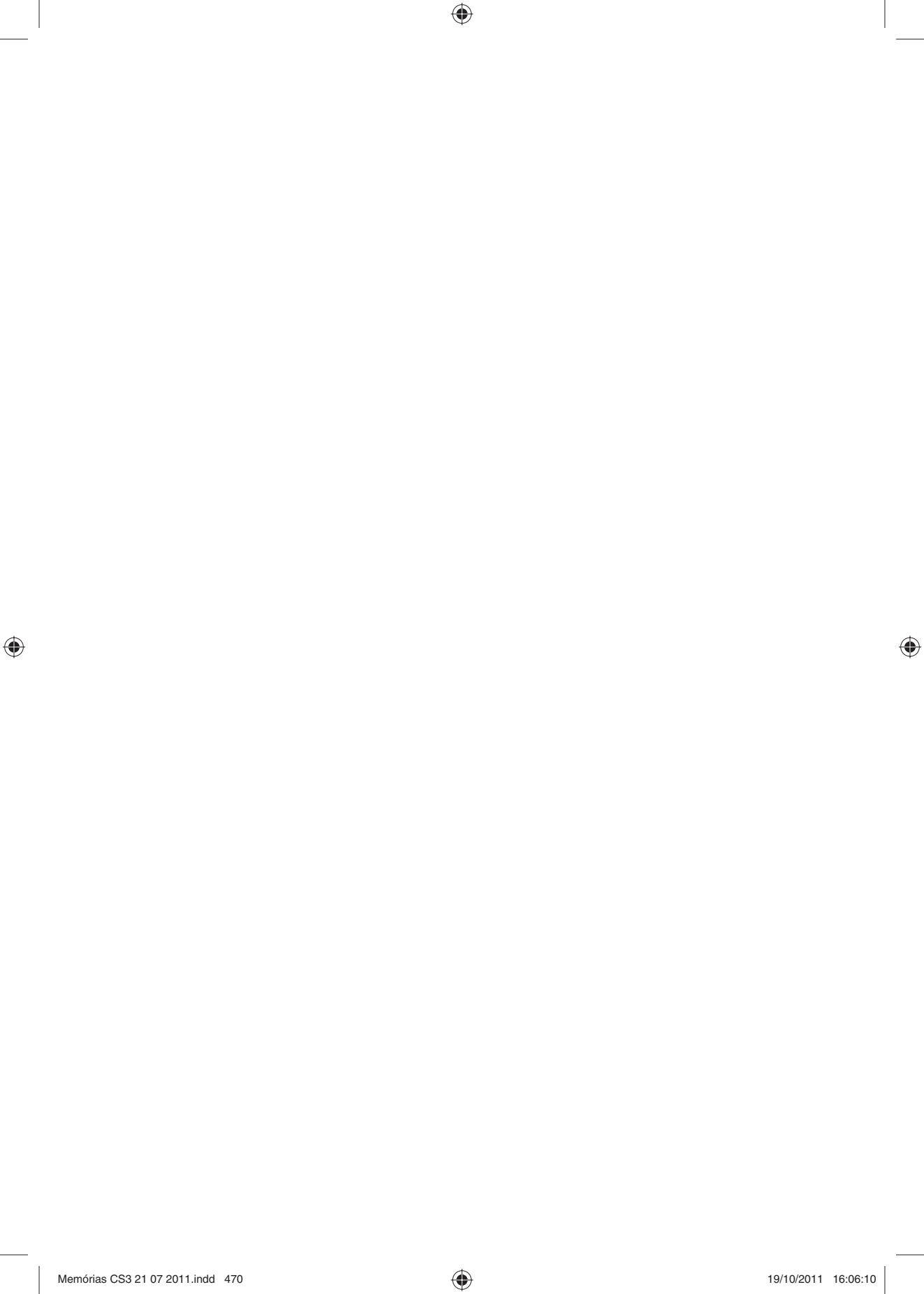
AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros
AAERJ – Associação de Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
ABL – Academia Brasileira de Letras
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABPA – Associação Brasileira de Preservação Audiovisual
ADAI – Programa de “Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos”
ALA – Associação Latino-Americana
ANPUH – Associação Nacional de História
APAC – Área de Proteção Ambiental
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil
CEDAE – Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CEMI – Centro de Estudos de Migrações Internacionais
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CEPE – Comissão Executiva de Projetos Especiais
CIA – Conselho Internacional de Arquivos
CIORM – Centro de Instrução dos Oficiais da Reserva da Marinha
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coema – Conselho Estadual de Meio Ambiente
Colted – Comissão do Livro Técnico e Didático
COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CONARq – Conselho Nacional de Arquivos
COPEG – Companhia Progresso do Estado da Guanabara
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / FGV
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPOR – Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva
CRE – Centro Regional de Educação
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTC – Companhia de Transportes Coletivos
CTAv – Centro Técnico Audiovisual/Sav/MINC
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DCDP – Divisão de Censura às Diversões Públicas
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
DGDI – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural
DGPC – Departamento Geral de Patrimônio Cultural
DHD – Departamento de História e Documentação
DHP – Departamento de Habitação Popular
DOPS – Departamento de Ordem Política
DPF – Departamento de Polícia Federal
DSI – Divisão de Segurança e Informações
ESAF – Escola de Administração Fazendária
ESPEG – Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara
ESG – Escola Superior de Guerra
FAB – Força Aérea Brasileira
Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro
Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo
FANFI – Faculdade Nacional de Filosofia
FAU – Faculdade Santa Úrsula
FEMURJ – Fundação Estadual de Museus do Estado do Rio de Janeiro
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos / MCT
Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Funarj – Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro
Fundacem – Fundação Nacional de Artes Cênicas
Fundrem – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICHF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / UFF
IEP – Instituto de Ensino e Pesquisa / USP
IFCHS – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais / UNICAMP
IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / UFRJ
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGRJ – Instituto de História e Geografia do Rio de Janeiro
IMS – Instituto de Medicina Social / UERJ
IMS – Instituto Moreira Salles
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLAN-RIO – Empresa Municipal de Informática

IPP – Instituto Pereira Passos
 IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional
 IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
 ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
 IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
 MAM – Museu de Arte Moderna
 MDB – Movimento Democrático Brasileiro
 MEC – Ministério da Educação e Cultura
 MINC – Ministério da Cultura
 MIS – Museu da Imagem e do Som
 Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
 MUDES – Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico Social
 MultiRio – Empresa Municipal de Multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro
 ONG – Organização Não-Governamental
 PRONEX – Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
 PSD – Partido Social Democrático
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
 PUB Rio – Plano de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro
 PUC – Pontifícia Universidade Católica
 Riourbe – Empresa Municipal de Urbanização
 SEARJ – Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro
 SEDREPAHC – Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade
 SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SEPE – Superintendência Executiva de Projetos Especiais
 Serla – Fundação Superintendência de Rios e Lagoas
 SESI – Serviço Social da Indústria
 SMC – Secretaria Municipal das Culturas
 SMU – Secretaria Municipal de Urbanização
 SNI – Serviço Nacional de Informações
 SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atual: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 Sudebar – Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca
 Sursan – Superintendência de Urbanização e Saneamento
 SUS – Sistema Único de Saúde
 TVE – Televisão Educativa / TV Educativa
 UDF – Universidade do Distrito Federal
 UDN – União Democrática Nacional
 UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 UFF – Universidade Federal Fluminense
 UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
 UNB – Universidade de Brasília



FOTOGRAFIAS





Escola Amaro Cavalcante, antiga José de Alencar – s.a., s.d. – AGCRJ



Igreja Nossa Senhora da Pena – s.a., s.d. – AGCRJ



Instituto de Educação, s.a, s.d – AGCRJ



Theatro Municipal – Praça Marechal Floriano Peixoto, s.a., s.d. – AGCRJ



Estudo do pintor Lucílio de Albuquerque –
s.d. / AGCRJ



Prédio que o Arquivo da Cidade ocupou junto à gráfica e à marcenaria em São Cristóvão,
ocupado atualmente pela Imprensa Oficial do município. s.a. – 1960/1970 – AGCRJ



Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPARTAMENTO GERAL DE CULTURA
ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA
DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO

E/DGCT

4.03.2

Ofício nº 06/81

Em 11 de Setembro de 1981

Da: Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
À: Diretora-Geral do Departamento Geral de Cultura
Assunto: Artigo "Les Nouvelles Archives Municipales de Rio de Janeiro"

Senhora Diretora

Envio, em anexo, para ciência de V.S., cópia xerox do artigo "Les Nouvelles Archives Municipales de Rio de Janeiro", de Michel Duchain, Inspetor Geral dos Arquivos de França, publicado em "La Gazette des Archives", nº 112, revista trimestral da Associação dos Arquivistas Franceses.

Informo, ainda, a V.S. que em visita de observação aos Arquivos da América Latina, em 1977, o Sr. Michel Duchain deu parecer favorável sobre o Projeto de Construção do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Atenciosamente

ARQUIVE - SE
Em 19/10/1982
JP

Lia Temporal Malcher
Diretora do Arquivo Geral
da Cidade do Rio de Janeiro
Matr. 11/000591-5 Reg. Prof. D.E.F. N.º 146

Grata
Atchais
Em 8/10/82
Lia Temporal Malcher
Diretora do Arquivo Geral
da Cidade do Rio de Janeiro
Matr. 11/000591-5 Reg. Prof. D.E.F. N.º 146

Ilms. Sra.

Maria Helena Fabião

M.D. Diretora-Geral do Departamento Geral de Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
DEPARTAMENTO GERAL DE CULTURA	
RECEBIDO	Rubrica
EM 30.12.81	

AA DCOB

Ofício da diretora do Arquivo da Cidade, Lia Malcher, à diretora do Departamento Geral de Cultura, informando que Michel Duchain havia aprovado o projeto de construção do Arquivo da Cidade - 1981, Coleção Lia Malcher, AGCRJ.



Estudo de Lucílio de Albuquerque, Paris, s.d., AGCRJ



Abertura da Avenida Presidente Vargas – Provável Uriel Malta – 1944 – AGCRJ

Abertura do túnel Rebouças.
1965/1970, s.a., – AGCRJ



Canal do Mangue – Provável Augusto Malta – 1928 – AGCRJ



Obras na orla do Arpoador – Ao fundo se veem as construções que foram demolidas. Augusto Malta – 1924 (AGCRJ)



Palácio Monroe,
s.a., s.d. – AGCRJ



Ilha de Paquetá, s. a., s. d. – AGCRJ



Túnel Noel Rosa, s. a., s.d. – AGCRJ



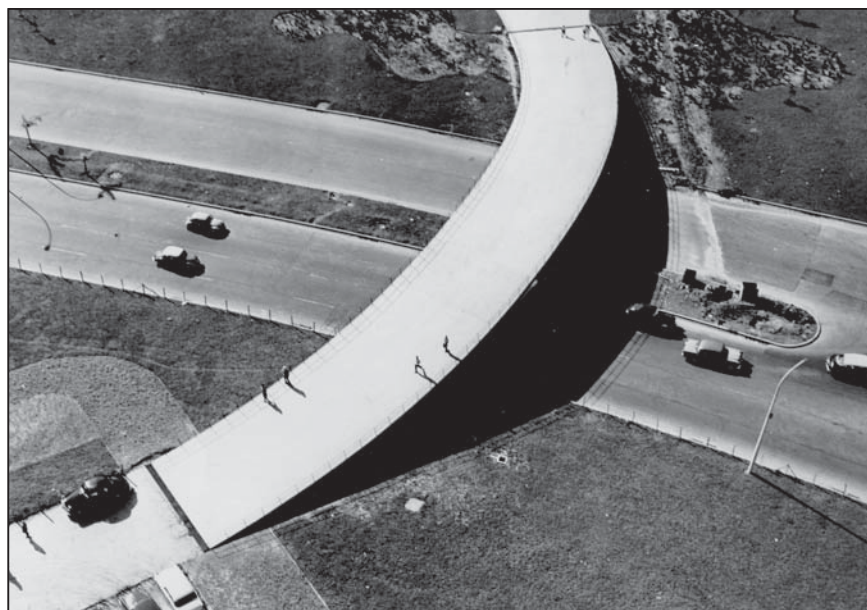
Planta da Cidade Nova. Marcado com um B o local onde seria erguido o Arquivo da Cidade, situado entre a rua Afonso Cavalanti e a Avenida Presidente Vargas. Do lado direito o Hospital São Francisco, e do esquerdo o prédio dos Correios já com as fundações – Coleção Lia Malcher – doada ao Arquivo da Cidade.



Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial. s.a., s.d. – AGCRJ



Praça Onze – Augusto Malta. S. d. – AGCRJ



Passarela do Aterro do Flamengo (Parque Brigadeiro Eduardo Gomes) projetada por Affonso Reidy, s.a., s.d. – AGCRJ



Estudo de Lucílio de Albuquerque, s.d., AGCRJ

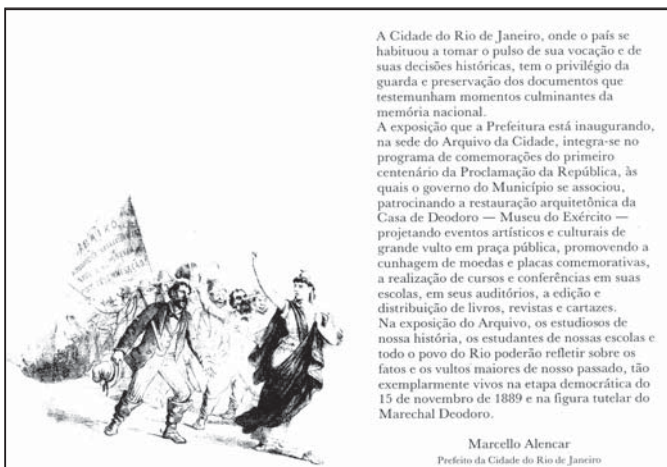


Arquivo da Cidade logo após a inauguração em 1979. s.a., AGCRJ

A República aconteceu no Rio

Exposição de Fotografias
e Documentos

Catálogo da Exposição organizada no Arquivo da Cidade para as comemorações do centenário da Proclamação da República – AGCRJ



A Cidade do Rio de Janeiro, onde o país se habituou a tomar o pulso de sua vocação e de suas decisões históricas, tem o privilégio da guarda e preservação dos documentos que testemunham momentos culminantes da memória nacional.

A exposição que a Prefeitura está inaugurando, na sede do Arquivo da Cidade, integra-se no programa de comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República, às quais o governo do Município se associou, patrocinando a restauração arquitetônica da Casa de Deodoro — Museu do Exército — projetando eventos artísticos e culturais de grande vulto em praça pública, promovendo a cunhagem de moedas e placas comemorativas, a realização de cursos e conferências em suas escolas, em seus auditórios, a edição e distribuição de livros, revistas e cartazes.

Na exposição do Arquivo, os estudiosos de nossa história, os estudantes de nossas escolas e todo o povo do Rio poderão refletir sobre os fatos e os vultos maiores de nosso passado, tão exemplarmente vivos na etapa democrática do 15 de novembro de 1889 e na figura tutelar do Marechal Deodoro.

Marcello Alencar

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Texto de abertura da Exposição – Marcello Alencar – Catálogo da exposição
A República aconteceu no Rio – AGCRJ



Mudança do acervo para a nova sede. Coleção Lia Malcher – doada ao Arquivo da Cidade



Avenida Rio Branco – Cartão postal, s.a., s.d. – AGCRJ



Exposição Copacabana. Cartão Postal da Cidade Maravilhosa – Organização AGCRJ

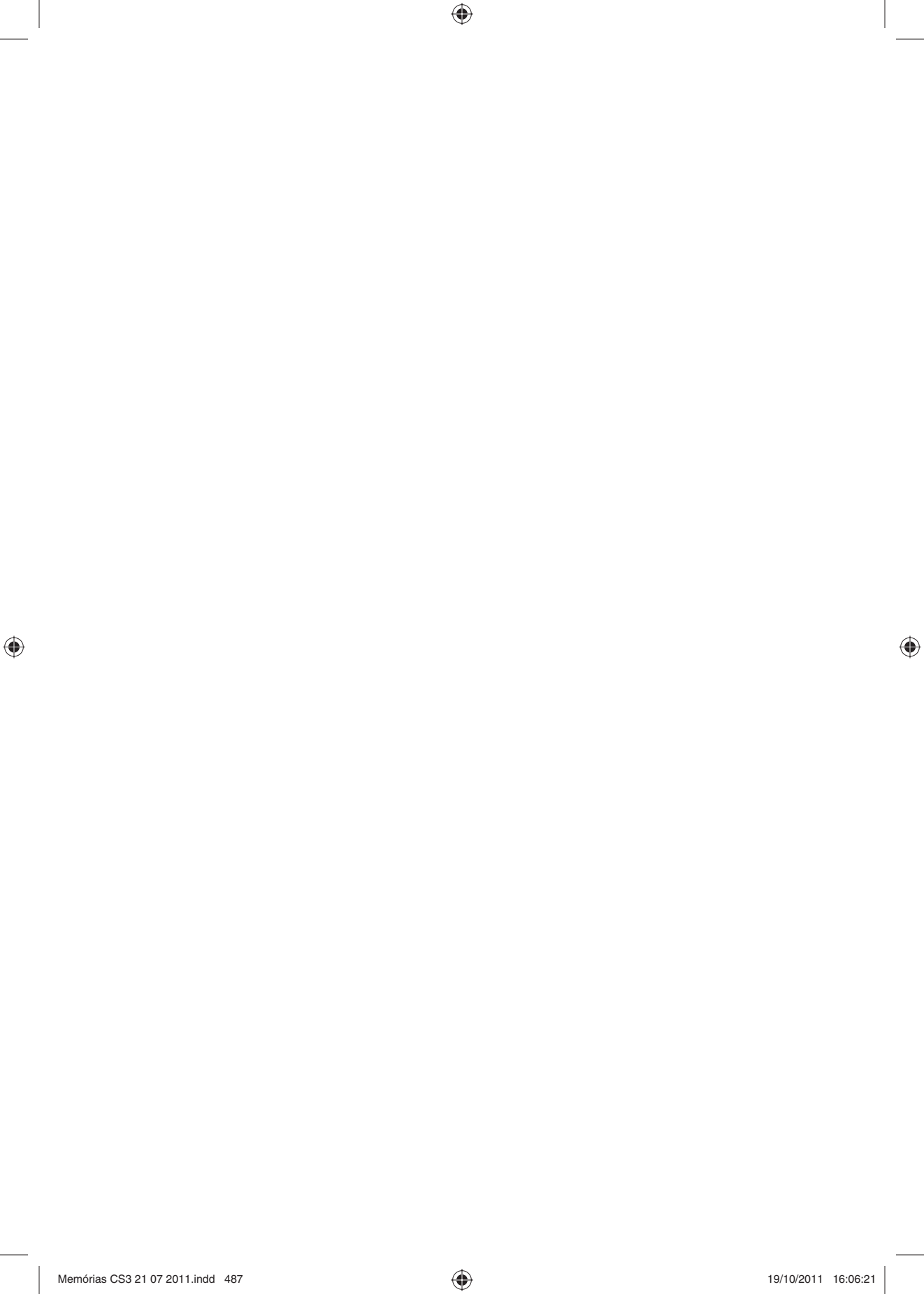


Exposição Copacabana. Cartão Postal da Cidade Maravilhosa – Organização AGCRJ – Cassino Atlântico



Parte do Centro de Microfilmagem do Arquivo da Cidade, implantado com o apoio do Ministério da Justiça em 2008.





Este livro foi composto em Arno Pro 10,5/13.